



COLETÂNEA CIENTÍFICA EVOLUÇÃO

Vol. 2

ORGANIZADORES:

José Shirley Pessoa do Nascimento
Cícero Otávio de Lima Paiva
Maria Luciana Abrante
Francisco Fernando Pinheiro Leite
Rafael Tavares Silveira Silva
Mary Carneiro de Paiva Oliveira



COLETÂNEA CIENTÍFICA EVOLUÇÃO

Vol. 2

ORGANIZADORES:

**José Shirley Pessoa do Nascimento
Cícero Otávio de Lima Paiva
Maria Luciana Abrante
Francisco Fernando Pinheiro Leite
Rafael Tavares Silveira Silva
Mary Carneiro de Paiva Oliveira**

**Pau dos Ferros - RN
2024**



FACULDADE EVOLUÇÃO ALTO OESTE POTIGUAR – FACEP



COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE EVOLUÇÃO – COPEX

ORGANIZAÇÃO:

José Shirley Pessoa do Nascimento
Cícero Otávio de Lima Paiva
Maria Luciana Abrante
Francisco Fernando Pinheiro Leite
Rafael Tavares Silveira Silva
Mary Carneiro de Paiva Oliveira

EDIÇÃO GRÁFICA

José Shirley Pessoa do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP

C694

Coletânea Científica Evolução [recurso eletrônico]. / Organização: José Shirley Pessoa do Nascimento, Cícero Otávio de Lima Paiva, Maria Luciana Abrante, Francisco Fernando Pinheiro Leite, Rafael Tavares Silveira Silva, Mary Carneiro de Paiva Oliveira. Pau dos Ferros/RN: Even3, 2024. v.2

510 p.

Vários autores

ISBN: 978-65272-1422-9

1. Pesquisa. 2. Extensão. 3. Interdisciplinaridade. I. Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar. II. Nascimento, José Shirley Pessoa do. III. Paiva, Cícero Otávio de Lima. IV. Abrante, Maria Luciana. V. Leite, Francisco Fernando Pinheiro. VI. Silva, Rafael Tavares Silveira. VII. Oliveira, Mary Carneiro de Paiva. VIII. Título.

CDU 37

Bibliotecária: Francismeiry Gomes de Oliveira CRB 15/869

Sumário

APRESENTAÇÃO

I SEÇÃO: Pesquisas em Administração e Ciências Contábeis 6

LIDERANÇA: IMPORTÂNCIA DAS CAPACITAÇÕES PARA LÍDERES EM UMA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES	7
MARKETING DE RELACIONAMENTO: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE AS ESTRATÉGIAS PARA FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE.....	29
PERSPECTIVAS DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UMA VISÃO DE COLABORADORAS EM UMA EMPRESA NO INTERIOR DO CEARÁ.....	50
LIDERANÇA FEMININA: AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES PARA SUPERAR DESAFIOS E ALCANÇAR POSIÇÕES DE LIDERANÇA NA ÁREA CONTÁBIL.....	71
O PAPEL FUNDAMENTAL DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ESTRATÉGIA LEGAL PARA REDUZIR A CARGA FISCAL E MANTER A CONFORMIDADE FINANCEIRA	96

II SEÇÃO: Pesquisas em Direito..... 117

FACÇÕES CRIMINOSAS E A RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PAU DOS FERROS/RN.....	118
TRÁFICO DE DROGAS E SUA RELAÇÃO COM OS CRIMES DE HOMICÍDIOS OCORRIDOS NA CIDADE DE UMARIZAL/RN: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA TEORIA ESTRUTURAL-FUNCIONALISTA.....	138
CULTURA DO CANCELAMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICO-JURÍDICA SOBRE A NOVA FORMA DE VIGIAR E PUNIR PELO “TRIBUNAL” DAS REDES SOCIAIS	157
PRIVACIDADE: ANÁLISE DOS ASPECTOS LEGAIS DA PROTEÇÃO DE DADOS NA ERA DIGITAL	180

III SEÇÃO: Pesquisas em Enfermagem..... 201

PRIMEIROS SOCORROS NO AMBIENTE ESCOLAR: CONHECIMENTOS DOS PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA – RN.....	202
NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PROFESSORES ACERCA DE PRIMEIROS SOCORROS EM ESCOLAS PÚBLICAS.....	215
REGISTROS DE ENFERMAGEM PRODUZIDOS POR ACADÊMICOS NA UNIDADE HOSPITALAR	235
ALEITAMENTO MATERNO: CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO DURANTE O PRÉ-NATAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	253
EXAME CITOPATOLÓGICO: FATORES E BARREIRAS ASSOCIADOS À SUA NÃO REALIZAÇÃO	268

IV SEÇÃO: Pesquisas em Pedagogia..... 283

O PAPEL DA ESCOLA NA (RE)APROXIMAÇÃO DA FAMÍLIA NO ÂMBITO ESCOLAR.....	284
--	-----

IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	303
O SER MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA: DILEMAS, DESAFIOS E SUPERAÇÕES DE GRADUANDAS DA FACULDADE EVOLUÇÃO	323
EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	350
INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO REGULAR EM APODI/RN.....	372
V SEÇÃO: Pesquisas em Psicologia.....	397
“BRINCANDO A GENTE APRENDE A APRENDER”: A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	398
O ESTIGMA DA LOUCURA ENTRE NÓS: ECOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR SOBRE(OS)VIVENTES.....	419
PSICOLOGIA E SURDEZ: INTERFACES DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A COMUNIDADE SURDA NO ALTO OESTE POTIGUAR	445
SOLIDÃO, SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DAS VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA NORDESTINA	465
INFÂNCIA CONECTADA: O USO EXCESSIVO DAS TELAS E SEUS IMPACTOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM E SOCIALIZAÇÃO	490

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP, por meio de sua Coordenação de Pesquisa e Extensão – COPEX, lança o segundo volume do e-book *Coletânea Científica Evolução*.

Esta iniciativa, fruto da colaboração entre as coordenações dos cursos de graduação da FACEP e a COPEX, tem como objetivo valorizar a produção acadêmica da instituição, ao mesmo tempo em que estimula a pesquisa científica na região do Alto Oeste Potiguar, bem como nas áreas circunvizinhas do Ceará e Paraíba, abrangidas pela faculdade.

O e-book reúne um conjunto de trabalhos acadêmicos de discentes e docentes nas áreas de Ciências Sociais, Humanas, Educação e Saúde, organizados em cinco seções que refletem as pesquisas realizadas nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Pedagogia e Psicologia. A obra é composta por capítulos que reúnem artigos produzidos nos últimos anos. Aos autores, nossa sincera gratidão pelo empenho e dedicação nas produções!

Que esta nova edição contribua ainda mais para o avanço da pesquisa científica, ampliando a compreensão sobre a formação profissional da nossa comunidade acadêmica e fortalecendo o desenvolvimento local nas regiões onde a FACEP tem presença. Prova de que é possível fazer ciência mesmo em territórios distantes dos grandes centros urbanos.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Pau dos Ferros – RN, dezembro de 2024

Genisa Lima de Sousa Raulino

Diretora da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar

I SEÇÃO

Pesquisas em Administração e Ciências Contábeis

LIDERANÇA: IMPORTÂNCIA DAS CAPACITAÇÕES PARA LÍDERES EM UMA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES

Francisca Luana de Aquino Freires

Francisco Arivaldo H. Pinheiro Júnior

RESUMO: A liderança está atrelada à motivação e alcance dos objetivos estabelecidos, de modo que esse tema está presente nas sociedades desde a pré-história e foi evoluindo juntamente com o ser humano. E para que o indivíduo acompanhe essa evolução, ele necessita de treinamentos, principalmente por ocupar cargos que lideram outros e que precisam produzir com qualidade. O presente trabalho tem como objetivo abordar a área da liderança organizacional, analisar a importância de capacitações para preparação de líderes dentro de uma empresa de telecomunicações com sede em Pereiro-CE e expor problemas como a alternância de cargos, desequilíbrio emocional e o baixo desempenho. O artigo é um estudo de caso com abordagem mista e busca entender as opiniões de 23 colaboradores da empresa através de um questionário com 10 questões. Os principais resultados obtidos foram a insatisfação com a falta de treinamentos na empresa, experiências ruins, problemas advindos dessa falta de capacitação e por fim opiniões sobre a importância e aprendizados dos treinamentos de líderes. Assim foi possível observar que esses programas de preparações de líderes são extremamente importantes para as empresas se manterem estáveis, com gestores capacitados e equipes motivadas.

Palavras-chave: Treinamento. Organizacional. Motivação.

ABSTRACT: Leadership is linked to motivation and achievement of established objectives, so this theme has existed in societies since prehistoric times and has evolved with human beings. And for the individual to follow this evolution, he needs training, mainly because he occupies positions that lead others and needs to produce with quality. The present work aims to address the area of organizational leadership, parse the importance of training to prepare leaders within a telecommunications company based in Pereiro-CE and expose problems such as job switching, emotional imbalance, and low performance. The article is a case study with a mixed approach and seeks to understand the opinions of twenty-three company employees through a questionnaire with 10 questions. The main results obtained were dissatisfaction with the lack of training in the company, bad experiences, problems arising from this lack of training, and finally opinions about the importance and lessons learned from training leaders. Thus, it was possible to observe that these leadership preparation programs are extremely important for companies to remain stable, with trained managers and motivated teams.

Keywords: Training. Organizational. Motivation.

1 INTRODUÇÃO

A liderança faz parte de toda evolução humana, seja da pré-história, onde os homens se organizavam em grupos conduzidos pelos mais fortes em suas caçadas, como nos impérios antigos com a figura dos reis e faraós, ou até mesmo na perspectiva religiosa, onde o Senhor Jesus Cristo tinha a missão de guiar seus discípulos ao caminho de Deus. Mas, o primeiro conceito de liderança surgiu somente com a publicação de “Princípios da Administração Científica” de Frederick Taylor (1911), que para ele a liderança era uma ferramenta essencial para que os profissionais, seus instrumentos e processos alcançassem um ótimo desempenho.

A liderança é a forma que o líder tem de motivar e inspirar sua equipe em busca do mesmo objetivo. Porém na perspectiva organizacional, muitos colaboradores assumem papéis de liderança sem estar preparados suficientemente, o que causam problemas para organização e funcionário, como prejuízos emocionais e financeiros. Dessa forma, é possível ver a importância das capacitações e treinamentos dentro das instituições, pois são essas ações que vão preparar e analisar se eles estão prontos para assumir tal responsabilidade.

São apontados que muitos profissionais desistem ou evitam a liderança por dúvidas sobre suas próprias competências em pesquisa realizada pelo Insper e Robert Half (2022). Podemos perceber que muitos nem pensam em ocupar tal função por inseguranças ou que abandonam os cargos por despreparo, pouca produtividade, dificuldade em gerir sua equipe ou problemas emocionais, como o estresse, isso é o que aponta uma pesquisa realizada pela Vittude e Opinion Box (2021).

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a importância de treinamentos para líderes da empresa de telecomunicações. E dessa forma, compreender a estrutura organizacional, a importância dos seus programas de treinamentos de lideranças, identificar os desafios e as possibilidades para os treinamentos de líderes na empresa. Conhecendo a realidade da organização é possível analisar como a falta da liderança sustentável implica na qualidade e estratégia organizacional. Assim, esta pesquisa se pauta na seguinte questão problema: qual a importância dos treinamentos para líderes em uma empresa de telecomunicações?

O presente trabalho é relevante e contribui de forma pessoal, demonstrando a capacidade de pesquisa, análise e exposição de temas, contribui de forma acadêmica, sendo uma fonte de dados e uma disseminação de conhecimento produzido, além de também de ser relevante para a sociedade, sendo importante para o meio empresarial como fonte de informação e busca para entender a realidade, motivando à implementação desses treinamentos no meio corporativo.

Portanto, o grande problema da falta dessa preparação para as lideranças está ligado ao emocional do colaborador e o clima organizacional. O clima organizacional é um conjunto de ações no trabalho, percebidas pelos trabalhadores e que influenciam na motivação e comportamento das pessoas, posto isso, muitos indivíduos acabam abandonando cargos de liderança por inseguranças, medo e despreparo, o que acaba gerando essa rotatividade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos sobre Liderança

A liderança é um tema bastante discutido nas sociedades a milhares de anos e ele atinge diretamente aqueles que exercem a função de líderes como também seus liderados. Em muitos momentos da nossa história, foi atrelado a esse conceito a palavra “dom”, devido à capacidade de influenciar que certas pessoas exercem sobre as outras, por meio dessa concepção e algumas outras vertentes de pensamentos, que o assunto passou a ser investigado a partir dos mais diferenciados enfoques.

Segundo Chauí (2019), o líder também foi visto por muito tempo como um herói, na antiguidade, idade média e na era do renascimento, pois o poder ele vem para um plano mais prático, através de Nicolau Maquiavel, já o John Locke e Thomas Hobbes trazem uma visão estabelecendo a relação entre liderança e seus liderados, por fim, Rousseau promoveu a igualdade de direitos e a democracia.

Embora o termo de liderança já venha sendo usado há muitos anos, o Stogdill (1974) acredita que ele apareceu na era cristã por volta de 1300, com a ideia de ter um ser guiando todos para o caminho de Deus. E com o passar do tempo, esse conceito foi se alterando, segundo Bergamini (2009), Yamafuko e Silva (2015), o que antes era visto como um chefe se modificou e se dividiu em várias concepções que buscavam o desenvolvimento organizacional.

De acordo com Bennis (1988) a liderança era como o amor, todos sabiam que existia, mais ninguém podia definir, pois inúmeros conceitos foram emitidos pelos pesquisadores. Dois pontos importantes são observados nessas definições, principalmente nas atuais, que é o fator grupo e o processo de influência intencional que o líder exerce perante seu time, assim ligamos os dois pontos ao conceito de liderança, pois em um grupo sempre teremos o líder exercendo sua influência e motivação.

Com o desenvolvimento tecnológico e das sociedades, a liderança também se adaptou e se atualizou. Para Pivetta, Campos e Scherer (2018), a conceituação de Taylor e Fayol sobre liderança era direcionada para os processos impessoais, voltados para a racionalização das atividades, a simplificação delas e a intensificação do trabalho, principalmente nas indústrias. Para Sartori, Zanotto e Fachinelli (2018), essa época industrial e os líderes também mudaram bastante e isso se dá as inovações tecnológicas, principalmente da era digital, pois agora toda a comunicação ficou mais simples e fácil, podendo ser feita a distância, apenas com o uso de aparelhos celulares, notebooks, entre outros.

A automação industrial e a integração de diferentes tecnologias são elementos que compõem a chamada indústria 4.0. Ela está mudando toda a forma de interação dentro da sociedade, dessa forma a liderança também precisa acompanhar essas inovações e não ficar para trás, pois muitos controles atualmente são feitos através da internet e sistemas avançados, conectando assim os seres humanos a produtos.

Saber usar a tecnologia a favor da equipe é uma habilidade que todo cargo de gestão deve ter, pois ela pode ser muito benéfica para o sucesso da equipe, esses meios facilitam não somente comunicação e produção, mas também o acesso a informações e dados, como até o próprio treinamento das equipes.

Segundo Schwab (2018) compreender a revolução tecnológica é um grande desafio, pois ela não apenas impacta as organizações, ela também está inteiramente ligada a transformação humana, pois ela muda a forma trabalhar e de se relacionar no âmbito pessoal e profissional. Sendo assim, para Sartori, Zanotto e Fachinelli (2018), é fundamental que o líder desenvolva suas habilidades para assim chegar ao sucesso de sua equipe nessa era digital, tendo em vista que praticamente todos os modelos de liderança presentes hoje no mercado são voltados para essa nova era.

Com esse avanço e desenvolvimento, outro fator é levantado na atualidade, que são as pessoas, pois de acordo com o Instituto Brasileiro de Coaching, o IBC (2019), antes o líder era aquele que impunha e a equipe tinha medo dele, todavia hoje o líder precisa focar nas pessoas e apresentar uma liderança mais humanizada, pois o motor do sucesso da equipe são seus colaboradores e eles precisam está bem, confortáveis e motivados para desempenhar suas obrigações e tarefas. Para Velloso (2017), as inovações fazem parte do dia a dia da liderança e o líder que não se adaptar e ficar na comodidade é o primeiro sinal de que ele não é competitivo.

Dessa forma, o Behnke (2014) afirma que a liderança por meio do diálogo, capacidades, atitudes e poder é capaz de influenciar os outros e alcançar objetivos, moldando a equipe da melhor forma e com base em suas concepções e para Siverstein (2019) a motivação é um dos

pontos mais importantes, é algo pessoal e está ligada muitas vezes ao tipo de benefício que uma organização pode oferecer por esse trabalho bem elaborado. Além disso, para Ivan e Terra (2017) o líder é fundamental para acompanhar as mutações da sociedade e manter a dinâmica da organização, assim atuando e forma intra e inter organizacional.

2.2 Lideranças no âmbito empresarial

Com todas as mudanças ao longo dos tempos, nas formas de organização e gestão de equipes, um novo perfil de líder surgiu segundo Testa, Lafargue e Coartet (2019), diferente do chefe que era autoritário em que os colaboradores temiam, esse perfil era mais democrático, trabalhava a motivação do grupo para assim alcançar suas metas. E atualmente esses profissionais ganham cada vez mais espaço nas organizações, pois eles conseguem resultados satisfatórios e mantém suas equipes unidas e proativas.

A liderança tem papel importante no dia a dia das instituições empresariais e com o avanço e desenvolvimento do mercado, as empresas veem cada vez mais o crescimento da competitividade e com isso, segundo Schulz (2001) e Sorensen (2002) a cultura organizacional influencia os comportamentos de seus colaboradores e gestores, para que assim eles formulem estratégias para essas situações e mantenham o desempenho organizacional. É por esses motivos que os líderes assumem um papel de inovar, manter e alcançar objetivos com a sua gestão, focando em manter um ambiente favorável e motivador para seu time.

Todas essas alterações no mercado afetam a empresa como um todo e nisso os empregados estão inclusos, pois deve ser analisado como eles se comportam e sua satisfação, por isso que de acordo com Bergamini (2018), o líder deve buscar melhorar as atividades do grupo, assim como o ambiente deve ser bom de se trabalhar, onde os seus liderados busquem não somente atingir metas e objetivos, mas também exercer a profissão em clima amigável, de constante crescimento e busca de informações que agreguem ao seu ser profissional.

Para Ribeiro (2019), as pessoas são seres enigmáticos e com contrariedades, mas que são de extrema importância para as organizações e sucesso delas. Por meio disso o foco da empresa deve ser em desenvolver seus funcionários, tendo uma visão de futuro e não somente do produzir agora e bater metas no presente, todo o conhecimento e oportunidades que elas disponibilizarem para suas equipes atrelaram uma visão de valor futura a instituição.

Segundo o Instituto Brasileiro de Coaching, o IBC (2019), o mercado corporativo tem dado prioridade a profissionais, mas humanizados, que liderem de forma positiva a equipe, criando um ambiente de relacionamentos saudáveis e bom de trabalhar. E para isso também é

necessário de acordo com Ostec e Neotriad (2018), que o ambiente seja flexível, moderno e com constante feedbacks para que essas pessoas entendam seus comportamentos, pontos de melhoria ou fortes e no contexto da organização, entenda sua importância para o alcance das metas e objetivos da empresa.

Outro ponto importante para o sucesso dos líderes em uma organização é controle emocional em situações de conflitos, pois de acordo com Pereira *et al.* (2019), o indivíduo precisa exercer controle sobre atitudes em conflitos, assim como construir soluções corretas para esses problemas, pois os liderados devem enxergar no seu líder uma imagem de segurança e resolução, isso irá proporcionar um clima organizacional mais ordenado. Por isso é importante utilizar a inteligência emocional para administrar tais situações e ter clareza na hora de tomar decisões grupais, porque segundo Rocha *et al.* (2019) o líder diz “nós vamos” e não “você vai”.

Porém, é necessário o cuidado das organizações com seus líderes, eles também precisam de preparo e treinamentos, segundo autores como Cavalcanti *et al.* (2014) e Maximiano (2004), não somente os donos e líderes devem ser qualificados, mas sim todas as equipes, pois os resultados da empresa dependem disso, onde segundo Ostec e Neotriad (2018), eles são indivíduos críticos que buscam autonomia e igualdade constante.

Para Arnold *et al.* (2015) a liderança está relacionada ao emocional e esgotamento dos colaboradores, podendo causar o que chamamos de síndrome de Burnout. Para evitar isso, é de extrema importância que o assunto seja discutido abertamente e seja feito todo um preparo por meio de capacitações que abordem temas que são fundamentais para uma boa gestão, desde emocionais a organizacionais.

2.3 Importância das capacitações e treinamentos para líderes nas empresas

No mercado de trabalho atual, que é marcado pelas transformações mundiais, as empresas segundo Vasconcelos (2020) precisam se atentar aos novos cenários e desafios do meio corporativo e devem gerir essas mudanças nas relações de organização com sociedade, organização com colaborador e de funcionário para funcionário, dessa forma será possível atingir com êxito seus objetivos.

Para Vieira e Costa (2019), para que a liderança seja eficaz, ela precisa ser capaz de influenciar toda sua equipe, onde o líder tem o papel mais importante nesse processo, ele que deve incentivar todo o grupo em busca dos mesmos resultados. E para que isso seja uma realidade nas empresas, é necessário adotar comportamento e promover ações para a preparação das equipes, visando o atingimento de metas e habilidades de resolução de desafios.

Essas capacitações são essenciais para o desenvolvimento do líder e equipe, onde as informações abordadas são fontes de conhecimento que podem ser usadas em vários âmbitos, assim como Chiavenato (2021) aborda que o conhecimento tem sido considerado uma importante ferramenta corporativa em empresas bem-sucedidas, pois elas perceberam a necessidade de geri-lo com cuidado e obter valor baseado nessas disseminações de ideias.

Segundo Gramigna (2007) os maiores resultados de um líder vêm quando ele adquire habilidades para lidar com conflitos em sua equipe. Essas competências podem ser adquiridas através de preparação, e não somente os treinamentos oferecidos para as funções específicas, mais também treinamentos e capacitações para os perfis de liderança, desenvolvendo suas habilidades e diminuindo a rotatividade de colaboradores insatisfeitos e possíveis prejuízos monetários, estes que podem ser bem prejudiciais para uma organização e pode torná-la um alvo fácil para seus concorrentes.

E para que as empresas desenvolvam essas capacitações, é necessário que elas tenham uma visão de futuro, compreendam e aproveitem as oportunidades do mercado para que assim se tornem relevantes essas ações e elas se mantenham competitivas perante seus concorrentes, segundo Dahl (2021). Tudo isso anda em conjunto com uma análise interna de necessidade de treinamento de líderes, pois segundo Rossi (2021), as organizações precisam estar atentas as capacitações internas e desempenho de suas equipes, dando oportunidade a essas ações de resoluções de problemas que seus profissionais enfrentam e se depararam durante o trabalho.

O líder segundo Raeburn (2022) é alguém capaz de guiar, conduzir e principalmente influenciar sua equipe em busca do atingimento de metas e sucesso do grupo, deixando claro a visão que a obtenção de sucesso não depende unicamente de um membro e sim de toda a equipe. Sendo assim, fica claro que a liderança envolve todos, o líder de forma direta e sua equipe indiretamente, então todos devem falar a mesma língua e buscar de forma organizada o mesmo objetivo, pensando ao longo da jornada nas pessoas e ambiente, para que sejam relações agradáveis que mantenham as equipes motivadas.

Para Hitt, Ireland e Hoskisson (2005), a capacitação torna os líderes mais estratégicos e capazes de ajudar a desenvolver o capital humano na organização, assegurando também o bom desempenho da empresa. Para o Chiavenato (2021), esse treinamento produz mudanças comportamentais, de conhecimento e atitudes que são relativamente permanentes no colaborador, pois são as experiências aprendidas e que melhoram seu desempenho no cargo.

Tendo em vista todos os problemas que os líderes enfrentam de acordo com Paciléo (2022), como é o caso da gestão de tempo, conflitos, comunicação assertiva, ideias inovadoras e imparcialidade, é importante que as preparações visem todos eles e desenvolvam esses pontos

fracos. Ao identificar e trabalhar esses pontos, as competências serão aprimoradas, tornando os colaboradores mais versáteis e completos em suas funções, contribuindo para um desempenho mais equilibrado e eficiente, além de promover um ambiente de aprendizado contínuo. Para Carvalho (2001) e Westin (2012), o desenvolvimento depende que o indivíduo tenha educação, instrução e treinamento, o líder carece conhecer seus liderados e deve buscar desenvolver eles.

Nesse sentido, para Premuzic (2015) um líder engajador deve apresentar 4 traços de personalidades, que são a estabilidade emocional, ambição, sociabilidade e sensibilidade interpessoal. E é de responsabilidade da instituição de manter a motivação, engajamento e cuidados com o clima organizacional, isso através de capacitações para líderes, pois a área de gestão dentro de uma empresa é de extrema relevância e estratégica para seu sucesso, de acordo com Silva (2023).

Quando essas áreas estão capacitadas, elas são capazes de orientar as equipes, tomar decisões estratégicas e inspirar as pessoas, isso promover uma cultura sólida, que estimula a inovação e melhora os resultados. Além disso, de acordo com Israel (2021), a gestão de pessoas dessas visões diferentes sobre estratégias e produtos é o perfil buscado atualmente.

Portanto, é importante o entendimento do que é a liderança e as mudanças dos seus conceitos, assim também como toda a trajetória de pesquisas realizadas para entender esse termo tão usado atualmente, principalmente no âmbito organizacional, onde as empresas focam seus esforços nas lideranças para alcançar objetivos. Muitas dessas instituições falham com seus líderes e liderados, pela falta de preparações adequadas e treinamentos que desenvolvam seus líderes. Investir no desenvolvimento da área de liderança é crucial para o crescimento sustentável e o sucesso da empresa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa

O início do estudo foi realizado com a pesquisa bibliográfica no *Google Acadêmico* sobre o tema para a formação teórica e análise do panorama geral da temática seguindo, assim, o método dedutivo que, segundo Gil (2008), parte de princípios verdadeiros que possibilitam chegar a conclusões formais e lógicas. Quanto aos objetivos, é uma pesquisa descritiva e analítica que, de acordo com Silva e Menezes (2005), descreve características de determinados fenômenos, usando técnicas de coleta de dados para o levantamento de informações. Sendo

assim, o estudo busca levantar dados sobre os treinamentos existentes, satisfação e insatisfação dos colaboradores na empresa.

A Natureza é aplicada, com a abordagem qualitativa-quantitativa, que conforme Creswell (2007) a pesquisa mista combina e associa a pesquisa qualitativa que é mais focada nas opiniões e percepções com a pesquisa quantitativa que está relacionado aos números estatísticos. Segundo Gil (2008), o estudo de caso é caracterizado por ser mais profundo e de um ou poucos objetivos, que permite o conhecimento mais amplo e detalhado, portanto, o trabalho é um estudo de caso que busca averiguar acontecimentos em uma empresa de telecomunicações do interior do Ceará referentes aos seus processos de preparação interna para líderes.

3.2 Contextualização geográfica e econômica do local da pesquisa

A presente pesquisa foi conduzida em uma empresa de telecomunicações que opera em nove estados do Nordeste, tendo sua sede localizada na Zona Rural do município de Pereiro-CE. Essa cidade faz parte da região do Sertão de Jaguaribe-CE, caracterizada por um clima semiárido e uma vegetação típica de caatinga, sua média anual de temperatura é de 27,8 °C, enquanto a média pluviométrica anual é de 606,3 mm, conforme dados do IBGE de 2021. Em termos territoriais, Pereiro-CE abrange 435,868 km², com uma população estimada de 16.356 habitantes, que em sua grande maioria exerce atividade agrícola e pecuária, apresentando um nível de desenvolvimento empresarial relativamente baixo.

A maior parte da população municipal tinha sua força de trabalho voltada para a agricultura que dependiam da produção agrícola para sua subsistência em pequenas propriedades rurais, as oportunidades de emprego eram escassas, como consequência, muitos indivíduos optavam por migrar para outras cidades em busca de melhores empregos e condições de vida. O cenário teve uma mudança por volta de 2010, com o surgimento de novos negócios e investimentos em infraestrutura.

A empresa em questão proporcionou emprego a centenas de pessoas na cidade e na região, ela atua em projetos voltadas para a melhoria da infraestrutura da região, como a construção de torres de transmissão de sinal de internet e a expansão da rede de fibra óptica, contribuindo para a geração de novos empreendimentos e a atração de investimentos para essa localidade.

3.3 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra

No referente trabalho se utilizará um questionário estruturado que, de acordo com Gil (2008), é uma técnica de investigação usada com o propósito obter informações das pessoas através de um conjunto de questões. Ele será realizado com colaboradores que ocupam cargos de gestão na empresa de telecomunicações sediada em Pereiro/CE, continha 10 questões que abordavam a temática de liderança, treinamentos e sua importância, como também os problemas advindos de uma má liderança e falta de capacitação. O questionário foi preparado na plataforma *Google Forms*, tendo como população a diretoria de operações, nos setores de Projetos de implantação de fibra, Construção civil e Gestão de Projetos da empresa e telecomunicações.

O grupo amostral foi as equipes internas dos setores citados acima da diretoria de operações, o setor de Projetos de Implantação de Fibra conta com 22 funcionários, na Construção Civil tem 8 colaboradores internos e o Gestão de Projetos tem um total de 16, totalizando assim um público-alvo da pesquisa de 46 colaboradores. Os setores foram escolhidos pois em sua totalidade abrangem bem toda a entrega do departamento, pois inclui o planejamento/projeção, execução e controle, tendo uma visão ampla dos colaboradores que estão desde o início da entrega até o final dela.

O primeiro setor atende a demanda inicial, fazendo toda a projeção da rede, posteriormente temos um setor que é responsável pela construção das estruturas que vão atender esses projetos feitos pela primeira área e por fim, temos o setor de gestão desses projetos, que analisa toda a viabilidade, audita e faz o controle orçamentário, de compras e logístico do projeto. A pesquisa teve uma duração de 15 dias (dia 08/05/23 ao dia 22/05/23) de aplicação, e do público de 46 colaboradores que receberam a pesquisa, foi obtido 23 respostas, que equivale a 50% de participação.

3.4 Análise de dados

Após a coleta dos resultados, os dados serão tratados através da análise de conteúdo focando nas informações qualitativas e quantitativas e na forma escrita, no qual será apresentado tabelas explicativas focadas nos sentimentos e opiniões dos funcionários referentes a importância, a carência de preparações e treinamentos para líderes na empresa, assim também como gráficos de *pizza* que mostram os percentuais referentes ao público alvo do questionário, ambos a fim de tentar responder os objetivos listados no presente artigo.

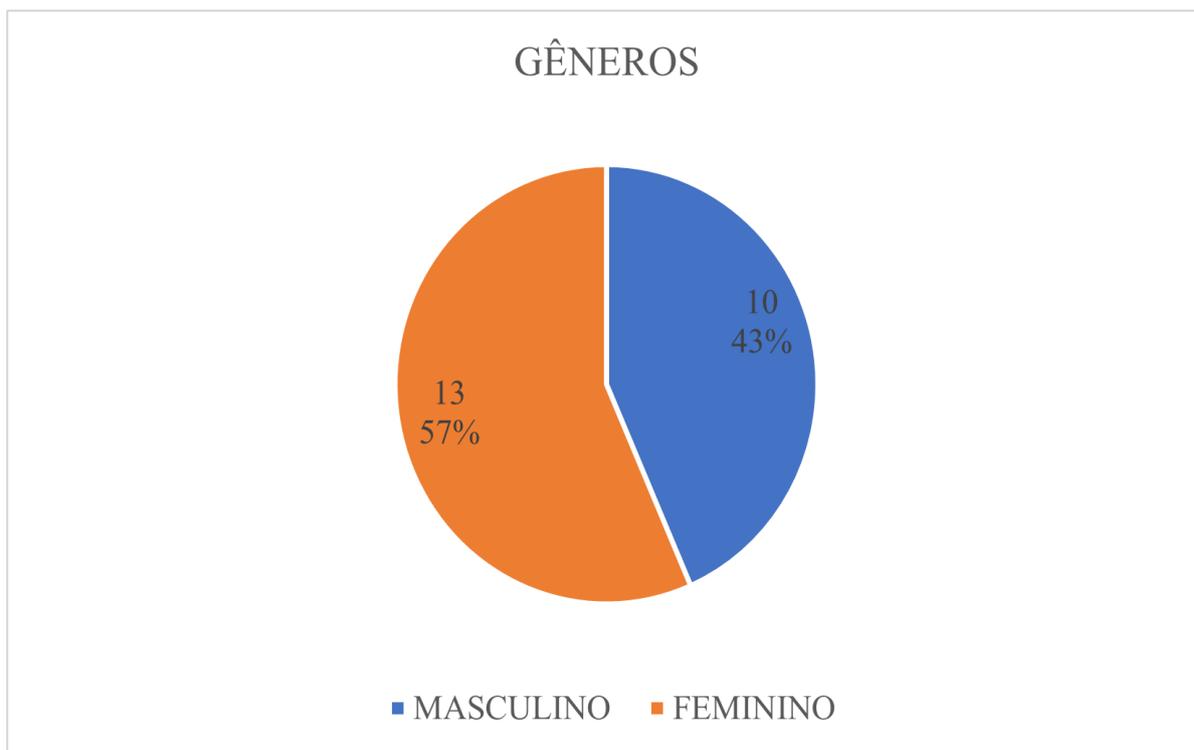
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos resultados iremos tratar as informações coletadas no questionário, onde elas serão apresentadas por meio de tabela e gráficos *pizza*, além de toda a discussão textual acerca da temática abordada. Os tópicos apresentados abaixo estão em sequência, com a intenção de responder aos objetivos do presente trabalho.

4.1 Características dos participantes

O questionário foi realizado com 46 colaboradores da empresa de telecomunicações sediada em Pereiro-CE, onde a pesquisa teve uma taxa de 50% de participação, totalizando assim 23 respostas. Inicialmente foi feita a caracterização dos participantes em gênero e idade, onde foi possível observar que são do gênero feminino 57% (13 mulheres) e 43% são do gênero masculino (10 homens), dessa forma, é possível observar um equilíbrio dos gêneros que participaram da pesquisa caracterizando assim um nivelamento sobre os gêneros ao qual pesquisa propõe.

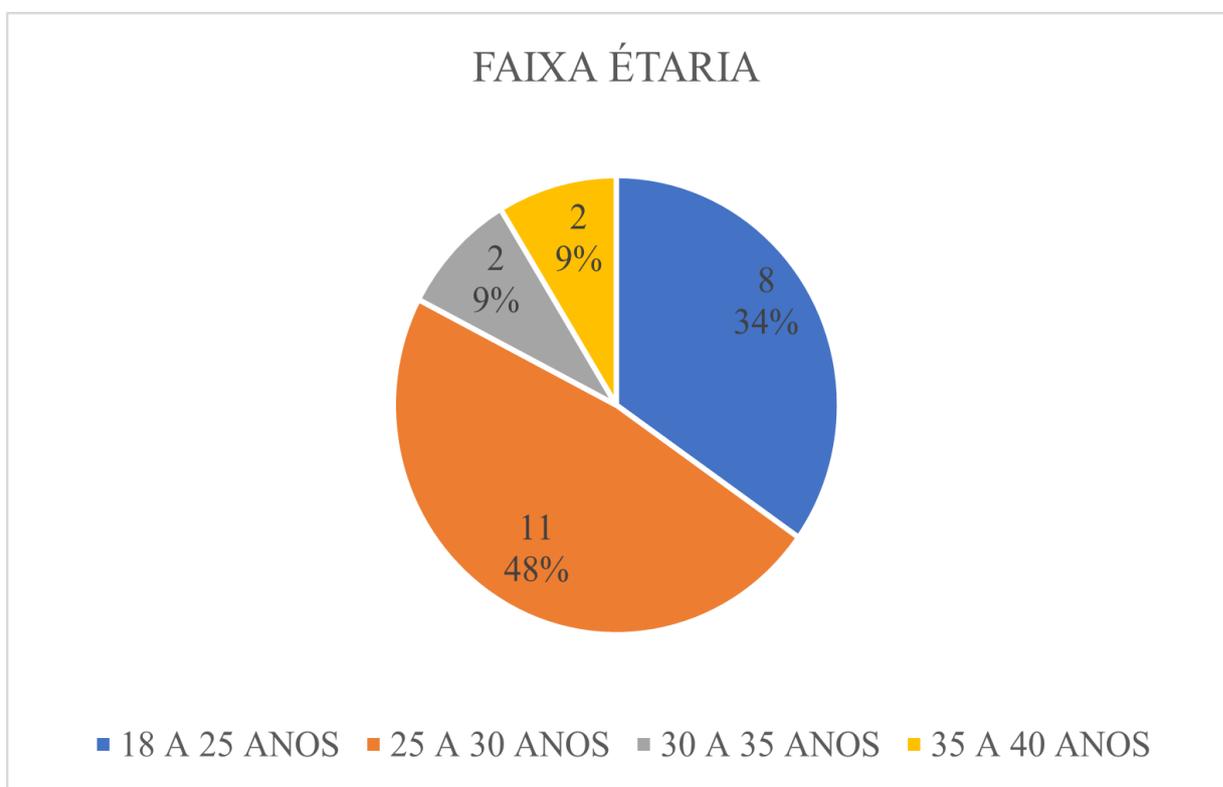
Figura 1 - Gêneros dos participantes



Fonte: elaborado pelo autor(a), dados da pesquisa (2023)

Em relação a idade, a pesquisa apresentou a seguinte distribuição da faixa etária, de 18 a 25 anos, foram 8 pessoas que equivale a 34%, de 25 a 30 anos, foram 11 colaboradores, totalizando assim 48% do público, de 30 a 35 anos, tivemos uma porcentagem de 9% que são 2 funcionários e de 35 a 40 anos, foram também 2 participantes, sendo 9%. Sendo assim a pesquisa busca abranger perfis e idades diferentes, pois de acordo com Israel (2021), a gestão de pessoas de gerações e visões diferentes sobre estratégias e produtos é o perfil que se buscado nesse século.

Figura 2 - Idades dos participantes

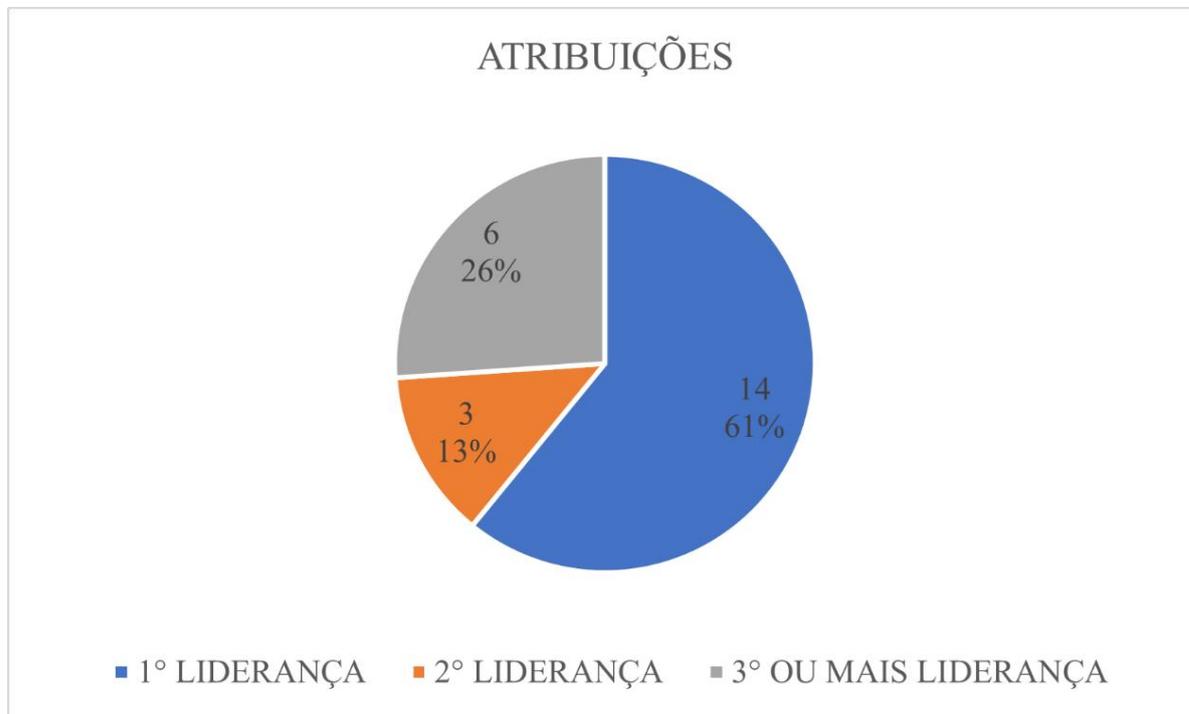


Fonte: elaborado pelo autor(a), dados da pesquisa (2023)

Foi analisado posteriormente o perfil profissional em função de cargo e experiências na área da liderança, pois dos 23 participantes, 14 destes líderes estão ocupando esse cargo pela primeira vez dentro da empresa que equivale a 61% da população da pesquisa, 3 participantes estão na função pela segunda vez, o que representa 13% e 6 deles já ocuparam 3 ou mais vezes outros cargos de liderança que é 26% dos participantes. Dentro desta perspectiva de pesquisa essa análise é um indicador que influencia na gestão das equipes, pois quanto maior a

experiência de um líder, melhor deve ser os seus resultados e suas tomadas de decisões mediante as organizações.

Figura 3 - Experiências em cargos de liderança



Fonte: elaborado pelo autor(a), dados da pesquisa (2023)

4.2 Identificação dos treinamentos existentes na organização

Na pesquisa foi possível observar que a empresa já disponibiliza alguns treinamentos, mais que infelizmente não são acessíveis para todos, como é o caso do Crescendo com Fibra, Trilha de Gestão e o Programa de desenvolvimento de líderes (PDL), ambos voltados para melhorar habilidades e competências destes gestores e líderes. Esses treinamentos são muito importantes e devem atingir todo o público da empresa e não somente algumas pessoas, até mesmo quem não ocupa cargos de gestão devem passar por capacitações, pois com isso é possível desenvolver e observar quem tem habilidades, que podem vir a ser possíveis nomes para os próximos cargos de liderança dentro da instituição.

Autores como Cavalcanti *et al.* (2014) e Maximiano (2004) relatam que para o sucesso de uma empresa, não somente os donos, gerentes e líderes devem ser qualificados, mas que todas as equipes e colaboradores devem estar capacitados, engajados e motivados para o bom desempenho da organização, pois o mercado exige do profissional e empresa esse nível de

preparação, por isso é fundamental a existência de treinamento e estes devem abranger toda a classe trabalhadora.

Abaixo é possível observar a taxa de participação dos colaboradores da pesquisa em treinamentos disponibilizados na empresa, é possível observar que 16 deles não participaram de nenhum treinamento voltado para liderança, o que equivale a 70% de todo o público da amostra, o restante de 17%, 9% e 4% que são 4, 2 e 1 líderes respectivamente, participaram dessas capacitações, então podemos analisar que ainda é muito pequeno o acesso desses funcionários as preparações internas, esse é um cenário bem preocupante para a organização, pois um líder despreparado afeta toda sua equipe e produção, conseqüentemente influenciando nos resultados da empresa. O detalhamento pode ser verificado na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Alguns treinamentos disponíveis na instituição e taxa de participação dos colaboradores neles.

Tipos de Treinamentos	Participantes	Freq.
Crescendo com Fibra	4	17%
Programa de desenvolvimento de líderes (PDL)	2	9%
Trilha de Gestão	1	4%
Nenhum	16	70%

Fonte: elaborado pelo autor(a), dados da pesquisa (2023)

4.3 Percepção dos participantes relacionada à liderança e seus treinamentos

O líder deve ser uma figura de segurança, que segundo Rocha *et al.* (2019) deve ter um bom relacionamento com a equipe, escutar, motivar, direcionar as tarefas e ser adaptável, ele diz “nós vamos” e não “você vai”, pois o sucesso está no conjunto e cooperação. E para que ele chegue nesses resultados é importante desenvolver planos de ação e treinamentos voltados para toda sua equipe, assim como também passar por capacitações internas e disponibilizadas pela própria empresa, que o preparem para lidar e gerir uma equipe.

Um dos pontos mais importantes dentro de uma equipe é a motivação, que para Siverstein (2019) a motivação é algo pessoal e está ligada muitas vezes ao tipo de benefício que uma organização pode oferecer por esse trabalho bem elaborado, assim como também ao reconhecimento. E não pense que isso é apenas positivo para o colaborador, a empresa também sai ganhando, pois o trabalhador fica mais proativo e presente, tendo um rendimento melhor.

Com base nisso, a pesquisa buscou abordar essas temáticas e ampliar ainda mais esse campo de visão, englobando temas relacionados a importância dos treinamentos, aprendizado e experiências, assim como novas sugestões de capacitações e problemas advindo da falta delas. As opiniões dos funcionários sobre elas são bem variadas e voltadas para o planejamento, organização e desenvolvimento desses treinamentos, como também as principais dificuldades enfrentadas que vão desde falta de conhecimento á queixas de favoritismo. O detalhamento pode ser observado na **Tabela 2**.

Tabela 2 - Temáticas e opiniões do questionário sobre liderança e treinamentos.

Temáticas	Principais opiniões
Aprendizados dos treinamentos para líderes	<ul style="list-style-type: none"> - Feedback e reconhecimento. - Planejamento e organização. - Autoconhecimento, empatia e inteligência emocional. - Comunicação e gestão de pessoas. - Trabalho em grupo e gestão de conflitos.
Importância dos treinamentos de líderes	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de habilidades e talentos. - Preparação para assumir o cargo. - Conhecimentos e gestão de equipes. - Identificação de pontos fortes e fracos. - Ética profissional e a imparcialidade. - Liderança motivadora e eficiente. - Aprendizados sobre serem líderes inovadores e adaptáveis. - Gestão de Conflitos.
Sugestões de novas capacitações	<ul style="list-style-type: none"> - Focadas nos perfis. - Feedbacks orientados. - Gestão de pessoas. - Gestão de conflitos. - Sobre Inteligência Emocional e alinhamento de expectativas. - Desenvolvimento de equipes e planos de carreira.
Experiências ruins com líderes	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de conhecimento. - Favoritismo e favorecimento. - Sobrecarga e imposição causando o sentimento de medo. - Falta de capacitações e preparo sobre gestão de equipes. - Falta de reconhecimento. - Falta de educação e elevação do tom de voz.
	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa produtividade e desorganização.

Problemas advindos da falta de preparação das lideranças	<ul style="list-style-type: none"> - Desmotivação e desinteresse. - Retrabalho e conflitos. - Rotatividade e problemas psicológicos.
--	---

Fonte: elaborado pelo autor(a), dados da pesquisa (2023)

Para Chiavenato (2021) o treinamento prepara os colaboradores, desenvolve suas habilidades, contribui para suas mudanças comportamentais e melhora a relação entre os indivíduos. Se em uma organização existe a carência dessas práticas, ela terá um ciclo de rotatividade maior, produtividade menor, colaboradores com problemas psicológico e maiores custos, pois segundo Carvalho (2001), o desenvolvimento depende que o indivíduo tenha educação, instrução e treinamento. Então para os melhores resultados, o foco deve ser no desenvolvimento constante do quadro e cargos de destaque, pontos que são identificados nessas capacitações.

O sucesso de uma empresa depende de um conjunto de ações e uma delas são esses treinamentos internos, pois pense bem, uma organização que engaja seus colaboradores, com suas metas, objetivos e produtos ou serviços, consegue manter o equilíbrio de todas suas pontas, desde o planejamento, execução, controle e gestão. E isso só é possível se o capital humano estiver na mesma página e capacitado, como dentro de uma hierarquia sempre vamos ter os que gerem e o operacional, é essencial que as gerencias estejam preparadas para administrar esse operacional, pois segundo Westin (2012) um líder tem que conhecer seus liderados e deve buscar desenvolver eles sob sua supervisão.

Para Premuzic (2015) um líder engajador deve apresentar 4 traços de personalidades, que são a estabilidade emocional, ambição, sociabilidade e sensibilidade interpessoal. Dessa forma, um líder deve entender que ele lida com outras pessoas e não pode misturar assuntos pessoais com os profissionais, que empatia é necessário, que o trabalho flui melhor com uma equipe motivada, que o relacionamento e ambiente devem ser sempre o melhor possível, evitando conflitos, que a imparcialidade deve predominar, deixar claro sempre os resultados e mostrar onde se pode chegar, pois a equipe sentirá segurança, ambição e transparência em todos os processos, nos seus colegas, na empresa e acima de tudo, no gestor com figura de liderança do grupo.

Com base nisso foi possível observar na pesquisa que os líderes se sentem inseguros muitas vezes com a sua própria liderança ou com a possibilidade assumir um novo cargo dentro da instituição, isso se dar justamente pela falta de preparo, pois o líder não se sente motivado e emocionalmente instável. E a falta de confiança na liderança cria um clima de incerteza e

desconfiança entre os membros da equipe, afetando negativamente sua motivação e comprometimento.

Essa ausência de confiança restringe a colaboração e inovação, resultando em um ambiente estagnado e com baixo desempenho. Além disso, a insegurança do líder pode levar a decisões hesitantes ou arbitrárias, prejudicando a eficiência e limitando o crescimento do grupo.

Sendo assim, na amostra foi possível observar com relação a satisfação dos líderes com a sua própria gestão, os seguintes dados: 48%, que equivale a 11 profissionais preferiram não se manifestar sobre o grau de satisfação, 9 dos participantes que equivale a 39% estão sim satisfeitos com a sua liderança e assim consequentemente estão de bem consigo mesmo como líder e 13% que são 3 colaboradores, não estão bem com a sua liderança no atual momento da amostra, dessa forma, vemos que eles estão desmotivados e isso pode ser um fator agravante para o seu futuro na gestão da sua equipe.

Figura 4 - Satisfação com a sua própria liderança

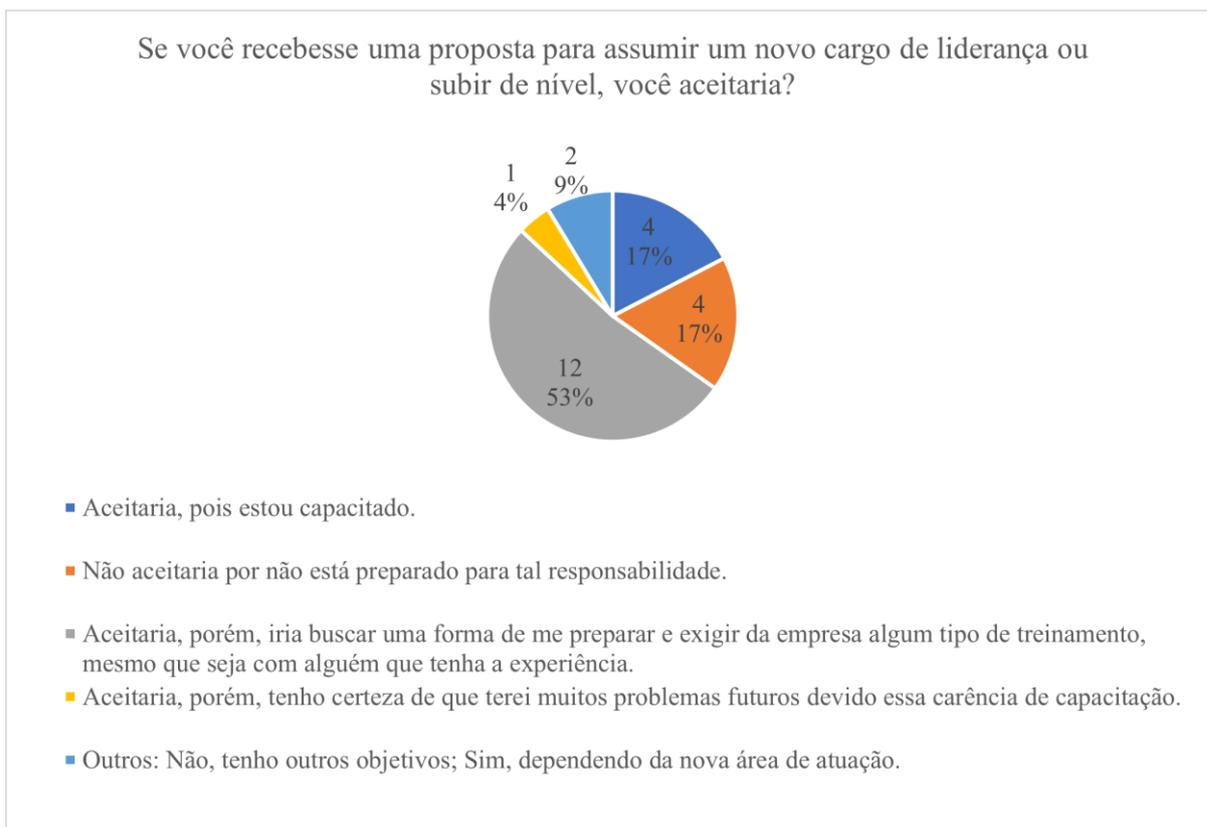


Fonte: elaborado pelo autor(a), dados da pesquisa (2023)

Podemos analisar ainda que se os participantes tivessem a possibilidade de assumir outra liderança, 53% (12 participantes) aceitariam, mas iriam buscar seu desenvolvimento e cobrariam essa capacitação da empresa, 17% (4 participantes) aceitariam, pois, acreditam estarem capacitados, 17% (4 participantes) não aceitariam por não se sentirem preparados, 4%

(1 participante) aceitaria, mas com receios e 9% (2 participantes) tiveram outras opiniões, onde um aceitaria dependendo da área e o outro não, pois tem outros objetivos de vida.

Figura 5 - Ações em caso de nova oportunidade de liderança



Fonte: elaborado pelo autor(a), dados da pesquisa (2023)

Vale lembrar que um líder não assume o cargo sabendo de tudo, muito pelo contrário, mesmo que seja um profissional de vários anos de experiência, sempre terá algo novo para aprender, já que o mercado está em constante transformação, pois como Velloso (2017) aborda, as inovações fazem parte do dia a dia da liderança e que o líder não se adaptar e ficar na comodidade é o primeiro sinal de que ele não é competitivo o que é negativo para a empresa. Perante isso, cabe as organizações disponibilizar treinamentos para esses indivíduos, pois como foi exposto, sempre há algo para aprender, sempre vão ser pessoas diferentes com pensamentos e formas de agir diferentes, e cabe a essas capacitações prepararem as equipes e líderes para todas essas adversidades.

Portanto, foi possível observar que os colaboradores acreditam na importância dos treinamentos e que eles expressam o seu desejo por mais preparações com esse foco, pois até

pelas experiências vividas com outros líderes, eles observaram pontos que são ruins e que deveriam ser evitados. Esses problemas que a falta de capacitação causa, podem ser sim evitados, se a própria empresa disponibilizar e criar treinamentos voltados a todos, como foi apontado até sugestões na tabela 2 acima, cursos mais acessíveis e que fiquem em constante desenvolvimento de novas técnicas para aperfeiçoar seus líderes ou futuros líderes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual panorama econômico, a competitividade empresarial é bastante intensa e para que a empresa se destaque, ela precisa apresentar bons resultados que dependem de seus gestores e equipes, ou seja, de seus colaboradores, estes por sua vez precisam estar motivados e preparados. Sendo assim, a pesquisa explorou sobre a importância dos treinamentos para esses líderes, buscando responder os objetivos do estudo que eram compreender sobre a estrutura organizacional, a importância dos seus treinamentos e identificar os desafios e possibilidades para essas capacitações dentro da empresa.

Nesse contexto, o estudo procurou mostrar a relevância de investir em programas de lideranças, como forma de aumentar a produtividade das equipes, a motivação e engajamento, consequentemente trazendo mais lucros para a organização e diminuindo custos e rotatividade. É possível analisar nessa pesquisa ainda que as capacitações devem ser acessíveis para todos os líderes e os colaboradores em geral.

Além disso, foi possível observar pelo estudo, dificuldades pela falta de preparação que incluem dez de assumir cargos sem nenhuma experiência até a sobrecarga, que podem causar muitos problemas, e um deles é a síndrome de Burnout. Portanto, as organizações que desenvolvem treinamentos de liderança conseguem atingir com maior frequência seus objetivos, pois mantêm equipes motivadas e engajadas. E vale ressaltar ainda a importância do desenvolvimento de novos estudos da área para que assim cada vez mais os ambientes corporativos tenham acesso a informação e consigam se desenvolver.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, K. A. *et al.* **Leadership styles, emotion regulation, and burnout.** *Journal of Occupational Health Psychology*, 20(4), 481–490, 2015.

BEHNKE, M. T. **Gestão de Pessoas:** Artigos reunidos. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BENNIS, W.; NANUS, B. **Líderes: estratégias para assumir a verdadeira liderança.** São Paulo: Harbra, 1988, p. 5.

BERGAMINI, C. W. **Liderança: Administração do Sentido.** 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações: nem todos fazem as mesmas coisas pelas mesmas razões.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CARVALHO, A.V. **Treinamento: princípios, métodos e técnicas.** São Paulo: Pioneira, 2001.

CAVALCANTE, M.M.; SIQUEIRA, M.M.M.; KUNIYOSHI, M.S. Engajamento, bem-estar no trabalho e capital psicológico: Um estudo com profissionais da área de gestão de pessoas. **Revista Pensamento & realidade**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 23, 2014.

CHIAVENATO, I. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa.** 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** 14ª ed. São Paulo: Ática, 2019.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 27.

DAHL, J. **Liderança Lean: como garantir o sucesso e desenvolver uma estrutura de liderança.** 1ªed. Rio Janeiro: Alta Books, 2021.

GRAMIGNA, M. R. **Modelos de competências e gestão dos talentos.** 2.ed. São Paulo: Pearson, 2007.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais.** São Paulo: Atlas ,2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALF, R. Motivação para liderar pode ser afetada por preocupações e pela busca do equilíbrio entre vida pessoal e profissional. **Robert Half Talent Solitions**, 2022. Disponível em: <https://www.roberthalf.com.br/imprensa/motivacao-para-liderar-pode-ser-afetada-por-preocupacoes-e-pela-busca-do-equilibrio-entre>. Acesso em: 07 ago. 2022.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração Estratégica: competitividade e globalização.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

IVAN, M. V.; TERRA, L. A. A. A influência da liderança na dinâmica organizacional. **Caderno Profissional de Administração - UNIMEP**, Piracicaba, v. 7, n. 1, p. 137-159, 2017.

ISRAEL, C. R. Q. Uma Análise sobre Liderança: da Teoria dos Traços à Liderança 4.0. **Boletim do Gerenciamento**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 24, p. 21-30, 2021.

IBC – Instituto Brasileiro de Coaching. Líder moderno x líder tradicional. **IBC Coaching**, 2019. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/lideranca-e-motivacao/lider-moderno-x-lider-tradicional/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e estatística. Panorama, Pereiro. **IBGE**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pereiro/panorama>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MAXIMIANO, A.C. **A Teoria Geral da Administração: da revolução urbana a revolução digital**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OSTEC; NEOTRIAD. Como manter uma equipe formada por membros das gerações X, Y e Z engajada e produtiva. **Neotriad**, 2018. Disponível em: <https://gestaodeequipes.com.br/e-book-ostec-neotriad/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PACILÉO, A. Os principais desafios de um líder. **R7**, 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/empreendendo-direito/os-principais-desafios-de-um-lider-08062022>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PEREIRA, M. *et al.* A importância da inteligência emocional na liderança e a sua relação com o ambiente organizacional. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v.6, n.8, p.87-101, 2019.

PIVETTA, N. P.; CAMPOS, S. A. P.; SCHERER, F. L. A influência do modelo weberiano de burocracia na escola clássica, escola de relações humanas e abordagem comportamental. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 90-117, 2018.

PREMUZIC, T. C. Os quatro traços de personalidade de líderes engajadores. **Revista do RH**, 2015. Disponível em: <http://www.revistadorh.com.br/os-quatro-tracos-de-personalidade-de-lideres-engajadores/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

RAEBURN, A. Qualidades de um líder: 15 características da liderança eficaz. **Asana**, 2022. Disponível em: <https://asana.com/pt/resources/qualities-of-a-leader>. Acesso em 11 jun. 2023.

RIBEIRO, A. D. L. **Gestão de Pessoas**. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

ROCHA, C.M. *et al.* CHEFE X LÍDER: estudo comparativo. **Revista Científica on-line Tecnologia, Gestão e Humanismo**, Guaratinguetá, v. 9, n. 1, p. 2-15, 2019.

ROSSI, J. C. *et al.* **Desenvolvimento gerencial e liderança**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

SARTORI G.; ZANOTTO M. P.; FACHINELLI, A. C. **Liderança em tempos de indústria 4.0: novos papéis para um novo perfil?**. 2018. XVIII Mostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2018.

SILVA, D. O que é mundo VUCA? Conheça o conceito e como lidar com essa realidade. **Blog da Zendesk**, 2022. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/o-que-e-mundo-vuca/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

SILVERSTEIN, B. **Motivação**: Desperte o que Há de Melhor em Sua Equipe. 1ed. Rio de Janeiro: Senac, 2019

SORENSEN, J.B. The strength of corporate culture and the reliability of firm performance. **Administrative Science Quarterly**, New York, v. 47, n. 1, p. 70-91, 2002.

STOGDILL, R.M. **Handbook os leadership**. New York: McMillan/Free Press, 1974.

SCHULZ, J.W. Tapping the best that is within: why corporate culture matters. **Management Quarterly**, Washington, v. 42, n. 1, p. 29-35, 2001.

TAYLOR, F.W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

TESTA, P.; LAFARGUE, J.; COARTET, V. T. **Liderança**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TOZZI, E. Pesquisa revela que 55% dos líderes brasileiros se sentem estressados. **Você RH**, 2021. Disponível em: <https://vocerh.abril.com.br/politicasepraticas/pesquisa-estresse-lideranca/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

VASCONCELOS, A. M. **A influência da Inteligência Emocional no desenvolvimento dos estilos de liderança**: uma análise dos estilos segundo o modelo de Daniel Goleman (2015). 2020. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Administração), Faculdade Vale do Aço – FAVALE, Açailândia, 2020.

VELLOSO, V. Por que você precisa sair da bolha para ser um líder inovador?. **Isto é dinheiro**, 2017. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/por-que-voce-precisa-sair-da-bolha-para-ser-um-lider-inovador/>. Acesso em: 22 jun. 2023

VIEIRA, C. S.; COSTA, M. A. R. A atuação do líder na gestão de pessoas no ambiente organizacional. **Revista Acadêmica Online**, 2019. Disponível em: <https://www.revistaacademicaonline.com/products/a-atuacao-do-lider-na-gestao-de-pessoas-no-ambiente-organizacional/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

WESTIN, F. O líder engajador. **Blog Questão de Coaching**, 2012. Disponível em: <https://qdc.yaraleal.com.br/2012/02/03/o-lider-engajador-entrevista-com-felipe-westin-parte-2/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

YAMAFUKO, E. L.; SILVA, J. J. Liderança nas Organizações. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, vol. 12, p. 86-93, 2015.

MARKETING DE RELACIONAMENTO: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE AS ESTRATÉGIAS PARA FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE

Jordânia Soares Leite

José Shirley Pessoa do Nascimento

Francisco Edmilson Dias Araújo

Cícero Pereira da Silva

RESUMO: No cenário de alta competitividade que caracteriza o mundo dos negócios, as empresas têm empreendido esforços para se posicionar de forma vantajosa, considerando especialmente o foco no cliente. Nesse contexto, tem-se popularizado a importância do marketing de relacionamento enquanto impulsionadora no processo de fidelização da clientela. Para tanto, fez-se uso de revisão sistemática da literatura a fim de levantar o desenvolvimento do tema a partir das produções nacionais sobre o mesmo, considerando o recorte temporal de cinco anos (2017-2021). As estratégias mais citadas nos artigos revisados foram: *Customer Relationship Management*, qualidade no atendimento ao cliente, mídias e redes sociais e programas de fidelidade. Verificou-se que são estratégias que se conformam com a finalidade do marketing de relacionamento, que é justamente procurar satisfazer os clientes, atendendo suas necessidades e expectativas. Para tanto, todas se valem da busca e análise de informações, para identificar o perfil e demandas dos clientes, podendo a partir delas, planejar e tomar decisões que contribuam no estreitamento do relacionamento entre o cliente e a empresa, aumentando a probabilidade de fidelização.

Palavras-chave: Relacionamento. Satisfação. Fidelização. Estratégias.

RELATIONSHIP MARKETING: SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW ON CUSTOMER LOYALTY STRATEGIES

ABSTRACT: In the highly competitive scenario that characterizes the business world, companies have endeavored to position themselves in an advantageous manner, especially considering the focus on the customer. In this context, the importance of relationship marketing as a driver in the customer loyalty process has become popular. For that, a systematic literature review was used in order to raise the development of the theme from the national productions on the same, considering the time frame of five years (2017-2021). The most cited strategies in the articles reviewed were: Customer Relationship Management, quality of customer service, social media and networks, and loyalty programs. It was found that these are strategies that conform to the purpose of relationship marketing, which is precisely to seek to satisfy customers, meeting their needs and expectations. For this, all use the search and analysis of information, to identify the profile and demands of customers, being able to, from them, make decisions that contribute to customer satisfaction and customer loyalty, understanding that these are directly linked to the level of involvement of the customer with the company.

Keywords: Relationship. Satisfaction. Loyalty. Strategies.

1 INTRODUÇÃO

Não é fato novo que a concorrência nos negócios tem se tornando cada vez mais expressiva, e isto dá ao consumidor mais diversidade e disponibilidade do que procura no mercado para satisfazer suas necessidades, razão pela qual certamente influi no perfil atual de cliente, muito mais exigente e consciente (Zenone, 2017).

Esse cenário requer das empresas posturas e estratégias que tenham como foco determinante o cliente/consumidor, para garantir seu desenvolvimento e sucesso no mercado concorrencial (Las Casas, 2011).

O que se entende, pois, é que diante do novo perfil de consumidores verificado desde a década de 1990, as empresas precisam buscar um canal de ligação com os mesmos, para atendê-los de uma forma sempre melhor, criando uma relação de confiança e durabilidade (Karsaklian, 2011).

Foi a partir dessa evidência que se popularizou a importância do marketing junto com o bom relacionamento com o consumidor como ferramenta estratégica para fidelização da clientela. Zenone (2017) explica o marketing de relacionamento como uma tática que abrange desde a preocupação com o cliente, a qualidade do produto ou serviço até chegar ao pós-venda, pois facilita o processo de identificação e satisfação das necessidades humanas e sociais do consumidor.

Nesse sentido, é possível perceber que o marketing de relacionamento passou a ser mais enfatizado nos estudos sobre marketing, principalmente em investigações que buscam identificar e recomendar estratégias de relacionamento que possam contribuir no processo de fidelização do cliente.

Partindo dessas premissas, esse estudo apresenta a seguinte questão problemática: Quais as principais estratégias de marketing de relacionamento para fidelização dos clientes abordadas na literatura nos últimos 5 anos?

Sendo assim, o objetivo principal desse estudo é levantar os estudos bibliográficos dos últimos 5 anos acerca das principais estratégias de marketing de relacionamento. Como objetivos específicos, foram delineados: a) discutir a importância do cliente para a sobrevivência da empresa; b) Conhecer quantitativamente a base bibliográfica de publicações sobre marketing de relacionamento dos últimos 5 anos; e c) discorrer sobre as principais estratégias e benefícios do marketing de relacionamento para fidelização dos clientes abordados na literatura pesquisada.

Metodologicamente, o estudo se vale de revisão sistemática da literatura, com abordagem qualitativa e quantitativa, para assim fundamentar o desenvolvimento do tema a partir das produções nacionais sobre o mesmo. Além disso, para o referencial teórico, foram revisados alguns autores que tratassem em especial de conceitos como marketing, marketing de relacionamento, satisfação, fidelização e comportamento do cliente. Desse modo, citam-se as contribuições de autores como Kotler (2000); Kotler e Keller (2012); Las casas (2011, 2012); e Zenone (2017).

O tema aqui tratado se justifica pela sua relevância seja no âmbito acadêmico, como mais um incremento de pesquisa para o impulsionamento do debate, seja para a própria desenvoltura profissional, nesse caso em especial da área da Administração, sabendo-se que o marketing é uma das ferramentas mais discutidas nas organizações hodiernamente, o que demonstra a importância de conhecer e discutir sobre suas formas e possibilidades de aplicabilidade.

Para melhor apresentação da pesquisa, o trabalho está seccionado em cinco tópicos: esta introdução, com o delineamento geral do estudo; o norteamento conceitual e teórico sobre os principais assuntos relacionados ao tema; a apresentação dos métodos utilizados para desenvolvimento do estudo; os resultados da pesquisa e sua discussão; e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marketing de relacionamento: breve contextualização e conceituações

O acelerado e progressivo incremento tecnológico acabou reformulando o cenário dos negócios, promovendo, dentre outras, maior facilidade e abertura de mercado, com mais diversidade e disponibilidades de produtos e serviços, que associado aos novos meios de comunicação, notadamente, a internet, fez surgir uma concorrência mais ativa (Las Casas, 2011).

Com isso, o consumidor tornou-se também mais exigentes, consciente de sua importância e do impacto de seu consumo, impulsionando as empresas a se posicionarem estrategicamente para conseguir se manter em desenvolvimento e sucesso perante essa nova realidade (Kotler; Keller, 2012).

Foi diante, inicialmente, de uma maior disputa de mercado, que o marketing foi ganhando destaque e relevância, sendo difundida como uma ferramenta utilizada pelas

empresas com objetivo de atender e superar as expectativas de seus clientes, a partir de sua satisfação, para alcançar e concretizar mais vendas (Las Casas, 2011).

Didaticamente, Cobra (2011) resume que o marketing funciona com base em informações do mercado, procurando conhecer o perfil do consumidor, mas também de seus concorrentes, para assim identificar as tendências e o que pode ser usado como estratégia para se destacar e incrementar as vendas.

Tomando por referência a década de 80, via-se que até então vigorava o chamado “marketing de massa”, que em suma, procurava alcançar o maior número de vendas para o maior número de clientes, produzindo e distribuindo na tentativa de alcançar e atrair compradores de todos os tipos (Melo, 2016). Isso porque, a concorrência nesse período se baseava quase sempre na qualidade dos produtos e dos serviços.

Todavia, o mercado mudou, sua extensão, a forma de se apresentar, e isso colocou a frente do consumidor um leque de oportunidades para fomentar seus desejos e necessidades, o que conseqüentemente acirrou a disputa das empresas pela sua atenção.

Isso explica o fato de o marketing ter passado por um nítido processo evolutivo: marketing centrado no produto (1.0), posteriormente para o marketing voltado para o consumidor (2.0) e, depois para o marketing centrado no ser humano (3.0) (Kotler; Kartajaya; Setiawan, 2017). Esse último surge justamente perante a mudança de perfil e comportamento dos consumidores, num cenário de forte ascensão e influência da tecnologia.

Frente a isso, Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) discutem o marketing 4.0, como um desdobramento necessário do anterior, para aprimorar cada vez mais a adaptação das empresas nos caminhos do consumidor na economia digital. Parte de uma abordagem que combina interações online e off-line entre as empresas e os clientes.

Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) percebem ainda que as empresas estão diante, atualmente, de um mundo inclusivo, social e horizontal, em que a conectividade entre pessoas conseguem compartilhar experiências, e conseqüentemente, precisa se inserir nesse contexto.

O marketing de relacionamento se encaixa nesse contexto como propulsor estratégico a favor da imagem da empresa, por isso tem sido destacadas ferramentas como as redes sociais para aprimorar a relação e conectividade entre clientes e empresas.

Na perspectiva de Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 29), “a mídia social elimina barreiras geográficas e demográficas, permitindo às pessoas se conectarem e se comunicarem, e, às empresas, inovar por meio da colaboração”. Entende-se, portanto, que é necessário dar uma importância cada vez maior à centralidade do humano para conseguir atrair o consumidor

na era digital. As empresas precisam revelar e investir em seu lado humano para criar conexões com os consumidores, de forma a satisfazê-los.

Conforme observa Bergamo (2017), se num primeiro momento o marketing estava voltado para orientações do aspecto funcional das empresas, quais sejam, o produto, produção e vendas, mais tarde, houve um amadurecimento dos estudos, que passaram a adotar uma nova filosofia de marketing que se alinhasse as novas exigências da dinamicidade do mercado, e do próprio perfil do consumidor que se ajustava a esse cenário (Bergamo, 2017). Sobre isso, Madruga (2010, p. 6) sublinha que:

Assim como o marketing de massa foi à solução no século passado para levar o maior número possíveis de produtos para o maior número imaginável de clientes, o marketing de relacionamento na atualidade privilegia a interação com o seu cliente, com o objetivo de desenvolver, especialmente para ele, um conjunto de valores que o levarão à satisfação e longevidade do seu relacionamento com a empresa.

Passou-se a valorizar nesse contexto, que o relacionamento é primordial para que as empresas compreendam os clientes e assim possam conquistar sua lealdade, por isso tem sido apontado como conceito imprescindível para ser adotado pelas empresas no sistema de comercialização, desde ao pré ao pós venda.

Para Kotler (2000, p. 71), “o marketing de relacionamento abrange todas as etapas que as empresas cumprem para conhecer melhor seus clientes de valor e atendê-los também de maneira melhor”. Sua utilização esta, portanto, associada a conquista da satisfação e fidelização da clientela consumidora.

Seguindo esse raciocínio, Kotler e Keller (2012) vão enfatizar ainda que na interface do marketing de relacionamento os clientes devem ser vistos como únicos, pois possuem posturas e desejos específicos, e é esse quesito que se deve levar em consideração. É importante, inclusive, os valores que os clientes acham mais relevantes na relação empresa/cliente.

O objetivo, desse modo, é manter um bom relacionamento e parceria entre a empresa e o cliente, com vantagens para ambos. Sendo assim, entende-se que para atingir esse intento, “[...] além das ferramentas tradicionais do marketing, é necessário incluir outras atividades, tais como gestão de reclamações, avaliação da satisfação da maioria, procedimentos de melhoria” (Las Casas, 2012, P.83).

Assim como afirma Zenone (2017), o relacionamento deve perpassar pelo gerenciamento atento de informações particularizadas do cliente a fim de maximizar sua fidelidade, por isso a maioria dos estudos parte da análise comportamental para o desenvolvimento de um marketing de relacionamento eficaz.

Sobre essa questão, Bergamo (2017, p. 15) reforça que “[...] os relacionamentos são dinâmicos, à medida que são vinculados a processos comportamentais e emocionais”. Considerando isso, é possível perceber que são definidos alguns construtos que são indispensáveis para a abordagem relacional do marketing, que a literatura cita como fatores que auxiliam no estabelecimento de vínculos e guiam o desenvolvimento dos relacionamentos, a saber: a confiança, satisfação/experiência, lealdade, comprometimento, qualidade do serviço e comunicação.

A ideia é dar atenção a esses construtos e a partir deles, desenvolver para o cliente, em especial, uma série de valores que levará satisfação e longevidade à relação entre eles.

Além disso, Las Casas (2011) enfatiza que a empresa precisa estabelecer uma cultura organizacional para implantar o marketing de relacionamento, delineando quatro passos principais: decidir que clientes considerar; como gerenciar as informações; os processos para atender as necessidades dos clientes e treinar equipe para usar as informações.

Presume-se disso, que para uma empresa ser bem sucedida ela precisa destinar maior atenção e ser o mais eficaz possível na criação, entrega de valor e comunicação de seu público alvo, já que, o mais exato é que o cliente seja atraído pela melhor oferta.

Nesse sentido, Zenone (2017) ressalta a importância de a empresa possuir um organograma orientado para o cliente, em que esteja no topo da pirâmide e dos interesses, mas enfocando que todos os setores da empresa devam estar pessoalmente envolvidos e em contato com os clientes, em conhecê-los e satisfazê-los.

É dizer, desse modo, que essa conjuntura envolve uma noção ampliada de marketing, que nesse caso, está orientado para mercados e clientes em que foram adicionadas as formas de ouvir o cliente, aos esforços de melhorias da qualidade de produtos e processos internos (Kotler; Keller, 2012).

2.2 Satisfação e fidelização de clientes como fator de sucesso organizacional

O consumidor assume papel salutar no processo de comercialização, principalmente quando habitualmente requisita um produto ou serviço de determinada empresa. Esse é o que Karsaklian (2011) chama de cliente externo, responsável pela sobrevivência das empresas, à medida que participam da comercialização de um determinado produto/serviço, na posição de comprador, auferindo lucro para o vendedor, mediante essa relação comercial.

Para Kotler e Keller (2011, p 2012), “ao se concentrar em seus clientes, produtos e canais mais lucrativos, essas empresas esperam atingir um crescimento lucrativo, capturando uma parcela maior dos gastos de cada cliente com a conquista da fidelidade”.

Tal evidência justifica a preocupação atual em ter o cliente com foco para delinear as estratégias organizacionais, pois o que mais se procura é identificar as necessidades e desejos de cada cliente para assim satisfazê-los e então chegar a tê-los fidelizados.

Karsaklian (2011) explica que a clientela se perfaz num diverso conjunto de comportamentos e personalidades, e que o mercado deve estar atento para lidar com essa diversidade no sentido de obter resultados nas vendas ou na prestação dos serviços.

Desse modo, oportuno enfatizar que mais que nunca é preciso identificar as motivações, percepções, atitudes e comportamentos do consumidor como um ponto de partida lógico para as estratégias de marketing (Karsaklian, 2011). Concordante, Cobra (2011, p. 23) situa que:

É preciso descobrir quais são as necessidades e desejos de cada cliente, para saber o que oferecer para satisfazê-lo seja por meio de produto ou de serviço. É importante descobrir o que cada cliente busca em um produto ou serviço, ou seja, o que tem valor para o cliente. A necessidade do cliente deve ser vista do ponto de vista do cliente e não da óptica do fornecedor.

Entende-se a partir disso, que o cliente é o ponto de referência de toda empresa e é pensando nele que as mesmas planejam, direcionam e executam suas estratégias, sendo o alvo, nesse caso, o alcance de sua satisfação.

Didaticamente, a satisfação é relacionada sempre ao sentimento de prazer ou de desapontamento que se resulta da comparação do desempenho esperado pelo produto, em relação às expectativas e percepções do indivíduo (KOTLER, 2000).

Na perspectiva do mercado, pode-se dizer que corresponde a uma espécie de julgamento que o consumidor faz sobre o processo de comercialização. Contudo, oportuno perceber que a satisfação não se limita a qualidade e benefícios do produto/serviço, mas das relações envolvidas em todo processo, que como já se disse, é mais complexa do que somente a realização da compra em si.

Na leitura de Zenone (2017), o autor explana que para alcançar a satisfação, a empresa deve eleger como alvo um relacionamento com o consumidor de forma que ao compreender suas necessidades e expectativas, possa não somente lhe oferecer o que procura, mas proporcione um contexto de confiança que conseqüentemente instaure um processo de fidelização.

Dito isso, é importante considerar como a satisfação é o principal canal para fidelizar o cliente, partindo do pressuposto que, a percepção de satisfação leva o cliente a recompra. Quanto a isso, ao falar em fidelização, estar-se diretamente fazendo referência ao nível de envolvimento do cliente com a empresa.

Para Pereira (2009), a fidelização é uma estratégia usada para identificar, manter e aumentar o rendimento dos melhores clientes em uma relação de longo prazo com a empresa.

Não por menos, manter um cliente fiel é de extrema importância para a empresa, uma vez que, ao criar esse vínculo de confiança e de relação contínua, ela obtém vantagem não somente por manter o cliente como comprador constante, mas como um possível canal para conquistar outros novos clientes, conforme observa Pereira (2009, p. 09):

[...] clientes fiéis não apenas consomem produtos e serviços da marca com alta frequência, mas também exercem um importante papel: o de defensores da marca. Quando têm uma relação estreita com uma marca de produtos ou serviços, divulgam a mesma para seus familiares e amigos. Essa propaganda boca a boca é de grande eficiência, pois os consumidores prezam muito a opinião daqueles que estão à sua volta e que formam seus grupos de referência.

Note-se que, a empresas que estão centradas no cliente são conscientes de que a satisfação é ao mesmo tempo, uma meta e uma ferramenta de marketing, já que usam os altos índices de satisfação de clientes para chamar atenção de seu mercado-alvo. Dessa forma, vê-se que a satisfação é claramente uma ferramenta para instigar e fortalecer o desenvolvimento de relacionamentos permanentes e bem sucedidos, e, além disso, contribui na agregação de valor às empresas dentro do mercado ao qual estão inseridas.

E nesse contexto, o marketing de relacionamento tende a oferecer significativas vantagens, o que justifica a sua adesão por parte das empresas, pois propõe inovar, estabelecer uma relação sólida, testando novas ideias e alinhando a empresa com os clientes que valorizam o que ela tem a oferecer (Pereira, 2009).

O relacionamento entre empresa e cliente torna-se cada vez mais indispensável, e que se torna ainda mais preponderante quando se analisa a conjuntura contemporânea marcada pela influência incisiva da tecnologia, dos novos meios de comunicação, dos meios de produção, que são responsáveis por apresentar ao consumidor uma gama de possibilidades.

Sobre isso, Kotler e Keller (2012, p. 139) enfatizam que, “com a ascensão de tecnologias digitais como a internet, os consumidores de hoje, cada vez mais informados, esperam que as empresas façam mais do que se conectar com eles, mais do que satisfazê-los e até mais do que encantá-los [...]”.

Diante disso, a empresa deve conhecer e adotar, nesse caso, as ferramentas que o marketing de relacionamento fornece para proporcionar uma boa relação com o cliente, que se frise, precisa acontecer desde o primeiro contato, cativando e conquistando-o de forma que não só a venda seja concluída, mas que passe a ser fiel, elevando as vendas e os lucros futuros da empresa, ao mesmo tempo que tem suas expectativas e necessidades supridas satisfatoriamente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir dos objetivos delineados, optou-se por desenvolver uma Revisão Sistemática da Literatura (RSV), que conforme explana Galvão e Pereira (2014), pode desenvolver tanto uma revisão qualitativa como quantitativa de artigos, utilizando métodos explícitos através de critérios de seleção previamente definidos, para assim identificar e diagnosticar o tratamento sobre determinado tema.

Para conduzir a pesquisa, seguiu-se procedimento que incluiu seis etapas: (1) delimitação da problemática de estudo; (2) definição das bases de dados; (3) delineamento de critérios de busca e palavras-chave; (4) busca e refinamento da pesquisa; (5) seleção dos artigos; e (6) análise das publicações.

Desse modo, na fase de identificação, a coleta dos artigos se deu nas bases de dados eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e *Google Scholar* (Google acadêmico), realizada entre os dias 01 a 10 de novembro de 2021, e utilizando os seguintes descritores: (1) “Marketing de Relacionamento”; (2) “Fidelização de clientes”; (3) “Estratégias” + “Marketing de relacionamento”; (4) “Marketing de relacionamento” + “Fidelização”.

Na fase de seleção, foram usados como critérios para filtrar os estudos: artigos de periódicos; publicados de 2017 a 2021; na língua portuguesa; disponibilizados na íntegra, e artigos de revisão. Com isso, foram incluídos 46 estudos do Google acadêmico e 23 no Scielo, resultando 69 artigos. A **Tabela 1** apresenta o resultado preliminar dos artigos encontrados com base nas palavras-chave adotadas.

Tabela 1 – Resultados preliminares da pesquisa de artigos através das bases de dados selecionadas

Descritores	Bases de dados		Total (100%)
	Scielo (33%)	Google acadêmico (67%)	

“Marketing de relacionamento”	10	19	29
“Fidelização de clientes”	7	11	18
“Estratégias” + “Marketing de relacionamento”	4	8	12
“Marketing de relacionamento” + “Fidelização”.	2	8	10
Total (100%)	23	46	69

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A partir dos resultados preliminares obtidos, procedeu-se a leitura dos títulos, resumos e considerações finais dos artigos, para excluir os duplicados e aqueles que não se adequavam apropriadamente aos objetivos desse estudo. Após serem aplicados os critérios previamente definidos, obteve-se uma amostra de 13 artigos (5 na Scielo e 8 no Google Acadêmico) para serem analisados, por apresentarem respostas a problemática definida para o estudo na qual faz uma busca sobre as estratégias do marketing de relacionamento para a influência da fidelização do cliente.

Para a análise dos dados, seguiu-se a técnica de análise de conteúdo, que conforme orienta Bardin (2011), consiste basicamente nas etapas de pré-análise dos artigos após extração nas bases de pesquisa, a seleção dos artigos conforme objetivos selecionados, e por fim o tratamento analítico dos dados alcançados.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante os procedimentos de pesquisa e seleção descritos na seção anterior, buscou-se identificar, especialmente, quais ferramentas de marketing de relacionamento a literatura bibliográfica aponta como estratégias que contribuem para potencialização da fidelização dos clientes.

Sendo assim, foi possível observar que existem diversas ferramentas disponíveis para ações de marketing de relacionamento, sendo algumas delas mais aproximadas do marketing tradicional, outras são do marketing digital.

As estratégias mais citadas nos artigos revisados foram: *Customer Relationship Management* (CRM), qualidade no atendimento ao cliente, mídias e redes sociais e programas

de fidelidade. O quadro 1 apresenta sinteticamente as principais estratégias e a distribuição dos autores que as citam em seus estudos, relacionando-as ao marketing de relacionamento.

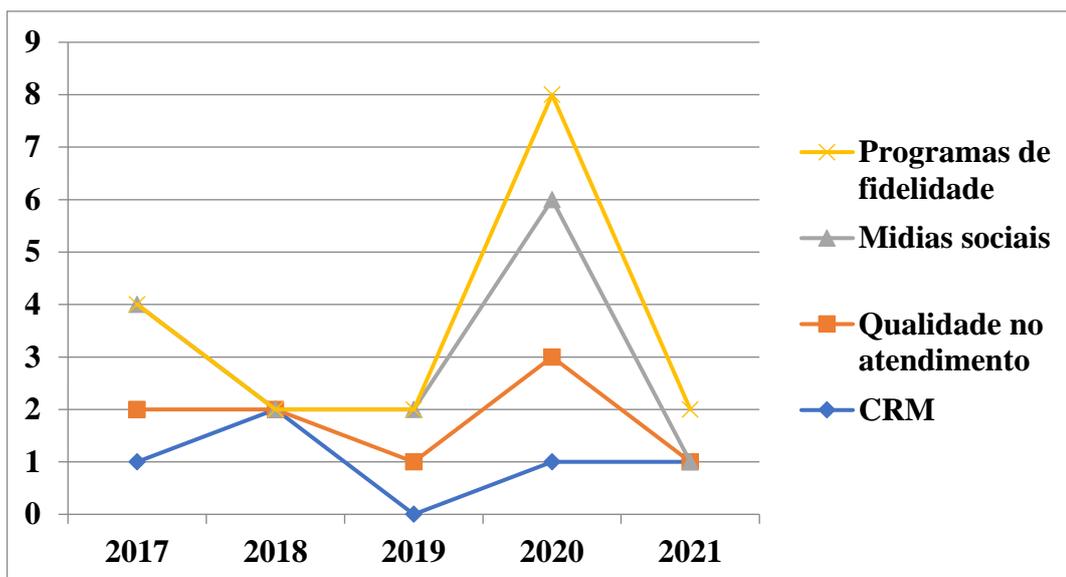
Quadro 1 – Distribuição dos assuntos estudados por cada artigos

Estratégia de marketing de relacionamento para fidelização	Autores e ano de publicação
<i>Customer Relationship Management</i> (CRM)	Demo <i>et al</i> , (2021); Camargo, Lyra e Miranda (2018); Navajas (2017); Silva <i>et al</i> (2018); e Zilse e Floriani (2020)
Qualidade no Atendimento	Cardoso e Silva (2020); Oliveira e Agrellos (2017); Souza <i>et al</i> (2019); e Zilse e Floriani (2020)
Mídias sociais e redes sociais	Amaral e Melo (2017); Cardoso e Silva (2020); Cirino <i>et al</i> (2019); Peterle, Bayerl e Carletti (2020); Navajas (2017); e Zilse e Floriani (2020)
Programas de fidelidade	Felipe (2019); Silva <i>et al</i> (2020); e Zilse e Floriani (2020)

Fonte: Elaboração própria (2021).

Nos artigos, os autores não necessariamente se limitam a apresentar apenas uma estratégia de marketing de relacionamento e sua contribuição para a fidelização de clientes, sendo que a maioria deles cita em seus resultados mais de uma. No gráfico 1, pode-se observar as estratégias mais mencionadas por ano.

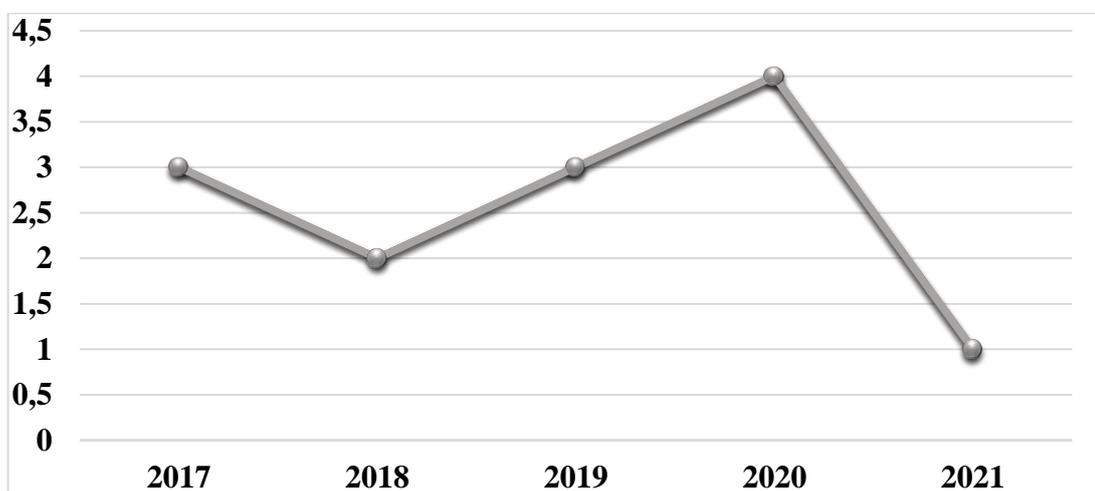
Gráfico 1 – Distribuição das menções das estratégias de marketing de relacionamento por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ainda assim, é possível identificar qual a estratégia mais citada, considerando sua distribuição conforme o ano de publicação dos artigos. Como se ilustra a quantidade de trabalhos publicados por ano no **Gráfico 2**.

Gráfico 2 – Distribuição da quantidade de trabalhos por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dentre o recorte temporal estabelecido, vê-se no gráfico que o ano de 2020 foi o mais expressivo no número de publicações, e das estratégias citadas, teve ênfase no referido ano o CRM e as mídias/redes sociais como ferramentas para alavancar o marketing de relacionamento.

Pela leitura dos artigos, percebeu-se que os autores consideram tanto a eficácia das estratégias, seus benefícios, e ainda a viabilidade de serem aplicadas pelas empresas. Afinal, algumas das estratégias como a CRM, se utilizam de sistemas de TI, que muitas vezes possuem custos que fogem a realidade do poder financeiro de empresas, como por exemplo, as de pequeno porte (Zilse; Floriani, 2020).

Esse aspecto é interessante, pois as demais estratégias citadas são formas de mais fácil aplicabilidade, mas que do mesmo modo, valorizam informações de perfis dos clientes, importam em oferecer aquilo que perfaz as necessidades e expectativas do cliente perante a empresa (Cardoso; Silva *et al*, 2020; Peterle; Bayerl; Carletti, 2020).

Os autores fazem questão de situar que os objetivos dessas estratégias casam-se diretamente com a finalidade do marketing de relacionamento, pois envolve práticas que pretendem desenvolver uma relação para além da objetividade do processo de compra e venda (Navajas, 2017). Buscam desenvolver valores nos clientes de forma que eles se mantenham satisfeitos com o que está sendo entregue pela empresa, fortalecendo e deixando mais estável o vínculo entre ambos.

Desse modo, pode-se observar os benefícios proporcionados por essas estratégias de marketing de relacionamento, principalmente pela troca mútua, onde de um lado a empresa mantém-se em posição de destaque e lucratividade, e de outro, um cliente satisfeito e fidelizado (Camargo; Lyra; Miranda, 2018).

O que faz oportuno, nesse caso, apresentar as considerações levantadas sobre cada uma delas, de acordo com a perspectiva levantada através dos autores.

6.1 *Customer Relationship Management CRM*

A verificação de que o relacionamento a longo prazo entre empresa e clientes é uma das principais necessidades no mundo dos negócios, retrata a importância de adotar estratégias que contribuam para tornar atrativa, vantajosa e duradoura essa relação para ambas as partes.

Baseado nisso, com foco no desenvolvimento de um relacionamento sólido entre empresa e seus clientes, a primeira ferramenta do marketing de relacionamento refere-se à adoção de uma gestão de relacionamento que considere as peculiaridades não somente da empresa, como de seu público-alvo.

Nessa perspectiva, Silva *et al* (2018) citam a *Customer Relationship Management CRM* (Gestão de Relacionamento com o Cliente) como estratégia de fidelização, e que visa entender e antecipar as necessidades dos clientes atuais e potenciais de uma organização. Para tanto, essa

ferramenta analisa dados dos consumidores para planejar e oferecer produtos e serviços adequados e correspondentes as suas necessidades e preferências.

A mais pontual característica da CRM é se valer das ferramentas da Tecnologia da Informação (TI) para combinar e integrar, através de plataformas digitais e sistema de dados, informações prévias do cliente para, a partir deles, planejar formas de aprimorar o relacionamento entre a empresa e seu público alvo (Demo *et al*, 2021).

Ao citar o CRM enquanto uma das estratégias relacionais dentro do corpo de conhecimentos do marketing de relacionamento, Demo *et al* (2021) afirmam que sua contribuição parte justamente das demandas atuais de negócios, nas quais o manejo das relações tem se dado sobretudo por formas não presenciais, mas *online*, haja vista a influência determinante dos meios eletrônicos.

Desse modo, pontua-se que é importante construir e manter um banco de dados de clientes, o que também requer investimentos adequados em *hardwares*, *softwares*, sistemas de telecomunicações e programas analíticos de informação. Esse conjunto de ferramentas, segundo Demo *et al* (2021, p. 06), possibilita apresentar soluções personalizadas capazes de atender o cliente, “[...] uma vez que a entrada de dados, permite o cruzamento de informações para que seja traçado o perfil e a preferência dos clientes, seja de forma individual ou coletiva, auxiliando assim o processo de tomada de decisão”.

No mesmo sentido, Navajas (2017) apresenta uma análise a respeito da utilização de sistemas de CRM, como ferramenta do marketing de relacionamento, e afirma que quando a empresa consegue identificar as particularidades do seu público alvo, torna-se mais favorável garantir a satisfação e a criação de valor por parte daquele, ocasionando o aumento da probabilidade de fidelização.

Sobre isso, Camargo, Lyra e Miranda (2018) veem o CRM através de dois pontos de vista: o de servir de investigação dos perfis dos clientes para melhor atendê-los, otimizando o relacionamento e as transações comerciais da empresa; e o de serem canais de comunicação em que os clientes podem fazer sugestões e reclamações para a empresa, promovendo a interação do consumidor com a empresa.

Zilse e Floriani (2020) salientam que, embora a ideia de utilizar a TI como norteador da CRM represente certo desafio para algumas empresas, notadamente pelo argumento das limitações financeiras, é possível o uso de recursos mais simples e criativos, como formas mais exequíveis de serem aplicadas, no caso das microempresas, por exemplo, cujos recursos são mais limitados.

6.2 Qualidade no atendimento

O serviço de atendimento ao cliente é tratado como uma forma estratégica do marketing de relacionamento, pela qual as organizações procuram se garantir competitivas no mercado, e aumentar a satisfação e fidelização do cliente (Zilse; Floriani, 2020).

Parte-se da premissa de que, o cliente busca não necessariamente um produto ou serviço, ela busca ser satisfeita em diversos aspectos do processo de compra e venda, e a qualidade conjunta desses fatores resulta em uma visão positiva do cliente perante a empresa, pois ele vê como satisfeitas suas necessidades e expectativas (Souza *et al.*, 2019).

Nessa perspectiva, Cardoso e Silva (2020) salientam que o atendimento ao cliente é o cartão de visita da empresa, e quando bem atendidos e seus objetivos alcançados, tem a tendência de retornarem à empresa, além de ser maior a probabilidade de esse cliente indicar a outras pessoas os serviços/produtos da empresa.

Considerando isso, Cardoso e Silva (2020) reforçam a importância de a empresa construir uma política clara de atendimento ao cliente, investindo em treinamentos para seus colaboradores, para que estes possam desenvolver um atendimento que não se restrinja exclusivamente na realização da venda e compra, apresentação do serviço/produto, sua qualidade e preço.

Para os autores, é indispensável que os colaboradores sejam capazes de manter uma relação com os clientes através de fatores emocionais como a competência, atenção, presteza, confiabilidade e amabilidade do funcionário que atende o cliente (Cardoso; Silva, 2020).

Noutra perspectiva, Oliveira e Agrellos (2017) também enfatizam que a agregação de valor por parte do cliente considera a avaliação que este faz sobre o atendimento, sendo oportuno perceber que eles esperam não apenas a apresentação das especificações técnicas do serviço/produto, mas consideram ainda fatores como prazo e pontualidade de entrega, condições de pagamento, atendimento pré e pós-venda, flexibilidade, entre outros.

Desse modo, Oliveira e Agrellos (2017) reforçam a necessidade de priorizar a qualidade no atendimento como parte da estratégia do marketing de relacionamento, entendendo que falhas no atendimento podem colocar em risco todos os esforços e resultados da empresa.

Em seu estudo, Souza *et al* (2019) verificam que o bom relacionamento da empresa com os seus clientes se mostra uma estratégia para fidelização e permanência no mercado, pois aproximadamente 80% dos fatores que resultam em perda de clientes estão relacionados a diferentes etapas do atendimento.

Perante isso, sugerem que para alcançar qualidade, é preciso investir em infraestrutura e principalmente na capacitação de colaboradores que estão na linha de frente com os clientes, para assim conseguir, além de manter uma boa imagem da empresa, consolidar a conquista do cliente (Souza *et al.*, 2019).

6.3 Mídias e Redes Sociais

No contexto da manutenção e captação de clientes através do marketing de relacionamento, as mídias digitais despontam como uma estratégia de forte impacto (CIRINO *et al.*, 2019). Além de favorecer o processo de interação entre as pessoas, serve significadamente para aprimorar o relacionamento entre empresa e consumidor.

Amaral e Melo (2017) analisam como as mídias digitais contribuem no relacionamento com o cliente e na busca por sua fidelização, percebendo que, ao passo que permitem a criação e compartilhamento de informações por pessoas e para pessoas, tornam o cliente produtor e também consumidor desta informação.

No estudo de Cardoso e Silva (2020), os autores também analisam a relação do marketing de relacionamento nas mídias digitais, e identificam que a implementação de estratégias de relacionamentos em suas plataformas serve as empresas no sentido de promover interação e a própria negociação, além de possibilitar maior visibilidade dos produtos e serviços ao público alvo.

Nesse contexto, os autores verificaram que as empresas passaram a usar as mídias digitais como estratégia de marketing de relacionamento, investindo no conteúdo *online*, apostando em propagandas, promoções, vendas, publicidades, além e principalmente, de tornarem os artifícios dessas mídias como veículo de comunicação entre a empresa e cliente (Cardoso; Silva, 2020).

Peterle, Bayerl e Carletti (2020) tratam em especial das redes sociais, subproduto das mídias digitais, como plataformas que beneficiam a manutenção de relacionamentos duradouros com os clientes. Concluíram em sua análise que, através de redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter, as empresas podem dialogar com seus clientes, identificando as principais demandas e se familiarizando com as preferências e necessidades de seus clientes.

Essa troca ao qual permite as redes sociais, estimula a satisfação através, por exemplo, de uma simples resposta a uma pergunta, que nesse caso, serve como estímulo, cativando o cliente a permanecer mantendo um relacionamento com a empresa (Peterle; Bayerl; Carletti, 2020).

Alguns autores citam e identificam diretamente alguns dos principais benefícios que as redes sociais proporcionam ao marketing de relacionamento. Amaral e Melo (2017) citam o fato de serem uma mídia forte, com boa audiência, segmentada, e que pode ser usada por um custo muito baixo. Cardoso e Silva (2020) relatam a questão de as redes sociais permitirem que o cliente produza um *feedback* sobre a empresa. Esta, por sua vez, ao receber essa avaliação do consumidor tem a oportunidade de apresentar uma resposta rápida, consequentemente melhorando sua comunicação com o consumidor. Essas ações geram uma maior credibilidade e visibilidade para a empresa.

Do mesmo modo, Zilse e Floriani (2020) observam que ao utilizarem o alcance das redes sociais como estratégia de marketing de relacionamento, a empresa desenvolve uma relação dialógica e dinâmica com seus consumidores, aproveitando-se dos benefícios da interatividade, conectividade e criatividade.

Navajas (2017) associa a relevância das redes sociais com a própria ampliação dos horizontes do CRM, gerando o atendimento aos clientes em tempo real, a criação de programas de fidelidade, a customização e a personalização de pedidos, a criação de comunidades, entre outras. Ou seja, o autor enfatiza que o CRM aproveita o potencial das redes sociais para alcançar maiores informações para seus sistemas de armazenamento de dados, fazendo disso uma forma que propicia a tomada de decisões.

6.4 Programas de fidelização

Ao tentar delimitar a contribuição das ferramentas de marketing de relacionamento para estimular a fidelização do consumidor, Felipe (2019) cita os programas de fidelização como chave para uma estratégia relacional bem-sucedida, capaz de contribuir para tornar os consumidores frequentes a marca, serviço ou produto e aumentando a percepção de benefícios.

Zilse e Florini (2020) descrevem os programas de fidelidade como formas de oferecer vantagens para clientes que realizam compras recorrentes em seus estabelecimentos ou com cartões de crédito. Noutras palavras, se trata de um meio estratégico e eficiente pelo qual as empresas estimulam a fidelização do cliente, fazendo com que o relacionamento deste com a empresa seja mais duradouro.

Além de benefícios tangíveis como descontos ou prêmios, entende-se que estes programas proporcionam ao consumidor sensações positivas de status, pertencimento social, gratidão e reciprocidade (Felipe, 2019).

Silva *et al* (2020) verificam em seu estudo que os programas de fidelização promovem melhorias no relacionamento da empresa com seu cliente ao fazer com que se sinta especial, pois são ações que demonstram o reconhecimento da importância do cliente. É uma estratégia que cria uma relação agradável entre as partes, fazendo com que o cliente retorne a empresa e que traga consigo ainda mais clientes.

Por isso, é um aliado para o marketing de relacionamento à medida que contribuem para diferenciação da empresa na mente dos clientes, “[...] desbloqueando da percepção seletiva e da retenção seletiva, agregando um componente emocional ao relacionamento” (SILVA *et al.*, 2020, p. 06). Desse modo, entende-se que cada recompensa, benefício financeiro, premiação, cada carta ou e-mail lembrando aniversário do cliente, são gestos de reconhecimento que sinalizam ao cliente que a empresa valoriza sua existência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marketing de relacionamento vem assumindo um papel primordial dentro das empresas, ao identificar e criar formas de gerar valores, satisfação para o cliente e promover uma relação de fidelidade entre este e a organização.

A partir da revisão sistemática que buscou verificar que tipos de estratégias são mais citadas na literatura, identificou-se quatro ferramentas que as empresas tem utilizado para estreitar o relacionamento com seus clientes. A mais citada foi a CRM, seguida das redes sociais, qualidade no atendimento e programas de fidelização.

Verificou-se que são estratégias que se conformam com a finalidade do marketing de relacionamento, que é justamente procurar satisfazer os clientes, atendendo suas necessidades e expectativas, numa perspectiva que considera não apenas o produto ou serviço em si, mas toda conjuntura da empresa para agregar valor pelo cliente.

Para tanto, todas se valem da busca e análise de informações para identificar o perfil e demandas dos clientes, podendo a partir delas, tomar decisões que contribuam na satisfação do cliente e sua fidelização, entendendo que estas estão diretamente ligadas ao nível de envolvimento do cliente com a empresa.

Ferramentas como a CRM, as mídias e redes sociais oferecem benéficos tais como alto alcance, interatividade e dinamicidade no relacionamento das empresas com os clientes. Além disso, permitem cruzar informações fornecendo as empresas dados para que promovam à adaptação na oferta de produtos e serviços aos seus consumidores, ofertando com mais agilidade e qualidade.

Técnicas mais tradicionais, como a qualidade no atendimento e programas de fidelidade também influem positivamente no processo de fidelização, pois costumam ser de baixo custo, procuram valorizar desde as expectativas subjetivas quanto às objetivas de seus clientes, além de simbolizar a importância do cliente para a empresa, fazendo-o se sentir conectado à mesma a partir de relacionamento mais íntimo e personalizado.

Ressalta-se que esse estudo certamente não abarca todas as estratégias que podem ser citadas como importantes ao marketing de relacionamento no alcance da fidelização do cliente, o que já serve como recomendação para estudos futuros buscarem investigar de forma mais minuciosa e individualizada, por meio de estudos de casos, como se dá a aplicação dessas estratégias, suas ferramentas específicas, níveis de avaliação, dentre outros.

Todavia, o estudo conseguiu responder sua pergunta propulsora, confirmando a hipótese de que as ferramentas do marketing de relacionamento, dentre as quais se incluem as que foram identificadas, são fundamentalmente importantes para que as empresas consigam manter uma boa relação com o cliente, conquistando-o. De forma que nessa relação não são entregues apenas um processo objetivo de compra e venda, mas se mantem uma relação de satisfação e fidelidade por um lado, enquanto do outro, a empresa alcance lucratividade e garanta sobrevivência no mercado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. L. P.; MELO, J. A. M. A importância das mídias sociais para o marketing de relacionamento. **Essentia**, v. 18, n. 2, p. 17-30, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGAMO, F. V. de M. **O marketing de relacionamento revisitado: as relações comprador-vendedor no contexto da cibercultura**. 2017. 196f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CAMARGO, P. S. G.; LYRA, J. R. M.; MIRANDA, T. A. As contribuições da utilização do marketing de relacionamento nos resultados das vendas. **Business and Technology Journal**, v. 5, n.1, p. 112-120, 2018.

CARDOSO, S. D. V.; SILVA, T. dos A. Marketing de relacionamento: o cliente do século XXI. **Revista Científica do UniRios**, n. 27, p. 92-110, 2020.

CIRINO, A. J. *et al.* Gestão do relacionamento com o cliente - análise das tecnologias e dos processos que visam a fidelização e satisfação dos clientes. **Future Journal**, v.8, n. 1, p. 1-32, 2019.

- COBRA, Marcos. **Administração de Marketing**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- DEMO, G. *et al.* Marketing de relacionamento no mercado consumidor e perfil da produção científica e agenda de pesquisa. **Future Journal**, v.13, n. 2, p. 179-202, 2021.
- FELIPE, L. A. A influencia d programas de fidelização no marketing de relacionamento. **INTERCOM**, v. 6, n.1, p. 1-15, 2019.
- GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 1, p. 183-184, jan./mar., 2014.
- KARSAKLIAN, E. **Comportamento do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10 ed. 7 reimp. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística; revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0**. de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- LAS CASAS, A. L. **Administração de Marketing: Conceitos, Planejamento e aplicações à realidade brasileira**. 1 ed. 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.
- LAS CASAS, A. L. **Marketing de Serviços**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.
- MADRUGA, R. **Guia de implementação de marketing de relacionamento e CRM**, o que todas as empresas brasileiras devem fazer para conquistar, reter e encantar seus clientes. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MELO, C. V. de. **O marketing de relacionamento como ferramenta de retenção de clientes**. 2016. 50f. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdade de Ceres, Ceres, 2016.
- NAVAJAS, P. F. A Gestão do relacionamento com os Clientes (CRM) como ferramenta de marketing. **Revista Acadêmica Integra/Ação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2017.
- OLIVEIRA, J. de S.; AGRELLO, M. P. Marketing de relacionamento: estratégias e fidelização de clientes. **Essentia**, v. 18, n. 2, p. 83-95, 2017.
- PEREIRA, P. F. P. **Fidelização de clientes a partir do marketing de relacionamento no segmento de farmácias e drogarias**. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PETERLE, G. H.; BAYERL, S, M.; CARLETTI, E. Z. B. Marketing de relacionamento para a fidelização de clientes através das mídias sociais. **Revista Dimensão Acadêmica**, v.5, n.2, jul./dez., 2020.

SILVA, A. V. S. *et al.* O marketing de relacionamento através da Gestão de Relacionamento com o Cliente (CRM) como estratégia de fidelização. **Revista Internacional de Apoio a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**, v. 4, n. 1, p. 107-118, jan., 2018.

SILVA, A. M. da. *et al.* Ferramentas de marketing de relacionamento. **Revista Científica Eletrônica a de Ciências Sociais Aplicadas EDUVALE**, v. 3, p. 2-12, 2020.

SOUZA, V. F. de. *et al.* A importância da qualidade no atendimento ao cliente. **RICADI**, V. 07, n1, p. 1-18, ago./dez., 2019.

ZENONE, L. **Fundamentos de marketing de relacionamento: fidelização de clientes e pós-vendas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ZILSE, S. S. de O.; FLORIANI, J. F. Marketing de relacionamento para pequenos negócios: estratégias de satisfação e fidelização de clientes. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v. 9, n. 9, p. 110-121, Mar. 2020.

PERSPECTIVAS DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UMA VISÃO DE COLABORADORAS EM UMA EMPRESA NO INTERIOR DO CEARÁ

Dyerla Brena Carvalho Bessa

Francisco Fernando Pinheiro Leite

RESUMO: Quando a qualidade de vida no trabalho da mulher é afetada, a produtividade e a qualidade do trabalho podem ser comprometidas. O presente estudo tem como objetivo geral investigar a percepção das mulheres referente à sua qualidade de vida dentro da sua área organizacional. Trata-se de uma pesquisa exploratória e que possui sua abordagem quantitativa, onde pode-se observar valores numéricos e fundamentados. Para a coleta dos dados foi feito um questionário com 30 mulheres escolhidas de forma aleatória, em sua maioria de 18 a 25 anos e que atuam de 1 a 4 anos na empresa escolhida para aplicar a pesquisa. Alguns fatores como privacidade, valorização do trabalho e boa remuneração, influenciaram significativamente em respostas menos positivas por parte dessas mulheres. O estudo justifica-se em entender como o cotidiano empresarial afeta a vida de suas colaboradoras, através dos seus dados coletados. Assim como também evidencia as principais problemáticas que interferem na qualidade de vida no trabalho, dando abertura para estudos mais amplos no futuro.

Palavras-chave: Mercado. Gênero. Mulher. Jornada.

ABSTRACT: When a woman's quality of life at work is affected, productivity and quality of work can be compromised. The present study has the general objective of investigating women's perception regarding their quality of life within their organizational area. This is an exploratory research with a quantitative approach, where numerical and substantiated values can be observed. To collect the data, a questionnaire was carried out with 30 women chosen at random, most of them aged 18 to 25 and who had worked for 1 to 4 years in the company chosen to carry out the research. Some factors such as privacy, appreciation of work and good pay significantly influenced less positive responses from these women. The study is justified by understanding how everyday business affects the lives of its employees, through the data collected. It also highlights the main problems that affect the quality of life at work, opening the door for broader studies in the future.

Keywords: Marketplace. Gender. Woman. Journey.

1 INTRODUÇÃO

Pode-se notar, que ao longo dos anos, houve um crescente de mulheres ingressando no mercado de trabalho, principalmente em empresas de grande porte, em especial aquelas empresas que se encontram como a principal fonte provedora de renda em cidades do interior (Abramo, 2007).

A qualidade de vida no trabalho das mulheres é uma questão importante que tem sido amplamente discutida nos últimos anos. Esse grupo enfrenta desafios únicos no ambiente de trabalho, incluindo a desigualdade salarial, a falta de oportunidades de promoção, o assédio sexual e a discriminação de gênero. Esses fatores podem afetar significativamente a qualidade de vida das mulheres no trabalho (TST, 2023).

Com isso, percebe-se que a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é um conceito que se refere às condições e características do ambiente de trabalho que podem influenciar o bem-estar físico, emocional e social dos trabalhadores. A QVT está relacionada a aspectos como a satisfação no trabalho, clima organizacional, saúde e segurança do trabalhador, conciliação entre vida profissional e pessoal, igualdade de oportunidades e a possibilidade de desenvolvimento profissional (Cogo, 2013).

Quanto maior o porte da empresa, mais constante deve ser a busca pela qualidade de vida dos colaboradores. É preciso investigar como estão os índices de satisfação, pois os principais problemas que impossibilitam uma boa qualidade de vida estão relacionados ao adoecimento do colaborador, falta de oportunidades de crescimento, ausência de incentivos salariais, necessidade de boas condições físicas no ambiente de trabalho, dentre outros fatores (Sampaio, 2018).

Nota-se a desigualdade no percentual de mulheres e homens empregados no mercado de trabalho, em especial para aqueles que se tornam pais. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), o percentual de homens que trabalham e se tornam pais não se alterou antes e depois do nascimento do filho, estando em torno de 89%. Entretanto, o percentual de mulheres que foram mães enquanto trabalhavam, chega a ser 60,2% e pode cair para até 43,7% após o nascimento. Esse cenário se agravou mais ainda durante a pandemia da Covid-19 em 2020, devido à dupla jornada enfrentada por muitas mulheres e a sua participação como mantenedoras do lar e de outras pessoas, influenciaram fortemente nesta desigualdade.

Com base na ausência de uma visibilidade maior, é importante o estudo da qualidade de vida no trabalho para esse gênero em específico, buscando entender quais os impactos que são causados na vida dessas colaboradoras e como se encontram esses quesitos dentro de uma empresa de grande porte. Diante disso, faz-se necessário o entendimento da problemática: quais são as perspectivas referentes à qualidade de vida no trabalho de mulheres atuantes em uma empresa de grande porte?

Objetivo geral desta pesquisa é investigar a percepção das mulheres referente à sua qualidade de vida dentro da sua área organizacional. Os objetivos específicos são: identificar

os fatores que interferem em um bom índice de QVT entre as colaboradoras, compreender como a qualidade de vida no trabalho pode ser afetada com a desigualdade de cargos e salários em relação aos homens e indicar pontos de melhorias a partir da visão das mulheres.

A luta pela igualdade de gênero é uma pauta histórica da sociedade. No ambiente de trabalho, a mulher ainda enfrenta desafios para conquistar espaços, salários iguais e para exercer funções que são estereotipadas como masculinas. Nesse sentido, estudar a qualidade de vida no trabalho da mulher é uma forma de garantir a igualdade de direitos e oportunidades (Proni, 2018).

O ambiente de trabalho pode ter um grande impacto na saúde mental das mulheres. Estudos mostram que a discriminação de gênero, o assédio moral e sexual e a falta de reconhecimento profissional são alguns dos fatores que contribuem para o sofrimento mental das mulheres no ambiente de trabalho. Compreender os fatores que afetam a QVT da mulher é fundamental para a prevenção e o tratamento desses problemas (Nascimento, 2018).

Nesse sentido, a realização do presente estudo se justifica em entender como o cotidiano empresarial afeta a vida de suas colaboradoras. Buscando-se descobrir e analisar possíveis problemáticas que se associam a esta questão. A partir desse tipo de pesquisa, é possível contribuir no desenvolvimento de estratégias e políticas que promovam a igualdade de gênero e a melhoria das condições de trabalho para todas as pessoas, assim como o conhecimento científico que será construído.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Qualidade de Vida no Trabalho de acordo com a Gestão de Pessoas

Segundo estudos, há um aumento significativo do interesse dos profissionais de Gestão de Pessoas em relação à QVT. Tanto como um campo de estudo e reflexão, quanto como programas práticos de intervenção social, a QVT tem despertado atenção crescente. Isso ocorre devido ao reconhecimento de que as iniciativas relacionadas a esse tema têm sido eficazes na promoção do bem-estar dos trabalhadores, o que resulta em maior comprometimento e dedicação no desempenho das tarefas diárias (Lima, 2008).

A QVT não se refere apenas à remuneração e aos benefícios oferecidos pela empresa, mas também a aspectos como a autonomia no trabalho, o reconhecimento do trabalho realizado,

a participação em decisões, a comunicação eficaz e a possibilidade de desenvolver habilidades e competências (Trindade, 2017).

Conforme especialistas, a qualidade do ambiente psicossocial no local de trabalho desempenha um papel crucial na criação de um ambiente saudável e no bem-estar dos funcionários. Isso envolve as interações interpessoais e as condições oferecidas para a realização das tarefas. É importante destacar que fatores como problemas financeiros e espiritualidade podem influenciar o desempenho dos colaboradores, levando a problemas comportamentais e dificuldades no cumprimento das atividades (Santos; Henriques, 2020).

Quando a QVT da mulher é afetada, a produtividade e a qualidade do trabalho podem ser comprometidas. Problemas como o estresse e a insatisfação com o trabalho podem levar à diminuição da motivação e ao aumento do absenteísmo e da rotatividade. Ao investir em medidas que melhorem a QVT da mulher, as empresas podem aumentar a satisfação e o comprometimento das funcionárias, o que pode gerar impactos positivos na produtividade e na qualidade do trabalho (Brasil, 2004).

2.2 Dupla jornada das mulheres

No local de trabalho, encontramos uma variedade de ferramentas tecnológicas que transformam significativamente tanto a vida profissional quanto pessoal de cada colaborador. A facilidade de se comunicar e interagir traz mudanças profundas na rotina, fazendo com que os horários se tornem menos definidos. A comunicação fácil entre o empregador e o trabalhador gera um contato constante, ultrapassando os limites da jornada de trabalho previamente definida. Isso destaca a falta de cumprimento dos objetivos dos princípios do Direito do Trabalho (Magalhães; Saliba; 2022).

Na sociedade, as pessoas moldam suas identidades ao absorver as representações sociais e os costumes socioculturais que são apresentados como ideais e valiosos. Isso acontece através do processo de socialização e educação, que influencia o comportamento das pessoas e as torna parte integrante da cultura predominante. A mulher, sob esse prisma, frequentemente é estereotipada como alguém associado ao cuidado e à esfera privada, enquanto o homem é direcionado à esfera pública, frequentemente desfrutando de maior liberdade e menos responsabilidades relacionadas à manutenção do lar, além de o prover economicamente. As posições sociais acabam sendo influenciadas pela maneira como as pessoas são socializadas,

resultando em vantagens e desvantagens em várias áreas da sociedade para os indivíduos (Duarte; Spinelli, 2019).

Embora as mulheres assumam muitas responsabilidades, a maioria delas recebe apenas uma ajuda parcial dos parceiros. Mesmo nas camadas médias urbanas, a conciliação entre trabalho, cuidados familiares e tarefas domésticas continua sendo um desafio para a maioria das mulheres, além disso, o tempo de lazer está cada vez mais escasso na vida contemporânea. Para aquelas que trabalham e precisam cuidar da casa, o tempo de lazer geralmente é dedicado à companhia dos filhos como forma de compensação pela separação prolongada da família (Coelho, 2019).

De acordo com Silva (2019, p. 121), a jornada dupla é uma realidade para a maioria das mulheres que trabalham, tornando-se assim um tema recorrente, podendo ser descrito da seguinte forma:

Pode parecer insólito, mas este tema não foi superado, ainda estamos discutindo se as mulheres devem ou não trabalhar fora de casa ou como articular o trabalho doméstico como trabalho assalariado. Completamos em 2018 cinquenta anos dos movimentos sociais de maio de 68, da luta pela liberação da opressão sobre as mulheres e pela igualdade de direitos em relação aos homens. Sendo assim, podemos pensar que temos hoje a terceira geração de mulheres que foram educadas dentro da perspectiva da igualdade de gênero.

Quando analisamos a questão da dupla jornada, é evidente que ela está relacionada à contínua busca das mulheres pela realização tanto na vida conjugal e maternidade, quanto na sua crescente busca por participação no mercado de trabalho e conquista de independência financeira. Um homem, quando se assegura a um emprego e um salário, encontra-se em uma posição que não entra em conflito com a formação de uma família, já que ser marido e pai não compromete sua necessidade de trabalhar e receber um pagamento. A situação das mulheres é distinta, pois o casamento e a maternidade frequentemente implicam que, mesmo aquelas que estão empregadas, devem acrescentar às suas responsabilidades cotidianas o encargo das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos (Batoni et al., 2021).

É evidente que a resistência das mulheres em desempenhar papéis não remunerados em suas casas desencadeou transformações significativas na organização da reprodução e nas circunstâncias do trabalho feminino. O que presenciamos é a crise do tradicional sistema de divisão sexual do trabalho, que restringia as mulheres ao trabalho reprodutivo sem remuneração, enquanto os homens se dedicavam à produção assalariada de bens. A estrutura de poder entre homens e mulheres foi historicamente construída com base nessa "diferença",

uma vez que a maioria das mulheres não tinha outra opção senão depender dos homens para sua subsistência econômica e submeter-se à disciplina inerente a essa dependência (Federici, 2019).

2.3 Discriminação de gênero no trabalho

A divisão sexual do trabalho, um tema intrinsecamente conectado à Sociologia do Trabalho, diz respeito à maneira como as relações de gênero são estruturadas dentro do contexto da produção e reprodução da vida material. Isso engloba a distribuição de responsabilidades, tarefas e papéis sociais entre mulheres e homens, o que tem um impacto significativo no atual cenário de emprego (Viegas; Filho, 2020).

Com frequência, os estudos sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho apontam para a Revolução Industrial como um marco significativo. Muito antes do surgimento do capitalismo industrial, as mulheres de camadas sociais mais desfavorecidas já estavam envolvidas em trabalhos árduos. Elas desempenhavam funções como fiandeiras, costureiras, ourives, cervejeiras, polidoras de metais, fabricantes de botões e rendas, amas, trabalhadoras rurais e domésticas, como criadas, para garantir seu sustento. No entanto, o avanço do capitalismo no século XIX, juntamente com o processo de industrialização e o desenvolvimento tecnológico, trouxe mudanças significativas nas relações de trabalho, especialmente em relação à composição da força de trabalho. A introdução de máquinas nas fábricas demandava menos esforço físico e trabalho manual, o que possibilitou a inclusão de crianças e mulheres na força de trabalho (Andrade; Machado, 2019).

A crítica feminista destaca a existência de uma estrutura societal enraizada em uma dicotomia que, por um lado, separa as esferas pública e privada e, por outro lado, as hierarquiza, atribuindo diferentes papéis sociais a homens e mulheres com base em seus gêneros. Conforme essa divisão, os homens são designados para ocupar o espaço público, enquanto as mulheres são confinadas ao espaço privado, geralmente associado à vida doméstica. Essa organização social baseada no gênero é resumida de maneira emblemática pelo ditado antigo que diz "o lar do homem é o mundo e o mundo da mulher é o lar" (Fernandez, 2019).

Num primeiro momento, a busca por melhores condições de trabalho resultou na promulgação de normas legais que reconheciam a igualdade salarial entre homens e mulheres. Em seguida, passou-se a considerar as particularidades do trabalho feminino, o que levou à estipulação de critérios distintos para empregos que envolviam força física e à garantia de

direitos relacionados à licença-maternidade. Nesse contexto, o movimento feminista do século XX teve um impacto significativo nas leis trabalhistas, garantindo medidas de proteção às mulheres, especialmente às trabalhadoras grávidas (Andrade; Machado, 2019).

2.4 Desigualdade salarial

Devido à supressão da história das mulheres e à prevalência da cultura patriarcal, que contribuía para a desigualdade de gênero, surgia uma estratificação entre homens e mulheres. A dicotomia entre o público e o privado se tornava cada vez mais aparente à medida que os membros da sociedade, independentemente de seu gênero, adotavam papéis definidos com base em sua identidade de gênero (Menuci; Lemes; Leal, 2020).

Recentemente, tem havido mudanças econômicas, sociais e culturais de alcance global, nacional e regional. Uma dessas transformações diz respeito ao aumento da participação da mulher na sociedade, especialmente no que diz respeito à sua crescente independência financeira alcançada por meio de atividades produtivas. No entanto, conforme apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres continuam a receber remunerações inferiores às dos homens, mesmo quando compartilham características produtivas semelhantes. Portanto, o aumento da qualificação educacional das mulheres nem sempre se reflete em avanços em suas carreiras e rendimentos (ONU, 2015). Além disso, numerosos estudos destacam que a disparidade salarial entre os gêneros tem um impacto adverso no crescimento econômico do país, resultando em ineficiências econômicas (Prestes, Bezerra, 2019).

É evidente a influência do papel social na ocupação profissional da mulher em diversos âmbitos sociais, jurídicos e organizacionais. Isso se reflete na disparidade salarial que persiste mesmo quando desempenham funções idênticas, resultando em consequências desvantajosas, como uma possível redução nos rendimentos da aposentadoria, apesar de uma maior carga de trabalho ao longo da carreira. Também é evidente a importância disso ao destacar os desafios enfrentados pelas mulheres contemporâneas em relação às desigualdades que persistem no esforço de se manterem ativas no mercado de trabalho, em contraste com os homens. Conforme evidenciado pela literatura, mesmo quando atingem posições de trabalho equivalentes às dos homens, as mulheres ainda precisam se esforçar para conquistar o reconhecimento adequado, uma vez que são frequentemente desvalorizadas e subestimadas (Lima et al., 2021).

Recentemente o Governo divulgou uma portaria que prevê e define regras, para que as empresas busquem a igualdade salarial para homens e mulheres. De acordo com pesquisas

anteriores, os homens costumavam receber salários 22% maiores que os salários das mulheres no Brasil. Essa medida foi implementada a fim de diminuir as diferenças entre a remuneração de homens e mulheres no país (G1, 2023).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória, que de acordo com Köche (2011), é amplamente utilizada, especialmente nas ciências sociais. Diferentemente da pesquisa experimental e descritiva, que pressupõem um conhecimento prévio aprofundado sobre os fenômenos em estudo, a pesquisa exploratória é necessária em casos em que ainda não há um sistema estabelecido de teorias e conhecimentos. Seu objetivo principal é identificar a natureza do fenômeno em questão e destacar as características essenciais das variáveis a serem estudadas.

Na pesquisa exploratória, o foco está no levantamento da presença das variáveis e em sua caracterização quantitativa ou qualitativa, em vez de trabalhar com a relação entre elas (Köche, 2011). Com isso, a pesquisa exploratória realizada tem como sua abordagem sendo ela quantitativa, que segundo Reis (2002), as variáveis de caráter quantitativo irão apresentar valores numéricos que possuem fundamentos.

3.1 Contextualização geográfica e econômica do local da pesquisa

O local da pesquisa encontra-se em um município do interior do Ceará, dentro da mesorregião do Vale do Jaguaribe, com área territorial de 435,868 km². Com população total de 15.274 pessoas e seu PIB de R\$ 25.214,91, de acordo com o IBGE (2021) o trabalho e a economia local podem ser descritos da seguinte forma:

Em 2021, o salário médio mensal era de 1.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 93 de 184 e 10 de 184, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 4529 de 5570 e 1080 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 57.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 25 de 184 dentre as cidades do estado e na posição 168 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O local da pesquisa é responsável por ser o principal fornecedor de fonte de renda na população, contando com diversas áreas de atuação tais como: setores administrativos,

operacionais, comerciais, de pessoas e infraestrutura. Dessa forma, é possível atender grande parte da população através dos serviços que necessitam que sejam prestados.

3.2 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra

Para que a pesquisa pudesse ser estruturada, através da construção do referencial teórico, inicialmente foram usadas as ferramentas Scielo, Google Acadêmico, Periódicos Capes, Cartilhas do Governo. Para a sua continuação e captação dos dados primários, foi utilizado um questionário com questões fechadas e realizada uma observação não participante. Realizou-se também uma pesquisa de campo utilizando a ferramenta WhastsApp – para envio do link referente ao questionário – , com uma abordagem presencial quando não se tornou possível realizar contato via WhatsApp, isso ocorrendo no local de aplicação do estudo.

O universo da pesquisa teve seu foco direcionado somente para mulheres, tendo como recorte alguns setores nos quais essas pessoas estão inseridas, sendo eles encontrados nas áreas comerciais, financeiras, infraestrutura, administrativo e gestão de pessoas. Para isso, foi definido um total de 30 mulheres respondentes da pesquisa.

Desse modo, o desenvolvimento da pesquisa deu-se com a aplicação de um questionário online através da ferramenta Google Forms, com a amostra da população feminina da empresa pesquisada. Esse formulário servirá como meio de mensuração para investigar a QVT das mulheres no meio empresarial que estão inseridas. Essa mensuração será distribuída em tabelas para visualizar os resultados e desenvolver análises.

3.3 Análise de dados

Para a análise dos dados, foi usado o método de análise estatística, utilizando o Google Sheets. O mesmo desempenha um papel fundamental ao fornecer uma descrição quantitativa abrangente da sociedade como um todo, entendida como uma entidade organizada. Por meio desse método, é possível definir e delimitar as classes sociais, além de especificar as características dos indivíduos pertencentes a essas classes. Em seguida, a importância ou a variação dessas classes, bem como outros atributos quantificáveis relevantes, podem ser mensurados para obter um melhor entendimento da realidade social. Além de sua função descritiva, a estatística também desempenha um papel como método de experimentação e prova, permitindo uma análise aprofundada dos dados coletados (Marconi; Lakatos, 2003).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização do perfil das mulheres

A pesquisa foi enviada para 30 mulheres aleatórias presentes na sede da empresa, e das 30 mulheres, apenas 22 optaram por responder a pesquisa. Dentre essas 22 mulheres, 19 estão na faixa etária de 18 a 25 anos e apenas 3 na faixa de 26 a 33 anos. Quanto à situação conjugal houve predomínio de mulheres solteiras (72,7%) em comparação às mulheres casadas (13,6%) e em união estável (13,6%). Quando questionadas sobre ter filho(s), 86,4% responderam que não tinham filho(s), enquanto apenas 3 mulheres (13,6%) responderam de forma afirmativa. Já analisando o grau de escolaridade dessas mulheres, a maioria possui ensino superior incompleto (45,5%), nas demais 40,9% possuem o ensino médio completo, 9,1% possuem ensino superior completo e apenas 4,5% encontram-se com ensino médio incompleto.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica das mulheres ativas na empresa

Eixos temáticos		Nº	%
Nº 22 respondentes			
Qual a sua faixa etária?	18 a 25 anos	19	86,4
	26 a 33 anos	3	13,6
	34 a 41 anos	0	0,0
	42 a 50 anos	0	0,0
	Mais de 51 anos	0	0,0
Qual o seu estado civil?	Solteira	16	72,7
	Casada	3	13,6
	Divorciada	0	0,0
	Separada	0	0,0
	União estável	3	13,6
Qual o seu grau de escolaridade?	Ensino fundamental incompleto	0	0,0
	Ensino fundamental completo	0	0,0
	Ensino médio incompleto	1	4,5
	Ensino médio completo	9	40,9
	Ensino superior incompleto	10	45,5
Ensino superior completo	2	9,1	
Você possui filhos(as)?	Sim	3	86,4
	Não	19	13,6
Total		22	100,0

Fonte: dados da pesquisa (2023).

É um fator interessante de ser observado a baixa quantidade de mulheres com filhos. De acordo com pesquisa aplicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,2019), o número de mulheres que continuam trabalhando após se tornarem mães ser muito baixo. Isso é algo que pode ser refletido no receio de perder o emprego para se dedicar a criação dos filhos e na construção da estrutura familiar. Ainda que jovens, é visível que existe uma baixa na empresa de mulheres que buscam a maternidade nos primeiros anos de sua vida adulta.

Na caracterização do perfil laboral dessas mulheres, identifica-se sete áreas setoriais em relação às áreas esperadas. São elas Call Center (22,7%), Comercial (22,7%), Gestão de Pessoas (31,8%), Agendamento (4,5%), Produtos (4,5%), Infraestrutura (4,5%) e Administrativo (9,0%). Seguindo as características anteriores foi analisado o tempo de empresa, tendo sua maioria com tempo de 1 a 4 anos (77,3%) e os demais dividindo-se em menos de 1 ano (13,6%) e 5 a 9 anos (9,1%). Dentre os cargos ocupados por essas mulheres, foram identificados os seguintes: Assistente (45,5%), Auxiliar (22,7%), Analista (18,2%) e Operador (13,6%). Algo relevante a ser analisado é que dentro da amostra não foi possível observar cargos de lideranças maiores como supervisão, coordenação e gerência conforme Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Caracterização do perfil profissional das mulheres ativas na empresa

Eixos temáticos		Nº	%
Nº 22			
Em qual área você atua?	Call Center	5	22,7
	Comercial	5	22,7
	Financeiro	0	0,0
	Gestão de Pessoas	7	31,8
	Agendamento	1	4,5
	Produtos	1	4,5
	Infraestrutura	1	4,5
	Administrativo	2	9,0
Qual o seu tempo de empresa?	Menos de 1 ano	3	13,6
	De 1 a 4 anos	17	73,3
	De 5 a 9 anos	2	9,1
	Mais de 10 anos	0	0,0
Cargo ou posição na empresa	Auxiliar	5	22,7
	Assistente	10	45,5
	Analista	4	18,2
	Supervisor	0	0,0
	Coordenador	0	0,0
	Gerente	0	0,0
	Operador	3	13,6
Total		22	100,0

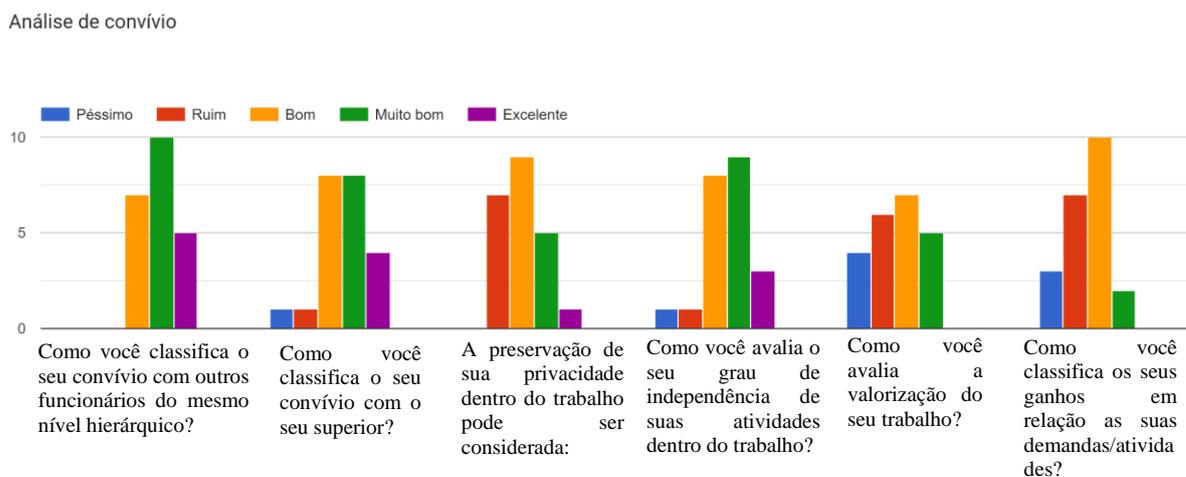
Fonte: dados da pesquisa (2023).

A partir da Tabela 2, é notório a falta de mulheres que estejam a mais de 10 anos na empresa. Isso pode nos levar a pensar o que causa essa ausência de mulheres a mais tempo na empresa seja uma cultura patriarcal muito rígida, como mencionado por Menuci, Lemes e Leal, 2020.

4.2 Análise de convívio das colaboradoras

A Figura 1 apresenta uma análise de convívio dessas colaboradoras em seu ambiente de trabalho. Foi utilizado como ferramenta a escala de Likert, como forma de mensurar os resultados. A análise é composta por seis questões fechadas e suas respostas se limitam a uma escala de pontos com descrições verbais, que contemplam os seguintes extremos: “péssimo” e “excelente”.

Figura 1 – Representação da análise de convívio



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Quando questionadas sobre o convívio com funcionários do mesmo nível hierárquico, as respostas se dividiram em três quesitos: bom, muito bom e excelente. No quesito muito “bom” obteve-se 7 respostas, “muito bom” obteve-se 10 respostas e “excelente” foram 5 respostas. Seguindo o mesmo sentido do primeiro questionamento, foi analisada a relação de convívio com a pessoa que é superior a estas colaboradoras no setor. Com isso foi possível visualizar os dois extremos da escala na mesma questão, tendo-se assim “péssimo” e “ruim” ambas com 1 resposta, “bom” e “muito bom” ambas com 8 respostas e “excelente” com 4

respostas. É importante observar que o convívio com os colegas de mesmo nível torna-se melhor do que o convívio com o superior.

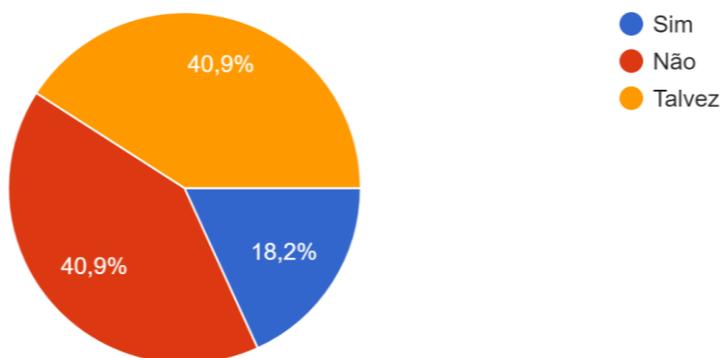
Ao serem perguntadas quanto a privacidade dentro do setor, pode ser visível uma variação dentre as respostas. Dentre as 22 mulheres, 7 consideram que seja “ruim” a preservação de sua privacidade, enquanto as demais 15 mulheres consideram de boa a excelente a preservação de sua privacidade. A classificação do grau de independência dentro do ambiente de trabalho também é algo que chama a atenção, enquanto a maioria se mostra positiva com sua independência, apenas duas consideram este assunto como “ruim” ou “péssimo”.

Nas duas últimas questões, é perguntado quanto a valorização do trabalho da colaboradora e os seus ganhos em comparação às atividades/demandas que exercem. Em ambas pode-se observar um crescente das respostas negativas em comparação às outras questões. É válido ressaltar que não só uma boa remuneração, mas também o reconhecimento do trabalho, podem impactar diretamente na qualidade de vida dessas mulheres.

Em relação as respostas negativas a satisfação dos ganhos referentes as demandas, é algo que é habitualmente visto em grandes empresas. Devido a essas questões, em 2023 o Governo prevê medidas que haja maior igualdade salarial, com foco especial entre homens e mulheres que executem as mesmas atividades e demandas.

Com base nesse pensamento, foi feito o seguinte questionamento “você acredita que existe um plano de crescimento para você no seu atual setor?”, o que trouxe afirmações negativas e de incerteza na sua maioria, onde apenas 18,2% afirma acreditar que de fato haja um plano de crescimento no seu setor.

Figura 2 - Percepção quanto ao plano de crescimento dentro do setor que atuam

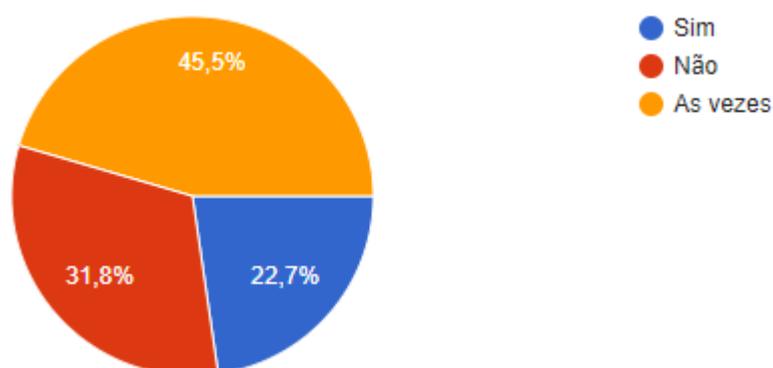


Fonte: dados da pesquisa (2023).

4.3 Questões sobre saúde e bem-estar

Seguindo para a última seção do questionário aplicado, foram abordadas questões ligadas à saúde e bem-estar dessas colaboradoras. O primeiro questionamento a ser feito foi referente ao cumprimento de obrigações ao final do dia, sejam essas domésticas ou de trabalho, e se isso afetava a sua capacidade de relaxar e descontraír ao final do dia de trabalho.

Figura 3 - Impressão sobre o impacto das obrigações ao final do dia

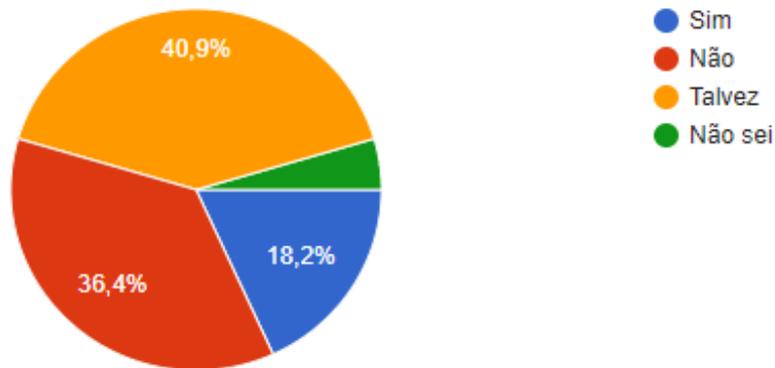


Fonte: dados da pesquisa (2023).

Percebe-se que apenas 31,8% dessas mulheres de fato conseguem ter um momento de descanso ao final do dia, enquanto 22,7% afirmaram que sim, no quesito de que tem a sua capacidade afetada, sendo 45,5% afirmando que “às vezes” sentem sua capacidade afetada. Após o questionamento, foi fornecido um espaço para que descrevessem como essas obrigações afetam sua saúde e bem-estar. As principais queixas a serem relatadas foram problemas como ansiedade, cansaço físico e mental e preocupações com as entregas do dia seguinte.

De acordo com a Figura 4, essas mulheres acreditam que não ou que talvez, as condições dentro do seu ambiente de trabalho são suficientes para manter o seu bem-estar. Tendo um percentual de 40,9% de mulheres que acreditam que talvez não seja suficiente, 36,4% afirmam que não, 18,2% que sim para essas condições e apenas 4,5% não soube opinar.

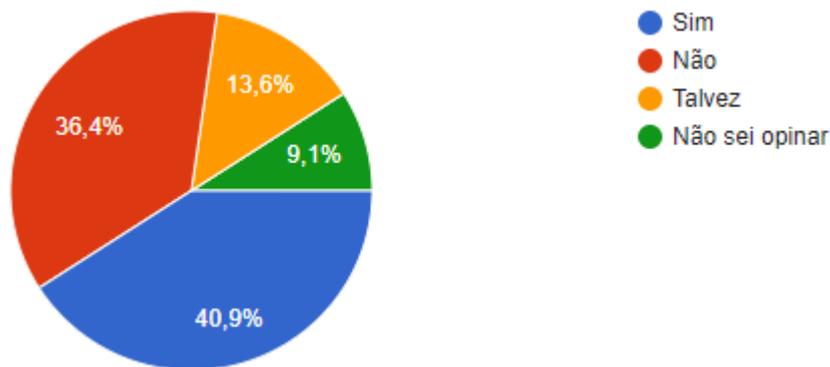
Figura 4 - Impressão sobre as condições dentro do ambiente de trabalho



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Quando questionadas sobre a satisfação com o seu trabalho atual, a maioria mostrou-se satisfeita, totalizando um percentual de 40,9%, onde 36,4% diziam não estarem satisfeitas com o seu trabalho atual. As demais respostas dividiram-se em “talvez” e em “não sei opinar”, como mostra a Figura 5:

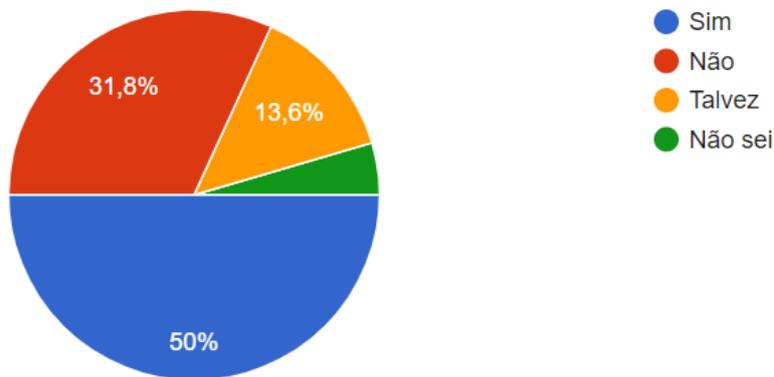
Figura 5 - Percentual de mulheres satisfeitas com o seu trabalho atual



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Quando questionadas sobre já se sentirem intimidadas em seu espaço de trabalho, foi possível notar um agravante de 50% nas respostas positivas, como mostra a Figura 6. Além das respostas positivas sobre a questão, 13,6% acreditam que talvez se sentiram intimidadas, em comparação a 31,8% que acreditam não terem se sentido intimidadas e 4,5% não souberam opinar. Essa questão traz à tona assuntos voltados a discriminação de gênero e a segurança das mulheres dentro da sua área.

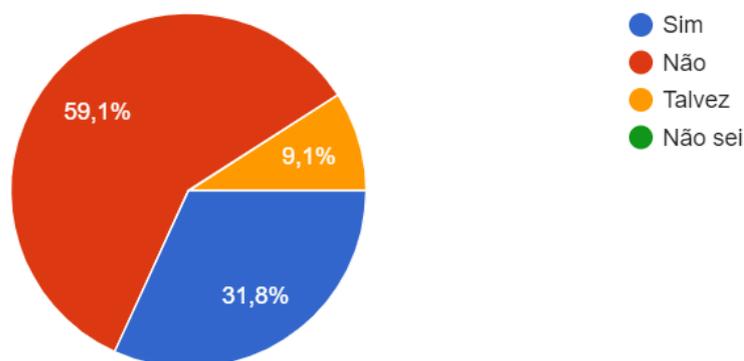
Figura 6 - Percentual de mulheres que se sentem intimidadas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ao serem questionadas se já sofreram algum tipo de assédio, foi obtido um bom percentual de respostas negativas (59,1%) a esta questão, respostas afirmativas para a questão obtiveram 31,8% e respostas de incerteza obtiveram 9,1%. Apesar do número de mulheres que responderam não terem sofrido algum tipo de assédio, ainda é preocupante as demais porcentagens que alegam terem passado por esta situação.

Figura 7 - Percentual de mulheres em relação a sofrer algum tipo de assédio no ambiente de trabalho



Fonte: dados da pesquisa (2023).

4.4 Questões sobre melhorias no setor e na empresa que atuam

Foi fornecido um espaço para que as voluntárias da pesquisa pudessem sugerir melhorias que pudessem garantir uma boa qualidade de vida dentro do setor que atuam e também abrangendo para a empresa. No que diz respeito ao setor que atuam, foi possível notar a necessidade de uma comunicação assertiva dentro da equipe, a necessidade de divisão salarial mais justa, melhorias na privacidade, transparência no trabalho em equipe, falta de interação entre time em decorrência de uma segregação de gênero e sexualidade, necessidade de valorização e reconhecimento do trabalho, melhores gerenciamentos e salários mais justos.

Na questão sobre o que poderia ser melhorado na empresa, alguns pontos bastante relevantes foram abordados, dentre esses o tratamento com os funcionários precisa de atenção, salários mais justos de acordo com as demandas, evitar conflitos desnecessários, um plano de carreira mais eficaz para cada área, assim como auxílio transporte.

O acesso facilitado à psicologia foi algo bastante pontuado, de acordo com as respostas coletadas, a maioria dos problemas que aflige a saúde mental dessas colaboradoras são derivados de situações vivenciadas no dia a dia empresarial. Até então, o acesso à psicologia da empresa encontra-se limitado a orientações a partir de uma assistente social, a mesma busca analisar cada caso e definir as próximas tratativas. Dentro das respostas, foi exaltada a importância do apoio psicológico até mesmo no quesito de desenvolvimento de habilidades como liderança e inteligência emocional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou questões de grande relevância sobre a QVT da mulher na empresa. Foi observado que existe uma sobrecarga gerada pelo trabalho para a maioria dessas mulheres, sendo importante ressaltar a idade jovem das voluntárias e suas atribuições. Os estudos sobre qualidade de vida não surgiram recentemente, este é um assunto que vem sendo abordado a anos, contudo, estudar a qualidade de vida da mulher é algo que necessita de maior atenção, em especial dentro dos ambientes de trabalho, sejam eles na esfera pública ou privada.

É imprescindível que a empresa forneça pesquisas sobre clima organizacional dentro do meio ambiente feminino, as colaboradoras necessitam ser ouvidas e vistas dentro das suas áreas organizacionais. A falta de valorização do trabalho e salários desiguais são as principais dores a serem relatadas, quando não há um incentivo para ambos os gêneros, quando o lado visto como o mais fraco fica atrás nesses quesitos, o trabalho em si dentro dos setores e da própria empresa é diretamente prejudicado.

É importante que seja visto a QVT da mulher não só como um problema local, apesar que em regiões onde a cultura patriarcal se torna um fator de maior opressão, é preciso que seja visto como um problema nacional, algo que independe da regionalidade. Sendo assim, necessária a produção de mais estudos sobre o tema em diferentes locais do país, para que haja uma maior visibilidade sobre o tema.

Apoio psicológico e uma elaboração de planos de carreira se tornam elementos chaves para o desenvolvimento de valorização e boa remuneração. Dinâmicas inclusivas e de conscientização podem impactar de maneiras positivas no crescimento dos números e dos resultados. Tratar a QVT como algo extremamente importante torna o trabalho em algo mais fluído para todos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: UMA FORÇA DE TRABALHO SECUNDÁRIA?**. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo/SP, v. 1, n. 1, p. 5-327, jun./2007. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE_LAIS_WENDEL_ABRAMO.pdf. Acesso em: 24 mai. 2023.

ANDRADE, D. D. E. C. V; MACHADO, P. M. R. **A dupla discriminação de gênero nas interações trabalho-família**. Percurso Acadêmico, Belo Horizonte/MG, v. 9, n. 18, p. 112-139, nov./2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2236-0603.2019v9n18p112-139>. Acesso em: 11 out. 2023.

ARAÚJO, M. J. D. O. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**. 1. ed. Brasília/DF: Editora MS, 2004. p. 5-80.

BATONI, B. et al. **A Dupla Jornada no imaginário de universitárias conforme a Psicologia Psicanalítica Concreta**. Psicologia Revista, São Paulo/SP, v. 30, n. 2, p. 261-282, dez./2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/47385/38252>. Acesso em: 11 out. 2023.

COELHO, Virginia Paes. **TRABALHO E MATERNIDADE NO COTIDIANO DE PROFESSORAS DO ENSINO SUPERIOR**. Revista Vianna Sapiens, Santo Amaro/SP, v. 10, n. 27, p. 2-16, out./2019. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/586>. Acesso em: 24 mai. 2023.

COGO, Lucila. **QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: Um diferencial dentro das organizações**. UNIEDU, Florianópolis/SC, v. 1, n. 1, p. 1-20, jun./2013. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Lucila-Cogo.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2023.

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia Machado. **ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DUPLA JORNADA**. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 32, n. 2, p. 126-145, jun./2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/270299340>. Acesso em: 14 set. 2023.

FEDERICI, Silvia; BRENDA, Tadeu. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 1. ed. [S.l.]: Editora Elefante, 2019.

FERNANDEZ, B. P. M. **TETO DE VIDRO, PISO PEGAJOSO E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO À LUZ DA ECONOMIA FEMINISTA: POR QUE AS INIQUIDADES PERSISTEM?**. Revista Cadernos de Campo, Araraquara/SP, v. 1, n. 26, p. 79-103, jun./2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951/8501>. Acesso em: 11 out. 2023.

FORNO, Cristiano Dal; FINGER, I. D. R. **Qualidade de vida no trabalho: conceito, histórico e relevância para a gestão de pessoas**. REVISTA BRASILEIRA DE QUALIDADE DE VIDA, Ponta Grossa/PR, v. 7, n. 2, p. 104-112, jun./2015. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/3015/2089>. Acesso em: 24 mai. 2023.

G1 . **Governo divulga portaria que define regras para igualdade salarial entre gêneros; entenda como vai funcionar**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/11/27/governo-divulga-portaria-que-define-regras-para-igualdade-salarial-entre-generos-entenda-como-vai-funcionar.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2023.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2021**. Rio de Janeiro, IBGE, 2023.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 1. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011. p. 13-182.

LIMA, B. L. S. D. et al. **MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO: DESIGUALDADE E ESTEREÓTIPOS**. Cadernos de Graduação, Aracaju/SE, v. 6, n. 3, p. 85-94, mar./2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/9566/4457>. Acesso em: 12 out. 2023.

LIMA, H. C. B. D. **Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho no Contexto do Poder Legislativo do Distrito Federal**. Universidade de Brasília, Brasília/DF, v. 1, n. 1, p. 14-113, jun./2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1188/1/DISSERTACAO_2008_HelenaKarlaBarboSaLima.pdf . Acesso em: 24 mai. 2023.

MAGALHÃES, Y. T. D; SALIBA, Graciane Rafisa. **Governança e suas interfaces: relações de trabalho, diversidade e qualidade de vida**. 1. ed. Rio de Janeiro/RJ: autografia, 2022.

MARCONI, M. D. A; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2003. p. 19-311.

MENUCCI, Julia; LEMES, Luiza; LEAL, Julia. **História das mulheres: a dicotomia pública-privada e a desigualdade salarial feminina no mercado de trabalho do Estado do Rio**

Grande do Sul. Cadernos de Gênero e Tecnologia, Curitiba/PR, v. 13, n. 41, p. 137-153, dez./2020. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9685/6938>. Acesso em: 12 out. 2023.

NASCIMENTO, D. T. D. **SAÚDE MENTAL DE TRABALHADORES VÍTIMAS DE ASSÉDIO MORAL.** Psicologia PT, Salvador/BA, v. 1, n. 1, p. 2-18, abr./2018. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1197.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023.

PRESTES, Andréia Ferreira; BEZERRA, Fernanda Mendes. **DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE GÊNEROS: análise por setor e região do Paraná.** Economia & Região, Londrina/PR, v. 7, n. 2, p. 29-46, dez./2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/33644/31841>. Acesso em: 12 out. 2023.

PRONI, T. T. D. R. W; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil.** Estudos Feministas, Florianópolis/SC, v. 1, n. 26, p. 1-21, abr./2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/b63KGwqRVrTvtvhC6FkXLZf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mai. 2023.

REIS, E.A., REIS I.A. (2002) **Análise Descritiva de Dados.** Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Disponível em: www.est.ufmg.br Acesso em: 07 nov. 2023.

SAMPAIO, T. D. F. **QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: O IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA SAÚDE DO TRABALHADOR.** UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES / AVM, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-44, jun./2018. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N208971.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

SANTOS, B. R. D. O; HENRIQUES, Fabiana Regina. **QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: O IMPACTO DO ESTRESSE NA SAÚDE DO TRABALHADOR,** Ribeirão Preto/SP, v. 4, n. 5, p. 1-12, nov./2020. Disponível em: <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-4-edicao-5/4170-rci-qvt-estresse-122020/file>. Acesso em: 24 mai. 2023.

SILVA, L. L. T. D. **Mulheres e o mundo do trabalho: a infindável dupla jornada feminina.** Revista Eletrônica Interações Sociais –REIS, Rio Grande/RS, v. 3, n. 1, p. 120-131, nov./2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9171/6276>. Acesso em: 24 mai. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Desigualdade salarial entre homens e mulheres evidencia discriminação de gênero no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-evidencia-discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 28 abr. 2023.

TRINDADE, Patrícia Alves. **QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO SEGUNDO O MODELO DE WALTON: um estudo de caso ligado à percepção dos servidores efetivos da Câmara dos Deputados.** UniCEUB, Brasília, v. 1, n. 1, p. 4, out./2017. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13915/1/21450867.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2023.

VASCONCELOS, T. S. D. et al. **Grupo de Trabalho Mercado de Trabalho e Empregabilidade da Mulher**. Brasil, Brasília/DF, v. 1, n. 1, p. 4-206, fev./2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-nacional-do-trabalho/grupos-de-trabalho/gt-mercado-de-trabalho-e-empregabilidade-da-mulher/RelatorioGTEmpregabilidadeMulheresfinal.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023.

VIEGAS, C. M. D. A. R.; FILHO, R. M. V. P. **DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**. REVISTA ARGUMENTUM, Marília/SP, v. 21, n. 1, p. 39-64, abr./2020. Disponível em: <file:///C:/Users/dyerl/Downloads/artigo%20sobre%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20genero.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

LIDERANÇA FEMININA: AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELAS MULHERES PARA SUPERAR DESAFIOS E ALCANÇAR POSIÇÕES DE LIDERANÇA NA ÁREA CONTÁBIL

*Maria Natália Rocha Queiróz
Izidio Rocha da Silva Júnior
Fernanda Soares de Sousa
Renata Katiele da Costa Santiago*

RESUMO: Este artigo descreve sobre o perfil da liderança feminina, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas por mulheres na busca por cargos de liderança na área contábil. Tem como objetivo identificar as estratégias utilizadas pelas mulheres para superar desafios e alcançar posições de liderança na área contábil. Trata-se de um estudo de caso múltiplo, com finalidade exploratória e abordagem qualitativa, através da aplicação de questionário estruturado com mulheres em posições de liderança na área contábil. Os resultados revelaram pontos importantes tanto no contexto pessoal/familiar como no contexto profissional ao ocuparem posições de líderes. Quanto aos desafios enfrentados, destacaram-se a pressão para equilibrar vida pessoal e profissional, além da falta de reconhecimento por suas competências. A pesquisa também apontou a ausência de programas específicos para apoiar o avanço das mulheres na área contábil. As estratégias mais eficazes apontadas pelas participantes foram o acesso igualitário a oportunidades de avanço de carreira, a promoção de redes de apoio e mentoria e a implementação de programas de desenvolvimento de liderança. Por fim, a pouca representatividade feminina em cargos de liderança foi identificada como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de carreira na área contábil.

Palavras-chave: Liderança feminina. Contabilidade. Desafios. Estratégias.

ABSTRACT: This article describes the profile of female leadership, the challenges faced and the strategies used by women in the search for leadership positions in the accounting field. Its objective is to identify the strategies used by women to overcome challenges and achieve leadership positions in the accounting field. This is a multiple case study, with an exploratory purpose and qualitative approach, through the application of a structured questionnaire to women in leadership positions in the accounting field. The results revealed important points both in the personal/family context and in the professional context when occupying leadership positions. Regarding the challenges faced, the pressure to balance personal and professional life stood out, in addition to the lack of recognition for their skills. The research also pointed out the absence of specific programs to support the advancement of women in the accounting field. The most effective strategies indicated by the participants were equal access to opportunities for career advancement, the promotion of support and mentoring networks and the implementation of leadership development programs. Finally, the low female representation in leadership positions was identified as one of the main obstacles to career development in the accounting field.

Keywords: Female leadership. Accounting. Challenges. Strategies.

1 INTRODUÇÃO

A liderança é um tema amplamente estudado e debatido em diversas áreas, desde a administração e gestão de negócios até a psicologia e sociologia. Segundo o renomado autor e pesquisador John C. Maxwell (2008), a liderança envolve a capacidade de influenciar pessoas a trabalharem em conjunto para alcançar objetivos em comum, inspirando confiança por meio de um forte caráter. A liderança pode ser exercida em diferentes níveis e contextos, desde líderes políticos e empresariais até líderes informais em grupos e comunidades.

Apesar da crescente presença feminina no mercado de trabalho brasileiro, a igualdade de gênero ainda é um desafio em diversos setores e níveis hierárquicos das empresas, incluindo a área contábil. As mulheres enfrentam obstáculos como falta de reconhecimento, preconceitos de gênero e cultura organizacional patriarcal. Além disso, muitas vezes precisam conciliar a vida pessoal e profissional, limitando suas oportunidades de promoção e desenvolvimento de carreira.

Este estudo visa identificar as estratégias utilizadas pelas mulheres para superar esses desafios e alcançar posições de liderança em empresas contábeis. Ao compreender as estratégias bem-sucedidas utilizadas pelas mulheres, é possível replicar essas experiências e orientar outras mulheres em suas trajetórias profissionais. A pesquisa também pode identificar boas práticas para empresas contábeis apoiarem e promoverem a ascensão de mulheres em suas carreiras.

A diversidade de gênero em cargos de liderança é fundamental para a tomada de decisões mais assertivas e para o alcance de resultados mais satisfatórios para as empresas. Por isso, este estudo contribui para o debate sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, especificamente no setor contábil, e para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo para mulheres em toda a sociedade. Neste sentido, a problemática abordada é "Quais são as estratégias utilizadas pelas mulheres para superar desafios e alcançar posições de liderança na área contábil?".

Para responder esta problemática, este estudo tem como objetivo geral identificar as estratégias utilizadas pelas mulheres para superar desafios e alcançar posições de liderança na área contábil. No âmbito dos objetivos específicos, pretende-se primeiramente traçar o perfil de atuação feminina no mercado de trabalho com a contabilidade; investigar os principais desafios que as mulheres enfrentam ao buscar posições de liderança na área contábil e identificar estratégias eficazes que possam contribuir com a ascensão das mulheres a posições de liderança contábil.

A justificativa deste estudo reside na importância de se discutir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, em especial na área contábil, e na busca por estratégias efetivas para superar as barreiras que impedem a ascensão das mulheres a cargos de liderança. A presença feminina no mercado de trabalho brasileiro tem aumentado, mas ainda há muito a ser feito para alcançar a igualdade de gênero em todos os níveis hierárquicos das empresas.

Nesse sentido, é fundamental compreender as estratégias utilizadas pelas mulheres que conseguiram romper as barreiras para alcançar posições de liderança, com o objetivo de replicar tais experiências e orientar outras mulheres em sua trajetória profissional. Além disso, a pesquisa poderá identificar boas práticas para as empresas contábeis apoiarem e promoverem a ascensão de mulheres em suas carreiras, contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo para mulheres em toda a sociedade.

A relevância deste tema reside no fato de que a diversidade de gênero em cargos de liderança é fundamental para a tomada de decisões mais assertivas e para o alcance de resultados mais satisfatórios para as empresas. O estudo busca, assim, contribuir para o contexto acadêmico e a sociedade como um todo, auxiliando na compreensão de um fenômeno profissional relevante e na promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho contábil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Liderança feminina: conceito e desafios

A liderança pode ser definida como um processo pelo qual um indivíduo influencia outras pessoas para alcançar um objetivo em comum. Segundo Chiavenato (2014), a liderança é uma das principais funções do gestor, pois é por meio dela que se consegue mobilizar e orientar a equipe para a conquista dos objetivos organizacionais.

No entanto, as mulheres ainda enfrentam diversos desafios para ocupar cargos de liderança, especialmente na área contábil. Segundo estudo realizado por Pires (2018), as mulheres são minoria em cargos de liderança, representando apenas 20% dos cargos gerenciais nas empresas brasileiras. Isso se deve a diversos fatores, como discriminação de gênero, preconceitos e estereótipos, além de dificuldades relacionadas à maternidade e à conciliação entre a vida pessoal e profissional.

Na área contábil, essa situação é ainda mais desafiadora, devido à visão tradicionalmente masculina da profissão e à resistência à mudança. De acordo com Santos

(2018), a cultura machista ainda é muito presente na área contábil, o que dificulta a ascensão das mulheres a cargos de liderança. A autora ressalta que é necessário romper com esses estereótipos e fomentar a inclusão das mulheres na liderança da área contábil.

Por fim, é importante destacar a importância da diversidade de gênero em cargos de liderança. De acordo com Paiva (2020), a diversidade de gênero traz benefícios para as empresas, como o aumento da criatividade e da inovação, a redução do preconceito e da discriminação e a melhora na tomada de decisões.

2.2 Estratégias para superar os desafios e alcançar posições de liderança

Os desafios enfrentados pelas mulheres na busca por cargos de liderança na área contábil são variados, desde questões culturais e preconceitos de gênero até a falta de oportunidades e dificuldades em conciliar vida pessoal e profissional. Contudo, é possível identificar estratégias que auxiliam na superação desses obstáculos e no alcance de posições de destaque, como a busca por capacitação e a valorização de habilidades e competências específicas.

Uma das estratégias mais efetivas é a busca constante pelo desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais. Segundo Santos et al. (2021), mulheres que investem em suas carreiras e buscam desenvolver novas habilidades, como liderança, comunicação e negociação, têm mais chances de conquistar posições de liderança na área contábil. Além disso, o *networking* também é fundamental para o crescimento profissional, principalmente para as mulheres que muitas vezes são excluídas de oportunidades por conta do preconceito de gênero. O relacionamento com profissionais do mesmo ramo pode proporcionar novas conexões, aprendizado e oportunidades de negócios.

Existem mulheres líderes em empresas contábeis que podem ser utilizadas como referência para outras mulheres que buscam conquistar posições de liderança. Maria do Carmo Bittencourt, sócia-fundadora da Bittencourt Consultoria Contábil e presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC), destacou a importância da capacitação e do desenvolvimento contínuo para a ascensão profissional na área contábil (REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS, 2020). Outra referência é Marta Pelucio Greiner, diretora de auditoria da EY Brasil, que enfatizou a importância da resiliência, coragem e da capacidade de adaptação para o sucesso na carreira (REVISTA EXAME, 2020).

2.3 Abordagens corporativas para a ascensão de mulheres na liderança contábil

A diversidade de gênero é uma questão que tem ganhado cada vez mais destaque no mundo corporativo, e as empresas contábeis podem adotar diversas abordagens para promover a ascensão de mulheres a cargos de liderança. De acordo com Souza (2018), uma das primeiras medidas a serem tomadas é a revisão dos processos seletivos, para garantir que não haja nenhum tipo de viés inconsciente na escolha dos candidatos. Além disso, o autor destaca que é importante investir em programas de desenvolvimento de liderança específicos para mulheres, que possam ajudá-las a superar desafios como a falta de confiança e a dificuldade de equilibrar as responsabilidades profissionais e familiares.

Outra abordagem que pode ser adotada é a criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo, em que as mulheres se sintam valorizadas e respeitadas. Isso pode ser feito por meio da implementação de políticas de flexibilidade no trabalho, como o home office ou horários de trabalho mais flexíveis, que permitam às mulheres conciliar suas responsabilidades profissionais e familiares. A empresa contábil PwC, por exemplo, adotou o programa “*Flexibility2*”, que permite que seus funcionários trabalhem remotamente até dois dias por semana, além de horários de trabalho mais flexíveis, como forma de promover um ambiente de trabalho mais inclusivo e diverso (PWC, 2021).

Ainda no âmbito da promoção da diversidade de gênero, é importante que as empresas contábeis incentivem a participação de mulheres em eventos, conferências e fóruns de discussão do setor contábil. Esses eventos são oportunidades importantes para o desenvolvimento profissional e *networking*, e a participação de mulheres pode contribuir para uma maior representatividade e inclusão no setor. A empresa contábil Deloitte, por exemplo, criou um programa de mentoria para mulheres, com o objetivo de incentivar a participação feminina em eventos e fóruns de discussão do setor contábil (DELOITTE, 2021).

Por fim, é importante destacar que a adoção dessas estratégias para promover a diversidade de gênero em cargos de liderança requer um comprometimento da liderança da empresa. Segundo Lima e Santos (2020), "o compromisso da liderança é fundamental para a construção de uma cultura organizacional mais inclusiva e diversa, que promova o desenvolvimento de todas as pessoas, independentemente de seu gênero".

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa

Para embasar a fundamentação teórica deste trabalho, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica abrangendo os últimos 10 anos. Foram consultados livros, artigos científicos e sites especializados na internet. Segundo Gil (2018), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Essa técnica permite uma visão mais ampla sobre o tema e ajuda a embasar a escolha dos demais métodos a serem utilizados.

Quanto à abordagem, a pesquisa foi conduzida em uma perspectiva qualitativa, utilizando questionário estruturado para coletar informações sobre as estratégias e percepções das mulheres na superação de desafios e conquista de posições de liderança na área contábil. De acordo com Minayo (2008), na pesquisa qualitativa, "o pesquisador não se preocupa com a quantificação, mas sim com a compreensão dos fenômenos que observa". Essa abordagem permite uma análise aprofundada das experiências e percepções das mulheres em relação às barreiras enfrentadas.

Em relação aos procedimentos, foi realizado um estudo de caso múltiplo em várias empresas para identificar as estratégias utilizadas pelas mulheres em sua ascensão a cargos de liderança na área contábil. De acordo com Yin (2015), o estudo de caso múltiplo "é aquele que envolve duas ou mais unidades de análise". Essa técnica permite a comparação de resultados e análises em diferentes contextos e situações, ampliando a compreensão dos resultados obtidos.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois visa explorar e identificar as estratégias utilizadas pelas mulheres para superar desafios e alcançar posições de liderança em empresas contábeis. Segundo Gil (2018), "a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses". Esse método proporcionou a coleta de informações iniciais e a identificação de estratégias utilizadas pelas mulheres em cargos de liderança na área contábil.

3.2 Contextualização geográfica e econômica do local da pesquisa

Esta pesquisa concentra-se nas empresas e escritórios de contabilidade presentes em três distintas localidades: São Miguel/RN, Pau dos Ferros/RN, e Pereiro/CE. A escolha dessas regiões não é apenas geográfica, mas estratégica, considerando a interligação econômica entre essas cidades.

Com populações estimadas em 23.537 e 30.479 habitantes, respectivamente, de acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Miguel e Pau

dos Ferros compartilham uma intensa atividade comercial, sendo o comércio uma vocação marcante da região.

A cidade vizinha, Pereiro, com uma população estimada de 15.275 habitantes, segundo o último Censo de 2022 realizado pelo IBGE, embora pertencente a outro estado, Ceará, possui uma forte ligação com a Região do Alto Oeste Potiguar, tanto geográfica quanto econômica.

Essa interconexão econômica e estratégica destas localidades adiciona complexidade ao contexto, influenciando diretamente as oportunidades e desafios enfrentados por mulheres que buscam cargos de liderança em empresas contábeis na região.

Vale ressaltar que, segundo dados recentes do Censo de 2022 do IBGE, a população feminina total destas três cidades representa em torno de 52% da população total. Esse cenário demográfico acrescenta relevância à pesquisa, destacando a presença significativa das mulheres na sociedade dessas localidades e evidenciando a importância de compreender e superar as barreiras que podem impactar a ascensão delas em setores-chave como o contábil.

Dessa forma, ao explorar as estratégias adotadas pelas mulheres para alcançar posições de liderança, a pesquisa não apenas se insere na dinâmica econômica dessas regiões, mas também contribui para promover a equidade de gênero e o empoderamento feminino.

3.3 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra

Para a obtenção de dados, a pesquisa empregou um questionário estruturado. Conforme preconizado por Marconi e Lakatos (2010), o questionário estruturado é uma técnica de pesquisa que utiliza um formulário predefinido com questões minuciosamente elaboradas e organizadas, demandando respostas do entrevistado. Esta abordagem viabiliza a coleta eficiente e objetiva de dados, além de facilitar a comparação dos resultados obtidos.

O questionário de pesquisa foi estruturado em três seções distintas, cada uma correlacionada aos objetivos específicos da pesquisa. A seção 1 visa traçar o perfil da atuação feminina no campo contábil, compreendendo questões sobre faixa etária, estado civil, tempo de atuação na área, nível de formação acadêmica, tipo de empresa/organização e cargo de liderança exercido. Já na seção 2, investigam-se os desafios enfrentados pelas mulheres em cargos de liderança contábil, com questões relacionadas à falta de reconhecimento por competências profissionais, estereótipos de gênero, barreiras para promoção, conciliação entre vida pessoal e profissional, entre outras, estão contempladas nesta seção. Por fim, a seção 3 aborda as estratégias para ascensão das mulheres na liderança contábil, que incluem incentivo à educação,

programas de mentoria, políticas organizacionais para igualdade de oportunidades, entre outras alternativas.

A coleta de dados foi realizada através do Google Formulários, junto a 16 mulheres que ocupam cargos de liderança em empresas contábeis localizadas em São Miguel/RN, Pau dos Ferros/RN e Pereiro/CE, estabelecendo critérios específicos para delimitação da amostra e garantindo a representatividade do grupo estudado.

3.4 Análise de dados

Os dados obtidos por meio do Questionário de Pesquisa foram analisados utilizando o Microsoft Excel como ferramenta para processamento e organização. A análise adotou uma abordagem qualitativa, concentrando-se na interpretação das respostas para identificar padrões, tendências e recorrências. A apresentação dos dados ocorre de maneira clara e concisa, por meio de gráficos, alinhados à natureza das variáveis, facilitando a visualização e compreensão das tendências identificadas.

Ao final do processo de análise, os resultados são interpretados em consonância com os objetivos da pesquisa, proporcionando percepções importantes sobre as estratégias utilizadas pelas mulheres na busca por cargos de liderança na área contábil. Esses dados são fundamentais para a formulação de conclusões e discussões coerentes ao longo deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

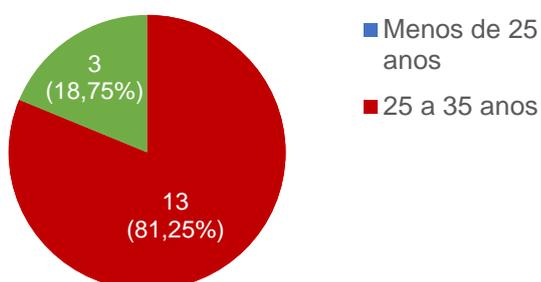
4.1 Perfil de atuação feminina no mercado de trabalho com a contabilidade

As respostas às questões a seguir buscam não somente traçar um retrato abrangente e detalhado do cenário profissional das mulheres na área contábil, mas também oferecer um olhar minucioso e multifacetado sobre as nuances que permeiam a atuação feminina nesse contexto específico. Esta seção busca explorar diferentes aspectos que compõem o panorama profissional das mulheres na contabilidade, abordando fatores essenciais como faixa etária, estado civil, experiência profissional, formação acadêmica, natureza das empresas em que atuam e os cargos ocupados pelas mulheres participantes da pesquisa. Tais informações são cruciais não apenas para fornecer uma visão holística, mas também para compreender de forma ampla e detalhada a presença feminina e os contextos nos quais essas profissionais estão

inseridas no universo contábil, permitindo uma análise abrangente das dinâmicas que moldam suas trajetórias e suas contribuições nesse campo profissional.

A Figura 1 apresenta a distribuição percentual das faixas etárias, fornecendo uma visão clara da representatividade de cada grupo. A análise da faixa etária das mulheres participantes nesta pesquisa visa proporcionar uma visão demográfica dos grupos etários predominantes na liderança contábil.

Figura 1 – Faixa etária

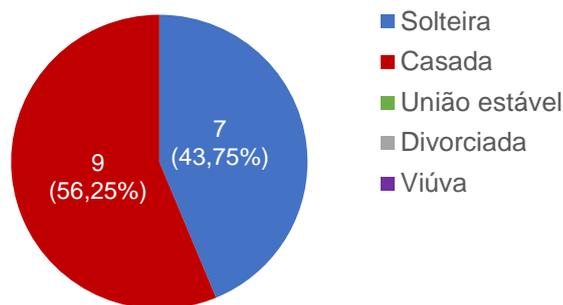


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

A maioria expressiva das mulheres ocupando posições de liderança na área contábil (81,25%) está na faixa etária de 25 a 35 anos, seguida por 18,75% na faixa etária de 36 a 45 anos. A notável ausência de respostas nas faixas etárias extremas aponta para uma concentração significativa de líderes contábeis em faixas intermediárias de idade, sugerindo possíveis reflexos de características geracionais ou dinâmicas específicas de ingresso e ascensão nesse campo profissional. Essa distribuição etária ressalta a relevância de entender as influências e particularidades de determinadas faixas etárias dentro da liderança feminina na contabilidade, promovendo uma reflexão sobre como diferentes gerações encaram os desafios e oportunidades nesse cenário profissional.

A seguir, a Figura 2 permite uma análise detalhada do estado civil das lideranças femininas participantes da pesquisa, fornecendo perspectivas valiosas sobre as dinâmicas pessoais dessas profissionais, possibilitando compreender como o estado civil pode influenciar ou se relacionar com a trajetória profissional dessas mulheres em cargos de liderança na área contábil.

Figura 2 – Estado civil

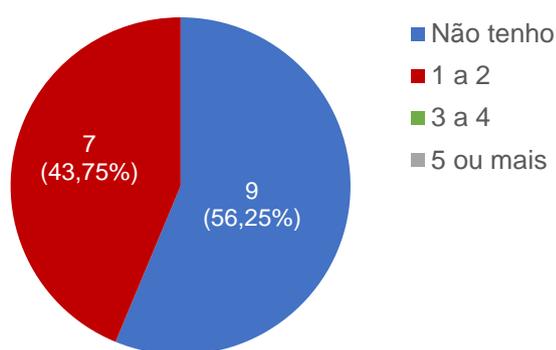


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Os resultados revelam que a maioria das mulheres (56,25%) ocupando posições de liderança na contabilidade está casada, seguida por 43,75% das participantes solteiras. Notavelmente, não foram registradas respostas para outros estados civis. Essa distribuição pode refletir influências na estabilidade emocional e responsabilidades familiares, sugerindo uma possível relação entre estado civil e a conquista de posições de liderança na área contábil.

Ao analisar o número de filhos das mulheres em cargos de liderança na contabilidade na Figura 3, buscamos compreender o equilíbrio entre suas responsabilidades familiares e profissionais, identificando relações entre maternidade e carreira. Isso oferece entendimentos relevantes sobre os desafios e estratégias para conciliar ambos os aspectos de suas vidas.

Figura 3 – Possui filhos, quantos?



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

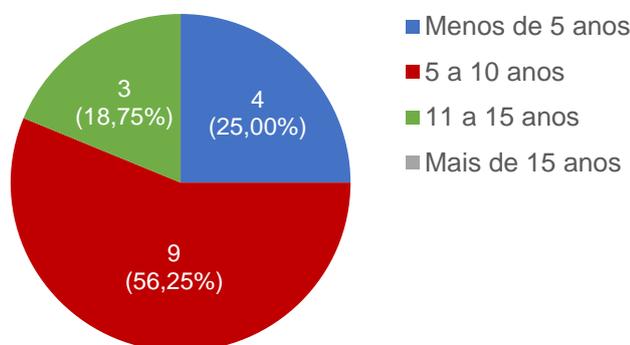
Os dados indicam que a maioria das mulheres (56,25%) em cargos de liderança na área contábil não têm filhos, enquanto 43,75% possuem de 1 a 2 filhos. É notável a ausência de respostas indicando ter 3 filhos ou mais. Esses dados sugerem que a maioria das profissionais

que ascendem a cargos de liderança nessa área possa ter menos responsabilidades familiares, o que pode influenciar diretamente na dedicação ao trabalho e na busca por esses cargos.

Os resultados obtidos se alinham à pesquisa de Pires (2018), que destaca a relação entre responsabilidades familiares e a ascensão das mulheres em cargos de liderança. A discriminação de gênero e os desafios relacionados à maternidade, mencionados no estudo do autor, reforçam a possibilidade levantada neste estudo. A presença majoritária de mulheres sem filhos ou com menos filhos em cargos de liderança contábil sugere que as responsabilidades familiares podem ser um fator determinante na dedicação e disponibilidade para ascender nessas carreiras, apoiando as conclusões de Pires (2018) sobre a conciliação entre vida profissional e familiar para mulheres em posições de liderança.

O período de tempo dedicado à atuação na área contábil por mulheres que ocupam posições de liderança não apenas oferece um vislumbre da experiência adquirida ao longo de suas trajetórias profissionais, mas também fornece informações valiosas sobre a maturidade e a expertise dessas líderes dentro desse contexto específico (Figura 4).

Figura 4 – Há quanto tempo você atua na área contábil?

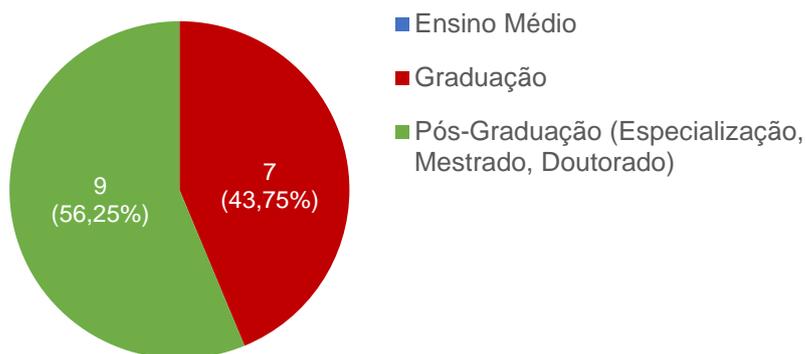


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Os dados destacam que a maioria das mulheres (56,25%) em cargos de liderança na área contábil possui uma experiência profissional consolidada de 5 a 10 anos. Esse percentual significativo sugere um grupo com conhecimento sólido e uma trajetória marcada por uma considerável imersão no setor contábil. Contrapondo-se a esse grupo, 25% têm menos de 5 anos de experiência, indicando uma recente transição para o campo de liderança, enquanto 18,75% acumulam entre 11 a 15 anos na área, denotando uma base sólida e uma experiência mais estabelecida.

Ao examinar a formação acadêmica das mulheres em cargos de liderança na área contábil, conforme demonstrado na **Figura 5**, é possível compreender melhor o preparo técnico dessas profissionais, oferecendo uma visão mais clara sobre a base educacional que contribui para sua atuação nos cargos de liderança contábil.

Figura 5 – Qual o seu nível de formação acadêmica?

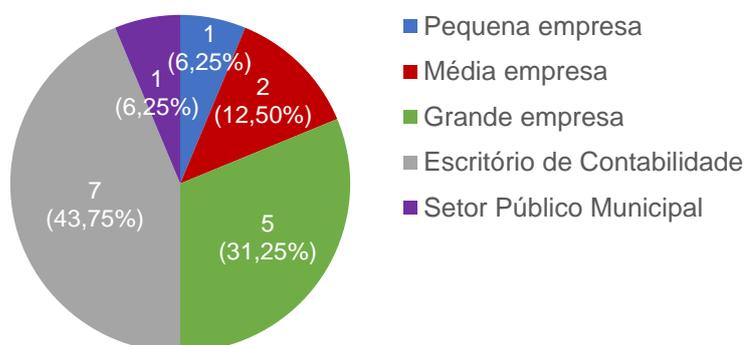


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Observa-se que a maioria expressiva das mulheres em posições de liderança na área contábil possui pós-graduação (56,25%), indicando um investimento significativo em aprimoramento profissional e especialização técnica. Em contrapartida, 43,75% possuem graduação, revelando que muitas alcançaram cargos de liderança sem uma formação de pós-graduação. Essa diversidade nos níveis educacionais evidencia diferentes trajetórias que as mulheres percorreram para atingir posições de liderança na área contábil. Esta mesma correlação entre a busca constante pelo desenvolvimento de habilidades técnicas e a ampliação das chaves de ascensão de mulheres a cargos de liderança na área contábil também foi observado no estudo de Santos et al. (2021).

Explorando o ambiente de atuação dessas lideranças femininas na área contábil, a Figura 6 a seguir ilustra a distribuição das profissionais em diferentes tipos de organizações.

Figura 6 – Em que tipo de empresa/organização você atua atualmente?

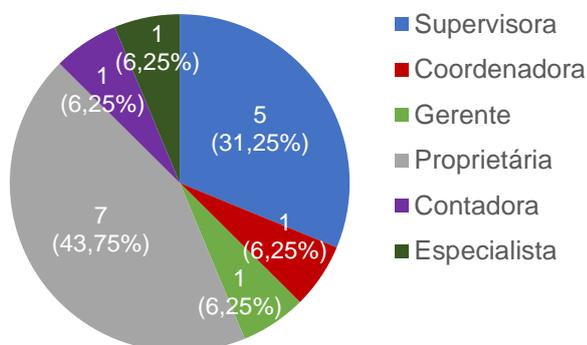


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Os resultados evidenciam que a maioria das mulheres em cargos de liderança na área contábil (43,75%) atua em escritórios de contabilidade, sugerindo que esses espaços são significantes para o desenvolvimento de carreira dessas profissionais. Além disso, 31,25% estão em grandes empresas, sinalizando que uma parcela considerável de lideranças femininas está inserida em organizações de porte mais significativo. Já as médias e pequenas empresas, assim como o setor público municipal, têm uma representação menos expressiva, com 12,5% e 6,25% respectivamente.

A Figura 7 a seguir, permite identificar as posições ocupadas pelas participantes da pesquisa em cargos de liderança na área contábil.

Figura 7 – Qual cargo de liderança você exerce atualmente na empresa/organização?



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Os dados revelam que a maioria expressiva das mulheres em cargos de liderança contábil está na posição de proprietárias (43,75%), o que destaca o empreendedorismo e a

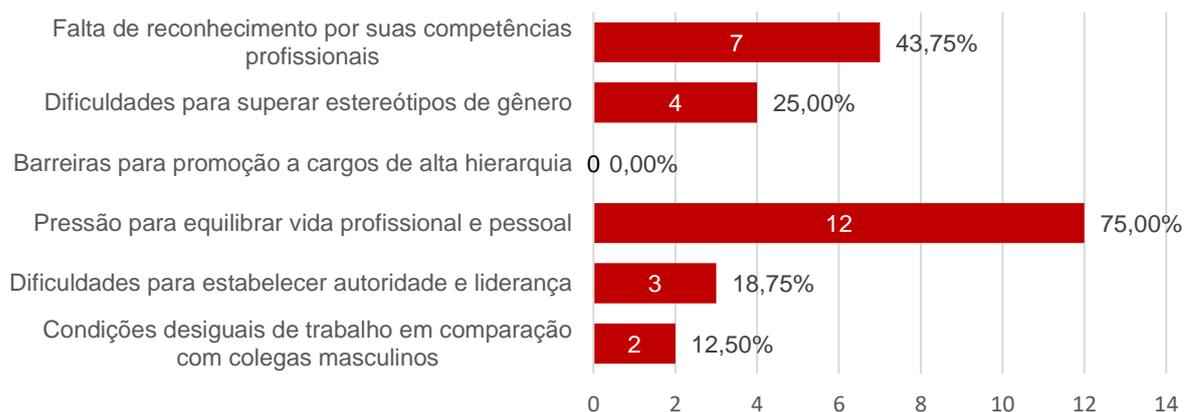
autonomia dessas líderes na condução de negócios contábeis. Além disso, 31,25% ocupam o cargo de supervisora, enquanto 6,25% atuam como coordenadora, gerente, contadora e especialista, respectivamente. Essa distribuição diversificada mostra uma ampla gama de cargos de liderança ocupados por mulheres na área contábil, demonstrando sua presença não só nas funções de gestão, mas também na propriedade de negócios no setor contábil.

4.2 Desafios enfrentados pelas mulheres na liderança contábil

Nesta seção, buscamos compreender os desafios cruciais enfrentados por mulheres em busca de cargos de liderança na contabilidade. A análise se baseia nas respostas de mulheres líderes, delineando as principais barreiras em suas trajetórias. Isso oferece uma visão mais detalhada das dificuldades nesse campo, contribuindo para um entendimento mais amplo das questões enfrentadas ao aspirar posições de liderança na contabilidade e fomentando reflexões sobre estratégias para superar tais desafios.

A Figura 8 apresenta os principais desafios vivenciados por mulheres que ocupam cargos de liderança na área contábil. Elas foram convidadas a selecionar até três desafios, podendo especificar outros não mencionados nas opções apresentadas.

Figura 8 – Quais são os principais desafios que, em sua experiência, as mulheres em cargos de liderança na área contábil enfrentam?



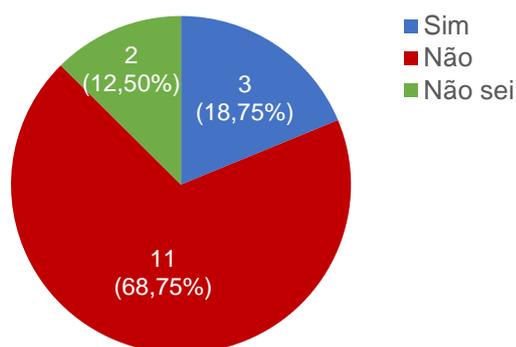
Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

As respostas revelam uma ampla gama de desafios enfrentados por mulheres em cargos de liderança na área contábil. Destaca-se a 'Pressão para equilibrar vida profissional e pessoal', apontada por 75% das respondentes, evidenciando a relevância do equilíbrio entre vida pessoal e carreira como um desafio preponderante, conforme já evidenciado no estudo de Pires (2018). Além disso, a 'Falta de reconhecimento por suas competências profissionais' foi selecionada

por 43,75% das participantes, demonstrando a necessidade de maior valorização e reconhecimento do potencial das mulheres nesse ambiente profissional. A baixa indicação de 'Condições desiguais de trabalho em comparação com colegas masculinos' e a ausência de respostas para 'Barreiras para promoção a cargos de alta hierarquia', ou apontamento de 'Outros desafios' sugere que, embora presentes, esses desafios podem ser menos prevalentes na experiência dessas líderes contábeis.

A Figura 9 apresenta as percepções das participantes sobre a presença de programas específicos nas organizações para impulsionar o avanço das mulheres em cargos de liderança na área contábil. Esta análise se revela essencial, pois reflete a percepção direta das mulheres que atuam nesse ambiente profissional sobre a existência ou ausência de políticas, diretrizes e programas específicos voltados para o avanço e apoio à liderança feminina.

Figura 9 – Você considera que as organizações possuem programas específicos para apoiar o avanço de mulheres em cargos de liderança na área contábil?



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

A análise da Figura 9 destaca que 68,75% das participantes indicaram a ausência de programas específicos para apoiar o avanço das mulheres em cargos de liderança contábil nas organizações em que atuam. Esse dado ressalta a percepção majoritária de falta de iniciativas estruturadas para promover a ascensão dessas profissionais. Por outro lado, apenas 18,75% afirmaram que tais programas são implementados, enquanto 12,50% manifestaram incerteza sobre a existência dessas ações específicas. Esses números revelam uma lacuna significativa nas organizações, sugerindo a necessidade de implementação de estratégias mais eficazes para apoiar e impulsionar o avanço das mulheres na hierarquia profissional contábil, conforme também foi apontado no estudo de Souza (2018).

Na questão subsequente, cujos resultados são apresentados na Figura 10, as participantes foram convidadas a indicar até três fatores que, em sua perspectiva, contribuem para estabelecer um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo para mulheres na área contábil. As

respostas fornecidas por essas profissionais oferecem conhecimentos valiosos sobre as medidas consideradas fundamentais para criar um ambiente propício à inclusão e à equidade de gênero nesse contexto profissional específico.

Figura 10 – Quais fatores contribuem para criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo para mulheres na área contábil?



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Analisando as respostas, observamos que o acesso igualitário a oportunidades de desenvolvimento profissional foi apontado por 87,50% das respondentes como um dos principais fatores para promover um ambiente mais inclusivo e equitativo. Logo após, a cultura organizacional que promove a diversidade de gênero foi mencionada por 43,75% das participantes, enquanto a flexibilidade de horários e condições de trabalho recebeu 37,50% das indicações. Esses dados destacam a ênfase dada pelas profissionais à igualdade de oportunidades de desenvolvimento, evidenciando a importância de políticas que visem promover um espaço mais equitativo e inclusivo na área contábil.

A seguir, as participantes foram convidadas a selecionar até três maneiras pelas quais a cultura organizacional exerce influência nos desafios enfrentados por mulheres que buscam ascender a cargos de liderança na área contábil, conforme refletido nos dados apresentados na Figura 11. Essa análise possibilita uma compreensão mais abrangente das percepções das profissionais acerca do impacto da cultura empresarial nos obstáculos que enfrentam em suas trajetórias profissionais.

Figura 11 – Em sua opinião, como a cultura organizacional influencia os desafios enfrentados pelas mulheres que buscam cargos de liderança na área contábil?

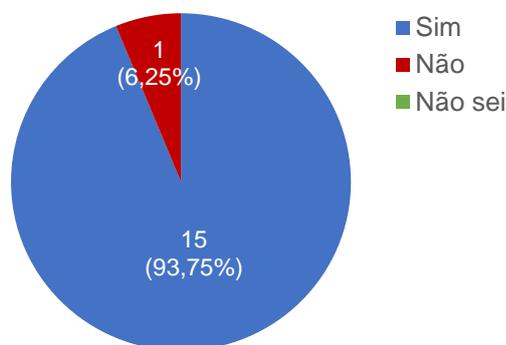


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Analisando os dados da Figura 11, percebe-se que a barreira para conciliar vida pessoal e profissional foi identificada por 81,25% das respondentes como um dos fatores significativos. Esse contexto se alinha com o estudo de Pires (2018), que ressalta a dificuldade de conciliação entre vida pessoal e profissional como um grande obstáculo para as mulheres em cargos de liderança. Em seguida, 43,75% das participantes apontaram as limitações para o crescimento profissional como um desafio relevante. A percepção das mulheres sobre a cultura organizacional evidencia a influência direta na capacidade de enfrentar desafios ao buscar cargos de liderança contábil, especialmente destacando a importância de políticas que promovam equilíbrio entre vida pessoal e profissional para o avanço profissional feminino nesse campo.

As participantes também forneceram respostas sobre a possível influência da ausência de representatividade feminina em cargos de liderança na motivação das mulheres para buscarem essas posições, conforme evidenciado na Figura 12. Essas percepções abrem uma janela valiosa para compreender a interação entre o ambiente profissional, a presença de referências femininas em posições de liderança e o estímulo ou desencorajamento percebido pelas mulheres para ascenderem a esses postos.

Figura 12 – Você acredita que a falta de representatividade feminina em cargos de liderança na área contábil afeta a motivação das mulheres a buscarem tais posições?

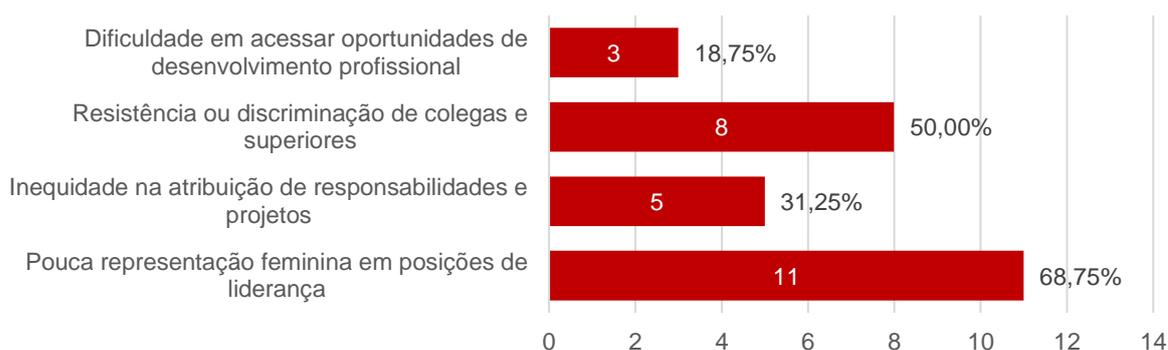


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

O resultado evidencia que 93,75% das respondentes acreditam que a falta de representatividade feminina em cargos de liderança na área contábil impacta diretamente a motivação das mulheres em buscar tais posições. Essa significativa maioria destaca a importância da presença de mulheres em papéis de liderança para motivar outras profissionais a almejem cargos semelhantes, revelando a relevância da representatividade como um fator motivacional para o avanço na carreira dentro desse campo específico da contabilidade.

A Figura 13 destaca os principais obstáculos enfrentados pelas mulheres que participaram desta pesquisa no desenvolvimento de suas carreiras na área contábil. Esses dados oferecem uma visão direta das dificuldades que essas profissionais encontram ao avançar em suas trajetórias profissionais específicas. As opções escolhidas pelas entrevistadas refletem desde a resistência ou discriminação no ambiente de trabalho até a falta de representatividade feminina em cargos de liderança.

Figura 13 – Em sua experiência, quais são os maiores obstáculos para o desenvolvimento de carreira das mulheres na área contábil?



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Os dados obtidos revelam que a maior parte das respondentes identificou a 'Pouca representação feminina em posições de liderança' como um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento de carreira na área contábil, com expressivos 68,75% das respostas. Em segundo lugar, com 50% das respostas, destaca-se a 'Resistência ou discriminação de colegas e superiores'. Esses resultados ressaltam a importância da representatividade e da superação de obstáculos relacionados à discriminação como elementos fundamentais para a evolução profissional das mulheres no campo contábil, apontando para áreas essenciais de melhoria e foco para políticas de inclusão e equidade de gênero no ambiente de trabalho.

4.3 Estratégias para ascensão das mulheres na liderança contábil

Nesta seção, destacam-se as estratégias identificadas pela pesquisa como eficazes para impulsionar a ascensão das mulheres a cargos de liderança na contabilidade. Exploramos as percepções das participantes sobre tais estratégias, fornecendo uma visão abrangente das abordagens que podem contribuir significativamente para o progresso das mulheres nesse contexto profissional.

No contexto da pesquisa, as participantes foram solicitadas a selecionar até três estratégias, ou sugerir outra não mencionada, que, em sua visão, são mais eficazes para impulsionar a ascensão das mulheres a cargos de liderança na área contábil (Figura 14).

Figura 14 – Quais estratégias você considera mais eficazes para promover a ascensão das mulheres a cargos de liderança na área contábil?



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

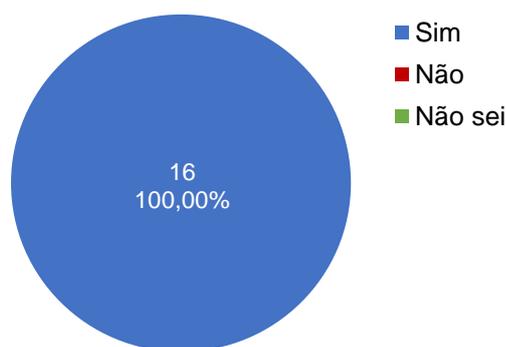
Os dados revelam uma distribuição interessante das preferências em relação às estratégias mencionadas. Entre as estratégias mais destacadas estão o acesso igualitário a oportunidades de avanço de carreira, com 62,5% das respostas, seguido pela promoção de redes

de apoio e mentoria para mulheres profissionais, com 50%. Em terceiro lugar, identificamos a implementação de programas de desenvolvimento de liderança voltados para mulheres, e a criação de políticas organizacionais que visam a igualdade de oportunidades, ambos com 43,75%. Esses resultados indicam a importância atribuída pelas participantes à necessidade de oportunidades igualitárias e apoio mútuo no ambiente profissional para favorecer a ascensão das mulheres a posições de liderança na área contábil, conforme também foi evidenciado no estudo de Lima e Santos (2020).

Indagadas se a representatividade feminina nos cargos de liderança influencia na criação de um ambiente de trabalho mais equitativo, as 16 participantes da pesquisa foram unânimes em responder que sim (Figura 15).

A resposta unânime sugere um consenso significativo entre as participantes, demonstrando uma visão alinhada sobre a importância da presença de mulheres em posições de liderança para promover a equidade no ambiente profissional. Essa unanimidade reforça a percepção coletiva de que a representatividade feminina nos cargos de liderança desempenha um papel crucial na construção de ambientes de trabalho mais justos e igualitários.

Figura 15 – Você acredita que a representatividade feminina nos cargos de liderança influencia na criação de um ambiente de trabalho mais equitativo?



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Conseqüentemente, a presença dessas líderes serve como referência e incentivo para mulheres almejarem cargos de destaque na contabilidade, corroborando a importância da representatividade feminina como um estímulo para o progresso na área.

Em seguida, as participantes foram convidadas a selecionar até três políticas organizacionais que, em suas percepções, seriam mais eficazes na promoção da igualdade de gênero em cargos de liderança na área contábil (Figura 16).

Figura 16 – Na sua opinião, quais políticas organizacionais seriam mais eficazes para promover a igualdade de gênero em cargos de liderança na área contábil?



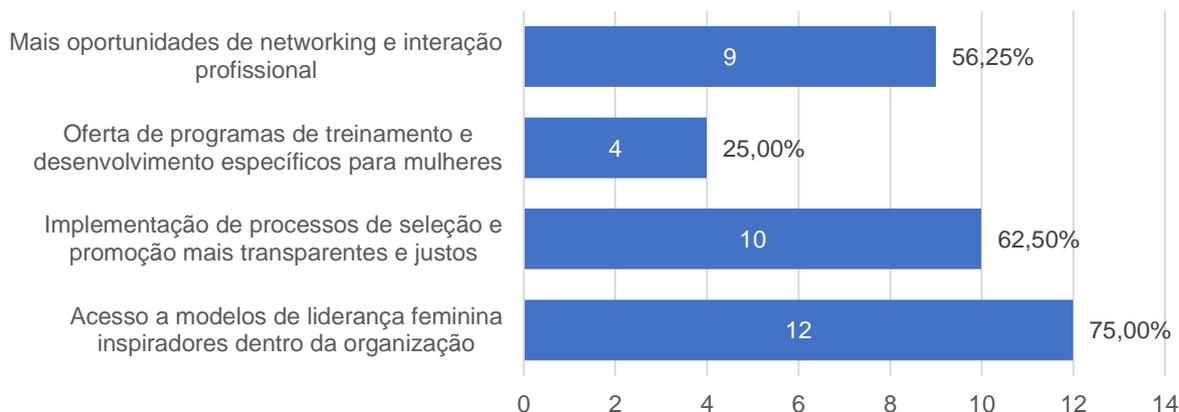
Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Os resultados demonstram claramente as preferências expressas pelos participantes em relação às políticas organizacionais mais eficazes para promover a igualdade de gênero. Em primeiro lugar, o incentivo para o desenvolvimento de habilidades de liderança obteve destaque, com 81,25% das respostas. Em seguida, tanto programas de mentoria específicos para mulheres quanto a flexibilidade de horários e condições de trabalho receberam a mesma porcentagem de escolha, alcançando 43,75%. Esses dados evidenciam a relevância atribuída ao estímulo das habilidades de liderança e à promoção de um ambiente flexível e inclusivo como fatores-chave para fomentar a igualdade de gênero na esfera da liderança contábil.

Essa ênfase nas habilidades de liderança e no ambiente de trabalho se alinha com as estratégias propostas por Souza (2018), que enfatiza o investimento em programas de liderança específicos para mulheres e a participação feminina em eventos e fóruns de discussão para promover a diversidade de gênero no setor contábil. A abordagem dessas estratégias, incluindo programas de mentoria, requer um compromisso organizacional para criar um ambiente mais inclusivo, como o programa de mentoria para mulheres desenvolvido pela Deloitte, que busca incentivar a participação feminina em eventos do setor contábil.

Na questão seguinte, conforme Figura 17, as participantes da pesquisa puderam selecionar até três maneiras pelas quais as organizações poderiam melhor apoiar as mulheres na busca por cargos de liderança na área contábil.

Figura 17 – Como as mulheres podem ser melhor apoiadas por suas organizações na busca por cargos de liderança na área contábil?



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Neste contexto, observa-se uma clara preferência por estratégias que enfatizem a presença de modelos de liderança feminina inspiradores dentro da organização, obtendo 75% das respostas. Seguido de perto, com 62,50%, está a implementação de processos de seleção e promoção mais transparentes e justos. Além disso, mais oportunidades de *networking* e interação profissional também foram identificadas como uma estratégia valiosa, alcançando 56,25% das preferências. Esses resultados destacam a relevância de modelos inspiradores, processos transparentes e oportunidades de interação para impulsionar a ascensão das mulheres em posições de liderança na área contábil.

Em concordância com essas descobertas, Santos et al. (2021) e as experiências de líderes exemplares como Maria do Carmo Bittencourt e Marta Pelucio Greiner corroboram a importância de capacitação contínua, desenvolvimento de habilidades diversas, *networking* e referências femininas de sucesso para o progresso das mulheres na área contábil. Essas estratégias demonstram ser fundamentais para enfrentar os desafios e romper barreiras culturais e de oportunidades, oferecendo caminhos tangíveis para o avanço profissional dessas mulheres.

Por fim, a Figura 18 reflete as opiniões dos participantes sobre os principais fatores que limitam as organizações na busca pela equidade de gênero em cargos de liderança contábil.

Figura 18 – Na sua visão, quais são os principais fatores que impedem as organizações de alcançarem a igualdade de gênero em cargos de liderança na área contábil?



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

As opiniões expressadas pelas mulheres participantes da pesquisa revelam que a 'cultura organizacional arraigada' e a 'falta de comprometimento dos líderes para promover a diversidade' lideram as respostas, ambos com 62,50% das escolhas. Em seguida, a 'falta de políticas e práticas inclusivas' foi apontada por 56,25% dos participantes. Esses achados encontram ressonância com as sugestões de Souza (2018) e dos casos da PwC e da Deloitte. Esses autores e organizações recomendam revisão dos processos seletivos para eliminar vieses inconscientes, investimento em programas de desenvolvimento específicos para mulheres, criação de ambientes inclusivos e promoção de lideranças femininas como exemplos inspiradores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo revelam um panorama abrangente e detalhado do contexto profissional das mulheres na área contábil, traçando não apenas seu perfil de atuação, mas também os desafios enfrentados e as estratégias eficazes para a ascensão dessas profissionais a cargos de liderança. Logo, esse estudo teve como objetivo geral identificar as estratégias utilizadas pelas mulheres para superar desafios e alcançar posições de liderança na área contábil. Traçar o perfil de atuação feminina no mercado de trabalho com a contabilidade foi evidenciado ao analisar dados socioeconômicos das mulheres participantes da pesquisa. Através desses dados, obtivemos um panorama detalhado do cenário profissional, fornecendo conhecimentos valiosos para compreender as nuances desse ambiente e as particularidades das mulheres que ascenderam a cargos de liderança contábil.

Ao investigar os principais desafios enfrentados pelas mulheres na busca por cargos de liderança na área contábil, foi possível atentar para a pressão em equilibrar vida pessoal e profissional como o desafio mais prevalente, seguido pela falta de reconhecimento por suas competências. A ausência de programas específicos para apoiar o avanço das mulheres em cargos de liderança e a falta de representatividade feminina foram apontadas como obstáculos significativos, destacando a necessidade de políticas organizacionais inclusivas. No que diz respeito às estratégias eficazes, alinhadas ao terceiro objetivo específico deste estudo, a igualdade de oportunidades para avanço de carreira foi enfatizada como fundamental, seguida pela promoção de redes de apoio e mentoria para mulheres profissionais. A presença de modelos de liderança feminina inspiradores e processos de seleção mais transparentes e justos também foram apontados como cruciais para apoiar as mulheres na busca por cargos de liderança. No entanto, os resultados destacam desafios persistentes, como a cultura organizacional arraigada e a falta de comprometimento dos líderes para promover a diversidade, que representam barreiras substanciais para a igualdade de gênero em cargos de liderança na área contábil.

Contudo, os resultados deste estudo oferecem uma base sólida para a compreensão das estratégias utilizadas pelas mulheres na área contábil e ressaltamos a importância de estudos complementares para aprofundar a análise dessas estratégias, avaliando seu impacto prático e eficácia na promoção de uma maior equidade de gênero na liderança contábil. Assim, embora tenhamos avançado significativamente na compreensão das estratégias adotadas pelas mulheres na área contábil, há espaço para mais estudos para entender melhor o impacto e a aplicabilidade dessas estratégias, visando à construção de um ambiente mais inclusivo e igualitário.

5 REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DELOITTE. **Mulheres na liderança**. 2021. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/about-deloitte/articles/mulheres-na-lideranca.html>>. Acesso em: 03 maio 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022**. 2023. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 04 novembro 2023.

LIMA, L. G.; SANTOS, L. E. G. dos. Mulheres na liderança: reflexões sobre a presença feminina em cargos de gestão em contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 14, n. 1, p. 142-154, 2020.

MAXWELL, J. C. **O livro de ouro da liderança**: princípios intemporais para alcançar o sucesso. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MARCONI, M. A., & LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PAIVA, K. M. **Diversidade de gênero na liderança**: um estudo de caso em uma empresa de consultoria. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

PIRES, A. F. A mulher e os desafios para alcançar cargos de liderança nas empresas. In: **Anais do XVIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, 2018.

PWC. **Gênero e raça**: movendo a agenda de diversidade no Brasil. 2021. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/geral/pwc-genero-e-raca.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2023.

REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS. **Maria do Carmo Bittencourt**: a trajetória de uma mulher na contabilidade. São Paulo, v. 31, n. 83, p. 7-11, 2020.

REVISTA EXAME. **Marta Pelucio Greiner**: a primeira mulher a comandar a auditoria da EY. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/marta-pelucio-greiner-primeira-mulher-a-comandar-a-auditoria-da-ey/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTOS, E. P. et al. Mulheres na contabilidade: desafios e perspectivas. In: **Anais do Congresso de Administração, Contabilidade e Economia da Amazônia**. Belém, 2021.

SANTOS, L. C. A. A liderança feminina na área contábil: um desafio a ser vencido. In: **Anais do III Congresso Internacional de Contabilidade, Auditoria e Gestão Tributária**, 2018.

SOUZA, J. M. de. A liderança feminina na contabilidade: desafios e oportunidades. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 23., 2018, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: CBC, 2018. p. 1-12.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

O PAPEL FUNDAMENTAL DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ESTRATÉGIA LEGAL PARA REDUZIR A CARGA FISCAL E MANTER A CONFORMIDADE FINANCEIRA

*Eduarda Lacerda de Queiroz
Izidio Rocha da Silva Júnior
Maria Regidiana da Conceição
Francisco Cleiton da Silva Paiva*

RESUMO: O planejamento tributário adequado proporciona às empresas opções legais para mitigar encargos fiscais, tendo em consideração o impacto significativo dos impostos nos custos operacionais. inclusive, uma carga tributária excessiva pode diretamente afetar os lucros, restringindo o crescimento empresarial. A partir disto, este estudo investiga a importância do planejamento tributário em uma empresa de comércio varejista de alimentos localizada na cidade de Serrinha dos Pintos/RN, onde ressalta estratégias legais visando à redução da carga tributária ao realizar uma análise comparativa dos regimes tributários disponíveis e identificar a opção mais vantajosa. A abordagem metodológica adotada combina métodos quanti-qualitativos, baseando-se na interpretação de dados para analisar medidas tributárias e fiscais específicas para a empresa em estudo. Este levantamento identifica que o atual regime tributário da empresa acarreta desafios na gestão financeira, sublinhando a necessidade de uma compreensão aprofundada de cada regime tributário e a importância de manter-se atualizado com as leis tributárias para garantir o correto cálculo dos tributos, prevenindo irregularidades. Ao enfatizar a importância do planejamento tributário na gestão financeira, o trabalho destaca as oportunidades proporcionadas por diferentes regimes tributários, capacitando o empresário a determinar a melhor opção e contribuindo assim para o crescimento sustentável do negócio. Em suma, este estudo ressalta a relevância estratégica do planejamento tributário para empresas, oferecendo uma abordagem legal e eficaz para otimizar a carga tributária e fortalecer a saúde financeira da organização.

Palavras-chave: Comércio de varejo. Gestão financeira. Regime tributário.

ABSTRACT Proper tax planning provides companies with legal options to mitigate tax burdens, taking into account the significant impact of taxes on operating costs. In fact, an excessive tax burden can directly affect profits, restricting business growth. Based on this, this study investigates the importance of tax planning in a food retail company located in the city of Serrinha dos Pintos/RN, where it highlights legal strategies aimed at reducing the tax burden by carrying out a comparative analysis of the available tax regimes and identifying the most advantageous option. The methodological approach adopted combines quantitative and qualitative methods, based on the interpretation of data to analyze specific tax and fiscal measures for the company under study. This survey identifies that the company's current tax regime entails challenges in financial management, highlighting the need for an in-depth understanding of each tax regime and the importance of keeping up to date with tax laws to ensure the correct calculation of taxes, preventing irregularities. By emphasizing the importance of tax planning in financial management, the work highlights the opportunities provided by different tax regimes, enabling the entrepreneur to determine the best option and thus contributing to the sustainable growth of the business. In short, this study highlights the strategic relevance of tax planning for companies, offering a legal and effective approach to optimize the tax burden and strengthen the financial health of the organization.

Keywords: Tax Regime. Financial Management. Retail Trade.

1 INTRODUÇÃO

O sistema tributário brasileiro enfrenta sérios problemas, incluindo uma carga tributária elevada, falta de equidade e a presença significativa de impostos cumulativos (Giambiagi; Além, 2000). Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) em dezembro de 2010 revelou que o Brasil subiu no ranking mundial dos países com maior carga tributária, com uma arrecadação tributária correspondente a 34,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o IBPT (2010), o país passou da 18ª para a 14ª posição entre os 33 membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Esses dados revelam que, apesar dos cidadãos brasileiros pagarem uma carga tributária alta, o retorno social resultante desses impostos não justifica a quantidade arrecadada. A tributação elevada também afeta a competitividade das empresas estabelecidas no país. Devido aos diversos eventos que geram impostos ao exercer uma atividade empresarial ou ao estabelecer uma empresa, os empreendedores precisam estabelecer preços que sejam viáveis para seus negócios. Em outras palavras, uma carga tributária elevada acaba se refletindo no preço pago pelos consumidores finais e usuários de serviços.

O debate em torno do direito constitucional à economia tributária enfrenta diversos desafios, especialmente quando se considera os limites legítimos do poder do fisco em combater a infração das leis tributárias e proteger os interesses da arrecadação. A obrigação tributária e a evasão fiscal sempre coexistiram ao longo da história, criando uma constante tensão entre a obrigação de pagar impostos e as tentativas dos contribuintes de evitá-la.

É importante ressaltar que os contribuintes têm o direito de buscar a minimização de seus custos tributários, porém é fundamental reconhecer que cabe ao Estado exigir o cumprimento da legislação tributária para garantir a prestação de serviços de acordo com as necessidades da sociedade. De fato, a imposição de tributos é uma maneira extremamente eficaz de gerar receitas para o Estado e atender às demandas públicas.

O planejamento tributário é cada vez mais importante no Brasil, pois a busca por economia de impostos afeta a sociedade de várias maneiras. Economicamente, a redução da arrecadação por meio do planejamento tributário tem um impacto significativo nos contribuintes e nos preços de mercado. Politicamente, o planejamento tributário afeta o financiamento estatal, reduzindo os recursos disponíveis para as atividades governamentais. Juridicamente, há um conflito entre o dever de pagar tributos e o direito à livre organização econômica, envolvendo princípios como igualdade e capacidade contributiva.

No período de 30 anos após a promulgação da Constituição, de 1988 até 2018, foram editadas no Brasil cerca de 390.726 normas apenas em matéria tributária (Amaral *et al.*, 2018). Isso mostra que o sistema tributário brasileiro é composto por um grande número de leis e regulamentos que estabelecem os impostos a serem pagos pelas empresas. Para lidar com esse cenário complexo, o empresário pode utilizar um planejamento fiscal eficiente para escolher o regime tributário mais vantajoso e reduzir os custos fiscais, sempre respeitando a legislação vigente. Contudo, é importante destacar que o planejamento tributário não é uma tarefa fácil devido à complexidade do sistema tributário brasileiro. Dessa forma, o presente estudo levanta a seguinte problemática: é possível minimizar o impacto dos impostos nas empresas, de uma maneira legal, através da análise e estruturação das atividades empresariais, considerando o enquadramento tributário e incentivos fiscais, garantindo a conformidade com as ópticas financeira e da legislação vigente?

O planejamento tributário faz parte do planejamento geral das empresas e tem como foco os impostos e suas consequências nas organizações. Seu objetivo é alcançar economia de impostos por meio da adoção de práticas legais. No ambiente empresarial, o planejamento tributário desempenha um papel crucial como uma estratégia preventiva, que analisa o impacto dos impostos e busca identificar e projetar eventos tributáveis e seus efeitos. Com base nessa análise, são comparados os resultados prováveis de diferentes procedimentos, a fim de escolher a alternativa menos onerosa, sempre dentro dos limites da legalidade. É uma estratégia justificável, pois pode proporcionar uma economia significativa em impostos e contribuições. No entanto, é essencial ter conhecimento dos regimes tributários existentes, a escolha adequada do regime tributário é crucial para o sucesso de uma organização, pois o pagamento excessivo de tributos pode impactar negativamente o fluxo de caixa, e o regime tributário escolhido será aplicado durante todo o ano fiscal.

O objetivo desse estudo é, portanto, analisar as possibilidades de estruturação tributárias das atividades empresarias de uma empresa para verificar a possibilidade de gerar economia tributária dentro dos parâmetros legais, e para tanto se buscou apresentar as diferentes formas de tributação no Brasil, e identificar oportunidades legais para reduzir o impacto dos impostos nas empresas por meio de análises detalhadas e da adequada estruturação de suas atividades empresariais, considerando fatores como enquadramento tributário, regimes especiais, incentivos fiscais, deduções e créditos tributários. Além disso, busca compreender as leis e elementos essenciais dos sistemas fiscais vigentes, conduzir cálculos específicos para cada regime tributário e apresentá-los em tabelas com base em dados coletados. A análise comparativa dos resultados obtidos nos cálculos visa determinar qual regime proporciona a

maior economia de impostos para a empresa em estudo, proporcionando assim uma visão abrangente e prática das estratégias legais disponíveis para lidar com os desafios fiscais no contexto empresarial e fornecer simulações para determinar o regime mais adequado em cada cenário.

Esse estudo está contemplado com as seguintes etapas : 1 INTRODUÇÃO, contendo a abertura da temática, identificação da problemática, apresentação da justificativa e estabelecimento dos objetivos do estudo.; 2 REFERENCIAL TEÓRICO, aborda a história do sistema tributário brasileiro, bem como os principais componentes dos sistemas fiscais em discussão.; 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS apresenta a caracterização da pesquisa, e os métodos de coleta e análise dos resultados ; 4 RESULTADO E DISCUSSÃO são apresentadas as conclusões gerais do estudo e as recomendações pertinentes, com base nos achados da pesquisa; 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS e por fim, 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico buscou-se levantar o estado da arte da bibliografia pertinente aos objetivos do presente estudo, utilizando-se de referências e citações de conceituados autores, trabalhos acadêmicos produzidos e legislações publicadas, para relatar a realidade tributária do Brasil e as formas de tributação existentes. O tópico está dividido em quatro subtópicos: Conceito de tributos e suas finalidades; Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real.

2.1 Conceito de tributo e suas finalidades

Os tributos são meios pelos quais o Estado obtém recursos para financiar as despesas públicas e promover o bem-estar coletivo. A obrigação de pagar impostos tem sido uma parte fundamental de nossa história, começando com a Coroa Portuguesa que cobrava tributos sobre a produção de açúcar e posteriormente instituindo o quinto, uma taxa fiscal que reservava para si a quinta parte de todo o ouro extraído nas minas brasileiras durante o período do Império Português. Nesse sentido, Balthazar (2005) elucida:

Estudar o tributo, conhecer sua história, é importante, na medida em que é através da tributação, das condições por meio das quais os homens trabalham e produzem, e, sobretudo, das condições nas quais eles promovem o intercâmbio de suas riquezas que os Estados evoluem, condições estas que ditam seus conflitos exteriores assim como sua vida interior (Balthazar, 2005, p. 18).

Nessa época, não havia um método avançado para determinar as quotas de impostos. Afonso, Soares e Castro (2013) argumentam que os alicerces do sistema tributário brasileiro foram estabelecidos nos primeiros anos da década de 1960. Nesse período, a economia do país era subdesenvolvida, com uma baixa integração internacional e uma alta taxa de inflação. A contabilidade foi se modernizando e acompanhando o progresso da sociedade a partir de 1960.

Entretanto, é responsabilidade do Estado garantir as necessidades básicas de seus cidadãos, assegurando serviços e cuidados públicos. No entanto, para cumprir esse propósito, são necessários recursos financeiros. A arrecadação de tributos é a principal fonte de receita do Estado, possibilitando o financiamento público (Pessôa, 2018).

O sistema fiscal do Brasil é estabelecido e supervisionado pelo Código Nacional Tributário (CNT), cujo propósito é fornecer diretrizes para os tributos. O primeiro artigo da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 apresenta a conceituação:

Com fundamento na Emenda Constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965, o sistema tributário nacional estabelece, com fundamento no artigo 5º, inciso XV, alínea b, da Constituição Federal as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem prejuízo da respectiva legislação complementar, supletiva ou regulamentar (Brasil, 1966).

Os tributos são pagamentos obrigatórios criados e regulamentados por leis. Conforme a definição de Lengler (2012), os tributos são classificados em impostos, taxas e contribuições de melhoria:

- a) Os impostos são obrigações financeiras dos cidadãos para com o Estado, sendo de natureza geral e independentes da prestação de atividades ou serviços específicos;
- b) As taxas têm como base a realização de atividades específicas pelo Estado e decorrem da oferta de bens ou serviços por parte deste;
- c) As contribuições de melhoria ocorrem quando há um investimento público que valoriza determinada área ou propriedade.

Além dessas categorias, os tributos também são divididos em federais, estaduais e municipais. Os impostos e tributos federais são destinados ao governo federal e a sua arrecadação tem como objetivo financiar os gastos estatais (Carvalho; Santana, 2021, p. 5)

O Estado tem o papel de arrecadar os tributos e transformá-los em benefícios para o bem comum, ou seja, para toda a sociedade. Rodrigues e Oliveira (2017) destacam que é por meio da cobrança de tributos que o Estado pode atingir seus objetivos, e as receitas públicas são compostas pelos valores arrecadados com esses tributos, que devem ser devolvidos à sociedade na forma de serviços essenciais. Zittei, Lugoboni e Souza (2016) enfatizam a importância dos cidadãos brasileiros terem conhecimento sobre a estrutura do Estado, seu modelo de gestão e

sua política tributária, além de acompanharem a arrecadação de impostos e verificar se esses recursos estão sendo utilizados corretamente.

A contabilidade é uma ciência que investiga e avalia o patrimônio das organizações, desempenhando um papel fundamental no contexto tributário. O planejamento tributário é aplicado por meio de um estudo minucioso sobre a saúde financeira da empresa, visando garantir o cumprimento adequado das obrigações fiscais e contribuindo de maneira eficaz para a economia da organização. O conhecimento especializado nas áreas contábil e tributária é essencial, uma vez que exige uma análise crítica e um entendimento aprofundado das informações relevantes, permitindo tomar decisões acertadas.

É crucial ressaltar que o Planejamento Tributário é uma abordagem legal para a redução da carga tributária. Portanto, quaisquer outras práticas visando diminuir encargos fiscais não podem ser consideradas legais, caracterizando-se como sonegação de impostos. O planejamento se baseia principalmente na legislação em vigor.

A estratégia utilizada para otimizar a carga tributária em uma empresa, com potencial impacto positivo ou negativo nos resultados financeiros. Trata-se de uma abordagem de grande importância, uma vez que a concorrência acirrada afeta diversos empreendimentos atualmente. É considerado um recurso amplamente empregado para ampliar os recursos financeiros disponíveis em uma conta bancária em um intervalo de tempo reduzido. Nesse sentido Castro (2000, p. 6), comenta:

Ninguém se organiza para pagar mais impostos. No mercado competitivo das modernas relações empresariais, o processo de planejamento, como um todo, passou a ser necessidade básica. O planejamento tributário insere-se em um procedimento amplo e geral que deve preceder a qualquer novo negócio ou alteração de rumo no mundo empresarial. Ele objetiva o que qualquer outro planejamento visa: a eficiência, em termos de dispêndio com tributos significará sempre pagar menos, dentro dos limites da lei.

Para realizá-lo com sucesso, é necessário não apenas possuir um amplo conhecimento da legislação tributária brasileira, mas também estar atualizado sobre os diversos elementos que afetam a administração de uma empresa. Com relação a essa prática, o especialista Latorraca (2000) oferece orientações que podem ser resumidas da seguinte forma:

Costuma-se denominar de Planejamento Tributário a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal. (Latorraca, 2000, p. 37).

Conforme destacado por Alves (2006, p. 02), o planejamento tributário é uma atividade preventiva que visa antecipar, coordenar e planejar ações e transações comerciais, a fim de determinar a forma menos onerosa para a sua realização

É essencial ressaltar que o estudo do planejamento tributário vai além de uma visão geral do cenário empresarial. O contador deve considerar diversas particularidades fundamentais na tomada de decisão. Além de fatores como o número de funcionários, faturamento e lucratividade, há outros elementos que variam significativamente de uma organização para outra, mesmo dentro do mesmo setor, e desempenham um papel crucial na análise. Por exemplo, o local de embarque dos passageiros, o valor médio da depreciação mensal e o método de aquisição de ativos fixos são pontos mais subjetivos, porém igualmente relevantes

Além disso, podemos abordar a elisão fiscal a partir de três perspectivas:

- Evitar a incidência de impostos: Isso ocorre quando a contabilidade, de forma legal, evita que o evento que gera a obrigação tributária ocorra. Por exemplo, pode-se utilizar uma isenção de ICMS em um determinado trecho específico para evitar o imposto.
- Reduzir os valores a serem recolhidos: Nesse caso, busca-se diminuir a base de cálculo ou a alíquota de um imposto, com base em legislação específica, resultando em um montante menor a ser pago.
- Postergar o pagamento: Essa estratégia consiste em optar por regimes de tributação que acompanham o fluxo de caixa da empresa. Ou seja, a organização paga os impostos somente quando recebe os valores correspondentes. Dessa forma, o fato gerador deixa de ser a emissão de um documento fiscal, por exemplo, e passa a ser o recebimento do recurso. Isso evita o pagamento de impostos sobre valores não recebidos e adia o pagamento imediato de impostos sobre valores que serão recebidos no futuro

A partir disso, podemos inferir que o planejamento tributário nas empresas tem como objetivo utilizar estratégias para gerenciar o cumprimento das obrigações fiscais do contribuinte junto ao fisco. Sua meta principal é minimizar a carga tributária que impacta a empresa, identificando possíveis brechas ou lacunas existentes na legislação, porém sempre agindo dentro dos limites legais estabelecidos, (Ribeiro; Pinto, 2014).

2.2 Simples Nacional

O Simples Nacional, foi implementado em 1º de julho de 2007, segundo a Receita Federal, trata-se de um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de

tributos aplicável a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Brasil, 2006). Esse regime abrange a participação de todos os entes federativos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No Simples Nacional, os tributos são pagos de forma unificada, englobando o PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, ISS e ICMS, através de um único documento de arrecadação, o DAS. O objetivo da instituição do Simples Nacional foi simplificar a carga tributária das microempresas e empresas de pequeno porte, mantendo sua competitividade no mercado (Brasil, 2006).

Em 2018, o Simples Nacional passou por uma reformulação com o objetivo de ampliar os limites de faturamento, permitindo que mais empresas se qualificassem como Empresas de Pequeno Porte (EPP) e pudessem adotar esse regime tributário. Durante essa reformulação, o anexo VI foi extinto e ocorreram modificações significativas nos anexos III e V. Além disso, foi introduzido o fator R, que permite que uma empresa se enquadre em diferentes anexos com base no faturamento em relação à folha de pagamento. Novas atividades também foram incluídas no âmbito do Simples Nacional (Brasil, 2016).

A Lei Complementar nº 155/2016 estabeleceu a padronização das faixas de faturamento em apenas seis anexos e previu uma parcela a ser deduzida no cálculo da alíquota a ser aplicada pelo contribuinte. Essas mudanças foram implementadas com o propósito de simplificar e tornar o sistema do Simples Nacional mais equitativo (Brasil, 2016).

2.3 Lucro Presumido

A modalidade de tributação pelo Lucro Presumido é baseada em estimativas ou, como o próprio nome sugere, em presunções do lucro da empresa. Nesse regime, o resultado do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculado apenas aplicando-se percentuais sobre o valor das receitas da empresa.

Dessa forma, o cálculo desses tributos é baseado em um resultado estimado, conforme mencionado anteriormente, e é determinado por meio de percentuais estabelecidos em lei, conforme apontado por Rodrigues et al. (2007, p. 292):

Lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social das pessoas jurídicas que não estiveram obrigadas no ano-calendário, à apuração do lucro real.

Rebelato (2020) descreve que a apuração do lucro presumido ocorre de forma trimestral, e as empresas devem realizar a apuração nas datas de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro

e 31 de dezembro de cada ano-calendário. No entanto, a autora destaca que nada impede que a empresa faça o pagamento mensalmente. Uma vez que a opção pelo lucro presumido é feita, ela terá validade para todo o ano-calendário, e a pessoa jurídica não poderá alterar a forma de tributação (Cambrus, 2017, p. 32).

Segundo Cambrus (2017), todas as pessoas jurídicas que não são obrigadas a optar pelo lucro real podem escolher o regime do lucro presumido. Isso está estabelecido no artigo 13º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 (Brasil, 1998).

A receita bruta total no ano-calendário anterior igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Sobre o faturamento trimestral, são aplicados percentuais determinados pelo Fisco, de acordo com a atividade desenvolvida, para determinar a base de cálculo. Conforme o artigo 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, o percentual a ser aplicado sobre a receita bruta varia de acordo com a atividade da empresa. Esses percentuais são definidos pelo Fisco e podem ser consultados na legislação vigente, levando em consideração o tipo de atividade exercida pela empresa, abaixo a sua transcrição:

Art. 15. A base de cálculo do imposto, em cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de oito por cento sobre a receita bruta auferida mensalmente, observado o disposto nos arts. 30 a 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§ 1º Nas seguintes atividades, o percentual de que trata este artigo será de:

I - um inteiro e seis décimos por cento, para a atividade de revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;

II - dezesseis por cento;

a) para a atividade de prestação de serviços de transporte, exceto o de carga, para o qual se aplicará o percentual previsto no caput deste artigo;

b) para as pessoas jurídicas a que se refere o inciso III do art. 36 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 da referida Lei;

III - trinta e dois por cento, para as atividades de:

a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

b) intermediação de negócios;

c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;

d) prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

§ 2º No caso de atividades diversificadas será aplicado o percentual correspondente a cada atividade.

§ 3º As receitas provenientes de atividade incentivada não comporão a base de cálculo do imposto, na proporção do benefício a que a pessoa jurídica, submetida ao regime de tributação com base no lucro real, fizer jus. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005).

As empresas que optam pelo Lucro Presumido têm sua Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada, conforme estabelecido pela Lei nº 10.684 de 2003, aplicando uma alíquota de 32% sobre a receita bruta. A alíquota efetiva da CSLL é então de 9% sobre o valor resultante dessa base de cálculo (Brasil, 1988).

Para as pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Presumido, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) seguem o regime cumulativo. Nesse caso, as alíquotas incidem, respectivamente, em 0,65% e 3% sobre a base de cálculo, que corresponde ao faturamento mensal, ou seja, a receita bruta auferida pelas empresas jurídicas de direito privado (BRASIL, 1998).

2.4 Lucro Real

O lucro real é um regime de tributação em que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base no lucro real da empresa, ou seja, considerando as receitas e despesas. Podem optar por esse regime de tributação as empresas que possuem um faturamento anual superior a 78 milhões de reais. Portanto, é mais indicado para grandes organizações, como empresas do mercado financeiro, bancos, instituições financeiras, cooperativas de crédito, empresas de seguro privadas e empresas que obtêm rendimentos no exterior.

Esse regime requer uma análise mais aprofundada do que os outros regimes mencionados anteriormente, pois o cálculo é mais complexo e as empresas que optam por esse regime são obrigadas a apresentar à Secretaria da Receita Federal seus registros contábeis e financeiros. As alíquotas aplicadas no lucro real são baseadas no lucro real da empresa, e o período de apuração pode ocorrer trimestralmente ou anualmente, dependendo da escolha da empresa.

As vantagens desse regime incluem a tributação justa de impostos com base nos números apresentados, a possibilidade de obter créditos de PIS e COFINS e, por último, se a empresa apresentar resultados negativos durante uma apuração, ficará isenta do pagamento de impostos sobre o "lucro" obtido.

Chiodi (2020) destaca que a escolha do regime de tributação pode ser opcional para algumas empresas e obrigatória para outras, sendo imprescindível obter resultados precisos para o cálculo da base de tributação. Conforme mencionado no artigo 59 da Instrução Normativa RFB Nº 1700 de 14 de março de 2017 (Brasil, 2017):

São obrigadas ao regime de tributação do IRPJ com base no lucro real as pessoas jurídicas:

I - cuja receita total no ano-calendário anterior tenha excedido o limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade no período, quando inferior a 12 (doze) meses;

II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruem de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma prevista nos arts. 33 e 34;

VI - que exploram as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring); ou

VII - que exploram as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio”

Seguindo a Instrução Normativa RFB Nº 1700, no artigo 62 de 14 de março de 2017 (Brasil, 2017):

Na determinação do lucro real e do resultado ajustado serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração:

I - os custos, as despesas, os encargos, as perdas, as provisões, as participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação do IRPJ ou da CSLL, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real ou do resultado ajustado; e

II - os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com essa mesma legislação, devam ser computados na determinação do lucro real ou do resultado ajustado.

As empresas que adotam o regime de lucro real devem ter um cuidado rigoroso em seu controle financeiro, uma vez que são tributadas com base em sua receita e despesas reais. Essa visão é compartilhada por Arcain (2020), que menciona que o lucro real se refere à tributação calculada sobre o faturamento, de acordo com o balanço demonstrativo. Esse regime oferece algumas vantagens, como uma tributação equitativa, a possibilidade de crédito do PIS e COFINS e a isenção de pagamento de tributos caso a empresa apresente resultados negativos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico, considerando autores conceituados sobre metodologia científica, será feito o enquadramento metodológico do estudo.

3.1 Classificação da pesquisa

A metodologia adotada neste trabalho consiste na utilização de diferentes métodos de pesquisa para a execução do estudo. Os métodos principais utilizados são o quanti-qualitativos, que se baseia na interpretação de dados e evidências coletadas para analisar um problema específico. Esse estudo tem o fim descritivo recolhendo as informações mais detalhadas e exploratório buscando por meio dos seus métodos e critérios, uma proximidade da realidade do objeto estudado, embasado em fundamentos teóricos (Prodonov, Freitas, 2013).

No que tange aos procedimentos adotados, a pesquisa se enquadra na categoria de estudo de caso. Isso se deve ao seu foco direcionado para uma única empresa e à busca pela compreensão da sua realidade. De acordo com as diretrizes de Yin (2010), o estudo de caso envolve uma investigação empírica que se aprofunda em um fenômeno contemporâneo, analisando-o em profundidade dentro do seu contexto de vida real. Conforme afirmado por Martins (2008, p.11), o estudo de caso permite a imersão na realidade social, possibilitando a descrição e interpretação da situação específica em questão.

3.2 Contextualização geográfica e econômica do local da pesquisa

O estudo em foco foi conduzido em uma organização envolvida na comercialização de produtos alimentícios no setor de varejo. Esta empresa está localizada na cidade de Serrinha dos Pintos, situada no estado do Rio Grande do Norte. Ela se classifica como uma Empresa de Pequeno Porte, atualmente operando sob o regime tributário do Simples Nacional, e se encontra firmemente estabelecida no cenário de mercado local.

3.3 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra

As informações contábeis empregadas nesta pesquisa foram disponibilizadas tanto pelo escritório de contabilidade terceirizado como pela própria empresa. Para a amostra, foram usados documentos contábeis de 2022, como balanços, relatórios de receitas e despesas. Esses

documentos contêm informações essenciais que serão discutidas nos resultados. Além disso, informações bibliográficas foram reunidas para fornecer uma base teórica ao estudo.

3.4 Análise de dados

Após receber os registros financeiros do ano de 2022, procederemos à análise da empresa nos aspectos do Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional, com o intuito de avaliar as implicações fiscais e os valores associados a cada regime tributário. Nosso objetivo é determinar a opção mais vantajosa.

Nossa abordagem de análise é baseada na metodologia de triangulação, conforme proposta por Marcondes e Brisola (2014). Essa técnica assegura que a triangulação possibilita ao pesquisador a utilização de três ou mais técnicas, com a finalidade de expandir as informações e os detalhes que entornam o objeto de pesquisa. Em resumo, a análise por triangulação busca correlacionar as evidências obtidas na pesquisa com o embasamento teórico, a fim de consolidar nossas análises e discussões dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico são apresentados os resultados do estudo, divididos entre as categorias Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, e uma análise final comparando os três regimes, respectivamente.

4.1 Simples Nacional

O regime do Simples Nacional consolida a quitação mensal de impostos e contribuições, abrangendo categorias como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS).

O procedimento inicial consiste em aplicar a alíquota correspondente à faixa de faturamento sobre a receita total dos últimos doze meses, subtraindo a parcela a ser deduzida, igualmente estipulada na tabela. O resultado desse cálculo é então dividido pelo próprio valor

do faturamento acumulado nos últimos doze meses. O resultado final dessa operação representa a alíquota a ser aplicada sobre a receita bruta do mês em referência à apuração do Simples Nacional, proporcionando assim o montante a ser pago.

A tabela inicial exibe os cálculos dos impostos da empresa, considerando o uso do regime tributário conhecido como Simples Nacional, o qual é adotado pela empresa. Os dados são apresentados na Tabela abaixo:

Tabela 1 – Apuração dos impostos simples nacional

Mês	Simples Nacional			TOTAL DOS TRIBUTOS
	Comércio	DAS	Aliquota Efetiva Mensal %	
Janeiro	R\$ 91.648,84	R\$ 7.308,16	7,97	R\$ 7.308,16
Fevereiro	R\$ 77.767,46	R\$ 6.189,95	7,96	R\$ 6.189,95
Março	R\$ 89.724,86	R\$ 7.132,02	7,95	R\$ 7.132,02
Abril	R\$ 83.479,78	R\$ 6.589,70	7,89	R\$ 6.589,70
Mai	R\$ 88.180,26	R\$ 6.995,58	7,93	R\$ 6.995,58
Junho	R\$ 100.343,48	R\$ 7.946,19	7,92	R\$ 7.946,19
Julho	R\$ 102.072,18	R\$ 8.071,81	7,91	R\$ 8.071,81
Agosto	R\$ 98.724,32	R\$ 7.833,72	7,93	R\$ 7.833,72
Setembro	R\$ 79.909,76	R\$ 6.426,35	8,04	R\$ 6.426,35
Outubro	R\$ 94.235,48	R\$ 7.524,30	7,98	R\$ 7.524,30
Novembro	R\$ 90.491,20	R\$ 7.317,68	8,09	R\$ 7.317,68
Dezembro	R\$ 100.873,80	R\$ 8.082,71	8,01	R\$ 8.082,71
Total:	1.097.451,42	R\$87.418,17	7,97	R\$ 87.418,17

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A determinação da base de cálculo no âmbito do Simples Nacional se fundamenta na receita bruta auferida pela empresa no respectivo mês. A alíquota a ser aplicada é estabelecida conforme os patamares delineados nas tabelas, juntamente com a parcela a ser deduzida associada a cada faixa de faturamento. Essa alíquota é calculada considerando não apenas a receita bruta do mês em questão, mas também o faturamento total acumulado nos 12 meses precedentes ao período de apuração.

4.2 Lucro Presumido

Empresas que optam pelo regime de Lucro Presumido devem fazer uma estimativa do lucro a cada trimestre, utilizando percentuais específicos aplicados sobre a receita bruta. Para o

setor do comércio e da indústria, o percentual de 8,0% incide sobre a receita bruta (Oliveira, 2015, p. 210).

A Tabela 2 a seguir apresenta a estimativa dos impostos quando a empresa decide adotar o regime de tributação conhecido como Lucro Presumido. Nela, é evidenciado o cálculo das alíquotas de PIS (0,65%), COFINS (3%), IRPJ (15%) e CSLL (9%).

Tabela 2 – Apuração dos impostos – lucro presumido

Mês	Receita Bruta	PIS Cumulativo (0,65%)	COFINS Cumulativo (3%)	IRPJ (15%)	CSLL (9%)	TOTAL DOS TRIBUTOS
1º trimestre	R\$ 259.141,16	R\$ 1.684,42	R\$ 7.774,23	R\$ 3.109,69	R\$ 2.798,72	R\$ 15.367,07
2º trimestre	R\$ 272.003,52	R\$ 1.768,02	R\$ 8.160,11	R\$ 3.264,04	R\$ 2.937,64	R\$ 16.129,81
3º trimestre	R\$ 280.706,26	R\$ 1.824,59	R\$ 8.421,19	R\$ 3.368,48	R\$ 3.031,63	R\$ 16.645,88
4º trimestre	R\$ 285.600,48	R\$ 1.856,40	R\$ 8.568,01	R\$ 3.427,21	R\$ 3.084,49	R\$ 16.936,11
Total:	R\$ 1.097.451,42	R\$ 7.133,43	R\$ 32.923,54	R\$13.169,42	R\$11.852,48	R\$ 65.078,87

Fonte: elaborado pela autora (2023).

As alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são, respectivamente, 15% e 9%. No caso do Imposto de Renda, além da alíquota base, pode haver um adicional de 10%. Esse adicional é aplicado quando a parcela do lucro excede R\$ 20.000,00 por mês ou R\$ 60.000,00 no trimestre, conforme descrito por Sousa (2018, p. 200, 222).

De acordo com a Lei nº 12.973 de 2014, a base de cálculo para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida por pessoas jurídicas que efetuam o pagamento mensal ou trimestral é estabelecida em 12% sobre a receita bruta auferida no período. Essa base é calculada subtraindo as devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos, exceto para empresas que atuam na prestação de serviços, para as quais o percentual correspondente é de 32% (BRASIL, 2014).

No contexto do Lucro Presumido, as empresas devem realizar a apuração do PIS/Pasep e da Cofins pelo regime cumulativo. Nesse regime, a base de cálculo e o fato gerador compreendem o faturamento, que equivale à receita bruta, excluindo devoluções de vendas, abatimentos ou vendas canceladas, sem a possibilidade de dedução de despesas. O cálculo é efetuado mensalmente aplicando alíquotas de 0,65% para PIS e 3,00% para COFINS (Crepaldi, 2021, p. 94).

4.3 Lucro Real

Nas empresas submetidas à tributação pelo Lucro Real, os tributos PIS e COFINS adotam uma abordagem não cumulativa, possibilitando a utilização de créditos. As legislações nº 10.637/2002 e 10.833/2003, em seus artigos 2º, estabelecem as alíquotas aplicáveis, sendo 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS, incidindo sobre a base de cálculo apurada no respectivo período. No artigo 3º dessas mesmas leis, abordam a concessão de créditos para ambos os tributos, os quais englobam aspectos como energia elétrica, aquisição de mercadorias, depreciação, entre outros (Brasil, 2002; Brasil, 2003). A apuração do PIS e Cofins nessa modalidade é demonstrada na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Apuração do pis e cofins não cumulativo

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total	
Créditos	Compra de Mercadorias	193.862,04	223.866,81	221.318,54	264.433,22	903.480,61
	Manutenção	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	21.000,00
	Aluguel (PJ)	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Fretes	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Outros	2.026,71	424,95	0,00	199,27	2.650,93
	Base de cálculo dos Créditos:	201.138,75	229.541,76	226.568,54	269.882,49	927.131,54
	Crédito de PIS:	3.318,79	3.787,44	3.738,38	4.453,06	15.297,67
Crédito de COFINS:	15.286,55	17.445,17	17.219,21	20.511,07	70.462,00	
Débitos	Venda de Mercadorias / Produtos	259.141,16	272.003,52	280.706,26	285.600,48	1.097.451,42
	Venda de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Receita Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Base de cálculo dos Débitos:	259.141,16	272.003,52	280.706,26	285.600,48	1.097.451,42
	Débito de PIS:	4.275,83	4.488,06	4.631,65	4.712,41	18.107,95
	Débito de COFINS:	19.694,73	20.672,27	21.333,68	21.705,64	83.406,31
	PIS apurado no mês:	957,04	700,62	893,27	259,35	2.810,28
COFINS apurado no mês:	4.408,18	3.227,09	4.114,47	1.194,57	12.944,31	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Tabela 3 utiliza como base de cálculo para os levantamentos dos débitos as receitas tributadas, ou seja, o montante total de receitas. Nessa análise, foram aplicadas as alíquotas estabelecidas pelo regime não cumulativo. Consequentemente, para o ano de 2022, os débitos foram apurados da seguinte forma: R\$ 2.810,28 para o PIS e R\$ 12.944,31 para a COFINS.

Os tributos PIS e COFINS, assim como outros impostos, apresentam regimes diferenciados de incidência, tais como monofásico, alíquota zero e substituição tributária. No regime monofásico, regulamentado pela Lei nº 10.147/00, as contribuições são recolhidas com alíquotas diferenciadas e centralizadas no início da cadeia produtiva, sendo o produtor ou importador responsável pela arrecadação de todo o setor. Isso resulta na redução a zero das alíquotas para empresas subsequentes na cadeia, que não se enquadram como industrial ou importador (Prazeres, 2019). Os produtos sujeitos a esse regime no varejo em estudo incluem

itens de perfumaria, toucador e higiene pessoal, conforme a Lei nº 10.147/00, art. 1 e art. 2. A apuração dos impostos nessa modalidade é demonstrada na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Apuração dos impostos – lucro real

Mês	Receita Bruta	PIS Não Cumulativo (1,65%)*	COFINS Não Cumulativo (7,6%)*	IRPJ (15%)	CSLL (9%)	TOTAL DOS TRIBUTOS
1º trimestre	R\$ 259.141,16	R\$ 957,04	R\$ 4.408,18	R\$ 3.109,69	R\$ 2.798,72	R\$ 11.273,64
2º trimestre	R\$ 272.003,52	R\$ 700,62	R\$ 3.227,09	R\$ 3.264,04	R\$ 2.937,64	R\$ 10.129,39
3º trimestre	R\$ 280.706,26	R\$ 893,27	R\$ 4.114,47	R\$ 3.368,48	R\$ 3.031,63	R\$ 11.407,84
4º trimestre	R\$ 285.600,48	R\$ 259,35	R\$ 1.194,57	R\$ 3.427,21	R\$ 3.084,49	R\$ 7.965,61
Total:	R\$ 1.097.451,42	R\$ 2.810,28	R\$ 12.944,31	R\$ 13.169,42	R\$ 11.852,48	R\$ 40.776,48

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ao contrário do método do Lucro Presumido, a contabilização do PIS e da COFINS não cumulativos envolve a comparação entre débitos (relativos à venda de mercadorias) e créditos (associados à aquisição de mercadorias, energia, aluguel, entre outros). O pagamento é obrigatório de forma mensal, e, se houver um excedente de créditos acumulados, esse valor pode ser compensado na próxima apuração.

4.4 Comparação dos regimes tributários.

Após o cálculo e análise do valor a ser pagode imposto considerando cada uma das modalidades de tributação possíveis – Simples Nacional, Lucro Real e Lucro Presumido – foi elaborada a Tabela 5 abaixo que resume o total de imposto a ser pago em cada uma das modalidades.

TABELA 5 - COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO

REGIME	VALOR DE IMPOSTOS PAGOS
LUCRO REAL	R\$ 40.776,48
LUCRO PRESUMIDO	R\$ 65.078,87
SIMPLES NACIONAL	R\$ 87.418,17

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ao analisar detalhadamente a Tabela 5, torna-se evidente que a simulação dos impostos pagos em diferentes regimes indica claramente o Lucro Real como a opção mais vantajosa para

a empresa. Essa conclusão é solidificada por uma diferença financeira expressiva de R\$ 46.641,69 em comparação com o atual regime tributário da empresa, consolidando o Lucro Real como a escolha mais favorável em termos tributários.

Com isto, o estudo que objetivou analisar as possibilidades de enquadramentos tributários para uma empresa do setor de comércio varejista de alimentos, após as análises pode constatar que essa empresa poderia estar realizando uma economia de consideráveis 46 mil reais anuais em impostos, caso mudasse do Simples Nacional para o regime do Lucro Real. Assim, admite-se que o estudo apontou a possibilidade de o Lucro Real ser a melhor alternativa tributária apenas para a empresa estudada. Para cada empresa, a realidade pode ser diferente e é necessário a realização de uma análise detalhada caso a caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa ganha destaque ao evidenciar a relevância estratégica do Planejamento Tributário na administração financeira das empresas. Por meio desse método, os contribuintes têm a capacidade de examinar cuidadosamente sua aderência ao regime tributário mais benéfico, evitando assim encargos fiscais excessivos, sem recorrer a práticas ilegais. Essa abordagem possibilita que as organizações reduzam seus gastos tributários, alcancem desempenhos aprimorados em suas operações e, conseqüentemente, promovam o incremento de seus ganhos e reforço de sua competitividade.

É importante destacar que um planejamento tributário bem-sucedido exige uma análise detalhada das distintas características da empresa. É fundamental considerar as diversas opções oferecidas por cada regime tributário, para assim identificar de maneira precisa qual alternativa se mostra mais vantajosa para o empresário. Esse processo de avaliação e seleção contribui de forma significativa para a otimização da carga tributária e para o fortalecimento da posição financeira da empresa no contexto empresarial.

Por fim, sugere-se que mais estudos sobre essa temática sejam abordados em empresas dos mais diversos portes, como maneira de contribuir para o entendimento da legislação tributária, do enquadramento mais adequado, da promoção informações que garantem o processo de tomada de decisões e conseqüentemente das melhorias dos resultados das organizações no longo prazo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R. R.; SOARES, J. M.; CASTRO, K. P. **Avaliação da estrutura e do desempenho do sistema tributário Brasileiro**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2013.

ALVES, A. A. C. **A legalidade da fusão, cisão e incorporação de empresas como instrumentos de planejamento tributário**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3583/alegalidade-da-fusao-cisao-e-incorporacao-de-empresas-como-instrumentos-de-planejamentotributario>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

AMARAL, G. L. OLENIKE, J. E. AMARAL, L. M. F. YAZBEK, C. L. STEINBRUCH, F. **Quantidade de Normas Editadas no Brasil: 30 Anos da Constituição Federal de 1988**. 2018. 9 f. Estudo de Caso – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, 2018.

ARCAIN, E. T. **Desenvolvimento e implementação de uma plataforma de simulação tributária e aplicativo para microempreendedores individuais**. 2020. 79 f. Dissertação (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020.
BALTHAZAR, Ubaldo César.. **História do tributo no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

BRASIL. **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1996. Código Tributário Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm. Acesso em:

BRASIL. **Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998**. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm> Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110637.htm. Acesso em: 26 set. 2023

BRASIL. **Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014**. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 maio 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 155**, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 123/06. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123**, de dezembro de 2006. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das empresas de pequeno porte

- Simples e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CARVALHO, I. G.; SANTANA, E. J. Planejamento tributário: lucro real x lucro presumido. **Reiva Revista**, v. 1, n. 4, p. 1-15, 2021.

CAMBRUS, M. **Planejamento tributário: Lucro Real x Lucro Presumido x Simples Nacional**. 2017. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – FAT – Faculdade e Escola, Tapejara, 2017

CHIODI, B. **Planejamento tributário: uma análise comparativa entre o lucro presumido e o lucro real trimestral em uma empresa de comércio de materiais para construção em Rondonópolis - MT**, no ano de 2019. 2020. 60 f. Monografia (Graduação em ciências contábeis) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2020.

CREPALDI, S. A. **Planejamento tributário: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. 381 p. E book. Minha Biblioteca Unijuí.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade fiscal e tributária: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. 431 p. E-book. Minha Biblioteca Unijuí.

DE JESUS, A. F.. Planejamento tributário como ferramenta na redução de impostos. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA**, v. 3, n. 04, p. 16-16, 2020.

CTN - CÓDIGO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO. **Os tributos no Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm. Acesso em 04 junho 2023

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 2. ed. revista e atualiza Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 37-38.

Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. IBPT. BRASIL ESCALA RANKING MUNDIAL DAS MAIORES CARGAS TRIBUTÁRIAS. Disponível em: <https://ibpt.com.br/brasil-escala-ranking-mundialdas-maiores-cargas-tributarias/>. Acesso em 10/09/2023.

LEGLER, C. **Instrumentos tributários imobiliários municipais aplicados à drenagem urbana: estudo de caso de taxa, contribuição de melhoria e benefício fiscal em Porto Alegre, RS**. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA, E. M.; REZENDE, A. J. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. Campo Grande. **Interações**, v. 20, n. 1, p. 239-255. 2019.

MARCONDES, N. A. V; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. Disponível em: <http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>. Acesso em: 14 set. 2023.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, L. M. D. **Manual de Contabilidade Tributária: Textos e Testes com Respostas**, 14ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015.

PRAZERES, P. J. Alvares dos; FEITOSA, R. J. R. ALÍQUOTA ZERO EM RELAÇÃO AO PIS E A COFINS: UMA ANÁLISE DAS LEIS 9.317/96 E 10.147/2000. **Revista de Direito Tributário e Financeiro**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 1-17, jan. 2019.

RIBEIRO, O. M.; PINTO, M. A. **Introdução à Contabilidade Tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 336 p.

RODRIGUES, H. T.; OLIVEIRA, A. F. **A regressividade do sistema tributário brasileiro**. Em: CONGRESSO INTERINSTITUCIONAL UNISC/URCA, I, 2017. Anais do congresso interinstitucional, 2017.

SIMPLES NACIONAL. Disponível em:
<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>> Acesso em: 12 jun. 2023.

SOUSA, E. P. de. **Contabilidade Tributária-Aspectos Práticos e Conceituais**. São Paulo: Atlas, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

II SEÇÃO

Pesquisas em Direito

FACÇÕES CRIMINOSAS E A RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PAU DOS FERROS/RN

*Ana Rute Menezes Ferreira
Cicero Otavio de Lima Paiva
Gigliola Edésia Diógenes Freitas Chave
Maria Regidiana da Conceição*

RESUMO: A finalidade deste artigo é identificar a relação entre a falência do sistema prisional brasileiro, no que tange a ressocialização, com o surgimento e o fortalecimento de uma das maiores facções criminosas do país, com foco na realidade da problemática na cidade de Pau dos Ferros/RN, cidade localizada no Rio Grande do Norte. A metodologia utilizada é hipotético-dedutiva, aprimorada em pesquisa qualitativa, complementada por pesquisa de campo e formulários semiestruturados junto às autoridades ligadas à Segurança Pública e Assistência Social de Pau dos Ferros. Os principais resultados do estudo destacam a influência negativa das facções criminosas na reinserção social dos detentos, contribuindo ainda mais para a perpetuação do crime organizado. A incapacidade do Estado em garantir os direitos dos presos fortalece as posições criminosas, dificultando a ressocialização e fortalecendo a reincidência. As considerações finais apontam para a necessidade premente de investimento em políticas públicas que promovam a prevenção, repressão e desarticulação das organizações criminosas. O maior desafio continua sendo encontrar soluções para o crime organizado em Pau dos Ferros, por falta de engajamento dos órgãos de assistência e da sociedade em uma abordagem abrangente para promover a reinserção social e reduzir o recrutamento e hegemonia das facções.

Palavras-chave: Cárcere. Facções. Criminalidade.

CRIMINAL FACTIONS AND THE RESOCIALIZATION OF CONTENTS OF THE PAU DOS FERROS/RN PENITENTIARY SYSTEM.

ABSTRACT: The purpose of this article is to identify the relationship between the failure of the Brazilian prison system, in terms of resocialization, with the emergence and strengthening of one of the largest criminal factions in the country, focusing on the reality of the problem in the city of Pau dos Ferros/ RN, city located in Rio Grande do Norte. The methodology used is hypothetical-deductive, improved in qualitative research, complemented by field research and semi-structured forms with authorities linked to Public Security and Social Assistance in Pau dos Ferros. The main results of the study highlight the negative influence of criminal factions on the social reintegration of inmates, further contributing to the perpetuation of organized crime. The State's inability to guarantee the rights of prisoners strengthens criminal positions, making resocialization difficult and reinforcing recidivism. Final considerations point to the pressing need for investment in public policies that promote the prevention, repression and dismantling of criminal organizations. The biggest challenge continues to be finding solutions to organized crime in Pau dos Ferros, due to the lack of engagement of assistance bodies and society in a comprehensive approach to promote social reintegration and reduce the resurgence and hegemony of factions.

Keywords: Prison. Factions. Crime.

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto social, torna-se imperativo compreender a relevância de investigar e aprofundar-se nas razões subjacentes à expansão contínua das organizações criminosas no território brasileiro. Isso é particularmente significativo dada a substancial influência exercida por essas organizações no sistema penitenciário e no processo de ressocialização dos indivíduos reclusos. Frequentemente é possível notar essas organizações detendo o controle das prisões e impondo suas próprias regras aos detentos, o que representa um sério obstáculo à implementação de programas eficazes na reintegração social dos egressos (Barbosa, 2022).

Dada a crescente ameaça representada pelo avanço da criminalidade organizada na região de Pau dos Ferros, considera-se que este é um problema que transcende a mera esfera da Segurança Pública, portanto, requer atenção especial por parte do Poder Público. Nessa senda, este trabalho busca compreender o funcionamento dessas organizações, suas operações nas ruas e nas prisões, bem como o impacto que exercem sobre a criminalidade tanto dentro como fora do presídio.

Nesse contexto, o principal objetivo deste artigo trata-se de identificar os movimentos e conflitos entre as principais facções criminosas brasileiras, pois esses eventos serviram como um alicerce para o influxo em massa do Primeiro Comando da Capital (PCC) para Pau dos Ferros, cidade localizada no estado do Rio Grande do Norte. O artigo se propõe a realizar uma análise abrangente da relação entre a falência do sistema prisional brasileiro, o surgimento e fortalecimento das maiores facções do país, com destaque para o PCC e o Comando Vermelho. Reconhecendo a relevância de outras facções no contexto nacional, mas o foco principal se deu na análise da realidade do estado do Rio Grande do Norte, com ênfase na problemática que afeta a cidade de Pau dos Ferros.

Na primeira parte desta pesquisa, traçamos um panorama histórico e cronológico do surgimento das organizações criminosas nas prisões do Nordeste do Brasil como resposta à violação generalizada e sistemática dos direitos fundamentais dos presos. Procurando entender como esse cenário contribuiu para a chegada dessas organizações no Rio Grande do Norte até Pau dos Ferros.

Em um segundo momento, abordou-se a influência das facções na ressocialização dos detentos, analisando a eficácia do sistema carcerário brasileiro em comprometer o processo de reinserção social dos apenados. Além disso, demonstramos como, em certos momentos, o Estado é omissor na garantia dos direitos básicos dos encarcerados, contribuindo para o fortalecimento do "poder paralelo" exercido por essas organizações.

No terceiro ponto, realizamos uma análise baseada em pesquisa de campo e formulários semiestruturados sobre o papel das facções criminosas na dinâmica do sistema penitenciário de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte. As informações coletadas foram organizadas e analisadas com o objetivo geral de identificar os possíveis impactos negativos na influência dessas facções na ressocialização dos apenados, identificando o papel desempenhado por essas organizações na dinâmica do Complexo Penal Regional de Pau dos Ferros e as estratégias e práticas colaborativas adotadas pela instituição de Segurança Pública e Assistência Social na abordagem dessa questão.

Finalmente, destacamos a evidente inércia do Estado na implementação de políticas públicas voltadas para a segurança pública, visando a melhoria das condições de convívio social e a promoção da ressocialização no âmbito carcerário. Salientamos que esse cenário é amplificado pela falta de compreensão, por parte da sociedade, da importância desta problemática, enfatizando a necessidade de superar preconceitos e de não apenas apoiar a punição dos indivíduos, mas também exigir medidas necessárias para garantir condições dignas de encarceramento como parte de uma estratégia eficaz de combate ao poder das organizações criminosas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa utilizou-se do método hipotético-dedutivo, vez que, houve o levantamento de uma hipotética causa do problema, baseada na possível influência das facções criminosas na reeducação dos apenados do sistema penitenciário de Pau dos Ferros/RN, e buscou comprovar que há um impacto real na reinserção social destas pessoas diante deste problemática.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, com a realização de formulários semiestruturado com questões abertas junto a profissionais que compõem os órgãos de Segurança Pública e Assistência Social do Município de Pau dos Ferros/RN, buscando-se informações com possíveis justificativas descritivas e soluções estratégicas para a problemática.

Ao discutir as características da pesquisa qualitativa, Creswel (2007) chamou atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos. Para mais, o autor destaca que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, ou seja, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar "como" ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Procedendo-se de tal forma na presente pesquisa.

Nesse sentido, a técnica de pesquisa adotada para a confecção do presente escrito consistiu-se na realização de pesquisa de campo, no mês de setembro de 2023, realizando formulário semiestruturados com autoridades que trabalham com o público do estudo, quais sejam, o Delegado Regional da Polícia Civil da 53ª Delegacia de Polícia Civil de Pau Dos Ferros/RN, a Vice-Diretora do Complexo Penal Regional de Pau dos Ferros/RN e o Psicólogo do Escritório Social de Pau dos Ferros/RN, identificados respectivamente como “Polícia Civil”, “Polícia Penal” e “Escritório Social”, tendo como objetivo conhecer os fatores e causas de modo geral e completo. Utilizando-se também a técnica bibliográfica, realizando o levantamento e revisando fontes bibliográficas ou semelhantes, como, livros, artigos científicos, revistas, ou seja, materiais que já foram publicados sobre a teoria que iria direcionar o presente trabalho científico.

Como aporte, o procedimento de pesquisa bibliográfica é de grande importância para a realização de estudos dessa espécie, como ensina Lakatos & Marconi (2003, p. 153):

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

A pesquisa de campo também é de suma importância para realização de estudos, assim como foi para esse. Essa importância é tratada por Lakatos & Marconi (2003) que apontam que a pesquisa de campo é um método utilizado para obter informações e conhecimentos sobre um problema específico, para o qual se busca uma resposta, ou para investigar uma hipótese que se deseja confirmar, ou ainda, para descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Envolve a observação de fatos e fenômenos conforme ocorrem naturalmente, a coleta de dados relacionados a eles e o registro de variáveis consideradas relevantes para posterior análise. Outrossim, a pesquisa de campo não deve ser confundida com a simples coleta de dados, pois vai além disso, exigindo controles adequados e objetivos preestabelecidos que delineiam claramente o que deve ser coletado.

Nessa senda, o tipo de pesquisa consistiu-se na descritiva, uma vez que, a partir dos instrumentos analisados, originou-se conclusões oriundas da investigação, as quais serão demonstradas ao final do estudo.

2.2 Contextualização geográfica do local da pesquisa

O presente estudo foi desenvolvido no município de Pau dos Ferros, localizado no sertão do Rio Grande do Norte, o qual possui uma área estimada em 259,959 km², com densidade demográfica de 117,25hab/km², e está localizada no centro da região do Alto-Oeste potiguar e da microrregião de Pau dos Ferros, sendo assim um importante entreposto entre diversos grandes centros urbanos e industriais da Paraíba, do Ceará e de outras regiões potiguares, como Mossoró e o Seridó. Sua população seja estimada em 30.479 pessoas (IBGE, 2022).

O afluxo populacional é facilitado por três rodovias de grande fluxo de veículos: a BR 405, que corta a cidade no sentido N-S e dá acesso à cidade de Mossoró, ao norte, e ao estado da Paraíba, ao sul; a RN 177, que dá saída ao Município do Encanto e São Miguel; e a BR 226, que dá acesso ao estado do Ceará, ao Oeste, e à região do Seridó, ao Leste.

A compreensão dos elementos relacionados à geografia urbana é fundamental para discernir algumas das razões que desenvolveram para que Pau dos Ferros se tornasse um centro do crime organizado a partir da segunda década do século XXI no Rio Grande do Norte. Encontrando-se algumas justificativa examinando o comportamento dessas facções em nível nacional.

3. HISTÓRICO DO CRIME ORGANIZADO: TRAJETÓRIA ATÉ PAU DOS FERROS/RN.

É bem verdade que o crime organizado está presente na sociedade há bastante tempo. Não diferente das outras civilizações, o Brasil não escapou da sua existência. Santos (2014), em sua discussão sobre o tema, sustenta que a origem do crime organizado no Brasil se deu através do cangaço, no período compreendido entre os séculos XIX e XX, com bandos bem organizados e estruturados na base da hierarquia, os cangaceiros dedicando-se a roubar vilarejos e fazendas, valendo-se de influências com os detentores do poder, como grandes fazendeiros, políticos e policiais corruptos. Esse movimento criminoso, ocorreu nas regiões áridas do nordeste brasileiro. Para o autor, o principal nome entre sua personificação era do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, também conhecido como Lampião, juntamente com sua companheira Maria Déia Neném, famosa como Maria Bonita.

No Rio Grande do Norte, especificamente na cidade de Pau dos Ferros/RN, além de ser um local onde facções criminosas operam atualmente, consoante será demonstrado, a região tem uma conexão histórica com as primeiras organizações criminosas do Brasil. O cangaço também teve sua presença em Pau dos Ferros/RN, fato evidenciado pelo processo criminal que tramitou na comarca local, conduzido pelo Juiz de Direito José Vicente, instaurado após a pas-

sagem do bando na trajetória até Mossoró, no início de junho de 1927 (Souza, 1999). De acordo com Souza (1999, p. 29):

Os cangaceiros atacaram Pau dos Ferros e prenderam o proprietário do sítio Fazenda Nova. Em Caiçara, o tenente Napoleão agra sustentou o fogo contra os bandidos durante uma hora. Nesse combate o grupo abandonou o campo da luta, foram presos dois cangaceiros. As linhas telefônicas cortadas pelos cabras de Lampião dificultava as comunicações.

De mais a mais, há quem entenda que o Crime Organizado tenha se iniciado no Brasil com o surgimento do "jogo do bicho", e mais precisamente, com a sua proibição. Essa proibição levou à formação da primeira infração organizada no país. No entanto, essa ideia teria ganhado popularidade e logo passado a ser gerenciada por grupos organizados através da corrupção de policiais e políticos. Ainda, essa origem também pode ter criado força mais recentemente, tendo como exemplo os anos da ditadura militar após 1964, os quais resultaram em uma nova mentalidade criminosa no país (Santos, 2014).

Com base nos ensinamentos de Fernandes (2008, p. 240):

No Brasil aponta-se como manifestação mais remota do crime organizado a atuação do cangaço, grupo dirigido por Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião. Depois formaram-se as organizações que se dedicam à exploração do jogo do bicho, ao tráfico de entorpecentes, de armas, de animais silvestres. Mais recentemente, cresceu e se estruturou o crime organizado nos presídios do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Nos dias atuais, o número de facções criminosas existentes no país é uma incógnita diante da ausência de dados oficiais sobre o tema, havendo apenas uma estimativa realizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2018, da existência de cerca de 70 facções espalhadas pelo Brasil (Gomes, 2018).

A dificuldade de se precisar com exatidão o nascedouro das organizações criminosas, se deve ao fato de que o crime organizado atua das mais variadas formas em cada parte do planeta, além do que, no decorrer dos séculos, essa forma de atuação foi evoluindo, de modo que cada organização desenvolvesse uma peculiaridade que a diferenciava das outras.

Destarte, de acordo com o jornalista Freitas (2010) em um dos seus textos promovidos no site Terra, no Brasil, é possível identificar três grandes organizações criminosas amplamente conhecidas: a Família do Norte, o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital. Todas essas organizações operam à margem da lei e estão envolvidas em uma ampla gama de atividades ilícitas. Alguns dos crimes mais comuns associados a elas incluem o narcotráfico, o tráfico de armas, assaltos a bancos, extorsões e uma variedade de outros delitos.

De acordo com Barbosa (2022), que se debruçou em uma pesquisa sobre as facções do Rio Grande do Norte, a facção Comando Vermelho (CV ou CVRL), surgiu em 1979 no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro e foi a primeira e maior organização criminosa a ter o controle sobre comunidades carentes brasileiras, decorrendo dela, por dissidências, todas as demais.

Sobre o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), Barbosa (2022), explica que o Comando Vermelho foi a inspiração para oito apenados, pois, durante o cumprimento de pena na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (Piranhão), em São Paulo, esses oito apenados mataram os líderes de uma quadrilha rival que comandava o presídio e fundaram o Primeiro Comando da Capital, em 31 de agosto de 1993.

Usando as regras da ética do crime, eles ganharam apoio e admiração dentro do sistema prisional paulista. Depois que o Estado de São Paulo transferiu esses líderes para outros estados do país, a facção paulista criou filiais em todos os estados brasileiros, tornando-se, desse modo, a maior facção criminosa da nação. A lógica do grupo era de que, criando uma hierarquia entre os presos, seria possível evitar conflitos internos, assim como combater os maus tratos e exigir melhores condições aos presos do Estado (Bergamin, 2019).

Nesse sentido, Barbosa (2022, p. 14) ao descrever a origem das organizações criminosas no País, afirmou:

As filiais do PCC tiveram dissidências em muitos estados, o que acabou proliferando por todo o Brasil a criação de novas facções criminosas. Essas novas facções criminosas surgiram por não aceitarem o comando vindo de outros estados, pois não interessava aos faccionados pagar altas mensalidades - chamada de cebola no PCC - receber ordens, punições e até sentença de morte de uma pessoa que estava longe e vivendo outra realidade.

Na busca pelo entendimento das origens e do desenvolvimento do crime organizado no solo potiguar, faz-se necessário olhar um pouco mais para o século XX e procurar entender os fatores que contribuíram para o crescimento de tal problemática no nosso País.

Conforme Manso e Dias (2018) sabe-se de fato que o Brasil é um país de dimensões continentais e enfrenta sérios problemas no controle e combate ao crime organizado. Durante o período de 1970 até meados da década de 1990, a principal facção criminosa, o Comando Vermelho, bem como os traficantes de menor porte, desfrutava de uma liberdade para obter drogas diretamente de fronteiras atacadistas, os quais intermediavam a entrada das drogas vindas do Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia.

Na segunda metade da década de 1990 houve uma mudança drástica nessa dinâmica comercial. Nesse período, traficantes varejistas experientes, como Fernandinho Beira-Mar, estabeleceram redes de tráfico e adquiriram acesso direto às fronteiras, eliminando os intermediários. Toda essa evolução nas relações entre os produtores estrangeiros de drogas e a rede de varejistas brasileiros, juntamente com o surgimento de novas facções no Brasil em meados dos anos 2000, resultou lucros consideráveis para os empreendedores do mercado de tráfico. Para Manso e Dias (2018), a prisão de Fernandinho Beira-Mar, em 2001, que até então era responsável pelo abastecimento de cerca de 70% da cocaína que entrava no Brasil, abriu o espaço das fronteiras à facção paulista, Primeiro Comando da Capital (PCC), que adquirira experiência do novo funcionamento do tráfico com o próprio Beira-Mar.

Nesta conjectura, Manso e Dias (2018) esclarecem que devido à abordagem negociacionista das autoridades penitenciárias de São Paulo, que minimizavam a importância do PCC como um grupo de crime, essa facção iniciou sua escalada no cenário nacional. Seu foco principal era obter lucros e unir resultados. Compreendendo que sua hegemonia dependia do controle do sistema prisional, em 2014, o PCC deu início a uma disputa pelo poder dentro das prisões e começou a recrutar novos membros. Segundo o Jornalista Gil Alessi (2016), em reportagem produzida no site EL PAIS, esse conflito culminou em junho de 2016 com a ruptura total entre o PCC e o Comando Vermelho, resultando em uma declaração de guerra. Essa batalha por domínio desencadeou, a partir de outubro de 2016, em Roraima, a chamada "crise dos presídios", resultando em dezenas de mortes espalhadas por penitenciárias de vários estados brasileiros.

O autor ainda afirma que com o fruto da colisão entre o expansionismo do PCC pelo país e os interesses do CV e das facções estaduais, a crise dos presídios foi o efeito direto da ruptura entre as facções paulista e carioca. Guerra declarada em julho de 2016, com o anúncio do rompimento com o CV e a quebra do pacto de não agressão, gerou muitas rebeliões e cerca de 160 mortes em vários presídios, vários levantes nas ruas, com depredações, incêndios e assassinatos.

Barbosa (2019) elucida que antes dos anos 2000 não havia presença de facções criminosas no Rio Grande do Norte a serem levadas em consideração. Pioneiro, o PCC, após a transferência e batismo de dois assaltantes em 2007 para o Catanduvas e posterior retorno ao RN, plantou as primeiras sementes do crime organizado no estado, expandindo-se de forma acelerada a partir de 2011. Em 2015, o PCC já estava com 440 filiados no Rio Grande do Norte.

Gama (2016), pesquisador sobre tema, em uma de suas reportagens no Site UOL, explorou que no estado potiguar, o monopólio do PCC só foi quebrado a partir de 2013 com o

surgimento do Sindicato do Crime (SDC) ou Sindicato do RN (SRN), uma facção que, aliada ao Comando Vermelho, fez do RN palco de uma grande disputa pelo controle do tráfico de drogas e dos presídios potiguares, nos anos que se seguiriam. Em meados de 2016, essa organização articulou mais de 100 ataques nas ruas do Estado, devido à instalação de bloqueadores de celular nos presídios, mostrando todo o seu poder de articulação.

Segundo Barbosa (2022), a ideia da criação do SDC surgiu por meio dos internos da cela 17, Pavilhão 2, na Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP); O primeiro nome do grupo criminoso se chamava “Irmão do Norte”, que, rapidamente, foi mudado para o então “Sindicato do Crime”. Posteriormente, o SDC fez uma segunda “fundação” no dia 27 de março de 2013, data explícita no estatuto da Organização – segundo o autor, acredita-se que a data de fundação do SDC provavelmente tem a ver com o fato de que o dia 27 de março é considerado o dia do palhaço, personagem associado a assassinos de policiais.

Em síntese, a ruptura completa, consequência direta da declaração de guerra no âmbito nacional entre o Comando Vermelho (e seus aliados em cada estado) e o PCC, explodiu no dia 14 de janeiro de 2017, no presídio de Alcaçuz, localizado no município de Nísia Floresta/RN, a cerca de 40km de Natal. No referido ano, dos 32 presídios do RN, 28 eram controlados pelo SDC e, dos 5 pavilhões de Alcaçuz, apenas 1 abrigava o PCC. Em 2017, durante as rebeliões em Alcaçuz, foram registradas cerca de 26 mortes de faccionados do SDC, que, mesmo em maior número na penitenciária de Alcaçuz, foram pegos de surpresa e desarmados, enquanto o PCC, que ocupava apenas o pavilhão 5, conseguiu adquirir armas e iniciar a invasão aos pavilhões onde se encontrava o SDC (Manso; Dias, 2018).

Destaca-se que existem outras facções criminosas no Estado do Rio Grande do Norte que iniciaram sua tentativa de disputar o domínio do tráfico de drogas na região do Alto Oeste, à exemplos, Os Guardiões do Estado (GDE), que tem sua origem no Ceará, porém, não será abordado esse conflito por não fazer parte do objeto desta pesquisa que é direcionada a cidade de Pau dos Ferros/RN, ocupada predominantemente pelo PCC (Barbosa, 2022).

Conforme será exposto posteriormente, a existência dessas organizações criminosas dentro dos estabelecimentos prisionais, torna-se evidente a deficiência e ineficácia do sistema prisional em lidar com essas ameaças e em proporcionar um ambiente seguro e de reabilitação para os detentos, desencadeando locais ideais para a proliferação do crime organizado.

4. DINÂMICA DAS FACÇÕES EM SOLO PAUFERRENSE

A ruptura entre Comando Vermelho e PCC, em 2016, fez dos presídios do Brasil palcos de grande carnificina. A declaração de guerra entre as duas maiores facções do Estado fez com que o SDC expulsasse o PCC da maior parte das cidades potiguares, como Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Mossoró e Caicó, fazendo com que migrasse para poucos focos de resistência no estado. Entre esses focos, a principal região que recebeu batizados do PCC foi a região do Alto-Oeste, mais especificamente a cidade de Pau dos Ferros (Barbosa, 2022).

As causas da migração foram diversas e torna-se necessária a continuidade da pesquisa, buscando o aprofundamento da importante temática. Todavia, mesmo não mergulhando em todos os pontos e questionamentos aqui levantados, é possível verificar algumas causas que levaram a região do Alto-Oeste, e especialmente Pau dos Ferros, se tornar o principal destino do PCC na última década.

Em síntese, a Microrregião de Pau dos Ferros era uma das poucas que não havia a hegemonia de nenhuma outra facção criminosa. O PCC aproveitou-se do vazio deixado por outras facções, sendo a primeira a ocupar de fato a região. Neste contexto, com a expulsão dos grandes conglomerados regionais do Rio Grande do Norte, o PCC migrou para Pau dos Ferros e algumas outras cidades próximas.

Em resposta ao formulário elaborado por esta pesquisadora, o Delegado Regional de Pau dos Ferros, Dr. Inácio Rodrigues Lima Neto, afirmou que:

[...] as primeiras ações de facções em Pau dos Ferros foram identificadas no ano de 2010, durante a “Operação Stone”, Inquérito Policial 114/2010, quando presos monitorados via escuta telefônica autorizada pela justiça, conversavam livremente sobre a facção, seus métodos e objetivos. A operação foi o marco da presença oficialmente confirmada do crime organizado em Pau dos Ferros, resultando na prisão de 35 traficantes e ainda, revelando que o tráfico de drogas na região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte e divisa com o Ceará era comandado de dentro do Presídio de Pau dos Ferros. Os detentos tinham apoio de familiares, a quem eram incumbidas às tarefas de esconder a droga, venda, distribuição, cobrança e prestação de contas com os traficantes. (Polícia Civil)

Ademais, esclareceu que atualmente, no contexto da cidade, duas facções principais estão atuando: o PCC e o Sindicato do Crime. Destas, “o PCC é a facção predominante, liderando as atividades criminosas, incluindo o tráfico de drogas e eventuais homicídios que resultam do descumprimento de regras da facção ou por dívidas de drogas” (Polícia Civil). Em sua concepção, a presença do PCC na região se mostra consolidada, em virtude do levantamento de inúmeras operações realizadas, e inquéritos instaurados pela Polícia Civil. Segundo às investigações da Polícia Judiciária e análise superficial das ocorrências relacionadas ao tráfico nos últi-

mos anos, as ações do PCC em Pau dos Ferros estão resumidas ao tráfico de drogas e homicídios por descumprimento de regras da facção ou por dívidas de drogas.

Hoje, após pesquisa realizada no sistema de investigação da Polícia Civil e da Polícia Penal - Sistema Integrado de Administração Penitenciária (Siapen), que possibilita controlar e inserir o registro de informações dos internos e atividades realizadas dentro e fora da unidade carcerária -, foi possível constatar, que o número de batizados do Primeiro Comando da Capital em Pau dos Ferros gira em torno de 150 faccionados, mas contando com os chamados companheiros e apoiadores, que respeitam as regras e disciplina da facção e dão suporte ao tráfico de drogas em toda a região, esse número pode triplicar. O que revela ser um número considerável para uma cidade com cerca de 30 mil habitantes.

5. INEFICÁCIA DO SISTEMA PRISIONAL

É fato incontroverso que o sistema prisional do nosso País enfrenta vários desafios e é frequentemente criticado pela sua ineficácia em cumprir com seus objetivos, tais como, a punição por meio da reabilitação, prevenção, socialização e reeducação dos seus detentos, visto que, foram nas penitenciárias brasileiras que o crime organizado ganhou corpo no país.

Segundo Foucault (2014), o sistema punitivo é definido como um fenômeno social concreto que está intrinsecamente ligado ao processo de produção. Ele argumenta que o sistema punitivo não se trata apenas dos efeitos negativos de repressão, mas sim dos efeitos positivos de dominação e exploração. Foucault (2014) descreve o sistema punitivo como uma economia política do corpo, projetada para produzir corpos disciplinados e úteis para a força de trabalho.

Nessa conjectura, o sistema teria um sucesso histórico evidente na gestão diferencial da criminalidade. Ainda, ele enfatiza que as camadas sociais subalternas são reprimidas e punidas com mais severidade, enquanto as elites de poder econômico e político da sociedade capitalista gozam de imunidade e escapam das consequências penais de seus atos. Isso demonstra a relação intrínseca entre o sistema punitivo e a reprodução das desigualdades sociais, servindo como uma ferramenta de controle e perpetuação do poder nas mãos das elites dominantes. Para mais, assevera que este jogo de isolamento, de reunião sem comunicação e da lei garantida por um controle ininterrupto deve readaptar o criminoso como indivíduo social: educa-o para uma atividade útil e resignada, e lhe restitui alguns hábitos de socialidade (Foucault, 2014).

Em contrapartida, segundo Barrata (1999), as penas privativas de liberdade, que teoricamente deveriam atuar como um meio de desencorajar a prática de crimes, não são eficazes nesse sentido. Além disso, o caráter ressocializador dessas penas, que deveria reduzir a reinci-

dência e promover a reintegração social, é duramente questionado e criticado. Na verdade, o autor argumenta que, após cumprir a pena, o indivíduo "reeducado" pode se tornar ainda mais perigoso. Esse pensamento levanta dúvidas sobre a eficácia do sistema prisional em atingir seus objetivos de prevenção do crime e reintegração dos infratores à sociedade. Barrata (1990) ainda ressalta que os institutos de detenção produzem efeitos contrários à reeducação e à reinserção do condenado, e favoráveis à sua estável inserção na população criminosa.

Assim destacou Nucci (2017, p. 371):

O método atual de punição, eleito pelo Direito Penal, que privilegia o encarceramento de delinquentes, não estaria dando resultado e os índices de reincidência estariam extremamente elevados. Por isso, seria preciso buscar e testar novos experimentos no campo penal, pois é sabido que a pena privativa de liberdade não tem resolvido o problema da criminalidade.

Destarte, de acordo com a socióloga Camila Nunes Dias, professora da Universidade Federal do ABC Paulista (2023) em uma entrevista realizada ao Rádio Nacional e reproduzidas pelo jornalista Lucas Pordeus no site Agência Brasil, a superlotação e as péssimas condições dos presídios brasileiros são as raízes para o surgimento de facções criminosas no nosso país. A especialista esclarece que existe algo em comum entre essas organizações, visto que, são grupos que têm origem dentro de estabelecimentos prisionais e estão vinculados a reivindicação contra a opressão existente dentro das prisões. Na grande maioria, reivindicação por direitos suprimidos. Ainda, a socióloga ressalta que o nosso sistema prisional é violador de direitos, sempre foi e continua sendo.

Nesta linha, não é surpreendente que o Brasil ocupe a terceira posição no mundo em número de pessoas presas. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente, existe mais de 711.463 mil pessoas reclusas em penitenciárias brasileiras. Além disso, é evidente a falta de oportunidades para os indivíduos em processo de ressocialização, principalmente no que se refere ao acesso à educação, capacitação profissional e trabalho. Essa realidade indica a incapacidade de obter renda e apoio tanto para si mesmos quanto para suas famílias, na situação atual que se encontram.

Logo, com todos esses fatores, os detentos tendem a se aliarem a facções em busca de melhores condições dentro e fora das prisões. À vista disso, há uma maior dificuldade na sua perspectiva de vida após o encarceramento, resultando ainda, em uma maior contribuição para altos índices de criminalidade no País. A situação relatada não é diferente da enfrentada na cidade de Pau dos Ferros/RN, tendo em vista a contínua subordinação criminal dos apenados locais.

Devido a esta lotação de presos no sistema prisional brasileiro, há grande dificuldade na separação dos presos considerados de alta periculosidade dos que cometeram crimes de menor potencialidade, fazendo assim, que ambos convivam juntos. Conseqüentemente, as facções criminosas se alimentam da incapacidade do Estado de atender às necessidades sociopolíticas e criminais desses apenados e, se apresentam como alternativas para os detentos, oferecendo proteção, suporte financeiro e até mesmo uma estrutura de poder dentro das prisões, atraindo indivíduos que buscam proteção e recursos básicos (Barbosa, 2022).

Conforme apresentado, a incapacidade do Estado de impedir a expansão dessas organizações dentro dos presídios resulta em um ambiente propício para o recrutamento de novos membros e para o fortalecimento das hierarquias criminosas. Esses membros, em sua maioria, acabam retornando ao sistema carcerário devido ao cometimento de novos crimes, por laços de lealdade e dependência criados com a facção, pois as obrigações persistem mesmo após a libertação.

6. INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Aprofundando-se no objetivo da pesquisa, o estudo equivale-se a conclusão de que a alta taxa de reincidência de ex-detentos, especialmente entre os membros de facções criminosas, é uma preocupação relevante. E, por meio de estratégias adotadas pela Polícia Civil (investigações externas, monitoramento de dados telemáticos, infiltração nas comunidades, rastreamento de finanças e colaboração com outros órgãos de segurança), objetivando combater o aumento do fortalecimento das facções, confirma-se que há grande influência das organizações criminosas para que os indivíduos filiados reincidam em novos delitos.

Questionado sobre a problemática, o Delegado Regional de Pau dos Ferros, opinou que:

[...] respeitando as ordens da organização, os indivíduos vinculados a facções criminosas tendem a reincidir em novas atividades criminosas até que sejam reclusos para execução de suas penas. Por outro lado, aqueles que não têm ligações com facções frequentemente cometem delitos de forma isolada, muitas vezes motivados por razões pessoais e sociais. Há diversos outros fatores, todavia, a questão financeira desempenha um papel bem significativo, uma vez que a falta de oportunidades econômicas e a dificuldade de obtenção de renda de forma legal leva muitos a continuarem envolvidos nessas atividades. (Polícia Civil)

Por conseguinte, em respostas da Vice-Diretora do Presídio de Pau dos Ferros, a Sra. Elaine Cristine Pinheiro de Fontes, com informações essenciais sobre a dinâmica do sistema penitenciário na região com foco nas facções criminosas, chega-se à conclusão que a realidade

enfrentada não é distinta. Suas respostas fornecem uma visão abrangente da situação atual e das estratégias empregadas pelo Complexo Penal Regional Pau dos Ferros.

Segundo a Vice-Diretora, atualmente o Presídio de Pau dos Ferros a organização dos pavilhões e alas do presídio reflete a realidade das facções criminosas na região.

Há dois pavilhões distintos: um para detentos em regime fechado e outro para aqueles em regime provisório. Além disso, existe a separação entre detentos que trabalham e ficam em salas externas. Dentro desses pavilhões, existem celas designadas para detentos filiados a facções criminosas, especificamente o PCC, uma vez que atualmente é a facção predominantemente no sistema prisional da cidade e precisam ser separados da “massa”. O termo “massa” abrange as detenções que não têm vínculos com o PCC ou com qualquer outra organização criminosa. No entanto, alguns detentos que fazem parte dessa “massa” podem, na verdade, pertencer a outras facções criminosas, mas optam por não revelar a sua filiação, temendo as possíveis consequências disso. Acaso algum detento decida declarar-se filiado a uma facção que não seja o PCC, imediatamente tomamos medidas para providenciar sua transferência para uma outra unidade prisional. Uma vez que a divulgação de filiação a uma facção diferente do PCC, pode representar riscos à sua vida, dentro e fora do presídio. (Polícia Penal)

A política da instituição enfatiza a divisão entre o PCC e a “massa”, pois não há presos declaradamente afiliados a outras facções. Aqueles que revelarem associação com facções diferentes do PCC devem ser transferidos para outras unidades prisionais para proteger suas vidas, dentro e fora da prisão. Esta realidade, ratifica a hegemonia das organizações criminosas que se mostram cada vez mais articuladas e com maior poder e domínio no estabelecimento penal.

No que diz respeito a programas de ressocialização, contratou-se a existência de várias iniciativas distintas. Um programa notável é o “Reciclando Vidas”, parceria do Complexo Penal com a Prefeitura de Pau dos Ferros e a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap/RN), onde 10 (dez) detentos participam do programa, realizando atividades ao ar livre, como a revitalização de cemitérios, capina de praças e manutenção de instalações públicas. No entanto, o interesse em participar desses programas é limitado, com apenas 10 (dez) apenados envolvidos, nenhum deles afiliado a facções criminosas.

Outros programas incluem a "Leitura Livre" e a "Remissão pela Leitura", que incentivam a leitura entre os detentos. Os participantes podem obter remissão de pena por meio da leitura. A instituição também oferece oportunidades para detentos completarem o ensino fundamental e médio e ingressarem em cursos superiores por meio do Ensino a Distância (EaD).

Embora essas iniciativas visem a ressocialização, ressalta-se que existem desafios específicos relacionados à ressocialização de apenados ligados a facções criminosas, pois, os detentos afiliados às facções não demonstram interesse em participar, devido à forte influência das

facções e à lealdade existente a elas. Destaca-se que no Complexo Regional de Pau dos Ferros, não há um acompanhamento estatísticos para avaliar se os apenados associados a organizações criminosas apresentam maiores taxas de reincidência.

Além disso, no presídio local, não existe programas específicos para apoiar a reintegração social de ex-detentos, especificamente os associados a facções criminosas. O acompanhamento pós-liberdade é limitado e não há parcerias consolidadas com outras agências ou instituições. Excluindo-se também programas específicos para lidar com questões de saúde mental entre os apenados associados a facções, apesar da instituição confirmar a relevância do problema.

Já na finalização da pesquisa, com respostas do Psicólogo do Escritório Social de Pau dos Ferros/RN, Dr. Matheus Soares de Sousa, responsável pelo atendimento psicológico dos egressos e pré-egressos dos estabelecimentos prisionais, restou ainda mais concretizada a problemática questão.

Os Escritórios Sociais são equipamentos públicos impulsionados pelo CNJ desde 2016 que apostam na articulação entre Judiciário e Executivo para oferecer serviços especializados a partir do acolhimento de pessoas egressas e seus familiares, permitindo-lhes encontrar apoio para a retomada do convívio em liberdade civil (CNJ, 2022).

Segundo o Psicólogo, o objetivo principal do Escritório Social é:

[...] servir como um espaço de interlocução entre esses indivíduos e a rede de direitos, buscando oferecer-lhes acesso a serviços e recursos que possam facilitar a transição para uma vida fora das classes. A equipe realiza visitas às unidades prisionais antes da soltura desses indivíduos, apresentando o escritório e coletando informações sobre suas necessidades imediatas. Isso permite que o escritório comece a trabalhar na reintegração mesmo antes da liberdade ser concedida. (Escritório Social)

Observa-se que o Escritório é capaz de lidar com uma ampla variedade de desafios e demandas, incluindo questões de saúde mental, um aspecto crítico, visto que muitos egressos enfrentam problemas psicológicos após a prisão. Ademais, a equipe interdisciplinar oferece suporte no encaminhamento para tratamento psicológico, bem como para outras áreas, como assistência jurídica, alimentação, identificação civil, etc.

Em relação a sua experiência no trabalho com indivíduos afiliados a facções criminosas, o Psicólogo assevera que Escritório Social não faz qualquer distinção de tais indivíduos em seu atendimento. Mas informa que todos buscam ajuda para uma reintegração social, mas muitas vezes enfrentam desafios específicos devido às pressões e restrições impostas pelas facções. A

busca por uma vida fora do crime é compartilhada por muitos deles, e o Escritório trabalha para fornecer opções e oportunidades que possam facilitar essa transição.

Um desafio significativo, enfatizado por Dr. Matheus Soares de Sousa, é a estigmatização e a exclusão social enfrentada por todos os egressos, independentemente da sua filiação a facções. Visto que, segundo o especialista, “a sociedade em geral tende a estigmatizar e excluir pessoas que estiveram envolvidas em atividades criminosas, sejam elas afiliadas a facções ou não” (Psicólogo), tornando-se um problema ainda maior.

Em contrapartida, O Escritório Social desempenha um papel fundamental e importantíssimo na promoção da ressocialização, pois existe um atendimento multiprofissional, com a colaboração com outras instituições e o apoio na busca por direitos e recursos essenciais dessas pessoas, buscando ajudá-las a construir uma nova vida e, assim, colaborando na redução da reincidência. O programa é desempenhado em estreita colaboração com uma série de instituições, incluindo a Defensoria Pública do Estado, o Instituto Técnico-Científico de Perícia, cartórios, programas de alimentação subsidiada, centros de assistência social e unidades de saúde básica. Essas parcerias desempenham um papel crucial na prestação de uma ampla gama de serviços e apoio aos indivíduos que adquiriram sua liberdade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser um problema pouco analisado academicamente, a busca por soluções para o crime organizado em Pau dos Ferros continua sendo um grande desafio. No início da pesquisa, não havia materiais ou fontes de consulta pública do tema. Assim, buscaram-se indícios às indagações em fontes primárias e formulários semiestruturados. Tais obstáculos (a ausência de materiais bibliográficos) foram sendo superados à medida que foram alcançadas informações a nível nacional e estadual.

Questões do crescimento do crime organizado no Brasil são assuntos complexos, pois relacionam diversas variantes comportamentais, sociológicas, geográficas, históricas, criminais e políticas. Assim, qualquer tentativa de análise com o olhar científico torna-se um desafio para o pesquisador acadêmico. O perigo de cair em velhos paradigmas empíricos e passionais é constante e, quando identificado, o pesquisador deve retornar seu olhar ao distanciamento analítico, buscando fugir da armadilha da simplificação.

O presente trabalho obteve intenção de apresentar diante um estudo modesto que muito ainda precisa-se caminhar, em relação à evolução do ordenamento jurídico, quanto a ação do Estado em trabalhar arduamente na busca que as prisões brasileiras atinjam uma perspectiva de

sucesso em seu objetivo de reeducar quem é exposto a sua vivência. Demonstrando-se que a desestruturação do sistema prisional brasileiro e as deficiências no sistema de políticas públicas ainda são fortes fatores de fortalecimento de intermediação entre a população carcerária e os grupos criminosos que operam segundo suas próprias regras e leis. O cenário atual é extremamente grave e requer a implementação de medidas adequadas e precisas.

Dito alhures, resulta-se evidente que os desafios enfrentados têm suas raízes na ausência de estruturação adequada dos órgãos de segurança pública, bem como, a falta de recursos e oportunidades para os egressos, aliada à estigmatização social, tornando-se a reintegração uma tarefa ainda mais difícil. Para aqueles afiliados a facções, a liderança e as pressões associadas a essas organizações dificultam a busca por uma vida livre de criminalidade. Desse modo, é nítido que a influência das facções dentro e fora das prisões tem um impacto negativo no comportamento desses indivíduos, dificultando a sua capacidade de romper com o passado criminoso e buscar uma vida mais convencional, principalmente devido à influência e lealdade desses indivíduos a essas organizações.

Destarte, tal influência pode ocorrer a pensar que o envolvimento em atividades criminosas é a única forma de obter subsistência após o encarceramento. Pois, embora existam programas dentro do sistema penal que tenham o potencial de serem eficazes na ressocialização, como educação e treinamento vocacional, a realidade é que muitos detentos enfrentaram barreiras significativas. Muitos indivíduos não conseguem aproveitar esses programas, seja devido à falta de acesso, falta de incentivo, ou à própria natureza dos programas em questão. Ademais, quando expostos à liberdade pós-cárcere, eles enfrentaram uma carência de recursos essenciais para a sobrevivência, permanecendo em uma posição de extrema vulnerabilidade devido à falta de acesso a políticas públicas.

Portanto, embora haja esforços e programas com potencial para serem eficazes, a melhoria da eficácia do sistema penal requer uma abordagem multifacetada que aborde seus problemas e concentre-se na reintegração bem-sucedida na sociedade como um objetivo fundamental.

Com isso, o fortalecimento das instituições de segurança pública é imprescindível para o combate ao crime organizado. Há uma comprovada necessidade primordial de investimento em políticas públicas que visem à integração entre os Órgãos de Segurança Pública e Assistência Social, concomitantemente ao combate à pobreza em bairros periféricos de Pau dos Ferros e o investimento em medidas preventivas, como a educação e programas de conscientização, especialmente entre crianças e adolescentes.

Vendo-se haver também uma necessidade de maior cooperação entre os poderes Legislativo e Judiciário, objetivando prevenção, repressão e desarticulação do crime organizado, para que a ressocialização dentro do cárcere seja feita de maneira que respeite a integridade física e psicológica do preso, objetivando a sua reinserção na sociedade – na qual não há de mais haver interesse no ingresso em grupos criminosos, muito menos crescimento de força dessas organizações. Ademais, há necessidade de conscientização da sociedade pauperrense da importância de tal matéria, para que não apenas apoie, mas cobre as medidas necessárias para garantir as condições dignas do encarceramento como forma de combate à força do crime organizado. A compreensão dos fatores que contribuem para a reincidência é fundamental para desenvolver soluções inovadoras e promover uma sociedade mais segura em Pau dos Ferros/RN.

Nessa senda, um bom ambiente administrado pelo Estado pode, sim, auxiliar na construção de uma sociedade justa e íntegra, assim como na reconstrução social do indivíduo encarcerado, em conformidade a um Direito Penal que, mesmo que por ora apenas utópico, seja, ele, garantidor dos direitos fundamentais a todos os cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vanessa. Ineficácia da ressocialização do condenado no sistema penitenciário brasileiro. **Jusbrasil**, 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/tcc-a-ineficacia-da-ressocializacao-do-condenado-no-sistema-penitenciario-brasileiro/774285555>. Acesso em: 19 mai. 2023.

BARATTA, ALESSANDRO. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

BARBOSA, César. **As facções criminosas do RN**: sangue e morte em Alcaçuz. Natal: Offset Editora, 2019.

BARBOSA, César. **As facções criminosas do RN**: ecos do passado. Natal: Editora Saraiva, 2022.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASEMIRO, Juliana. Ataques no RN: o que se sabe e o que falta esclarecer. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/03/15/ataques-no-rn-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer.ghtml>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Escritórios Sociais. Brasília: **CNJ**, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/politica-de-atencao-a-pessoas-egressas-do-sistema-prisional-escritorios-sociais/escritorios-sociais>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Carcerário e Execução Penal. Brasília: **CNJ**, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/cidadania-nos-presidios>. Acesso em: 09 set. 2023.

CRESWEL, John Ward. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDES, Antonio Scarance. **O equilíbrio entre a eficiência e o garantismo e o crime organizado**. 16. ed. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais, 2008.

FERREIRA, Felipe Gonçalves. Pena: definição e suas principais características. **Jus**, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/42374/pena-definicao-e-suas-principais-caracteristicas>. Acesso em: 21 mai. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Hermano. Facções criminosas do Rio tiveram origem nos presídios. **Terra**, 2010. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/policia/faccoes-criminosas-do-rio-tiveram-origem-nos-presidios,d04970e46f6ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

GAMA, Alyni. Presos tentam incendiar bloqueadores de celular em presídio no RN. **UOL**, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/08/03/presos-tentam-incendiar-bloqueadores-de-celular-em-presidio-no-rn.htm>. Acesso em: 08 set. 2023.

GIL, Alessi. Ao menos 31 presos morrem em Roraima em ação atribuída ao PCC. **EL PAÍS**. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/politica/1483703548_179354.html. Acesso em: 05 set. 2023.

GIL, Alessi. Rebeliões sinalizando fim de pacto entre PCC e CV e espalham tensão em presídios. **EL PAÍS**. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/politica/1476734977_178370.html. Acesso em: 05 set. 2023.

GOMES, Pedro Henrique. Cerca de 70 facções atuam no Brasil, diz Ministro da Segurança Pública. **O GLOBO**, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cerca-de-70-faccoes-atuam-no-brasil-diz-ministro-da-seguranca-publica-23035855>. Acesso em: 02 set. 2023.

GOMES, Winicius. Uma breve análise sobre o crime organizado do Brasil. **Jusbrasil**, 2019, Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/uma-breve-analise-sobre-o-crime-organizado-no-brasil/671760975>. Acesso em: 21 mai. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pau dos Ferros – RN. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/pau-dos-ferros.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. Editora Todavia SA, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

OLIVEIRA, Thainara; FELÍCIO, Eduardo; MACIEL, André; PINHEIRO, Paulo. **A atuação de facções criminosas no Brasil e o avanço da criminalidade**. Aporia Jurídica, 13. ed., 2020.

PASSOS, Diana Samara. **Organização Criminosa: A influência das facções criminosas no processo de ressocialização dos apenados no sistema penitenciário**. Prof. Priscila Tagliari, Me. 2020. 69 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Universidade do Sul de Santa Catarina, Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7306>. Acesso em: 05 mai. 2023.

PORDEUS, Lucas. Superlotação e péssimas condições em presídios são base de facções. **AGÊNCIA BRASIL**, 2023 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-03/superlotacao-e-pessimas-condicoes-em-presidios-sao-base-de-faccoes>. Acesso em: 08 set. 2023.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. 6. ed. Curitiba, PR: ICPC Cursos e Edições, 2014.

SOUZA, Itácio. **O cangaço no Rio Grande do Norte: O banditismo social**. Prof. Luiz Eduardo Brandão Suassuna. Me. 1999. 29 f. TCC (Graduação) – Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1999. Disponível em: <http://edufnrn.ufrn.br/bitstream/123456789/278/1/O%20CANGA%C3%87O%20NO%20RIO%20GRANDE%20DO%20NORTE-O%20BANDITISMO%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

TRISOTTO, Fernanda. Mapa das facções criminosas no Brasil. **GAZETA DO POVO**, 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/seguranca-publica/mapa-das-faccoes-criminosas>. Acesso em: 09 set. 2023.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

TRÁFICO DE DROGAS E SUA RELAÇÃO COM OS CRIMES DE HOMICÍDIOS OCORRIDOS NA CIDADE DE UMARIZAL/RN: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA TEORIA ESTRUTURAL-FUNCIONALISTA

*José Reginaldo de Paiva
Fernanda Soares de Sousa
Gigliola Edésia Diógenes Freitas Chave
Francicláudio Nato da Silva*

RESUMO: O tráfico de drogas ilícitas e suas consequências é um complexo que tem sido associado a um aumento significativo nos crimes de homicídios na cidade de Umarizal/RN. Este artigo propõe uma análise interdisciplinar baseada na teoria estrutural-funcionalista para compreender essa relação intrincada e suas implicações sociais. Desse modo, buscou-se no trabalho presente discorrer sobre as teorias de Fato Social de Émile Durkheim e *habitus* de Pierre Bourdieu, para assim, a partir delas, entender, por meio dos números levantados, o contexto de violência vivenciado pela cidade de Umarizal/RN. Após superado e compreendido o contexto de criminalidade reiterada e comportamento mimético, notadamente, em que medida o fato social crime e o comportamento repetido *habitus* foi capaz de modelar a localidade de análise em questão. Tudo isto no afã de se fazer chegar na teoria criminológica da Anomia ou Estrutural-funcionalista, trabalhada pelo discípulo de Durkheim, Robert King Merton. Para tanto, utilizou-se, como método, a revisão sistemática de literatura, e também documental, posto que lançou mão o presente trabalho, de dados coletados por meio de relatórios de órgãos institucionais e sites na internet, pela qual foi possível traçar um paralelo entre as ideias originais e as transformações da cidade ao longo do tempo, bem como a sua atualidade e possível causa geradora do status de violência vivenciado por aquela cidade. Chegando-se a evidenciar, por meio de números levantados e contexto social compreendido, que a anomia se perfectibiliza como uma das causas impulsionantes e propulsoras do aumento de violência na cidade, sendo certo que a maximização deste contexto advém do tráfico de drogas ilícitas na comunidade, resultando no aumento do número de condutas letais intencionais.

Palavras-chave: Crime. Tráfico. Criminologia. Homicídio

DRUG TRAFFICKING AND ITS RELATIONSHIP WITH CRIMES OF HOMICIDE THAT HAPPENED IN THE CITY OF UMARIZAL/RN: NE INTERDISCIPLINARY ANALYSIS OF STRUCTURAL-FUNCTIONALIST THEORY

ABSTRACT: The present work does not intend to exhaust the topic, nor to establish absolute truths, but rather to encourage debate on the research object, based on the analysis of theoretical discussions and empirical research. Thus, the present work sought to discuss Émile Durkheim's theories of Social Fact and Pierre Bourdieu's habitus, in order to understand, through the numbers collected, the context of violence experienced by the city of Umarizal/ RN. After overcoming and understanding the context of repeated crime and mimetic behavior, notably, to what extent the social fact of crime and repeated habitus behavior was capable of modeling the location of analysis in question. All of this in the effort to reach the criminological theory of Anomie or Structural-Functionalism, worked on by Durkheim's disciple, Robert King Merton. To this end, a systematic literature review was used as a method, through which it was possible to draw a parallel between the original ideas and the transformations of the city over time, as

well as its relevance and possible consequences of the status of violence experienced. around that city.

Keywords: Crime. Traffic. Criminology. Murder

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o tráfico de drogas possui forças de mudar a estrutura social de uma dada comunidade. Isso porque, de acordo com Barcellos e Zaluar (2014) o tráfico, diferente de outros crimes que acontecem de forma individual e isolada, depende da instalação de mecanismo operacional e hierárquico que necessariamente demandam uma rede criminosa que se articula com vistas a manutenção, perpetuação e maximização do espaço. É de tal fenômeno que frequentemente se vê falar em telejornais em certa profissionalização do crime.

Assim, ao tempo em que organizações criminosas se instalam e usam de articulações para perpetuação no poder, que se dar pela consequente fixação no local para o tráfico de drogas ilícitas, há também a imperiosa ação de exercer condutas de domínio em tal território, o que gera a necessária e consequente mudança no contexto social dessa mesma comunidade. É o que já preceitua uma regra não escrita da natureza humana que assevera que o poder não comporta vácuo. Ou seja, na ausência de um poder de domínio outro assumirá seu lugar e passará a criar regras próprias.

Desse modo, conforme faz saber Goldstein (1996) o tráfico de drogas ilícitas possui o desiderato de se instalar e se perpetuar no poder, utilizando-se de ações com vistas a mudança do tecido social da comunidade como forma de levantamento de bandeira, o que faz gerar a violência sistêmica, notadamente àquela produzida pelo comércio de drogas ilícitas.

Não muito distante de tal realidade é que o Anuário da Violência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicado no ano de 2022, a cidade de Umarizal/RN figurava entre as 10 cidades mais violentas do país, notadamente ostentando a 5ª colocação. Tal posição possui como principal condicionante a luta, manutenção e maximização do espaço local dominado pelo tráfico de drogas ilícitas, vez que a presença de drogas ilícitas reclama para a sua subsistência o constante uso da força com vistas a dominação do espaço fixado, vez que com isso maximizará a área de atuação, além da própria regulação do mercado ilícito, o que faz gerar disputas por espaço de atuação em pontos, cobranças decorrentes de dívidas do tráfico e o próprio embate com órgãos de segurança pública, o que de modo geral e consequente influencia

os padrões de comportamento, causando verdadeira desorganização social e anomia comunitária.

A partir desse entendimento a problematização fulcral é: partindo do observável ao longo do tempo na cidade de Umarizal, considerando o aumento do número de operações policiais que tem como fito desarticular organizações e associações para o de tráfico de drogas ilícitas na cidade (SECOMS/PCRN, 2023), é possível apresentar relação, que tenha força condicionante, entre o tráfico de drogas ilícitas e o aumento do número de mortes por homicídio na cidade de Umarizal/RN?

O presente trabalho se justifica pela necessidade de produção acadêmica que tenha o afã de se debruçar sobre a dicotomia tráfico-homicídio, especificamente na cidade de Umarizal/RN, vez que tão somente a crença disseminada de que drogas ilícitas atuam no sentido de contribuir na dinâmica da criminalidade, em especial, na prática de homicídios, carece de melhor abordagem, tanto do ponto de vista empírico quanto teórico, isso porque entre o tráfico de drogas ilícitas e a efetiva prática de crimes de homicídios ocorridos na cidade existe um “limbo”, que é justamente o espaço indefinido a ser preenchido pela interdisciplinaridade do caminho que busca a explicação da causa desse e consequência daquele.

E por se tratar a relação de tráfico de drogas ilícitas e crimes de homicídio de um fenômeno complexo, ainda mais quando abordado dentro de uma perspectiva microfísica de uma cidade, notadamente levando em consideração suas particularidades geopolíticas, econômicas e sociais, que há a necessidade de se analisar tal fato, e tal estudo fazer sob a ótica de uma “lupa-analítica” de abordagem interdisciplinar, que muito mais do que uma análise “fria” de causa e efeito, entenda e tente explicar, utilizando-se de áreas caras ao saber humano e formadoras do pensamento subjetivo e coletivo, como a filosofia, sociologia e a própria criminologia, quais são os fenômenos sociais que fazem surgir o tráfico de drogas ilícitas, e quando do tráfico, qual é o impacto que o comércio e o consumo de drogas ilícitas teriam na incidência dos crimes de homicídios, direta ou indiretamente interligados nesta cidade.

O presente trabalho se objetivou em analisar a relação entre o crescimento do tráfico de drogas na cidade de Umarizal/RN e a sua contribuição, direta ou indiretamente, para o aumento dos crimes de homicídios.

Além de buscar identificar as principais teorias sociológicas que buscam explicar o fenômeno do crime; neste afã, entender a relação entre drogas ilícitas e violência, sendo que para isso há a necessidade de descrever sobre a criminalidade da cidade de Umarizal/RN e como o comportamento da coletividade afeta no fenômeno criminoso dos crimes contra a vida e do sentimento de anomia social.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Métodos para execução da pesquisa

O presente trabalho foi realizado utilizando-se de método hipotético-dedutivo, vez que, arguiu-se um problema, qual seja: se é possível apresentar relação, que tenha força condicionante entre o tráfico de drogas ilícitas e o aumento do número de mortes por homicídio na cidade de Umarizal/RN e, por conseguinte, uma possível conjectura que fora testada, para ao final, verificar se a hipótese levantada pode ser considerada verdadeira ou falsa para determinada realidade.

2.2 Técnicas de pesquisa

Para tanto, primeiro, teve o presente trabalho, o desiderato de apresentar o conceito de crime trabalhado na sociologia Durkheimiana e como sua inclusão como fato social faz revelar o caráter do crime como fato fenomênico resultado da consciência coletiva de dada comunidade, em certo espaço e tempo. Após superado esse entendimento, objetivou o presente trabalho a fazer ligação entre o fato social do crime na sociologia de Durkheim (2001) e o conceito de *habitus* proposto pela sociologia de Bourdieu (1983), tudo isso no afã de mostrar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, vez que se utilizou de dados coletados por meio de Relatório de órgãos institucionais e sites na internet, como o tráfico de drogas, sendo esse crime a revelação de atos criminosos e a perpetuação do comportamento de indivíduos inseridos em determinado contexto social, tem sido condicionante para as mortes decorrentes de crimes de homicídios ocorridos na cidade de Umarizal/RN; ao tempo que o resultado dessa combinação de crime, comportamento e violência sistêmica contribui para certa desorganização e anomia social, conforme apresentado pela Teoria da Anomia / Estrutural-funcionalista estudada pela criminologia.

2.3 Classificação da pesquisa

Quanto ao tipo de pesquisa para produção do presente trabalho essa foi de ordem explicativa, já que ela foi realizada como uma tentativa de conectar as ideias, de modo a compreender as causas e efeitos de determinado fenômeno social abordado. Já quanto ao tipo de abordagem a pesquisa fora realizada de forma qualitativa, pois, assim como preleciona

Denzin e Lincoln (2006) o que se propôs o presente trabalho foi fazer uma abordagem de pesquisa que estudasse aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano que alteram a estrutura social da comunidade.

Buscou-se como embasamento teórico pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão da literatura relacionada à temática abordada. Para tanto, foram utilizados livros, artigos, sites da Internet entre outras fontes. De acordo com Boccato (2006, p. 266), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

2.4 Contextualização geográfica e econômica do local da pesquisa

A cidade de Umarizal está localizada no Estado do Rio Grande do Norte, na Região Nordeste do país. Ela está situada a uma distância de aproximadamente 341 km a oeste da capital do Estado, precisamente na região imediata de Pau dos Ferros/RN e região intermediária de Mossoró/RN. Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE colhidas no último censo de 2022, a cidade conta com o número de habitantes de 10.078 pessoas, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,618 ^[2010], e PIB per capita ^[2020] no valor de 13.423,50, contudo, 95,1% desse valor é oriundo de receitas de fontes externas. Outrossim, em 2021 o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.9%, ou seja, 1.024 pessoas das 10.078.

Discorrendo sobre aspectos econômicos da cidade de Umarizal entre os anos de 2005 a 2008 DALVA (2010) assevera que Umarizal/RN:

Caracteriza-se por ser um município que tem como principal fonte de renda, a agricultura familiar; clima quente de semiárido que torna a agricultura convencional um pouco difícil de ser trabalhada, mas com algumas tecnologias adaptadas ao semiárido, é possível se conviver bem na região. Possui uma indústria de Carrocerias (Vicunha) de pequenos e médios caminhões, sendo essa uma das principais referências nos estados de Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Tem um peso significativo na economia local. Desenvolve, também, a formação de aprendizes no ofício da marcenaria e trabalhos afins na produção de carrocerias.

Extrai-se da dissertação, importante característica econômica municipal nos inícios dos anos 2000, apresentando a cidade de Umarizal como beneficiária de uma das maiores empresas

de carrocerias do nordeste, sendo esta fixada na cidade, trazendo fomento à economia local e perspectivas futuras, vez que ao tempo em que empregava mão de obra local, oferecia escola profissionalizante para os adolescentes da cidade.

Não somente a partir dos anos 2000, mas bem antes, isto é, já na década de 70, segundo nos apresenta Onofre Júnior (2004), o município seguia em uma crescente, vez que em 1975, na cidade já existia, além de outros melhoramentos, três agências bancárias, um hospital e vários postos de saúde distribuídos nos bairros que compunham a cidade, além de escolas em número suficiente, largas avenidas, outra característica bastante positiva do município das poucas que perduram até os dias hodiernos, e três praças arborizadas, existindo ainda uma cooperativa agropecuária e usina de beneficiamento de algodão.

Já no ano de 2011 trabalhos acadêmicos ratificando o declínio em várias perspectivas da cidade de Umarizal passam a ser trabalhados na academia universitária. Com relação à segurança da cidade, apresenta Santos et. al (2011) que na microrregião de Umarizal/RN, a violência já teria assumido características bastante peculiares, vez que práticas criminosas como roubos de motos, principalmente, assaltos às agências bancárias, dentre outros, já ocorriam com certa frequência na comunidade, o que resultava em parte da população amedrontada e insegura.

Diz Santos et. al (2011) que em relação à cidade de Umarizal/RN:

[...] considerada o polo dessa região pelo IBGE, isso tem se apresentado como um dos mais expressivos problemas hoje vivenciados pela população; sendo o principal fator de insegurança e medo, decorrência, sobretudo do alcoolismo, posse de armas por civis e a **comercialização de drogas já bastante visível nessa cidade**, aliado ao policiamento insuficiente no sentido de atender ao número de ocorrências, conforme já perceberam Cavalcante e Carneiro (2010). (grifo nosso)

Com vistas ao já exposto, fácil é perceber que paulatinamente a cidade de Umarizal passa por um processo de definhamento econômico e conseqüente abertura para reiterada presença de práticas delitivas. Todavia, sabendo-se que o comportamento desviante é um fenômeno normal em sociedades tidas como complexas, como já preconizado por Robert King Merton, valendo-se dos estudos iniciais de Émile Durkheim sobre o tema (PAUGAM, 2017), quando determinada coletividade (notadamente à exemplo do observado no recorte de lapso histórico da cidade de Umarizal até os dias que correm) passa a (sobre)viver em meio a presença reiterada de práticas criminosas, o crime que antes servia como reação sancionatória social com vistas ao controle “fisiológico” da comunidade, passa agora a ser tido, na Teoria da Anomia ou Teoria Estrutural-Funcionalista, como condicionantes das condutas desviantes e desviadas, provocando verdadeira patologia social.

2.5 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra

Com o intento de produzir elementos de informação no afã de tentar “mapear” o objeto de estudo do presente trabalho, a saber, drogas e homicídios, buscou-se, primeiro, levantar o número de procedimentos existentes na 73ª Delegacia de Polícia Civil da cidade de Umarizal, assim como conhecer o número de Condutas Violentas Letais Intencionais - CVLI ocorridas no município de Umarizal-RN no ano de 2023. Utilizando-se do Sistema Nacional de Segurança Pública - SINESP, foi realizado filtro de busca estabelecendo lapso temporal entre 01/01/2023 até 21/10/2023 solicitando que tal sistema retornasse em forma de relatório o número de procedimentos policiais que envolvessem “drogas” e “homicídios” na cidade de Umarizal/RN, assim como foi solicitado da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social, precisamente da Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais que fornecesse relatório contendo o número de registros de CVLIs – Condutas Violentas Letais Intencionais ocorridas no município de Umarizal-RN, dentro do espaço temporal que corresponde ao período de janeiro a setembro de 2023, bem como tabela de análise comparativa de CVLIs entre os anos de 2022 e 2023.

Com o fito de obter uma visão cada vez mais holística dos índices de violência na cidade de Umarizal e, logicamente, seu contexto, buscou-se cruzar os dados do Sistema de Gerenciamento de Perícia – SIGEP e o sistema Procedimentos Policiais Eletrônicos – PPE, no afã de complementar informações policiais e periciais referentes a cada caso de homicídio de maneira particularizada, no afã de encontrar pontos comuns entre os casos de forma coletiva.

3 CRIME E SUA ANÁLISE TEÓRICA

O Sociólogo Francês Émile Durkheim, quando escreveu sua obra intitulada “As regras do Método Sociológico”, em 1895 definiu e colocou como objeto de estudo da Sociologia o que ele chamou de “Fato Social”. Sendo certo que os “fatos sociais” são definidos por ele como sendo as formas de pensar, sentir e agir que acontecem de forma generalizada. Dentro desses fatos sociais há o fenômeno do crime, que, segundo o sociólogo, está diretamente atrelado à sua definição ao pensamento coletivo. Isso porque, em sua concepção, determinada ação não é reprovada porque é crime, mas sim é crime porque é reprovada. Ou seja, trata-se o crime de uma conduta que ofende demasiadamente o estado de uma consciência coletiva, que faz surgir,

em tal reprovação, o sentimento de urgente aplicabilidade de punição ao agente ofensor. Obviamente, quando Durkheim se debruça a estudar o fato social Crime, esse não o faz levando em consideração as condutas que acontecem de maneira particularizada, notadamente analisando cada agente autor do crime e suas singularidades, mas sim observando o crime como fenômeno universal, natural e até mesmo necessário.

Ora, é, pois, desse modo que apresenta o sociólogo Durkheim (2001, p. 53):

Em primeiro lugar, o crime é normal porque uma sociedade que dele estivesse isenta seria inteiramente impossível. O crime, conforme mostramos alhures, consiste num ato que ofende certos sentimentos coletivos dotados de uma energia e de uma clareza particulares. Para que, numa sociedade dada, os atos reputados criminosos pudessem deixar de ser cometidos, seria preciso que os sentimentos que eles ferem se verificassem em todas as consciências individuais sem exceção e com o grau de força necessário para conter os sentimentos contrários. Ora, supondo que essa condição pudesse efetivamente ser realizada, nem por isso o crime desapareceria, ele simplesmente mudaria de forma; pois a causa mesma que esgotaria assim as fontes da criminalidade abriria imediatamente novas.

Desse modo, para Durkheim, o crime além de ser uma espécie de termômetro que afere o grau de reprovabilidade de condutas praticadas por determinados indivíduos pertencentes a dada comunidade, sobre assuntos que afetem à sua consciência coletiva, é também, esse mesmo fato social, fenômeno permanente que ao acompanhar a dialética vivencial do tempo, espaço e contexto em que está inserido, será formado por estas mesmas variáveis e terá como conteúdo de aplicabilidade o resultado das condicionantes geradoras. É dizer que, deixa dado crime de afetar a coletividade, quando essa mesma coletividade deixa de ser por ele afetada, tornando-se indiferente a sua incidência ou não. O contrário disso, ou seja, quando dados acontecimentos que são tidos como criminosos passam a acontecer com maior frequência dentro de uma certa comunidade, ela possui a força de causar certa patologia social, vez que adoce o espaço e, por óbvio, os frequentadores dele.

Dessa mesma forma, a saber, de como determinados fenômenos sociais afetam o espaço nele presente, que o também sociólogo Francês Pierre Bourdieu (1983) escreveu quando se debruçou sobre a ideia de *habitus*.

Segundo Bourdieu (1983, p. 60-61), *habitus* seriam:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" ou "regulares" sem ser o produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

Desse modo, o conceito de *habitus* apresentado na sociologia de Bourdieu diz respeito a certo princípio norteador e mediador, que torna as práticas individuais de dado contexto e recorte de espaço-tempo como sendo condicionadoras da *práxis* social de existência. Isso significa dizer que não há, na visão de *habitus* Bourdieusiana, ações praticadas pelos indivíduos partindo de um desejo estritamente particularizado ou da “natureza humana”, mas sim como reflexo de fatores de “herança” social que leva em consideração, o contexto em que dado indivíduo é formado, o tempo, lugar e a posição social que determinado sujeito possui dentro de sua coletividade. Tudo isso agirá com vistas a ser condicionante que influenciará nas ações tomadas ao longo do tempo vivencial.

Fato é que essas ações dos indivíduos que vivem e são formados por dada estrutura estruturante, notadamente criadora do *habitus*, não acontece de maneira automática, vez que leva em consideração, além de fatores externos ao indivíduo, nesse caso a própria sociedade, como também a figura do próprio indivíduo a esse contexto submetido. Assim, ao tempo em que determinado sujeito interioriza o conjunto de práticas e comportamentos sociais a ele apresentado ao longo da sua experiência de vida, há também uma reverberação do comportamento desse mesmo sujeito, que baseado na sua forma de absorção do conteúdo pela coletividade repassado e por ele recebido, faz chegar novamente ao meio social mediante palavras, pensamento e comportamentos.

3.1 Droga e violência sistêmica na comunidade

A partir desse entendimento é possível compreender que, o crime, na visão de Durkheim, diz respeito a como a coletividade reprovava determinados comportamentos, ao tempo em que, na visão de Bourdieu (1983), esses comportamentos de dado indivíduo que incide em comportamento criminoso não é advindo de uma ação atomizada, mas sim de ações que tiveram, *a priori*, condicionantes influenciadoras de condutas coletivas que resultaram em certa “padronização” comportamental do próprio espaço coletivo. Ainda segundo Durkheim (2001, p.33), o crime passará a ter perspectivas patológicas quando sua incidência passar a afetar de tamanha forma que venha causar ameaça à comunidade.

A esse respeito já se debruçava a criminologia quando da chamada Teoria da Anomia, ou Teoria Estrutural-Funcionalista (MERTON, 2002). Isso porque tal teoria diz justamente que o crime é o resultado de uma desorganização social, advindo de abandono de regras e que a arguição de tais crimes deve ser analisada sob a ótica de fatores sociais como causadores da

criminalidade, não se baseando em critérios individuais, como criminosos natos ou ações isoladas, mas resultantes de comportamentos miméticos de uma coletividade que apesar de ainda reprovar determinados comportamentos, passam a (sobre)viver em meio a eles. É dizer que, há uma aproximação e condicionalidade entre transgressões e seu contexto social, fazendo com que haja real atenção ao meio social na formação da própria criminalidade, tornando a reiteração delitiva como produto lógico e consequencial do seu entorno coletivo.

Obviamente não trata-se a Teoria da Anomia de uma teoria determinista, ou seja, ela não sugere que as pessoas são totalmente determinadas a praticar condutas desviadas, baseadas nas condições sociais em que vivem. Visto que há a possibilidade de rompimento dos padrões miméticos desviantes, ao criar novas formas de agir e pensar, mesmo em condições adversas. Contudo, tal rompimento não se trata da regra, vez que, sendo a anomia o resultado e materialização de um processo mimético, posto que se origina da impossibilidade social do indivíduo de atingir suas metas pessoais, o que o faz negar a norma imposta e criar suas próprias regras, conforme o seu próprio interesse e vendo que seu par já assim agiu, dado indivíduo submetido ao contexto de espaço e tempo com inexistência de ascensão social, vez que havendo pouco ou quase nenhum oferecimento de trabalho lícito, seja formal ou informal, logo não havendo perspectivas futuras, atrelado ao convívio quase que diário com práticas delitivas, encarando como quase certo o sentimento de impunidade, esse mesmo indivíduo passa a praticar o que tanto viu e sentiu, abstendo-se de atender às regras impostas pelo Estado, vez que para tal esse mesmo Estado nunca se fez presente, passando a praticar suas regras subjetivas com vistas à satisfação pessoal.

Diante desse contexto, um dos melhores exemplos que corroboram tal teoria seja quando se analisa a relação entre drogas e violência, especificamente, fazendo recorte da cidade de Umarizal/RN, que no ano de 2012 figurava na posição 45ª entre as mais perigosas do país, segundo informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (2014), e que no ano de 2021, segundo relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicado no ano de 2022 com dados referente ao ano de 2021 passou a ocupar a posição de 5ª cidade mais violenta do país, levando em considerações dimensão proporcional.

Assim, partindo do entendimento de que o crime, ao tempo que se trata de comportamento que, em que pese ter sua conduta perpetrada por, quando não um indivíduo, um grupo que atua com vistas a contribuir direta ou indiretamente para o fato típico ilícito e culpável, esse mesmo comportamento criminoso altera os padrões estruturantes de determinada comunidade, vez que enquanto alguns indivíduos, nesse contexto inseridos, passam a atuar em grande ou pequena

participação nas ações criminosas, outros indivíduos passam a ser reféns das condutas perpetradas por aqueles.

Nas palavras de Goldstein (1985) assim é, por exemplo, a relação drogas/violência, ou seja, o crime do tráfico altera o contexto coletivo resultando em violência e anomia. Segundo o autor, os homicídios decorrentes do consumo e do comércio de drogas podem ocorrer em três contextos distintos: efeitos psicofarmacológicos das drogas, formação de compulsão econômica ou violência sistêmica, sendo esse último efeito o que mais se observa quando do atual momento vivenciado pelo município de Umarizal/RN. Isso porque, a exemplo do que acontece na cidade, as facções criminosas mantêm-se diretamente relacionadas à dinâmica do comércio das drogas, especialmente as drogas ilícitas. Incluem-se aqui disputas territoriais entre traficantes rivais, (re)afirmação de códigos de condutas no interior dos grupos de traficantes, eliminação de informantes, execuções por dívidas não pagas, entre outros conflitos que emergem no processo de comercialização de eventual substância entorpecente.

Conforme os dados apresentados alhures, a violência na cidade de Umarizal, especificamente os crimes contra a vida, cresceram demasiadamente entre os anos de 2012 a 2021 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Observa-se que somado a esse crescimento no número de mortos por homicídios também subiu o número de ações desenvolvidas pela polícia voltadas ao combate do tráfico de drogas.

Fato é que no ano de 2018 12 (doze) pessoas foram presas preventivamente por participarem de Organização Criminosa destinada ao tráfico de drogas na cidade e região. No ano de 2022 pelo menos três operações, sendo duas delas deflagradas pela Polícia Federal, foram realizadas na cidade de Umarizal com vistas a combater o tráfico instalado na cidade, sendo que uma das ações realizadas pela Polícia Federal resultou na desarticulação da maior organização criminosa de cigarros do Estado. Já no ano de 2023 a Polícia Civil realizou verdadeira força-tarefa, denominada Operação “Gavião Seguro” (alusão ao antigo nome da cidade) para dar cumprimento a pelo menos 15 mandados de busca e apreensão de indivíduos investigado por integrar facção criminosa e associação para o tráfico na cidade, restando apreendida grande quantidade de armas, variados tipos de substâncias entorpecentes e material para fabricação e comercialização de drogas (SECOMS, 2023).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme apresentado no tópico 2.3, que discorreu sobre o “Instrumento de coleta de dados, universo e amostra”, fora utilizado sistemas de informações policiais, periciais e judiciário, além de relatórios de órgãos de estatística criminal, todos esses com o intento de produzir verdadeiro levantamento dedados sobre o atual contexto de violência vivenciado pelo local de análise do presente trabalho, a saber, a cidade de Umarizal/RN.

Desse modo, abaixo é possível ter acesso ao que fora possível extrair dos dados levantados e sua conseqüente conclusão do objeto de análise do trabalho acadêmico presente.

Assim sendo, eis o relatório do número de procedimentos Policiais dentro do grupo de “homicídios” ocorridos em Umarizal dentro do lapso temporal que compreende 01/01/2023 a 21/10/2023:

Figura 01 – Relatório Demonstrativo de Homicídio Simples - 73ª Delegacia de Polícia Civil – Umarizal - RN

73ª Delegacia de Polícia Civil - Umarizal	
BO - Boletim de Ocorrência	
Natureza	Quantidade
TENTATIVA DE HOMICÍDIO SIMPLES (ART. 121 CAPUT DO CPB)	5
HOMICÍDIO SIMPLES (ART. 121 CAPUT DO CPB)	4
HOMICÍDIO SIMPLES (ART. 121 CAPUT DO CPB) (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER)	1
Total de Naturezas nos BOs	10
IP - Inquérito Policial	
Natureza	Quantidade
HOMICÍDIO SIMPLES (ART. 121 CAPUT DO CPB)	8
TENTATIVA DE HOMICÍDIO SIMPLES (ART. 121 CAPUT DO CPB)	5
HOMICÍDIO SIMPLES (ART. 121 CAPUT DO CPB) (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER)	1
Total de Naturezas nos IPs	14

Fonte: Arquivos digitais 73ª Delegacia de Polícia Civil – Umarizal - RN

Após, buscou-se, no mesmo sistema, o número de procedimentos policiais do grupo “drogas”, também dentro do mesmo intervalo de tempo pesquisado no grupo de “homicídios”. Pelo que se obteve como resposta o presente Relatório:

Figura 02 – Relatório Demonstrativo de casos sobre drogas - 73ª Delegacia de Polícia Civil
– Umarizal - RN



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
73ª Delegacia de Polícia Civil - Umarizal - RN

RELATÓRIO DEMONSTRATIVO POR NATUREZA

Parâmetros de Consulta:

Unidade(s) Policial(ais): 73ª Delegacia de Polícia Civil - Umarizal

Data Registro Início: 01/01/2023

Data Registro Fim: 21/10/2023

Agrupamento: Natureza

Natureza(s): CONSUMO PESSOAL DE DROGAS (Art. 28 Caput da Lei 11.343/2006); TRÁFICO DE DROGAS (Art. 33 Caput da Lei 11.343/2006); TRÁFICO DE DROGAS RELACIONADO A MAQUINÁRIO, APARELHO, INSTRUMENTO OU QUALQUER OBJETO DESTINADO À FABRICAÇÃO, PREPARAÇÃO, PRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DE DROGAS (Art. 34 da Lei 11.343/2006); ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (Art. 35 da Lei 11.343/2006)

73ª Delegacia de Polícia Civil - Umarizal	
BO - Boletim de Ocorrência	
Natureza	Quantidade
CONSUMO PESSOAL DE DROGAS (ART. 28 CAPUT DA LEI 11.343/2006)	4
TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 CAPUT DA LEI 11.343/2006)	2
ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (ART. 35 DA LEI 11.343/2006)	1
TRÁFICO DE DROGAS RELACIONADO A MAQUINÁRIO, APARELHO, INSTRUMENTO OU QUALQUER OBJETO DESTINADO À FABRICAÇÃO, PREPARAÇÃO, PRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DE DROGAS (ART. 34 DA LEI 11.343/2006)	1
Total de Naturezas nos BOs	8
IP - Inquérito Policial	
Natureza	Quantidade
TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 CAPUT DA LEI 11.343/2006)	4
ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (ART. 35 DA LEI 11.343/2006)	1
CONSUMO PESSOAL DE DROGAS (ART. 28 CAPUT DA LEI 11.343/2006)	1
TRÁFICO DE DROGAS RELACIONADO A MAQUINÁRIO, APARELHO, INSTRUMENTO OU QUALQUER OBJETO DESTINADO À FABRICAÇÃO, PREPARAÇÃO, PRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DE DROGAS (ART. 34 DA LEI 11.343/2006)	1
Total de Naturezas nos IPs	7
TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência	
Natureza	Quantidade
CONSUMO PESSOAL DE DROGAS (ART. 28 CAPUT DA LEI 11.343/2006)	3
Total de Naturezas nos TCOs	3
BOC - Boletim de Ocorrência Circunstanciado	
Natureza	Quantidade
CONSUMO PESSOAL DE DROGAS (ART. 28 CAPUT DA LEI 11.343/2006)	1
Total de Naturezas nos BOCs	1

Fonte: Arquivos digitais 73ª Delegacia de Polícia Civil – Umarizal – RN

Após tal aferição do número de procedimentos policiais existentes na unidade de Polícia Civil de Umarizal, ainda fora feito busca no sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico) no afã de que aquele sistema retornasse o número de procedimentos com o assunto “drogas” já enviados por parte daquela Delegacia ao poder judiciário, ainda este ano (2023). Ao que, obteve-se como resultado, que neste ano foram enviados 06 procedimentos, entre Inquéritos, Termo Circunstanciado de Ocorrência e Boletim de Ocorrência Circunstanciado.

Momento outro fora realizado filtro de busca no sistema Procedimentos Policiais Eletrônicos - PPE com o intento de fazer estimativa do número de apreensões realizadas pela

Polícia Civil de Umarizal do início do ano até o presente momento, sendo certo que aquele sistema retornou com o filtro “drogas” o número de 09 (nove) apreensões de drogas variadas (maconha e cocaína) e 03 (três) apreensões de material destinado à fabricação e comercialização de drogas (prensa, balança de precisão, papel de embrulho) referentes a procedimentos policiais com investigados diferentes. Seguindo a mesma lógica de pesquisa, utilizou-se o filtro “armas”, dentro do mesmo lapso temporal, ao que fora expedido o resultado de 08 (oito) apreensões de armas diversas (revólver, pistola e espingarda) com 10 apreensões de munições variadas referentes a procedimentos com investigados diferentes.

Já quanto aos relatórios produzidos pela COINE - Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais do Estado do Rio Grande do Norte, é, pois, resultado:

Tabela 01 – Vítimas de CVLI no município de Umarizal-RN, no período de janeiro a setembro de 2023.

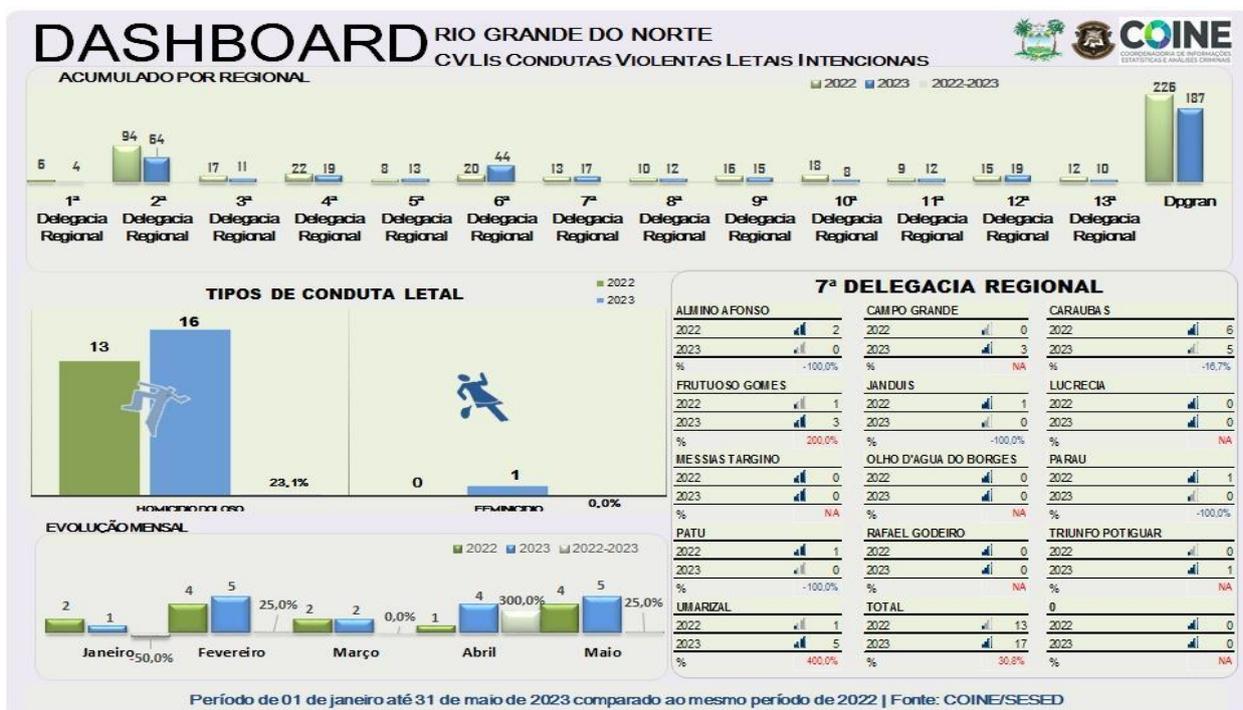
CVLI - Umarizal-RN							
Tipo de Conduta Letal	2023						Total
	FEV	ABR	JUN	JUL	AGO	SET	
Homicídio Doloso	1	4	2	0	1	0	8
Lesao Corporal Seguida De Morte	0	0	0	1	0	0	1
Total	1	4	2	1	1	0	9

Fonte: Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Como percebe-se deste último instrumento de coleta de dados, há número de homicídios inferior ao quantitativo apresentado pela Tabela 01. Tal divergência se dá pela rcenticidade de homicídios e certo *delay* entre o registro da ocorrência e a coleta de dados por parte aquela coordenadoria estatística.

Abaixo apresento gráfico comparativo do índice de condutas violentas letais intencionais entre os anos de 2022 e 2023, especificamente do início do ano até maio, de ambos os anos.

Figura 03 – Dashboard sobre condutas violentas letais intencionais de 01 de janeiro a 31 de maio de 2023



Fonte: Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Conforme se observa do gráfico acima, de janeiro a maio do ano de 2022 houve apenas 01 (um) caso de CVLI, ao passo que de janeiro a maio do ano de 2023 houve 05 (cinco) casos de CVLI, ou seja, um total de um homicídio intencional por mês. O que resultou em um aumento do índice de violência no ano de 2023 em comparação com o mesmo lapso temporal do ano de 2022 em 400%.

Ora, inferindo-se do que já fora apresentado ao longo do presente trabalho, fácil é perceber que a decadência econômica do município, aliado com a consequente falta de incentivo por parte do Estado, ainda somado ao posicionamento estratégico da cidade fez surgir nesta uma das principais rotas do tráfico de drogas na região.

Percebe-se o definhamento econômico em detrimento do consequente e exponencial crescimento dos índices de violência na cidade, ao tempo em que também cresce o número de apreensões e operações policiais com vistas a combater organizações e associações para o tráfico de drogas e armas na cidade.

Arelado ao exposto, fora possível, ao fazer o cruzamento de informações entre o sistema de informações policiais com o número de mortes decorrentes de homicídios na cidade, produzido pelo Sistema de Gerenciamento de Perícia - SIGEP, concluir que Umarizal ostenta

a marca de 10 homicídios por arma de fogo até o presente momento, sendo certo que dos 10, 08 das vítimas no passado ou figuravam como polo passivo em Termos Circunstanciados de Ocorrência por consumo pessoal de droga, ou foram investigadas por tráfico de drogas e/ou associação para o tráfico. O que é possível inferir que, as vítimas que foram mortas dentro do contexto de violência municipal, decorre, direta ou indiretamente, do comércio de material entorpecente, sendo impreciso asseverar qual o tipo de droga, mas podendo deixar assentado que as vítimas ou eram usuárias e/ou comercializavam material entorpecente na cidade, motivo pelo qual, a violência sistêmica advinda de verdadeiro estado de anomia social, resultou na prática de pelo menos 08 homicídios intencionais com utilização de arma de fogo dentro do contexto do tráfico de drogas ilícitas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho presente fora proposto com o afã de analisar o crescimento do tráfico de drogas e sua contribuição no aumento dos homicídios intencionais na cidade de Umarizal/RN. Para tanto utilizou-se como ferramentas de análise investigativa ciências caras ao saber humano e formadoras do pensamento subjetivo e coletivo, como a filosofia, sociologia e a criminologia, buscando embasamento nas teorias do Fato Social e *habitus* de Emile Durkheim e Pierre Bourdieu, respectivamente, com o intento de se chegar até a chamada Teoria da Anomia/Estrutural-funcionalista dos estudiosos da sociologia Émile Durkheim e Robert Merton.

Buscou-se compreender o processo histórico da cidade de Umarizal, mostrando como essa, em que pese certo crescimento demográfico, vem enfrentando problemas constantes referente a insegurança local, materializado no alto número de homicídios, quando se analisa em aspectos proporcionais.

Desse modo, com o desiderato de se debruçar sobre o tema, lançando mão das ferramentas de pesquisas supramencionadas, fora apresentada a ideia de Fato Social trabalhada na sociologia de Durkheim (2001), isto é, em apertada síntese, fenômeno definido por ele como sendo as formas de pensar, sentir e agir que acontecem de forma generalizada em dado contexto de espaço-tempo. Sendo certo que o crime é também produto deste fato social, posto que, tratando-se de conjunto de regras criadas e convencionadas por dada comunidade, possui a pretensão de medir o estado de consciência coletiva desta mesma comunidade. É por isso que se apresenta o crime como fato fenomênico, nas palavras de Durkheim, como sendo comum,

constante e necessário, vez que se trata de certo “termômetro” que afere o sistema fisiológico de determinada comunidade. Contudo, o crime deixa de ser “comum” quando passa a existir em demasia, fato que deixa de ser aferidor do senso de reprovação coletiva para exercer verdadeira ação patológica na comunidade.

Ato contínuo, partindo do entendimento de que o crime trata-se desse fenômeno aferidor do status de reprovabilidade coletiva, mas quando presente de maneira reiterada causa verdadeira “doença social” à comunidade, cheguemos ao que Bourdieu (1983) chamou de *habitus*, isto é, certo princípio norteador e mediador, que torna as práticas individuais de dado contexto e recorte de espaço-tempo como sendo condicionadoras da *práxis* social de existência.

Assim, as duas teorias se fizeram necessárias para que se possibilitasse analisar a violência sistêmica produzida pelo tráfico de drogas na cidade de Umarizal, e como tal contexto de violência, apresentada por meio de dados oficiais, colocou o município na 5ª (quinta) colocação entre as cidade mais perigosas do país no ano de 2021, graças ao seu elevado índice de mortes violentas, o que resulta chegar, por fim, ao objeto de estudo da criminologia de Robert Merton (2002), a chamada Teoria da Anomia.

Desse modo, pelo já exposto, o presente trabalho não tem o desiderato de apresentar verdades absolutas, nem análises estanques ou que cause determinismos, vez que se tratando a coletividade como objeto de análise, tal inferência não se poderia fazer, sob pena de incorrer em erro e se fazer perder todo o material sociológico supraferenciado. Contudo, pelo levantado no presente trabalho, é possível apresentar a anomia como uma das causas impulsionantes e propulsoras do aumento de violência na cidade, sendo certo que a maximização deste contexto advém do tráfico de drogas ilícitas na comunidade, resultando no aumento do número de mortes intencionais.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Ilo: **Polícia Federal realiza mais uma operação de combate ao Tráfico de Drogas no RN**. Habeas Data, 2022. Disponível em: . Acesso em: 17 de maio. 2023.
- BARCELLOS, Christovam; ZALUAR, Alba. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. Rev. Saúde Pública, vol. 48, n. 1, São Paulo, Feb. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço da teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.
- BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em <

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 16 de maio. 2023.

DALVA, Gercina. **Gestão Democrática: Autonomia E Participação Na Escola Estadual 11 De Agosto Umarizal/RN**. 2010

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

G1.GLOBO. **Dois suspeitos de tráfico morrem em confronto com a polícia durante operação no Alto Oeste potiguar**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/07/05/dois-suspeitos-de-traffic-morrem-em-confronto-com-a-policia-durante-operacao-no-alto-oeste-potiguar.ghtml>>. Acesso em: 21 out. 2023.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA: **Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> . Acesso em: 11 de outubro de 2023.

GOLDSTEIN, P. – “ **The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework**”
Journal of drugs issues 14 . 1985.

IBGE: **CIDADES Umarizal/RN**. IBGE.GOV.BR, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/umarizal/panorama>>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

ONOFRE JR., Manuel. **Umarizal: síntese histórica e biográfica**. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

PRATES, Marco: **As 500 cidades mais perigosas do Brasil** – versão 2014. EXAME, 02 de julho, 2014. Disponível em: . Acesso em: 16 de maio. 2023.

PAUGAM, Serge. **Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada**. Sociologias, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 128-160, jan. 2017.

SANTOS, J. E. dos; GOMES, R. de C. da C.; FERNANDES, M. J. C.; CARNEIRO, R. N.; NASCIMENTO NETO, L. E. do. **PENSANDO UM SUBESPAÇO DO HOMEM: REFLEXÕES SOBRE PROBLEMAS SOCIOESPACIAIS DAS PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO DE UMARIZAL (RN)**. Geografia Ensino & Pesquisa, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 261–270, 2011. DOI: 10.5902/223649947359. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7359>. Acesso em: 11 out. 2023.
SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SECOMS/PCRN: **Na rota do tráfico: Polícia realiza operação para combate ao tráfico de drogas no interior do RN**. Portal Grande Ponto, 2022. Disponível em: . Acesso em: 17 de maio. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social: SESED**, [2023]. Disponível em: <http://www.defesasocial.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=5909&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Secret%E1rio>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Procedimentos Policiais Eletrônicos (PPE)**. [Brasília]: SENASP, [2023]. Disponível em: <https://seguranca.sinesp.gov.br/sinesp-seguranca/login.jsf>. Acesso em: 22 out. 2023.

TCM Notícias: **Morador de Umarizal é preso suspeito de chefiar maior organização criminosa de cigarros no RN**. TCM Notícias, 2022. Disponível em : . Acesso em: 17 de maio. 2023.

MERTON, Robert King. **Teoria y estructura sociales**. Tradução de Florentino M. Torner e Rufina Borques. México: FCE, 2002

Tribuna do Norte: **Polícia Civil prende 12 investigados por envolvimento com tráfico de drogas**. Tribuna do Norte, 2018. Disponível em: . Acesso em: 17 de maio. 2023.

CULTURA DO CANCELAMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICO-JURÍDICA SOBRE A NOVA FORMA DE VIGIAR E PUNIR PELO “TRIBUNAL” DAS REDES SOCIAIS

*Isaque de Oliveira Sousa
Cícero Otávio de Lima Paiva
Lucas Vialli Batista Miranda
Carlos Augusto Dias Morais*

RESUMO: Ultimamente, as redes sociais têm sido movimentadas por alguns casos de “cancelamentos”, tornando-se recorrentes a ponto de atingir usuários comuns e celebridades. O presente artigo, com ênfase no estudo foucaultiano da “cultura do cancelamento”, analisa seus reflexos sociais e jurídicos sob a ótica de Vigiar e Punir (2014). A metodologia utilizada irá se pautar no método hipotético-dedutivo, comprovando ou não a hipótese a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental qualitativa, do tipo descritivo, com base na utilização de livros, artigos acadêmicos e legislações brasileiras. Ademais, o estudo teve sustentação na análise dos cancelamentos das figuras públicas Gabriela Pugliesi, Karol Conká e Monark. Com a pesquisa, foi possível notar que o cancelamento se organiza como um “tribunal” das redes sociais que guarda características da punição supliciante e da vigilância panóptica, situação em que ocorrem ilícitos contra os direitos de personalidade e crimes contra a honra, sem que haja garantias processuais, mas com efeitos imediatos em diversos fatores da vida dos “cancelados”.

Palavras-chave: Cancelamento. Michel Foucault. Vingança. Consequências civis e penais.

CANCELLATION CULTURE: A CRITICAL-LEGAL ANALYSIS OF THE NEW WAY TO SURVEILL AND PUNISH BY THE “COURT” OF SOCIAL MEDIA

ABSTRACT: Lately, social networks have been plagued by some cases of "cancellations", which have become recurrent to the point of affecting both ordinary users and celebrities. This article, with an emphasis on the Foucauldian study of the "culture of cancellation", analyzes its social and legal repercussions from the perspective of Surveillance and Punishment (2014). The methodology used will be based on the hypothetical-deductive method, proving or disproving the hypothesis based on qualitative, descriptive bibliographical and documentary research, using books, academic articles and Brazilian legislation. In addition, the study was supported by an analysis of the cancellations of public figures Gabriela Pugliesi, Karol Conká and Monark. The research showed that the cancellation is organized as a "court" on social networks that has the characteristics of punishment and panoptic surveillance, a situation in which offences against personality rights and crimes against honour occur, without procedural guarantees, but with immediate effects on various factors in the lives of those “cancelled”.

Keywords: Cancellation. Michel Foucault. Revenge. Civil and criminal consequences.

1 INTRODUÇÃO

Antecedida pelo telégrafo, telefone, rádio e computador, a Internet foi criada em um contexto de Guerra Fria, no qual os Estados Unidos investiram em inovações com o objetivo de proteger as informações e comunicações na hipótese de ocorrer um ataque nuclear soviético (Rock Content, 2020). Apesar de inicialmente ter fins especificamente militares, o uso da rede mundial de computadores se popularizou rapidamente e ferramentas como o *Google*, *YouTube*, *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*¹ (atual X) passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. Nesse sentido, uma pesquisa realizada pela empresa NordVPN, sobre os hábitos digitais dos brasileiros, afirma que em uma semana comum os internautas passam 91 horas on-line, o que a longo prazo equivale a 54% do tempo de vida médio da população (Ramos, 2022).

O compartilhamento instantâneo de textos, imagens, vídeos, sons e links tornou o acesso à informação muito mais fácil, já que os usuários são produtores e consumidores de conteúdo, com isso, o mundo nunca esteve tão conectado. Ocorre que as redes sociais passaram a refletir os aspectos positivos e negativos da sociedade que as compõem, ou seja, em conjunto com os benefícios da democratização das informações e a liberdade de expressão, surgiram discursos de ódio, *fake news* e formas de punir na Internet, com destaque a “cultura do cancelamento”, objeto de pesquisa deste trabalho.

Em 2019, a cultura do cancelamento foi eleita pelo dicionário australiano Macquarie, como a palavra do ano por representar uma atividade persuasiva que tinha ganhado força (Macquarie Dictionary, 2019). Tal expressão denomina um movimento surgido nas redes sociais que incentiva as pessoas a deixarem de apoiar empresas, marcas, figuras públicas ou particulares como resposta a alguma conduta reprovável (Silva; Honda, 2020). Ocorre que o “cancelamento” institui um “tribunal” das redes sociais formado por usuários com senso de justiça, facilmente confundido com um senso de vingança, que reagem de maneira hostil e até mesmo injusta sem que o “cancelado” possa fruir de um devido processo legal ou direito de defesa. Implicando em consequências amplas e imediatas na vida do sujeito alvo do cancelamento, as quais não se limitam ao plano virtual, pois afetam sua vida pessoal e profissional (Chiari *et al.*, 2020).

As especificidades da cultura do cancelamento tornam possível traçar um paralelo com a obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault (2014) por retratar punições públicas baseadas no desejo de vingança e destituídas de garantias legais que foram posteriormente adotadas, bem

¹ Rede social e serviço de microblog, atualmente nomeado de X.

como modelos disciplinadores como o panóptico. Partindo desse contexto, questiona-se: O que o surgimento do cancelamento representa na sociedade e quais são suas implicações jurídicas?

Para responder este questionamento, definiu-se como objetivo geral analisar a prática e reflexos jurídicos e sociais do cancelamento sob a ótica de Vigiar e Punir. Seguido dos seguintes objetivos específicos: realizar um lineamento histórico sobre os conceitos de punição, investigar a origem e as causas da cultura do cancelamento e avaliar as consequências das condutas manifestadas nas redes sociais comparadas a obra Vigiar e Punir.

O presente estudo justifica-se pela necessidade acadêmica do Direito, integrante das ciências humanas, entender a sociedade em que se vive a fim de melhor regular as normas jurídicas. Além disso, a cultura do cancelamento apresenta aspectos sociais e jurídicos, visto que revela uma nova configuração social proveniente das redes sociais, assim como trata-se de um movimento em massa que transgrediu garantias constitucionais, que apesar de ocorrer no mundo digital, merece uma análise social e jurídica com o intuito de promover a pacificação social em todos os âmbitos.

O método adotado foi o hipotético-dedutivo, porque se inicia com a definição clara e precisa de problema, ou seja, as implicações sociais e jurídicas da cultura do cancelamento, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, em que houve o estudo de diversas obras que tratam do assunto punição, cultura do cancelamento e de legislações brasileiras. Ademais, o procedimento de pesquisa utilizado foi o documental e bibliográfico, pois houve a análise de documentos públicos oficiais em que se encontram as leis brasileiras e a revisão de literatura de obras clássicas que tratam da punição, com ênfase na obra Vigiar e Punir de Michel Foucault, e de artigos científicos e sites que exploram a cultura do cancelamento. Por fim, o tipo de pesquisa é descritivo e de natureza qualitativa, na medida em que se objetiva analisar os aspectos da cultura do cancelamento sem que haja o uso de técnicas de estatística (Pronadov; Freitas, 2013).

2 PUNIÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

Conforme o dicionário Michaelis On-line (2023), a palavra punição significa “1 ato de punir alguém; 2 castigo imposto a alguém”, ainda segundo a citada obra, no sentido jurídico, a punição é entendida como “a pena prescrita por um juiz a uma pessoa que cometeu um delito”. Em vista disso, o conceito de punição está relacionado às formas de punir que são impostas aos indivíduos, as quais se modificaram ao longo da história da humanidade, por exemplo, contemporaneamente, está ligada à sanção judicial, mas nem sempre foi assim.

Em tempos remotos, o castigo não era compatível com a ideia de justiça, mas sim com a de vingança, em que a finalidade era revidar o comportamento de alguém sem que houvesse um ordenamento jurídico que impedisse a prática de penas cruéis e desumanas. De acordo com Bitencourt (2020), a doutrina mais aceita divide essa fase de vingança penal em divina, privada e pública.

A vingança divina ocorre em uma época que a crença nas divindades exercia forte influência nos comportamentos, pois devido a uma visão mitigada de mundo a punição era exercida contra aqueles que descumpriam as regras não só por uma questão de ordem social, mas principalmente pelo medo de retaliação divina, tendo por consequência penas cruéis, desumanas e degradantes (Cunha, 2020).

Na vingança privada a satisfação buscada não era mais a divina, e sim a da vítima e de seu grupo social, isso resultava em uma habitual reação desproporcional destes, visto não haver regulamentação por órgão próprio que garantisse a proporcionalidade e a intranscendência das penas, desencadeando diversos conflitos entre coletividades (Cunha, 2020). Posteriormente, a vingança privada sofreu uma evolução social que a tornou mais limitada, porém sem alterar sua essência. Nesse sentido, estabeleceu-se uma proporcionalidade conhecida pela Lei de Talião, em que prevalecia o “olho por olho, dente por dente” (Expedito, 2021).

Além disso, segundo Beccaria (2012, p. 17), devido à insegurança que a sociedade vivia na época da vingança privada foi criada a figura do representante soberano do povo:

Fatigados de só viver em meio de temores e de encontrar inimigos em toda parte, cansados de uma liberdade cuja incerteza de conservá-la tornava inútil, sacrificaram uma parte dela para usufruir do restante com mais segurança. A soma dessas partes de liberdade, assim sacrificadas ao bem geral, constituiu a soberania da nação; e aquele que foi encarregado pelas leis como depositário dessas liberdades e dos trabalhos da administração foi proclamado o soberano do povo.

Em um contexto de maior organização da sociedade e de um Estado mais fortalecido, surge a vingança pública, que atribui às autoridades competentes a responsabilidade pela punição, com legitimidade de interferir na esfera privada para aplicar a pena pública, a qual tinha como principal finalidade proteger a existência do Estado e do Soberano, pois os delitos mais reprováveis na época eram os de lesa-majestade, e sucessivamente os que atacassem a ordem pública e os bens religiosos ou públicos (Cunha, 2020). No entanto, mesmo que houvesse uma intervenção estatal as penas não deixaram de ser perversas, como pode ser percebido pelo su-

plício de Robert-François Damiens, condenado por tentar assassinar o Rei Luís XV da França, ocorrido no século XVIII e descrito por Foucault (2014, p. 9):

Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris aonde devia ser levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; em seguida, na dita carroça, na praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento.

Na idade moderna, com a ascensão do pensamento humanitário e iluminista, a aplicação das penas passa a ser fundamentada na racionalidade (Cunha, 2020), momento em que ocorre um progresso no processo punitivo, pois não se confundiria mais com o desejo de vingança das divindades, particulares ou do soberano. Nessa época, estudiosos como Hobbes (2003), Locke (1994), Montesquieu (1996), Rousseau (1996) e Beccaria (2012) contribuíram para formação da concepção de punição contemporânea, visto que na segunda metade do século XVIII esses pensadores defenderam em suas obras as liberdades e a dignidade do homem em detrimento do sistema penal vigente na época (Bitencourt, 2020).

Atualmente, no ordenamento jurídico brasileiro, a pena é a etapa final de um processo administrativo ou judicial que garanta direitos a um devido processo legal, com a presença do contraditório, da ampla defesa, da presunção de inocência, do duplo grau de jurisdição e de outras garantias previstas explícita ou implicitamente na Constituição Federal de 1988. Ademais, segundo Expedito (2021, n.p) “(...) a pena é importante na medida em que retribui o mal praticado pelo crime, previne a ocorrência de novos crimes por parte do apenado e da sociedade, bem como propicia a reinserção do condenado ao convívio social”, assim, percebe-se que punição é regulamentada a fim de suprimir abusos e apresenta uma finalidade social distante dos aspectos vingativos anteriores.

Por fim, diante das relações sociais ocorridas na Internet, surge uma nova forma de punir que põe em conflito a liberdade de expressão e as garantias do acusado previstas no ordenamento jurídico brasileiro, pois ocorre um linchamento virtual conhecido como cancelamento. De acordo com Bessa (2021, n.p):

É comum observarmos esse debate nas redes sociais, sobretudo, em virtude da internet ter se tornado um lugar propício para o debate de causas importantes e um espaço para manifestações. No entanto, frequentemente, no ambiente cibernético, as manifestações contra comportamentos considerados errados convertem-se em um linchamento

virtual contra a pessoa responsável pelos atos, como uma forma de punição e uma maneira de realizar a justiça social. Como todos os indivíduos são suscetíveis a cometerem erros, inúmeras pessoas estão sendo “canceladas” no meio digital.

Dessa forma, constata-se que o conceito e a finalidade da punição é algo social, variando conforme a época e o lugar em que ela se manifesta, seja em uma sociedade primitiva ou hodiernamente no âmbito virtual, mas sempre sendo adotada como forma de reprimir condutas inadequadas em seu âmbito e restabelecer a ordem social dominante. Além disso, que a vingança atua em sentido contrário a racionalidade necessária para aplicação da justiça, por isso questiona-se a legitimidade e a semelhança do suplício com o cancelamento ocorrido nas redes sociais. Vez que ambos são atos punitivos que, em certa medida, “sequestram” de quem possui a real validade para praticar e aplicar legalmente o *jus puniendi*², ao tempo em que subverte o objetivo dos instrumentos legais na busca pela justiça, deformando-a em verdadeira vingança de uma coletividade contra seus pares.

3 ORIGEM E CAUSAS DA CULTURA DO CANCELAMENTO

Apesar da cultura do cancelamento ser uma expressão recente de exílio e de humilhação, os quais ocorrem no âmbito virtual, é possível encontrar precedentes históricos que se assemelham a essas condutas, utilizadas como forma de punir os indivíduos que descumpriam as normas vigentes. De acordo com Battaglia (2021), diversas sociedades desenvolveram métodos de punição radical pública, por exemplo, pode-se citar o ostracismo grego - exílio de 10 anos praticado contra aqueles julgados imorais por representarem risco à comunidade e à ordem pública, a escolha do exilado era determinada mediante um processo de votação dos considerados cidadãos (não incluíam mulheres, escravos e estrangeiros); o ritual do bode expiatório - expulsão de animais ou humanos como forma de “livrar-se do mal” realizada por comunidades judaicas e em algumas pólis gregas; e a berlinda - ferramenta de punição utilizada pelos britânicos em que o indivíduo ficava inclinado para frente com a cabeça e mãos presas, isto é, indefeso, usada para ridicularizar ladrões, alcoólatras e moradores de rua, expondo-os em praça pública para que a população jogasse alimentos podres, e até mesmo pedra e animais mortos.

Nesse sentido, o filósofo Pondé (2020) afirma que o gosto pelo linchamento faz parte da natureza humana, citando a obra “O outono da idade média”, em que o autor Johan Huizinga descreve que as execuções públicas eram formas de entretenimento da população europeia do século XV. Assim, conforme Pondé (2020), o cancelamento pode ser entendido como uma manifestação do gosto por linchamento transportado para as redes sociais. Ou seja, práticas puni-

² Expressão latina que significa o direito de punir do Estado.

tivas públicas fazem parte da história da sociedade ocidental e tais mecanismos encontraram lugar na Internet.

A origem do cancelamento é incerta, tendo como marco o movimento #MeToo (“Eu também”, em tradução livre), que foi utilizado para mobilizar as vítimas de casos de assédio e de abusos sexuais, e ganhou maior visibilidade em 2017 diante das denúncias realizadas em Hollywood (Silva; Honda, 2020). É possível notar que, inicialmente, a cultura do cancelamento estava vinculada a pautas sociais, tendo em vista que as redes sociais são um importante instrumento democrático para trazer à luz e combater o machismo, o racismo e a discriminação, isto é, estruturas opressoras de poder (Moura; Andrade, 2021).

Além disso, partindo de uma análise macroestrutural para uma microestrutural, destacam-se entre as causas da cultura do cancelamento: as particularidades da sociedade atual, um ambiente virtual propenso e as questões psicológicas do indivíduo cancelador.

O sociólogo Zygmunt Bauman (2001) atribuiu características de liquidez à modernidade, que se contrapõe à solidez da sociedade do século XVIII, pois os ideais e crenças que regiam a sociedade não são mais fixos. Outrossim, Jean François Lyotard denomina como “pós moderna” a ruptura presenciada com o “efeito dos avanços da ciência, e o início da grande crise das grandes narrativas como o cristianismo, iluminismo e o marxismo” (Lyotard, 2009 *apud* Junior; Godóes, 2018, p. 10). Assim, é possível perceber que ideais iluministas que determinavam a ordem social, por exemplo, o Estado como único detentor do poder de punir e necessário para a existência pacífica em sociedade (*jus puniendi*), perdem sua força e solidez, para ganhar caráter questionável e líquido.

Ademais, conforme Hoescher (2020, p. 21):

Sem a existência de moldes pré-impostos e sólidos, neste cenário líquido em que cada indivíduo precisa formar sua própria identidade, intensifica-se a necessidade da sociabilidade, ou seja, o indivíduo precisa de um espaço público para demonstrar e compartilhar a sua persona pública (...)

Essa necessidade de compartilhamento encontra o cenário perfeito diante do sucesso das redes sociais, situação em que o indivíduo busca preencher a necessidade de sociabilidade e se torna exposto a julgamentos. Atrelado a isso, a modernidade líquida também é caracterizada pela fluidez dos relacionamentos, pois os laços sociais mais intensos perdem força para tornarem-se voláteis e instáveis (Bittencourt, 2021), com isso, as pessoas são passíveis de serem objeto de amor e ódio instantaneamente, por exemplo, quando alguma personalidade admirada

é cancelada, pois o relacionamento que existia não apresentava compromisso e é facilmente descartado.

A busca por um meio que satisfaça de forma imediata a indignação popular contribui para as manifestações violentas ocorridas na Internet. Segundo Martins e Cordeiro (2022), em decorrência da desconfiança da sociedade na eficácia da tutela jurisdicional exercida pelas instituições formais, surgiu o cancelamento como um mecanismo punitivista contra ilícitos civis ou penais, e condutas atípicas que violem valores socialmente relevantes. Nesse sentido, Martins (2015, p. 122), em um estudo sobre o linchamento, traz conclusões que se aplicam a esse fenômeno virtual:

Alguns linchamentos são motivados pelo ímpeto de vingança. Outros linchamentos são motivados pela descrença na justiça em relação a crimes para os quais a população não aceita a impunidade. Ou, então, teme que a pena a ser recebida por determinado crime seja inferior à gravidade que a própria população lhe atribui com base nos valores da tradição e do senso comum, mas em desacordo com a lei.

Além disso, de acordo com Martins e Cordeiro (2022), a nova dinâmica social instaurada pelas redes sociais traz uma nova forma de comunicação que é capaz de moldar a cultura e criar um mercado competitivo em que os agentes buscam ampliar seu capital de natureza econômica e simbólica, os quais passam a se confundir. Dessa forma, em uma perspectiva em que valores morais se tornam valores de mercado, pois personalidades com condutas morais e linguísticas em harmonia com os movimentos sociais reivindicatórios fazem parte da escolha de investimento de diversas empresas, a cultura do cancelamento passa a ser possível e efetiva, pois sua sanção se concentra em causar danos à trajetória econômica e profissional do sujeito alvo do cancelamento.

Tal mudança econômica e social tem como precedentes o surgimento de novos tipos de celebridades como *digital influencers*, *creators*, *youtubers*, *tiktokers*, entre outros que aumentaram exponencialmente e acumulam uma grande quantidade de seguidores, diversificando-se em nichos como esporte, moda, jogos, de modo que podem ser conhecidas por somente uma parcela dos usuários das redes sociais. Bem como a mudança na relação das novas celebridades com o público consumidor, caracterizada pela intimidade e ampla exposição da vida privada, tendo como consequência a dificuldade em manter a imagem vendida e uma maior vulnerabilidade diante do controle rigoroso exercido por fãs e por empresários da publicidade interessados em investir na propaganda de produtos em parceria com influenciadores digitais (Martins; Cordeiro, 2022).

É importante destacar que a busca pelo capital simbólico não é algo exclusivo de celebridades, sendo parte integrante do comportamento dos usuários em busca de aprovação por meio de curtidas, comentários positivos e aumento de seguidores. Situação em que há o alinhamento com os discursos predominantes do momento como forma de alcançar esse objetivo, por exemplo, contribuir com o cancelamento para atingir mais visibilidade (Lopes, 2022). Vinculado a isso, existe um desejo de protagonismo (Lorusso, 2023), pois participar desses movimentos seria uma forma de manifestar sua presença nas redes sociais e ganhar um espaço de destaque.

Ademais, analisando o ambiente digital, percebe-se a tendência à ocorrência de conflitos, visto que segundo Hoescher (2020), o ciberativismo encontrou um ambiente favorável para reunir diversas organizações, identidades, culturas e lutas, expressando de maneira eficaz o descontentamento destes grupos. O que, em regra, deveria gerar um espaço de discussões que levariam a conscientização e mudanças sociais, porém, a sua real eficácia é questionável em virtude da utilização de algoritmos preditivos nas redes sociais, os quais prejudicam o convívio com opiniões opostas devido à criação de bolhas sociais e de câmaras de eco virtuais (Siqueira; Vieira, 2022, p. 166):

A partir dos dados compartilhados pelo usuário nas redes e das interações com as publicações desses usuários em determinada linha de raciocínio, uma variedade de conteúdos diferentes é reduzida a informações de uma única fonte de interesse e cria as chamadas “bolhas sociais”, em que os usuários têm contato com outros perfis que compartilham das mesmas opiniões e posicionamentos que os seus.

(...)

Existem também as câmaras de eco, em que o usuário, preso em suas próprias convicções e deixando de questioná-las, perpetua as ideias e os posicionamentos que lhe são próprios, com um “eco” nas redes.

Em decorrência disso, há o fenômeno da pós-verdade, o qual “consiste na relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emocional” (Zarzalejos, 2017, p. 11), ou seja, os usuários valorizam as informações em harmonia com seus gostos e sentimentos pessoais em detrimento das que discordam, mesmo que amparadas por fatos. Assim como o extremismo de opiniões e ações por conta da ilusão de que o discurso reafirmado em sua bolha social é a visão correta e acatada por todos (Siqueira; Vieira, 2022). Dessa forma, o ambiente virtual ao mesmo tempo em que permite a existência de discursos polarizados, cria conflitos entre o indivíduo intolerante, protegido pelo anonimato e uma aparente ilimitabilidade do direito à liberdade de expressão, e o outro vulnerável pela incontrolável reverberação de tudo que é compartilhado.

Outrossim, o sujeito cancelador é imbuído de questões psicológicas que contribuem para a formação da cultura do cancelamento, como o efeito manada e o sentimento de superioridade. O efeito manada refere-se ao comportamento animal, no qual se reúnem para proteção ou para fugir de um predador, e quando relacionado aos seres humanos mostra a inclinação de seguir grupos e influenciadores que ditam determinadas ações (Gonçalves, 2018), de modo a gerar ondas de cancelamento, pois mais pessoas tendem a aderir ao movimento e justificar suas ações com base no comportamento coletivo. Dessa forma, segundo Freud (2011, p. 15), em sua obra “Psicologia das massas e análise do eu”:

(...) o indivíduo na massa adquire, pelo simples fato do número, um sentimento de poder invencível que lhe permite ceder a instintos que, estando só, ele manteria sob controle. E cederá com tanto mais facilidade a eles, porque, sendo a massa anônima, e por conseguinte irresponsável, desaparece por completo o sentimento de responsabilidade que sempre retém os indivíduos.

Por fim, é possível perceber uma busca pelo sentimento de superioridade, visto que o cancelador se atribui uma “pureza” de valores utilizada contra o alvo do cancelamento (Pondé, 2020), como se fosse moralmente elevado e tivesse o direito de exercer o linchamento virtual em nome de um bem maior. Tal comportamento pode ser comparado ao do Dr. Simão Bacamarte, personagem da obra “O Alienista” de Machado de Assis (2017), o qual falha em suas pesquisas psiquiátricas por enxergar loucura em comportamentos minimamente inadequados, inclusive em sua esposa ao ter tido uma noite mal dormida, enquanto se considerava detentor de impecável equilíbrio mental e moral, como decorrência disso acaba por internar a maioria da população em sua clínica, conhecida como Casa Verde, que se mostrou como uma prática insustentável, assim como seria a cultura do cancelamento, a qual de modo semelhante pode resultar no cancelamento de todos. Dessa forma, na prática, não é possível separar os indivíduos em dois grupos, de bons e de maus, por conta de determinada atitude, e canceladores que acreditam ter legitimidade para isso, na verdade, revelam um caráter hipócrita, pois não raramente estará o próprio cancelador em igual ou pior situação que o indivíduo cancelado.

Logo, sendo a cultura do cancelamento um fenômeno social complexo, é possível verificar que suas origens e causas não são definidas em um único aspecto, porque os fatores desencadeadores desse movimento encontram sentido na liquidez da sociedade moderna, na necessidade de satisfação rápida da indignação popular, no ambiente virtual que alterou a dinâmica social e tornou possível as manifestações em massa, e nas questões psicológicas do indivíduo cancelador.

4 CONSEQUÊNCIAS DA CULTURA DO CANCELAMENTO COMPARADAS A OBRA VIGIAR E PUNIR DE MICHEL FOUCAULT COM BASE NOS CASOS GABRIELA PUGLIESI, KAROL CONKÁ E MONARK

A conexão entre o mundo real e o virtual tornou-se progressivamente mais evidente na realidade hodierna. A Internet estando presente em diversos dispositivos móveis faz com que o ambiente virtual circunde a vida dos indivíduos, como consequência disso, acontecimentos da Internet apresentam reflexos também no mundo real (Martino, 2017). Dessa forma, condutas manifestadas nas redes sociais, em que há um grande alcance das ideias e dos gestos compartilhados, tem um potencial evidente de afetar a vida particular dos usuários. Essa nova configuração social, além de ser objeto de estudo, passou a fazer parte de representações cinematográficas e de seriados.

A série *Black Mirror* (2011) da *Netflix* constrói suas histórias em um futuro distópico focado em mostrar efeitos adversos das tecnologias empregadas no cotidiano das pessoas. No sexto episódio da terceira temporada, intitulado de “Odiados pela nação” é apresentado o uso de abelhas robóticas na polinização das flores, como forma de evitar um desequilíbrio ambiental devido a iminente extinção da espécie, ocorre que em paralelo ao uso desse novo dispositivo surgem mortes misteriosas de algumas figuras públicas que sofreram linchamento virtual no X, entre elas: uma jornalista que escreveu um artigo polêmico contra uma ativista de direito das pessoas com deficiência e um rapper que humilhou seu fã durante sua participação no programa de televisão.

O que vincula essas fatalidades e outras ao decorrer do episódio é o uso da *hashtag* #DeathTo (“Morte a”, em tradução livre), que se torna um jogo para decidir quem seria o assassinado/cancelado do dia, utilizando para isso abelhas robóticas hackeadas. Mesmo diante dos efeitos perversos do uso da *hashtag*, ela alcança grande popularidade, mas no final se revela como uma armadilha contra os canceladores, os quais também se tornam vítimas, gerando um assassinato em massa e cumprindo o objetivo do criador do jogo: responsabilizar usuários que propagam ódio na internet de maneira leviana.

Ao analisar as consequências de cunho psicológico, social, econômico e jurídico sofridas pelos sujeitos alvos do cancelamento, nota-se que a história contada na série não se distancia muito da realidade vivida nas redes sociais, visto que comumente ocorrem ataques a comportamentos considerados reprováveis com grande ímpeto de vingança sem que haja uma análise crítica da amplitude de seus resultados negativos. Além disso, é relevante destacar que a presente discussão não entrará no mérito da reprovabilidade ou não das atitudes que geraram o

linchamento virtual, mas sim como os vieses do cancelamento de figuras públicas como Gabriela Pugliesi, Karol Conká e Monark se aproximam de épocas punitivistas em que não existiam os direitos constitucionalmente tutelados que protegem a personalidade, a honra e garantem o devido processo legal.

A influenciadora *fitness* Gabriela Pugliesi (atualmente com o nome artístico de Gabriela Moraes) em 2020, durante o isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19, compartilhou em seus stories do *Instagram* uma festa que realizava em sua casa com amigos próximos e apresentou falas consideradas debochadas e sem empatia. Após a repercussão negativa, Pugliesi excluiu a publicação e desativou, por alguns meses, seu perfil do *Instagram*, mas o seu cancelamento já ocorria e os prejuízos econômicos foram inevitáveis. Segundo a Forbes (2020), a influenciadora teve um prejuízo estimado em R\$ 3 milhões, pois as marcas que a patrocinavam foram instigadas a se posicionar, gerando perda de diversos contratos publicitários e a de parcerias futuras. A seguir são apresentadas algumas postagens vinculadas a *hashtag* #cancelapugliesi:

Figura 1. Cancelamento da Gabriela Pugliesi



Fonte: X (2023)

Outrossim, a rapper Karol Conká durante a sua participação no *reality show* Big Brother Brasil (BBB) 21 foi acusada de ser arrogante, intolerante, incoerente, agressiva e xenofóbica (Benício, 2021). Comportamentos reprováveis que despertaram grande revolta dos telespectadores e geraram uma imagem de vilã que exercia pressão psicológica em alguns participantes, tendo como ponto alto a sua influência na desistência do Lucas Penteado. Como resultado disso, Karol foi eliminada do programa com um recorde de 99,17% de rejeição e um significativo prejuízo de imagem (Putti, 2021). A onda de ódio propagada nas redes sociais fez com que seu cancelamento ultrapassasse o jogo, gerando a perda de seguidores, contratos publicitários, can-

cancelamento de shows, encerramento de sua participação em um programa que apresentava no canal GNT. Bem como ofensas e ameaças de morte direcionadas a ela e sua família, incluindo seu filho menor de idade na época, que acabaram afetando sua saúde mental e atrapalhando seu convívio social, pois chegou a ficar meses sem sair de casa (Marques, 2022). Assim, enquanto participante do programa, Karol Conká era a agressora, mas fora dele teve que enfrentar diversas consequências da hostilidade de seu cancelamento, isto é, se tornou a agredida por ter sofrido prejuízos econômicos, psicológicos e sociais diante de tamanha rejeição. Como pode ser visto nas postagens com a *hashtag* #cancelakarolconka:

Figura 2. Cancelamento da Karol Conká



Fonte: X (2023)

Além disso, o *youtuber* Monark no começo de 2022, em um dos episódios do Flow Podcast, que apresentava junto com seu ex-sócio Igor 3k, com participação dos deputados Kim Kataguirí (UNIÃO) e Tabata Amaral (PSB), declarou: “A esquerda radical tem muito mais espaço do que a direita radical, na minha opinião. As duas tinham que ter espaço. Eu sou mais louco que todos vocês. Eu acho que o nazista tinha que ter o partido nazista, reconhecido pela lei”. Acrescentando que: “Se o cara quiser ser um antijudeu, eu acho que ele tinha direito de ser”. Tais manifestações despertaram imediato repúdio e grande alcance, tendo em vista a popularidade do *podcast* e a rapidez em que essas falas passaram a ser objeto de debate nas redes sociais, resultando na retirada do episódio do *YouTube*.

No dia seguinte, Monark publicou um pedido de desculpas admitindo que defendeu a liberdade de expressão de forma inadequada e que estava bêbado. Além disso, os Estúdios Flow anunciaram o seu desligamento da empresa. Todavia, diante da repercussão negativa e a não aceitação do pedido de desculpas o cancelamento não cessou e afetou os Estúdios Flow, pois

diversas marcas buscaram se distanciar da polêmica e encerram patrocínios com o *podcast*, por exemplo, a Flash Benefícios, a Fatal Model e a Amazon (Alecgrim; Moliterno; Tortella, 2022). Arelado a isso, entrevistados que participaram do Flow Podcast, como Benjamin Back, Lucas Silveira, João Gordo, Felipe Castanhari, Gabriela Prioli, pediram a remoção de seus episódios da plataforma como forma de protesto, de modo que, pouco tempo depois, 29 episódios já tinham sido apagados (Cypreste, 2022). Dessa forma, diante do cancelamento, a empresa teve que lidar com um prejuízo milionário, em entrevista Igor 3k afirmou: “(...) perdemos mais uns R\$ 8 milhões em acordos que estavam encaminhados e foram cancelados. Nossa receita zerou e tínhamos uma folha de pagamento com 90 pessoas” (GQ, 2022). Logo, o cancelamento foi tão célere e voraz ao atacar os Estúdios Flow que desconsiderou como isso poderia afetar negativamente outros indivíduos. Tal cancelamento teve postagens com a *hashtag* #cancelamonark:

Figura 3. Cancelamento do Monark



Fonte: X (2023)

Esses três cancelamentos tiveram *hashtags* no X que expressavam o desprezo dos usuários por meio de ofensas e tentativas de boicote. Mesmo que os cancelamentos não se limitem a essa rede social, nela se encontram funcionalidades que contribuem para a cultura do cancelamento, com destaque ao *Trending Topics*, ou seja, uma lista dos assuntos mais falados, que se associa as *hashtags*, pois quanto mais usada, mais chances têm de ganhar notoriedade ao participar do *Trending Topics* tornando-se o discurso dominante e influenciando mais pessoas a aderirem ao movimento (Lopes, 2022). Logo, o cancelado encontra-se em uma espécie de praça pública virtual em que seu direito de defesa é suprimido e seus erros são inflados e incansavelmente expostos por milhões de usuários, atribuindo-lhe manchas em sua moral, como uma

pessoa irresponsável (Gabriela Pugliesi), agressiva (Karol Conká) ou que apoia do nazismo (Monark). De modo que a cultura do cancelamento apresenta características que a aproximam do ritual suplício estudado por Foucault (2014, p. 37):

Além disso, o suplício faz parte de um ritual. É um elemento na liturgia punitiva, e que obedece a duas exigências. Em relação à vítima ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; (...). E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo.

Além disso, a punição exercida pelo cancelamento carece de proporcionalidade, momento em que buscando fazer “justiça” os ofendidos se tornam ofensores em massa com grande poder de prejudicar a vida do cancelado e de outros sujeitos ligados a ele, como pode ser visto nos casos citados acima, por exemplo, quando a família da Karol Conká recebeu ameaças de morte e a empresa Estúdios Flow subitamente teve que enfrentar uma grande crise. Assim, figuras públicas que exercem sua profissão com base nos patrocínios e visualizações em sites, perdem a renda de vida de um dia para o outro devido a alguma ação, colocação ou até por ausência de posicionamento sobre determinado assunto. Afetando também usuários comuns, pois se forem atacados por um influenciador com grande quantidade de seguidores, podem ser linchados virtualmente sem qualquer recurso de defesa e possibilidade de retratação capaz de reverter os danos causados à sua imagem (Chiari *et al.*, 2020).

Ainda sobre o suplício, Foucault (2014, p. 14) critica a ambiguidade desse método punitivo, que de modo semelhante ao cancelamento, buscava impedir violência com muito mais violência:

(...) ficou a suspeita de que tal rito que dava um “fecho” ao crime mantinha com ele afinidades espúrias: igualando-o, ou mesmo ultrapassando-o em selvageria, acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, mostrando-lhes a frequência dos crimes, fazendo o carrasco se parecer com criminoso, os juízes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração.

Ademais, com essa atual estrutura das redes sociais, em que é há o poder de punir e a vigilância constante, cria-se um novo meio disciplinador. Segundo Foucault (2014), a disciplina é exercida como forma de poder em diversas instituições sociais como em escolas, fábricas e presídios e, em seu estudo acerca do tema, emprega um conceito criado pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (2008), o panóptico, pensado como um modelo de prisão ideal. A sua arquitetura era formada por uma construção em anel com celas individuais voltadas para

a torre central, onde o guarda teria visão ampla sobre todos os detentos. Além disso, a eficácia desse projeto é baseada no estado consciente e permanente de visibilidade a que o indivíduo é submetido, assegurando o funcionamento do poder sem muito esforço, com o objetivo de “que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (Foucault, 2014, p. 195)”. Isso ocorre porque os detentos não conseguem saber se estão sendo vigiados ou não, tendo por consequência uma força coercitiva constante capaz de moldar os comportamentos em virtude de um poder visível e inverificável. Dessa forma, afirma Foucault (2014, p. 194):

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.

Tal modelo disciplinador não é distante da realidade vivida atualmente, pois a vigilância é exercida por instituições, câmeras, dispositivos móveis e aplicativos, tornando-se até um meio de entretenimento como pode ser visto em *reality shows* como o BBB, em que o espetáculo consiste na observação cotidiana, para posterior julgamento, de cada atitude dos participantes. Em vista disso, o filósofo Byung-Chul Han (2018), fala na existência de um panóptico digital, o qual diferentemente do modelo de Bentham (2008) não consiste em células isoladas e incomunicáveis, mas sim na conexão e comunicação intensa que tornam o controle total possível. Os indivíduos que formam o panóptico digital não são prisioneiros, mas sim usuários com a ilusão de liberdade, pois contribuem para o sistema com informações disponibilizadas voluntariamente e tornam-se vítimas do controle. Além disso, acrescenta Han (2018, p. 124) que: “A vigilância e o controle são uma parte inerente da comunicação digital. O característico ao panóptico digital consiste em que a distinção entre o Big Brother e os prisioneiros dilui-se cada vez mais. Aqui, todos observam e vigiam todos.” Dessa forma, as redes sociais funcionam como um dispositivo de vigilância em que o usuário com o objetivo de poder expressar-se livremente cai armadilha da visibilidade autoexplorada, podendo a qualquer momento ser alvo do cancelamento, em uma relação em que é o vigilante, esperando a ocorrência de um comportamento a ser reprimido, e o vigiado, expondo suas informações e alinhando seus comportamentos ao discurso dominante.

No que tange às consequências jurídicas, analisadas a partir do ordenamento jurídico brasileiro, de acordo com o Marco Civil da Internet, “a disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:” (...) “os direitos

humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais” (Brasil, 2014, cap. I, art. 2º, inc. II). Assim, a liberdade de expressão na Internet encontra limite em outros direitos que preservem a dignidade humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988, art. 1º, inc. III), pois um direito individual não deve ser usado para acobertar práticas lesivas à dignidade de outrem, podendo acarretar sanções civis e penais. Portanto, os comentários compartilhados nas redes sociais têm o potencial de atingir os direitos de personalidade dispostos no Código Civil, gerando a responsabilidade civil por perdas e danos (Brasil, 2002, cap. II, art. 12 e 17):

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

(...)

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Ademais, o Código Penal criminaliza práticas que ferem a honra objetiva e subjetiva, podendo configurar calúnia, difamação e injúria. É importante destacar que, com a alteração realizada em 2019 pelo Pacote Anticrime, a pena aplica-se em triplo quando o crime contra a honra é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades de redes sociais da Internet (Brasil, 1940, cap. V, arts. 138 a 141, §2º). Assim, o legislador buscou adequar a sanção à amplitude dos efeitos negativos das ofensas publicadas on-line.

Calúnia

Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

(...)

Difamação

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

(...)

Injúria

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

(...)

Art. 141 (...) § 2º Se o crime é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, aplica-se em triplo a pena. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Outrossim, diversas garantias processuais importantes para a existência do Estado Democrático de Direito são ignoradas em um cancelamento, como a presunção de inocência e o devido processo legal, do qual decorrem outros direitos. O art. 5º da Constituição Federal de 1988, estabelece direitos e garantias individuais que são cláusulas pétreas e devem ser aplicadas em relações públicas e privadas, em conformidade com a teoria da eficácia

horizontal dos direitos fundamentais (Lenza, 2022). Sendo eles (Brasil, 1988, cap. I, art. 5º, inc. LIII, LIV, LV, LVII):

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;
LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
(...)
LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Todos esses direitos representam uma organização do Estado que busca se distanciar das injustiças da punição vingativa e desinstitucionalizada, como ocorreu com os casos de cancelamentos citados e com diversos outros, por isso, o julgamento deve ocorrer por uma autoridade competente investida de jurisdição e imparcial, a qual somente com o trânsito em julgado de processo que assegure o contraditório e a ampla defesa poderá considerar o réu culpado, mas não antes disso, sob pena de violar o princípio da presunção de inocência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As implicações notáveis que as relações sociais em âmbito virtual exercem na vida das pessoas permitiram um estudo focado na cultura do cancelamento, especificamente na sua prática e reflexos jurídicos e sociais sob a ótica de Vigiar e Punir. Inicialmente, ao realizar um lineamento histórico sobre a punição, foi possível notar que seu exercício com viés vingativo por conta de questões religiosas, particulares ou públicas se fizeram muito mais presentes do que a racionalidade dos ideais iluministas, os quais tiveram ascensão somente a partir do século XVIII. O que revela um dos motivos de até hoje haver um clamor público que pede muito mais pela prisão e exclusão do que o diálogo e a ressocialização, pois parece muito mais “justo” retribuir um ato imoral, ilícito ou criminoso com um castigo nem sempre equivalente ao dano ocasionado.

Além disso, ao buscar as origens e causas da cultura do cancelamento é possível perceber que há uma historicidade nas punições excludentes e vexatórias, pois fizeram parte do passado da sociedade ocidental, por exemplo, o ostracismo, o ritual do bode expiatório e a berlinda. Porém, no que tange ao âmbito virtual, o cancelamento, mesmo não tendo uma origem determinada, surgiu a fim de defender pautas sociais ligadas à possibilidade de combater situações discriminatórias. Tendo como causas os aspectos da sociedade contemporânea, fundada na liquidez das relações sociais e na necessidade de satisfação rápida da indignação popular, o

ambiente virtual que alterou a dinâmica social e tornou capaz as manifestações em massa, e nas questões psicológicas do indivíduo cancelador. Isso permite ter um plano geral das características da sociedade que levaram ao surgimento da cultura do cancelamento.

Outrossim, as consequências psicológicas, sociais, econômicas e jurídicas vistas nos cancelamentos da Gabriela Pugliesi, Karol Conká e Monark conseguem tornar o que deveria ser um espaço virtual livre e democrático em um sistema de vigilância e punição. Vigilância por exercer uma estrutura panóptica de controle, em que todos são vigiados e contribuem para uma visibilidade autoexplorada. Bem como punição, já que de forma imediata são publicadas ofensas e o boicote é exercido, restando ao cancelado saber lidar com a hostilidade e desproporcionalidade de seu linchamento virtual.

Logo, é possível notar que o surgimento da cultura do cancelamento representa que aspectos históricos da sociedade sobre a forma de punir ainda se fazem presentes nas relações contemporâneas e encontraram espaço de manifestação nas redes sociais, nas quais há liberdade de manifestação e movimentos em massa. Ademais, diante das normas processuais e legais violadas, suas implicações jurídicas se manifestam por meio do dever de responsabilidade civil por ferirem direitos de personalidade previstos no Código Civil de 2002 e a sanção criminal em virtude dos crimes contra a honra previstos no Código Penal de 1940, com destaque ao aumento de pena em triplo decorrente de sua prática on-line. O que implica em sua ilegitimidade, já que se trata de uma prática contrária ao *jus puniendi*, a dignidade humana e a existência do Estado Democrático de Direito.

Acerca das limitações presentes nessa pesquisa, ressalta-se a impossibilidade de definir todos os vieses da cultura do cancelamento, visto que se trata de um tema recente e em constante evolução, podendo ocorrer casos de cancelamento que fujam das causas e consequências apresentadas. Além disso, é necessário um estudo mais aprofundado sobre as implicações jurídicas e os julgados do tema. Posto isso, em relação às futuras investigações, recomenda-se identificar como responsabilizar os crimes e ilícitos ocorridos nas redes sociais, analisar a melhor forma de haver um controle estatal para evitar tais práticas sem que implique em censura e entender o que é necessário para que o sistema processual brasileiro tenha legitimidade popular, no sentido de que manifestações que busquem “justiça com as próprias mãos” não sejam mais cogitadas pela população. Pesquisas estas a serem realizadas com o intuito de buscar meios de coibir a prática da cultura do cancelamento, em virtude das consequências expostas.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Giulia; MOLITERNO, Danilo; TORTELLA, Tiago. Monark é desligado do Flow Podcast após defender existência de partido nazista. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://bitly.ws/ZocS>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

ASSIS, Machado de. **O alienista**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BATTAGLIA, Rafael. Uma breve história do cancelamento. **Superinteressante**, 2021. Disponível em: <https://bitly.ws/YNZc>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BENÍCIO, Jeff. De lacradora a cancelada: Conká destrói a própria imagem. **Terra**, 2021. Disponível em: <https://bitly.ws/Zi56>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

BLACK MIRROR. Direção: Charlie Brooker. Netflix. Reino Unido, 2011. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <https://bitly.ws/YNZa>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República, [2002]. Disponível em: <https://bitly.ws/WA9d>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em: <https://bitly.ws/YNZ4>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2014.

BENTHAM, Jeremy *et al.* **O Panóptico**. Organização Tomaz Tadeu; traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BESSA, Liz. Cultura do cancelamento: o que é?. **Politize**, 2021. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYY>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. volume 1. 26. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Moralidade líquida, lacração e cultura do cancelamento. **Cadernos Zygmunt Bauman**, [S. l.], v. 11, n. 27, 2021. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYYV>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

CALAIS, Beatriz. Festa durante isolamento pode ter causado prejuízos de R\$ 3 milhões a Gabriela Pugliesi. **Forbes**, 2020. Disponível em: <https://bitly.ws/Zi4f>. Acesso em 24 de outubro de 2023.

Conheça a história da Internet, sua finalidade e qual o cenário atual. **Rock Content**, 2020. Disponível em: <https://bitly.ws/ZvYm>. Acesso em: 29 de outubro de 2023.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal**: parte geral (arts. 1º ao 120). 8. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2020.

CHIARI, Breno da Silva *et al.* A cultura do cancelamento, seus efeitos sociais negativos e injustiças. **Revista ETIC**, v. 16, n. 16, n.p, 2020. Disponível em: <https://bitly.ws/Zofu>. Acesso em: 25 de outubro de 2023.

CYPRESTE, Judite. Podcast Flow deletou 29 vídeos de entrevistas após fala de Monark. **Metrópoles**, 2022. Disponível em: <https://bitly.ws/ZobF>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

EXPEDITO, Aline Oliveira. A Origem e Evolução das penas. **Jusbrasil**, 2021. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYS>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos** (1920-1923) Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GONÇALVES, Aline de Menezes. Ética nas redes sociais. **Revista Científica SMG**, v. 6, n. 2, p. 76-82, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYM>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Organizado por Richard Tuck. Tradução de João Paulo Monteiro; Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner; revisão da tradução Eunice Ostrensky. - Ed. brasileira supervisionada por Eunice Ostrensky. São Paulo: Marins Fontes, 2003.

HOESCHER, Laura Zorzo. **As variáveis preditoras da cultura do cancelamento nas redes sociais**. 2020. 72 f. Monografia (Bacharel em Publicidade e Propaganda) - Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2020.

Igor 3k, do Flow: "No dia da saída do Monark, perdemos R\$ 8 milhões". **GQ**, 2022. Disponível em: <https://bitly.ws/Zodn>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

JUNIOR, Loureiro; GODOÉS, Leonardo. **A modernidade líquida e o comportamento do consumidor na era digital**. 2018. 41 f. Monografia (Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional**. Coleção Esquematizado. 26. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Introdução de J.W. Gough; tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LOPES, Michelle Aparecida Pereira. A cultura do cancelamento no dispositivo midiático: subjetividade e prática de si. **Revista do GEL**, v. 19, n. 1, p. 146-164, 2022. Disponível em: <https://bitly.ws/Zhe8>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

LORUSSO, Ana Maria. O Tribunal da Internet: redes sociais, cultura de cancelamento e discurso de ódio. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 16, n. 1, p. 242-261, 2023. Disponível em: <https://bitly.ws/ZhHy>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

MARQUES, Igraínne. Karol Conká: Rejeição no BBB foi tão violenta quanto depressão pós-parto. **Notícias da TV**, 2022. Disponível em: <https://bitly.ws/Zi6h>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Entre o real e o virtual: como diferenciar um do outro | Luís Mauro Sá Martino. Youtube, 2017. Disponível em: <https://bitly.ws/ZhZE>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Tamires de Assis Lima; CORDEIRO, Ana Paula. (2022). A “cultura do cancelamento”: contribuições de um olhar sociológico. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 15, n. Especial, p. 29-47, 2022. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYv>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

MOURA, Kate de Oliveira; ANDRADE, Ester Jerônimo. A cultura do cancelamento no Brasil: uma expressão da descrença no Estado de Direito? **SBC Horizontes**, 2021. ISSN 2175-9235. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYr>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. Apresentação Renato Janine Ribeiro; tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PONDÉ, Luiz Felipe. A cultura do cancelamento na internet - Luiz Felipe Pondé. Youtube, 2020. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYx>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

PUNIÇÃO. In: Michaelis On-line, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYz>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

PUTTI, Alexandre. Caso Karol Conká: qual o limite da ‘cultura do cancelamento’?. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://bitly.ws/Zi5B>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Guilherme. Brasileiros passam mais da metade de suas vidas na Internet, estima pesquisa. **TechTudo**, 2022. Disponível em: <https://bitly.ws/ZvWU>. Acesso em: 29 de outubro de 2023.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SILVA, Thays Bertoncini; HONDA, Erica Marie Viterito. O "Tribunal da Internet" e os efeitos da cultura do cancelamento. **Migalhas**, 2020. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYF>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; VIEIRA, Ana Elisa Silva Fernandes. Algoritmos preditivos, bolhas sociais e câmaras de eco virtuais na cultura do cancelamento e os riscos aos direitos de personalidade e à liberdade humana. **Revista Opinião Jurídica** (Fortaleza), [S. l.], v. 20, n. 35, p. 162–188, 2022. Disponível em: <https://bitly.ws/YNYH>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

The Committee's Choice & People's Choice Word of the Year 2019. **Macquarie Dictionary**, 2019. Disponível em: <https://bitly.ws/ZvYU>. Acesso em: 29 de outubro de 2023.

ZARZALEJOS, José Antonio. Comunicação, Jornalismo e ‘Fact-checking’. A era da pós-verdade: realidade versus percepção. **UNO**, São Paulo, n. 207, p. 11-13, 2017. Disponível em: <https://bitly.ws/32eCz>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

PRIVACIDADE: ANÁLISE DOS ASPECTOS LEGAIS DA PROTEÇÃO DE DADOS NA ERA DIGITAL

*Maria Neuzyanne Nogueira Gurgel
Cícero Otávio de Lima Paiva
Gigliola Edésia Diógenes Freitas Chave
Francicláudio Nato da Silva*

RESUMO: É irrefutável que a evolução tecnológica se perpetua de forma desmedida, com isso, o aprimoramento e as aplicações advindas se tornam cada vez mais indispensáveis no cotidiano da sociedade. Entretanto, verifica-se o estabelecimento da era *data-driven economy*, economia esta que se solidifica na utilização dos dados pessoais tratados, em conjunto com a sociedade da vigilância que lhe permite uma solidificação rápida e eficaz. Nesse cenário, de disposição de dados pessoais e utilização para fins econômicos o presente trabalho objetiva analisar a incidência de violabilidade da privacidade nesse panorama, utilizando para tanto a metodologia pautada no método hipotético-dedutivo, com o procedimento bibliográfico além da utilização do tipo de pesquisa descritiva com natureza qualitativa, buscando verificar as incidências já ocorridas nos casos práticos, analisando para isso a vida íntima em contrapartida ao estar inserido em uma sociedade onde a sentinela é frequente e invasiva, juntamente ao ordenamento jurídico internacional e nacional, tendo como principal parâmetro a Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709 de 2018, vislumbrando a invasão velada a privacidade.

Palavras-chave: Vida Íntima; Sociedade de Vigilância; Panóptico digital; Informações.

PRIVACY: ANALYSIS OF THE LEGAL ASPECTS OF DATA PROTECTION AND PRIVACY IN THE DIGITAL AGE

ABSTRACT: It is irrefutable that technological evolution continues unabated, and with it, the improvements and applications that come from it become increasingly indispensable in society's daily life. Meanwhile, the data-driven economy is being established, an economy that is solidified by the use of processed personal data, together with the surveillance society that allows it to be solidified quickly and effectively. In this scenario of personal data being disposed of and used for economic purposes, this paper aims to analyze the incidence of privacy violations in this scenario, using a methodology based on the hypothetical-deductive method, with a bibliographic procedure and the use of descriptive research of a qualitative nature, seeking to verify the incidences already occurring in practical cases, analyzing for this the intimate life in contrast to being inserted in a society where the sentinel is frequent and invasive, together with the international and national legal system, having as main parameter the General Data Protection Law - Law No. 13. 709 of 2018, glimpsing the veiled invasion of privacy.

Keywords: Intimate Life; Surveillance Society; Digital Panopticon; Information.

1 INTRODUÇÃO

É inegável que a tecnologia está em uma evolução frenética intrínseca a sociedade atual, progredindo diariamente ao buscar o aprimoramento de sistemas e aplicações, que resultem na melhoria da qualidade de vida das pessoas, para isso, almeja otimizar tarefas com facilidade que, anteriormente, demandaria de esforços demasiados, incluindo o físico e o mental dos indivíduos. Contudo, importa dizer que, nem todas as situações provenientes de um sistema tão facilitador ao cotidiano são, de fato, benéficas, visto que, as redes interligadas também são utilizadas com expertise para prática de condutas desvirtuadas.

Segundo a autora Patrícia Peck em sua obra “#DireitoDigital”, o avanço tecnológico na comunicação persegue o objetivo de criar uma “Aldeia Global”, que tem relevância para o mercado das informações, assim como, para o mundo financeiro, entretanto perante as adversidades encontradas a escritora elucida “Se, por um lado, é muito bom estar conectado, por outro o comportamento irracional de mercado afeta a todos, onde quer que estejam, de maneira nunca antes experimentada” (Peck, 2021, p. 43), mesmo que tenha se referido apenas ao cenário econômico, é inevitável, não interpretar de forma extensiva e aplicar tal descrição em diversos âmbitos atuais.

Ademais, de forma inerente tais ferramentas auxiliadoras necessitam de alimentação constante para estabelecer perfis adequados aos usuários, dessa forma, são coletados dados considerados personalíssimos para a construção de um perfil extremamente pessoal e poderoso acerca do indivíduo. A priori, a solicitação de dados busca ludibriar o usuário induzindo-o que ao dispor, haverá mais benefícios conseguindo, portanto, definir gostos e opiniões em um filtro estabelecido por programações. Acontece que a detenção desses dados por sua vez, pode apresentar diversos riscos à privacidade e a proteção da vida íntima dos usuários.

Nesse ínterim, imbuídos na sociedade em que se há a difusão de diversas informações por segundo, cria-se de forma involuntária a necessidade de atualização constante, independente da área. Além do mais, a sociedade atual está diante do panóptico digital, vivendo em prol das transformações digitais sem perceberem que estão sendo vigias e vigilantes, constituindo o termo da sociedade da vigilância, termos utilizados e discutidos pelos autores Michel Foucault (1975) e Han - Byung Chul (2018). Respectivamente, o primeiro autor citado versa sobre como a vigilância ocorre na sociedade e quais os níveis que o poder dado pela coleta pode atingir os demais meios do panopticon, em consonância, o autor seguinte, versa sobre a perda da liberdade de forma lacônica.

Ao tanger sobre o panorama em que todos os que compõem a sociedade vigiam e são vigiados ao mesmo tempo, dispondo de dados personalíssimos de forma desenfreada na era digital, é notório que existe uma imissão direta na vida íntima. É nessa senda, que emerge o questionamento: há, de fato, privacidade diante da sociedade da vigilância e da grande dissipação de dados? dessa forma, o presente trabalho justifica-se pela relevância social, acadêmica e jurídica que visa a preservação do direito individual das pessoas, versando sobre as nuances em que a tecnologia e suas diversas ramificações se tornam intrínsecas ao cotidiano, de modo, a ter uma relação (quase) automatizada a todos que utilizam desta.

Assim, objetiva-se de forma geral analisar a privacidade em meio ao contexto de informações e sistemas vigilantes. Iniciando por ilustrar a evolução tecnológica seguida da conceituação do termo e sua abrangência. Além de, elucidar acerca das sociedades de informações e de vigilância para verificar se há mitigação do direito individual subjetivo ou não, e para fundamentar o estudo, analisar os institutos legais do ordenamento jurídico em paralelismos a casos práticos (reais e fictícios).

Como aporte metodológico trata-se do elencado como hipotético-dedutivo, visto Lakatos e Marconi (2003) trazendo a tradução de Karl R. Popper do método científico que inicia em uma problemática a qual necessita de uma solução provisória para a avaliação criteriosa investigativa. Para a realização do estudo com maestria, adotou-se a técnica de pesquisa consistente em pesquisa bibliográfica com afinco, como bem deduz Gil (2008), utilizando, para tanto, a descrição dos fatos e teorias com a abordagem de cunho qualitativa com o fito de constituir a análise dos casos existentes.

2 AVANÇOS TECNOLÓGICOS E DADOS PESSOAIS

A vivência hodierna em uma era globalizada é submetida a diversos processos contínuos constituintes de avanços tecnológicos. De forma a consolidar o conceito, alguns autores descrevem a Internet com princípios diferentes, mas objetivando chegar ao mesmo ponto comum, assim segundo o autor Paesani (2012, p.10) “A internet é uma ferramenta que foi criada com o objetivo e finalidade de disponibilizar informações referentes à educação e cultura para que as pessoas obtivessem agilidade no acesso do conhecimento científico”.

Nessa senda, é axiomático não aludir a *IOT – Internet of Things*, ponto crucial na efetivação de diversas automações imbuídas no cotidiano tecnológico em que a humanidade se estabelece atualmente. Em tradução, a IOT é conhecida como a “Internet das Coisas”, que institui uma forma global de interligação entre dispositivos eletrônicos e nuvem, promovendo

uma comunicação entre os interligados e a própria rede de Internet, utilizada para diversas funcionalidades, presente em conectivos tão comuns à sociedade que passa a ser imperceptível.

Se valendo de um processo progressivo, vê-se que a Internet se desenvolveu de modo a consumir todo o mundo moderno, tornando-se, portanto, indispensável nas comunicações atuais, sendo entremeio para a elevação de âmbitos diversos como as relações sociais, econômicas e até mesmo científicas. Diante desse cenário, houve a criação de mecanismos expansivos para a facilitação da socialização na era digital, como a inteligência artificial³, as redes sociais⁴, os algoritmos⁵ e diversas outras ferramentas que se alinham para servir ao consumidor.

A Inteligência Artificial que teve seu surgimento marcado na década de 50, teve como desígnio desenvolver sistemas para realizar atividades com praticidade, reduzindo o esforço humano, principalmente ao ser submetida ao Teste de Turing⁶ que é proposto por Alan Turing, cuja finalidade é definir um comportamento inteligente capaz de reproduzir as habilidades humanas em determinadas tarefas cognitivas.

Dessa forma, é nítido que a tecnologia está presente em todos os ramos da sociedade, se tornando indispensável, em relações pessoais como as aplicações de compartilhamento instantâneo de mensagens, nas comerciais tendo diversos aplicativos voltados exclusivamente para estabelecimentos, e até mesmo profissionais que versa desde a elaboração de um currículo quanto ao recrutamento para preenchimento de vagas. De tal modo que, com a utilização em completa fluidez é comum que algumas situações sejam ignoradas e venham a acarretar prejuízos posteriores.

A desenvoltura em que a Internet e seus muitos canais estabelecem uma interconexão permitiu o surgimento de ferramentas cuja destinação se sintetiza em dissipar burocracias e prestar conforto à sociedade. Isso posto, desenvolveu-se muitos instrumentos com interações instantâneas visando alinhar mercado e população em um único plano, se valendo do consumismo atual, assim, o alcance de propagandas cresce de forma exponencial.

A ilustrar, o uso das redes sociais a princípio parece genuinamente inocente gerando contatos imediatos e exposições de momentos com diversas pessoas simultaneamente, ao passo

³Avanço tecnológico que permite a programação direta em máquinas e programas para a replicação do comportamento humano;

⁴Sistema que podem ser sites ou aplicativos que visam à comunicação instantânea seja por meio de mensagens, imagens ou vídeos;

⁵Sequências de comandos para identificar ou atingir um objetivo programado;

⁶Teste em que pessoas eram submetidas a um diálogo com computadores, sem que soubessem, com o objetivo de não identificarem a distinção.

que, de forma exacerbada verifica-se alta contaminação de dados que alimentam o algoritmo, com o intuito de fazer o usuário passar mais tempo em utilização, assim como, lhe redirecionar para outros baseados no seu perfil traçado. Nesse sentido, é possível citar o entendimento do autor Taurion (2016) especialista em tecnologia enunciando sobre o “algoritmo preditivo” consistente em uma função matemática capaz de identificar padrões (inclusive ocultos) a partir de uma análise massiva de dados, conseguindo, por meio de estatísticas, sugerir os que mais assemelham-se, esse sistema é muito utilizado em sites com intuito de vendas, filtrando a mercadoria que o usuário deseja baseado nos padrões analisados, instigando o consumo.

Lançado em 2013, o documentário dirigido por Cullen Hoback intitulado de “*Terms and Conditions my apply*” que em tradução livre para o português seria “Sujeito a termos e condições”, disponível atualmente na plataforma de vídeos *YouTube*, aborda a problemática da apropriação de grandes marcas e até mesmo o Estado dos dados pessoais das pessoas que constituem a sociedade atual. O professor britânico Nick Srnicek (2018), em seus estudos sobre geopolítica versou sobre como a utilização desses dados podem ser considerados “o novo petróleo” já que a economia do século atual trata da *data-driven economy*⁷, essa constatação é reiterada por diversas pessoas influentes, como é o caso do Ajay Banga CEO da Mastercard no evento do *Master Minds* realizado em São Paulo no ano de 2022.

Em meio à conceituação, destaca-se a Lei nº 13.709/18, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o art. 5º:

Art. 5º Para os fins desta Lei considera-se:

I - **dado pessoal**: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - **dado pessoal sensível**: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural; (BRASIL, 2018) (grifo nosso)

Assim, é perceptível dizer que os dados pessoais são responsáveis por caracterizar e adjetivar o usuário no mundo virtual, ao fazer do *login* mais do que uma simples combinação de usuário e senha, mas sim, uma identificação personalíssima do titular da conta. Tal desenvolvimento apresenta inúmeras atividades descomplicadas e ágeis, como é o caso de uma busca facilitada, comandos ativados por voz, reconhecimento facial em aplicativos que exigem uma segurança elevada e entre outros exemplos de situações a quais os dados são submetidos

⁷ Processos organizacionais baseados nos resultados obtidos pela coleta de dados pessoais.

frequentemente, contudo, é preciso verificar até onde essas disponibilizações favorece apenas o responsável e titular.

No texto positivado em vigor supracitado, tem-se diversas formas legítimas de agir para com a coleta dos dados pessoais, tendo como regeedor maior o consentimento. primeira base legal tratada no ordenamento jurídico e que rege, em suma, a maioria das situações as quais necessita a manipulação de dados pessoais, que muitas vezes é ignorado pelos titulares, por pura indução e coerção de diversos sites e plataformas.

Em uma pesquisa realizada pelo “*Pew Research Center dos Estados Unidos*” um laboratório que busca com base em pesquisas públicas, fazer um levantamento de dados que embasam o diálogo de questões essenciais a sociedade, em 2022, publicou um relatório que versava sobre termos de privacidade e segurança de dados pessoais e, dentre as apurações destaca-se que 74% das pessoas submetidas ao teste respondeu não ler as políticas de privacidade, além do mais, 4 a cada 5 pessoas acreditam que o risco de compartilhar seus dados pessoais é maior que os benefícios, além de que, cerca de 81% das pessoas informaram se sentir inseguras quanto aos dados que estão sendo coletados.

Nesse sentido, é possível verificar que as pessoas em si têm consciência da extrema necessidade de zelo ao dispor de seus dados pessoais, entretanto, ainda assim, as pesquisas mostram uma discrepância desmedida dos usuários quando estão realmente na situação de ser cauteloso, tendo taxa alta da não leitura e visualização completa de como o fornecedor trabalhará com os dados.

3 PRIVACIDADE E A DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS

Em Assis (2015), discute-se a origem do termo anglicista *privacy* com o latim *privare*, para poder conceituá-la de forma contundente, falhando ao perceber que há diversas possibilidades de fundamentação, com divergência doutrinária ao tentar reduzir a privacidade em uma idealização única. Destarte, o norte-americano Louis Dembitz (1890) referência no âmbito jurídico por ser um renomado advogado, e Juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, em uma das suas diversas contribuições para o direito em si, foi o entendimento a liberdade de expressão e o direito à privacidade como algo inerente e indispensável para o desenvolvimento dos cidadãos, advindo do artigo “The Right to Privacy” publicado originalmente na revista *Harvard Law Review* em 1890, descrevendo a privacidade como o direito de ser deixado só e até mesmo de ser esquecido.

Em linhas gerais, interliga-se de forma essencial o termo em questão com o direito subjetivo do indivíduo, abrangendo referências personalíssimas e próprias. Ao versar sobre a privacidade e a tutela jurídica entende-se estar a constar sobre privar e proteger determinada informação que seja de foro pessoal, quer sejam dados pessoais. Nessa linha, cita-se o direito fundamental postulado no art. 5º da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...) X - são **invioláveis** a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
(...) XII - É **inviolável** o **sigilo da correspondência e das comunicações** telegráficas, de **dados** e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. (BRASIL, 1988) (grifo nosso)

É preciso, portanto, distinguir os termos de intimidade e vida privada para compreender a correlação dos termos, se valendo dos dizeres de Dotti (1980) de forma respectiva, a primeira trata do extremo pessoal do indivíduo, da forma em que vive incluindo suas convicções das filosóficas até as políticas, o que não é sinônimo da segunda, que se refere ao direito de autodeterminação⁸ do ser, do poder omitir determinado dado ou até mesmo, escolher a quem cabe tal conhecimento.

É notável que ambas as distinções devem ser necessariamente tuteladas, no entanto, a privacidade, que de forma ampla abrange ambos institutos, entre meios tecnológicos sofreu grandes impactos, segundo Paesani (2014, p.39):

Apresenta duas ordens de problemas: o primeiro reporta-se ao respeito à esfera privada alheia que nos conduz no terreno tradicional da tutela da privacidade. O segundo refere-se à privacidade de quem se movimenta naquele espaço e, conseqüentemente, requer o anonimato. Contudo, os dois problemas estão destinados a saberem as conseqüências que o indivíduo pode ter se for considerada que a sua privacidade está sendo violada por uma informação na rede.

A época em que a obra de Paesani (2014) foi publicada, havia um reforço da positivação da privacidade de forma mais categórica, tratado também nas palavras do docente Mario Antônio Lobato Paiva (2003):

⁸Szaniawski, “o direito de autodeterminação da pessoa consiste no poder que todo o ser humano possui de se autodeterminar, isto é, um poder que todo o indivíduo possui de decidir por si mesmo, o que é melhor para si, no sentido de sua evolução e da formação de seu próprio tipo de personalidade” – SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 161

A Carta Magna assevera taxativamente o respeito à vida privada e à intimidade do cidadão que tem o direito de se corresponder com os demais via e-mail, sem que alguém possa intervir na intenção de ter o conhecimento de qual a substância da correspondência, por tratar-se de informações de caráter íntimo que só dizem respeito aos interlocutores e que tem a garantia de não vê-las violadas por terceiros curiosos ou interessados.

Contudo, em meio a tentativa de acompanhar a evolução hodierna, o Poder Legislativo do Brasil, elaborou e promulgou o chamado Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965 de 2014, com o intuito de regular as redes no país, trazendo em seu escopo diversas garantias, direitos e deveres, aduzindo em seu art. 3º que a disciplina do uso da internet no território brasileiro tem dentre os seus princípios a proteção da privacidade e a proteção dos dados pessoais, na forma da lei.

Positivando em seu rol, a necessidade de se haver a tutela efetiva, não só resguardando a privacidade, mas de forma uníssona, os dados pessoais atinentes. Em 2018, como forma de legislação específica a versar sobre os dados já mencionados outrora, foi promulgada a Lei nº 13.719/2018 também conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados, que dispõe efetivamente do tratamento devido e adequado bem como regula também comportamentos de forma taxativa.

Ao estar a sociedade inserida na sociedade da informação, tem-se de forma velada a necessidade de atualização constante e veloz de tudo o que ocorre no mundo, sendo fruto do fenômeno da Globalização, visto que esta tem como objetivo uma aprimoração integrativa de diversas áreas, como economia, social e até mesmo geográfico, tornando-as as mais interligadas possíveis para o aumento de capital.

Assim, vê-se que os indivíduos dedicam tempo em redes sociais e até mesmo em outros serviços privados, que têm ao primeiro contato a coleta de dados – muitas vezes de forma brusca, sem esclarecimento e lesando o usuário – de acordo com o autor Vieira (2007, p.155) “O avanço tecnológico, ao propiciar o cruzamento de dados pessoais e o monitoramento eletrônico de indivíduos e empresas, agiganta-se como uma ameaça ao direito à privacidade”, demonstrando que esses contatos havidos na Internet não estão sendo, de fato, deletados e que há sim, formas de serem detectados.

Corroborando, bem retrata o autor Han (2018, p. 122) em sua obra “No enxame: perspectivas do digital”:

Todo clique que eu faço é salvo. Todo passo que eu faço é rastreável. Deixamos rastros digitais em todo lugar. Nossa vida digital se forma de modo exato na rede. A possibilidade de um protocolamento total da vida substitui a confiança inteiramente pelo controle.

Ante o exposto, é notório que a Internet abrange diversas – se não todas – as áreas do mundo atual, e com isso, a ausência de controle mediante as informações desenfreadas prestadas nas grandes redes de comunicações, envolvendo os dados personalíssimos dos indivíduos, estes que sem o devido tratamento pode vir a expor a pessoa a diversas perdas no mundo cibernético indo desde a exposição indevida, quanto a se tornar alvos de crimes.

Nesse ínterim, cita-se que há possibilidades da utilização de forma inadequada e intencional, movidos a ignorância da maioria dos usuários induzir o indivíduo a permitir uma invasão de forma camuflada a vida privada dos usuários, requerendo dados que não lhe são necessários, apenas para conseguir proliferar ainda mais propagandas ou mecanismos conhecidos como “*spam*”, que provir a “*hackear*” o dispositivo utilizado e todas as informações contidas.

4 SOCIEDADES DA INFORMAÇÃO E DA VIGILÂNCIA

Ao entender o contexto em que a Internet surgiu é importante salientar o conceito da Sociedade da Informação, termo utilizado pela primeira vez na Comissão Europeia em 1993 por Jacques Delors para definir o crescente uso de tecnologia da informação na economia. Segundo o autor Vieira (2007), sendo traduzida, portanto, como uma nova forma de organização social, política e econômica. Vislumbra-se que a informação consiste em um dado ou um conjunto destes que sejam capazes de produzir conhecimento, independentemente de como esteja sendo transmitido.

Em consonância, Foucault (2002, p.88) um exímio filósofo, professor e escritor francês retratou na obra “A verdade e as formas jurídicas” sobre o efeito “Panóptico”:

No Panóptico vai se produzir algo totalmente diferente; não há mais inquérito, mas vigilância, exame. Não se trata de reconstituir um acontecimento, mas de algo, ou antes, de alguém que se deve vigiar sem interrupção e totalmente. Vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder - mestre - escola, chefe de oficina, médico, psiquiatra, diretor de prisão -e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber.

Em harmonia, é tratado pelo mesmo autor na obra de 1975, “Vigiar e Punir”, Foucault elucidada sobre a sociedade da vigilância. As duas representações retratadas, se unem para versar sobre a temática atual e preocupante, na constituição de uma hierarquia de poder, atribuindo ao detentor o poderio de estar em posição privilegiada, ao qual consegue controlar, influenciar e

até mesmo manipular, comportamentos e posicionamentos aos que não tem tanto poder. Segundo Stefano Rodotá (2008) é onde a privacidade dos usuários é questionada e posta em quase extinção, visto as exigências advindas dos novos mercados além da elaboração de perfis com diversos dados pessoais coletados e codificados.

Além do mais, de acordo com o autor Byung – Chul Han (2018), uma alusão interessante dita em seu texto, é quanto a um sistema de encarceramento elaborado por ele onde os prisioneiros são incomunicáveis, a utilização de barreiras que impedem a visualização de outros apenados devido a disposição estrutural criada, a solidão é a forma em que são colocados para melhorarem. É nesse contexto que, ao colocar em paralelo com o panóptico digital, a hiper comunicação é capaz de propiciar o controle total possível. Isto porque, as pessoas dentro do cenário no panóptico digital não são prisioneiras por acharem ter uma liberdade, que na verdade, não passa de uma ilusão. Assim, continuam alimentando e construindo esse cenário de forma voluntária sem nenhum tipo de ponderação, já que a auto exposição é uma facilitadora desse meio.

Segundo Han (2018, p. 124), a vigilância e o controle estão presentes de forma indifusível na comunicação digital, constituindo que a observação quanto ao comportamento dos indivíduos não é observada apenas por pessoas específicas, mas, dispostas a todos os que quiserem:

(...) Aqui, todos observam e vigiam a todos. Não são apenas serviços secretos do governo que nos espiam. Empresas como o Facebook ou o Google as trabalham como serviços secretos. Elas expõem a nossa vida para conseguir capital em troca das informações espionadas. Firms espionam os seus funcionários. Bancos examinam a fundo potencias de crédito.

Ademais, a autora Soshana Zuboff (2019) versa sobre a sociedade da vigilância trazendo perspectivas mais atuais, como a forma em que o capitalismo aliado a Inteligência Artificial consegue utilizar e embasar a experiência humana, se valendo de características próprias, como voz e imagem, personalidades essas criadas através do tratamento de dados coletados de forma gratuita, utilizando-se da ingenuidade e necessidade de presteza advinda dos usuários, com a finalidade de atrair cada vez mais os consumidores para as novas disposições criadas.

Logo, o fornecimento de dados comumente reiterado pode se tornar uma problemática em diversos viés, segundo o autor Rodota (2008) quando trata de monitoramento dos indivíduos, desde ao simples acesso à Internet até mesmo a utilização de dispositivos de segurança, como é o caso de câmeras que captam vídeos, ou os extratos de históricos como de cartão de crédito e de navegação da rede, transformando todos esses dados em uma expansão da sociedade do controle em prol de benefícios econômicos, contudo, não é apenas nessa área

que pode ser aplicado, sendo capaz de inferir em áreas adversas, atingindo inclusive classificações e comportamentos que pode vir a ser discriminatórios pelo tratamento divergente dos perfis.

Dessa forma, de acordo com a autora Zuboff (2019) o *google* foi o pioneiro na relação capitalismo e vigilância, obtendo um êxito entusiasmante com o sucesso e uso contínuo da plataforma. Tornou-se, portanto, exemplo, e atualmente, existem diversas empresas que se utilizam da Internet como ferramenta padrão e indispensável, conseguindo monitorar o *on-line* e muitas vezes o *off-line* a depender do dispositivo conectado, visando a melhor forma de lucrar acima disso.

5 A TUTELA JURÍDICA DOS DADOS PESSOAIS

Ao versar sobre dados pessoais, para entendê-los deve-se vislumbrar que são informações atinentes, e algumas vezes, inerentes às pessoas, logo é possível associar como direito de personalidade do indivíduo. Essa temática, de forma ampla, está positivada na Lei nº 10.406/2002 também chamada de Código Civil, tendo como exemplos o direito ao nome, à honra e outros que visam a individualidade do ser, sendo direitos originários, vitalícios e imprescritíveis. De forma, a tutelar e resguardar a subjetividade do indivíduo que outrora citada no texto, essa singularidade configura a privacidade e intimidade de todas as pessoas que coexistem.

A corroborar com tal informativo, a Constituição Federal de 1988 é considerada Constituição Cidadã por ter marcado a era democrática, afirmando e tutelando os direitos civis e políticos, além do destaque de que o Estado deve ser responsável por garanti-los a todos. Dessa forma, em 2022 houve a proposta de Emenda Constitucional de nº 115 que em seu escopo trazia à positivação do direito a proteção dos dados pessoais a ser efetivado na Constituição como direito fundamental, visto, ser essencial a existência humana na sociedade na era digital, após aprovação e promulgação passou-se a incluir no rol do art. 5º o inciso LXXIX:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o **direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais**. (BRASIL, 1988) (grifo nosso)

O legislador foi perspicaz em citar e incluir o contexto digital diretamente no rol dos direitos fundamentais, tais dados, que um dia já foram banalizados hoje se encontram em uma

ascensão desenfreada, gerando diversos danos às pessoas se utilizados de forma equivocada, a posituação resguarda de forma direta e sem evasão, a proteção dos dados que sejam pessoais em quaisquer que sejam as disposições, ultrapassando inclusive as barreiras, ainda existentes, entre o mundo real e virtual.

Para compreender a tutela jurídica específica desses dados precisa-se vislumbrar o contexto geográfico anterior, em um contexto internacional, a Europa teve a primeira lei voltada para a temática de tutela de privacidade pelo Parlamento Sueco em 1979, servindo de inspiração para demais países. Corroborando ao direito comparado, o Tribunal Constitucional Espanhol distinguiu a proteção de dados reconhecendo este como um direito autônomo.

Enquanto que, no continente europeu o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados conhecido pela sigla GDPR (General Data Protection Regulation) teve como objetivo regulamentar a era digital conhecido como o regulamento (UE) 2016/679, a partir desse documento publicado em 24 de maio de 2016, servindo de incentivo e modelo as normas brasileiras que ainda iriam surgir.

Ao que tange ao ordenamento jurídico brasileiro os olhares voltados ao mundo cibernético, surgiram a partir de uma situação peculiar, em que houve o sequestro de dados pessoais sensíveis de uma famosa atriz brasileira, a Carolina Dieckmann, que teve sua privacidade invadida ao deixar o seu bem pessoal – um computador, em uma oficina de consertos e manutenção. Nesse local, os supostos técnicos tiveram acesso a um material completamente pessoal da proprietária, e em posse, houve diversas chantagens e ameaças pedindo um retorno lucrativo, que findou sendo divulgado fotos íntimas da atriz.

Confrontados com a comoção da população e a necessidade latente de uma proteção sobre tais atos, além da inclusão do art. 154- A do Decreto-Lei Código Penal Brasileiro que tipifica a invasão em dispositivos eletrônicos, surgiu também a Lei nº 12.737/12 que carrega o nome da atriz, com o intuito positivar as posturas criminosas dos delitos informáticos.

Posteriormente, em 2014, com a crescente demanda de utilização da Internet e em uma contínua discussão acerca da violação do anonimato, foi proposta a Lei nº 12.965 de 2014, que visava suprir a ausência de uma regulamentação que versasse completamente acerca do cenário digital. Assim, o Marco Civil da Internet tem como pontos fundamentais a liberdade de expressão, a inviolabilidade da privacidade e a neutralidade do uso de redes. Essa lei teve como objetivo a inauguração da legislação cibernética no país, conceituando e estabelecendo princípios basilares e garantias mínimas a todos os usuários.

De forma a complementar, em 2016, surgiu o Decreto nº 8.771/16 que regulamenta a Lei nº 12.925/14:

Art. 1º Este Decreto trata das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, **indica procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações**, aponta medidas de **transparência na requisição de dados cadastrais** pela administração pública e estabelece **parâmetros para fiscalização e apuração de infrações contidas na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. (grifo nosso) (BRASIL, 2014)

Entretanto, as leis supracitadas não conseguiram ser suficientes para cobrir toda a vasta gama de condutas advindas do virtual, citando sempre a legítima necessidade da proteção dos dados mas sem conseguir definir e estabelecer diretrizes diretas e capazes de assegurar a tutela alegada, com isso, em 2018, baseado nos termos estabelecidos na GDPR – Regulamentação de dados pessoais da UE⁹, surge a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), segundo o ilustre escritor Rafael Fernandes (2020, p. 17) em sua obra “Manual Prático sobre a Lei Geral de Proteção de Dados:

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, **inclusive por meio digital** (art. 1º) (grifo nosso).

A lei em questão é a nº 13.709 de 2018, que visa a proteção direta aos dados pessoais dos indivíduos, consoante ao art. 5º, inciso LXXIX da Constituição Federal que garante a tutela como direito fundamental do ser humano. Instaurando, portanto, uma nova forma de encarar a privacidade no ambiente digital, alertando sobre a importância que esses dados têm e descrevendo de forma assertiva como devem ser tratados:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o **tratamento de dados pessoais**, inclusive nos **meios digitais**, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o **objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural**.

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à **privacidade**;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; (BRASIL, 2018) (grifo nosso)

Dentro do escopo da Lei Geral de Proteção de Dados, há-se as chamadas bases legais para o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, elencado de forma taxativa no art. 10 da referida lei:

Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá **fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas**, consideradas a partir de

⁹ União Europeia.

situações concretas, que incluem, mas não se limitam a: (...) § 1º Quando o tratamento for baseado **no legítimo interesse do controlador**, somente os **dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados**. (grifo nosso)

É válido ressaltar que o art. 5º, inciso XIX da LGPD encarrega que deve haver a criação de uma autoridade nacional que será um órgão proveniente da administração pública com a responsabilidade de zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da lei supramencionada em todo o território nacional. Sendo esta, representada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados a ANPD, com a sua estrutura regimental e quadro de cargos definida pelo Decreto nº 10.474 de 2020, alterada pelo Decreto 10.975 de 2022 e Decreto nº 11.202 do mesmo ano. Esse órgão é dotado de autonomia técnica decisória com patrimônio próprio tendo como objetivo além do zelo dos dados, a orientação, regulamentação e fiscalização da legislação.

6 CASOS PRÁTICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Dessa forma, é notório que a disponibilização de dados pessoais na sociedade atual, tem o potencial lascivo de invadir a privacidade bem como de induzir o indivíduo, anulando inclusive a liberdade de autodeterminação do ser. Assim, faz-se necessário o paralelismo jurídico em relação a situações fictícias e fáticas.

É nesse sentido que se vê a ilustração cinematográfica presente na série “*Black Mirror*” lançada em 2011 e que conta com atualizações até o presente ano, disponibilizada por site de *streaming*¹⁰, é composta por seis temporadas com episódios independentes do qual o teor é revelar as multifaces da tecnologia e as suas diversas consequências na sociedade. De forma realista e algumas vezes até cruel, a série retrata as benesses e malefícios que o uso exacerbado da tecnologia em diversos cenários.

Para o presente trabalho é sabido salientar o episódio “*Joan is Awful*” que se traduz para “A Joan é péssima”, escrita sobre o contexto da greve dos roteiristas no Estados Unidos, o enredo versa sobre uma empresa de streaming popular que reproduz em forma de série a dramaturgia da vida de pessoas aleatórias. De forma técnica, induzia o usuário a assinar a plataforma, e ao ignorar os termos e condições que estavam dispostos com essa intenção, aceitá-los, contudo, dentro desses termos há-se previsões de extração de dados personalíssimos com cláusulas que permitem inclusive o exagero para a melhoria do roteiro.

¹⁰ Plataforma pela qual transmite dados, como áudio e imagem de forma on-line.

Para o filósofo Aristóteles, “a vida imita a arte”¹¹ nessa senda a ficção britânica citada confunde-se com a realidade, quando versa sobre a disponibilização dos dados de forma frequente, demasiada e impensada na cultura societária atual, em especial, a brasileira. Em contextos evidentes, o indivíduo se expõe ao risco diversas vezes durante um pequeno lapso temporal, de forma ilustrativa, cita-se o uso do cadastro de pessoas físicas em empresas, sites promocionais, e até mesmo as instituições financeiras que hodiernamente exigem em seus cadastros informações pessoais de extrema sensibilidade como é a biometria e o reconhecimento facial.

Ao retratar sobre o assunto de dados pessoais o autor Han (2018) cita a *Big Data “Axiom”*, empresa que trata de dados e interconectividade, logo, compreende-se que há um vasto arquivo sobre dados com milhares de servidores, que envolve cerca de 300 milhões de norte-americanos. No contexto da investigação que houve acerca do ataque terrorista que marcou o 11 de setembro de 2001, a empresa mencionada foi capaz de fornecer para os órgãos públicos os dados que tinha coletado de 11 suspeitos. Sob esse viés, é perceptível que mesmo que a intenção tenha sido solucionar um caso terrível houve o armazenamento e a disponibilização de dados pessoais de forma desacertada.

Além do mais, a empresa Uber, popular não só no Brasil quanto no mundo todo, em 2016 teve o seu próprio aplicativo invadido, resultando no furto de dados de muitos consumidores que estavam previamente cadastrados devido ao uso, estima-se mais de 57 milhões de usuários e que deste número, 200 mil brasileiros teriam tido seus dados pessoais sequestrados, como desfecho jurídico houve uma multa que chegou ao valor de US\$ 150 milhões pelo governo da Califórnia nos Estados Unidos, mas a resolutiva de onde os dados tomados foram parar e qual finalidade tiveram, ainda não foi descoberto.

Outrem, é possível citar o exemplo exposto por Morozov (2018) do usuário que acessa dado recurso do *Facebook*, rede social famosa, buscando filtrar os melhores restaurantes vegetarianos da região, tendo como base a opinião das pessoas que habitam tal localização. Tal informação é coletada e convertida na ideia de afeição ao vegetarianismo. Dispondo dessa assertiva, vê-se a oportunidade de indução de consumo ao usuário, que por sua vez passa a receber propagandas relacionadas de forma frequente.

Em 17 de março de 2018, houve um escândalo, quando os jornais “*The Guardian*” e “*The New York Times*” publicaram como foi havida a transição de dados pessoais de mais de

¹¹ A frase é uma adaptação da expressão “a arte imita a natureza” publicada em Física, Livro II.

50 milhões de usuários do *Facebook* para a *Cambridge Analytica*¹². A situação ocorreu quando um professor russo de psicologia chamado Aleksandr Kogan obteve autorização para a realização de um teste de personalidade na rede social, voltado apenas para fins acadêmicos, após divulgações, o teste teve cerca de 270 mil participantes, que tiveram dados recolhidos, como identidade e localização.

Não há irregularidade nenhuma na coleta desses dados, visto que, todos os participantes se voluntariam para a situação, a problemática inicia quando o Kogan repassou essas informações para a empresa, o que, segundo o facebook fere as condições de uso da própria plataforma que não permite nenhum tipo de disponibilização de dados com terceiros. Christopher Wylie, um canadense que participou da formulação estratégica de obter esses dados, relatou posteriormente que o objetivo era elaborar modelos de análise para usarem em ações políticas, induzindo os usuários de uma forma discreta a seguir um padrão determinado e querido por eles.

Tal alusão pode ser remetida e relacionada ao fato de o *Facebook* ter sido condenado por dano moral ao vazar dados de usuários da rede social em 2018 e 2019. A situação conta com dois episódios, em setembro de 2018 quando o sistema foi falho e *hackers*¹³ conseguiram o acesso ao nome, telefone e e-mail de mais de 15 milhões de pessoas, segundo a LGPD trata-se de dados pessoais correlacionados ao art. 5º, inciso I, enquanto que, posteriormente cerca de 14 milhões tiveram dados pessoais sensíveis segundo o art. 5º, inciso II da LGPD, acessados pelos *hackers*, sendo estes gêneros, religião, localidade e afins.

Ao final do ano de 2020, houve o vazamento da base cadastral do Ministério da Saúde do Brasil, expondo os dados de 243 milhões de brasileiros na Internet, incluindo de pessoas já falecidas e que os dados estavam guardados. Os vazamentos de dados de brasileiros em específico tem dentro de suas consequências a utilização desses dados em fóruns criminosos, contudo, mesmo identificando que houve um vazamento e para que os dados estão sendo utilizados, a ANPD¹⁴ ainda não conseguiu identificar a origem, tornando-se ainda mais problemático por não poder ter um efetivo controle sobre o que já foi exposto.

Em 2021, em território nacional o Bando do Estado de Sergipe através de engenharia social tinha cadastro cerca de 395 mil chaves PIX¹⁵ que foram sequestradas após o banco sofrer um ataque de *hackers*, em nota, o Banco Central afirmou que os dados sensíveis não foram

¹² Empresa que atuava em análise de dados para fins comerciais e políticos;

¹³ Termo em inglês sem tradução mas que se assemelha ao “ser invasor”, principalmente de sistemas, grandes responsáveis pela invasão de redes e tomadas de informações;

¹⁴ Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

¹⁵ Sistema de Pagamento Instantâneo brasileiro.

expostos, contudo, ainda assim houve a exposição de clientes e de dados devido a “falhas pontuais” como foi alegado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o princípio a humanidade se curva para as comodidades possíveis relativas à existência, com a incidência da tecnologia e as suas milhares de possibilidades advindas. Nessa senda, houve a necessidade de personificação com mais afinco das pessoas no âmbito digital, utilizando para tanto, os próprios dados pessoais, estes que são tão requisitados e utilizados em prol de um movimento capitalista e consumista em grande ascensão.

Estar em um cenário de *data-driven economy* exige entender que os dados pessoais consistem em ativos valiosos que são fonte de riquezas para várias empresas e até mesmo para os órgãos públicos, o tempo em que se é dedicado em dispositivos dotados de IA ou de outras tecnologias que vêm em tom de auxílio, faz com que o consumidor utilizador se torne cada vez mais vulnerável e predisposto a liberação das informações requeridas, estando suscetível a diversas situações, desde manipulações de comportamentos até mesmo ao cometimento de práticas ilegais.

Apesar de bastante corriqueiras, todas as situações em que requeiram a anuência e disponibilização de dados pessoais devem ser analisadas de forma minuciosa devendo ignorar apenas a falta de predisposição de lê-las e questioná-las. Dessa forma, a Lei Geral de Proteção de Dados traz de forma taxativa em seu rol acerca das bases legais de tratamento, que deve ser visualizada a aplicação corretamente. Além do mais, a falta de atenção da sociedade por estarem tão inseridas nas informações facilita que a veiculação desses dados estejam cada vez mais veiculadas e utilizadas de formas inverídicas com a legalidade.

Portanto, é inegável o quão desrespeitada a privacidade, autonomia e até mesmo liberdade individual é na sociedade digital, afetando de forma direta ou não o poder decisório dos usuários. Zuboff, autora utilizada no texto em diversos pontos, que versa diretamente sobre a invasão que o mundo ocasiona diariamente na privacidade, discorre diretamente sobre a sociedade da vigilância e a implicação desta na vida íntima da sociedade, sugerindo que as pessoas não tornem esse comportamento padrão e voltem a sua atenção para onde está sendo disposta tais informações tão importantes. Lewicki, finaliza sua obra que versa sobre a privacidade no ambiente do trabalho de forma a advertir sobre a complacência que a sociedade tem quanto a temática.

Ao versar sobre as limitações do presente estudo, verifica-se a ausência de uma pesquisa de campo para quantificar as hipóteses levantadas no texto por meio do uso da bibliografia, visando quantificar de forma exata e estatística como fundamentação de aprofundamento do trabalho. Além do mais, em prol de continuidade, vê-se a capacidade de melhor desenvolvimento após a investigação social com levantamento de dados posteriores.

REFERÊNCIAS

About Pew Research Center. Pew Research Center, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/about/>>. Acesso em: 12 nov. 2023

A controvérsia dos 50 milhões de perfis do Facebook manipulados pela Cambridge Analytica. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/especiais/facebook-cambridge-analytica-dados/>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ANPD. Disponível em: <<https://www.gov.br/anpd/pt-br/anpd>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ASSIS, José Francisco de. **Direito à privacidade no uso da internet: omissão da legislação vigente e violação ao princípio fundamental da privacidade**. Internet e Informática. Revista Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12848>. Acesso em: 10 de set. 2023.

BRANDEIS, Louis; WARREN, Samuel. **The Right to Privacy**. Harvard Law Review, v. IV, December 15, n. 5, 1980. Artigo, na sua versão eletrônica. Disponível em: <http://groups.csail.mit.edu/mac/classes/6.805/articles/privacy/Privacy_brand_warr2.html>. Acesso em: 14 de set. 2023.

BRASIL. **Código civil brasileiro**. 2. ed. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%20%20ed.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 de set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de set. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei Federal 14.709, de 14.08.2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei 12.965, de 23.04.2014 (Marco Civil da Internet)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 10 de set. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112737.htm>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 10 de set. 2023.

PESCAROLO, Carina; ZAGONEL, Marina. **Há privacidade na sociedade da informação? Uma análise à luz do princípio da dignidade humana e das redes sociais,** 2019.

COSTA, Ramon Silva; OLIVEIRA, Samuel. Rodrigues. **Os Direitos Da Personalidade Frente À Sociedade De Vigilância: Privacidade, Proteção De Dados Pessoais E Consentimento Nas Redes Sociais.** Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva, v. 5, n. 2, p. 22, 20 dez. 2019.

“Dados são o novo petróleo”, diz CEO da Mastercard – exceto por um pequeno detalhe - Época Negócios | Empresa. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/07/dados-sao-o-novo-petroleo-diz-ceo-da-mastercard.html>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

De acordo com estudo, 74% das pessoas não leem políticas de privacidade. Disponível em: <<https://privacytech.com.br/protecao-de-dados/de-acordo-com-estudo-74p-das-pessoas-nao-leem-politicas-de-privacidade,410715.jhtml>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DOTTI, René Ariel apud SIMÓN, Sandra Lia. **A Proteção Constitucional da Intimidade e da Vida Privada do Empregado.** São Paulo: LTr, 2000.

DOTTI, René Ariel. **Proteção da vida privada e liberdade de informação.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

Embargos Culturais: Louis Brandeis e o realismo jurídico norte-americano. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2012-jun-10/embargos-culturais-louis-brandeis-realismo-juridico-norte-americano/>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ESPANHA. Tribunal Supremo, Sala Civil, Relação 1.739/2006. Resolução 1.100/2008. **EU. GENERAL DATA PROTECTION REGULATION.** Versão extraída do Jornal Oficial da União Europeia, no idioma português. Disponível em: <https://www.cncs.gov.pt/content/files/regulamento_ue_2016679__protecao_de_dados.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

Facebook é condenado em R\$ 20 milhões por vazamento de dados. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/391157/facebook-e-condenado-em-r-20-milhoes-por-vazamento-de-dados>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Facebook: veja como saber se seus dados foram vazados para receber indenização | Economia | extra. Disponível em: <<https://extra.globo.com/economia/noticia/2023/08/indenizacao-do-facebook-veja-como-saber-se-meus-dados-foram-vazados.ghtml>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Foucault e a sociedade disciplinar | Filosofia na Escola. Disponível em: <<https://filosofianaescola.com/politica/foucault-e-a-sociedade-disciplinar/>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FOUCAULT, Michael. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução de Roberto Cabral de Melo e Eduardo Jarm Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital.** Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

Contexto histórico do Marco Civil da Internet e seus principais aspectos. Disponível em: <<https://unieducar.org.br/blog/contexto-historico-do-marco-civil-da-internet-e-seus-principais-aspectos>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

LEWICKI, Bruno. **A Privacidade da Pessoa Humana no Ambiente de Trabalho.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 225.

MANCINI, Mônica. **A história da Internet das Coisas ou Internet of Things (IoT).** 2018. Disponível em: Acesso em: 04 de set. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ORTIZ, Concepción Conde. **La protección de datos personales – Un derecho autónomo con base en los conceptos de intimidad y privacidad.** Madrid: Dykinson, 2005. p. 43.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet. Liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 35;

PAIVA, Mário Antônio Lobato de. Primeiras linhas em Direito Eletrônico. Novembro, 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3575/primeiras-linhas-em-direito-eletronico>. Acesso em 25.01.2016.

PINHEIRO, Peck. **#DireitoDigital.** 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

Proteção de dados na UE. Disponível em: <https://commission.europa.eu/law/law-topic/data-protection/data-protection-eu_pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade da vigilância. A privacidade hoje.** Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RUSSEL, Stuart; NORVIG, Peter: **Inteligência Artificial.** Campus, São Paulo, 2004.

SPADACCINI DE TEFFÉ, Chiara.; BODIN DE MORAES, Maria. Celina. **Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil. Análise a partir do Marco Civil da Internet.** Pensar - Revista de Ciências Jurídicas, v. 22, n. 1, p. 108–146, 2017.

SRNICEK, Nick. **Plataform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2018.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 161.

TERMS and Conditions my apply. Direção: Cullen Hoback. Produção: Cullen Hoback, John Ramos, Nitin Khanna. Estados Unidos: Variance Films, Hyrax Films, 2013. 80 minutos.

VIEIRA, Tatiana Malta. **O direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2007.

VIEIRA, Waleska Duque Estrada. A privacidade no ambiente cibernético: Direito fundamental do usuário. **Revista da ESMESC**, v. 24, n. 30, p. 197, 14 dez. 2017.

Você sabe como funcionam os algoritmos preditivos? - IT Forum. Disponível em: <<https://itforum.com.br/noticias/voce-sabe-como-funcionam-os-algoritmos-preditivos/>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

WARREN Samuel. BRANDEIS, Louis. **The Right to Privacy**. Harvard Law Review. 1890.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism – The Fight for a Human Future and the New Frontier of Power**. New York: PublicAffairs, 2019. p. 525.

III SEÇÃO

Pesquisas em Enfermagem

PRIMEIROS SOCORROS NO AMBIENTE ESCOLAR: CONHECIMENTOS DOS PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA – RN

*Lucas Fontes Alves
Laura Maria de Moraes Fernandes
Fernanda Ligia Fernanda da Silveira Andrade
Rafael Tavares Silveira Silva
Rosane Shirley Saraiva de Lima*

RESUMO: Define-se como primeiros socorros a intervenção que ocorre a um determinado indivíduo em situação de sofrimento e/ou risco de morte, antes do atendimento hospitalar para manter as funções vitais em funcionamento e evitar o agravamento da condição de saúde. Os conhecimentos sobre primeiros socorros se fazem necessário nas diferentes faixas etárias e para indivíduos de diferentes segmentos sociais e profissionais. Tem como objetivo avaliar os conhecimentos sobre primeiros socorros dos docentes da rede de ensino básica no município de José da Penha – RN. trata-se de um estudo de campo, com abordagem quantitativa e qualitativa. O presente estudo foi realizado no Município de José da Penha, Rio Grande do Norte. A população do estudo foi com 23 professores da rede de ensino da zona urbana do município de José da Penha – RN. O instrumento utilizado na pesquisa foi o questionário com 08 perguntas sobre primeiros socorros. A coleta de dados procedeu através de um instrumento para a realização da entrevista semiestruturada junto aos participantes do estudo. Tivemos uma amostra com 23 professores, sendo majoritariamente do sexo feminino, com idade acima de 30 anos, e 12 profissionais possui graduação em pedagogia. Observou-se que a maioria dos professores de ensino nunca tiveram treinamentos/capacitações sobre primeiros socorros e há uma grande ausência de conhecimentos por parte dos professores. Os resultados dessa pesquisa contribuem para demonstrar que os professores da rede não estão capacitados para atendimento inicial em primeiros socorros e que é real a necessidade a realizações de cursos de capacitações sobre o tema.

Palavras-chave: Primeiros Socorros. Enfermagem. Educação em Saúde.

ABSTRACT: First aid is defined as the intervention that occurs to a given individual in a situation of suffering and/or risk of death, before hospital care to maintain vital functions and prevent the worsening of the health condition. Knowledge about first aid is necessary in different age groups and for individuals from different social and professional segments. The objective is to evaluate the knowledge about first aid of teachers in the basic education network in the municipality of José da Penha - RN. This is a field study, with a quantitative and qualitative approach. The present study was carried out in the municipality of José da Penha, Rio Grande do Norte. The study population was 23 teachers from the education network in the urban area of the municipality of José da Penha - RN. The instrument used in the research was the questionnaire with 08 questions about first aid. Data collection proceeded through an instrument for conducting the semi-structured interview with the study participants. We had a sample of 23 teachers, most of whom were female, over 30 years old, and 12 professionals had a degree in pedagogy. It was observed that most of the teachers had never received training/qualifications on first aid and there is a great lack of knowledge on the part of the teachers. The results of this research contribute to demonstrating that teachers in the network are not qualified to provide initial first aid care and that there is a real need for training courses on the subject..

Keywords: First Aid. Nursing. Health Education.

1 INTRODUÇÃO

Define-se como primeiros socorros a intervenção que ocorre a um determinado indivíduo em situação de sofrimento e/ou risco de morte, antes do atendimento hospitalar para manter as funções vitais em funcionamento e evitar o agravamento da condição de saúde em uma determinada situação de urgência e emergência, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de uma assistência qualificada (Neto, et al 2018).

Profissionais de saúde ou qualquer pessoa comum devidamente treinada, poderá ser capaz de reconhecer situações que promovam risco a vítima, tornando-se necessário conhecimento prévio sobre questões de urgência e emergência para prestar os primeiros socorros. Os conhecimentos sobre primeiros socorros se fazem necessário nas diferentes faixas etárias e para indivíduos de diferentes segmentos sociais e profissionais (Carvalho, et al 2022).

De acordo com Souza et al (2020), os locais onde as crianças mais se acidentam são os parques e as escolas, os acidentes mais comuns e recorrentes são cortes, obstrução das vias aéreas, fraturas e quedas. Destaca-se a necessidade de ter profissionais que tenham conhecimentos sobre primeiros socorros nas escolas. A falta de conhecimento do assunto pode gerar inúmeras consequências, como o manuseio incorreto, podendo agravar ainda mais a situação da vítima (Carvalho, et al 2022).

Nesta perspectiva, Sena, Ricas e Viana (2011) afirma que o ambiente escolar é um espaço voltado ao conjunto de crianças em fase de desenvolvimento e interações diversas, mediadas inclusive por meio de ações recreativas e esportivas, o que também favorece a ocorrência de possíveis acidentes. Percebe-se a importância de se trabalhar os primeiros socorros em todos os espaços, com especificidade no ambiente educacional (Ribeiro, 2022).

Segundo Li et al. (2020) apud Cruz et al. (2022) a causa predominante do óbito de crianças ao redor do mundo são os acidentes. Segundo o CID-10 (Classificação Internacional de Doenças, volume I, 10ª Revisão, 2ª edição) as causas externas de morbidade e mortalidade incluem os acidentes de forma geral, quedas, afogamentos, exposição ao fogo, envenenamentos, intoxicações, lesões autoprovocadas e agressões (Tabenet, Datasus).

Dentre as diversas pessoas que necessitam de treinamento para o atendimento de primeiros socorros, destaca-se professores que trabalham com crianças menores de cinco anos idade. As crianças em idade pré-escola estão mais suscetíveis e vulneráveis. Com isso, o estudo tem como problemática de que forma os conhecimentos referente aos primeiros socorros do quadro de professores atuantes da zona urbana no município de José da Penha – RN, impacta na qualidade da assistência de primeiros socorros no ambiente educacional? (Souza, et al 2020).

Em outubro de 2018, sancionou-se a lei nº 13.722 que torna obrigatória capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. É de grande importância que os professores atuantes na educação básica tenham conhecimentos de primeiros socorros para atuar rapidamente em diversas situações de urgência e emergência (Neto, et al 2018).

A pesquisa tem como questão norteadora: analisar quais conhecimentos os professores da zona urbana do município de José da Penha – RN possuem sobre primeiros socorros para atuarem situações de urgência e emergência no ambiente educacional? O estudo tem como Hipótese alternativa: Os professores da zona urbana não tem conhecimentos acerca de primeiros socorros no ambiente escolar. Hipótese nula: Os professores da zona urbana tem conhecimentos acerca de primeiros socorros no ambiente escolar.

De acordo com resultados dos índices, tem tomado conseqüentemente proporções alarmantes e gerado um grande problema de saúde pública no país, devido ao alto índice de acidentes nas escolas. Faz-se necessário a busca de mais qualificações e capacitações nesta recorrente área, destaca-se os professores que têm o papel importante crescente na promoção de saúde e prevenção de acidentes entre crianças no ambiente escolar. (Gomes, et al 2021).

Diante do exposto, a realização desse estudo justifica-se pela importância do amplo conhecimento de todos os professores que atuam no ambiente escolar, quanto a abordagem das noções básicas de primeiros socorros como a implementação de planos de atendimentos de emergências nestes ambientes educacionais e devido alta incidência de acidentes no ambiente escolar.

O estudo tem como objetivo geral: avaliar os conhecimentos sobre primeiros socorros dos docentes da rede de ensino básica no município de José da Penha – RN e como objetivos específicos: Caracterizar o perfil dos professores; Descrever o que os professores sabem sobre primeiros socorros; Verificar a capacitação dos professores para realizar primeiros socorros; Identificar o comportamento do professor diante de situações de primeiros socorros na escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 PRIMEIROS SOCORROS

Os primeiros socorros inicialmente são assistência ou cuidados prestado a uma pessoa, com o objetivo de manter seus sinais vitais funcionando e evitar o agravamento da condição de

saúde. O objetivo desse atendimento são: preservar a vida, prevenir sequelas ou deterioração do estado de saúde da vítima e promover a recuperação, até que os profissionais da saúde assumam o atendimento, sempre fundamentado no princípio de não causar malefícios à vítima (GRIMALDI, et al, 2022).

Neto¹ et al. (2017, p. 91), relata 15 casos de urgência e emergência:

Sangramentos, pancadas, comprometimentos na integridade óssea, crise convulsiva, lesões por calor, amputações, queimaduras, agravos traumáticos oculares, avulsão dentária, intoxicação exógena, acidentes com animais peçonhentos, rebaixamento de nível de consciência, parada cardiorrespiratória, obstrução de vias aéreas e afogamento.

Antes de qualquer prestação de condutas iniciais para realizar os primeiros socorros, é preponderante avaliar as condições que possam ameaçar a vida da vítima, os riscos do cenário em que ocorre a emergência, a falta de conhecimentos para ter o manejo correto, com agilidade, segurança para atuar positivamente em situações como trauma, hemorragia, síncope, crise convulsiva, engasgo, parada cardiorrespiratória e outras situações críticas. (CARBOGIM, et al, 2020).

Conhecimentos básicos sobre como atuar diante dessas situações são essenciais a todos, mas imprescindíveis aos profissionais professores. Visto que, de acordo com os estudos mostra que a maioria dos acidentes com crianças e adolescentes são dentro do ambiente escolar, com isso reforça a importância de os professores terem conhecimento sobre primeiros socorros. (NETO, et al, 2017).

1.2 ACIDENTES NAS ESCOLAS

Acidente é definido como um acontecimento fortuito, independente da vontade humana, provocado por uma força externa que age rapidamente. Os acidentes sendo um evento inesperado e não planejado, com isso mostra uma disfunção do meio aonde ocorre. Nos dias atuais, acidentes são responsáveis por alto número de atendimento nos serviços de urgência e emergência. (GRIMALDI, et al, 2022).

De acordo com Neto¹ et al. (2017), uma das áreas que mais ocorrem incidentes de emergência ou urgência é o ambiente escolar. É de acordo com essas informações, que se nota a necessidade de os professores terem conhecimento básico sobre primeiros socorros para agir nestas situações de urgência e emergência.

Estudo realizado na Índia, que avaliou o conhecimento de professores acerca dos primeiros socorros na escola, concluiu que 13% dos professores possui baixo nível de conhecimento e 87% possui conhecimento moderado o que configura um quadro onde

inexiste o preparo adequado dos professores para prestação dos primeiros socorros. (Neto¹ et al., 2017, p.88)

Segundo Dutra et al, 2022. As Intercorrências de saúde são frequentes no ambiente escolar, haja vista o tempo de permanência das crianças nas escolas e a exposição às atividades recreativas. Nesta fase de desenvolvimento os alunos estão em busca de novos conhecimentos, e conseqüentemente tem maiores curiosidades, ficando cada vez mais expostas para acidentes nas escolas.

A escola representa um espaço relevante de contribuição para a implementação de ações de prevenção de acidentes e, também, para a prestação dos primeiros socorros. Os acidentes mais comuns nas escolas são quedas, ferimentos, contusões, afogamento e queimaduras. (DUTRA, et al, 2022).

A American Academy of Pediatrics quanto American Heart Association seguem diretrizes mundiais de Emergências Cardiovasculares e Ressuscitação Cardiorrespiratória estabelecidas pelo International Liaison Committee on Resuscitation, que está sendo recomendado pela Organização Mundial de Saúde com o propósito de enfatizar a necessidade de profissionais capacitados para estabelecer planos de atendimentos sistematizados de emergências nas escolas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se de um estudo de campo, com abordagem quantitativa e qualitativa. O estudo foi realizado no município de José da Penha, no estado do Rio Grande do Norte, localizada há aproximadamente 416,7km de distância da capital do estado, Natal. Sua área territorial é de 117,635 Km² e está localizada na microrregião de Pau dos Ferros e mesorregião Oeste Potiguar, limitando-se com os municípios de Riacho de Santana, Paraná, Major Sales, Marcelino Vieira e Luís Gomes (IBGE, 2010).

O quadro constitutivo da amostra da pesquisa se deu a partir de uma análise profícua acerca dos professores que compõe a rede básica de ensino do município de José da Penha – RN. Inicialmente, estimava-se que o estudo se desenvolveria com base no universo quantitativo de 45 professores da zona urbana, dos quais 18 são vinculados a Escola Municipal 04 de Outubro, 17 a Escola Estadual Vicente de Fontes e 10 a Escola Municipal Pequeno Mário.

Importa destacar que, ao considerar os critérios de inclusão que tem como: ter apenas um vínculo educacional no município, aceitar participar da pesquisa e ter disponibilidade para

participar da pesquisa, os critérios de exclusão: professores que estejam de férias, atestado médico ou não aceitaram participar da pesquisa.

O estudo contemplou apenas 23 professores, sendo 11 da Escola Municipal 04 de Outubro, 07 da Escola Estadual Vicente de Fontes e 05 da Escola Municipal Pequeno Mário. No que se refere aos impedimentos para a realização da entrevista com os outros 22 professores, evidencia-se a existência de mais de um vínculo institucional e/ou ausência de interesse em participar da pesquisa.

A coleta de dados procedeu através de um instrumento para a realização da entrevista semiestruturada junto aos participantes do estudo. O instrumento utilizado configura-se como um questionário/roteiro previamente elaborado pelo pesquisador, capaz de obter informações acerca dos perfis dos professores, como idade, gênero, vínculo institucional e formação. O questionário é constituído por 08 perguntas de caráter objetivo e subjetivo, que permite avaliar o nível de conhecimento dos professores em relação aos primeiros socorros no ambiente escolar.

Antes da aplicação do questionário, todos os entrevistados foram informados sobre a importância da pesquisa, os objetivos, metodologia, riscos e benefícios. Cada entrevista foi realizada individualmente, nas escolas que são cenários da pesquisa. Sendo estas gravadas com o auxílio de um minigravador pelo pesquisador responsável pela obtenção do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e do Termo de Autorização para Uso de Áudio. Para o momento, foi escolhida uma sala reservada, na qual apenas o entrevistador e o entrevistado poderiam permanecer no ambiente durante a gravação da entrevista, a fim de garantir a privacidade e sigilo das informações prestadas. O conteúdo obtido nas entrevistas foi guardado em pendrive, sob posse do orientador da pesquisa, após 05 anos os dados serão excluídos.

Os dados coletados por meio das entrevistas foram analisados e interpretados através da técnica de Análise de Conteúdo. Este trabalho foi submetido no CEP, aprovado no dia 21 de agosto de 2023, sob o CAAE: 71080423.7.0000.5294 e número do parecer: 6.252.072.

A pesquisa obedeceu às diretrizes e às normas éticas determinadas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamentam as pesquisas que envolvem seres humanos em vigor no país, principalmente no que diz respeito ao consentimento livre e esclarecido dos participantes, bem como ao seu anonimato e ao sigilo de dados confidenciais. Para validação da exposição dos dados coletados, bem como a ética e sigilo de informações dispensáveis será entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nenhuma identidade pessoal será revelada, mantendo o anonimato dos participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa que ora se apresenta parte de uma amostra com 23 professores da área da educação básica da zona urbana nas três escolas do município de José da Penha – RN, das quais 05 docentes integram o quadro da Escola Municipal Pequeno Mário, 11 da Escola Municipal 04 de Outubro e 07 da Escola Estadual Vicente de Fontes. Nessa perspectiva, busca-se conhecer o perfil sociodemográfico dos profissionais entrevistados com base em aspectos indispensáveis na análise como idade, gênero, vínculo institucional e formação. E os conhecimentos dos professores acerca de primeiros socorros nas escolas.

Tabela 1 – Variável da idade dos Professores, José da Penha – RN, 2023.

Tabela		
Idades	Números	Porcentagens
Abaixo de 30 anos	05	21,73%
Acima de 30 anos	18	78,26%

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Inicialmente, com a tabela da variável idade, dividimos o resultado em duas faixas etárias para um melhor entendimento dos resultados. Assim, temos 18 (dezoito) profissionais da educação na faixa etária de 30 (trinta) anos acima, que representa 78,26% (setenta e oito inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do público entrevistado. Em contrapartida, apenas 05 (cinco) dos profissionais possui menos de 30 (trinta) anos e representa 21,73% (vinte e um inteiro e setenta e três centésimos por cento) do conjunto dos entrevistados.

Tabela 2 – Variável do gênero dos professores, José da Penha – RN, 2023.

Tabela		
Gêneros	Números	Porcentagens
Sexo Feminino	14	60,86%
Sexo Masculino	09	39,13%
Outros	00	0%

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

No que se refere a variável de sexo, destaca-se que o sexo feminino é predominante na composição do quadro de professores em todas as escolas, representando 60,86% (sessenta inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) dos entrevistados. Já os profissionais do sexo masculino constituem apenas 09 do total de professores, totalizando 39,13% (trinta e nove inteiros e treze centésimos). Importa mencionar que nenhum profissional apresentou outra identidade de gênero.

Quadro 1 – Formação dos Professores, José da Penha – RN, 2023.

Quadro		
Escolaridade	Números	Porcentagens
Ensino Médio	02	8,69%
Licenciatura em Pedagogia	12	52,17%
Letras Língua Portuguesa	01	4,34%
Letras Língua Espanhola	02	8,69%
Licenciatura Educação Física	01	4,34%
Licenciatura Matemática	01	4,34%
Licenciatura em Geografia	01	4,34%
Licenciatura em Física	01	4,34%
Mestrado	02	8,69%

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Considerando o quadro acerca da dimensão acadêmico-profissional dos entrevistados, evidencia-se que o nível de formação é diverso e se expressa da seguinte forma: 02 professores possuem apenas o ensino médio completo, enquanto 21 possuem ensino superior completo, sendo 12 licenciados em Pedagogia, 01 em Língua Portuguesa, 02 em Língua Espanhola, 01 em Educação Física, 01 em Matemática, 01 em Geografia e 01 em Física, enquanto 02 possuem Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a nível de Mestrado. Na segunda parte do trabalho, foi realizado perguntas específicas e direcionadas sobre o tema primeiros socorros, visando avaliar os conhecimentos desses profissionais, cada pergunta possuía alternativa de “sim” ou “não” e possuía um espaço para descrever os conhecimentos.

Tabela 3 – Perguntas específicas sobre primeiros socorros (capacitação/treinamento), José da Penha – RN, 2023.

Tabela		
Perguntas	Números	Porcentagens
Já teve treinamento de Primeiros Socorros na Escola	00	00,00%
Não teve treinamento de Primeiros Socorros na Escola	23	100%

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

De acordo com as falas dos professores, evidenciam que existe ausência de preparação dos(as) dos professores(as) em relação a maneira correta de agir em determinada situação, sendo assim, apresenta uma grande dificuldade para prestar os primeiros socorros. A partir da discussão, algum professor(a) relata uma situação e afirma:

“Uma criança estava sangrando pelo nariz aí então a ideia que eu tive de mim de colocar algodão, dei ela no colchão, coloquei uma almofada né pra ficar mais elevada a cabeça e coloquei na mesa, mantendo a calma”. (A2)

Foi perguntado aos participantes, “quando uma pessoa estiver convulsionando, o que devo fazer?” O Argumento apresentado para tal questionário de (B3) foi: “Não, eu não sei. Confesso que é preocupante, mas não sei”, Já (A1) destaca-se a seguinte maneira:

“Você deita a pessoa, né e de forma que ela fique de barriga pra cima vire a cabeça dela pra o lado pra que ela não venha se engasgar com a saliva dela né? Que é a espuma que vai sair e afastar as pessoas pra não ficar muito em cima pra que não é que vai passar nenhuma transmissão de doença nem nada do tipo, mas que possa haver ventilação pra pessoa né”.

Os sentimentos relatados pelos professores entrevistados foram de muitas preocupações e ausência de conhecimentos referente aos primeiros socorros, deste modo, destaca-se a escassez de conhecimentos especificamente sobre parada cardiorrespiratória, (G12) afirma que “É uma parada do sistema respiratório e cardíaco”.

“Sei, quando a pessoa para assim, né? Por um bom tempo, igual criança quando toma o choro, não tem aquele problema que a gente falou, fulano tomou o choro. E aí fica assim parado” (F7).

“Coração vai parar né? De bater e a gente tem que fazer realizar aquele movimento né, sobre o peito da pessoa pendendo mais um pouquinho do centro pendendo mais pro lado esquerdo 3 movimentação e acompanhado de da respiração, boca a boca” (A9).

“A musculatura do coração para né de bombear o sangue para as partes do corpo, né? E a pessoa fica logo inconsciente que é o famoso desmaio” (B4).

“Eu acho que é a respiração, faltando respiração, e o o coração acelera e seus batimentos cardíacos caem drasticamente tenho pra mim que seja isso” (G10).

Os professores, apesar de relatarem e acreditarem que não possuem o preparo científico e necessário, demonstram que o único meio de acionamento para prestar socorro é a direção da escola e/ou profissionais de saúde do município, duas únicas soluções para a situação.

“De imediato chamaria o socorro, né? E de alguma forma tentaria amenizar as circunstâncias afastando os curiosos, tentando manter uma ventilação, algo do tipo” (B8).

“Ligaria diretamente pra o hospital pra requisitar que é um caso de emergência” (G10).

“Eu ia de início tentar fazer uma verificação tá certo? Tentar fazer uma avaliação rápida. Caso não conseguir, pedi ajuda, Ajuda quem? De início a equipe pedagógica da escola né” (J9).

“Não sabia, mas não sei nem o que eu faria numa situação dessa, viu, quando adoecer essas coisas a gente liga pro pai, né? Pra família bem. Mas de casa graças a Deus até hoje nunca aconteceu nunca” (A14).

Tabela 4 – Perguntas específicas sobre primeiros socorros (Manobra de Heimlich), José da Penha – RN, 2023.

Tabela		
Perguntas	Números	Porcentagens
Não tem conhecimento sobre manobra de Heimlich	18	78,26%
Tem conhecimento sobre manobra de Heimlich	05	21,73%

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

A tabela 4 representa uma amostragem dos conhecimentos dos professores referente manobra de Heimlich (engasgo) e como realiza, com isso, deixa notório que 18 (dezoito) dos participantes da pesquisa não tem conhecimento sobre essa manobra, o que representa 78,26% (setenta e oito inteiros e vinte e seis centésimos por cento) apenas 05 (cinco) participantes possuem conhecimento que representa apenas 21,73% (Vicente um inteiros e setenta e três centésimos por cento).

Tabela 5 – Perguntas específicas sobre primeiros socorros (parada cardiorrespiratória), José da Penha – RN, 2023.

Tabela		
Perguntas	Números	Porcentagens
Sabe o que é uma Parada Cardiorrespiratória	16	69,56%
Não sabe o que é uma Parada Cardiorrespiratória	07	30,43%

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

A tabela 5 tem uma amostragem que relata os conhecimentos dos professores sobre a parada cardiorrespiratória. A tabela anteriormente mostra que a maioria dos participantes marcaram que tem conhecimento sobre a parada cardiorrespiratória. Mas, nenhum dos participares responderam no questionário corretamente o que é uma parada cardiorrespiratória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base os resultados da pesquisa, podemos concluir que uma parcela expressiva de professores da amostra já passou por uma situação de urgência e emergência na escola. Apesar da grande importância do conhecimento sobre o tema, é unânime que os professores nunca tiveram e/ou participaram de uma capacitação/treinamento sobre primeiros socorros. Isso explica o fato de uma proporção considerável dos entrevistados não possuírem preparação e habilidades para agir em uma situação de urgência e emergência na escola.

Os resultados dessa pesquisa contribuem significativamente para demonstrar a necessidade de realizações de cursos, capacitações, treinamentos, sobre atendimento de primeiros socorros para os professores em todas as escolas. Além do mais, é indispensável que as escolas realizem um trabalho mais direcionado ao tema, com o intuito de instruir/capacitar os professores na área de primeiros socorros, uma vez que, ao adquirirem um conhecimento de maneira eficaz, poderão usá-lo em ambientes interno e externo a escola.

Mediante o estudo desenvolvido, é urgente que as três esferas governamentais concentrem esforços e investimentos no âmbito da capacitação dos profissionais da educação, especialmente no que se refere aos primeiros socorros. A estruturação de uma educação continuada, compostas por módulos teórico-práticos sobre o tema, proporcionará ações efetivas nas principais situações de urgência e emergência nas escolas e fora delas. A necessidade da atenção do poder público acerca do desenvolvimento de capacitações sobre os primeiros socorros parte do entendimento sobre a relevância social do tema, pois também é uma questão saúde pública.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). ReLisboa: Edições 70, **Presses Universitaires de France**, 1977.

BICUDO, M. A. V. A pesquisa em educação matemática: a prevalência da abordagem qualitativa. **R. B. E. C. T.**, vol 5, n. 2, mai-ago.2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde. BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Primeiros Socorros. **Fundação OswaldoCruz-FIOCRUZ**. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. **Diário Oficial da União** [Internet]. 2018 Out 05 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm. Acesso em 26 de agosto de 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade** [Internet]. Brasília; c1991 disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def>. Acesso em 27 de setembro 2022.

CARBOGIM, Fábio da Costa et al. EFFECTIVENESS OF A TEACHING MODEL IN A FIRST AID COURSE: A RANDOMIZED CLINICAL TRIAL. **Texto & Contexto** - Carvalho Ribeiro J, Rosa Rezende Honda Marui

F, Gimenez Amaral J, Guzzo Souza Belinelo R, Masotti Lorenzetti Fortes T, Borriel Vieira EC, Soares Carlin D, Silva Bicalho Zunta R, Franklin da Costa Contrucci R, Juan Lucas A. Conhecimento de professores do ensino fundamental sobre primeiros socorros na infância. *Glob Acad Nurs* [Internet]. v. 3. N. 2. 2022. Disponível em: <https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/369>

COELHO, Jannaina Pereira Santos Lima. Ensino de primeiros socorros nas escolas e sua eficácia. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.8, n.1, Pub.7, janeiro 2015. Disponível em: <https://assets.unitpac.com.br/arquivos/coppex/revista%20volume%208/artigo7.pdf> Acesso em 08 de outubro 2022.

CRESWELL, John W. Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa-: Escolhendo entre Cinco Abordagens. **Penso Editora**, 2014.

CRUZ, Karine Bianco da et al. Intervenções de educação em saúde em primeiros socorros no ambiente escolar: uma revisão integrativa. **Enfermería Actual de Costa Rica**, San José, n. 40, 43542, junho de 2021. Disponível em CUNHA, Maria Wiliane do Nascimento et al. CONHECIMENTOS DE FUNCIONÁRIOS DE CRECHES SOBRE PRIMEIROS SOCORROS COM CRIANÇAS ANTES E APÓS TREINAMENTO ATIVO. **Ciênc. cuid. saúde** [online]. vol. 20. 2021. Epub 03-Set-2021. Acesso em 27 de agosto de 2022.
DATASUS TABNET. CID-10. volume I da Classificação Internacional de Doenças, **10ª Revisão**, 2ª edição. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://tabnet.datasus.gov.br> Brasil.

DUTRA, BÁRBARA DUARTE et al. Validation of an educational game about first aid for schoolchildren. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. v. 74, n. 06. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0362>. Acesso em 23 de agosto.

GRIMALDI MRM, Gonçalves LMS, Melo ACOS, Melo FI, Aguiar ASC, Lima MMN. A escola como espaço para aprendizado sobre primeiros socorros. **Rev. Enferm. UFSM**. 2020 [Acesso em: Anos Mês Dia]; vol.10 e: 1-15. DOI:<https://doi.org/10.5902/2179769236176>
<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1107>.

LEITE, L. M. G. S. et al. Educação em saúde: abordando primeiros socorros e prevenção de acidentes nas escolas com profissionais de escolas públicas em Jataí, sudoeste goiano. **Rev. Eletrônica do Curso Pedagogia do Campus Jataí**, v. 2, n. 9, Jataí: UFG, 2010.

LHA AG, COGO SB, RAMOS TK, ANDOLHE R, BADKE MR, COLUSSI G. Educational actions on first aid for early childhood education teachers: a quasi-experimental study. **Rev Esc Enferm USP**. v. 55. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0025>. Acesso em 27 de setembro 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. Vice Presidência de Serviços de Referência e Ambiente. Núcleo de Biossegurança. NUBio Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro. **Fundação Oswaldo Cruz**. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: 7ª Edição. Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **HUCITEC**. São Paulo, ed. 10, pág. 303-360, 2007.

NETO, Nelson Miguel et al. Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. São Paulo: **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. p. 87-93. 2017. [QAQ&usg=AOvVaw0YbbmNW01fFyj1YFK7uvHs](https://doi.org/10.11606/issn1677-0649.acta.v11n1p87-93)> Acesso em: 08 outubro 2022.

RIBEIRO JC, Marui FRRH, Amaral JG, Belinelo RGS, Fortes TML, Vieira ECB, Carlin DS, Zunta RSB, Contrucci RFC, Lucas AJ. Conhecimento de professores do ensino fundamental sobre primeiros socorros na infância. **Glob Acad Nurs**. V. 3. N. 2. P. 253. 2020

<https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200253> Autor correspondente: Eloise Cristiani Borriel Vieira E-mail: eloisevieira72@gmail.com Editor Chefe: Carolyn dos Santos Guimarães da Fonseca Editor Executivo: Kátia dos Santos Armada de Oliveira Submissão: 09-06-2022 Aprovação: 30-06-2022.

SOUZA, Monaliza Fernandes.; DIVINO, Alessandra Beirigo.; SOUZA, Débora Aparecida Silva.; CUNHA, Simone Grazielle Silva Almeida, C.S.; Conhecimento dos educadores dos centros municipais de educação infantil sobre primeiros socorros. **Revista Nursing, SÃO PAULO.** Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/871/975> Acesso em 30 de agosto de 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. **São Paulo: Atlas, 1987.**

NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PROFESSORES ACERCA DE PRIMEIROS SOCORROS EM ESCOLAS PÚBLICAS

*Migna Jucy Marques da Silva
Gabriel Carlos Rodrigues
Rosane Shirley Saraiva de Lima
Lucas Santos Alves
Rafael Tavares Silveira Silva*

RESUMO: O estudo investiga o nível de conhecimento dos professores sobre primeiros socorros em uma escola pública do município de Frutuoso Gomes, RN. Primeiros socorros consistem em intervenções iniciais realizadas para auxiliar vítimas em emergências, visando aumentar suas chances de sobrevivência. Este trabalho, de caráter exploratório-descritivo e abordagem quantitativa, avaliou 11 professores do ensino médio da Escola Estadual Ivonete Carlos. A coleta de dados ocorreu em setembro de 2023, por meio de um questionário estruturado que abordava aspectos como parada cardiorrespiratória, manobra de desengasgo e obstrução de vias aéreas. Os resultados demonstraram que 81,8% dos participantes nunca tiveram aproximação com primeiros socorros. Apesar disso, 54,5% identificaram corretamente uma parada cardiorrespiratória como a interrupção do funcionamento do coração e dos pulmões, e 72,7% demonstraram conhecimento sobre a manobra de desengasgo. Os dados ressaltam a importância de capacitações para professores, considerando o alto fluxo de estudantes em escolas e a ausência de profissionais de saúde no ambiente escolar. A legislação, como a Lei Lucas, reforça a obrigatoriedade de treinamentos em primeiros socorros para instituições de ensino. Conclui-se que, embora os professores apresentem algum conhecimento sobre primeiros socorros, é necessária a implementação de treinamentos regulares para fortalecer habilidades e assegurar a segurança no ambiente escolar. Este trabalho contribui para a promoção de práticas de saúde em escolas, incentivando o diálogo entre as áreas de educação e saúde.

Palavras-chave: Primeiros Socorros; Educação; Professores.

ABSTRACT: The study investigates the level of knowledge of teachers about first aid in a public school in the city of Frutuoso Gomes, RN. First aid consists of initial interventions carried out to assist victims in emergencies, aiming to increase their chances of survival. This work, of an exploratory-descriptive nature and a quantitative approach, evaluated 11 high school teachers from Escola Estadual Ivonete Carlos. Data collection took place in September 2023, using a structured questionnaire that addressed aspects such as cardiorespiratory arrest, choking maneuver and airway obstruction. The results demonstrated that 81.8% of participants had never been exposed to first aid. Despite this, 54.5% correctly identified a cardiorespiratory arrest as the interruption of the functioning of the heart and lungs, and 72.7% demonstrated knowledge about the disengagement maneuver. The data highlights the importance of training for teachers, considering the high flow of students in schools and the absence of health professionals in the school environment. Legislation, such as the Lucas Law, reinforces mandatory first aid training for educational institutions. It is concluded that, although teachers have some knowledge about first aid, it is necessary to implement regular training to strengthen skills and ensure safety in the school environment. This work contributes to the promotion of health practices in schools, encouraging dialogue between the areas of education and health.

Keywords: First Aid; Education; Teachers.

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros socorros são definidos como ações e intervenções realizadas com o objetivo de auxiliar indivíduos em situações de emergência em saúde. Tais ações destinam-se a oferecer assistência inicial, mesmo para aqueles que não sejam profissionais da saúde capacitados, tendo como objetivo aumentar as chances de sobrevivência do indivíduo (Silva *et al.*, 2018). Portanto, é fundamental que todas as pessoas estejam preparadas para fornecer cuidados iniciais em situações de risco.

Acidentes são eventos que podem ocorrer em qualquer lugar e a qualquer momento. No entanto, é notável que, em média, os jovens passam cerca de um terço do seu dia na escola, o que torna o ambiente escolar envolvido em acidentes frequentes. Conforme (Faria *et al.*, 2020) destacam que os acidentes no ambiente escolar podem ocorrer a qualquer momento. Um aspecto importante a ser considerado é que os professores, ao longo de sua formação acadêmica, geralmente não têm contato com unidades curriculares que abordem a necessidade de assistência ao próximo. Consequentemente, quando se deparam com situações que necessitam da prestação de primeiros socorros (Neto *et al.*, 2017)

Preparar a população para a aplicação dos primeiros socorros é uma medida necessária, principalmente no contexto escolar, a fim de capacitar as pessoas a realizar as técnicas de socorro. É inegável que nenhum treinamento em primeiros socorros pode substituir o atendimento especializado em saúde; no entanto, a capacidade de atender uma vítima de maneira adequada pode contribuir significativamente para um impacto significativo. Segundo (Pérgola *et al.*, 2008), as atividades relacionadas à educação em saúde nesse contexto são cruciais para adquirir o conhecimento necessário que permita a prevenção de danos à saúde e até mesmo, a possibilidade de salvar uma vida por meio da aplicação de técnicas de primeiros socorros.

Apesar da relevância do tema, é notável que os primeiros socorros não recebem a devida atenção nas instituições de ensino, sejam elas escolas públicas ou privadas. Essa ênfase é mais comum nos serviços de saúde, como apontam (Lima *et al.*, 2021). Diversos fatores estão relacionados aos acidentes no ambiente escolar, incluindo a vulnerabilidade devido à idade, a adaptação a novos ambientes, inadequações nos espaços físicos e a falta de informações tanto por parte dos jovens quanto dos profissionais. Por esse motivo, a prestação de socorro no momento adequado é fundamental, mesmo quando realizada por profissionais leigos, como enfatizada por (Castro *et al.*, 2019).

Devido ao elevado índice de acidentes no ambiente escolar, torna-se evidente a necessidade de abordar a questão dos primeiros socorros. A maioria dos educadores e gestores das escolas encontra-se despreparada para oferecer suporte em situações de emergência. Nesse contexto, a educação em saúde apresenta-se como uma ferramenta crucial para suprir a carência de conhecimento tanto por parte dos professores quanto dos alunos em relação aos primeiros socorros, como destacado por (Neto *et al.*, 2017).

As crianças e adolescentes em idade escolar são mais vulneráveis a sofrer agravos à saúde devido às suas características físicas, comportamentais e estágios de desenvolvimento, como destacado por (Slabe *et al.*, 2016). No entanto é importante observar que o ambiente escolar pode apresentar locais propensos a acidentes, como muros e cercas de fácil escalada, bueiros e valas abertas, janelas e rampas desprovidas de grades ou telas de proteção, escadas sem corrimão e árvores de grande porte, como mencionado por (Silva *et al.*, 2017).

Assim, tendo como guia a seguinte pergunta de pesquisa: “Qual o nível de conhecimento dos professores sobre primeiros socorros em uma escola pública na cidade de Frutuoso Gomes, no Rio Grande do Norte?”, o presente trabalho tem como objetivo principal avaliar o nível de conhecimento dos professores em relação à prática de primeiros em uma escola pública localizada no município de Frutuoso Gomes, no interior do Estado do Rio Grande do Norte.

Este estudo tem como objetivos específicos a avaliação do conhecimento dos professores em Primeiros Socorros, a descrição das condutas iniciais adotadas por eles diante de situações que demandam primeiros socorros, e a análise da relação entre o nível de conhecimento dos professores atuantes nas escolas e sua competência em Primeiros Socorros.

Este trabalho se justifica pela sua relevância científica e pelos potenciais contribuições que podem oferecer tanto a profissionais quanto a acadêmicos no que tange à compreensão da relação dialógica entre o profissional docente, diante de situações que exigem conhecimentos em primeiros socorros. Nesse contexto, a pesquisa visa preencher uma lacuna do entendimento das habilidades dos primeiros socorros dos professores, fornecendo informações valiosas que podem orientar o desenvolvimento de programas de treinamento e políticas educacionais mais eficazes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os indivíduos acometidos por agravos clínicos, sejam eles agudos ou crônicos, necessitam de atenção à saúde precoce e qualificada. Para conseguir resolver as demandas em

situações de urgência e emergência, os usuários procuram serviços de saúde, através dos serviços de atendimento, pré-hospitalar móvel, o (SAMU). (Hora *et al.*, 2019)

O serviço pré-hospitalar móvel, na área de urgência, deve atender precocemente a vítima, quando ocorrido um evento de saúde que cause sofrimento, sequelas ou morte, sendo necessário a prestação atendimento, ou transporte adequado à os serviços de saúde devidamente organizados e integrados ao sistema único de saúde (SUS) (CUI *et al.*, 2018).

De acordo com (Carbogim, *et al.*, 2020), antes de qualquer prestação de condutas de primeiros socorros, é importante avaliar as condições que venham a comprometer a vida da vítima, deste modo, o cenário onde ocorre a emergência, aquele que venha a prestar a assistência de forma correta, com agilidade e segurança para atuar positivamente em situações como, traumas, hemorragias, engasgos, parada cardiorrespiratório, e outras situações críticas.

No Brasil, segundo (Citolino filho *et al.*, 2015) ocorrem por volta de 200 mil casos de Parada Cardiorrespiratória (PCR) por ano. Destas, 50% acontecem no âmbito intra-hospitalar.

De acordo com (Nunes *et al.*, 2021),

“A PCR é definida como a interrupção dos batimentos cardíacos, das trocas gasosas e da perda do nível de consciência, podendo ser evidenciada por meio da ausência de pulso carotídeo, de incursões respiratórias assim como da presença de respiração agônica.”

Os primeiros atendimentos podem ser realizados por qualquer pessoa treinada, não necessariamente podem ser efetivados por profissionais de saúde. Filho *et al.* (2015), embora haja várias informações na literatura sobre a ideia de que o conhecimento sobre primeiros socorros esteja restrito a esses profissionais ou aqueles presentes nas universidades.

Desse modo, as capacitações, e atualizações de atuação em primeiros socorros não se restringem somente a profissionais da área da saúde, ou de instituições universitárias, tais práticas podem ser realizadas por pessoas que estejam presentes no local do acontecimento e que não sejam profissionais de saúde, até que a vítima tenha acesso a assistência especializada (Carmo *et al.*, 2017).

(Singletary *et al.*, 2015) Define primeiros socorros como as ações iniciais que tem como objetivo ajudar pessoas que estejam em situações de sofrimento ou risco de morte, e que qualquer pessoa, mesmo que não seja um profissional de saúde possa realizar.

Os acidentes, atualmente, são responsáveis por alto número de atendimentos nas urgências e emergências dos hospitais, (Griamldi *et al.*, 2020) define um acidente como um acontecimento fortuito, independente da vontade humana, ocorre por uma força externa que age

rapidamente, provocando um dano corporal ou mental ao indivíduo, sendo um evento não esperado e não planejado, que mostra uma disfunção do meio onde ocorre.

(Cabral; Oliveira, 2019), Diz que no Brasil, acidentes em ambiente escolar têm sido expostos na literatura e que ocorrem com maior frequência entre a faixa etária de 0 a 6 anos. Refletindo em dados epidemiológicos evitáveis do Ministério da Saúde, destacam 158.657 óbitos por causas externas na infância Brasil (2017).

De acordo com os estudos, ensino sobre a prevenção de acidentes e primeiros socorros, são mais presentes em universidades, e para profissionais da saúde, no entanto, percebe-se a importância dessa temática ser abordada para leigos, neste meio termo, a infância e adolescências são fases decisivas na construção de hábitos e atitudes (Cardoso *et al.*, 2021).

Neste cenário, a escola é um ambiente importante para formação da educação com ênfase no papel de promoção e prevenção à saúde. Há necessidades de que noções de primeiros socorros sejam transmitidas para crianças, adolescentes e responsáveis e dessa forma, diminuir o número de entradas equivocadas nos serviços de saúde (Rosa *et al.*, 2017)

Em ações de assistência de primeiros socorros, o tempo é crucial, para que os primeiros socorros tenham diferença na evolução da vítima, desta forma, o atendimento deve ser feito o mais rápido possível e com a técnica correta. Neste meio é que a população leiga, a qual muitas vezes, são os primeiros a prestarem atendimento à vítima, visto que quando feito de forma correta, podem fazer a diferença em situações de emergência Coelho (2015).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se enquadra na categoria de pesquisa exploratória-descritiva, seguindo a proposta de metodologia de Gil (2017), como uma abordagem quantitativa. A pesquisa foi conduzida em uma escola pública situada em um município do interior do Rio Grande do Norte. A área urbana desse município possui três instituições de ensino, sendo duas estaduais e uma municipal. O estudo foi realizado na Escola Estadual Ivonete Carlos, que oferece ensino para alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio. É importante ressaltar que no período da pesquisa, a escola funcionava, exclusivamente, com turmas do ensino médio.

Nesta pesquisa, participaram professores da instituição com base em critérios de inclusão e exclusão. Para inclusão, os participantes necessitavam de ter um vínculo educacional com o município e concordar em participar com a pesquisa, através da assinatura do Termo de comprometimento livre e esclarecido (ANEXO 2). Foram excluídos professores de licença

médica, e professores substitutos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a pesquisa contou com uma amostra final de 11 profissionais, selecionados dentre os 19 professores que compõem o quadro da escola.

A coleta dos dados ocorreu no mês de setembro de 2023, através de um questionário previamente estruturado com questões objetivas (APENDICE A). Vale salientar que a coleta de dados aconteceu mediante a assinatura da carta de anuência por parte do responsável pela escola (ANEXO 2) e após a liberação da realização por parte do Comitê de Ética e Pesquisa (ANEXO 3).

Para aplicar o questionário, os professores foram abordados individualmente em uma sala de reuniões na escola, onde o propósito da pesquisa foi explicado. Os questionários foram administrados durante as manhãs, das 7h às 11h, e nas tardes, das 13h às 17h.

Os temas específicos contemplados no questionário foram: Obstrução total e parcial de Vias aéreas e parada cardiorrespiratória, com perguntas objetivas, a fim de avaliar o conhecimento dos professores participantes da pesquisa. Para avaliar o nível de conhecimento dos professores participantes, analisou-se o percentual de acerto em cada questão e a média do percentual de acertos total no questionário.

A análise dos dados foi conduzida por meio de estatística descritiva, abrangendo frequências de variáveis absolutas e relativas. Os dados coletados foram registrados em planilhas no software Excel for Windows 2019 e posteriormente avaliados e apresentados em gráficos e tabelas.

Dado o caráter investigativo envolvendo seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde (UERN) conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), registrando-se sob o CAAE N° 71080523.2.0000.5294. Em consonância com os princípios éticos delineados, os participantes foram devidamente informados e esclarecidos sobre os objetivos do estudo. Posteriormente, manifestaram sua concordância por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, retendo uma cópia para si e fornecendo a outra ao pesquisador responsável.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 01 apresenta a uniformização das características sociodemográficas dos participantes, compreendendo uma amostra de 11 profissionais da educação, nota-se que a maioria dos participantes era do sexo masculino, representando 63,7% do total. Além disso, a

faixa etária predominante foi de 18 a 30 anos, abrangendo 5,5% da amostra, o que indica a presença significativa de professores jovens na instituição, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 01 - Características dos profissionais participantes:

Características	N	%
Feminino;	03	27,3
Masculino;	08	63,7
Idade:	05	45,5
18 – 30		
30 – 40	04	36,4
40 – 50	02	18,2
50 – 60	00	00
>60	00	00

Fonte: Produzido pelo próprio autor

A tabela 02, contém informações relevantes sobre o conhecimento dos professores acerca de primeiros socorros. Ela apresenta a relação das perguntas objetivas que foram incluídas no questionário, fornecendo um panorama abrangente das questões abordadas durante o estudo.

TABELA 02 - Respostas das 08 questões presentes no questionário e suas respectivas porcentagens.

Perguntas:		
1 - Você já teve alguma aproximação com primeiros socorros na escola?		
Sim;	2	8,2
Não;	9	1,8
2 - Para você, o que seria primeiros socorros?		
Salvar vidas;	1	00
Pedir socorro;		,1
Filmar imagem da vítima;	0	0
Pode ser realizado por qualquer pessoa;	0	0
3 - O que você entende sobre Parada Cardiorrespiratória?		
Parada do Pulmão;	0	0
Aceleração do coração;	1	,1
Parada do coração;	5	5,5
Aceleração da respiração;	0	0
Parada do Pulmão e do coração;	6	4,5
4 - O que fazer em caso de uma parada cardiorrespiratória?		
Ligar para o Samu;	8	2,2
Gritar por socorro;	1	,1

Se posicionar ao lado da vítima;	1	,1
Realizar a manobra de ressuscitação	5	5,5
5 - Você já presenciou alguma situação de primeiros socorros? Sim; Se Sim, qual? (Acidente Automobilístico, Convulsão, Engasgamento)	6	5,5
Não;	5	5,5
6 - O que você faria em uma situação de engasgo? Bater nas costas da vítima;	3	7,7
Oferecer água ou alimentos a vítima;	0	0
Realizar manobra de desengasgo;	8	2,7
Ligar para o samu;	4	6,4
7 - Você conhece alguma técnica de desengasgo? Sim; Se sim, qual? (Heimlich, abraçar vítima por trás, bater nas costas, Posicionar-se atrás da vítima e pressionar)	5	5,5
Não;	6	5,5
8 - Você conhece alguma técnica da manobra de ressuscitação? Sim; Se sim, qual? (Rcp, Choque elétrico, Massagem Cardíaca, Massagem no Peito)	4	6,4
Não;	7	3,6

Fonte: Produzida pelo próprio autor.

Em seguida, serão demonstrados os gráficos das porcentagens de cada uma das questões presentes no questionário.

Alguma aproximação com Primeiros Socorros na Escola

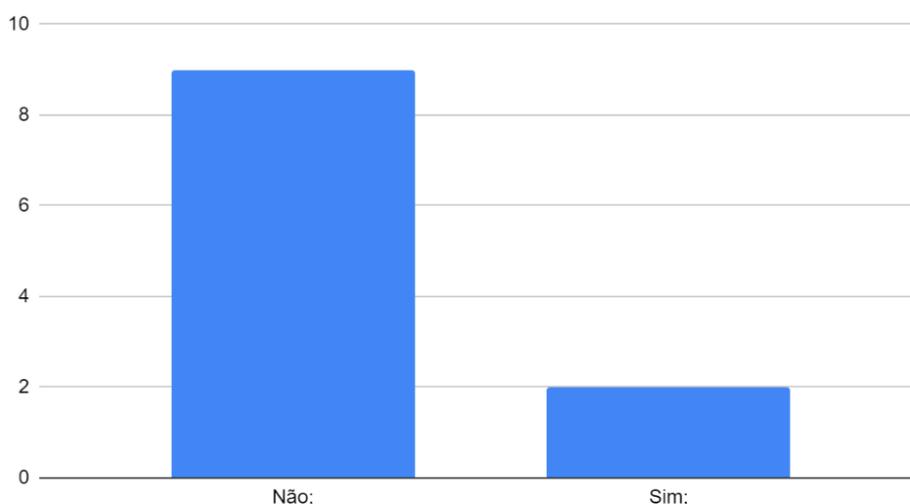


Gráfico 01 - Produzido pelo próprio autor.

Com base nos resultados mencionados anteriormente e na análise das respostas à primeira pergunta do questionário, foi possível identificar que 81,8% dos professores participantes da pesquisa, o que equivale a 9 dos 11 que responderam às questões, não tiveram qualquer experiência ou aproximação com primeiros socorros na escola.

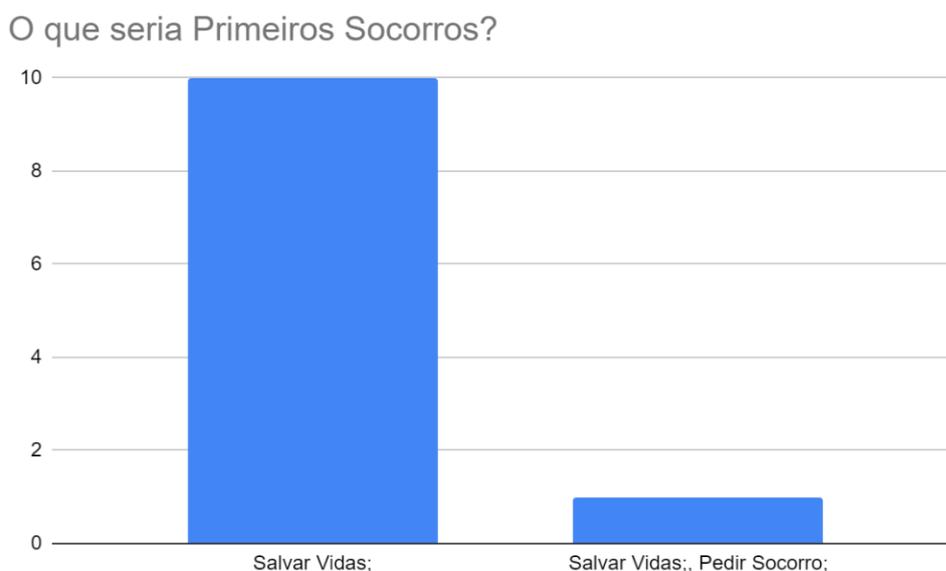


Gráfico 02 - Produzido pelo próprio autor.

Ao analisar as respostas à segunda questão, que incluía questões de múltipla escolha com mais de uma alternativa correta, observou-se que 100% dos professores selecionaram a primeira alternativa, que corresponde a “Salvar Vidas”. Adicionalmente, 9,1% dos participantes, o que equivale a 1 dos 11 professores, optaram por marcar ambas as opções.

O que você entende sobre parada cardiorrespiratória?

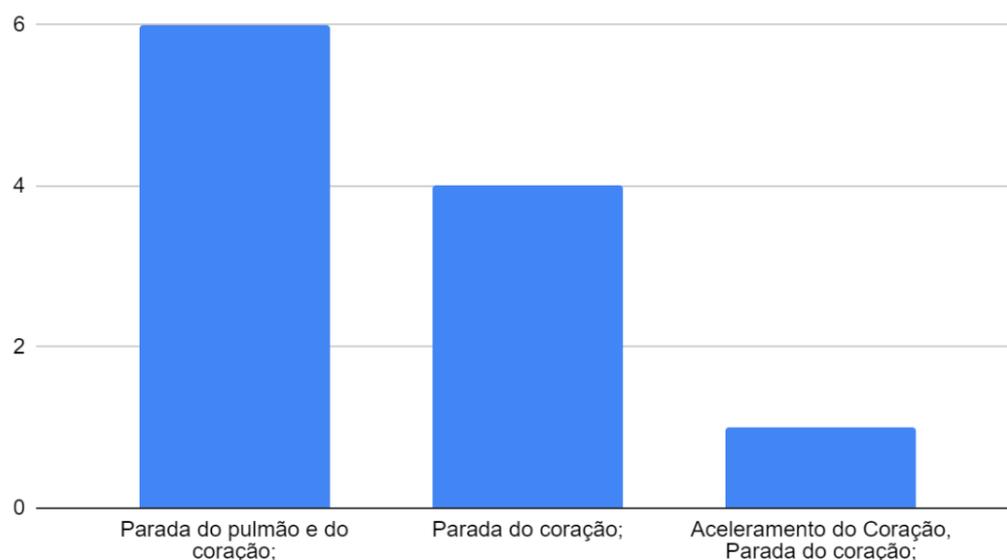


Gráfico 03 - Produzido pelo próprio autor.

Ao analisar as respostas, à terceira questão trata-se da indagação sobre o que se entende por uma parada cardiorrespiratória, que seguindo o padrão preestabelecido continha 5 alternativas, das quais apenas uma estava correta. No entanto, os participantes poderiam escolher mais de uma alternativa. Dos 11 professores participantes 6 (54,5%) marcaram a alternativa correta, sobre tratar-se de uma parada do pulmão e coração. Das 5 alternativas 2 não foram escolhidas por nenhum dos participantes. Além disso, 36,4% responderam que se trata apenas de uma parada do coração e 9,1% que se trata de um aceleração do coração, assim como de uma parada do coração, escolhendo mais de uma das alternativas disponíveis.

O que se fazer em uma situação de primeiros socorros?

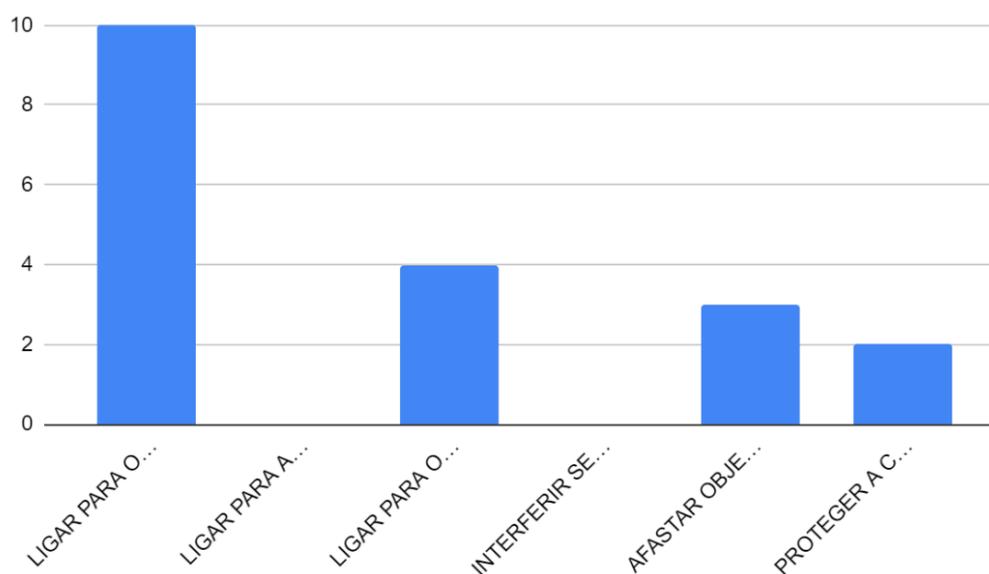


Gráfico 04 - Produzido pelo próprio autor.

Ao responder a quarta questão, sobre o que se fazer em uma situação de primeiros socorros, os 11 participantes da pesquisa poderiam escolher mais de uma alternativa (GRÁFICO 04). De modo, que 10 (90,9%) dos participantes optaram pela alternativa correta (Ligar para o SAMU).

No entanto, é possível observar também que outras alternativas obtiveram resultados significativos considerando o número de participantes da amostra, sendo: Ligar para o corpo de bombeiros 4 (36,4%); afastar objetos que possam ferir as vítimas 3 (27,3%) e proteger a cabeça da vítima 2 (18,2%). Apenas duas alternativas não foram escolhidas por nenhum dos 11 participantes, sendo elas: Ligar para a Polícia e Interferir sem ter conhecimentos.

Na quinta questão foi avaliado se os participantes da pesquisa já presenciaram alguma situação de primeiros socorros, de modo que, aquele que respondesse que “Sim”, necessariamente precisaria descrever que situação presenciou. Dos 11 participantes 6 (54,5%) responderam que sim, conforme gráfico abaixo.

Você já Presenciou Alguma situação de Primeiros Socorros?

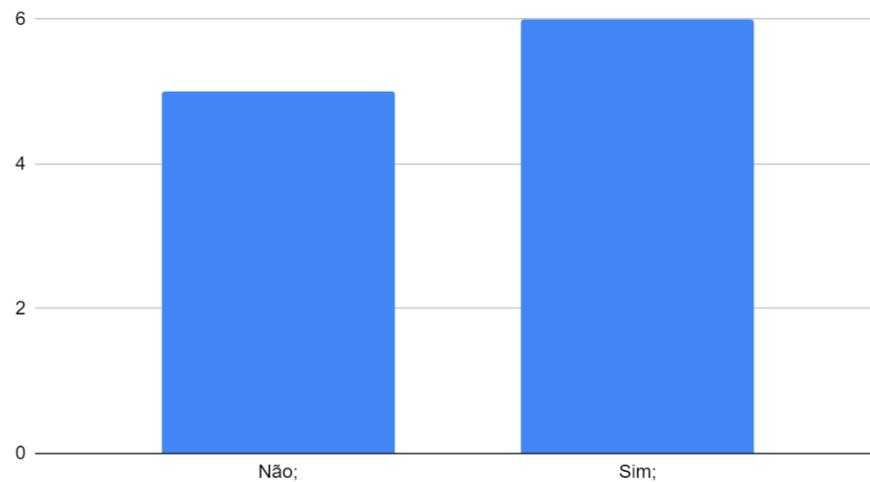


Gráfico 05 - Produzido pelo próprio autor.

Em continuidade à análise da questão 5, entre os participantes que responderam “Sim”, pode-se observar as seguintes descrições dispostas no gráfico abaixo. Onde analisou-se que dos 6 participantes que presenciaram algum acidente, 16,7% descreveram como uma situação de engasgamento, 16,7% como um acidente ocorrido em festa e 66,7% como acidentes automobilísticos.

Se sim, qual?

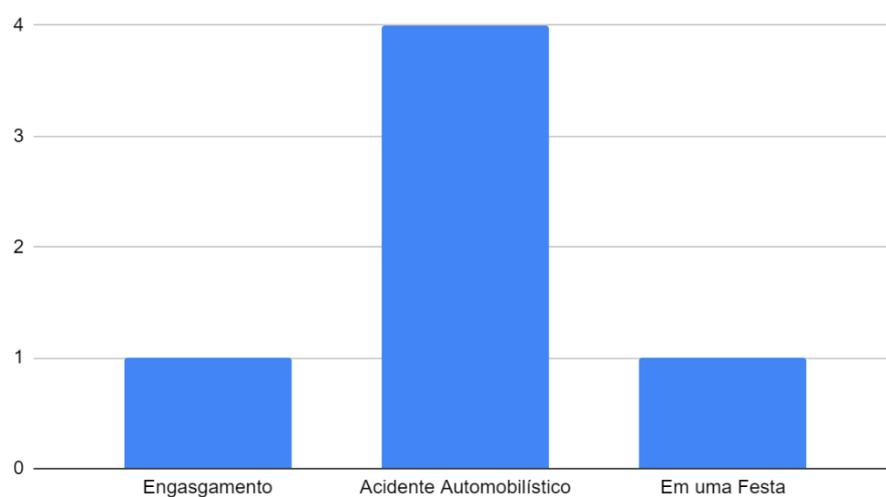


Gráfico 06 - Produzido pelo próprio autor.

A partir da análise da sexta questão presente no questionário, sobre o que o participante faria em uma situação de engasgo, foi possível obter os seguintes dados: 3 (27,3%) dos participantes entre as alternativas disponíveis optaram pela alternativa “Bater nas costas da vítima”, 8 (72,8%) dos participantes optaram pela alternativa “Realizar manobra de desengasgo” e 4 (36,4%) optaram por mais de uma alternativa sendo elas “Realizar manobra de desengasgo” e “Ligar para o SAMU”, conforme exposto no gráfico abaixo.



Gráfico 07 - Produzido pelo próprio autor.

Assim como a quinta questão, a sétima questão do questionário apresenta alternativas objetivas de “Sim” ou “Não”. O questionamento indaga sobre o conhecimento de técnicas de desengasgo, de modo que o participante que seleciona a opção “Sim” necessita especificar qual técnica conhece na questão posterior. Dos 11 participantes 6 (54,5%) afirmaram não conhecer nenhuma técnica, 5 (45,5%) responderam que conhecem. Cada um dos 5 participantes que afirmaram conhecer alguma técnica de desengasgo, descreveram essas técnicas de modo diferentes, mesmo que por linhas de pensamentos similares, conforme disposto no gráfico abaixo.

Se sim, qual?

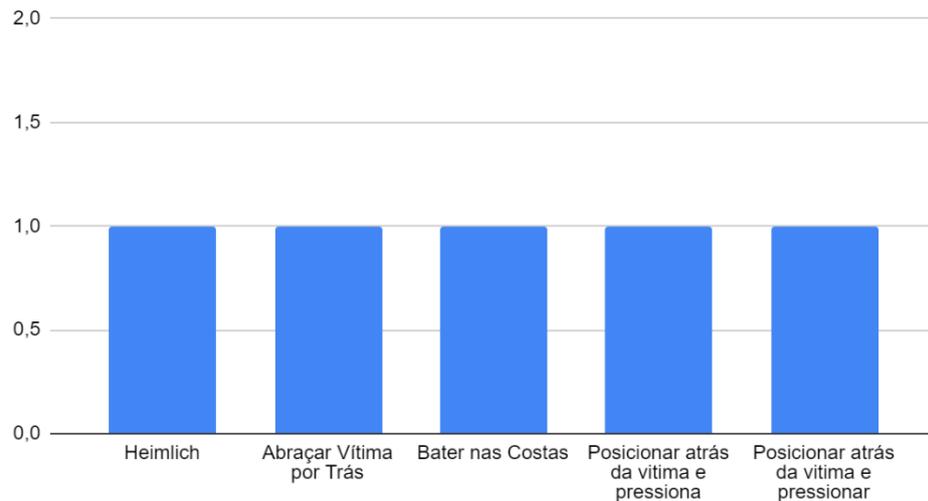


Gráfico 08 - Produzido pelo próprio autor.

De maneira semelhante à sétima questão, a oitava e última questão do questionário segue a mesma metodologia. De todos os participantes, 7 (63,6%) responderam não conhecer nenhuma técnica de manobra de ressuscitação, 4 (36,4) afirmaram que conhecem (GRÁFICO 09). Dos 4 () que afirmaram conhecer, apenas um descreveu o termo correto para manobra de ressuscitação, no entanto, outras respostas mostram-se similares (GRÁFICO 10).

Você conhece alguma técnica da manobra de ressuscitação?

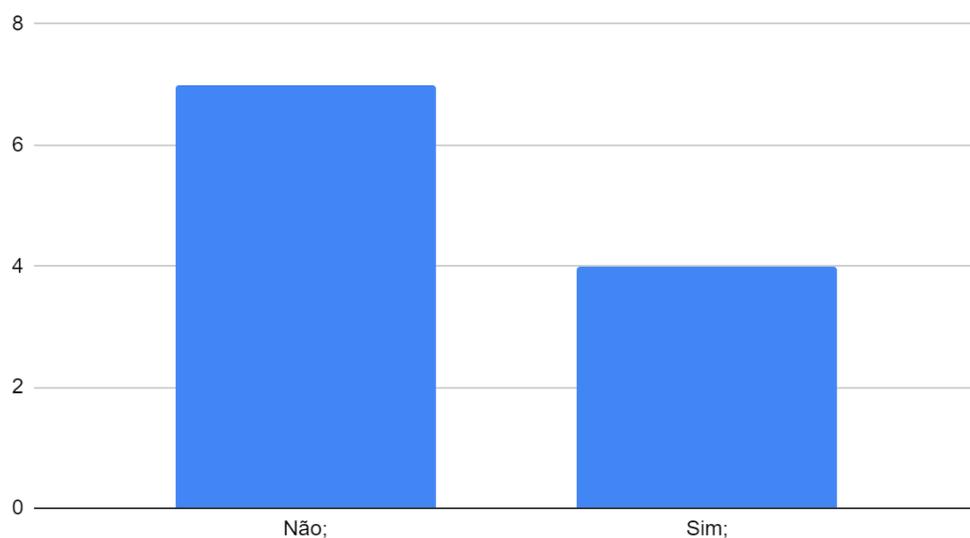


Gráfico 09 - Produzido pelo próprio autor.

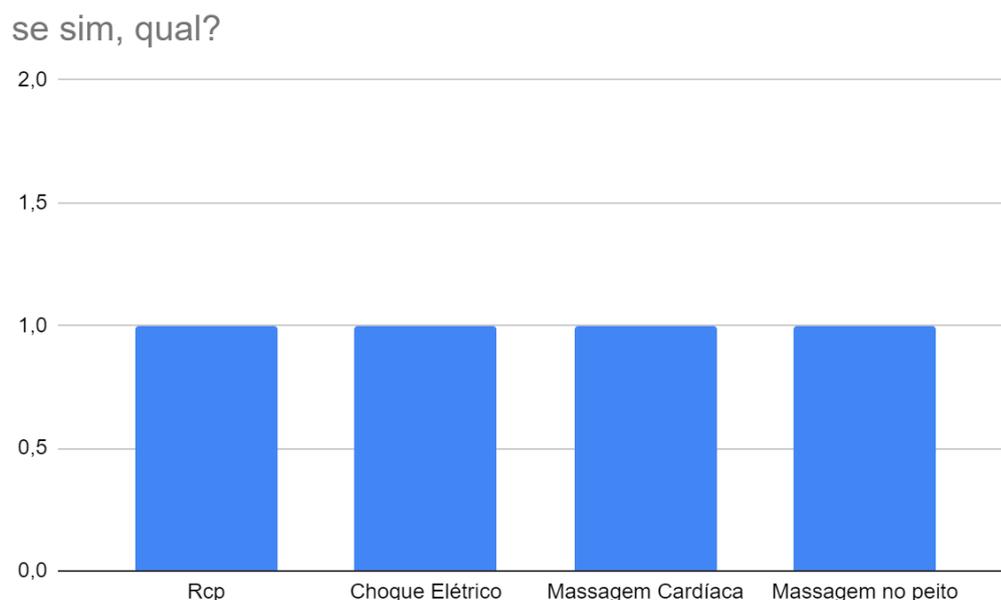


Gráfico 10 - Produzido pelo próprio autor.

Neste estudo, constatou-se uma predominância de professores do sexo masculino atuando na profissão. No entanto, essa observação contrapõe-se às descobertas de (Lima; Silva; 2021), que indicam que, com a ampliação da participação das mulheres na docência, suas competências profissionais passaram a ser frequentemente associadas a traços considerados femininos, tais como um "dom" para cuidar e educar crianças, em detrimento do reconhecimento pelo seu progresso no mercado de trabalho. Este avanço profissional feminino parece entrar em contradição com a predominância de professores do sexo masculino entre os participantes desta pesquisa.

A partir dos resultados previamente mencionados e da análise das respostas, que se trata da aproximação com primeiros socorros na escola (GRÁFICO 01), constatou-se que 81,8% dos professores participantes da pesquisa, o que corresponde a 9 dos 11 que responderam às questões, não tiveram qualquer experiência ou contato com procedimentos ou técnicas de primeiros socorros na escola.

Neste sentido Neto et al. (2018) diz que o domínio do conhecimento em primeiros socorros, torna-se essencial em diversas áreas, especialmente diante de ocorrências de situações de emergência em diferentes locais. Isso é particularmente relevante nas

escolas, que têm um elevado fluxo de alunos, muitas vezes sem presença obrigatória de um profissional qualificado e habilitado para lidar com situações que envolvam Primeiros Socorros.

A educação em saúde surge como um instrumento fundamental na promoção da qualidade de vida, visando facilitar a incorporação de ideias e práticas a esclarecer as reais necessidades da população. No contexto de primeiros socorros a importância da educação em saúde é inegável, pois um atendimento inadequado pode acarretar diversos problemas, como a manipulação incorreta de uma vítima ou a solicitação desnecessária dos serviços de socorro. A prática de ações de forma qualificada, como destacada por Silva et al. (2018) contribui significativamente para sobrevivência da vítima.

A parada cardiorrespiratória, (PCR) é uma emergência cardiovascular com múltiplas causas, amplamente prevalente e associada à alta morbidade e mortalidade. Ela se caracteriza pela interrupção súbita das funções mecânicas do coração e respiratória, resultando na perda de consciência com a manutenção das previsões cerebrais, e biológicas Lopes et al. (2020),

Ao analisar as respostas sobre o que se entende por uma parada cardiorrespiratória (GRÁFICO 03), tornou-se evidente que os professores ainda apresentam dúvidas em relação à uma parada cardiorrespiratória, visto que foi possível perceber de acordo com análise das repostas uma variação nas respostas. Isso ressalta a importância de uma maior educação e conscientização sobre esse tópico crucial relacionado à primeiros socorros.

O mecanismo do engasgo, conforme destacado pelos estudos de Silva et al. (2021), ocorre devido uma falha no reflexo de fechamento da epiglote. Reflexo este que é responsável por pressionar a laringe contra a epiglote, evitando a passagem de comida.

Além disso, o engasgo pode ser desencadeado por um controle irregular da deglutição, conforme mencionado anteriormente, e pela aspiração de algum objeto. Quando uma pessoa se encontra em situação de engasgo, o corpo responde tentando se livrar da situação, resultando em tosse, náuseas, e euforia nos membros, dificuldade respiratória, que reflete na ausência de fala e um rápido direcionamento de mãos em direção a garganta Pereira et al. (2020).

Para a execução da Manobra de Heimlich em crianças e adultos conscientes, o socorrista deve posicionar-se atrás do indivíduo e inclinar seu corpo para frente. Fechando o punho de uma das mãos, ele deve envolver os braços ao redor da pessoa, com o punho fechado sobre a região epigástrica. A compressão é realizada com o auxílio da outra mão sobre o diafragma, para dentro e para cima, repetindo-se o número de vezes necessário até a desobstrução das vias aéreas Silva et al. (2017)

Com base na análise dos dados referentes à sexta questão do questionário, que aborda a realização de técnicas de desengasgo, sendo que dos 11 participantes, 8 escolheram a terceira e quartas alternativas apresentadas, totalizando 36,4% para ambas as opções. Além disso, 27,3% dos participantes optaram por assinalar a primeira alternativa da pergunta, isso demonstra que

os participantes da pesquisa possuem uma quantidade significativa de conhecimento a respeito de como proceder mediante uma situação de engasgo.

Atualmente, para a implementação do mencionado treinamento em primeiros socorros, destaca-se a lei Lucas, sancionada em 04 de outubro de 2018. Esta lei institui a obrigatoriedade para instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, voltadas ao ensino ou a recreação infantil e fundamental de capacitarem seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros no Brasil (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos nesta pesquisa, por meio de um questionário aplicado aos professores de uma escola pública do município de Frutuoso Gomes, interior do rio grande do Norte, concluímos que, os professores participantes da pesquisa, possuem conhecimento, mesmo que pouco, e fica evidente a necessidade de atualização e reciclagem contínua para os profissionais da educação, considerando as constantes mudanças e avanços na área da saúde. Essa prática contínua não apenas fortalece a confiança na aplicabilidade de procedimentos durante um atendimento na escola, mas também reflete o comprometimento desses profissionais com a segurança e bem-estar dos alunos.

A produção científica decorrente desta pesquisa busca priorizar benefícios para as escolas do Município, a sociedade em geral, e o aprimoramento da interação entre as redes de saúde e educação, fortalecendo os vínculos com a instituição acadêmica.

Dessa forma, almeja-se que os resultados alcançados possam efetivamente contribuir para a população e o município. A constatação da necessidade de um novo treinamento prévio em primeiros socorros não apenas visa a segurança dos profissionais, mas também atende à expectativa dos pais, que buscam um ambiente escolar seguro para seus filhos. A implementação de práticas aprimoradas de primeiros socorros não só beneficia diretamente os profissionais da educação, mas também promove uma tranquilidade essencial para que as famílias confiem na proteção de seus filhos no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Elizabeth Aline Ferreira; JÚNIOR, José Jailson de Almeida. SANARE. O papel do enfermeiro na promoção à saúde do homem: o contexto das unidades básicas de saúde da cidade de macaíba/rn, **Sobral**, v. 13, n. 2, p. 19, 2014.

Brasil. **Lei nº 13.722, de 04 de outubro de 2018**. Institui a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental a capacitarem seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros. Brasília, DF.

CABRAL, Elaine Viana; OLIVEIRA, Maria de Fátima Alves. Primeiros socorros na escola: conhecimento dos professores. **Revista Práxis**, [S.L.], v. 11, n. 22, p. 98-106, 11 dez. 2019. Fundação Oswaldo Aranha - FOA. <http://dx.doi.org/10.47385/praxis.v11.n22.712>.

CARMO, Hercules de Oliveira *et al.* Atitudes dos docentes de educação infantil em situação de acidente escolar. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, [S.L.], v. 7, p. 1-7, 8 jul. 2017. RECOM (Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro). <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v7i0.1457>.

CASTRO, Jessika Afonso *et al.* O conhecimento e a importância dos primeiros socorros para professores e funcionários em uma instituição de ensino federal do Rio de Janeiro. **Debates em Educação**, [S.L.], v. 11, n. 25, p. 254-270, 23 dez. 2019. Universidade Federal de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n25p254-270>.

FARIA, Wiviany Alessandra de *et al.* Primeiros socorros para professores em âmbito escolar: revisão integrativa. **Nursing (São Paulo)**, [S.L.], v. 23, n. 267, p. 4522-4528, 25 ago. 2020. MPM Comunicação. <http://dx.doi.org/10.36489/nursing.2020v23i267p4522-4535>.

Filho AR, Pereira NA, Leal I, Anjos QS, Loose JTT. A importância do Treinamento de Primeiros Socorros no Trabalho. **Rev Saberes** [Internet]. 2015 Jul/Dec [cited 2017 Dec 22];3(2):114-25. Available from: http://facsao paulo.edu.br/media/files/35/35_1390.pdf

GALINDO NETO, Nelson Miguel *et al.* Intervenções de educação em saúde sobre primeiros socorros para leigos no Brasil: revisão integrativa/health education interventions on first aid measures for lay people in brazil. **Ciência, Cuidado e Saúde**, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 1-9, 19 dez. 2017. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v16i4.38305>.

GALINDO NETO, Nelson Miguel *et al.* Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 87-93, jan. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201700013>.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011

LIMA, Priscila Alvim *et al.* Primeiros socorros como objeto de educação em saúde para profissionais de escolas municipais. **Revista de Enfermagem da Ufsm**, [S.L.], v. 10, p. 1-16, 29 jan. 2021. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2179769243292>.

LIMA, Rafaela de Souza; SILVA, João Henrique da. Feminização do magistério na rede municipal de ensino de Sorocaba sob a perspectiva dos professores. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, p. 209-230, 18 out. 2021. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2022

Ministério da Saúde (BR), Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Óbitos por causas externas. Óbitos por ocorrência/por ano do óbito segundo região, período 2017 [Internet]. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2017 [acesso em 2022 out 22]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def>

MORAIS FILHO, Luiz Alves *et al.* URGENCY/EMERGENCY COURSE CONTENT IN THE EDUCATION OF GENERALIST NURSES. **Reme**: Revista Mineira de Enfermagem, [S.L.], v. 21, p. 1-9, 2017. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20170016>.

NUNES, Felipe Pereira *et al.* CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM SOBRE PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA: estudo transversal. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S.L.], v. 35, p. 1-7, 2021. Revista Baiana de Enfermagem. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.43160>.

Pereira, J. de P., Mesquita, D. D., & Garbuió, D. C. (2020). Educação em saúde: efetividade de uma capacitação para equipe do ensino infantil sobre a obstrução de vias aéreas por corpo estranho. *Revista Brasileira Multidisciplinar - ReBraM*, 23(2Supl.), 17-25. <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2020.v23i2Supl.828>

PERGOLA, Aline Maino *et al.* O leigo em situação de emergência. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 42, n. 4, p. 769-776, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-62342008000400021>.

SCHNEIDER, Eduarda Maria *et al.* *Revista Pesquisa Qualitativa*. pesquisas qualitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências, São Paulo- SP, v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017. ISSN 2525-8222.

SILVA, Davi Porfirio da *et al.* Primeiros socorros: objeto de educação em saúde para professores. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, v. 12, n. 5, p. 1444, 1 maio 2018. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, Davi Porfirio da *et al.* Primeiros socorros: objeto de educação em saúde para professores. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, [S.L.], v. 12, n. 5, p. 1444-1453, 1 maio 2018. *Revista de Enfermagem, UFPE Online*. <http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963-v12i5a234592p1444-1453-2018>.

Silva, F. L. dá *et al.* (2021). Tecnologias para educação em saúde sobre obstrução das vias aéreas por corpo estranho: revisão integrativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. v. 55 ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020035103778>.

SILVA, J.K et al. Suporte básico de vidas para leigos: Relato de atividades extensionistas. *Revista Ciência em Extensão, Bahia*, v.13, n.1, p.190-203,2017. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/viewFile/1383/1327. Acesso em 03/03/2018.

SILVA, Larissa Graziela Sousa da *et al.* PRIMEIROS SOCORROS E PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: intervenção em unidade de ensino. **Enfermagem em Foco**, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 25-29, 10 nov. 2017. Conselho Federal de Enfermagem - Cofen. <http://dx.doi.org/10.21675/2357-707x.2017.v8.n3.893>.

SLABE, Damjan *et al.* Knowledge of health principles among professionals in Slovenian kindergartens. **Slovenian Journal Of Public Health**, [S.L.], v. 55, n. 3, p. 185-194, 10 maio 2016. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/sjph-2016-0024>.

REGISTROS DE ENFERMAGEM PRODUZIDOS POR ACADÊMICOS NA UNIDADE HOSPITALAR

*Maria Heloisa Fontes de Oliveira
Rafael Tavares Silveira Silva
Rafael Jeremias de Aquino Nunes
Migna Jucy Marques da Silva
Rosane Shirley Saraiva de Lima*

RESUMO: A Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE) representa uma abordagem científica que organiza, planeja e executa as atividades dos enfermeiros, buscando aprimorar a qualidade da assistência prestada. Os registros de enfermagem no prontuário são cruciais para a comunicação efetiva na equipe de saúde e para construir relações positivas com o usuário. Essas anotações contêm informações essenciais sobre saúde e administração, documentando a assistência. O estudo tem como objetivo geral analisar a construção dos registros de enfermagem feitos por estudantes durante as atividades práticas hospitalares, e como objetivos específicos, identificar os elementos constitutivos da estrutura dos registros de enfermagem e descrever o conteúdo de tais registros. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental de análise quantitativa. Como fonte primária, utilizam-se os livros criados pelo núcleo docente estruturante do curso de enfermagem, utilizados para orientar o planejamento e implementação da SAE pelos estudantes do curso de Enfermagem da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP, no contexto de suas atividades de estágio em práticas hospitalares supervisionadas. A amostra final, composta por 182 registros analisados, foi avaliada em relação a 39 itens, divididos em Estrutura Geral e Conteúdo dos registros, com 15 itens referentes à estrutura e 24 itens relacionados ao conteúdo. Conclui-se que, embora haja aspectos positivos nos registros de enfermagem dos estudantes, há espaço para melhorias substanciais em áreas específicas. A observação de elementos importantes que ainda não foram adequadamente documentados sugere a necessidade de um aprimoramento contínuo na formação dos estudantes em relação à documentação de enfermagem.

Palavras-chave: Registro de enfermagem. Cuidados de Enfermagem. Processo de enfermagem.

ABSTRACT: The Nursing Care Systematization (NCS) represents a scientific approach that organizes, plans, and executes nurses' activities, aiming to improve the quality of care provided. Nursing records in patient charts are crucial for effective communication within the healthcare team and for building positive relationships with users. These notes contain essential information about health and management, documenting the care provided. The general objective of this study is to analyze the construction of nursing records made by students during hospital practice activities. The specific objectives are to identify the structural elements of the nursing records and describe their content. This study is a documentary research with a quantitative analysis. The primary source consists of books created by the structured teaching nucleus of the nursing program, used to guide the planning and implementation of NCS by nursing students at Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP, during their supervised hospital practice internships. The final sample, composed of 182 analyzed records, was evaluated based on 39 items, divided into General Structure and Content of the records, with 15 items related to the structure and 24 items related to the content. It is concluded that, although there are positive aspects in the nursing records of the students, there is substantial room for improvement in specific areas. The observation of important elements that have not yet been adequately documented suggests the need for continuous improvement in the training of students regarding nursing documentation.

Keywords: Nursing records. Nursing care. Nursing process.

1 INTRODUÇÃO

A Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE) representa uma abordagem científica que organiza, planeja e executa as atividades dos enfermeiros, buscando aprimorar a qualidade da assistência prestada. Com base no método científico, ela engloba teorias, processos e consultas de enfermagem, seguindo as diretrizes estabelecidas na resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) no 543/2017, que incluem escalas diárias e o uso de instrumentos como protocolos, manuais e documentos (COFEN, 2017). Essa abordagem tem como objetivo assegurar uma assistência de enfermagem satisfatória, promovendo uma prática mais eficiente por meio da sistematização do trabalho (Tannure; Pinheiro, 2019).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da SAE envolve diversas etapas, como implantação, planejamento, organização, execução e avaliação do processo de enfermagem. Esse processo abrange atividades como anamnese, exame físico, diagnóstico, prescrição e evolução (COFEN, 2009). Essa prática deve ser aplicada em todas as instituições de saúde e registrada nos prontuários, destacando a importância do embasamento teórico do Processo de Enfermagem (Souza et al., 2021).

O Processo de Enfermagem (PE) é um método sistêmico com cinco etapas: coleta de dados, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação. O enfermeiro reúne informações do usuário, analisa dados para diagnosticar condições de saúde, cria um plano personalizado, coloca em prática as intervenções planejadas e revisa os resultados para ajustar o plano de cuidados. Esse processo assegura cuidados de qualidade e individualizados, visando fornecer uma assistência à saúde eficaz, promovendo o bem-estar e a recuperação do indivíduo (Horta, 2007).

Na primeira etapa, o enfermeiro inicia o processo com a elaboração do Histórico de Enfermagem, realizando uma entrevista para a coleta de dados do usuário. Na etapa seguinte, denominada Diagnóstico de Enfermagem, os dados obtidos orientam as decisões sobre diagnósticos relacionados ao estado de saúde do sujeito. As fases subsequentes envolvem o Planejamento de Enfermagem, a Implementação das ações prescritas e a Avaliação de Enfermagem para determinar se as ações alcançaram os resultados esperados, permitindo ajustes na assistência prestada (Barros et al., 2022).

A investigação de dados desempenha um papel crucial no PE, visando compreender a situação de saúde do usuário. Organizado em cinco etapas, que incluem a coleta de dados, validação, agrupamento, identificação de padrões e registros de enfermagem, esse processo envolve a obtenção, confirmação e organização de informações relevantes. A identificação de

padrões destaca relações entre sinais e sintomas específicos. Os registros de enfermagem, que detalham dados coletados, validados, conclusões e ações planejadas e implementadas, fornecem um histórico crucial da assistência ao usuário e facilitam a comunicação na equipe de saúde (Dorneles et al., 2021).

Os registros de enfermagem no prontuário são cruciais para a comunicação na equipe de saúde e para construir relações positivas com o usuário. Essas anotações contêm informações essenciais sobre saúde e administração, documentando a assistência prestada. Com utilidades diversas, tais como ensino, pesquisa, auditoria, questões legais e garantia da qualidade dos cuidados, manter registros adequados é crucial, independentemente da abordagem teórica, representando informações essenciais para avaliar a qualidade do atendimento de enfermagem (Miranda et al., 2022).

Os Registros de Enfermagem (RE) são documentos oficiais e legais essenciais para a comunicação e troca de informações na equipe de saúde, destacando as necessidades do usuário, as condutas clínicas implementadas e avaliação contínua do cuidado. Na enfermagem, essa responsabilidade é regulamentada pelo código de ética dos profissionais, especificamente pelo artigo 36 da Resolução COFEN 564/2017, que estabelece a obrigação de registrar informações essenciais ao processo de cuidado de forma clara, objetiva, cronológica, legível e completa no prontuário e em outros documentos. Portanto, os RE abrangem tudo aquilo que a enfermagem escreve nos documentos (COFEN, 2017).

As anotações de enfermagem (AE) são relatos de procedimentos que desempenham um papel crucial no planejamento e na prestação de cuidados, fornecendo dados essenciais para a elaboração de planos e prescrições. Essa prática é fundamental para a SAE, garantindo a continuidade da assistência ao facilitar a análise dos cuidados, acompanhar as respostas do usuário e o desenvolvimento do tratamento. Essas anotações são essenciais para identificar mudanças no estado do usuário, detectar novos problemas, avaliar os cuidados prescritos e

comparar as respostas do sujeito aos cuidados prestados (COREN SP, 2022). A Evolução de Enfermagem consiste no registro feito após a avaliação do estado do usuário, incluindo novos problemas identificados, resultados dos cuidados prescritos e questões a serem abordadas nas próximas 24 horas. Esse relato diário individual registra as mudanças no usuário, sendo essencial para documentar ações profissionais e o estado de saúde. A evolução deve conter data e horário, sendo atualizada sempre que houver alteração no estado do indivíduo (Macedo; Lovadini; Sakamoto, 2020).

A ausência ou inadequação de registros de enfermagem pode acarretar sérias repercussões na assistência ao usuário. A falha na documentação compromete a comunicação eficaz entre os membros da equipe de saúde, aumenta o risco de erros clínicos, dificulta a prestação de contas legal, prejudica a avaliação contínua e pode resultar em interrupções no cuidado durante transições de equipe.

Além disso, a falta de registros impacta negativamente a pesquisa em saúde, limitando a disponibilidade de dados para estudos científicos. Portanto, a prática rigorosa e adequada da documentação é essencial para assegurar a qualidade, continuidade e segurança no âmbito da assistência de enfermagem. Posto isto, provém a questão de pesquisa: como os estudantes constroem suas anotações e evoluções de enfermagem quanto ao conteúdo e estrutura nos registros?

Ademais, o estudo tem como objetivo geral analisar a construção dos registros de enfermagem feitos por estudantes durante as atividades práticas hospitalares. E como específicos, identificar os elementos constitutivos da estrutura dos registros de enfermagem e descrever o conteúdo de tais registros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A gênese da SAE iniciou-se no século XIX com a precursora da Enfermagem moderna Florence Nightingale e com sua atuação nas enfermarias do hospital de campanha na Guerra da Crimeia, onde o cuidar se tornou organizado, científico, sistemático e longe da lógica medicalocêntrica que era realizada até então. Ao avançar dos anos a profissão ganhou espaço e atuação, sendo vez mais necessária nos serviços de saúde. Para a “dama da lâmpada” como era conhecida, a Enfermagem deve ser uma profissão fundamentada na ciência, embasada em reflexões, questionamentos e organizada, capaz de desenvolver seus próprios princípios práticos científicos, o que nos leva a SAE uma metodologia que auxilia os profissionais a aplicar a práxis e trazer autonomia e competência a prática profissional (Dias; Dias, 2019).

Composto por três pilares: método científico, PE e registro de Enfermagem que são essenciais, pois, oferece maior operacionalização da assistência, tornam-se primordiais para a aplicabilidade no desenvolvimento da assistência de forma precisa e sistemática. O quantitativo de pessoal compreendido pelo dimensionamento da equipe se torna essencial para o desenvolvimento e efetividade de atividades para elaboração de educação continuada e permanente, engloba os instrumentos que validam a padronização do PE, como a utilização de

Procedimentos Operacionais Padrão (POP), protocolos, check-list, softwares e outros (Alves; Santana; Sousa, 2021).

Sendo um cuidar estruturado e metódico a SAE oferece cada vez mais autonomia, informação e respaldo, tendo seu advento legal no Brasil em meados de 2002 pela resolução do Conselho Federal de Enfermagem nº 272/2002, e normatizado pela resolução COFEN nº 359/2009 que norteia o PE (Tannure; Pinheiro, 2013).

O PE por sua vez, foi difundido no Brasil em 1968 por Wanda de Aguiar Horta, que publicou um artigo sobre diagnósticos de Enfermagem no Brasil e logo em 1973 ocorre a 1ª conferência de diagnósticos de Enfermagem, realizada nos Estados Unidos da América onde é construído a taxonomia I do NANDA. Em 1979 Horta definiu seis fases do PE sendo elas: histórico, diagnóstico, plano assistencial, plano de cuidados, evolução e diagnóstico (Santos, 2014).

Sendo a metodologia mais notória e aceita no mundo, ainda segundo o mesmo autor, o PE é capaz de facilitar a troca de informações e prestar uma assistência baseada em evidências científicas.

Na década de 60 as primeiras teorias de Enfermagem surgem e fundamentam o PE, uma delas é a teoria das necessidades humanas básicas de Horta que impacta diretamente a assistência por conter um conceito novo e limiar no trabalho da Enfermagem (Horta, 1979). Na legislação vigente o PE completa cinco etapas que são elas: Coleta de dados, Diagnósticos de Enfermagem, Planejamento, implementação e avaliação, essas etapas sistemáticas organizam e facilitam o processo de cuidar (COFEN, 2009).

O uso das taxonomias para o desenvolvimento do PE contempla uma linguagem universal e científica a feramente segundo Neves (2020), um levantamento feito por autores mostraram 13 taxonomias de Enfermagem sendo elas: Center for Nursing Classification & Clinical Effectiveness (CNC & CN), Classification of the Nursing Practices (CIPE)/ Classificação de Práticas de Enfermagem, Clinical Care Classification (CCC), CMBD nursing, Conjunto de dados do Paciente de Ozbolt, International Classification for Nursing Practice (ICNP), Nanda (NANDA), Normalización de las Intervenciones para la Práctica de la Enfermería (NIPE), Nursing Interventions Classification (NIC), Nursing Minimum Data Set (NMDS), Nursing Outcomes Classification (NOC), OHAMA system e Perioperative Nursing Data Set (PNDS). As mais usadas de forma global são o NANDA, NIC e NOC.

A taxonomia NADA foi padronizada em meados de 1970 e o reconhecimento oficial de diagnósticos específicos de Enfermagem ocorreu em 1980. O NOC que foi formulado de fato em 1991 por Marion Johnson e Meridean sendo capaz de obter resultados eficientes para a

assistência de Enfermagem. Já o NIC foi desenvolvido em 1987 com a comissão de pesquisa liderado por Joanne McCloskey e Gloria Bulechek, na Universidade de Iowa, onde contém todas as intervenções que devem ser realizadas pelos profissionais de Enfermagem (Santos, 2021).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental de análise quantitativa, utilizando como fonte primária os livros elaborados pelo núcleo docente estruturante do curso de enfermagem. Esses livros são destinados ao planejamento e implementação da SAE pelos estudantes do curso de enfermagem da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar –FACEP, no contexto de suas atividades de estágio em práticas hospitalares supervisionadas.

O estudo é fruto da primeira etapa do Projeto de Pesquisa “Realização da SAE por estudantes durante os estágios curriculares”, iniciado em 2022 e continuado em 2023. Portanto, a pesquisa foi realizada entre os meses de agosto de 2022 e outubro de 2023, utilizando uma amostra composta por 182 registros.

Os livros foram preenchidos pelos discentes de enfermagem nos setores de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e Maternidade, produzidos entre os anos 2021 e 2022. Os registros foram digitalizados durante as atividades do Projeto de Pesquisa, que originou tal trabalho. A pesquisa concentrou-se na avaliação dos elementos construtivos da estrutura geral e do conteúdo dos registros, os quais foram subdivididos em anamnese, exame físico, procedimentos e sinais vitais.

O checklist utilizado nesta pesquisa era composto de 39 itens, os quais eram frases afirmativas. As opções disponíveis para cada item eram: “sim” para indicar que elemento do registro estava adequado, “não” quando estava inadequado, e “não se aplica” quando não era possível avaliar o elemento. Os dados sobre o conteúdo e à estrutura dos registros de enfermagem, oriundos desse instrumento, foram tabulados e analisados estatisticamente, contemplando a descrição da frequência das variáveis absolutas e relativas.

A avaliação dos 39 itens foi subdividida em: Estrutura Geral e Conteúdo dos registros. A Estrutura Geral compreendia 15 itens, enquanto o Conteúdo havia 24 itens. Em relação à avaliação, adotou-se como parâmetro que um item seria considerado satisfatório se estivesse presente no registro com uma frequência maior que 50,00%. Por outro lado, seria considerado insatisfatório se não estivesse presente no registro ou se sua frequência fosse menor ou igual a

50,00%. Esse valor foi tomado como parâmetro, levando em consideração que, pelo menos, metade dos registros deve estar adequada.

Deste modo, a pesquisa realizada segue os princípios da bioética, buscando contribuir e auxiliar acadêmicos e profissionais na área da saúde a utilizarem regulamentações éticas em todo o trabalho. O objetivo é assegurar aos participantes da pesquisa, à sociedade e à ciência, novas percepções de adquirir seus direitos enquanto sujeitos envolvidos.

Portanto, segundo a Resolução 358/2009 emitida pelo COFEN, são estabelecidos diretrizes e normas para a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes públicos ou privados onde o cuidado profissional de Enfermagem é prestado. Ela descreve as etapas do processo de Enfermagem, que incluem a coleta de dados, o diagnóstico de Enfermagem, o planejamento, a implementação e a avaliação.

Essas etapas são fundamentais para a prestação de cuidados de qualidade, com ênfase para o diagnóstico de Enfermagem e a prescrição de ações ou intervenções de enfermagem pelo enfermeiro. A resolução exige o registro formal de todo o processo e determina que o COFEN e os Conselhos Regionais de Enfermagem promovam as condições necessárias para sua execução.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram divididos em Estrutura e Conteúdo. Quanto a Estrutura, estão apresentados na Tabela 1, com total de 15 itens. Posteriormente, os resultados relacionados ao Conteúdo foram divididos em quatro tabelas distintas: Anamnese (Tabela 2), Exame Físico (Tabela 3), Procedimentos (Tabela 4) e Sinais Vitais (Tabela 5), com total de 24 itens examinados. No geral, foram analisados 39 itens. No que diz respeito à Estrutura Geral (Tabela 1) dos registros de enfermagem produzidos pelos estudantes de enfermagem durante o estágio hospitalar, percebeu-se que, dos 15 itens, 9 apresentaram resultados satisfatórios. Foram eles: texto claro e objetivo, observados em 165 (90,66%) registros; sequência da apresentação de anamnese, EF e procedimentos, adequada em 105 (57,69%); verbos conjugados adequadamente em 149 (81,87%); continham data em 157 (86,26%) registros; continham hora, 121 (66,48%); livre de contradições no texto, presente em 166 (91,21%); com siglas e abreviaturas adequadas, identificadas em 164 (90,11%); continham sinais e sintomas em 156 (85,71%); e letra legível, verificada em 157 (86,26%).

Quanto aos itens insatisfatórios, que não continham nos registros, foram 5, têm-se: livre de erros ortográficos em 158 (86,81%); não contém assinatura no final, identificada em 103

(56,59%); não contem espaços em branco em 111 (60,99%); não está livre de opiniões e julgamentos, constatada em 173 (95,05%); livre de rasuras em 111 (60,99%).

Em relação ao termo “não se adequa”, possuía apenas 1 item: correções adequadas, presentes em 23 (12,63%). Vale salientar que, apesar de o resultado ser satisfatório, afinal na maioria dos registros não havia necessidade de correções, quando elas apareceram, a maior parte estava inadequada em 43 (23,62%).

Tabela 1 – Estrutura Geral (N= 182)

Estrutura Geral (N=182)					
Texto claro e objetivo (N=182)	n	%	Sequência do registro adequado (anamnese; EF; procedimentos)	n	%
Sim	165	90,66	Sim	105	57,69
Não	17	9,34	Não	77	42,30
NSA	0	0,00	NSA	0	0
Conjuga os verbos no particípio	n	%	Contém data	n	%
Sim	149	81,87	Sim	157	86,26
Não	30	16,48	Não	25	13,73
NSA	3	1,65	NSA	0	0
Livre de erros ortográficos	n	%	Contém hora	n	%
Sim	24	13,19	Sim	121	66,48
Não	158	86,81	Não	61	33,51
NSA	0	0,00	NSA	0	0
Livre de rasuras	n	%	Contém assinatura no final	n	%
Sim	71	39,01	Sim	78	42,85
Não	111	60,99	Não	103	56,59
NSA	0	0,00	NSA	1	0,54
Livre de contradições no texto	n	%	Correções adequadas	n	%
Sim	166	91,21	Sim	23	12,63
Não	14	7,69	Não	43	23,62
NSA	2	1,10	NSA	116	63,73
Uso de siglas e abreviaturas adequadas	n	%	Estar livre de opiniões e julgamentos	n	%
Sim	164	90,11	Sim	173	95,05
Não	18	9,89	Não	5	2,74
NSA	0	0,00	NSA	4	2,19
Não contém espaços em branco ao longo do texto	n	%	Contém sinais e sintomas observados	n	%
Sim	71	39,01	Sim	156	85,71
Não	111	60,99	Não	25	13,73
NSA	0	0,00	NSA	1	0,54
Letra legível	n	%			
Sim	157	86,26			
Não	24	13,19			
NSA	1	0,55			

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa.

No que se refere ao Conteúdo do Registro, evidenciou-se que, dos 24 itens analisados, 16 itens obtiveram resultados satisfatórios, enquanto 8 foram insatisfatórios.

No que se refere à Anamnese (Tabela 2), que contempla 10 itens, foi possível identificar que 8 destes alcançaram padrões satisfatórios, e 2 itens insatisfatórios. Portanto, em relação ao Conteúdo do Registro de enfermagem, os seguintes itens apresentaram resultados satisfatórios: DIH em 98 registros, totalizando 53,85%; Estado geral do usuário em 98 registros, também correspondendo a 53,85%; locomoção em 140, equivalente a 76,92%; estado psicomotor em 98 registros, representando 53,85%; função respiratória em 114, alcançando 62,64%; função vesical em 138, atingindo 75,82%; alimentação em 116 registros, configurando 63,73%; função intestinal em 141, alcançando 77,47%. Quanto aos itens insatisfatórios, foram apenas 2: não tinha padrão de sono em 117 registros, correspondendo a 64,29%, e não tinha conforto/dor em 97 registros, representando 53,30%.

Tabela 2 – Anamnese (N= 182)

Anamnese (N=182)					
DIH	<i>n</i>	%	Estado Geral	<i>n</i>	%
Sim	98	53,85	Sim	98	53,85
Não	83	45,60	Não	84	46,15
NSA	1	0,55	NSA	0	0,00
Locomoção	<i>n</i>	%	Estado psicomotor	<i>n</i>	%
Sim	140	76,92	Sim	98	53,85
Não	42	23,08	Não	84	46,15
NSA	0	0,00	NSA	0	0,00
Função respiratória	<i>n</i>	%	Alimentação	<i>n</i>	%
Sim	114	62,64	Sim	116	63,74
Não	68	37,36	Não	66	36,26
NSA	0	0,00	NSA	0	0,00
Função vesical	<i>n</i>	%	Função intestinal	<i>n</i>	%
Sim	138	75,82	Sim	141	77,47
Não	44	24,18	Não	41	22,53
NSA	0	0,00	NSA	0	0,00
Padrão de sono	<i>n</i>	%	Conforto/dor	<i>n</i>	%
Sim	65	35,71	Sim	83	45,60
Não	117	64,29	Não	97	53,30
NSA	0	0,00	NSA	1	0,55

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa.

Na Tabela 3, que se refere ao Exames Físico, foi observado que 3 itens apresentaram padrões satisfatórios em relação ao Conteúdo dos registros de enfermagem: EF cabeça e

pescoço, registrado em 108 casos (59,34%); EF torácico, presente em 124 registros (68,13%); EF abdominal, evidenciado em 134 casos (73,63%).

Ademais, quanto aos itens insatisfatórios, foram identificados 4, têm-se: não continha descrição das características, ml, cm, coloração e forma em 51 casos (28,02%); não continha a ordem céfalo-caudal em 80 casos (43,95%); não continha EF do sistema linfático em 70 (38,46); e não continha EF de membros em 94 casos (51,65%).

Tabela 3 – Exame Físico (N= 182)

Exame Físico (N=182)					
Descrição das características (mL, cm, coloração, forma).	n	%	Respeita a ordem céfalo-caudal	n	%
Sim	51	28,02	Sim	80	43,96
Não	131	71,98	Não	102	56,04
NSA	0	0,00	NSA	0	0,00
EF cabeça e pescoço	n	%	EF torácico	n	%
Sim	108	59,34	Sim	124	68,13
Não	73	40,11	Não	58	31,87
NSA	1	0,55	NSA	0	0,00
EF abdominal	n	%	EF do sistema linfático	n	%
Sim	134	73,63	Sim	70	38,46
Não	47	25,82	Não	112	61,54
NSA	1	0,55	NSA	0	0,00
EF membros	n	%			
Sim	87	47,80			
Não	94	51,65			
NSA	1	0,55			

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa.

No que se refere aos Procedimentos, conforme destacado na Tabela 4, foi possível identificar apenas 1 item com padrões satisfatórios, a saber: resposta dos indivíduos em relação ao procedimento, presente em 94 registros (51,65%). Sendo assim, em relação aos itens classificados insatisfatórios, identificaram-se 2 aspectos: não continha ocorrências/intercorrências durante os procedimentos em 171 casos (93,96%); e não continha orientações dadas ao usuário em 175 casos (96,15%).

Tabela 4 – Procedimentos (N= 182)

Procedimentos (N=182)					
Respostas dos pacientes	n	%	Contém ocorrências/intercorrências	n	%
Sim	94	51,65	Sim	10	5,49

Não	87	47,80	Não	171	93,96
NSA	1	0,55	NSA	1	0,55
Orientações dadas	n	%			
Sim	6	3,30			
Não	175	96,15			
NSA	1	0,55			

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa.

Na Tabela 5, que se refere aos Sinais Vitais, identificou-se que 4 itens contidos nela representaram resultados satisfatórios. Todos os itens foram devidamente registrados pelos acadêmicos de enfermagem, referente aos itens, têm-se: Pressão arterial, presente em 166 registros (91,21%); frequência respiratória, registrada em 165 casos (90,66%); temperatura, observada em 163 casos (89,56%); e Pulso/frequência cardíaca, identificado em 161 registros (88,46%).

Tabela 5 – Sinais Vitais (N= 182)

Sinais Vitais (N=182)					
Pressão arterial (mL, cm, coloração, forma)	n	%	Temperatura	n	%
Sim	166	91,21	Sim	163	89,56
Não	16	8,79	Não	19	10,44
NSA	0	0,00	NSA	0	0,00
Frequência respiratória	n	%	Pulso/Frequência cardíaca	n	%
Sim	165	90,66	Sim	161	88,46
Não	17	9,34	Não	21	11,54
NSA	0	0,00	NSA	0	0,00

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa.

No trabalho de Rodrigues *et al.* (2022), assim como no presente trabalho, foram observados problemas relacionados aos registros de enfermagem, embora em baixa frequência. A presença de erros ortográficos e espaços em branco foi identificada em apenas 7,1% dos 217 prontuários investigados, enquanto 14% apresentaram siglas ou abreviaturas inadequadas. Vale salientar que rasuras nesses documentos, do ponto de vista jurídico, podem repercutir em complicações legais, uma vez que eles servem como defesa para o profissional. Portanto, é imperativo que esses registros sejam claros, objetivos, precisos, com letras legíveis e sem rasuras.

O estudo conduzido por Ferreira *et al.* (2020) também incluiu a avaliação dos registros técnicos realizados por enfermeiros e enfermeiras nos prontuários. Nesse estudo, identifica-se

algumas semelhanças nos resultados, especialmente quando se trata dos dias de internação do sujeito, além dos níveis de consciência e de outros elementos essenciais na anamnese.

Na pesquisa desenvolvida por Santos *et al.* (2018), identificaram-se algumas fragilidades em relação aos registros, evidenciando que muitos não eram feitos de maneira adequada, seguindo a ordem céfalo-caudal. Dada a complexidade do exame físico, devem-se buscar várias formas de desenvolver essa prática no âmbito da saúde. Os enfermeiros necessitam dominar a semiologia e semiotécnica para desenvolver uma investigação abrangente. Ademais, é por meio dos achados clínicos e dos sintomas do usuário que o enfermeiro consegue traçar os diagnósticos de enfermagem, segunda etapa do PE.

Para a resolução COFEN nº 545 de 2017 é essencial dispensar atenção minuciosa a essas anotações. Destaca-se a observação do cabeçalho do formulário, a produção por horário e não por turno, o início da escrita sempre no começo do plantão e durante o seu decorrer, a utilização de letra legível para melhor compreensão, a adoção de uma sequência cefalo-podálica, e caso ocorra erros deve-se usar os termos “digo” ou “correção”, jamais utilizar corretivos ortográficos; se ater aos termos padronizados e suas siglas, bem como a inclusão de carimbo, assinatura e número do COREN do profissional que executou o registro.

Sanson *et al.* (2017) mostra, em seu estudo, que a utilização de uma linguagem normatizada e específica da enfermagem para descrever as atividades clínicas resulta em documentações mais precisas e diretas. Isso torna o processo de comunicação mais eficaz e amplia a visibilidade do trabalho desenvolvido. Dessa forma, os registros abrangendo todas as fases do Processo de Enfermagem, elaborados por enfermeiros e estudantes de enfermagem, podem evidenciar a importância desses profissionais na prática clínica.

Na análise dos procedimentos de enfermagem presentes identificou-se a presença de registros inadequados, sendo destes desprovida de itens importantes. O estudo conduzido por Pinto, Silva e Souza, (2020) aborda que prontuário é um documento formal no qual devem ser registradas todas as atividades executadas e procedimentos realizados pela equipe de saúde. O registro no prontuário é uma garantia ética e legal tanto do profissional responsável quanto para o usuário, abrangendo além de tratar de vários outros aspectos.

Segundo os estudos de Miranda *et al.* (2016), os cuidados de enfermagem podem ser avaliados através dos registros, sendo que a avaliação destes reflete, conseqüentemente, qualidade da assistência de enfermagem.

Pereira et al (2018), realizou uma avaliação na qualidade dos registros de enfermagem na sala de recuperação pós-anestésica em unidades de referências de Pernambuco. Ao avaliarem os prontuários de pacientes em pós-operatório imediato, observou-se grande deficiência na

anotação de intercorrências e intervenções de enfermagem. Esses resultados possuem semelhança ao presente estudo, quando se refere as intercorrências de enfermagem.

Conforme Franco, Akemi e D’Inocento (2012) destacam que os sinais vitais estão contidos em todos os prontuários dos indivíduos internados na clínica médica. Diante disso, os sinais vitais são indicadores do estado de saúde do sujeito, e sua aferição e interpretação em todos os momentos oportunos contribuem para o diagnóstico precoce de deterioração clínica e implementação de intervenções. A aferição e os registros dos sinais vitais nos prontuários são de suma importância para a assistência qualificada ao usuário.

Considerando os resultados do presente estudo, foi possível avaliar que os estudantes responderam satisfatoriamente, uma vez que a maioria dos itens estava presente nos registros. Por outro lado, é nítido que ainda existem elementos importantes que não foram devidamente registrados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da elaboração dos registros de enfermagem realizados por estudantes durante práticas supervisionadas hospitalares revela que, no que tange à estrutura geral, os registros estavam adequados em 9 itens: texto claro e objetivo; sequência da apresentação de anamnese, EF e procedimentos; verbos conjugados adequadamente; continham data; continham hora; livre de contradições no texto; com siglas e abreviaturas adequadas; continham sinais e sintomas; e letra legível.

Entretanto, os registros apresentaram inadequações em 5 itens: livre de erros ortográficos; não contém assinatura no final; não contem espaços em branco; livre de opiniões e julgamentos; e livre de rasuras. Além disso, o termo “não se adequa” apareceu em apenas 1 item: correções adequadas. Vale ressaltar que, embora o resultado seja satisfatório, visto que na maioria dos registros não foram identificadas correções, quando elas apareceram, a maior parte estava inadequada.

Em relação ao conteúdo dos registros de enfermagem, que foi subdividido em anamnese, exame físico, procedimentos e sinais vitais, notou-se que os registros estavam adequados com os padrões estabelecidos em 16 itens específico: DIH; Estado geral; locomoção; estado psicomotor; função respiratória; função vesical; alimentação; função intestinal; EF cabeça e pescoço; EF torácico; EF abdominal; resposta dos pacientes em relação ao procedimento; pressão arterial; frequência respiratória; temperatura; e Pulso/frequência cardíaca.

No entanto, os registros estavam inadequados em 8 itens: não tinha padrão de sono; não tinha conforto/dor; não continha descrição das características, ml, cm, coloração e forma; não continha a ordem céfalo-caudal; não continha EF do sistema linfático; não continha EF de membros; não continha ocorrências/intercorrências durante os procedimentos; e não continha orientações dadas ao usuário.

Nessa perspectiva, embora haja aspectos positivos nos registros de enfermagem elaborados pelos estudantes, há espaço para melhorias substanciais em áreas específicas. A observação de elementos importantes que ainda não foi adequadamente documentada sugere a necessidade de um aprimoramento contínuo na formação dos estudantes em relação à prática da documentação de enfermagem.

As principais limitações do estudo incluem a escassez de pesquisas abordando os registros de enfermagem, principalmente quando feitos pelos acadêmicos nas práticas ou estágios hospitalares.

Dessa forma, sugere-se a implementação de novos estudos para avaliar a evolução das práticas de registro ao longo do tempo, identificando mudanças, melhorias ou desafios persistentes. Ademais, propõe-se que futuros estudos realizem uma análise comparativa entre diferentes instituições de ensino de enfermagem, com o intuito de identificar variações nas práticas de documentação. Essa análise deve considerar aspectos como o currículo, a orientação oferecida aos estudantes e outros fatores institucionais. Isso contribuirá para evidenciar a importância de registrar as informações da assistência ao sujeito em sua completude, destacando os impactos das subnotificações para a segurança do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ADAMY, E. K.; ZOCHE, D. A. DE A.; ALMEIDA, M. DE A.. Contribution of the nursing process for the construction of the identity of nursing professionals. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 41, n. spe, p. e20190143, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/rSCZDNvkbNkjhwCr3F6RZFN/?lang=pt#>. Acesso em: 19 out. 2022.

ALVES, George Luiz; SANTANA, Rosimere Ferreira; SOUSA, Anderson Reis de; et al. Sistematização da assistência de Enfermagem: compreensão à luz de seus pilares e elementos constituintes. **Enfermagem em foco**. 2021. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3993>. Acesso em: 3 de setembro de 2021.

AZEVEDO, O. A. et al.. Documentação do processo de enfermagem em instituições públicas de saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 53, p. e03471, 2019. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/re USP/a/NxpGwW8HpCfJVN7JhcsHFSd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BARROS, A. L. B. L. **Anamnese e exame físico**. 3a ed. Porto Alegre: Artmed; 2016.

BARROS, A. L. B. L. et al.. Processo de Enfermagem no contexto brasileiro: reflexão sobre seu conceito e legislação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 6, p. e20210898, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/StQhMkT39yNK4XsTjLNRbXm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BENEDET, S. A., et al.. Processo de Enfermagem: instrumento da Sistematização da Assistência de enfermagem na percepção dos enfermeiros. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 8, n. 3, p. 4780–4788, 2016. DOI: 10.9789/2175-5361.2016.v8i3.4780-4788. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/4237>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BOSCO, P. et al.. Registros de enfermagem e suas implicações para a qualidade do cuidado. **Revista Científica de Enfermagem**, [S. l.], v. 9, n. 26, p. 03–10, 2019. DOI: 10.24276/rerecien2358-3088.2019.9.26.3-10. Disponível em: <https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/188>. Acesso em: 12 nov. 2023.

COFEN. Resolução COFEN nº 358/2009, de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília-DF, 2009. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

COFEN. Resolução no 272, de 27 de agosto de 2002. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) nas instituições de saúde brasileiras [Internet]. Brasília-DF, 2002. Disponível EM: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-2722002-revogada-pela-resoluao-cofen-n-3582009_4309.html. Acesso em: 19 out. 2022.

COFEN. Resolução no 358/2009, de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-35820094384.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

COFEN. Resolução no 545/2017, de 18 de Maio de 2017. Dispõe sobre Anotação de Enfermagem e mudança nas siglas das categorias profissionais. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05452017/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO (COREN SP). Anotações de enfermagem. São Paulo: Coren-SP, 2022. 22

DIAS, Lucas de Paiva; DIAS, Marcos de Paiva. Florence Nightingale e a História da Enfermagem. **Hist enferm. Rev.** 2019. Disponível em <http://here.abennacional.org.br/here/v10/n2/a4.pdf>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

DINIZ, S. O. S. et al.. Qualidade dos registros de enfermagem: reflexões analíticas em suas formas e conteúdo. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 9(10):9616-23, out., 2015.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10908/12182>. Acesso em: 10 set. 2023.

DORNELES, F. M. et al.. Processo de enfermagem e suas implicações na prática profissional do enfermeiro: revisão integrativa de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e6028, 12 fev. 2021. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6028/3994>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FERREIRA, L.L. et al.. Análise de registros por técnicos de enfermagem e enfermeiros em prontuários. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 2, p. e20180542, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/G4tsNBJDgw9wQHYPNv6wMXd/?lang=pt#>. Acesso em: 20 set. 2023.

FRANCO, M. T. G.; AKEMI, E. N.; D'INOCENTO, M.. Avaliação dos registros de enfermeiros em prontuários de pacientes internados em unidade de clínica médica. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 163–170, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ape/a/B7Ry5YhsDKdbF4qBkhBFLPf/?lang=pt#>. Acesso em: 12 nov. 2023.

HORTA, Wanda de Aguiar. **Processo de enfermagem**. São Paulo: EPU, 2007.

HORTA, Wanda de Aguiar; BRIGITTA, E. P. Castellanos. **Processo de enfermagem**. Editora Pedagógica e Universitria Ltda. São Paulo. 1979.

MACEDO, L. de A.; LOVADINI, V. de L.; SAKAMOTO, S. R. A importância das anotações de enfermagem em prontuários de pacientes hospitalizados segundo a equipe de enfermagem. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 92, n. 30, 2020. DOI: 10.31011/reaid-2020-v.92-n.30-art.689. Disponível em:

<https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/689>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MACHADO, S. et al.. Aplicabilidade do Processo de Enfermagem na atenção hospitalar: interface com as melhores práticas. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S. l.], v. 12, p. e2, 2021. DOI: 10.5902/2179769264972. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/64972>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MIRANDA A. B. et al.. Posicionamento cirúrgico: cuidados de enfermagem no transoperatório. **Revista SOBECC**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 52–58, 2016. DOI: 10.5327/Z1414-4425201600010008. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/42>. Acesso em: 18 out. 2023.

MIRANDA, M. et al.. Registros de enfermagem em uma emergência cardiológica: características, diagnósticos e intervenções de enfermagem. **Journal of Nursing and Health**, v. 12, n. 2, 24 out. 2022. Disponível em:

<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/JONAH/article/view/3497>. Acesso em: 18 out. 2023. .

NEVES, Rinaldo de Souza; MELO, Flávia Santos; MARQUES, Maria Laudelina de Assis. Implementação do processo de enfermagem entre estudantes de enfermagem em uma unidade de internação cirúrgica. **Enferm. Foco**. v. 11, n. 6, p. 214-221. 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3834/1077> Acesso em: 01 abr. 2022. Por favor, formatar conforme a orientação.

PEREIRA, E. B. F. et al.. Avaliação da qualidade dos registros de enfermagem nos cuidados pós-operatórios imediatos. **Revista SOBECC**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 21–27, 2018. DOI: 23 10.5327/Z1414-4425201800010005. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/383>. Acesso em: 20 set. 2023.

PINTO, M. C.; SILVA, L. S. da; SOUZA, E. de A. A importância dos registros de enfermagem para a auditoria. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 24, n. 3, 2020. DOI: 10.25110/arqsaude.v24i3.2020.6750. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/6750>. Acesso em: 14 nov. 2023.

RODRIGUES, I. C. C. et al.. Estudo dos registros de enfermagem em prontuário hospitalar de um município no interior de Minas Gerais. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 6, p. e10485, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10485>. Acesso em: 18 out. 2023.

SANSON G. et al.. Impact of nursing diagnoses on patient and organisational outcomes: a systematic literature review. **J Clin Nurs**. 2017;26(23-24):3764–83. doi: <http://dx.doi.org/10.1111/jocn.13717>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28042921/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SANTOS, I. M. R. dos et al.. A importância da anamnese e do exame físico para a prática de enfermagem: relato sobre a experiência acadêmica. **Gep News**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 157–162, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/5540>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, W. N.; SANTOS, A. M. S. dos; LOPES, T. R. P. S.; MADEIRA, M. Z. de A.; ROCHA, F. C. V. Sistematização da Assistência de Enfermagem: o contexto histórico, o processo e obstáculos da implantação. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care**. V. 5, n. 2, p. 153–158, 2014. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/210>. Acesso em: 19 out. 2021.

SILVA, A. et al.. Acurácia dos diagnósticos de Enfermagem nos cuidados ao paciente crítico. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, [S. l.], v. 26, 2022. DOI: 10.35699/2316-9389.2022.38659. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/remede/article/view/38659>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, A. M. DA et al.. Percepções dos enfermeiros acerca da implementação do processo de enfermagem em uma unidade intensiva. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, p. e20200126, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/kd5MzdD3DG7qPpbMkfYvHQy/?lang=pt#>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, E. G. C. et al.. O conhecimento do enfermeiro sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem: da teoria à prática. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 6, p. 1380–1386, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/ddQxzyWyJjkNGZzSfrn7Dfz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOUZA, J. F et al.. sistematização da assistência de enfermagem: avaliação da maturidade do conceito. **SciELO Preprints**, 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.3344. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3344>. Acesso em: 20 set. 2023.

SULZBACH, S. R. et al.. Avaliação dos registros de enfermagem por meio do Quality of Diagnoses, **Interventions and Outcomes**. Revista de Enfermagem da UFSM, [S. l.], v. 12, p. e26, 2022. DOI: 10.5902/2179769268189. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/68189>. Acesso em: 27 out. 2022. 24

TANNURE, M. C.; PINHEIRO A. M. **SAE - Sistematização da Assistência de Enfermagem: guia prático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

TANNURE, Meire Chucre; PINHEIRO, Ana Maria. **SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ALEITAMENTO MATERNO: CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO DURANTE O PRÉ-NATAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Maria da Conceição Fernandes dos Santos

Rosane Shirley Saraiva de Lima

Lucas Santos Alves

Maria Juliete Maia Gomes Ribeiro

Rafael Tavares Silveira Silva

RESUMO: O aleitamento materno e colostro são responsáveis por ofertar inúmeros benefícios em estado nutricional, desenvolvimento emocional e cognitivo para o bebê e para a mãe. O potencial nutritivo do leite materno é comprovado cientificamente e a Organização Mundial de Saúde destaca a importância de ser exclusivo até 6 meses de vida do bebê sem necessidade da inserção de outros líquidos, alimentos sólidos ou semissólidos. Mesmo com comprovações dos benefícios, a prática torna-se desvalorizada pela população por fatores como a industrialização, descoberta do leite em pó, inserção da mulher no mercado de trabalho e desvalorização da maternidade pela sociedade, ocasionando diminuição nas taxas de prevalência do aleitamento materno. Diante desse cenário, o Enfermeiro assume um importante papel na Atenção Primária, na promoção da prática da realização do aleitamento materno. O objetivo desse estudo é analisar as contribuições do Enfermeiro na Atenção Primária no incentivo e apoio as gestantes ao aleitamento materno durante o pré-natal, a partir de uma pesquisa com abordagem qualitativa e descritiva. A coleta de dados deu-se por meio de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas para os Enfermeiros e gestantes. A análise das informações, realizada pela técnica de conteúdo de Bardin, sendo os dados lidos e transcritos, organizados em duas categorias analíticas. Os achados desse estudo revelam uma representação positiva por parte das gestantes relacionado as consultas de Enfermagem e conhecimento dos benefícios do aleitamento materno por parte dos Enfermeiros. Conclui-se que, seja desenvolvido ações educativas voltadas a consultas de enfermagem salientando a prática da amamentação.

Palavras-chave: Enfermagem. Saúde da Mulher. Estratégia Saúde da Família.

ABSTRACT: Breastfeeding and colostrum are responsible for providing numerous benefits to the nutritional status, emotional, and cognitive development of both the baby and the mother. The nutritional potential of breast milk is scientifically proven, and the World Health Organization emphasizes its exclusive importance up to the baby's first six months of life, without the need for additional liquids, solid or semi-solid foods. Despite evidence of its benefits, the practice is undervalued by the population due to factors such as industrialization, the discovery of powdered milk, women's integration into the workforce, and societal devaluation of motherhood, leading to a decline in breastfeeding prevalence rates. In this context, the nurse plays a crucial role in Primary Health Care by promoting the practice of breastfeeding. This study aims to analyze the contributions of nurses in Primary Health Care in encouraging and supporting pregnant women in breastfeeding during prenatal care, based on qualitative and descriptive research. Data collection was conducted through semi-structured interviews with open-ended questions for nurses and pregnant women. The information was analyzed using Bardin's content analysis technique, with the data being read, transcribed, and organized into two analytical categories. The findings of this study reveal a positive representation from pregnant women regarding nursing consultations and the nurses' knowledge of the benefits of breastfeeding. It is concluded that educational actions should be developed within nursing consultations to emphasize the practice of breastfeeding.

Keywords: Nursing. Women's Health. Family Health Strategy.

1 INTRODUÇÃO

O aleitamento materno (AM) e o colostro são responsáveis por ofertar inúmeros benefícios, tanto para o bebê quanto para a mãe, com relação ao estado nutricional, desenvolvimento emocional e cognitivo. Também contribui para o fortalecimento imunológico contra alergias alimentares e infecções através dos anticorpos presentes na sua composição (Lustosa; Lima, 2020).

Segundo Silva et al. (2020), é comprovado cientificamente o potencial nutritivo do leite materno (LM) sobre outras formas de alimentar uma criança, por isso, o AM está efetivamente inserido como uma das principais ações da Atenção Primária à Saúde por contribuir para a redução da prevalência de doenças, os índices de desigualdade social, riscos de mortalidade infantil, favorecendo diversos benefícios para o binômio mãe-filho.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca a importância do aleitamento materno exclusivo (AME), sem a necessidade da inserção de outros líquidos, alimentos sólidos ou semissólidos, no período dos primeiros seis meses de vida. Desse modo, a partir de então, deve-se optar pela introdução alimentar adequada seguindo com o AM por dois anos ou mais (Rech et al., 2021).

Apesar das comprovações existentes acerca dos benefícios da amamentação, especialmente quando se efetua de forma exclusiva, esta prática até então se torna desvalorizada pela população em geral, por fatores como, a industrialização, a descoberta do leite em pó, a urbanização, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a desvalorização da maternidade pela sociedade, causando assim, prejuízos na qualidade de vida e saúde das crianças o que ocasiona a diminuição nas taxas de prevalência do aleitamento materno no Brasil, se fazendo necessário a atuação ativa dos profissionais de saúde a frente deste tocante, a fim de resultar na modificação deste cenário (Ribeiro et al., 2022).

Nesse sentido, o Ministério da Saúde (MS) através de ações e políticas de promoção e apoio a AME, vem ampliando através do aperfeiçoamento das aptidões dos profissionais da saúde atuantes na rede de Atenção Básica (AB) do Sistema Único de Saúde (SUS), como: o Programa Nacional de Aleitamento Materno, a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), o Banco de Leite Humano, o Método Canguru de Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso, e a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM), disposto de aprimorar a qualidade de assistência durante o período gravídico, parto, nascimento e puerpério (Araújo et al., 2020).

Diante disso, o profissional de Enfermagem assume um importante papel perante a promoção da prática da realização do AM. No âmbito da Atenção Primária, no pré-natal, é responsável pelo acompanhamento das gestantes, incentivando as mesmas ao realizarem a prática, desmistificando crenças que possam prejudicar a adesão, orientando-as sobre a importância, manejo e possíveis intercorrências da amamentação, assim como de uma visão ampliada do contexto sociocultural, emocional e familiar da gestante, ofertando apoio e ajudando a superar suas inseguranças/dificuldades, reconhecendo como atuante fundamental frente ao processo de lactação (Viana et al., 2021).

O presente estudo se justifica pela importância de verificar as orientações que são repassadas pelos profissionais de Enfermagem e a perspectiva das gestantes com relação ao aleitamento materno no período de pré-natal na AB.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Kerzner et al. (2015), a prática do aleitamento materno proporciona benefícios mútuos para a mãe e a criança, no entanto, é sabido que é preciso cada vez mais realizar orientações quanto a prática correta no período gestacional, considerando que é através da amamentação que se possibilita o desenvolvimento saudável e o fortalecimento do vínculo mãe-bebê. De acordo com a OMS, pode-se classificar o aleitamento materno em vários tipos, a saber: aleitamento materno exclusivo (AME), aleitamento materno, aleitamento materno predominante, aleitamento materno complementado e aleitamento materno misto ou parcial (Brasil, 2015).

Além disso, é importante considerar os benefícios nutricionais, uma vez que potencializa o desenvolvimento da microbiana intestinal saudável, o desenvolvimento cerebral e a prospera adaptação aos futuros hábitos alimentares de maneira adequada. Outro ponto, é que o aleitamento materno exclusivo se mostra uma opção significativamente mais econômica para a mãe, uma vez que os valores das fórmulas disponíveis nos mercados crescem circunstancialmente (Morais et al., 2020).

Vale lembrar, que o processo de amamentação estar inserido no contexto sociocultural, econômico e histórico, sofrendo influências de todo o espaço sociológico em que a mãe e os familiares estão inseridos. Determinantes sociais como, baixa escolaridade, abandono familiar, ausência da figura paterna, dificuldade de fixação no mercado de trabalho e fatores

psicossociais podem influenciar de maneira efetiva a tomada de decisão da puérpera durante o aleitamento materno (Peixoto; Azevedo; Britto, 2019).

O Ministério da Saúde aponta que as dificuldades físicas e emocionais podem interferir na antecipação do desmame e esses fatores estão diretamente interligados com a déficit de conhecimento relacionado as medidas de cuidados que facilitam o aleitamento materno, tais como: posição, pega correta e os diversos benefícios do aleitamento materno (Brasil, 2015).

Desse modo, é possível evidenciar a ausência de conhecimento das gestantes acerca do aleitamento materno, por vezes relacionando-se com o despreparo dos profissionais de saúde em realizar orientações sobre a temática ao longo das consultas de pré-natal (Silva et al.,2017).

Dentre essas orientações, é possível identificar diversos benefícios para as puérperas, sobre esses podemos citar a redução do risco de desenvolvimento do câncer de mama, o auxílio no progresso de dequitação e desprendimento placentário, prevenção de doenças hemorrágicas, além de promover a contracepção de maneira não invasiva enquanto estiver em AME. Essas orientações, incentivam e promovem a AM e AME de maneira determinante. Sendo considerado uma ferramenta essencial (Margotti et al.,2017).

A Enfermagem, como ciência do cuidar, desempenha papel fundamental em todo o acompanhamento da gestação, estando inserido desde o aconselhamento familiar até o puerpério e o crescimento e desenvolvimento da criança. Desse modo, a equipe de enfermagem possui grande acesso ao espaço de atuação para intervir não só nas possíveis adversidades, mas também em orientar afim de prevenir essas intercorrências. Para isso, é necessário realizar atividade de educação permanente afim de capacitar esses profissionais sobre as orientações que podem e devem ser realizadas, principalmente no que se refere a aleitamento materno exclusivo e cuidados no puerpério (Anjos; Almeida; Picanço, 2022).

O profissional da enfermagem, especificamente durante as consultas de pré-natal possuem influencia efetiva na construção das percepções desta gestante sobre amamentação. Desse modo, como agente mediador de conhecimento o enfermeiro(a) necessita implementar cada vez mais incentivo e apoio as atividades educativas e assistenciais dentro das unidades básicas de saúde, possibilitando uma maior adesão das mães a realizarem o aleitamento materno exclusivo, amenizando as chances da antecipação da introdução alimentar no período inferior os 6 meses de vida (Silva et al, 2020).

Vale destacar, que a assistência prestada através do pré-natal tem ocupado espaço especialmente relevante dentro da atenção básica. Esse processo é compreendido como um acervo de atividades educativas que tem por objetivo a prevenção e promoção a saúde das mulheres grávidas e dos recém-nascidos de modo a estabelecer uma conexão direta e

proporcionar orientações e assistência através da porta de entrada dos serviços do SUS (Nascimento et al., 2019).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo consiste em uma pesquisa com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. O cenário do estudo foi composto por 04 Estratégias Saúde da Família (ESF) da cidade de Antônio Martins, interior do estado do Rio Grande do Norte, que segundo o IBGE (2022), possui uma área de aproximadamente 242 km², com uma população de 7.162 habitantes.

Atualmente, a Atenção Primária do município é distribuída em 04 Unidades Básicas de Saúde (UBS), contando com duas sedes na Zona Urbana a UBS Severino José de Mesquita e a UBS Francisca Idalina Filha, e duas sedes na Zona Rural a UBS Sítio Viramundo e a UBS Margarida Lopes.

Os participantes da pesquisa foram 04 Enfermeiros das respectivas Unidades de Saúde, tendo em vista que, esses são os profissionais diante dos cuidados e orientações acerca do pré-natal e aleitamento materno, e 15 gestantes ativas cadastradas no Sistema de Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) no E-SUS, da Unidade Francisca Idalina Silva, que foi escolhida através de um sorteio.

Para critérios de inclusão, o profissional deve estar atuando há, pelo menos, 1 ano na respectiva unidade. Já para as gestantes, elas devem estar no segundo trimestre de gestação, ter realizado no mínimo 3 consultas de pré-natal e também ter disponibilidade de acessibilidade a Unidade Básica de Saúde.

Para critérios de exclusão são considerados para o profissional, que o mesmo esteja sobre licença ou férias trabalhistas e para as gestantes, porventura que não estejam participando regularmente das consultas ou que se encontrem em acompanhamento apenas com o profissional médico.

Na amostra final, 01 dos Enfermeiros não encontrou disponibilidade para a realização da entrevista, restando um total de 03 Enfermeiros. E 01 gestante não aceitou participar da pesquisa, restando um total de 14 participantes grávidas.

O instrumento utilizado para a coleta de dados, foi um roteiro de entrevista semiestruturado tanto para os profissionais, quanto para as gestantes, aplicados de forma individual. Ambos são compostos por duas seções, uma primeira que continha dados para a

descrição sociodemográfica/caracterização dos participantes, e uma segunda para os profissionais com perguntas abertas do que é realizado pela Enfermagem na UBS para o incentivo da amamentação. E, para as gestantes, sobre a importância, benefícios e conhecimento acerca do aleitamento materno.

As entrevistas foram realizadas nas respectivas Unidades de Saúde, efetuadas nos meses de setembro e outubro de 2023 de maneira presencial, aplicada em uma sala de reunião ao final do plantão, garantindo o conforto e sigilo das informações, com uma duração de 10 minutos, gravadas pela pesquisadora com o auxílio de um minigravador, sendo posteriormente transcritas para a análise na íntegra.

No momento da entrevista, foram feitos os esclarecimentos acerca da pesquisa, no qual os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Autorização para o uso de áudio. Também foi salientado que seus nomes verdadeiros seriam omitidos, para resguardar o anonimato dos mesmos.

A análise dos dados foi realizada segundo a técnica de Bardin (2011), que se estrutura em três fases, pré-análise, exploração do material, categorização ou codificação, tratamento dos resultados, interferências e interpretação, procedendo uma leitura detalhada do material, organizando os mesmos por categorias.

O estudo seguiu as diretrizes da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que busca manter a ética regulamentada a pesquisa com seres humanos (Brasil, 2012). Foi submetido e foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (CEP/UERN), sob número de parecer CAAE 71097923.4.0000.5294.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o início da análise dos resultados, tem-se primeiramente a caracterização sociodemográfica. A amostra dos profissionais de Saúde, resultou em 03 Enfermeiros, tendo em vista que 01 deles não encontrou disponibilidade para realizar a entrevista. A idade variou entre 30 a 38 anos, sendo 02 do gênero feminino e 01 gênero masculino.

Na coleta de dados com as gestantes, a amostra final foi um total de 14 participantes, tendo em vista que uma delas não aceitou participar da pesquisa. Com relação às características sociodemográficas das entrevistadas, , dentre elas, 7 (50%) tinham a idade entre 25 e 30 anos; enquanto 3 (21%) tinham entre 15 e 20 anos; 2 (14%) tinham entre 21 a 24 anos, e 2 (14%) tinham 36 a 40 anos.

Com relação ao estado civil, prevaleceu que 11 (79%) das gestantes eram casadas;

enquanto 2 (14%) eram solteiras e apenas 1 (7%) vivia em união estável com o seu parceiro. E, referente a escolaridade, foi possível notar um equilíbrio entre as mulheres, tendo 7 (50%) delas o Ensino Fundamental completo; e 7 (50%) Ensino Médio completo.

A Enfermagem tem um papel de contribuir por meio de suas práticas o estímulo e o apoio para que as mães adquiram autoconfiança em sua capacidade de amamentar. É possível observar nas falas dos profissionais que os mesmos referem-se a fazer orientações às gestantes, buscando sempre mostrar os benefícios do AME tanto para o bebê, prevenindo de doenças respiratórias, riscos de diabetes, hipertensão e reduzindo o risco de anemia, quanto para a mãe, aumentando o sistema imunológico, reduzindo os riscos de câncer de mama e de endométrio, como evidenciado a seguir:

O leite materno é a maior informação para as gestantes em relação a saúde da criança e os benefícios como o custo que não tem pra mãe, que é rico em sais minerais, traz benefícios tanto para mãe quanto para o bebê, o vínculo mãe e filho e não tem custo financeiro em se preocuparem comprar leite (Enf1).

Quanto mais tempo o bebê puder receber esse leite materno, mais vantagens ele terá futuramente, especificamente na saúde. Esses benefícios são para ambos, tanto para a mãe quanto para o bebê. Para a criança ele reduz o risco de diabetes, hipertensão, reduz também o risco de anemia, aumenta o sistema imunológico da mãe, prevenindo o bebê de pegar doenças respiratórias, e reduz também o risco de câncer de mama, ovário e do endométrio da puérpera, gestante (Enf2).

O aleitamento materno tem vários benefícios, um inclusive é o custo benefício, que não vai ser caro, a mãe consegue desenvolver um vínculo com a criança, além de que a criança consegue desenvolver mais saudável, aumenta a imunologia, evita algumas doenças que é mais fácil no início (Enf3).

Com relação às gestantes, quando questionadas sobre os benefícios do AME, algumas demonstraram, em seus depoimentos, que foram orientadas pelo Enfermeiro de sua Unidade, transparecendo segurança em suas falas ao falarem sobre o assunto. As mesmas consideram de forma positiva os benefícios relatados pelos Enfermeiros que, durante o acompanhamento, influenciam a promoção do AME, expressados nos relatos a seguir:

O Enfermeiro sempre orienta a gente, fica falando e explicando (...) o conhecimento que eu tenho é que ele [aleitamento materno] é rico

em nutrientes, um alimento completo para o bebê, né, crescer saudável. Cheio de nutrientes (Gest7).

O Enfermeiro sempre deixa claro os benefícios da amamentação. A nutrição do bebê, além do vínculo, né? O vínculo afetivo, relação bebê emãe (Gest10).

Bom, para mim o leite materno é a primeira vacina da criança, né? Ela é essencial, porque ela vai ter os nutrientes que é produzido pela mãe para a criança crescer saudável, evitar algumas doenças. E a Enfermeira sempre deixa claro (Gest11).

Por outro lado, também é possível observar que algumas gestantes não estão bem orientadas a respeito dos benefícios do AME, tornando-se uma evidência preocupante. As mesmas relatam, em seus depoimentos, terem recebido orientações sobre a importância da prática do mesmo, mas não saberem ao certo os benefícios, como demonstrado nas seguintes falas:

Eu não sei não de nada não (...), eu tenho dúvida ainda né, porque eu não tenho leite ainda, aí é o primeiro filho e eu não sei (Gest1).

Tenho sim recebido orientações (...) mas, no momento ainda não tenho nenhum conhecimento sobre os benefícios, mas eu pretendo ter (Gest2).

É possível observar, segundo os depoimentos dos profissionais Enfermeiros (a), que durante o pré-natal, os mesmos estão atentos com relação ao conhecimento das gestantes acerca da amamentação, procurando sempre sanar dúvidas e orientar as mães durante todo o ciclo gravídico e puerperal, procurando sempre salientar a importância do leite materno para o desenvolvimento da criança, oferecendo-o de forma exclusiva até os 6 meses de vida do bebê dando continuidade após a introdução alimentar (IM) até os 2 anos de idade, expressados nos seguintes depoimentos:

Para não comprar é... não ofertar outro tipo de leite, e sim dá o leite materno exclusivamente até os seis meses (...) o banho de sol, tanto da mama no pré-natal quanto o banho de sol da puérpera também, fazer massagens para estimular a produção do leite (Enf1).

As mães questionam durante a consulta que o leite é fraco, que não supre as necessidades do bebê até os 6 meses de idade. Eu explico que isso é mito, não existe leite fraco, que procure seguir as orientações direitinho não oferecer outro tipo de leite, amamentar exclusivamente até os 6 meses e não desistir, estar

sempre estimulando, fazendo massagens, fazer banho de sol (...) procurar sempre se alimentar, tomar bastante água, descansar no intervalo entre uma mamada e outra, receber também o apoio emocional, tanto da família, de amigos (Enf2).

Sobre a pega correta, sobre como amamentar, não só falar, mas também demonstrar, não oferecer outro tipo de leite. Porque até conforme o nível da pessoa, de entendimento, escolaridade, aí vai mudar a compreensão (Enf3).

A fala das mulheres reforça a colocação dos Enfermeiros. É notório que as mesmas seguem e estão atentas as orientações dos profissionais, relatando a oferta exclusiva do aleitamento materno até os 6 meses de vida e as técnicas utilizadas para o estímulo da produção do leite materno, assim como também técnicas para evitar fissuras nos seios, podendo fazer a amamentação de forma mais tranquila, com a pega correta e sem dor, como evidenciado a seguir:

Amamentar até os seis meses, tomar bastante líquido para dar leite, não deixar de amamentar, fazer massagens (...) ensina a amamentar, quais as posições que é para amamentar (Gest3).

Eu sempre pergunto o que eu posso estar me alimentando para poder estar produzindo leite, quanto tempo de mamar que ele pode ficar em cada mama (...) A orientação é que a gente tem que massagear a mama pra estar produzindo mais leite, né? Beber bastante água, comer comida saudável pra gente produzir mais leite pro bebê (Gest7).

Lavar bem o mamilo antes de amamentar. Até a questão de não dar adoença na boca da criança. Lavar quando for tomar banho para ficar um bico melhor para amamentar. Fazer massagens pra estimular (Gest8).

A importância da amamentação até os 6 meses, não oferecer outro tipo de leite (...) tentar fazer massagens pra estimular e a limpeza também (Gest10).

Com relação aos benefícios do aleitamento materno citado pelos profissionais da Enfermagem, nos resultados obtidos nesse estudo, os mesmos salientam a importância para o desenvolvimento do bebê, vínculo mãe e filho, os diversos nutrientes e sais minerais que o compõem, além do custo benefício em não precisar de se preocupar em comprar fórmulas, tendo em vista que, a amamentação deve ser feita de forma exclusiva nos primeiros 6 meses de vida do bebê.

Barros (2021) obteve resultados semelhantes em seu estudo, salientando que os

Enfermeiros tem conhecimentos acerca dos benefícios do aleitamento materno e que esse conhecimento é necessário para que haja uma atuação eficaz do profissional de Enfermagem, aconselhando, orientando e esclarecendo dúvidas às nutrizes acerca dos benefícios da amamentação.

O estudo de Moraes et al. (2020) reforça acerca do conhecimento do Enfermeiro sobre os benefícios da amamentação e relata que tal conhecimento é de suma importância para o estímulo do aleitamento materno, oferecendo informações relacionadas ao crescimento e desenvolvimento do bebê, fortalecimento do vínculo mãe e filho, além da segurança para a criança, assim como a sensação de autoconfiança e realização para a mulher, sendo, também, um meio de custo benefício, devido a não precisar realizar a oferta de fórmulas infantil.

Sobre os conhecimentos das mulheres voltados aos benefícios do AME, é notório, nos depoimentos desta pesquisa, que a maioria apresenta estar preparada e saber os reais benefícios da prática. Por outro lado, algumas dessas mulheres relataram não saber os benefícios.

Bazarella et al. (2022) obtiveram, em seu estudo, o desencontro de informações, do qual algumas mulheres apresentavam ter o reconhecimento dos benefícios, enquanto um grupo de mulheres desconheciam o mesmo, e salienta que, o desconhecimento de tais informações podem não ter sido compreendidas no processo de comunicação entre o profissional de Saúde e a gestante ou puérpera.

Minosso et al. (2020) ressaltam que o interesse das mulheres acerca dos conhecimentos dos benefícios pode estar relacionado à maior idade, mulheres com um filho ou mais, escolaridade alta, mães adolescentes e mães de primeira viagem. Enquanto o desinteresse pode estar relacionado a mulheres com baixo grau de escolaridade, consequentemente a falta de acesso a informações, e mulheres que não possuem a presença de um companheiro e rede de apoio para auxiliar nos cuidados com o recém-nascido.

Segundo Rodrigues et al. (2021), o desconhecimento por parte das mulheres sobre os benefícios, pode acarretar na baixa produção láctea, dificultando o processo da amamentação, que pela desinformação, leva a complementação de fórmulas infantis, chás e outros líquidos, consequentemente levando ao desmame precoce, interferindo no sucesso do AME.

No que diz respeito às orientações repassadas pelos profissionais desta pesquisa, os mesmos relatam em seus depoimentos que repassavam-nas ainda no pré-natal, sanando as dúvidas das gestantes, esclarecendo e demonstrando a forma correta de amamentar, explicando a importância de não oferecer outro tipo de leite durante os 6 primeiros meses

de vida do bebê, fazendo a amamentação de forma exclusiva.

Rodrigues et al (2021) trazem, em seu estudo, o conhecimento do Enfermeiro (a) frente as orientações a nutriz, frisando que o mesmo possui o conhecimento técnico e científico em prol de intervenções, buscando corrigir a prática errônea da forma de amamentar, posições, pega adequada e extração manual.

No estudo de Nunes et al. (2021), salienta-se que tal demonstração da prática de amamentar realizada pelos profissionais para orientar as gestantes é indispensável, tendo em vista que os principais problemas relatados principalmente por mães de primeira viagem, estão relacionados a fissuras na mama pela forma incorreta que a pega é feita.

O depoimento das entrevistadas reforça as falas dos Enfermeiros (as), comprovando que houve orientações de Enfermagem sobre o AME. É possível notar que as mesmas estão informadas sobre as orientações do leite materno e do ato em si de amamentar.

Nucci e Alzuguir (2023) trazem, em seu estudo, que as mulheres percebem a importância da atuação do Enfermeiro e levam em consideração suas orientações, sabendo que tais informações serão importantes na prática.

Sales et al. (2022) reforçam que as orientações dos Enfermeiros fazem diferença e devem ser repassadas não apenas no período das consultas, como após o nascimento do bebê, destacando que essas orientações são necessárias e deixam as mulheres motivadas com sensação de segurança no momento da amamentação.

Vasconcelos et al. (2020) afirmam que, para que a prática do aleitamento materno seja feita com êxito, além das informações de ter os devidos cuidados com a mama, procurar manter uma alimentação saudável e apoio dos profissionais, as mães também devem receber apoio emocional da família e amigos durante a gravidez, assim como também durante as consultas de pré-natal e após o parto, uma vez que, tal suporte emocional favorece no prolongamento e tempo de amamentação.

É necessário que, através do pré-natal, os Enfermeiros continuem contribuindo e incentivando as gestantes a compreender a importância do AME, ampliando os seus conhecimentos sobre a prática até o sexto mês de vida do bebê, dando continuidade após a introdução alimentar até os 2 anos de vida ou mais, buscando objetificar e fazer desmistificações acerca do aleitamento materno, analisar os anseios e receios da mulher e dá atenção a fatores que influenciem no sucesso da amamentação (Campos et al, 2020).

Christoffel et al. (2021) enfatizam, em seu estudo, que é considerável que as orientações disponibilizadas pelo Enfermeiro sejam acessíveis, objetivas, de fácil

compreensão e motivadoras, buscando meios de incentivo ao AME através de estratégias promovidas na Unidade de Saúde, intervindo de forma eficaz nos obstáculos e complicações que venham a surgir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar, no presente estudo, que o(a) Enfermeiro(a) apresenta um importante papel nas orientações acerca do aleitamento materno na Atenção Básica, incentivando a prática e continuidade da amamentação, esclarecendo sobre os benefícios do hábito tanto para a mãe quanto para o bebê, fazendo desmistificações de mitos e trazendo mais segurança no incentivo.

Ademais, os Enfermeiros da Atenção Primária em Saúde reconhecem os benefícios e importância do AME para a mãe e para a criança, assim como certificou-se que a maioria das gestantes apresentou uma representação positiva com relação às consultas de Enfermagem no pré-natal, notando-se a relação de comunicação entre o profissional e gestante.

As limitações desse estudo se deram ao fato da disponibilização dos profissionais e das gestantes para a realização das entrevistas. Também houve uma grande dificuldade devido à pesquisadora residir em outro município distante do local do estudo.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível perceber as contribuições do Enfermeiro (a) frente ao aleitamento materno durante o pré-natal, e ele contribui para que sejam desenvolvidas ações educativas voltadas a consultas de Enfermagem, que incluam orientações sobre planejamento familiar e cuidados com o recém-nascido, salientando a prática da amamentação tanto nas consultas de pré-natal, como na continuidade dessas orientações no puerpério.

REFERÊNCIAS

ANJOS, C. R; ALMEIDA; PICANÇO. Percepção das enfermeiras sobre o aleitamento materno no puerpério imediato. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S. l.], v. 36, 2022. DOI: 10.18471/rbe.v36.43626

ARAÚJO, G. B. et al. Contribuições do Enfermeiro para a Promoção do Aleitamento Materno. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/10394> Acesso em 10 de outubro de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.15.

BARROS, K. R. S. Perfil Epidemiológico e Conhecimento de Gestantes Sobre Aleitamento Materno em um Município do Nordeste Brasileiro. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 25, n. 1, 2021. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/7558>. Acesso em 09 de setembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar [Internet]. 2a ed. Brasília (DF); 2015. (**Cadernos de Atenção Básica**) [citado 2022 out 22]. Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12, dez, 2012.

CAMPOS, P. M. et al. Contato Pele a Pele e Aleitamento Materno de Recém-Nascidos em um Hospital Universitário. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/d9ZGSyPWYzSWvDv3r8fPHfp/?lang=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

CHRISTOFFEL, M. M. et al. Aleitamento Materno Exclusivo e os Profissionais da Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 3, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Xs4TthypGjZpzDtpYLqvjrp/?lang=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KERZNER, B. *et al.* A Practical Approach to Classifying and Managing Feeding Difficulties. **Pediatrics**, [S.L.], v. 135, n. 2, p. 344-353, 1 fev. 2015. American Academy of Pediatrics (AAP). <http://dx.doi.org/10.1542/peds.2014-1630>.

LUSTOSA, E.; LIMA, R. N. Importância da Enfermagem Frente à Assistência Primária ao Aleitamento Materno Exclusivo na Atenção Básica. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, v. 7, n. 2, p. 93-97, 2020. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/96/89>. Acesso em 11 de setembro de 2023.

MARGOTTI, E. *et al.* Fatores relacionados ao Aleitamento Materno Exclusivo em bebês nascidos em hospital amigo da criança em uma capital do Norte brasileiro. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 41, n. 114, p. 860-871, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201711415>.

MINOSSO, K. C. et al. Validação para o Português da Escala de Conhecimento Acerca do Aleitamento Materno. **Acta Paul Enferm**, v. 33, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/ZLfYhsbHwkm93JGcQLxB6xf/?format=html&lang=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

MORAES, I. C. et al. Percepção Sobre a Importância do Aleitamento Materno Pelas Mães e Dificuldade Enfrentadas no Processo de Amamentação. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 8, n. 2, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/ref/vserVn2/vserVn2a09.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

MORAES, I. *et al.* Percepção sobre a importância do aleitamento materno pelas mães e dificuldades enfrentadas no processo de amamentação. **Revista de Enfermagem Referência**, [S.L.], n. 2, p. 1-7, 30 jun. 2020. Health Sciences Research Unit: Nursing.

<http://dx.doi.org/10.12707/riv19065>

Nascimento A. M. R.; Silva P. M. da; Nascimento M. A.; Souza G.; Calsavara R. A.; Santos A. A. dos. Atuação do enfermeiro da estratégia saúde da família no incentivo ao aleitamento materno durante o período pré-natal. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 21, p. e667, 1 abr. 2019. <https://doi.org/10.25248/reas.e667.2019>

NUNES, B. R. S. Discursos de Mulheres e de Profissionais de Saúde Sobre Amamentação Adotiva. **Journal Of Nursing and Health**, v. 11, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/19281>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

PEIXOTO, L.O; AZEVEDO DV, BRITTO, L.F. “Breast milk is important?”: what do nursing mothers in Fortaleza think about breastfeeding? **Rev Bras Saude Mater Infant**. 2019;19(1):157-64.

RECH, R. S. et al. Fatores Associados ao Início da Prática do Aleitamento em uma Maternidade de Lima, Peru. **CoDAS**, v. 33, n. 6, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/xhsGWYx9Pb6SXHY6q9VCDBt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de setembro de 2023. Acesso em 10 de setembro de 2023.

RIBEIRO, A. K. F. S. et al. Aleitamento Materno Exclusivo: Conhecimentos de Puérperas na Atenção Básica. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 96, n. 38, p. 1-10, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31011/reaid-2022-v.96-n.38-art.1359.rpcfo.v12.7180>. Acesso em 17 de setembro de 2023.

RODRIGUES, F. O. S. et al. Amamentação na Prevenção do Câncer de Mama: Revisão Integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 18, n. 12, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/5900/3841>. Acesso em 12 de setembro de 2023.

SALES, G. S. et al. Caracterização do Aleitamento Materno e Complementar no Município de Palmas/TO. **Revista Cereus**, v. 14, n. 1, p. 246-258, 2022. Disponível em: <http://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/3684/1899>. Acesso em 02 de setembro de 2023.

SILVA, D. D. et al. Promotion Of Breastfeeding In Prenatal Care: the discourse of pregnant women and health professionals. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 22, p. 1-9, 2018. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20180031>.

SILVA, I. E. et al. A Importância do Enfermeiro no Aleitamento Materno Exclusivo para a Evolução da Criança. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, v. 2, n. 1, p. 7-13, 2020. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/62/120>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

SILVA, L.S. et al. Contribuição do enfermeiro ao aleitamento materno na atenção básica. **Revista Online de Pesquisa**, 2020 jan/dez; 12:774-778. DOI: <http://dx.doi.org/0.9789/2175-5361.rpcfo.v12.7180>.

SOARES, K. S. et al. Análise do Conhecimento de Lactantes e o Uso da Educação Alimentar e Nutricional para a Manutenção da Lactação. **Brazilian Journal Of Development**, v. 6, n. 12, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/20972>. Acesso em 02 de setembro de 2023.

VASCONCELOS, I. N. et al. Amamentação e Orientações Sobre Alimentação Infantil: Padrões Alimentares e Potenciais Efeitos na Saúde e Nutrição de Menores de Dois Anos. **Rev.Bras. Saúde Mater. Infant.** V. 21, n. 2, p. 429-439, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/ZmNvcL4kRkNT93rMN8LwQpJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

VIANA, M. D Z. S. et al. Estratégias e Ações do Enfermeiro no Incentivo ao Aleitamento Materno. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 13, p. 1119-1204, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.9236>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

EXAME CITOPATOLÓGICO: FATORES E BARREIRAS ASSOCIADOS À SUA NÃO REALIZAÇÃO

*Larice Fernandes Nogueira
Rosane Shirley Saraiva de Lima
Laura Maria de Moraes Fernandes
Juliana Leilany de Lima Dantas
Rafael Tavares Silveira Silva*

RESUMO: O exame citopatológico é um exame que detecta alterações nas células cervicais, sendo a principal estratégia para a detecção precoce de lesões e principalmente o câncer do colo de útero, tumor maligno que surge na parte inferior do útero das mulheres, causado pelo agente etiológico Papilomavírus Humano. É realizado através da coleta de amostras de células e do tecido superficial, colhidas no interior do útero, sendo recomendado para mulheres que já tiveram ou têm a vida sexual ativa, com faixa etária entre 25 e 64 anos. Apesar da oferta do exame pelo Sistema Único de Saúde nas Unidades Básicas, ainda há uma grande baixa na procura das mulheres que não aderem a prática por receio ou vergonha do procedimento. Diante disso, o objetivo desse estudo é analisar os aspectos relacionados à abstenção ao exame citopatológico a partir de uma pesquisa com abordagem qualitativa e descritiva. A coleta de dados se deu por meio de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas sobre motivos que levam as mulheres a não realizarem o exame citopatológico e análise das informações realizada pela técnica de conteúdo de Bardin, sendo os dados lidos, analisados e transcritos, sendo organizados por duas categorias analíticas. Os achados do estudo revelamos principais fatores e barreiras associados à não adesão para a realização do exame citopatológico. Conclui-se que, é necessário a implementação de meios de intervenção e horários que flexibilizem e levem as mulheres a aderir ao exame.

Palavras-chave: Enfermagem. Saúde da mulher. Esfregaço vaginal.

ABSTRACT: The cytopathological examination is a diagnostic test used to detect abnormalities in cervical cells, serving as the primary strategy for the early detection of lesions and, in particular, cervical cancer—a malignant tumor located in the lower part of the uterus in women, caused by the etiological agent Human Papillomavirus (HPV). This procedure involves collecting samples of cells and superficial tissue from the cervix and is recommended for sexually active women aged 25 to 64. Despite the availability of this test through Brazil's Unified Health System (SUS) in primary healthcare units, there remains a significant underutilization of the service, as many women avoid the procedure due to fear or embarrassment. In this context, the objective of this study is to analyze the factors associated with the low adherence to the cytopathological examination through a qualitative and descriptive research approach. Data collection was conducted via semi-structured interviews with open-ended questions regarding the reasons for non-compliance with the test. The data were analyzed using Bardin's content analysis technique, with information being read, analyzed, transcribed, and organized into two analytical categories. The study findings reveal the main factors and barriers contributing to the lack of adherence to the cytopathological examination. It is concluded that implementing flexible intervention strategies and more accommodating schedules is essential to encourage women to undergo the test.

Keywords: Nursing. Women's health. Vaginal smear.

1 INTRODUÇÃO

A O exame citopatológico é um exame que detecta alterações nas células cervicais. Este teste é a principal estratégia para detecção precoce de lesões e principalmente o Câncer de Colo de Útero (CCU) em mulheres antes que desenvolvam sintomas e, portanto, fazer o diagnóstico inicial. Pode ser feito em unidades de saúde pública, por profissionais capacitados (Santana et al., 2022).

O CCU é um tumor maligno que surge na parte inferior do útero das mulheres e é causado pelo agente etiológico Papilomavírus Humano (HPV). As lesões que dão origem ao tumor causador do CCU são classificadas como lesões intraepiteliais escamosas de alto grau (HSIL) e Adenocarcinoma *In Situ* (AIS) (Santos; Ribeiro, 2020).

O exame é realizado através da coleta de amostras colhidas no interior do colo do útero da mulher, onde serão coletadas e analisadas amostras de células e do tecido superficial da região. A recomendação é que a realização do exame seja direcionada especificamente para mulheres que já tiveram ou têm vida sexual ativa, entre a faixa etária de 25 e 64 anos. O intervalo de tempo indicado é a realização do exame a cada ano. Após dois anos seguidos com resultado normal, o exame de caráter preventivo poderá ser realizado a cada 3 anos (Souza; Rymysza, 2023).

Segundo informações extraídas da Organização Pan-americana da Saúde (OPA), estima-se que, o CCU acometa mais de um milhão de mulheres em todo o mundo, no qual a maioria dos casos a doença não é diagnosticada de forma precoce. A situação se torna mais grave quando analisada a relação entre o alto número de casos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada país, sendo o CCU o segundo com mais casos e o com maior taxa de mortalidade entre os países com IDH baixo, com atenção especial à África ocidental e central. No mais, as menores taxas foram encontradas em países como Canadá, Porto Rico e Estados Unidos, todos com IDH relativamente mais altos que os demais países (OPA, 2022).

No entanto, apesar de o Sistema Único de Saúde (SUS) ofertar a realização do exame citopatológico e recursos necessários para a prevenção do CCU nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), ainda há uma grande baixa na procura das mulheres que não aderem a essa prática tendo em vista que não procuram realizá-los por receios do procedimento e vergonha. Ainda no que se diz respeito a aspectos, evidencia-se, segundo Gomes et al. (2021), que os principais motivos para a não realização, referem-se a baixa escolaridade, não possuir companheiro, baixa renda, mulheres mais jovens bem com

histórico do uso de álcool e outras drogas, difícil acesso ao serviço de saúde, falta de conhecimento sobre o exame e nunca ter ido ou pouco frequentado consultas de Enfermagem, Médica e Ginecológica.

O presente estudo se justifica pela necessidade de identificar o porquê a procura por esse exame é tão baixa por algumas mulheres sendo elas a população do câncer de colo de útero. Visto que, nenhum estudo relacionado a essa temática foi realizado na cidade, essa pesquisa ajudará diretamente no rastreamento e identificação dos fatores que fazem com que as mulheres não procurem a unidade para a realização do exame.

Sendo assim, diante dos fatos expostos, o surgimento pelo interesse em tal temática ocorreu devido a estadia da pesquisadora durante o estágio na atenção primária, no qual, foi possível notar a dificuldade de algumas mulheres em procurar a prevenção e os cuidados relacionados ao CCU, tendo como relevância descrever a importância da realização do exame.

Dessa forma, este estudo tem como questionamento a seguinte pergunta de partida: “Quais os principais fatores e barreiras que influenciam a não realização do exame Papanicolau na APS?”. Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos relacionados à abstenção ao exame citopatológico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Câncer de Colo do Útero é fruto de mutações celulares do vírus conhecido como Papilomavírus Humanos – HPV. A princípio, o citado vírus originariamente não causa o câncer, sendo, então, necessário exames preventivos a fim de descobrir a ocorrência ou não das mutações celulares que dão origem às células cancerígenas (Hoffmann et al., 2022).

Por ser um fator que potencialmente dê origem ao CCU, vacinas contra o HPV estão inseridas do esquema vacinal do Brasil para meninas na faixa etária de 9 a 14 anos (HOFFMANN et al., 2022). Essa atenção especial à prevenção contra a infecção objetiva diminuir potenciais casos de CCU que possam se desenvolver no futuro, por isso a vacinação é de suma importância para prevenção de casos de CCU.

A evolução de óbitos no Brasil causados pelo CCU teve uma suscinta redução se considerarmos as estatísticas obtidas dos últimos 12 anos. Dados obtidos no Atlas, vinculado ao Ministério da Saúde, demonstram uma ocorrência de óbitos no Brasil no valor de 6,01%

entre os anos 2010 e 2014, com uma redução quase imperceptível de 0,01% nos 5 anos posteriores (2015 a 2019).

No mesmo sentido, se considerarmos a faixa etária presente nos óbitos, a maior ocorrência está presente entre as idades de 40 a 69 anos, totalizando uma taxa por volta de 30% dos óbitos ocorridos entre 2010 e 2019 (Hoffmann et al., 2022). Sendo assim, a faixa etária entre 40 e 69 anos se torna a mais crítica em relação ao número de óbitos, o que justifica a recomendação da realização regular de exames preventivos para mulheres sexualmente ativas entre 25 e 62 anos.

A função do enfermeiro no tratamento e prevenção do CCU é de suma importância para a efetivação das políticas públicas de saúde. O enfermeiro pode agir tanto de forma direta – na realização de exames -, como de forma indireta – na conscientização e como instrumento facilitador da relação médico paciente (Furtado et al, 2021).

O fato é que em grande parte as pacientes têm receio em procurar assistência médica em relação a questões de saúde em que a sexualidade esteja relacionada direta ou indiretamente, principalmente pacientes mais jovens, geralmente na fase da adolescência, em que ainda é tabu a questão da vida sexual ativa.

Diante de tantos receios, questões até que relativamente mais simples não são discutidas e tratadas com relação à saúde da mulher, quem dirá questões relacionadas ao CCU. Surge, então, a necessidade de o enfermeiro ser profissional e humanamente preparado para lidar com tantas inseguranças de mulheres que buscam e/ou precisam de acompanhamento hospitalar como forma de manutenção de sua saúde de forma plena (Furtado et al, 2021).

Além de questões íntimas das pacientes, fatores sociais também são variáveis que influenciam a busca por exames preventivos contra o CCU. É de se perceber que historicamente as mulheres com condições sociais mais baixas sempre tiveram mais dificuldades na busca da efetivação de direitos básicos, como os à saúde. Alinhado a todos esses fatores, a falta de aplicação de critérios mais precisos como forma de triagem de pacientes consideradas urgentes para a realização do exame, também faz surgir mais uma barreira que dificulta o acesso de mulheres às ações preventivas do CCU (Santos et al., 2019).

Se por um lado, a população que mais realiza exames é a com menor probabilidade de infecção, por outro, a faixa etária mais sensível às infecções tem menos participação na realização dos exames (Noé et al., 2018).

Diante dessas inconsistências, se faz necessário uma revisão das diretrizes estabelecidas pelos órgãos de saúde sobre a conscientização e estimulação da realização de exames das pacientes entre as idades mais suscetíveis ao CCU.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa. O cenário do estudo se passa na Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Saúde Francisca Rodrigues Fernandes, localizada na cidade de José da Penha, microrregião do Alto Oeste Potiguar, interior do Rio Grande do Norte, Brasil. De acordo com o IBGE (2021), esse município se estende por 117,635 km², no último censo a população era de 5.868 pessoas, tendo como população estimada para 2021 um total de 5.941 pessoas.

Atualmente, a cidade é composta pela Unidade Básica de Saúde da Família Mariado Socorro Nunes, Centro de Saúde do Sítio EMA, Centro de Saúde Francisca Rodrigue Fernandes e UBS Raimunda Alves da Silva Doca de Maria Jacinta.

A unidade foi escolhida devido a estadia da pesquisadora no estágio curricular obrigatório, que conta com uma equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF), atendendo com cerca de 931 mulheres cadastradas no sistema utilizado pela a unidade, o E-SUS. Das 931, identificou-se que 218 não estavam mais vinculadas a UBS, 5 óbitos e 2 nomes de homens na lista que estavam misturados entre as mulheres, ficando um total de 706 mulheres. Após esse número, foi realizado o cálculo amostral, obtendo-se a amostra probabilística de 88 usuárias.

Foram considerados como critérios de inclusão: possuir uma faixa etária de 25 a 64 anos e que estejam com o exame atrasado ou que nuncatenham feito. Como critérios de exclusão: mulheres fora dos critérios para o rastreamento do câncer do colo de útero, que não estejam cadastradas na UBS em questão e não serem encontradas após mais de duas buscas ativas. Das 88 candidatas ao estudo, 19 não puderam ser encontradas, 23 não faziam mais parte da área e 26 recusaram-se a participarda entrevista. Dessa forma, a amostra da pesquisa foi composta por 20 mulheres.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado, composto por duas seções, uma primeira que continha perguntas sobre a caracterização sociodemográfica: 1) codinome; 2) idade; 3) filhos; 4) escolaridade. E uma

segunda seção com perguntas abertas para que as participantes pudessem relatar suas opiniões.

As entrevistas foram realizadas no mês de setembro de 2023 na residência das participantes, no qual a pesquisadora contou com a ajuda dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para o encontro dessas mulheres, devido os mesmos serem os profissionais mais próximo a essa população. As mulheres foram convidadas a participarem da pesquisa através de um convite entregue pelo ACS, esclarecidas de que poderiam optar pela não participação sem prejuízo de seu atendimento na UBS. Após a aceitação, foi escolhido um local da casa que fosse privativo e confiável para que fosse garantida a confidencialidade das informações, evitando também interferências externas.

A coleta dos dados foi realizada após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual as participantes leram, assinaram e posteriormente foi salientado que seus nomes verdadeiros seriam omitidos e apresentados em nome de flores, resguardando o anonimato das mesmas. A entrevista durou entre 15 a 20 minutos com cada participante e foram gravadas em um dispositivo de *Smartphone* que foram posteriormente transcritas para a análise através do software *Microsoft office word*, versão 2018. Foi solicitado a permissão das participantes para a gravação das entrevistas, sendo esclarecido que, após a interpretação dos dados as informações contidas seriam deletadas.

A análise dos dados foi realizada através da técnica de conteúdo proposta por Bardin, de acordo com os dados gerado pelo instrumento da pesquisa. Após a transcrição dos dados da entrevista, procedeu-se uma leitura detalhada do material, organizando os mesmos por categorias seguindo o raciocínio dos objetivos específicos que é levantar possíveis soluções para as principais causas que dificultam a procura pelo exame. É importante ressaltar que, nenhum conteúdo foi desprezado.

No que diz respeito à pesquisa com seres humanos, esse estudo seguiu as orientações da Resolução N°466/2012, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (CEP/UERN), sob número de parecer 6.195.918 e CAAE 71080923.6.0000.5294.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil sociodemográfico do público-alvo da pesquisa, foi constituída por meio da utilização das seguintes variáveis: idade, filhos e escolaridade. Com relação

aos dados referentes às mulheres entrevistadas, evidenciou-se que a maior parte tinha entre 51 e 55 anos de idade (35%), 1 delas tinham 4 filhos, apenas 2 delas não tinham nenhum filho (10%), (20%) 4 delas tinham 1 filho, (20%) 4 delas tinham 3 filhos e (45%) 9 delas tinham 2 filhos. À respeito do grau de instrução, apenas 1 delas, 5%, possuía Ensino Superior completo, (25%) 5 delas possuía Ensino Fundamental incompleto e (70%) 14 delas possuía o Ensino Médio completo.

De acordo com os relatos das participantes, as principais barreiras que as levam a não realizarem o exame são medo e vergonha. A sensação expressa por elas é de desconforto, medo do resultado e até mesmo constrangimento com a equipe de Saúde da unidade, uma vez que, pela cidade ser “pequena”, onde todos se conhecem. Algumas também relatam realizar o exame em uma outra cidade, apenas por se sentirem desconfortáveis por conhecer as profissionais de Saúde como evidenciado nas falas a seguir:

Astromélia: O medo do resultado, não vou mentir. Tenho muito medo do resultado e às vezes, eu não vou mentir, tenho vergonha também de fazer o exame, eu fico muito sem jeito.

Flor do Deserto: A vergonha e o medo. Mas a gente tem que ir, né?

Violeta: Eu sempre faço particular em outra cidade, porque assim, eu sinto um pouco de receio, vergonha sabe? assim... de fazer aqui na cidade. Por ter um certo contato, ver frequentemente, aí tem aquele receio, tipo aquele... desconforto, entendeu?

Hortênsia :Porque eu gosto de fazer em outra cidade, com outro doutor.Eu não gosto muito de fazer aqui. É porque às vezes as meninas daqui assim, é tudo conhecida da gente... aí a gente já acha ruim fazer, tem vergonha, né?

Mesmo com a oferta do exame papanicolau na unidade de saúde, assim como também campanhas, a falta de interesse por parte das mulheres para a realização do exame é um fator de considerável relevância. Foi relatado em algumas falas essa atitude, sendo visto como uma das principais barreiras, uma vez que, interfere diretamente nos aspectos relacionados as atitudes e práticas das mulheres frente ao exame. Quando perguntadas sobre o real motivo de não procederem o exame, as respostas foram diretas:

Lavanda: Falta de interesse mesmo. Comodismo, a palavra correta.

Girassol: Não sei porquê, mas é de mim mesmo que eu não gosto. Eu tenho trauma de hospital (...) E, rejeição... Não sei se é porque na gestação, foi muito complicado a minha gestação. Aí eu fiquei assim, sabe? Com falta de interesse.

Camélia: Desleixo do dia-a-dia. Comodismo, né? (...) Mas, não tenho medo também é só falta de interesse.

Bulgari: Eu que não fui mesmo. É só mais o comodismo mesmo (...) Evita muita coisa, não é? Evita doença, né? A pessoa se cuidar um pouco, né? Amanhã vai ser tarde. Mas eu não fiz por falta de interesse.

Além das dificuldades com relação aos sentimentos das mulheres, também foi identificado em suas falas que existem dificuldades pessoais que as impedem de realizarem exame de prevenção, assim como também lacunas relacionadas ao serviço de saúde. Essas barreiras afetam o rastreamento do câncer de colo do útero, demonstradas nas falas a seguir:

Lírio da Paz: No início da pandemia não deu tempo. Aí quando começou mesmo a pandemia de verdade, aí não tinha mais como, porque a unidade era cheia e não tinha como ir de jeito nenhum, né?

Jasmim: A última vez que eu fiz aqui, eu peguei uma infecção, que eu fiquei “podre” de falar no português (...) A minha salvação foi que uma amiga foi para outra cidade e eu falei meu caso para ela e pedi para ela falar com o doutor.

Silvestre: E assim... sempre a Unidade está muito cheia, não dá para marcar. Eu sempre faço em outra cidade, que eu acho mais confortável, eu sinto um desconforto muito grande fazer aqui, na verdade.

Compreende-se que, com a inserção da mulher no mercado do trabalho, também surge a rotina desgastante do cotidiano. Por mais que isso represente uma conquista em termos sociais, o trabalho e cuidado familiar tem sobrecarregado a mulher e dificultado a sua adesão às práticas preventivas, uma vez que as mesmas vivenciam a divergência de horários entre a jornada de trabalho e o expediente ofertado pelos serviços de saúde, o que é evidenciado nos seguintes relatos:

Tulipa: Bom, a Unidade Básica é a questão de demanda, que é sempre muito grande, né? Quando a gente, no meu caso, eu trabalho, aí nem sempre os dias que estavam, que a Enfermeira estava disponível para fazer a coleta, eu poderia estar na UBS para poder fazer o exame. Eu nunca tinha tempo, me falta tempo.

Claveu: É porquê... É, isso mesmo. Fui deixando passar o tempo eu não tinha tempo também. Mas não está fora do tempo, não (...) pode ser que tenha as duas coisas um pouquinho medo e falta de tempo, mas juntando as duas vai ter que ir lá, né.

Apesar do exame preventivo ser um procedimento simples, rotineiro, rápido e indolor aos olhos dos profissionais de saúde, nos depoimentos das mulheres dessa pesquisa, ainda é visto como um procedimento que causa constrangimento com sentimentos de vergonha até mesmo por conhecer a equipe de saúde, assim como também medo, tanto do procedimento em si, como do resultado do exame. Esses sentimentos geram desconfortos e acabam se tornando barreiras para essas mulheres aderirem ao preventivo.

No estudo de Cardoso et al. (2020), obteve resultados semelhantes a este estudo, salientando que nos depoimentos das mulheres de sua pesquisa, também foram relatados sentimentos de medo acerca da realização do exame. Por ser um procedimento desconfortável, a maioria das mulheres tem medo, e por algumas não realizarem o exame com frequência ou nunca ter realizado, são vivenciadas experiências negativas por ideias preconcebidas a respeito da realização do exame.

Cada vez que uma mulher expõe o seu corpo, surge sentimentos de vergonha que são decorrentes de um processo psicológico pelo receio de estar fora dos padrões impostos pela sociedade. Esse receio constrói um bloqueio, levando grande parte das mulheres a sentirem-se constrangidas e com vergonha, fazendo com que as mesmas procurem realizá-lo em outra cidade, tendo em vista que possuem uma familiaridade com a equipe de saúde de sua respectiva unidade. Em alguns casos, a vergonha pode até impedir que algumas mulheres realizem o exame (Queiroz et al., 2023).

Dias et al (2021) trazem, em seus estudos, o medo acerca das participantes em realizar o exame citopatológico e enfatiza que esse medo pode estar relacionado a experiências negativas vivenciadas e compartilhadas por outras mulheres, que além do medo da dor, também surge o receio do possível resultado positivo para o câncer de colo do útero.

Por outro lado, Garcia et al (2021) também relatam em seu estudo o medo a cercadas participantes e salienta que, geralmente, esse medo surge após experiências negativas relacionadas ao procedimento em si, enfatizando que, desde que a mulher

não esteja tensa e não apresente enfermidades que possam lesionar o epitélio vaginal, o exame é indolor, assim como também os profissionais de saúde utilizem o espéculo de tamanho e técnica adequada. Caso tais critérios não sejam respeitados, pode ocasionar a dor, apresentando motivos para o não retorno da mulher devido ao medo que é proporcionado.

Além da vergonha e do medo, o descuido com a própria saúde foi apontado como um dos motivos de barreiras pelas participantes da pesquisa. A falta de interesse em buscar medidas preventivas estão ligadas diretamente nos aspectos relacionados às atitudes das mulheres frente ao exame.

Rocha et al. (2021) relatam, em seus estudos, a falta de interesse por parte de mulheres acerca da adesão ao exame, e que esse desinteresse está diretamente relacionado a falta de conhecimento por parte das mesmas, assim como também por falta da oferta de informações por parte dos profissionais de saúde, tornando-se um agravante para a busca pela realização do exame. Tais informações além de proporcionar o devido conhecimento, despertam o interesse no autocuidado, permitindo o esclarecimento de dúvidas, fazendo com que essas mulheres sintam-se motivadas a aderir ao exame.

Santos e Vigário (2021) relatam que o Enfermeiro é o profissional que trabalha a frente dos exames citopatológicos e, assim, o responsável por influenciar a prática do cuidado, ofertando informações tanto sobre o exame preventivo assim como tantos outros, sendo responsável por desenvolver estratégias motivacionais e acolhedoras, promovendo o autoconhecimento e confiança das mulheres, criando um vínculo entre ambos.

Oliveira et al. (2021) relatam que uma das principais causas da falta de adesão das mulheres ao exame citopatológico está relacionada à longa espera pelo atendimento da consulta e indisponibilidade de recursos materiais. É fundamental que os serviços de saúde promovam estratégias que aperfeiçoem tanto a qualidade, como também a resolutividade de sua atuação, havendo uma reavaliação na forma de atendimento que facilite o acesso da mulher a APS.

No estudo de Peixoto et al. (2020), destaca-se que o acolhimento em saúde deve ser visado com a aceitação do paciente como sujeito detentor de direitos e desejos, sendo necessária a adaptação dos serviços à necessidade da população.

Com isso, é possível observar nos achados que a falta de flexibilidade do mercado de trabalho para as mulheres também torna-se uma barreira, tendo em vista que, atividades do dia a dia associadas ao cuidado familiar, cuidado do lar e dos filhos têm

sobrecarregado a mulher cada vez mais, tornando ainda mais difícil a sua adesão as práticas de prevenção em Saúde.

Segundo Nogueira e Pachú (2021), o fato de que as mulheres desempenham vários papéis em seu cotidiano, como o cuidado do lar, dos filhos e também a jornada de trabalho fora de casa, acabam distanciando as mesmas na busca do serviço de saúde, o que mostra a necessidade de reforçar a importância de propor programações e horários para o acesso ao serviço de saúde.

No estudo de Meneghel, Andrade e Hesler (2021), ressalta-se que, assim como as mulheres possuem as suas dificuldades em conversar acerca de tais aspectos sobre as suas dificuldades com os profissionais, os enfermeiros(as) não investigam o real motivo da não adesão de forma regular. Assim, torna-se necessário a utilização de estratégias que possibilitem a aproximação dos profissionais de saúde com as usuárias, para que seja proporcionado a prática embasada na promoção da saúde, humanização e integralidade do autocuidado.

Assim, o profissional da enfermagem deve trabalhar de maneira integrada e humanizada para com essas mulheres, voltando-se a Educação em Saúde e meios estratégicos, com o objetivo de aconselha-las a marcar sua consulta e se comprometer a realizá-la, contribuindo efetivamente no aumento do número de atendimentos principalmente do exame citopatológico, buscando direcionar atividades que sejam voltadas para o perfil da comunidade, contando com o apoio dos demais membros da equipe de saúde (Souza; Sousa, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender os reais motivos que interferem a não realização do exame citopatológico sobre o depoimento de mulheres cadastradas na ESF, tendo em vista que, para que seja elaborado estratégias que se adequem a realidade dessas mulheres, o primeiro passo é a compreensão de tais barreiras.

Desafios, como sentimentos negativos de medo, vergonha e constrangimento, conhecimento insuficiente que leva à falta de atitude em relação à adesão à prevenção, além de aspectos relacionados aos serviços de saúde, como a dificuldade de seu acesso e flexibilidade do mercado para o acesso das mulheres ao serviço de saúde, compõem os principais fatores e barreiras associados a não realização do exame citopatológico.

As limitações desse estudo decorreram da baixa adesão das mulheres à

participação na pesquisa. Muitas delas recusaram-se a participar, mesmo após esclarecimentos sobre o anonimato e a garantia de sigilo, justificando a recusa por motivos de vergonha.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados e contribuem para que os profissionais reflitam acerca de estratégias que assegurem o acesso das mulheres às unidades de saúde. Propõe-se que sejam implementados horários que flexibilizem o acesso de mulheres que trabalham aos serviços de saúde, considerando o acolhimento e atendimento promovido pela UBS com um olhar holístico e humanizado. Recomenda-se a realização de futuros estudos para implementar estratégias e promover ações educativas que efetivem o serviço, esclarecendo equívocos e encorajando a participação ativa das mulheres.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p. 15.

BRASIL, Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12, dez. 2012.

CARDOSO, B. R. et al. Principais Dificuldades para a Realização do Exame Papanicolau em Mulheres Atendidas em uma Unidade Básica de Saúde no Bairro Jaderlândia, Ananindeua, Estado do Pará. **Brazilian J. Of Develop**, v. 6, n. 3, p. 16007-16022, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/8256/7101>. Acesso em: 02 out. 2023.

DIAS, E. G. et al. Fatores Socioculturais que Podem Interferir na Realização do Exame Citológico. **Brazilian J. Of Develop**, v. 7, n. 8, p. 75861-75874, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33749>. Acesso em: 04 out. 2023.

FORMIGOSA, L. A. C.; SILVA, M. V. S. Políticas Públicas de Saúde voltadas ao Câncer de Colo de Útero no Brasil: revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 5, p. e7165-e7165, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7165>. Acesso em: 24 set. 2023.

FURTADO, P. P. et al. **Prevenção do câncer de colo de útero na percepção de enfermeiros da atenção básica**. *Revista de Saúde Pública*, v. 22, 2021. Disponível em: <https://essentia.uvanet.br/index.php/ESSENTIA/article/view/390>

GARCIA, M. et al. Identificação dos Fatores que Interferem na Baixa Cobertura do Rastreamento do Câncer de Colo Uterino Através das Representações Sociais de Usuárias dos Serviços Públicos. **Brazilian Journal Of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 1462-1477, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/23271/18706>. Acesso em: 07 out. 2023.

GOMES, D. S. et al. Fatores que interferem na não adesão de mulheres ao teste de Papanicolau: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 12, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9278/5674>. Acesso em: 18 set. 2023.

HOFFMANN C. M. et al. **Mortalidade por câncer de colo de útero no Brasil no período de 2010 a 2019**. Scientific Electronic Archives, [S. l.], v. 15, n. 8, 2022. DOI: 10.36560/15820221578. Disponível em: <https://sea.ufr.edu.br/SEA/article/view/1578>. Acesso em: 22 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2021**. Brasil: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/jose-da-penha/panorama>. Acesso em: 10 dez. 2023.

LEITÃO, N. M. A. et al. Avaliação dos Laudos Citopatológicos de Mulheres Atendidas em um Serviço de Enfermagem Ginecológica. **Rev. Min. Enferm.**, v. 12, n. 4, p. 508-515, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/fr/bde-17884>. Acesso em: 24 out. 2023.

LIMA, R. S. et al. Carcinoma de Células Escamosas e as Orientações da Enfermagem. **Revista Terra e Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 37, n. especial, 2021. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/2441/1875>. Acesso em: 29 out. 2023.

MENEGHEL, S. N.; ANDRADE, Daniela Nagraes; HESLER, Lilian Zielke. Conversas Invisíveis: Assuntos Falados, mas não Ouvidos em Consultas Ginecológicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KDhTm7gdNKz7DbYHmwzX8FR/?lang=pt#>. Acesso em: 01 nov. 2023.

NOÉ, B. R.; DA TRINDADE, F. R.; DEXHEIMER, G. M. Análise da periodicidade e da idade na realização do exame citopatológico cervicovaginal no Rio Grande do Sul. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 12, n. 10, p. 104-120, 2018. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/872> Acesso em: 26 de set. 2022.

NOGUEIRA, A. J. S.; PACHÚ, C. O. Sexualidade da Mulher e autocuidado no Âmbito da Atenção Primária à Saúde: Uma Revisão Integrativa. **Research Society and Development**, v. 10, n. 15, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22157/20098>. Acesso em: 25 out. 2023.

OLIVEIRA, B. S. et al. Fatores Associados à não Adesão ao Exame Citopatológico do Colo Uterino: Uma Revisão Integrativa. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 14, n. 17, 2021. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/1102>. Acesso em: 28 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO Pan-americana da Saúde. Organização mundial da saúde. **Controle integral do câncer do colo do útero: guia de práticas essenciais**. Washington-DC, 2022. Disponível em:

<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/31403/9789275718797-por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PEIXOTO, H. A. et al. Adesão das mulheres ao exame papanicolau: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 6, p. 19314-19326, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/22072>. Acesso em: 17 out 2023.

QUEIROZ, T. T. S. et al. Baixa adesão das mulheres ao Exame Citopatológico: Relato de Experiência. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 12, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40150/32858>. Acesso em: 04 nov. 2023.

REZENDE, M. A. et al. Conhecimento das Mulheres Acerca do Exame Preventivo do Câncer de Colo de Útero. **Research Society and Development**, v. 10, n. 15, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23635/20490>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ROCHA, W. D. R. et al. Assistência de Enfermagem na Saúde da Mulher Frente ao Câncer do Colo do Útero: Revisão Integrativa. **Research Society and Development**, v. 10, n. 15, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22606/20074>. Acesso em: 17 out. 2023.

SANTANA, A. L. S. et al. Prevenção do câncer do colo do útero: Perfil epidemiológico dos exames citopatológicos realizados no município de Pinheiro-Maranhão, no ano de 2016 a 2020. **Research Society and Development**, v.11, n.7, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29561/25579>. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTOS, Temilde; SILVEIRA, Murilo; REZENDE, Hânstter. **A importância do exame citopatológico-o na prevenção do câncer do colo uterino**. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, v. 16, n. 29, 2019.

SANTOS, J. S. B.; VIGÁRIO, P. S. O Papel dos Enfermeiros na Detecção Precoce do Câncer do Colo do Útero na Atenção Primária à Saúde no Brasil: Uma Revisão Integrativa da Literatura em Língua Portuguesa. **Revista Augustus**, v. 32, n. 59, p. 237-248, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/1089>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANTOS, M. J. S.; RIBEIRO, A. A. Estratégias utilizadas para melhorar a qualidade dos exames citopatológicos. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v.66, n. 1, 2020. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/104>. Acesso em: 21 set. 2023.

SILVA, A. C. P. et al. Achados Cérvico-Vaginais de Mulheres Soropositivas Atendidas na Consulta de Enfermagem. **Revista Unimontes Científica**, v. 23, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/5005>. Acesso em: 07 nov. 2023.

SILVESTRE, M. M. D.; PEDROZO, E. S. B. Fatores Associados a Recusa do Exame Citopatológico por Mulhere Atendidas em Unidades Básicas de Saúde no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23055/20650>. Acesso em: 26 out. 2023.

SOUZA, D. T. P. S.; RYMSZA, T. Análise da incidência de alterações nos exames citopatológicos do colo do útero na UBS Palmeiras na cidade de Cascavel-PR no período de

2019 a 2020. **Research Society and Development**, v. 12, n. 5, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41716>. Acesso em: 24 set. 2023.

SOUZA, K. N.; SOUSA, P. M. L. S. O Enfermeiro Frente ao Câncer do Colo do Útero: Uma Revisão Narrativa. **Research Society and Development**, v. 12, n. 5, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41880/33949>. Acesso em: 28 out. 2023.

SOUZA, D. T. P. S.; RYMSZA, T. Análise da incidência de alterações nos exames citopatológicos do colo do útero na UBS Palmeiras na cidade de Cascavel-PR no período de 2019 a 2020. **Research Society and Development**, v. 12, n. 5, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41716>. Acesso em: 24 set. 2023.

IV SEÇÃO

Pesquisas em Pedagogia

O PAPEL DA ESCOLA NA (RE)APROXIMAÇÃO DA FAMÍLIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Francisco Evandro Lopes Cavalcante
Francisco Clébio de Figueiredo
Francisco Hélio da Silva
Mary Carneiro de Paiva Oliveira
Carlos Deodoro Inácio de Oliveira Negreiros

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da escola na (re)aproximação da família no âmbito escolar, mediante seus planos e estratégias usados nessa ação pedagógica, os resultados aqui obtidos são frutos de um questionário aplicado na Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves da rede pública municipal de ensino da cidade de Pau dos Ferros no estado do Rio Grande do Norte. Paralelamente a isso, também se propõe a identificar as estratégias usadas pela escola para garantir a aproximação das famílias ao âmbito escolar, como também os efeitos gerados pela presença ou pela ausência do núcleo familiar no desempenho dos alunos, além de refletir sobre ações que contribuam para aproximar família e escola. Utilizamos o método indutivo e realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo. Começamos com uma revisão bibliográfica que serviu para dar o embasamento necessário à compreensão do tema abordado. Para a coleta de dados foram utilizados questionários semiestruturados, aplicados com gestores, coordenadores pedagógicos e docentes da referida instituição. Devido à complexidade do tema, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo na qual os resultados descritos acabaram por corroborar com a hipótese inicial na qual percebe a família como importante parceira do processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, contribuindo para o envolvimento e para o melhor desempenho dos alunos. Porém, este trabalho não deve ser entendido como realidade presente em todas as instituições de ensino do país, pois apresenta apenas uma visão parcial e subjetiva de uma comunidade específica.

Palavras chaves: Estudantes. Ação pedagógica. Estratégias.

ABSTRACT: The present work aims to analyze the role of the school in the (re)approximation of the family in the school environment through its plans and strategies used in this pedagogical action, the results obtained here are the result of a questionnaire applied at the Elpídio Virgínio Chaves Municipal School of the municipal public education network of the municipal from the city of Pau dos Ferros in Rio Grande do Norte state. In parallel to this, it also proposes to identify the strategies used by the school to ensure the approximation of families to the school context, as well as the effects generated by the present or absence of the family nucleus on student performance, in addition to reflecting on actions that contribute to bringing family and school closer together. We used the inductive method and we carried out qualitative research. We began with a bibliographical review that served to provide the necessary basis for understanding the covered topic. To collect data, semi-structured questionnaires were used, applied to managers, pedagogical coordinators and teachers at that institution. Due to the complexity of the topic, the content analysis technique was used in which the described results ended up corroborating the initial hypothesis in which the family is perceived as an important partner in the teaching and learning process in the school environment, contributing to involvement and the best performance of students. However, this work should not be understood as a reality present in all educational institutions in the country, as it only presents a partial and subjective view of a specific community.

Keywords: Students. Pedagogical action. Strategies

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como temática a importância da relação da escola na (re) aproximação da família a este ambiente social e educacional. Compreendendo-se ainda que esta é uma relação indissociável para o fortalecimento da vida do aluno em sua formação humana e social, além de primordial para a sua base de aprendizado. Para este debate, apresento-lhes o projeto intitulado: O PAPEL DA ESCOLA NA (RE) APROXIMAÇÃO DA FAMÍLIA NO ÂMBITO ESCOLAR. Quando a família tem um relacionamento de qualidade com a instituição de ensino, a criança tem mais chances de apresentar um bom desempenho e performance nos estudos.

Além de tudo, essa é uma maneira eficiente de acompanhar o aluno no dia a dia escolar e na conquista de melhores resultados. O acompanhamento de mais próximo, o comprometimento das famílias com a tarefa de casa, como a rotina, com os relacionamentos interpessoais da criança são pontos fundamentais para a criação de elo firme entre as duas partes da educação de um indivíduo. A família carrega consigo uma parte indispensável da formação do caráter de uma criança, estamos falando do exemplo, na conduta daqueles que servem como espelho para a criança em seu processo de formação.

Nesse sentido, filhos não devem imitar cegamente os pais, mas eles devem testemunhar ações coerentes entre o que se prega e o que se faz, ficando clara a busca com humildade e com trabalho, da educação em uma perspectiva ética e democrática, não assumindo atitudes puritanas. “Moral, sim, moralismo não” (FREIRE, 2000, p. 38). Numa perspectiva de análise informal é possível testemunhar no âmbito escolar reflexos puramente advindos de familiares com má formação de conduta e caráter, em situações em que a criança se mostra autoritária em sala de aula e ao conhecer o genitor, deparamo-nos com a cópia original do filho.

Em outro caso de uma menina sem autoestima alguma e desinteressada por atividades, tarefas, exercícios físicos e na figura da mãe se encontra alguém com exatamente as mesmas características. Perante algumas observações empíricas, o estudo surgiu como forma de refletir acerca da temática proposta na pesquisa, tendo em vista que existe a necessidade de escola e família se unirem a favor de uma trajetória estudantil de sucesso de alunos e filhos.

Nesse formato apresenta-se a questão problema: Qual o papel da escola na (re)aproximação da família no âmbito escolar? O Objetivo Geral da pesquisa: Analisar o papel da escola na (re)aproximação da família no âmbito escolar, mediante seus planos e estratégias usados nessa ação pedagógica. Tratando como específicos: Conhecer a relação família e escola numa instituição da Rede Pública Municipal da cidade de Pau dos Ferros/RN; Identificar

estratégias que a escola utiliza para aproximar a família desse âmbito educacional e ainda Refletir sobre as contribuições da relação família e escola.

2 METODOLOGIA

2.1 Lócus e Sujeitos da Pesquisa

A presente pesquisa tem como foco a relação Família e Escola nos dias atuais e na responsabilidade da instituição na reaproximação da família ao convívio com a educação formal dos filhos, buscando compreender qual é o real efeito da presença e das ausências dos pais ou responsáveis na educação dos filhos, como também como funciona o papel da própria escola em planejar e executar ações que vislumbrem o convívio saudável e uma relação aberta entre as partes.

Nesse sentido, propusemos a realização de uma pesquisa qualitativa; em que faremos uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado e suas implicações na realidade local. No complemento da pesquisa aplicamos um questionário na Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves, uma instituição de ensino da rede pública municipal da cidade de Pau dos Ferros/RN, que atende a um público de Ensino Fundamental menor nos turnos matutino e vespertino, foram coletados dados para a pesquisa com a participação de todos os professores, inclusive da profissional de sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado, como também coordenação e Direção escolar, visando investigar a importância da presença da família nas mais diversas atividades dos filhos, como também coletar dados que possam mostrar o resultado da ausência dos mesmos, tudo isso do ponto de vista da responsabilidade da escola em trazer as famílias ao seu convívio.

2.2 Método e Abordagem da Pesquisa

O método da presente pesquisa é indutivo, uma vez que este, é um modelo que zela por ordenar o caminho a ser seguido em pesquisas, estudos e em outros contextos similares de investigação. No método indutivo partimos sempre de um ponto específico de observação ou um ponto em especial buscando entender um contexto geral da problemática em questão. De acordo com Marconi e Lakatos (2003) esta metodologia busca construir conclusões de teor mais amplo para servir de comparativo as premissas antes levantadas. Em outras palavras, a “indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.86).

Segundo GIL (2008) a importância, do método indutivo na constituição das ciências sociais é inegável, já que “serviu para que os estudiosos da sociedade abandonassem a postura especulativa e se inclinassem a observação como procedimento indispensável para atingir conhecimento científico”. (GIL, 2008, p. 11).

A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo e pretendeu reunir a análise de materiais bibliográficos; entre eles livros, artigos científicos e outros conteúdos sobre a temática. Além da aplicação de um questionário em que foi possível adentrar na realidade local do tema abordado na Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves, escola de ensino fundamental menor da rede pública municipal da cidade de Pau dos ferros/RN.

Para tanto, defendemos a necessidade de problematizar o fenômeno da relação Família e escola a partir da Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves, da rede pública municipal da cidade de Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte e à luz de pressupostos sociológicos que apontam para as diferenças entre as famílias presentes e ausentes do contexto escolar.

2.3 Instrumentos e Análise de Dados

Utilizamos um questionário constituído de 5 (cinco) perguntas, objetivas e subjetivas, respondido por professores, coordenadores e gestores da escola supracitada sobre a relação dos pais e/ou familiares com professores e, conseqüentemente com a escola nas atividades diárias dos alunos, através dele foi possível identificar as causas e motivos da ausência ou presença das famílias na escola e a partir desse momento realizar um paralelo entre o aproveitamento dos alunos e o nível de participação das famílias.

A pesquisa qualitativa é um estudo não-estatístico que identifica e analisa profundamente dados não mensuráveis; sentimentos, sensações, percepções, pensamentos, intenções, comportamentos, valores, entendimentos de razões, significados e motivações de um determinado grupo de indivíduos em relação a algo específico. A pesquisa qualitativa busca responde a um tipo de questão muito particular, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a ele conferem. Ao discutir as características da pesquisa qualitativa, Creswel (2007) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são

predominantemente descritivos. Partindo dessa perspectiva, Bryman (1992) defende a ideia de que uma estratégia de pesquisa qualitativa é mais indicada para a análise de fenômenos sociais, e, portanto, mais alinhada às Ciências Sociais, já que seus praticantes poderão estar mais próximos às pessoas que estão investigando e ficarão menos propensos a lhes impor estruturas conceituais impróprias.

Após a revisão bibliográfica e já com os dados coletados por meio do questionário com questões abertas e fechadas. Na possibilidade de questões abertas o respondedor tem a liberdade de utilizar de linguagem livre e com opiniões próprias sobre a temática abordada, já na questão fechada, o pesquisado tem a possibilidade de escolher entre opções previamente estabelecidas. O questionário foi respondido graças a colaboração de professores, coordenadores e equipe diretiva da Escola Municipal de fundamental menor Elpídio Virgínio Chaves, após todos responderem, realizamos a codificação, tabulação e descrição dos dados, considerando as orientações teóricas que subsidiam a nossa pesquisa.

A fase do tratamento do material leva o pesquisador à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição. Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p. 168).

Por fim, fizemos a interpretação dos dados procurando apresentar as vozes e reações dos sujeitos da pesquisa; professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares sobre a participação das famílias no convívio ou não da educação dos filhos junto à escola, assim, divulgamos os resultados obtidos possibilitando revelar quais os impactos da presença e da ausência das famílias na vida escolar dos filhos, isso do ponto de vista dos professores e colaboradores escolares, destacando a importância da contribuição da pesquisa para a relação saudável entre família e escola como também para a sociedade em geral. Os resultados das questões abertas foram utilizados em forma de citação, com a linguagem própria dos sujeitos pesquisados, fazendo valer a real percepção de cada um sobre o tema evidenciado. Já as perguntas fechadas, com opções a serem marcadas, estão tabuladas em forma de gráfico, sobre

as opções de interpretação dos respondedores do questionário. Assim, trouxemos de fato a realidade empregado por todos os participantes da pesquisa.

3 REFERENCIAL

3.1 O Papel da Escola no Ato Social, Educacional e Político

Não é nenhuma novidade que a escola precisa receber uma grande e valiosa parte da educação das crianças vindas de seus lares, realizada por seus familiares e trazidas como parte indissociável daquele ser humano em formação, porém, também não é novo o fato de que a família vive cada dia mais ausente de seu papel fundamental de educar e construir o caráter dos filhos. Na sociologia, a família representa uma agregação de indivíduos unidos por laços afetivos ou de parentesco (consanguinidade). Dentro dessa relação, os adultos são responsáveis pelo cuidado com as crianças. A família também é compreendida como a primeira instituição responsável pela socialização dos indivíduos. Antes mencionada como a união entre um homem e uma mulher e carregando consigo regras de hierarquia vertical e união entre famílias, hoje o formato e a função da família tem muito mais engajamento com o amor, a proteção e o afeto entre entes sanguíneos ou afetivos do que qualquer outra coisa. Na hierarquia atual presa-se pelo amor, respeito, companheirismo e vive-se uma gama de novos formatos familiares a serem conhecidos e reconhecidos em sociedade.

Em um contexto atual e cada vez mais debatido, a escola tem sido sozinha o grande pilar educacional de nossas crianças e tem buscado dia após dia a contrapartida das famílias na formação harmoniosa do aluno enquanto ser social, sendo muitas vezes a única via de condução para uma educação voltada ao compromisso e respeito. A responsabilidade da escola deveria ser voltada para a educação formal, de conteúdos e interpretação de mundo e suas nuances, porém, vivemos uma realidade severamente inversa no que tange a educação primária das crianças, onde as noções de respeito e comportamento estão cada vez mais raras graças a ausência das famílias no dia a dia de nossas crianças.

Segundo Parolin, (2007), é em família que uma criança constrói seus primeiros vínculos com a aprendizagem e forma seu estilo de aprender. Nenhuma criança nasce sabendo o que é bom ou ruim e muito menos sabendo do que gosta e do que não gosta. A tarefa dos pais, dos professores/escola e dos demais familiares é a de favorecer uma consciência moral, pautada em uma lógica socialmente aceita, para que quando essa criança tiver de decidir, saiba como e por que está tomando determinados caminhos ou decisões.

Com base nisso, podemos dizer que durante uma atividade escolar em que o aluno seja submetido a um encontro com pessoas idosas por exemplo, a escola terá a obrigação de criar a situação e mostrar os passos para o seu desenvolvimento da mesma e neles conter o seu interesse final, onde o professor e a escola certamente terão pontos a se aprofundar e detalhes importantes da atividade para serem utilizados em sala de aula na formação do aluno. O que não é interessante é que na criação daquele aluno em família lhe falte o ensinamento sobre respeito aos mais velhos, sobre o amor ao próximo e noções básicas de comportamento, afinal, mesmo sem saber os pais e familiares educam seus filhos através de suas próprias atitudes e posturas, educando assim pelo exemplo.

Este é indiscutivelmente o grande legado familiar na vida dos filhos. As atitudes tomadas pelos pais afetam diretamente na aprendizagem da criança, mesmo quando seus genitores não percebem que isto está acontecendo, como mencionam Nolte e Harris (2003, p. 15):

As crianças são como esponjas. Absorvem tudo o que fazemos, tudo o que dizemos. Aprendem conosco o tempo todo, mesmo quando não nos damos conta de que estamos ensinando. Assim, quando adotamos um comportamento crítico – reclamando delas, dos outros e do mundo em torno de nós, estamos lhes mostrando como condenar e criticar os outros. Estamos ensinando a ver o que está errado no mundo, e não o que está certo.

Dessa forma, a relação da escola com a família vai muito além de ensinar e entregar um produto, é também um ponto de equilíbrio saudável para a relação aproximada dos pais com os filhos, seja no cumprimento da tarefa de casa, seja na participação efetiva na escola e na educação dos filhos em casa como também na consciência de que ambos têm papéis fundamentais na educação das crianças.

3.2 O Papel da Família na Contemporaneidade

A família tem a função de complementar à formação do indivíduo, pois são os responsáveis diretos pela educação do exemplo e dos conceitos de vida. No entanto, a função de educar, de fornecer a educação formal é responsabilidade da escola, ou seja, ambas são corresponsáveis pela formação cognitiva, afetiva, social e da personalidade das crianças e adolescentes. Antes de continuar é preciso observar que a família como uma instituição social, tem passado por mudanças aceleradas em sua estrutura, organização e função de seus membros a partir da segunda metade do século XX. Ao modelo tradicional somam-se muitos outros e não é possível afirmar se são melhores ou piores, apenas considerados diferentes.

Podemos perceber que do início do século XIX até os dias de hoje houveram grandes modificações na instituição família, a sociedade moderna caracteriza-se por grandes mudanças nos campos da economia, da política e da cultura, afetando significativamente todos os aspectos da existência pessoal e social. Tais mudanças repercutem fortemente na vida familiar, desde o modelo de formação até o provedor do sustento, entre outros aspectos. A família dos dias atuais possui como premissas: o afeto e a dignidade da pessoa humana, e vai além de um meio familiar constituído pelo casamento e unido pela herança genética, agora, são os laços afetivos que determinam as relações familiares.

A ideia da família pós-moderna é ampliativa, ou seja, a família que se assemelha ao modelo anterior, estruturalmente, não deixou de durar e muito menos deixou de ser protegida, na realidade, ela passou a coexistir com os diversos modelos familiares, dessa maneira reafirma Farias e Rosenvald (2012, p. 63)

Com o passar dos tempos, porém, o conceito de família mudou significativamente até que, nos dias de hoje, assume uma concepção múltipla de família, plural, podendo dizer respeito a um ou mais indivíduos, ligados por traços biológicos ou sócio-psico afetivos, com intenção de estabelecer, eticamente, o desenvolvimento da personalidade de cada um.

Ainda falando um pouco sobre família e contemporaneidade, é preciso falar sobre a modernização da educação de casa, dos eventuais fundamentos que a criança traz de seu seio familiar e conseqüentemente permeia seu ambiente escolar, afinal, não se pode imaginar um aluno em idade escolar de fundamental menor sabendo dissociar o que pode e o que não pode na escola em termos de linguagens e comportamentos. Estamos no século XXI e educar não é mais seguir os padrões dos nossos pais, mas quebrar velhos modelos, atualizando-os com novos paradigmas. Pais e educadores precisam absorver o novo ritmo da geração digital de jovens, que, mergulhada em tantos estímulos tecnológicos, muitas vezes, funde-se à identidade dos grupos, permitindo que esta se sobreponha à estrutura familiar. Pertencer a uma família que ama, que se importa e que participa faz com que a criança desenvolva sua autoestima e construa seu bem-estar, assim como diz (IÇAMI TIBA, 2002, p 56): "Educar é uma obra-prima, uma obra realmente artesanal, cujo resultado é a futura felicidade dos filhos e de todos à sua volta. Por isso, Quem Ama, Educa! Formando cidadãos éticos".

A escola é o espaço onde os indivíduos se desenvolvem e neste processo de desenvolvimento, considera-se a participação da família como fundamental, quando não, traz conseqüências negativas para a aprendizagem das crianças, ou seja, baixo rendimento escolar.

A participação da família na instituição escolar é uma função de responsabilidades, mas ainda nos tempos atuais é notório um grande desafio principalmente diante dos problemas que surgem no próprio convívio familiar. A própria Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) determinam a participação dos pais no processo da gestão democrática da escola. A promoção pela busca da parceria entre a família e a escola se torna cada vez mais válida nos dias atuais se levada em consideração a influência que a internet vem promovendo nos indivíduos desde a infância. O interesse mútuo envolvido no caminho de colaboração por ambas as instituições reforça qualquer conceito uma vez que na escola se constrói princípios éticos e morais e na família limites, regras, normas e valores.

3.3 Escola e Família: Alguns Apontamentos

Na maioria das falas de Rossandro Klinjey (2023) em suas redes sociais e *youtube*, ele diz que o fracasso ao qual a família se permitiu nos últimos tempos em detrimento ao papel da escola na educação dos filhos. Segundo o autor, a família parou de entender que a criança ao ser criada, ela precisa ser educada e, para ser educada ela precisa de exemplos, limites e indícios de que alguém além dela está no controle da situação e que aquele adulto; seja ele pai, mãe, avó, avô ou qualquer outro em formato familiar existente nos dias de hoje tem autonomia para tomar decisões e de certa forma tem o poder de decidir inclusive sobre punições e castigos.

Ainda dentro do mesmo tema, os pais decidiram ser fãs de seus filhos muito mais do que educadores destes, o que de forma equivocada e irresponsável transfere a responsabilidade de educar para o professor e a equipe que compõe a escola do filho. Por este motivo, a escola precisa cada vez mais da presença das famílias para poderem juntos compor a completude da educação das crianças.

Segundo Tiba, muitos pais dão alegria, segurança, proteção e saciedade aos filhos, acreditando que assim os tornam felizes. Ninguém dá felicidade a ninguém. Se os filhos acreditarem que são felizes com o que ganham dos pais, estarão confundindo felicidade com saciedade” e essa é uma sensação passageira, que preenche uma vontade ou necessidade, momentaneamente, para logo dar lugar a insatisfação. Neste contexto muito atual e provocador, resta muitas vezes a escola ser a fonte de frustração da criança, o lugar onde ela se depara com as primeiras dificuldades, frustrações e “nãos” da sua vida, tornando-a um local de difícil adaptação e bem estar. Pensando assim é possível enxergar ainda mais malefícios na lacuna entre Escola e Família, uma vez que, a proposta de educar em parceria traz os frutos da

conversa, do diálogo e ao final de todo o processo, demonstra na criança o resultado desta dupla jornada educacional.

Dependendo do dia a dia dos responsáveis e do contexto familiar que envolve a criança, não é tão fácil desenvolver essa parceria entre Família e Escola, mas a instituição de ensino precisa se incumbir da responsabilidade de promover tal aproximação, visto que, dificilmente ela se origina da família. Libâneo (2000) ressalta que:

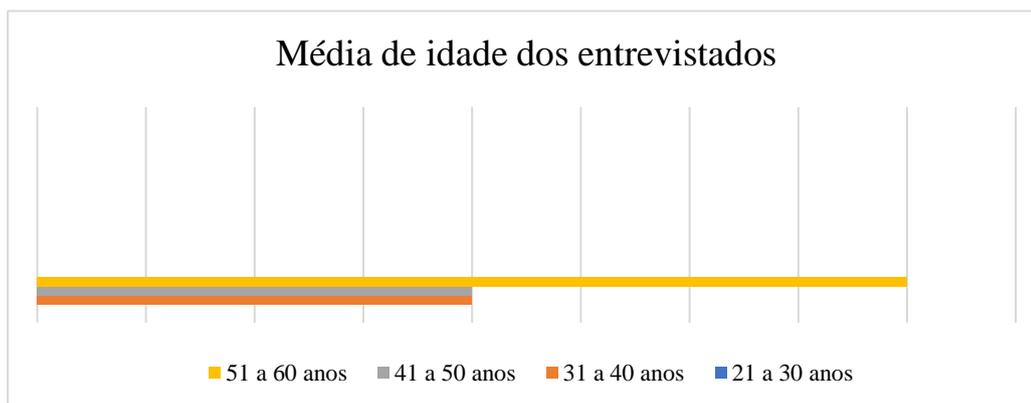
Educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo de relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. (LIBÂNEO, 2000, p.22)

Para construir laços entre escola e família é importante estudar o contexto familiar, fazendo então uma relação com o contexto escolar. Cabe à escola insistir então nessa aproximação, com o intuito de dialogar com os responsáveis a ponto de os mesmos fazerem uma reflexão sobre como veem seu papel no processo de escolarização dos filhos. Com isso, a escola pode analisar a visão dos pais e as possíveis dificuldades em acompanhar o processo escolar dos filhos. Consequentemente será possível compreender a postura dos pais com relação à escola.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

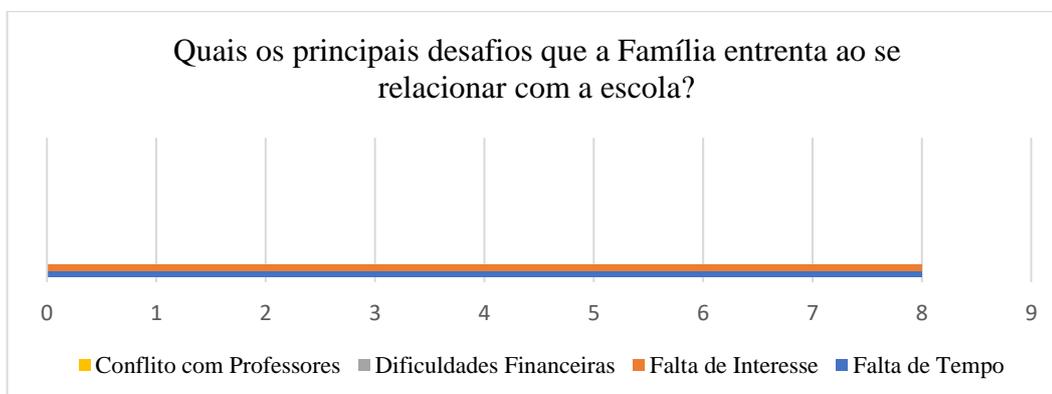
4.1 Desafios da Relação Família e Escola

Para dar o embasamento necessário ao nosso trabalho realizamos uma pesquisa com o corpo docente, gestores e coordenadores de uma Escola Pública Municipal da cidade de Pau dos ferros/RN, destes obtivemos a resposta de serem 100% pedagogos e com especializações nas mais diversas áreas. De acordo com as respostas 50% dos entrevistados estão numa faixa etária entre 51 e 60 anos, estes com tempo médio de serviço público de 36 anos. Uma outra parcela de ¼ dos entrevistados está na faixa etária entre 41 e 50 anos, com uma média de 12 anos de serviço público. Uma outra parcela dos entrevistados (outros 25%) tem entre 31 e 40 anos e estão no serviço público a menos de 10 anos na média. O gráfico a seguir demonstra melhor o resultado.



Fonte da Pesquisa (2023)

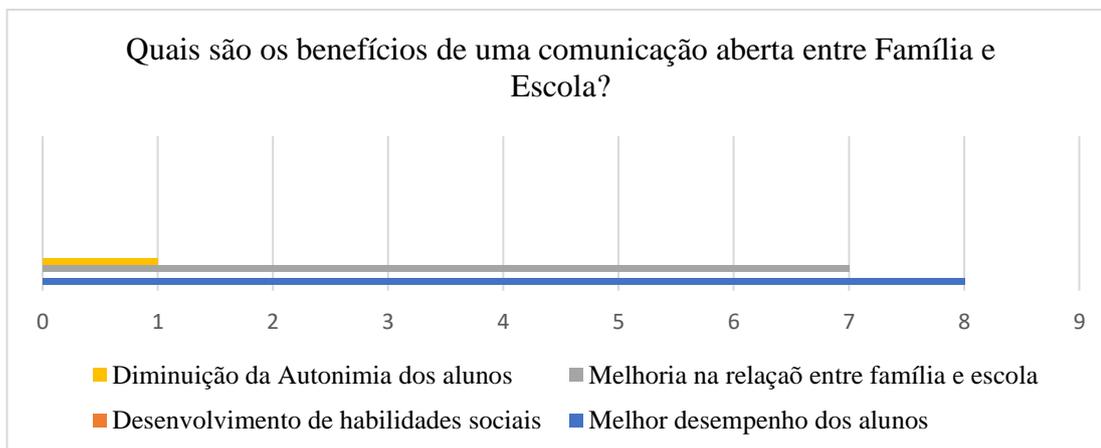
Entre as perguntas constantes no questionário realizado estão 2 possibilidades de repostas objetivas para vislumbrar inicialmente quais barreiras, impossibilidades e entraves existem na tão importante relação Família e Escola nos dias atuais, buscando com isso montar um argumento que justifique a fragilidade dessa relação tão propagada nos dias de hoje. Em uma primeira questão foi perguntado: Quais são os principais desafios que as Famílias enfrentam ao se relacionar com a escola dos seus filhos? e as opções de respostas eram: () Falta de Tempo () Falta de Interesse () Dificuldades Financeiras () Conflito com Professores". Foi solicitado aos entrevistados que optassem por 2 motivos.



Fonte da Pesquisa (2023)

Neste caso os entrevistados foram unânimes nas respostas ao marcarem as opções 1 e 2 que qualifica inicialmente a distância entre Escola e Família como resultado da Falta de tempo e Falta de Interesse dos entes familiares no convívio com a escola das crianças; na maior parte das vezes justificados pela correria do dia a dia de cada família para conseguir o pão de cada dia, uma vez que a escola em questão vive a realidade de pais e familiares de baixa renda e que na sua grande maioria trabalham o dia todo e até em mais de um emprego. Por outro lado, a ausência completa das famílias denota também a falta de compromisso com o processo de formação do indivíduo em questão que é o aluno. Neste sentido uma outra pergunta tornou-se

propícia e necessária, também com opções objetivas, perguntamos: “Quais são os benefícios de uma comunicação aberta entre Família e Escola? () Melhor desempenho dos alunos () Desenvolvimento de habilidades sociais () Melhoria na relação entre família e escola () Diminuição da autonomia dos alunos”. Vejamos os resultados no gráfico:



Fonte da Pesquisa (2023)

Todos os entrevistados marcaram como 1º benefício a Melhoria do desempenho do aluno; dando a entender que quanto mais presente a família for mais a criança se sentirá na obrigação de mostrar resultados, sendo assim o grande benefício dessa relação saudável, segundo os entrevistados. A Melhoria da relação Família e escola foi a 2ª opção de 80% dos participantes e outros 20% afirmam que a comunicação aberta entre as duas partes causa a Diminuição da autonomia negativa dos alunos, deixando a entender que aquelas ações mais efusivas, agressivas e descontroladas são cada vez menores com a presença de figuras parentais na escola.

Segundo Parolin 2007, é imprescindível para o sucesso escolar que a criança note que seus pais buscam motivá-la para obter este sucesso; de certa forma, os pais são a força motriz para o estudo das crianças, e seu bom desempenho. Assim, a preparação para a vida, a formação da pessoa, a construção do ser são responsabilidades da família quando a criança está em seu interior e esta deve preparar o jovem para atuar com liberdade, mas sem perder a responsabilidade sobre seus atos. É papel de a família contribuir para uma boa formação de caráter dos seus filhos, repassando os valores éticos e morais, sem eximir da sua responsabilidade o papel de educadora.

4.2 Família e Escola: Uma Relação Necessária

Estar presente na vida dos filhos é um dever dos pais, assim como a obrigação de acompanhar a frequência e o aproveitamento escolar, não bastando somente matricular, como também observar e participar do desempenho escolar da criança ou adolescente, avaliando os progressos individuais. Quanto à obrigação de matrícula na rede regular de ensino, de acordo com o art. 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990): “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1990). O descumprimento dos deveres relacionados à educação dos filhos faz incidir as medidas previstas no artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), compreendida como mais grave a destituição do pátrio poder, “poder familiar”, podendo também constituir crime de abandono intelectual punido com detenção de 15 dias a um mês, ou multa, art. 246 CP. Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável; advertência, perda da guarda e até destituição da tutela. Dessa forma, historicamente, desde que nos conhecemos como pessoas, que reconhecemos a família como nossa base, responsável por nossa criação, educação e principal responsável por nossa formação. Dessa interpretação, extraímos que o papel da família é de cuidar, educar, orientar, preparar pessoas para a vida. Assim nossa Constituição afirma;

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

A escola precisa e deve ser conhecida pelos pais além do espaço físico, ou seja, cabe à escola orientar aos pais como se dá seu funcionamento, suas instalações, quem é e como atua a equipe pedagógica, seus funcionários e toda a comunidade escolar. E para conhecer um pouco mais sobre a relação entre a escola Elpídio Virgínio Chaves e as famílias de seus alunos, fizemos a seguinte pergunta: “Qual o papel da Família na Educação das crianças hoje em dia?” e obtivemos respostas com as mais diversas formas de pensar e escrever, mas todas girando em torno de um cenário comum e preocupante, que é uma grande ausência de valores básicos como bons modos, respeito ao próximo, humildade etc. Para ilustrar um pouco do que foi dito aqui, vamos trazer alguns relatos de alguns sujeitos da pesquisa. Este é o ponto de vista de K.M.F.L:

A família hoje em dia não tem cumprido com o seu papel de educar, incentivar, apoiar, orientar as crianças. Não tem conseguido oferecer o suporte

básico para que a criança cresça com os valores fundamentais para viver em sociedade.

O relato do(a) entrevistado(a) sugere ainda que tais funções acabam por se incorporar nas obrigações da escola e dos professores, sendo assim, muitas vezes o professor passa a cuidar além da educação complementar dos conceitos de vida básicos das crianças. Ainda sobre a pergunta anterior o (a) entrevistado (a) M.G.R.A diz: “Acompanhar os filhos no seu processo de desenvolvimento e desempenho escolar. Mas, sabemos que parte dessas famílias deixam os filhos na escola e esquecem de suas responsabilidades”.

Não é de hoje que este tema ganha repercussão e evidência no cenário mundial. Temos assistido, nos últimos anos, na maioria dos países ocidentais desenvolvidos, à formulação de políticas públicas educacionais visando ao desenvolvimento da participação e da cooperação entre as famílias e a escola. Menciono apenas e rapidamente alguns poucos exemplos mais salientes. O estabelecimento, em 1994 pelo governo norte-americano de Bill Clinton, da colaboração família escola como a oitava meta da educação nacional (Goals 2000: Educate America Acts).

A criação, na Inglaterra, nos anos 1990, pelo governo trabalhista de Tony Blair, de um “contrato casa-escola” (home-school contracts), mediante o qual os pais britânicos se comprometiam a assumir responsabilidades no plano da assiduidade, da disciplina, da realização dos deveres de casa de seus filhos. O lançamento, em 1998, pelo Ministério da Educação da França, de uma campanha nacional pela parceria família-escola (Campagne nationale sur le nouveau partenariat école-famille: confiance et ouverture) que criava, entre outros, a “Semana dos pais na escola”. A designação, em 2002, pela Comunidade Européia, do dia 8 de outubro como o Dia Europeu dos Pais e da Escola. Basta, portanto, um rápido giro internacional para concluir que a integração entre as famílias usuárias e os sistemas de ensino “adquiriu uma tal visibilidade que se diz mesmo estar na moda” (DIOGO, 1998, p. 88).

O Brasil não ficou alheio a essas tendências mundiais; também aqui, temos presenciado iniciativas governamentais que vão na mesma direção. Reporto-me aqui às duas que maiores repercussões tiveram junto à população, a saber: a) em 24 de abril de 2001, o Ministério da Educação (MEC) lançou, pela televisão e com o auxílio de artistas famosos, o “Dia Nacional da Família na Escola”, que deveria realizar-se, a cada semestre, nos estabelecimentos públicos de ensino. Esta pode realmente ser uma das grandes saídas para o contato frequente entre escola e família. Entre as perguntas do questionário estava: “Como seria possível promover uma comunicação aberta entre Família e Escola?” Estas são algumas respostas:

Trazendo a Família para apresentar pontos positivos dos filhos, as potencialidades. Geralmente a escola só chama para falar mal, isso afasta os pais. Dividir as responsabilidades e compromissos, deixando claro o papel de cada um. (M.M.P.C)

Ofertando momentos de trocas, através das reuniões bimestrais, dos projetos da escola, dos eventos. Inclusive a escola promove a FAM FEST festa da família que é um momento de lazer e descontração entre família e escola. (K.M.F.L)

A programação do evento deveria ficar a critério de cada estabelecimento, mas o espírito da proposta era de que se estabelecesse, nesse dia, um trabalho em parceria com os pais. Além de um kit, contendo cartaz, folder, adesivos da campanha etc., o MEC distribuiu, nas escolas públicas, uma cartilha intitulada Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia- a- dia, da educação de nossas crianças, que fornece sugestões de como as famílias podem, no cotidiano doméstico, contribuir para a formação dos filhos, em casa, por meio de atividades de extensão da sala de aula (CF. SILVA, 2006).

Com este intuito a pesquisa fez aos entrevistados a seguinte pergunta: “Qual o impacto da participação ativa das famílias nas notas e no comportamento dos alunos?” e foram algumas respostas muito interessantes e com relevante impacto para o resultado deste trabalho. Para fins de aproveitamento vamos mencionar alguns deles aqui. O (a) entrevistado (a) F.V.S.Q disse que: “A Criança que é acompanhada pela família tem um grande diferencial tanto no seu comportamento como no desenvolvimento de suas habilidades, além do ensino aprendizagem”.

Outras respostas também chamaram atenção ao descrever a presença de valores éticos e morais nas crianças que tem a participação efetiva da família no ambiente escolar. O (a) entrevistado (a) K.M.F.L disse: “O impacto é positivo e perceptível. O aluno que tem uma família ativa demonstra mais interesse, tem valores definidos que favorecem o seu aprendizado e um melhor comportamento”.

Ainda com base nas respostas dos entrevistados, é possível perceber que a escola tem sim um tipo de planejamento específico em que busca dividir a responsabilidade pela educação dos filhos com a família; são pensados sempre no início do ano alguns momentos que permitam reunir pais e/ou familiares em prol de bem comum. Na Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves ocorrem a cada bimestre a reunião de pais e mestres que geralmente discute resultados, aponta-se pontos positivos e negativos do período e torna possível o traçar de metas. Além das reuniões de teor mais obrigatório a escola promove também momentos de inteiração e participação das famílias; Festas Juninas, FAM FEST – Festa das famílias, momentos de

culminâncias de projetos (Leitura, Matemática, Artes e etc). Todos estes são exemplos de momentos e situações pensadas para fortalecer o contato e a colaboração entre Família e escola.

Em suma, a participação da família na escola dos filhos é muito mais que uma necessidade, significa um dos pilares formadores da educação de crianças e jovens, traz aos filhos a importância e a responsabilidade legítima no ato de estudar, dar resultados e corresponder com obrigações e expectativas das famílias. A escola constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores e que é permeado por conflitos, problemas e diferenças (Dessen apud Mahoney, 2002) É justamente neste espaço psicológico, social e cultural que cada indivíduo processa o seu desenvolvimento pessoal, este momento costuma ser de afirmação e aceitação de mudanças e novas fases da vida e a família é parte indispensável nesta fase do crescimento humano, quando se molda o caráter e a personalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contextos e informações encontrados durante todo o percurso da pesquisa mostram a Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves como uma instituição interessada e voltada para a construção sim de laços entre escola e entes familiares, laços estes que muitas vezes são fortalecidos por eventos festivos como a FAM FEST proposta pela Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves para promover o encontro entre os pais e/ou responsáveis com o corpo docente e comunidade escolar. A Escola e a Família emergem socialmente como as 2 partes responsáveis por educar suas crianças, ambas contribuem e influenciam a formação do cidadão (Rego 2003), o que ressalta ainda mais a necessidade de uma relação aberta e saudável entre as duas. A família presente em todas as sociedades, é certamente um dos pilares para a educação de nossas crianças, uma vez que no lar é onde os filhos conhecem através de seus pais, avós, tios e padrinhos os valores éticos, morais e sociais para um bom convívio em sociedade.

A Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves tem plena consciência da necessidade de uma relação cada vez mais segura e proveitosa entre a escola e as famílias e se diz sempre atenta a este tema e que existem inúmeras propostas para o aprimoramento dessa relação, desde reuniões bimestrais, eventos culturais como São João, Páscoa, e até eventos específicos às famílias.

A partir da análise das respostas e interações contidas nas entrevistas é possível então compreender que a escola em questão tem total ciência de suas funções no desenvolvimento e aprendizagem das crianças que lhes são entregues no dia a dia, porém, com base nesses mesmos

dados a escola e o seu corpo docente e gestor dão a entender que os efeitos de uma família ausente na formação do indivíduo são muito grandes e danosos, deixando muitas vezes a cargo da própria escola um tipo de educação elementar que deve se desenvolver no lar, através de exemplos e convívio familiar. A pesquisa mostrou ainda que a escola tem em seu planejamento anual uma série de possibilidades de encontro entre Família e Escola; eventos de cunho cultural, reuniões de pais e mestres, entre outros, como foi relatado inicialmente.

O material coletado durante as entrevistas dá ainda respaldo as relações abertas e participativas existentes na escola, sendo dito que aqueles pais e/ou familiares presentes na escola tornam a relação professor/aluno e aluno/escola ainda mais saudável e segura, uma vez que a criança ao perceber a presença de sua família no meio escolar sente-se ainda mais responsável por mostrar bons resultados, notas, comportamento, etc. Ficando claro ainda o entendimento de que o oposto também se aplica; na condição de ausência de familiares na escola, as relações da mesma com este aluno tendem a ser cada vez mais complicada e sem a devida participação e rendimento escolar. Eis que mais do que nunca se torna notória a realidade de que a família é sim parte indissociável na educação de nossas crianças, tanto em casa na parte elementar da educação; como princípios éticos e morais.

Ao final deste trabalho, é possível afirmar a grandeza dessa relação família e escola em sua mais completa extensão, são muitos os benefícios presentes nessa troca e também são grandes as lacunas deixadas pela sua inexistência. Ao final deste trabalho foi possível constatar que a Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves tem sempre em seu planejamento anual atividades estratégicas que vislumbrem a presença de pais e ou familiares na escola, são momentos, segundo os respondedores, pensados para que o aluno tenha seu desempenho respaldado pela família, além de momentos de interação festiva e outros.

Este trabalho certamente serviu de base para futuros estudantes de cursos ligados à educação e na formação integral da pessoa humana através de sua base educacional que é; além da escola, a base familiar. Ressalto ainda a importância e impacto deste trabalho para a base de dados da Faculdade Evolução Alto Oeste potiguar – FACEP em seu acervo, como também para toda a comunidade escolar e circunvizinhanças da Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves e seus colaboradores.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Ministério das Comunicações. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 24 de março de 2016

BRASIL. Lei nº 8.060, de 13 de julho de 1990 - **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de setembro de 1990. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 10 de maio de 2016

BRYMAN, Alan. *Quantity and quality in social research*. London: Routledge, 1992.
CHALITA, Gabriel. **Educação: A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. Família e a escola como contexto de desenvolvimento humano. Brasília, 2007. p. 21-32 Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acessado em: 06 de outubro de 2020

DIOGO, Ana M. **Famílias e escolaridade**. Lisboa: Colibri, 1998.

ESTEVES, Jose M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KLINJEY, Rossandro. Vídeo completo Disponível em:
<https://www.instagram.com/reel/CsUazCngzLG/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>
LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, Para quê?**, 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

MALUF, Adriana Caldas. *Novas modalidades de família na pós-modernidade*. São Paulo: Editora Atlas, 2010, p. 112.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Hucitec. – ABRASCO, 2004.

NOLTE, Dorothy Law; HARRIS, Rachel. **As crianças aprendem o que vivenciam**. 5. ed. Rio de Janeiro: Sextante: 2003.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

ROSENVALD, Nelson e FARIA, Cristiano Chaves. **Direito Civil – Teoria Geral**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris 2012.

TIBA, I. **Quem ama, educa**. 154^o ed. São Paulo: Editora Gente, 2002. 190p.

IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Livia Chrisley Serafim Vieira
Francisco Clébio de Figueiredo
Taysa Kelly da Silva
Júlia Lidiane Lima de Amorim
Mary Carneiro de Paiva Oliveira*

RESUMO: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) emerge como um documento normativo de relevância ímpar, delineando um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para todos os alunos ao longo das etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2018). Ao se introduzir uma nova política educacional, impõe-se a responsabilidade de proporcionar conhecimento abrangente sobre o que está prestes a ser implantado. Nesse contexto, este trabalho investiga as implicações da BNCC na prática pedagógica de professoras que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. A justificativa para esta pesquisa reside no desejo intrínseco da pesquisadora em compreender mais profundamente o tema e, assim, contribuir para o aprimoramento da educação em seu município. Diante desse propósito, a pesquisa se depara com a problemática central: *Como a implementação da BNCC tem influenciado a prática pedagógica das professoras nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Alexandria - RN?* De maneira mais específica, busca-se identificar as dificuldades pedagógicas que obstaculizam a implementação da BNCC na prática docente, descrever a realidade das professoras dos anos iniciais em relação à participação em formações continuadas sobre a BNCC e refletir sobre a relevância da implementação desse documento na prática pedagógica. O estudo adota uma abordagem qualitativa, com pesquisa de campo e exploratória. Os instrumentos utilizados compreendem a observação participante e um questionário. A análise de dados é conduzida de forma interpretativa, permitindo uma compreensão mais profunda das nuances envolvidas na implementação da BNCC na prática pedagógica. Os resultados obtidos revelam que a BNCC, de fato, teve implicações na prática pedagógica das docentes. Contudo, emerge como um desafio significativo a falta de formação continuada para a compreensão plena do documento. Essa lacuna impede que as professoras ajustem de maneira abrangente suas práticas em consonância com as diretrizes da BNCC.

Palavras-chave: Formação Continuada. Prática Pedagógica. BNCC. Ensino Fundamental.

IMPLEMENTATION OF BNCC IN THE PEDAGOGICAL PRACTICE OF ELEMENTARY SCHOOL TEACHERS

ABSTRACT: The National Common Core Curriculum (BNCC) emerges as a uniquely relevant normative document, outlining an organic and progressive set of essential learning outcomes for all students throughout the stages and modalities of basic education (BRAZIL, 2018). Introducing a new educational policy imposes the responsibility of providing comprehensive knowledge about what is about to be implemented. In this context, this study investigates the implications of the BNCC on the pedagogical practice of teachers working in the early years of elementary education. The justification for this research lies in the researcher's intrinsic desire to deepen understanding of the topic and contribute to the improvement of education in her municipality. In pursuit of this purpose, the research faces the central problem: *How has the implementation of the BNCC influenced the pedagogical practice of teachers in the early years of elementary education in the municipality of Alexandria - RN?* More specifically, it seeks to identify pedagogical difficulties that hinder the implementation of the BNCC in teaching practice, describe the reality of early years teachers regarding participation in continuous training on the BNCC, and reflect on the relevance of implementing this document in pedagogical practice. The study adopts a qualitative approach, with field and exploratory research. The instruments

used include participant observation and a questionnaire. Data analysis is conducted interpretatively, allowing a deeper understanding of the nuances involved in the implementation of the BNCC in pedagogical practice. The results obtained reveal that the BNCC indeed had implications for the pedagogical practice of teachers. However, a significant challenge is the lack of continuous training for a comprehensive understanding of the document, preventing teachers from adjusting their practices broadly in line with BNCC guidelines.

Keywords: Continuing Education. Pedagogical Practice. BNCC. Elementary Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso abordará a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na prática pedagógica das professoras que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Dada a magnitude das implicações e críticas suscitadas em torno dessa implementação, o estudo se configura como de suma importância no contexto acadêmico de pesquisa. A temática escolhida abrange todo o ambiente escolar e, ao ser introduzida em nosso país, visa direcionar o ensino. No entanto, a carência de formação para compreender os princípios propostos na BNCC surge como uma preocupação relevante e digna de investigação, fundamentando a relevância deste trabalho.

Nesse viés, a Base Nacional Comum Curricular, é um documento normativo que determina o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2018). Ademais, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, a análise dos impactos da BNCC adquire extrema importância, especialmente no contexto da formação de professores. Diante da implementação desse documento, torna-se imperativo refletir periodicamente sobre a atuação docente e sua adequação às diretrizes estabelecidas na BNCC. Essa abordagem reflexiva se mostra crucial para avaliar como os professores incorporam e aplicam efetivamente os princípios delineados nesse marco regulatório.

Para Borges e Soares (2023, p. 23) uma política educacional de reforma curricular deve se preocupar com a formação docente, já que os professores em serviço já passaram por uma formação inicial e as atualizações legislativas da Educação devem ser acompanhadas por eles. Nesse aspecto, o ideal é a continuidade da formação em trabalho, como também é possível que as instituições as quais as escolas estejam ligadas tenham por pauta as reformas no âmbito do

currículo nas formações. Então, assim como a aprendizagem é inacabada, a formação é contínua.

Sendo assim, ao entender que a perspectiva da implementação de políticas de formação docente, e um fator importante a ser levado em conta para a implementação de uma política pedagogia de suma importância como a Base Nacional Comum Curricular, surgiu o problema de pesquisa: *Como a implementação da BNCC têm implicado na prática pedagógica de professoras nos anos Iniciais do ensino fundamental no município de Alexandria – RN.*

Nessa visão, para responder a presente questão foi proposto como objetivo geral: Analisar como ocorre a implementação da bncc na prática pedagógica de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. E como objetivos específicos: I- Identificar quais as dificuldades pedagógicas que impedem a implementação da BNCC na prática docente. II - Descrever a realidade das professoras dos anos iniciais quanto a participação de formações continuadas sobre a implementação da BNCC. III- Refletir sobre a relevância da implementação da BNCC na prática pedagógica das professoras do ensino fundamental.

Nessa perspectiva, considerando a importância de estudos que evidenciem a relevância da formação continuada na trajetória profissional dos educadores, especialmente no contexto de implementação de novas políticas educacionais, torna-se essencial que os profissionais da educação e todo o ambiente escolar estejam conscientes dessas informações. Dessa forma, poderão buscar reflexões e ações práticas que contribuam para aprimorar as práticas de ensino. A motivação para esta pesquisa surgiu a partir de observações empíricas, as quais destacaram a necessidade de (re)conhecer a educação sob uma perspectiva política e social fundamentada nas diretrizes da BNCC.

Outrossim, sabemos que a BNCC é um documento novo, recém implantando, e também alvo de muitas críticas por parte dos docentes. Nessa perspectiva, ao estudo de disciplinas durante o percurso acadêmico foi possível desenvolver discussões e reflexões sobre a mesma e, dessa forma, surgiu o interesse em se desenvolver um trabalho que abordasse a presente temática. Sendo assim, o seguinte trabalho deseja contribuir de maneira significativa com o viés educacional das políticas públicas do município de Alexandria/RN.

Nessa perspectiva, o trabalho acadêmico possui natureza qualitativa, por se tratar de uma análise subjetiva de informações que não podem ser mensuradas apenas por meio de dados estatísticos amostrais, adotando-se para tanto uma abordagem exploratória. Diante disso, para coleta de dados da pesquisa foi utilizado um questionário formulado via *Google Docs* e enviado as professoras através da plataforma *WhatsApp*.

O artigo está organizado em cinco partes, a saber: i) introdução, que traz as ideias preliminares do estudo; ii) metodologia, que apresenta o caminho metodológico do trabalho; iii) aporte teórico, parte que reúne escritos e reflexões do tema em questão; iv) resultados e análises, onde mostram os nossos achados junto a interpretação frente a problemática e objetivos; v) conclusão, linhas escritas que montam as fases finais da pesquisa.

Portanto, almeja-se que este estudo seja fundamental para a elaboração de políticas de estímulo à formação docente no município. A expectativa é de que, ao investir na capacitação dos educadores, os documentos implementados se tornem mais eficazes, refletindo em políticas pedagógicas bem-sucedidas e, por conseguinte, proporcionando maior qualidade à educação local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica desta pesquisa é construída sobre uma análise abrangente das principais teorias e conceitos relacionados a implementação da BNCC na prática docente. Onde, ao explorar as contribuições de diversos autores, esta seção busca estabelecer uma base sólida para a compreensão do contexto teórico no qual se insere a presente investigação. A integração desses fundamentos teóricos proporcionará uma estrutura conceitual robusta, essencial para interpretar e contextualizar as descobertas que serão apresentadas ao longo deste trabalho.

2.1 Ensino Fundamental Anos Iniciais: Contextualização Histórica e Conceitual

Os anos iniciais do ensino fundamental representam uma fase crucial na educação básica, sucedendo a etapa da educação infantil. Abrangendo do 1º ao 5º ano, atendendo crianças com idades entre 6 e 14 anos, essa etapa desempenha um papel significativo no desenvolvimento educacional. Vale destacar que essa configuração nem sempre foi a norma, evidenciando uma evolução ao longo do tempo.

Nessa ótica, o mesmo foi regulamentado pela Lei nº 11.274, de 2006, que altera a redação dos artigos. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com prazo de implementação até o ano de 2010, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade (completos).

Onde nessa perspectiva e segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), a formação básica do cidadão, deveria compreender os seguintes incisos da Lei:

- I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - A desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, artigo 32º).

Nesse contexto, vemos que com a nova estrutura do ensino fundamental, a época era redigida por uma política de inclusão que visava oferecer maior aprendizagem desses indivíduos, assegurando seu direito a escola e fazendo com que o processo de aprendizagem fosse mais rápido.

Ademais, atualmente nosso cenário educacional é regido pela Base nacional comum curricular, documento esse, implementado para melhoria dos currículos educacionais no Brasil e, sendo assim, a mesma trouxe para o ensino fundamental, mudanças significativas.

Ao direcionar o olhar para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos anos iniciais do ensino fundamental, percebe-se a introdução de elementos inovadores que têm impactado positivamente o cenário educacional. Destacam-se, nesse contexto, o fortalecimento do protagonismo do aluno e a ampliação do papel da tecnologia, bem como a implementação de novas metodologias de avaliação (BRASIL, 2018).

Nessa ótica a BNCC, ao promover o protagonismo do aluno, busca criar um ambiente educacional mais participativo e dinâmico. Essa abordagem coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem, incentivando a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico. Com a promoção do protagonismo, os anos iniciais tornam-se não apenas uma fase de aquisição de conhecimentos, mas também um período de desenvolvimento da capacidade de questionamento e construção ativa do saber (MARQUES; SANTOS; 2022).

Outro aspecto inovador introduzido pela BNCC nos anos iniciais, é a maior presença da tecnologia como ferramenta educacional. A integração de recursos tecnológicos no ambiente escolar não apenas acompanha as demandas do mundo contemporâneo, mas também enriquece as práticas pedagógicas (SOARES; FERNANDES; 2018).

Dessa forma, entendemos que a BNCC nos anos iniciais não apenas estabelece diretrizes curriculares, mas também propicia uma transformação substantiva no ambiente educacional, fomentando práticas mais inclusivas, participativas e alinhadas às demandas contemporâneas.

2.2 Formação Continuada do Docente do Ensino Fundamental

A formação de professores constitui o ato de formar o docente, educar o futuro profissional para o exercício do magistério. Envolve uma ação a ser desenvolvida com alguém que vai desempenhar a tarefa de educar, de ensinar, de aprender, de pesquisar e de avaliar. Nessa visão, o processo de formação docente, deve dar condições ao professor, de construir e aprimorar seus conhecimentos e saberes (VEIGA, 2008).

Para Nóvoa (2013), a fase inicial da formação de professores é um momento muito especial, pois se trata do início da integração do sujeito no ambiente educativo, ou seja, é quando ocorre a mudança entre ser aluno e ser professor, por isso, o processo de formação docente deve estar embasado em metodologias que privilegiam a integração entre teoria e prática.

Portanto, considerando a importância da formação contínua do professor, é essencial que este esteja constantemente atualizado em sua prática docente. No contexto atual, a condução da prática docente é orientada por documentos que delineiam as diretrizes para a formação desses profissionais. Nesse viés, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Brasil, que é a Lei nº 9.394/1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No que diz respeito à formação de professores, a LDB aborda vários aspectos. E dentre eles está o artigo 62, que trata da formação de profissionais da educação, incluindo os professores. Ele destaca a necessidade de formação em nível superior para exercício da docência na educação básica.

É importante, também, abordar o artigo 64, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dispõe sobre a necessidade de os sistemas de ensino oferecerem formação continuada aos profissionais da educação. Destacando a importância da atualização e aprimoramento constante dos professores ao longo de suas carreiras. Sendo assim, vemos que as leis que regem sobre o exercício da prática docente, preocupa-se em colocar a formação do professor como base para um ensino de qualidade.

Em conjunto com esses documentos, temos também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCNEI) que estabelecem orientações para a formação de professores em diferentes níveis de ensino, incluindo os anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas diretrizes foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) com o objetivo de orientar as instituições de ensino superior na elaboração de seus currículos de formação de professores.

Nesse sentido, vemos que as legislações e políticas educacionais desempenham um papel crítico na regulamentação e direcionamento da formação docente no país. Dessa forma, atualmente temos também em vigor a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano

Nacional de Educação - PNE, as diretrizes listam que até 2024, cinco metas devem ser atingidas sendo elas: Formar, em nível de graduação, professores para atuar na Educação Básica, valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica (BRASIL, 2014).

Por esse contexto, essas metas visam não apenas a garantir a formação inicial e continuada dos professores, mas também a valorização da carreira docente, a promoção da pós-graduação, a implementação de planos de carreira e uma gestão democrática nas instituições de ensino. Elas refletem a preocupação em melhorar as condições de trabalho e a qualidade da educação por meio do investimento na formação e valorização dos profissionais da educação.

Após o mapeamento dessas políticas citadas, temos atualmente também implementada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento esse que rege a educação no Brasil e que apresenta questões significativas relacionadas ao processo de formação docente que devem ser considerados.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular, destaca a importância de uma formação inicial e continuada que capacite os docentes a compreender e aplicar os princípios pedagógicos e curriculares estabelecidos no documento. Além disso, ela ressalta a necessidade de promover uma formação que leve em consideração as características regionais, culturais e socioeconômicas do contexto em que os professores atuam (BRASIL, 2017).

Nessa noção, como trazem todos os documentos para formação docente, entendemos que a mesma não termina na graduação, mas se inclui em toda a trajetória do professor, através da educação continuada e de programas de aperfeiçoamento. Assim, a capacitação de professores é essencial para mantê-los atualizados e preparados para os desafios em constante evolução da sala de aula.

Ademais, a formação docente é um processo complexo e contínuo que vai além da simples aquisição de conhecimentos teóricos. Está intrinsecamente ligado à construção de uma prática educativa sólida e comprometida com os desafios contemporâneos (LIBÂNEO; PIMENTA; 1999). Nessa visão, a formação docente é um processo complexo e contínuo, indo além da simples aquisição de conhecimentos teóricos, onde e de suma importância construir uma prática educativa sólida, comprometida com os desafios contemporâneos.

Assim, considerando o que foi apresentado, a qualidade da formação dos professores emerge como uma preocupação central, abordando aspectos cruciais como preparação, prática pedagógica e avaliação. Vale ressaltar que o conhecimento de um professor não se limita ao que é aprendido durante a formação inicial. Na verdade, ele é diversificado, resultando da combinação de diferentes saberes, como apontado por (TARDIF, 2014).

Em outras palavras, a formação continuada dos professores se revela como mestre para o sucesso da prática docente. É nesse processo contínuo de aprendizado e atualização que os educadores aprimoram suas habilidades, integrando novos conhecimentos e estratégias que, por sua vez, aprimoram a qualidade do ensino proporcionado aos estudantes.

2.3 A Prática Pedagógica no Viés da BNCC

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco paradigmático na condução das práticas pedagógicas no cenário educacional brasileiro. Ao pautar-se por princípios que visam a uma educação mais inclusiva, contextualizada e alinhada às demandas do século XXI, a BNCC instiga transformações significativas nas abordagens pedagógicas.

Nesse sentido, a formação de professores e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são elementos cruciais no cenário educacional contemporâneo, influenciando diretamente a qualidade do ensino e o desenvolvimento acadêmico dos alunos. Nessa perspectiva, é necessário entender o que a Base Nacional Comum Curricular e como ela chega para alterar esse cenário educativo.

Com seu propósito normativo, a BNCC prescreve um conjunto progressivo de aprendizagens, supostamente essenciais, que todos os alunos deveriam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, e que deveriam estar em conformidade com o previsto em três documentos reguladores prévios: a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

Ademais, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/1996), a base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das unidades federativas como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o Brasil (BRASIL, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem um impacto significativo na prática pedagógica dos professores no ensino fundamental, pois a mesma direciona agora que o currículo educacional deve ser comum e nisso influencia tanto os conteúdos quanto às abordagens utilizadas em sala de aula, onde a mesma estabelece as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver em cada etapa do ensino fundamental, traz a aprendizagem participativa e ativa do aluno e dentre outras novidades.

Entendemos, por essa perspectiva, que uma nova proposta requer uma nova formação adequada a ela, um novo conhecimento e olhar sobre o tema. Com isso, no que diz respeito às

políticas formativas para implementação da BNCC, se teve ideias muito pertinentes como é perceptível nas disposições da Base Nacional Comum Curricular (2017), que diz que:

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC. (Brasil,2017, p.21).

Dessa forma, vemos que em teoria a um texto bonito acerca da formação docente no contexto da BNCC, mas ao olharmos para a realidade de como aplicada a formação, percebemos que a mesma não foi contínua, e que os professores hoje possuem dificuldades para ministrar suas aulas, dentro do contexto da BNCC, por falta de informação de manuseio da mesma.

A formação docente também está intrinsecamente ligada às políticas educacionais. Nessa perspectiva, as políticas ao influenciarem currículos, práticas pedagógicas e a própria concepção de educação, implica a formação docente, onde o mesmo precisa entender sempre aquilo que está sendo imposto, para que dessa maneira adeque sua prática docente (APPLE, 2013).

É possível perceber que a implementação eficaz da BNCC demanda imperativamente uma robusta formação continuada para os educadores. Essa necessidade transcende meramente a assimilação de conceitos, abrangendo a efetiva capacitação para desenvolver habilidades pedagógicas intrinsecamente alinhadas aos princípios norteadores da BNCC.

Por esse motivo, é preciso que os docentes não apenas assimilem, mas internalizem esses princípios, integrando-os de maneira sinérgica e consistente em suas práticas diárias. Esta abordagem não apenas garante o êxito na implementação da BNCC, mas também promove uma significativa melhoria nos currículos educativos, tornando assim o ambiente educacional mais enriquecedor e adaptado às exigências contemporâneas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seção metodológica deste trabalho representa o alicerce que sustenta a construção do conhecimento, delineando o caminho trilhado para responder às questões centrais da pesquisa. A metodologia adotada é um reflexo cuidadosamente planejado da abordagem que melhor se adequa à natureza e aos objetivos deste estudo. Neste contexto, serão apresentados e discutidos

os procedimentos metodológicos selecionados, justificando suas escolhas em consonância com os objetivos e características específicas da pesquisa.

3.1 Lócus e sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi conduzida na cidade de Alexandria/RN, situada a 386 km da capital Natal/RN. A escolha dessa cidade se justifica pela sua relevância para o estudo, uma vez que apresenta uma concentração significativa de escolas nos anos iniciais, alinhando-se perfeitamente ao foco desta pesquisa.

O presente estudo, envolveu a participação de três professoras atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental, provenientes de distintas instituições da rede municipal de ensino. Embora o público-alvo tenham sido turmas dos anos iniciais, a investigação foi detalhada, concentrando-se especificamente nas professoras responsáveis pelo 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental.

Quanto as professoras colaboradoras da pesquisa, elenca-se características pertinentes ao estudo no **Quadro 01**.

QUADRO 01: Caracterização das Professoras Colaboradoras da Pesquisa

PROFESSORAS	FORMAÇÃO	ANOS DE ATUAÇÃO
P1	Pedagoga/Especialista	10
P2	Pedagoga/Especialista	12
P3	Pedagoga/Especialista	08

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Com base nas informações apresentadas no quadro, é evidente que o público-alvo da pesquisa é composto por docentes que acumulam uma experiência acadêmica entre oito e dez anos, sendo predominantemente professoras com níveis de especialização.

3.2 Classificação da pesquisa

O trabalho tem natureza qualitativa, tendo em vista que a pesquisa se relaciona com a área da educação, no contexto das dificuldades encontradas na prática docente no viés da BNCC. Sendo assim, esse tipo de pesquisa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2014).

Nesse contexto, é possível perceber que a pesquisa qualitativa dispõe de um envolvimento entre os dados obtidos e a sua exploração. Dessa forma, para obtenção de tais informações, foi necessário haver um contato direto entre a pesquisadora e o objeto de estudo, possibilitando a sua retratação da história. Desse modo, na pesquisa qualitativa, não há a quantificação estatística e catalogada de dados, mas sim, a análise qualitativa de informações obtidas por meio de leituras bibliográficas de textos sobre o tema e por pesquisa de campo.

O tipo de pesquisa adotado para este estudo foi a pesquisa de campo, com a aplicação de questionários online, com três professoras da rede municipal de educação, a fim de entender como ocorreu o processo de formação docente na implantação da BNCC.

Na pesquisa de campo, a análise do objeto de estudo ocorre em seu contexto natural, permitindo a coleta de dados em condições autênticas em que os fenômenos se manifestam. Esse método preserva a integridade do ambiente, possibilitando a observação direta dos acontecimentos sem interferência ou manipulação do pesquisador (SEVERINO, 2014).

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume uma abordagem exploratória, utilizando um objeto específico para coletar informações destinadas à análise subsequente. Esse método visa mapear as condições circundantes ao objeto em foco (SEVERINO, 2014). Assim, a pesquisa exploratória desempenha um papel crucial ao permitir que o pesquisador se familiarize com o objeto de estudo, facilitando uma compreensão mais aprofundada do tema em questão.

3.3 Instrumento de coleta e Análise de dados

Para o levantamento de dados da pesquisa, foi utilizado um questionário, desenvolvido via *Google Forms* estruturado com cinco questões objetivas, onde foi respondido após adesão ao termo de consentimento e livre esclarecimento (TCLE). O presente questionário buscou obter por meio das perguntas objetivas, *feedbacks* mais aprofundados, como a BNCC, implicou na prática profissional docente.

Quanto ao questionário, Gil (2011) o define como uma técnica de investigação que consiste na elaboração de um conjunto significativo de perguntas apresentadas por escrito ao público-alvo. O propósito principal é obter informações que revelem opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e experiências vivenciadas. Amplamente difundido no meio acadêmico e corporativo, o questionário destaca-se como uma ferramenta fundamental de pesquisa, valendo-se do conhecimento empírico das pessoas para capturar insights sobre a realidade na qual estão imersas.

Por fim, a análise de dados foi conduzida de maneira interpretativa, iluminada pelos resultados obtidos tanto pela observação quanto pela aplicação do questionário. Através da interpretação desses dois instrumentos, categorias foram identificadas com o propósito de contextualizar os achados em relação aos objetivos delineados para a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir forneceram uma visão aprofundada das descobertas desta pesquisa, destacando padrões, tendências e implicações significativas que contribuem para a compreensão da prática docente no contexto da BNCC. À luz da literatura revisada, a discussão subsequente contextualiza esses resultados, explorando conexões, contradições e as ramificações mais amplas para o campo da educação.

Nessa perspectiva, ao abordar a primeira análise, é fundamental considerar a iniciativa do Ministério da Educação, que, no exercício de suas atribuições para promover uma educação de qualidade, propôs, em 2017, a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O **Quadro 1**, apresentado a seguir, tem como objetivo investigar o nível de conhecimento das professoras em relação à BNCC, destacando a relevância desse entendimento para a implementação eficaz das diretrizes educacionais propostas.

Quadro 01 - Você como professora da educação básica, conhece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Sim
P2	Sim
P3	Sim, e fundamento minhas práticas nesse documento

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Ao observar o quadro acima, torna-se evidente que as professoras têm conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tanto P1 quanto P2 afirmam conhecer e P3, além de também confirmar seu conhecimento, destacam que fundamentam suas práticas docentes atuais por meio desse documento normativo. Essa constatação ressalta a importância do entendimento da BNCC para as práticas pedagógicas, evidenciando o impacto direto dessa base normativa no cenário educacional das professoras em questão.

Nessa visão, entendemos que os saberes adquiridos através da experiência profissional, e aqueles os quais o docente busca constituem os fundamentos de sua competência, pois é através deles que os professores julgam sua formação anterior ou sua formação ao longo da carreira (TARDIF; LESSARD; LAHAYE; 1991). Dessa forma, ressaltamos o quanto é importante o conhecimento e fundamentação da prática diante da BNCC, para o alcance de uma educação de qualidade.

Em continuidade às análises, o Quadro 2, apresentado a seguir, oferece insights sobre como ocorreram as formações continuadas para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na prática docente das colaboradoras. Este quadro busca lançar luz sobre a preparação e a capacitação das professoras em relação a um dos pilares fundamentais para a efetivação da BNCC em seu contexto pedagógico.

Quadro 02 - Você Como Professora Teve Formação Continuada, Para Conhecer Esse Novo Documento?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Sim. As instituições onde trabalhei e trabalho, proporcionam formações e debates para que possamos compreender melhor esse documento.
P2	Não, busco sozinha
P3	Sim, participei de formação continuada e curso online sobre a base.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Nessa ótica, reconhecemos que ao introduzir uma nova política educativa, é essencial proporcionar formação continuada para que os educadores compreendam e incorporem as mudanças propostas. Diante do cenário delineado acima, torna-se evidente que nem todas as instituições ofereceram programas de formação continuada para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Notamos, através das respostas das colaboradoras da pesquisa, que lecionam em escolas distintas, que P1 e P3 afirmaram ter recebido essa formação, enquanto P2, por sua vez, declara que não foi contemplada, buscando por iniciativa própria compreender o documento. Essa disparidade ressalta a necessidade de uma abordagem mais uniforme na oferta de formação continuada em relação à BNCC.

É imprescindível compreender que a qualidade da prática docente está intrinsecamente vinculada à formação continuada do educador. A formação continuada representa um elemento crucial, capacitando líderes e professores a permanecerem atualizados e habilitados para liderar

mudanças positivas no ambiente escolar. Essa abordagem não apenas aprimora as habilidades pedagógicas, mas também fortalece a capacidade dos profissionais da educação de se adaptarem às demandas em constante evolução da sala de aula e do contexto educacional (FULLAN, 2014).

Outrossim, compreendemos que o desenvolvimento profissional dos professores tem como alicerce fundamental a formação contínua, sendo esta essencial para o aprimoramento de suas práticas educacionais. Essa abordagem visa promover a eficácia no ensino, capacitando os educadores a integrarem novos conhecimentos. A formação contínua, portanto, não apenas enriquece o repertório profissional, mas também contribui de maneira significativa para a excelência no exercício da docência (MARTINS, 2020).

Dando sequência às discussões, a análise do **Quadro 3** da pesquisa centrou-se no conhecimento das professoras sobre o nível de dificuldade que enfrentam ao lidar com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este quadro proporcionou uma visão mais aprofundada sobre os desafios percebidos pelas educadoras ao incorporar a BNCC em suas práticas pedagógicas.

Quadro 03 - Entendendo a relevância da BNCC e conhecendo que esse documento dinamiza e melhora a prática docente, como você manuseia esse documento? Possui alguma dificuldade? Se sim, quais dificuldades?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Utilizo esse documento como forma de fundamentar minha prática e avaliar se as habilidades e competências dos meus alunos estão sendo atendidas, de acordo com os componentes curriculares estudados e com o nível em que se encontram.
P2	Sim, falta de tempo e por ser documento complexo
P3	É de fácil manuseio.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Dessa forma, ao analisar o quadro apresentado acima, torna-se evidente que as professoras P1 e P3 conseguem manusear e compreender a importância da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para fundamentar suas práticas docentes. Por outro lado, a professora P2 revela ter dificuldades em lidar com o documento, mencionando a complexidade de entendimento. Essa dificuldade pode ser justificada pela resposta anterior da mesma no **Quadro 2**, onde destaca buscar formação de maneira independente. Nesse contexto, a falta de

uma formação específica pode ser um dos motivos que contribuem para a dificuldade no manuseio do documento.

Libâneo (2013), ressalta que o professor atualmente tem que ser reflexivo, ter a capacidade de aprender e reaprender, sua prática docente constantemente, e buscando sempre formações docentes para aperfeiçoamento da sua prática pedagógica.

Além disso, a própria Base Nacional Comum Curricular destaca a importância de uma formação inicial e continuada que capacite os docentes a compreender e aplicar os princípios pedagógicos e curriculares estabelecidos no documento. Essa orientação visa assegurar a efetiva implementação do que está sendo preconizado, com o intuito de alcançar os resultados esperados (BRASIL, 2017).

Assim sendo, ao direcionar o foco para o **Quadro 4**, busca-se compreender como o município oferece a formação continuada para as docentes, visando o entendimento e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este quadro fornece percepções cruciais sobre as iniciativas e recursos disponibilizados pela gestão municipal para capacitar as professoras em relação às diretrizes da BNCC.

Quadro 04 - O seu município tem oferecido continuamente formações para os professores a respeito da Base Nacional Comum Curricular?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	No início do ano letivo foi ofertado alguns estudos. Mas, não uma formação continuada.
P2	Não
P3	Raramente

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A análise do **Quadro 04** nos permite perceber que o município não oferece formações continuadas para o desenvolvimento do currículo no contexto da BNCC. A professora P1 destaca ter realizado alguns estudos por conta própria, enquanto P2 e P3 afirmam que a oferta é rara. Isso indica uma lacuna significativa no município em relação à promoção de formações continuadas, um elemento essencial para garantir uma educação de qualidade. A ausência dessas oportunidades pode impactar diretamente na capacidade das professoras de implementar efetivamente as diretrizes da BNCC em suas práticas pedagógicas.

Nesse contexto, a formação docente (inicial e continuada) é tratada na LDBEN no Título VI – Dos profissionais da educação. O§ 1º do artigo 62 (incluído em 2009 pela Lei n. 12.056/09) versa sobre o papel da União, Distrito Federal, Estados e Municípios que, em regime

de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério

Outrossim, em muitas práticas formativas não se nota a preocupação, por parte do poder público e de outros atores responsáveis pelas ações de formação, em considerar o professor como um sujeito ativo de seu próprio desenvolvimento e suas experiências adquiridas no exercício da profissão docente, estabelecendo os saberes experienciais (TARDIF, 2014).

Assim, compreende-se que "a formação de professores é um requisito fundamental para as transformações que se fazem necessárias na educação" (BRASIL, 2002, p. 34). Esta afirmação destaca a centralidade da formação docente como um componente vital para promover as mudanças necessárias e aprimorar a qualidade do ensino.

Para Nóvoa (1992), a formação de professores é algo que se estabelece num *continuum* que começa nas escolas de formação inicial, nos primeiros anos de exercício profissional e continuam ao longo de toda a vida profissional, em práticas de formação continuada, tendo como polo de referência as escolas.

Por fim, concluindo a pesquisa, o **Quadro 5**, traz consigo, o contexto de mudança na prática pedagógica trazido pela BNCC, onde foi questionado as professoras o que a mesma trouxe de novo para sua *práxis* pedagógica.

Quadro 05 - O que a BNCC trouxe de novo para a sua prática pedagógica?

PROFESSORAS	RESPOSTAS
P1	Compreender melhor cada habilidade e competência necessária para cada etapa de ensino de meus alunos, de acordo com cada componente curricular.
P2	Práticas atualizadas
P3	Uma prática docente mais bem orientada, aproximando a realidade das comunidades escolares e sendo base para desenvolver de forma mais específicas as habilidades e competências.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O quadro 05 demonstra que a BNCC trouxe mudanças substanciais na prática pedagógica das docentes. P1 e P3 relatam que a BNCC proporcionou uma compreensão mais aprofundada do que é ensinado, detalhando habilidades e competências em cada nível, oferecendo uma orientação mais precisa para a prática docente. A professora P2 complementa, destacando que a BNCC introduziu práticas atualizadas. Esses relatos evidenciam que a BNCC trouxe mudanças significativas e promissoras para a educação, permitindo que as docentes

compreendam de maneira mais abrangente o significado e o propósito do que está sendo ensinado.

Nessa visão, trazendo como foco a BNCC nos anos iniciais do ensino fundamental, o texto traz consigo, algumas novidades, dentre elas a inserção de um maior protagonismo do aluno e também de uma inserção maior da tecnologia e novas metodologias de avaliação (BRASIL, 2017).

Ademais, é crucial ressaltar que à medida que as professoras compreendem a BNCC como um documento que aprimora as práticas educativas, a qualidade da educação oferecida tende a melhorar, refletindo diretamente no aprendizado dos alunos. Nessa perspectiva, a formação continuada se destaca como um fator chave a ser estimulado para o desenvolvimento das práticas docentes no âmbito da BNCC. À medida que os professores utilizam corretamente esse documento, compreendendo seus princípios e pressupostos, todo o cenário acadêmico se beneficia com resultados positivos.

Por fim, a proposta teórica só faz sentido se for construída dentro da profissão, se for apropriada a partir de uma reflexão do professor sobre o seu próprio trabalho (NÓVOA, 2009). Essa abordagem enfatiza a importância de integrar teoria e prática na formação docente, destacando que as propostas teóricas só ganham significado quando são aplicadas e adaptadas por meio da reflexão constante dos professores sobre suas próprias práticas educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse contexto, ressaltamos a grande importância da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como guia central das práticas educacionais nos anos iniciais do ensino fundamental. A implementação efetiva da BNCC não apenas requer uma compreensão aprofundada de seus princípios, mas também sublinha a urgência de uma formação continuada de qualidade para os professores. Nota-se que, ao alinhar a formação docente com as diretrizes da BNCC, é possível potencializar o impacto positivo dessas políticas no ambiente escolar.

A formação continuada emerge como a ponte essencial para a tradução prática e eficaz dos propósitos da BNCC no cotidiano das salas de aula. É por meio de uma formação alinhada e atualizada que os educadores podem não apenas assimilar os princípios da BNCC, mas também integrá-los de maneira consistente em suas práticas pedagógicas, promovendo uma educação mais alinhada com as demandas contemporâneas.

Sendo assim, esta pesquisa atingiu seus objetivos ao investigar as implicações desse documento na atuação das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental em

Alexandria/RN. O embasamento teórico proporcionou uma fundação robusta, mas destacaram-se algumas lacunas, especialmente em relação à necessidade premente de formação continuada para uma compreensão plena da BNCC.

As brechas identificadas incluem a carência de estudos aprofundados sobre a eficácia de programas específicos de formação continuada voltados para a BNCC, assim como a avaliação do impacto desses programas na prática pedagógica. Adicionalmente, a pesquisa abre espaço para investigações mais abrangentes sobre as experiências de implementação da BNCC em diferentes regiões e contextos educacionais.

A contribuição desta pesquisa para a sociedade reside na provisão de insights relevantes sobre a implementação da BNCC e suas implicações na prática pedagógica, informando políticas educacionais e delineando possíveis caminhos para programas de formação continuada. Para as instituições acadêmicas e os cursos de pedagogia, os resultados deste estudo podem suscitar discussões e inspirar iniciativas voltadas para a formação de professores e a integração de currículos alinhados à BNCC. No âmbito da formação acadêmica, a pesquisa oferece uma oportunidade valiosa de aplicar conhecimentos teóricos em um contexto prático, contribuindo significativamente para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos pesquisadores envolvidos.

Perspectivas futuras sugerem a necessidade de pesquisas complementares que abordem de forma mais específica a eficácia de programas de formação continuada direcionados à BNCC, bem como a exploração das experiências de implementação em diversas regiões do país. Tal abordagem proporcionaria uma visão mais abrangente dos desafios e oportunidades relacionados à implementação da BNCC em diferentes contextos educacionais, subsidiando discussões e aprimorando práticas pedagógicas em nível nacional.

REFERÊNCIAS

BORGES, W.M.S; SOARES, C.A. **Histórico da base nacional comum curricular**. São Luís: Laboro, 2023.

BRASIL. Diretrizes **curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº. 9394/96, de 23 de dezembro 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.274**, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental,

com matrícula obrigatória a partir dos 6(seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7, fev., 2006.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** 2017. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024: **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Referencial Curricular para a Educação Infantil – v.1. 3 – Conhecimento de Mundo.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Ensino Fundamental, 1998.

FULLAN, Michael (Ed.). **Teacher development and educational change.** Routledge, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAMMOND, D.L. **A importância da formação docente. Cadernos Cenpec| Nova série,** v. 4, n. 2, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança.** Educação & sociedade, v. 20, p. 239-277, 1999.

MARQUES, J. da Silva; Santos T. B. dos. A concepção de leitura na BNCC: tensionamentos e (des)orientações para os anos iniciais do Ensino Fundamental. **Trem de Letras,** v. 9, n. 2, p. e022007, 12 set. 2022.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires. **Formação e profissionalização docente. Caderno Intersaberes,** v. 9, n. 17, 2020.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

NÓVOA, António. **Imagens do futuro presente. Lisboa: educa,** 2009.

NOVÓA, Antônio. **Os professores e as histórias da sua vida.** In: NÓVOA, António. (Org) et al. Vidas de professores. Lisboa: Porto Editora, 2013.

NOVOA, Antônio. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** 1992. Disponível em: www.mauricioramonnd.com.br. Acesso em: 03 nov.2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, E.R.N.; FERNANDES, R.C de A. Trabalho pedagógico colaborativo no ensino fundamental. São Paulo, SP: Papyrus, 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C; LAHAYE, L. (1991). "**Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente**". Teoria e Educação, n. 4, p.215-233.

VEIGA, I. P. A.; SILVA, E. F. da. (orgs). **Ensino Fundamental: da LDB à BNCC. São Paulo, SP: Papyrus, 2018. Profissão docente: Novos sentidos, novas perspectivas.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

O SER MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA: DILEMAS, DESAFIOS E SUPERAÇÕES DE GRADUANDAS DA FACULDADE EVOLUÇÃO

Marcela Beatriz Freire Guerra

Taysa Kelly da Silva

Mary Carneiro de Paiva Oliveira

Migna Jucy Marques da Silva

João Filho de Queiros

RESUMO: O presente trabalho analisa os dilemas, desafios e superações enfrentados por estudantes universitárias que simultaneamente são mulheres e mães na Faculdade Evolução. A pesquisa busca compreender a experiência dessas graduandas, destacando as dificuldades encontradas ao conciliar o papel de mãe com as atividades acadêmicas, trazendo um pouco da representatividade da mulher no ensino superior, e relatando o fato que muitas têm acesso, mas nem todas conseguem permanecer, diante disso e da realidade em que a condição de gênero interfere no cotidiano das mulheres a pergunta de pesquisa discorreu sobre quais os desafios e dilemas as mães/universitárias enfrentam no ensino superior? Além do posto inicialmente, o estudo também objetivou: caracterizar o perfil das mulheres/mães que ingressaram no ensino superior da Faculdade Evolução; identificar mecanismos de superação que as mulheres universitárias utilizam ingressar e permanecer no ensino superior e apresentar reflexões de como as mulheres universitárias conciliam diversos papéis na sociedade. O trabalho consta com um referencial embasado nos autores Minayo, Gonsalves, entre outros. O estudo adota uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como pesquisa de campo. Para a coleta de dados, utilizou-se de um questionário via google forms, disponibilizado durante o período de duas semanas para todas às graduandas/mulheres/mães/ da Faculdade Evolução, onde obteve-se 35 respostas. Os resultados indicam que as participantes enfrentam uma série de desafios, como a falta de tempo para realizar as tarefas domésticas, a necessidade de suporte financeiro e a busca por creches para seus filhos durante as aulas. No entanto, as graduandas também destacam suas estratégias de superação, como o fortalecimento do vínculo com familiares e amigos, a organização rigorosa do tempo e a busca por apoio institucional, como programas de assistência estudantil.

Palavras-chave: Desafios. Estudantes Universitárias. Mulheres.

ABSTRACT: This work analyzes the dilemmas, challenges and overcomings faced by university students who are simultaneously women and mothers at Faculdade Evolucion. The research seeks to understand the experience of these undergraduate students, highlighting the difficulties encountered when reconciling the role of mother with academic activities. The results indicate that the participants face a series of challenges, such as the lack of time to carry out household tasks, the need to financial support and the search for daycare for their children during classes. Furthermore, they report emotional difficulties, such as guilt and stress, resulting from the pressure of reconciling multiple roles in society. However, the undergraduates also highlight their coping strategies, such as strengthening bonds with family and friends, rigorously organizing their time and seeking institutional support, such as student assistance programs.

Keywords: Challenges; Students; Women.

1 INTRODUÇÃO

A partir das reflexões, da participação das mulheres no meio acadêmico e do empoderamento feminino, assim como as crescentes discussões que envolvem esse tema nos últimos anos propomos neste trabalho tecer contribuições e reflexões sobre a valorização e o empoderamento feminino. A inserção das mulheres no ensino superior já é uma realidade, para tanto, existem os entraves que dificultam essa permanência. Ainda existe uma grande invisibilidade das mulheres que optam por exercer a maternidade e também se dedicar a área acadêmica, assim, as motivações para essa pesquisa surgem pelas necessidades de estudos que mostre as dificuldades, os dilemas e as superações de mães, universitárias que tanto se dedicam para conseguir conciliar a sua carreira profissional com a pessoal.

No sentido de justificativa pessoal, tem-se a vivência da própria pesquisadora, por ser mulher, mãe e ainda trabalhar fora, como tantas outras mulheres. Assim, a pesquisa apresenta uma relevância social, uma vez que surge com o interesse em dar voz a outras mulheres que vivenciam os mesmos desafios da tripla jornada, que apesar de árdua, também é gratificante. Na perspectiva de relevância científica, espera-se que a pesquisa possa contribuir com outros estudos e que amenizem a invisibilidades das mulheres, mães e universitárias.

As empresas costumam classificar essas mulheres como não aptas a assumir certas funções, pois, devido ao filho pequeno ela não irá conseguir se dedicar totalmente ao posto a assumir. Por isso, muitas das vezes as mulheres que têm filhos acabam não conseguindo se inserir no mercado de trabalho e se veem impossibilitadas de construir carreira profissional, uma vez que são condicionadas a ficarem em casa.

Em relação ao âmbito acadêmico, a situação também é recorrente, muitas mulheres-mães já se depararam com diversos desafios e opressões que precisaram ser enfrentados dia após dia, principalmente vinda daquelas pessoas que não conseguem compreender a quão complicada e exaustiva é a conciliação de todos os afazeres diários.

O ingresso no mundo acadêmico tem sido mais frequente, porém a permanência das estudantes do ensino superior é bastante atribulada e exigente, com isso acumula-se a vida pessoal com acadêmica e acaba gerando uma evasão dessas mulheres no meio estudantil.

Desse modo, este estudo trará a representatividade da mulher na educação superior e conseguinte o problema que muitas têm acesso, mas nem todas conseguem permanecer, diante a isto, e da realidade em que a condição de gênero interfere no cotidiano das mulheres, a pergunta de pesquisa, discorre sobre quais os desafios e dilemas as mães/universitárias enfrentam no ensino superior?

Diante disso, objetiva-se de modo geral analisar os desafios, dilemas e superações que as mulheres/mães/universitárias vivenciam durante o ensino superior, de modo específico a pesquisa irá: I) Caracterizar o perfil das mulheres/mães que ingressaram no ensino superior da Faculdade Evolução; II) Identificar mecanismos de superação que as mulheres universitárias utilizam ingressar e permanecer no ensino superior; III) Apresentar reflexões de como as mulheres universitárias conciliam diversos papéis na sociedade;

Vale ressaltar, que o processo da maternidade, desde a gestação acaba afastando as mulheres do convívio em sociedade, de uma forma geral. As limitações que são impostas acabam limitando a frequência das mulheres em ambientes que não sejam o seu lar, com essas dificuldades, algumas se veem obrigadas a deixar boa parte do seu futuro de lado para se dedicar integralmente a cuidar da sua casa e dos seus filhos.

Essas circunstâncias ocorrem devido aos padrões pré-estabelecidos pela sociedade de que para a mulher ainda é atribuída a “função” de organizar o lar e cuidar dos filhos. O que contribui com a discriminação acerca das mães no mercado de trabalho, extra casa.

Este artigo está distribuído em seções, iniciando com uma parte introdutória, abordando a problemática, os objetivos e justificativa da pesquisa, na sequência têm-se os procedimentos metodológicos, onde apresentamos a classificação da pesquisa, os métodos de coleta e análise de dados. Na terceira seção, o referencial teórico, espaço onde abordados o marco teórico da pesquisa, seguido dos resultados e discussões, onde aparece a análise dos dados, e por fim, as considerações finais onde retomamos os objetivos da pesquisa e apresentamos reflexões sobre o tema em estudo.

2. O SER MULHER: LUTAS, DESAFIOS E SUPERAÇÕES

Nessa seção do artigo, faremos uma breve exposição dos construtos teóricos que abordam a temática. Inicialmente dividido em dois subtópicos realizando uma exposição sobre o papel da mulher na sociedade, bem como, abordando acerca dos desafios enfrentados pelas mulheres/mães ao conciliarem a sua vida acadêmica, profissional e pessoal.

2.1 A evolução do papel da mulher na sociedade brasileira

Por muito tempo as mulheres brasileiras travaram batalhas em busca da sua inserção e visibilidade perante a sociedade, essas lutas perduraram por anos e perduram até os dias de hoje,

pois, mesmo a mulher já tendo conquistado muitas coisas, em muitas situações ela ainda continua sendo invisibilizada, principalmente quando essas mulheres se tornam mães.

No contexto histórico-brasileiro, antes da vigência do Estatuto da Mulher Casada, as mulheres não tinham capacidade plena, sendo assim representadas pelos seus maridos diante da sociedade, até mesmo quanto a guarda dos seus filhos.

Art. 326. Sendo desquite judicial, ficarão os filhos menores com o cônjuge inocente.

§1º Se ambos forem culpados, a mãe terá direito de conservar em sua companhia as filhas, enquanto menores, e os filhos até a idade de seis anos.

§2º Os filhos maiores de seis anos serão entregues à guarda do pai.

Apenas ao final dos anos 40, a mulher passou a conquistar espaços públicos, podendo assim ingressar nas universidades e ocupar cargos no mercado de trabalho, ocupando inclusive, espaços que antes eram estritamente masculinos em fábricas e empresas. Ao final dos anos 50, a participação feminina nas universidades e na vida social cresceu consideravelmente, principalmente após a promulgação da Lei n.º 4.121/65 do Estatuto da Mulher Casada que garantiu a igualdade entre homens e mulheres, abolindo assim normas discriminadoras da mulher.

Outro grande avanço nas batalhas femininas foi o surgimento da pílula anticoncepcional que influenciou no controle da natalidade e possibilitou que as mulheres decidissem se queriam, ou não, ter filhos, reduzindo assim a taxa de natalidade e trazendo mais oportunidade para aquelas que almejavam um futuro profissional. Outro aspecto favorável foi o aumento na taxa de escolaridade feminina que aumentou drasticamente, conseguindo assim ultrapassar aos homens e, em decorrência disso, conseguir papéis de destaque nos mercados de trabalho.

A inserção das mulheres nessa nova jornada foi de grande importância, pois a presença feminina foi necessária para os aspectos históricos, culturais, sociais e políticos do nosso país. A maior incidência das mulheres no mercado de trabalho se deu a partir do século XX, onde as mulheres passaram a ter papéis fundamentais, principalmente na área da educação, quando se dedicaram a lecionar desde o ensino fundamental até as pós-graduações e assim foram ganhando mais visibilidade enquanto profissionais.

Além disso, a participação das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para a independência econômica feminina, uma vez que passaram a ter o próprio sustento e não depender exclusivamente dos maridos. Isso representou uma quebra de paradigma e uma conquista importante para as mulheres, que passaram a ter mais autonomia e poder de decisão sobre suas vidas.

No entanto, é importante ressaltar que mesmo com essa maior participação no mercado de trabalho, as mulheres ainda enfrentaram e enfrentam diversas questões de desigualdade de gênero. A disparidade salarial entre homens e mulheres, por exemplo, é um problema persistente que precisa ser enfrentado e superado. Além disso, as mulheres também estão sujeitas a maiores dificuldades para ascender a cargos de liderança e enfrentam diversos desafios relacionados à dupla jornada de trabalho, conciliando as responsabilidades do trabalho remunerado com as tarefas domésticas e cuidado com a família.

É fundamental continuar promovendo a conscientização e ações que visem à eliminação dessas barreiras, para que as mulheres possam alcançar seus objetivos profissionais em igualdade de condições com seus colegas masculinos. Nesse contexto, é importante que empresas e organizações adotem políticas de inclusão e diversidade, garantindo a igualdade de oportunidades para colaboradoras em todos os níveis hierárquicos. Além disso, é fundamental promover programas de desenvolvimento profissional que incentivem o crescimento e empoderamento das mulheres no ambiente de trabalho.

2.2 As barreiras enfrentadas pelas mulheres/mães: um pouco de historicidade

Sabe-se que no início da implementação dos cursos superiores, enquanto os homens eram treinados para serem médicos, dentistas, advogados, as mulheres permaneciam em casa, como afirma Bauer (2001).

Em meados do século XIV, devido a uma grave crise econômica, a mulher foi banida do mundo do trabalho e reclusa ao lar. A subordinação feminina era quase que total. Elas foram excluídas de atividades desde tempos remotos, realizavam, como, por exemplo, a enfermagem. As universidades, instituições criadas no século XIII também foram proibidas para mulheres (BAUER, 2001, p.123)

A subordinação feminina era, de fato, quase que total, o que lamentavelmente levou à exclusão das mulheres de atividades que historicamente desempenhavam, como a enfermagem. Esse tipo de restrição impediu que as mulheres desenvolvessem e aplicassem seus talentos em uma variedade de campos profissionais. Um aspecto particularmente notável a proibição das mulheres de frequentar universidades, instituições que surgiram no século XIII.

É lamentável que o acesso à educação superior tenha sido negado às mulheres durante esse período, privando-as de oportunidades de desenvolvimento intelectual e profissional. Todavia, é relevante ressaltar que ao longo dos séculos, as mulheres têm lutado e continuam a

lutar por sua emancipação e igualdade de direitos. Seja na conquista de direitos acadêmicos, no ingresso no mundo do trabalho ou em outras áreas da vida pública, mulheres têm quebrado barreiras e demonstrado suas capacidades e talentos.

Os debates em torno dessa questão nos últimos tempos motivam a análise das barreiras formais e informais enfrentadas por essas mulheres ao equilibrarem estudos, tarefas domésticas e filhos. A entrada de mulheres no ensino superior é uma realidade, porém, a permanência se mostra desafiadora devido aos obstáculos estruturais e sociais, a discriminação persiste, com empresas estigmatizando mães como inadequadas para determinadas funções, dificultando assim o acesso ao mercado de trabalho.

A falta de visibilidade das mulheres que escolhem ser mães e acadêmicas reproduz padrões sociais que limitam a mulher ao papel de cuidadora do lar, isso resulta em uma jornada árdua, uma vez que a maternidade, muitas vezes, distancia as mulheres do convívio social, impondo-lhes limitações que as forcem a abandonar parte de seu futuro. No ambiente acadêmico, a entrada de mulheres é mais comum, mas a permanência é um desafio. (Brito; Oliveira, 2016)

Mulheres-mães enfrentam opressões diárias, muitas vezes vindas daqueles que não compreendem a complexidade de conciliar todas as responsabilidades, a evasão é uma realidade, destacando a urgente necessidade de políticas que garantam o direito dessas mulheres de concluir seus estudos.

Simone Beauvoir (1960) afirmou em sua obra que “a mulher está votada à imoralidade porque a moral consiste para ela em encarnar uma entidade inumana: a mulher forte, a mãe admirável, a mulher de bem”, segundo a autora essas são realidades impossíveis de serem alcançadas na vida real, mas mesmo assim defendida pela sociedade em geral.

A vivência da pesquisadora, mulher, mãe e trabalhadora, motiva a busca por outras mulheres que enfrentam esse desafio. O objetivo é disseminar o quanto, apesar das dificuldades, a jornada se torna gratificante.

De acordo com os estudos de Cruz; et al. (2019), as mulheres têm desempenhado um papel cada vez mais significativo no mercado de trabalho, lutando pela igualdade de oportunidades e buscando ascensão profissional.

A revolução industrial foi a grande impulsionadora para que as mulheres rompessem as barreiras que as separavam do ensino superior e do mercado de trabalho. As mulheres tiveram início nas suas atividades acadêmicas em meados de 1837, nos Estados Unidos, já no Brasil, esse feito só foi possível após a concessão de D. Pedro II no ano de 1879, quando pudera, finalmente, frequentar as universidades.

Essa visibilidade foi observada ao longo da história da educação brasileira, pois, ao decorrer do tempo as mulheres foram deixando marcas das suas participações na construção da realidade do ensino do Brasil. Uma mulher de grande renome foi Benedita da Trindade que ensinou a mais de 50 meninas sobre gramática, leitura, princípio da moral cristã, constituição política e a parte geográfica do país, tudo isso no ano de 1828 onde o tabu acerca da inserção das mulheres ainda existia.

Na década de 90 o magistério primário era a única possibilidade de profissionalização feminina em nosso país. Apesar de ser o único viés possível, foi ele quem trouxe tantas oportunidades para que as mulheres pudessem, enfim, começar a sua jornada de trabalho e com o tempo irem alcançando outros lugares no mercado.

Na educação superior, o acesso das mulheres se consolidou entre as décadas de 60/70 e trouxe conquistas femininas que se reverteram posteriormente no seu protagonismo social, conquistas inspiradas no feminismo importado dos Estados Unidos.

[...] a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade -o poder patriarcal-, ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do tempo, o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre a direita e a esquerda, não se tem razão muito presente na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de 1970. (PINTO,2003, p.48).

Ao contrário da política, que muitas vezes é afetada pela tendência de aderir a uma ideologia específica, a questão feminista engloba uma amplitude de alianças e parcerias, permitindo uma diversidade de vozes e perspectivas. Nesse sentido, a questão feminista desafia a dicotomia típica do cenário político brasileiro dos primeiros anos da década de 1970.

É importante ressaltar que, apesar de a questão feminista ter uma raiz política, seu escopo vai além disso. Ela se relaciona com a busca por igualdade de gênero, luta contra a opressão e busca por direitos básicos há muito tempo negados às mulheres. A questão feminista transcende o espectro político convencional e se torna um tema que pode ser abraçado por pessoas de diferentes orientações políticas, assim, é nítido a afirmação de que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois desafia as estruturas patriarcais tradicionais da sociedade.

Além disso, sua natureza aberta permite uma ampla gama de alianças e parcerias, indo além da tradicional polarização política entre direita e esquerda, muito presente na sociedade brasileira dos anos 1970.

Portanto, o ensino superior representa uma melhor qualificação tendo em vista as exigências do mercado de trabalho atual, pois as mulheres conseguiram ampliar suas possibilidades pessoais e profissionais através do mercado capitalista, tendo em vista que a atual sociedade presencia um grande avanço tecnológico e científico que possibilita cada vez mais a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho.

Além disso, o ensino superior proporciona às mulheres a oportunidade de adquirir conhecimentos específicos em suas áreas de interesse, o que as torna mais competitivas no mercado de trabalho. As mulheres têm mostrado sua capacidade e talento em diversas áreas, desafiando estereótipos de gênero e ocupando posições de destaque em empresas e instituições.

Loureiro (2012), em seu estudo, concluiu que fica evidente que o grau de qualificação dessas mulheres tem relação com a sua ascensão a cargos executivos. Percebe-se que a educação superior aparece como um meio de adquirir independência, subsistência, autodesenvolvimento, ascensão social e, além disso, a busca de reconhecimento social (LAZARI, 1993 apud RASCHE, 1998).

Ressaltamos ainda, que apenas abrir as portas da educação superior para as mulheres, sem a preocupação sobre as condições de permanência, não é o bastante para assegurar igualdade de oportunidades para a carreira daquelas que se tornam mães (GOMES, 2020).

Essa informação anterior pode ser comprovada ao analisarmos os dados do Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho, que com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, em 2019, o município de Pau dos Ferros, tinha a remuneração média para homens de R\$ 1,8 mil enquanto para mulheres, o valor era em média R\$ 1,6 mil. A disparidade é ainda maior quando comparamos a remuneração média para mulheres em cargo de direção, sendo estas com uma média de R\$ 1,5 mil, enquanto homens recebiam R\$ 1,8 mil.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção do artigo temos a classificação e natureza da pesquisa, descrevemos de forma detalhada o percurso metodológico necessário para o estudo, assim como apresentamos o instrumento de coleta e análise de dados, e pôr fim a caracterização do lócus da pesquisa.

3.1 Classificação e natureza da pesquisa

A escrita de um trabalho científico perpassa pela necessidade de uma metodologia coerente, que dialogue com os objetivos propostos, além de ser uma atividade básica da ciência, para Minayo (2010), é “a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (MINAYO.2010, p. 16).

Sendo assim, o presente estudo é de caráter bibliográfico, pois

Por ser basilar na formação educacional de qualquer indivíduo, a pesquisa bibliográfica deve se rotinizar tanto na vida profissional de professores e de pesquisadores, quanto na de estudantes. Essa rotinização se faz necessária pois esse conjunto amplo de indivíduos possui o interesse de conhecer as mais variadas, plurais e distintas contribuições científicas disponíveis sobre um determinado tema. É a pesquisa bibliográfica que oferece o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final (FONTANA, 2018, p. 66).

A pesquisa bibliográfica se baseia na análise de livros, artigos científicos, teses e dissertações que abordem o tema da conciliação da maternidade com a vida acadêmica. Foram consultadas bases de dados como o Scielo, Google Acadêmico e bibliotecas digitais de instituições de ensino superior. A revisão da literatura permitiu uma compreensão aprofundada do assunto, identificando os principais conceitos e debates que envolvem essa temática. Além disso, possibilitou a identificação de lacunas de conhecimento que este estudo poderá sanar.

A pesquisa também se configura como pesquisa de campo, uma vez que trará uma aproximação com as histórias e narrativas de cada mulher abordada, fazendo com que cada particularidade de resposta seja analisada de forma específica. Segundo Gonsalves (2001, p. 67), A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada.

Desse modo, a pesquisa de campo foi realizada por meio de questionários estruturados, com perguntas abertas e fechadas, aplicados via pelo google forms às alunas da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar – FACEP que são mães. Como mecanismo de mobilização das sujeitas da pesquisa, as estudantes foram convidadas pessoalmente para participarem da pesquisa, além de envio do link e qrcod em grupos de whatsapp.

O estudo trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativa, baseada no método indutivo para que se possa compreender os dilemas existentes na conciliação entre trabalho, casa e vida acadêmica das mulheres que estudam nessa instituição. A pesquisa qualitativa “trabalha com o

universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010, p. 21).

A pesquisa também é de caráter exploratório, uma vez que

Segundo Gil (2002, p.41) pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas. O mesmo autor (p. 42), ressalta que o estudo descritivo tem como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Através da pesquisa exploratória, é possível obter explicação dos fenômenos que inicialmente não eram aceitos pelos demais pesquisadores, mesmo com as evidências apresentadas, além de descobrir novos fenômenos e formular novas ideias e hipóteses. O método utilizado na pesquisa exploratória envolve além do levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tenham domínio do assunto estudado, pesquisas de campo e análise de outros exemplos que estimulem a compreensão do tema.

3.2 Contextualização geográfica e econômica do local da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP, a referida faculdade possui sede própria na cidade de Pau dos Ferros/RN, um município do interior do estado do Rio Grande do Norte, distante 392 quilômetros da capital do estado, Natal. Essa cidade foi fundada no dia 04 de setembro do ano de 1856 ocupa uma área de 259,959,00 km² com a população estimada em 30.479 pessoas, de acordo com o censo do ano de 2022 do IBGE.

A densidade demográfica é de 117,25 habitante por quilômetro quadrado. Ainda segundo o IBGE a taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos de idade é de 95,5% (2010) em relação a matrículas o município em 3.880 matrículas no ensino fundamental e 1.843 matrículas no ensino médio contabilizando um total de 25 escolas de ensino fundamental e 6 escolas de ensino médio.

A cidade de Pau dos Ferros vem se tornando destaque no quesito ensino superior, nos últimos anos, a cidade se tornou um polo educacional, tendo campus da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, uma sede da Faculdade Alto Oeste Potiguar – FACEP e também vários outros polos de faculdades como Universidade Potiguar (UNP) Anhanguera e Estácio. Apesar de ser uma

cidade de interior, a ampliação de um ensino superior de qualidade trouxe muita visibilidade para esse município fazendo com que ele crescesse muito através da educação superior.

Além deste município, a pesquisa se estendeu a outros municípios do Alto Oeste Potiguar, locais onde a FACEP tem polos, a saber os municípios que possuem turmas de graduação, são: São Miguel, Coronel João Pessoa, Apodi e Martins. Desse modo, graduandas das diferentes cidades tiveram a oportunidade de contribuir com a pesquisa, o que foi possível pelo auxílio de redes sociais para envio do link do questionário.

3.3 Instrumentos de coletas de dados, universo e amostra

Na realização da pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário enviado de forma on-line para que as mulheres, mães e universitárias pudessem responder. O questionário contou com três seções, onde na primeira tinha a identificação do respondente com questões relacionadas a caracterização que incluía faixa etária de idade, estado civil, entre outras. Na segunda questões relacionadas a formação (período, curso) e por fim, questões relacionadas aos objetivos da pesquisa, a fim de compreender os dilemas, desafios e superações enfrentados pelas respondentes da pesquisa.

A pesquisa se restringiu às alunas da FACEP, sejam elas estudantes da sede ou dos seus polos. A Facep que como dito anteriormente se localiza na cidade de Pau dos Ferros e possui polos em cidades circunvizinhas. A mesma é de caráter privado e oferece cinco cursos de graduação presencial, sendo eles: pedagogia, no qual é o curso que a pesquisadora está cursando atualmente. Direito, Psicologia, Administração e Enfermagem. A FACEP, também oferta os cursos de Administração, Pedagogia e Ciências Contábeis na modalidade Educação a Distância.

Durante a coleta de dados, houve uma mobilização nas salas de aula das turmas da sede, bem como a disseminação da pesquisa nos grupos de WhatsApp dos polos, além disso o formulário ficou disponível pelo período de duas semanas e foi aplicado a alunas de todos os períodos, obtendo um total de 35 (trinta e cinco) respostas, assim teve-se a oportunidade de comparar as respostas daquelas que estão ingressando, bem como as concluintes.

3.4 Apresentação, interpretação e análise de dados

Considerando os objetivos propostos nesse trabalho, após a coleta, os dados obtidos foram analisados e interpretados buscando identificar os principais desafios, dilemas e superações enfrentados pelas mães estudantes da FACEP. As informações foram tabuladas e

organizadas em gráficos e tabelas, para facilitar a visualização dos resultados. Foram adotados métodos estatísticos para verificar possíveis relações entre as variáveis estudadas, especialmente nas perguntas de múltipla escolha do questionário, bem como a análise de conteúdo, nas perguntas abertas, na tentativa de construir um certo conhecimento a partir da análise dos relatos das participantes.

Inicialmente, faz-se a caracterização e descrição acadêmica das participantes. Em seguida, apresenta-se os apontamentos sobre os objetivos da pesquisa, vivências e demandas que se deparam durante a vida acadêmica, pessoal e profissional.

O questionário, aplicado via Google forms, foi composto de 26 questões: 24 fechadas e 2 abertas. A título de informação, ao longo da análise, as participantes serão identificadas por sigla formada pela letra 'M' e por um número equivalente à ordem das respostas, por exemplo, M1, M2, e assim por diante. Ressaltamos que essa escolha se deu pelo fato de ser a inicial tanto para mulher como para mãe, características predominantes das respondentes da pesquisa.

4 MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA: DILEMAS, DESAFIOS E SUPERAÇÕES NAS VOZES DAS RESPONDENTES DA PESQUISA

Nesta seção do trabalho, apresentamos a análise dos dados da pesquisa, organizada em subtópicos, primeiro temos a caracterização das respondentes e na sequência apresentamos os dilemas, desafios e superações das universitárias/mães sujeitas da pesquisa.

4.1 Caracterização e descrição acadêmica das participantes da pesquisa

As informações descritas neste tópico foram destacadas com base nas 35 mães/estudantes que aceitaram responder o questionário e assim fazer parte da pesquisa. O público-alvo, como já mencionado e apontado como uma das primeiras perguntas, enquadra-se no quesito de mulheres que são mães e acadêmicas da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - Facep.

Na tentativa de caracterizar o perfil das universitárias, foram elaboradas quatro perguntas incluindo: faixa etária, estado civil, município e estado em que reside, curso que está vinculada, semestre que está cursando e se mora na mesma cidade em que cursa a faculdade.

A partir das respostas, notou-se que a maior parte das participantes, 46%, (16 pessoas) encontram-se entre 25 e 34 anos, seguido das que estão entre 18 e 24 anos, 26%, (9 pessoas), 35 e 44 anos, 14,3%, (8 pessoas) e apenas 5% (2 pessoas) na faixa etária de 45 anos ou mais.

Quanto ao estado civil, a maioria se encontra solteira, sendo 40% do total, o que equivale a 14 respondentes. Assinalaram como sendo casada (37%), o que equivale 13 respondentes.

Além de 20% (7 pessoas) em união estável e 3% (1 pessoa) que destacou a opção “Outro”, o que se supõe que podem ser divorciadas ou viúvas. Os gráficos 1 e 2 ilustram esses dados:

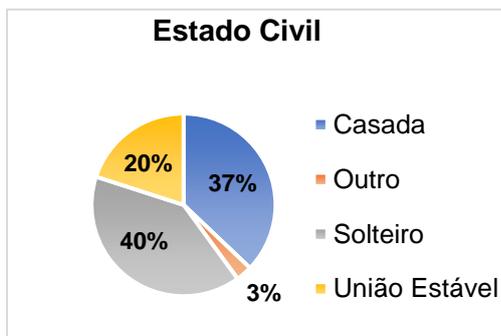
Gráfico 1 – Faixa etária das mães/ estudantes da FACEP

Fonte: Dados da pesquisa (2023)



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Gráfico 2 – Estado civil das mães/ estudantes da FACEP



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Numa reportagem feita por Isabella Menon (Folha de São Paulo, 2023), com base na Pesquisa Data folha, apontou-se que mais da metade das mães do país, 55% do todo, são solteiras, viúvas ou divorciadas. Além disso, no tocante ao acesso à educação, a probabilidade de uma mulher que não tenha filho ter completado o ensino superior é 112% maior do que entre as mães de crianças pequenas. E mais, dentre as mães solteiras com filhos de até 17 anos, apenas 17% completaram o ensino superior. Isso evidencia, e corrobora com as informações nos gráficos 1 e 2, que só o fato das alunas da FACEP serem mães e em sua grande parte solteiras já enfrentam desafios em relação a sua permanência na universidade, por diversos fatores ligados à maternidade solo.

Por sua vez, a porcentagem das mães casadas de 37% (12 participantes) também é bastante significativa, e estudar, nesse caso, implica um obstáculo ainda maior. Em outras palavras, as mulheres mães, casadas e estudantes vivem uma jornada tripla, sendo essa cansativa na tentativa de conciliar a formação superior com os cuidados da casa e dos filhos.

Esse contexto, como afirma Aguiar *et al.* (2019, p.166), exige mudanças imperativas nos diferentes espaços em que essas mulheres se inserem, transformações que forneçam

“condições igualitárias de ingresso, permanência e atuação a elas”. Essas mulheres são uma realidade cada dia mais frequente, e crescente, na universidade, portanto, mudanças são necessárias.

Dando continuidade, no tocante ao município e ao estado de residência das participantes, a maioria delas, equivalente a 26% (9 participantes), reside na cidade de Pau dos Ferros/RN, que também é a sede da FACEP. A Tabela 1 ilustra as diversas cidades elencadas.

Tabela 1 – Cidades de residência das mães/estudantes da FACEP

CIDADE	(%)
Pau dos Ferros-RN	26%
Alexandria-RN	11%
São Miguel-RN	11%
Itaú-RN	6%
Marcelino Vieira-RN	6%
Água Nova-RN	3%
Encanto-RN	3%
Francisco Dantas-RN	3%
Iracema-CE	3%
José da Penha-RN	3%
Luís Gomes-RN	3%
Major Sales -RN	3%
Martins-RN	3%
Pereiro-CE	3%
Rafael Fernandes-RN	3%
Riacho de Santana-RN	3%
Tabuleiro Grande-RN	3%
Tenente Ananias-RN	3%
Venha-Ver-RN	3%
TOTAL	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Observa-se que, na totalidade, 74% (26 participantes) das mães/estudantes residem em cidades circunvizinhas a Pau dos Ferros, sendo algumas de outro estado, e um pouco mais distantes, como é o caso de Iracema e Pereiro, ambas do Ceará. Logo, as participantes moram em localidades de dois estados: 94% (33 participantes) do Rio Grande do Norte e 6% (2 participantes) do Ceará.

Comparando esses dados com as respostas obtidas na questão sobre residir ou não na mesma cidade em que cursa a faculdade, percebe-se outro agravante na situação das mães estudantes, uma vez que elas têm que se deslocar até outro município para poder estudar, como revelado no Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Total de mães/estudantes que residem ou não na mesma cidade que a FACEP



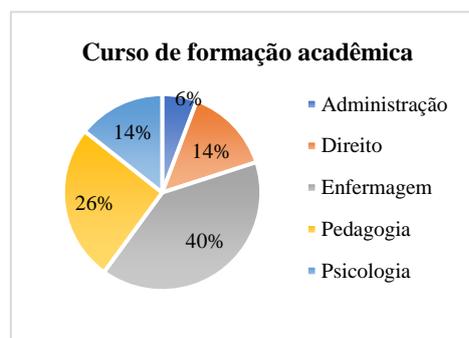
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Como dito anteriormente, além de Pau dos Ferros, a Faculdade Evolução possui polos em de São Miguel, Coronel João Pessoa, Apodi e Martins, todas do RN. No entanto, mesmo com isso, o Gráfico 3 mostra que o maior número de mães estudantes, o percentual de 66%, (23 respondentes) não moram no mesmo local que estudam e precisam se deslocar para outra cidade, o que demanda mais tempo, em virtude da distância entre os municípios, e também, por vezes, dinheiro para transporte, pois em algumas cidades o mesmo não é gratuito. Somado a isso, tem a parcela do curso haja vista que se trata de uma universidade privada. Ainda assim, e com suas jornadas extras, essas mulheres encontram vontade e persistem em busca de qualificação profissional.

Para finalizar este tópico, e como critério de relevância para esta pesquisa, questionou-se sobre o curso de formação e o período que as mães estudantes estão matriculadas.

Os dados acerca desses dois pontos estão expostos nos gráficos 4 e 5.

Gráfico 4 – Cursos que as mães/estudantes da FACEP estão vinculadas



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

De acordo com o Gráfico 4, os cursos mais frequentados pelas mães estudantes são Enfermagem, com 40% (14 respondentes), e Pedagogia, com 26% (9 respondentes). Esses dados mostram, como afirmam Silva e Agapito (2021, p.138), “o fenômeno da ‘guetização’ de carreiras postas socialmente como ‘femininas’”. Ou seja, infelizmente, ainda há uma estigmatização machista dessas profissões. A sociedade vê a enfermagem como a profissão “do cuidado” e, historicamente, é uma área composta e desempenhada por mulheres.

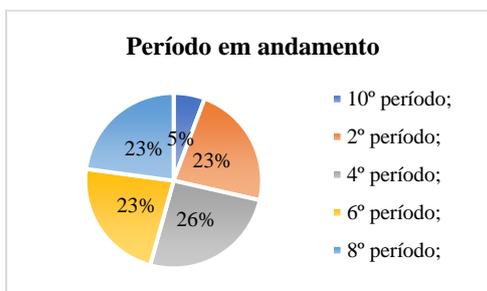
Por sua vez, a Pedagogia é um curso de formação de professores, cuja profissão é geralmente ocupada por mulheres, porém, ao contrário do que se pensa, a formação em Pedagogia permite ao profissional atuar em diversos campos no mercado de trabalho, seja nos espaços escolares ou não escolares.

No Brasil, segundo pesquisas do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen, 2015) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2015), as profissionais mulheres representam 85% da força de trabalho da área no país. Salienta-se que a profissão se destacou no combate durante a pandemia e trouxe protagonismo para a enfermagem e para as mulheres que a constituem.

Na sequência, em terceiro lugar, nota-se um empate entre os cursos de Psicologia e Direito, com 14% (5 respondentes), além de Administração, com 6% (2 respondentes). Um ponto observado é que esses dois últimos cursos eram setores majoritariamente frequentados pelo sexo masculino. Todavia, atualmente, mesmo ainda sendo menos que os homens, o percentual de administradoras vem crescendo gradativamente, com aumento de 62% nos últimos anos (Conselho Federal de Administração, 2020).

As mulheres no Direito também estão aumentando, inclusive, em pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2020), elas são a maioria nos cursos de graduação da área no Brasil.

Gráfico 5 – Período que as mães/estudantes da FACEP estão cursando



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Partindo para a análise do período em que as participantes estão cursando (Gráfico 5), verifica-se que: 26% (9 respondentes) está no 4º período, os 2º, 6º e 8º períodos dividem a porcentagem de 23% (8 respondentes), e 5% (1 respondente) está cursando o 10º período. Constata-se, pois, que, mesmo com os desafios enfrentados, essas mães estudantes se mantêm firmes nos estudos visto que a maioria já está entre a metade o final do curso, a propósito, algumas já estão concluindo se considerarmos que a duração dos cursos é entre 8 e 10 períodos.

Diante do exposto, é possível enxergar que a mulher e mãe já conseguiu adentrar no espaço universitário, aliás em diversos ramos que só homens predominavam. Contudo, ainda

existem dificuldades, dilemas e as superações que precisam de visibilidade para a permanência desse grupo no meio acadêmico

4.2 Desafios, dilemas e superações das mães/universitárias da FACEP

Neste tópico, com base nas respostas das participantes da pesquisa, apresenta-se os principais desafios, dilemas e superações das vivências e demandas que as mães estudantes da FACEP se deparam ou depararam durante a vida pessoal, profissional e acadêmica.

Conforme os dados, mais da metade das participantes informaram ter apenas 1 filho(a), somando 66% (23 respondentes); seguido de 2 filhos, 23% (8 respondentes); de 3, com 8% (2 respondentes); e por último, 4 ou mais filhos(as), total de 3% (1 respondente). Além disso, muitas delas, moram em casas com 5 ou mais pessoas, cerca de 28% (10 respondentes) do total; enquanto que 26% (9 respondentes) convive com até 4 pessoas, outras 26% (9 respondentes) com 3 pessoas, e 20% (7 respondentes) com 2 pessoas em casa. Tendo em conta esse total de gente por residência e ser responsável direta por alguém, por ser mãe, a grande maioria dessas mulheres precisam trabalhar, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Percentual das mães/estudantes da FACEP que trabalham



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Como observado no Gráfico 6, 80% das estudantes precisam sair de casa para exercer alguma atividade remunerada e ajudar nas despesas mensais, e 20% delas não têm essa necessidade. Isso evidencia que muitas dessas mulheres, ademais de estudar, também são responsáveis financeiramente pelos seus domicílios e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento desse número de mulheres, chegando ao total de 34,4 milhões em 2020 (Barbosa e Phelipe, 2020). Mesmo assim, essas mulheres enfrentam mais esse desafio: a sobrecarga por ter que trabalhar, cuidar dos filhos e estudar.

Sair de casa para essas mães, seja para trabalhar ou estudar, demanda alguém para ficar com os filhos, a depender da idade ou de outra condição. Inclusive, algumas delas afirmam que ter uma rede de apoio é uma forma de superar as dificuldades da jornada, como é o caso das mães estudantes M5 e M27: “Uma rede de apoio é fundamental” (M5, 2023; M20 – “As

superações são conseguir alguém para cuidar do seu filho (...); “Acredito que ter uma rede apoio é um fator importante (...)” (M27, 2023). Quanto a isso, ter alguém para deixar os filhos e ir trabalhar, 81% (28 respondentes) das participantes afirmaram que sim, enquanto 19% (7 participantes) responderam que não.

Sobre o tipo vínculo empregatício das participantes, a Tabela 2 aponta as principais informações.

Tabela 2 – Tipo de vínculo empregatício das mães/estudantes da FACEP

TIPO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO	QUANTIDADE	(%)
Servidor público municipal	9	26%
Funcionária em empresa privada	8	23%
Não exerce atividade profissional	6	17%
Profissional autônoma	5	14%
Cargo em comissão ou seletivo	5	14%
Outros	2	6%
TOTAL	35	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

De acordo com a Tabela 2, percebe-se que 26% das mães trabalham no setor público municipal e 23% são funcionárias em empresa privada; 14% delas são profissionais autônomas, bem como cargos em comissão ou seletivo; e 6% desempenham outro tipo de atividade. Esses dados chamam atenção, pois do universo de 35 respondentes, tem-se 28 universitárias quem afirmam exercer atividade remunerada, destas: 9 atuam em empresa privada; 8 atuam no setor público municipal, 5 atuam como profissional autônomas; 5 atuam como cargo em comissão ou seletivo; e 2 assinalaram exercer outro tipo de atividade. O quantitativo desta questão, diverge na questão anterior (Gráfico 6), em que 28 afirmaram realizar alguma atividade remunerada e, nesta questão, 29 assinalaram opção de vínculo.

Outro ponto que merece destaque, por ser mais uma dificuldade em relação a ter quer que trabalhar, é a jornada de trabalho. 48% (17 respondentes) das participantes disseram exercer uma carga-horária de até 40h semanais, 31% (11 respondentes) trabalham mais de 40h semanais, 11% (4 respondentes) tem até 20h semanais e, por fim, 10% (3 respondentes) exercem até 30h semanais. Ou seja, um tempo significativo em que essas mulheres, mães e estudantes têm que “abdicar” em cuidar dos filhos ou estudar. Somado a isso, a maioria, 88% (31 participantes), afirmou que sim quando questionadas se também são responsáveis pelos serviços domésticos, tais como lavar, passar, cozinhar e limpar.

Tudo isso só confirma o que Lima e Silva (2020) apontaram em sua pesquisa acerca dos desafios e perspectivas das mulheres universitárias no mercado de trabalho.

As autoras disseram que essas jornadas duplas, triplas, ou até maiores, é algo frequente, banalizado e compartilhado pelas mulheres costumeiramente. Todas essas conquistas, como

trabalhar e cursar uma faculdade, vão sendo adicionadas ao cotidiano da mulher sem que lhe seja subtraída qualquer outra atribuição que ela já desempenhasse como sendo obrigatória, logicamente herança de uma sociedade completamente machista.

Em meio a tantas demandas, e como já dito e confirmado pelas participantes em suas falas, ter alguém ou um núcleo de apoio é fundamental para superar alguns desses entraves e sobrecargas. A respeito disso, a Tabela 3 mostra como é formada a rede de apoio para com os cuidados com a(as) criança(as).

Tabela 3 – Rede de apoio das mães/estudantes da FACEP

REDE DE APOIO	QUANTIDADE	(%)
Avós	13	37%
Familiares	13	37%
Com o pai dele(a)	5	14%
Instituição de ensino pública	2	6%
Instituição de ensino em que estou matriculada	1	3%
Instituição particular	1	3%
TOTAL	35	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Como visto, com o mesmo percentual de 37%, os avós e os familiares são os principais grupos que ficam responsáveis pelos filhos das participantes quando necessário; o que faz sentido já que a maioria das mães, 40%, são solteiras. Na sequência, nota-se que apenas 14% deixam aos cuidados dos próprios pais, ou seja, um percentual baixo quando comparado com a quantidade de mães casadas que chega à 37%. Isso nos faz pensar, ou mesmo supor, uma falta de apoio dos maridos dessas mulheres e dos próprios pais das crianças das demais mães solteiras.

Uma fala de uma das participantes chamou atenção em relação a isso: “Não tive apoio do meu esposo, ele querer foi o mais difícil e depois veio a gravidez, mas graças a Deus está tudo dando certo agora ele me apoia e minha família dá muito suporte (M19, dados da pesquisa, 2023). No trecho destacado, a participante relata sobre essa falta de apoio, especialmente para o ingresso na universidade, confirmando, lastimavelmente, que noções machistas ainda se perpetuam hoje.

Além do mais, na celebração do Dia dos Pais desse ano, o Correio Brasiliense (2023) publicou uma matéria discutindo sobre a participação da figura paterna na vida das famílias brasileiras. O jornal afirmou, conforme dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), que, nos últimos cinco anos, por dia, 470 crianças são registradas sem o nome do pai na certidão de nascimento aqui no Brasil.

Mesmo com isso, observa-se que a maioria das participantes contam com uma rede de apoio, sendo algo fundamental para a sua manutenção na universidade. O restante das

respondentes declarou deixar seus filhos em instituições de ensino público (6%); 3% em instituições privadas e a mesma quantidade leva o filho para a instituição que está matriculada. Esse é um fator positivo, pois, quando indagadas se já precisaram trancar ou suspender a matrícula em algum momento por causa da maternidade, 77% (27 respondentes) das mulheres responderam que não e 23% (8 respondentes) afirmaram que sim. Entretanto, 60% (21 respondentes) já considerou, em algum momento, abandonar a graduação devido problemas decorrentes da maternidade, quando 40% (14 respondentes) afirmou que não.

A maternidade, todavia, também se tornou um dos principais motivos de superação dessas mães para continuarem com os estudos, como pode ser constatado nos depoimentos a seguir: “O meu combustível é olhar e querer proporcionar um futuro melhor para minha filha” (M10, 2023); “Ser mãe me motivou a continuar a árdua caminhada na faculdade” (M14, 2023); “O mesmo motivo que me desafia todos os dias é pelo qual eu luto por um futuro melhor: nós duas” (M16, 2023); “Meu filho é o meu combustível, é por ele que luto todos os dias é por ele que quero se tornar cada vez melhor” (M18, 2023); “Das muitas funções de mulher ser mãe me impulsionar a conquistar meus objetivos” (M26, 2023); “Mesmo diante das dificuldades em conciliar tudo, é pelos filhos que surge a força necessária para continuar” (M28, 2023). Verifica-se que o “combustível”, isto é, o que move essas mães é a possibilidade de um futuro melhor para seus filhos através dos estudos.

Quanto ao fato de estar grávida ou ter que levar a criança ao ambiente universitário, já que algumas afirmaram também não ter com quem deixar, 86% das mães confirmaram que não houve nenhum tipo de situação em que se sentiram constrangidas por parte dos professores, servidores e técnico administrativos. Isso se confirma, dado que praticamente nenhuma mãe, em seus relatos, citaram a universidade ou comunidade acadêmica como uma dificuldade propriamente dita. Contudo, 14% destacaram que já tinham passado por algum episódio em que ficaram desconfortáveis com algo. A participante M17, particularmente, elencou as palavras “desafiador, constrangedor e complicado” ao resumir os desafios/dilemas enfrentados por ela enquanto mulher, mãe e universitária. Inclusive, essa mesma participante marcou sim para o fato de ter passado por situação constrangedora na universidade.

Para Aguiar *et al.* (2019), esse relato desencadeia, algumas questões para serem analisadas. Uma delas está ligada ao fato de que, mesmo com o discurso de universidade inclusiva, muitas temáticas ainda demoram a ser vistas enquanto parte do ambiente acadêmico, sendo a maternidade e a presença de filhos nesses locais umas delas. Outro ponto destacado pelas autoras está ligado ao incômodo que a presença dessas crianças desperta nos professores e colegas. Sobre isso, os dados da pesquisa mostraram que 74,3% das mães disseram haver

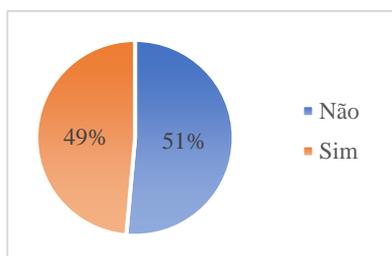
compreensão por parte de alunos, professores e funcionários da FACEP, já 25,7% frisaram que não.

Sabe-se que, normalmente, a sala de aula de uma universidade não é um espaço adequado para as crianças, especialmente se forem pequenas e inquietas, mesmo que os professores e os alunos sejam receptivos. Em sua pesquisa acerca disso, Aguiar *et al.* (2019, p.168) salientam que, no geral,

(...) discentes e professores/as afirmam que, por mais que todos/as acolham essas mães, a presença das crianças dentro da sala acaba atrapalhando a concentração da turma e da própria mãe, uma vez que não há um aproveitamento das atividades pedagógicas devido às frequentes interrupções que acontecem, prejudicando a aluna e também a classe.

Essa fala, nos remete a outro questionamento feito às participantes, no caso, se elas consideram que a FACEP oferece condições de infraestrutura e/ou de acolhimento, para que as alunas que tiveram filho permaneçam e concluam seus cursos. As respostas estão no Gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 – As condições de infraestruturas e/ou de acolhimento da FACEP são adequadas?



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Observa-se, no Gráfico 7, que a maior parte, 51%, responderam que não consideram as condições de infraestrutura e acolhimento para as mães adequadas, e 49% atestaram que sim. Mesmo os dados demonstrando um certo equilíbrio, a pesquisadora, enquanto mãe e aluna da instituição, salienta que a universidade não dispõe de um local adequado para recebê-las, juntamente com os seus filhos, mesmo considerando as porcentagens favoráveis em relação à receptividade da comunidade acadêmica.

O que se está frisando aqui é que se na faculdade houvesse lugares apropriados para acolher os filhos das alunas mães muitos desses entraves expostos anteriormente poderiam ser atenuados: as aulas não seriam atrapalhadas e as mães estudantes e demais alunos não seriam distraídos pela presença da criança em sala. Após a conclusão da pesquisa, a faculdade inaugurou uma sala de amamentação e suporte as mães. A propósito, em uma reportagem que saiu no site Terra.com, Caroline Nunes (2023) ressalta que algumas universidades já

disponibilizam polos de cuidado infantil, para que as estudantes possam levar seus filhos à academia, como é o caso da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sobre presenciar algum episódio de violência de discriminação contra a mulher na FACEP, 91,8% das participantes apontaram que não e 8,6% delas destacaram que sim. Ainda que baixa, nesse caso especificamente, a violência contra a mulher é algo recorrente em muitos ambientes, infelizmente. A universidade, particularmente, tem que garantir a igualdade entre os sexos para se desenvolvam e progridam cada vez mais.

Outra pergunta feita às respondentes foi se acreditavam que ser mãe impactou de alguma forma no currículo enquanto futura profissional da área que estuda. Das respostas, 74,3% (26 respondentes) foram afirmativas e 25,7% (8 respondentes) foram negativas. É fato que muitas mulheres que trabalham, estudam e são mães não conseguem participar das diversas atividades acadêmicas com frequência, o que pode ser observado nas falas das mães estudantes M8 e M11: “Faltar aula ou atividade extracurricular por não ter algum familiar disponível para ficar com o meu filho” (M8, 2023); “Tempo reduzido, só estudo para as provas quando eles estão dormindo, gostaria muito de estagiar, mas estou perdendo as oportunidades, isso me deixa triste (...)” (M11, 2023).

O mais nítido nestas falas é que essas mães têm dificuldades em conciliar suas atividades na universidade e ajustar suas várias obrigações dentro e fora dela, por diversos motivos já ditos aqui, assumindo, assim, funções que excedem suas capacidades. Não lhes sobra muito tempo para participar de atividades acadêmicas extra aula, estágios, cursos ou eventos científicos.

A falta dessas vivências acaba, de certa forma, comprometendo a formação profissional plena dessas mães. Isso também pode refletir, por exemplo, no fato delas terem encontrado dificuldades para conseguir emprego devido os filhos. Os dados da pesquisa a esse respeito apontaram que: 57,1% (20 respondentes) destacou que teve problemas em encontrar emprego e 42,9% (17 respondentes) relatou que não. É claro que, mesmo com os avanços, a quantidade de mulheres no mercado de trabalho ainda é 20% (7 respondentes) inferior que a dos homens, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE), no ano de 2022. Dado que se torna mais significativo quando se remete a mães com filhos. É necessário frisar que a sociedade brasileira tem uma desigualdade gritante em diferentes espaços, em especial para mulheres e mães, seja no meio político, econômico e outros.

De fato, são muitos os desafios, demandas e limitações vivenciadas por mulheres que são, simultaneamente, estudantes, trabalhadoras, donas de casa e mães. Nesse sentido, numa

tentativa de identificar e resumir esses principais entraves, solicitou-se que as participantes, em até três palavras, falassem sobre os dilemas e desafios que enfrentam em suas jornadas diárias. Das respostas obtidas, uma das mais recorrentes foi a falta de “tempo”, especialmente para estudar, como pontua as participantes M9 - “Tempo para estudar”; e M11 - “Falta de tempo para estudar” (Dados da pesquisa, 2023).

Além disso, nas perguntas 25 e 26, um número expressivo de participantes relata dificuldades em “conciliar” todas as “muitas funções”, bem como a “sobrecarga” e o “cansaço”, físico e mental, que a vida corrida traz. Ademais, foram citadas as questões do “financeiro”, por isso a necessidade de sair pra trabalhar, e da “culpa”, em “ter que sair de casa e ficar longe da minha filha” (M25, 2023), dando “pouca atenção ao filho” (M19, 2023). Ou seja, quando optam por sair e estudar, sendo trabalhadoras e mães, é preciso conviver com esse sentimento de culpa.

No geral, as respostas foram bem parecidas haja vista que a maioria dessas mães passam pelos mesmos dilemas sobre qual dessas funções deve ser sacrificada ou ficar desfalcada ao longo do dia. Volta-se, assim, aos dados apresentados anteriormente: a maior parte das participantes, 40%, são solteiras; 66% não mora na mesma cidade em que cursa a faculdade; 80% precisam trabalhar; mesmo em menor quantidade, 19% não tem com quem deixar o(os) filho(os); 79% trabalham 40 horas semanais ou mais que isso; e 88% ainda tem que cuidar dos afazeres domésticos. Nesse contexto, fica difícil atender com qualidade todas as demandas do ensino superior.

No entanto, mesmo que tudo isso seja, de fato, “cansativo”, “desafiador” e “complicado”, revela também os principais anseios, motivações e superações que essas mães estudantes vivenciam. A maioria delas perseveram, tem fé e buscam um futuro melhor, enfrentando as dificuldades como algo passageiro, como visto no depoimento da participante M8:

Nós que somos mulheres, mães e universitárias já somos por si um exemplo de superação, afinal, não é tão fácil conciliar uma coisa com a outra. Temos que ter muita força e determinação para deixar nossos filhos em casa com outros familiares enquanto estamos indo em busca de um futuro melhor não só pra um bem próprio, e sim familiar. Meu filho é a minha força e maior motivação para viver o meu sonho (resposta de M-8)

É possível notar que muitas mães encontram na própria maternidade a força para superar as adversidades, especialmente em relação aos estudos. Por isso que, embora em algum momento, 60% delas já tenha considerado abandonar a graduação devido problemas decorrentes da maternidade, bem como 51% afirmou que as condições de infraestrutura e

acolhimento da universidade não são adequadas para as mães; encontra-se depoimentos do tipo: “Ter o curso como prioridade” (M13, 2023). Além disso, muitas pensam nas oportunidades de estabilidade financeira que a profissionalização superior pode oferecer, como observado na fala da participante M34: “Garantir uma estabilidade financeira, obter conhecimento e experiências que a faculdade oferece” (Dados da pesquisa, 2020).

Mediante o exposto, reforça-se a necessidade de políticas públicas para garantir a permanência das mães no ensino superior, especialmente no tocante à FACEP. É preciso acolher, auxiliar e motivar esse público para que não desistam de seus cursos, sendo a universidade responsável por “enxergar” esse grupo de mulheres de forma mais eficaz, já que o dito aqui evidencia carências maiores que a simples presença de uma criança em sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos propostos, esta pesquisa conseguiu destacar as principais dificuldades, dilemas e as superações vivenciadas pelas mães universitárias da FACEP, que tanto se dedicam para conseguir conciliar a sua carreira profissional com a pessoal.

No que se refere ao perfil dessas mães estudantes, a maioria delas é solteira e tem entre 25 e 34 anos, vive em cidades próximas a Pau dos Ferros/RN, inclusive muitas não moram no mesmo município em que cursam a faculdade. Grande parte tem entre 1 e 2 filhos e trabalha em empresas privadas e serviço público municipal, além disso, os principais cursos que frequentam são Enfermagem e Pedagogia.

Com relação aos desafios enfrentados por essas mães, constatou-se a falta de tempo para estudar e a dificuldade em conciliar as funções de mãe, estudante, trabalhadora e dona de casa. Foram citadas também as dificuldades financeiras, sobrecarga e cansaço, bem como a culpa por ter que sair de casa para trabalhar e estudar, deixando seus filhos com outras pessoas, quando se tem alguém. A falta de estrutura e acolhimento por parte da faculdade foi ainda um fator evidenciado.

Quanto às motivações e superações, muitas participantes buscam não desistir e colocam a própria maternidade como algo que as impulsiona a procurar um futuro melhor, para si e para os seus filhos, através dos estudos e da possibilidade da estabilidade financeira que a faculdade possa vir a oferecer.

Diante disso, percebe-se como é difícil, enquanto mãe e estudante, conciliar a vida pessoal e profissional, o que aponta para a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de assistência estudantil por parte das instituições públicas e privadas. De modo

particular, espera-se que a FACEP possa adequar sua estrutura física para melhor atender esse grupo de mulheres, a criação de uma brinquedoteca, pessoas para cuidar das crianças nesses ambientes, e outras medidas que possam garantir a permanência e auxiliar as alunas mães na conciliação entre maternidade e vida acadêmica.

Ressaltamos que durante o mês de maio, ocasião do mês comemorativo pelo Dia das Mães, a FACEP fez um levantamento do quantitativo de mães que estão matriculadas na graduação, e obtiveram o dado de aproximadamente cento e setenta (170) mães, sendo assim, consideramos o percentual de respostas baixo, o que pode ser uma fragilidade da pesquisa já que ela foi aplicada em fim de semestre, porém isso não impediu que a mesma obtivesse êxito.

Sugere-se, portanto, o desenvolvimento de outras pesquisas que possam investigar os dilemas e desafios dessas mulheres nas diversas instituições aqui da região, do Nordeste e do país, para que possam ofertar igualdade para todos, possibilitando-os ocupar os diferentes espaços sem o impedimento causado pelas condições as quais estão sujeitas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Samara Gomes; PAES, Valquiria Normanha; DE OLIVEIRA REIS, Sônia Maria Alves. PRESENÇA E ATUAÇÃO DE MULHERES MÃES NA UNIVERSIDADE: DIALOGANDO COM PROFESSORES/AS E ALUNAS. **Cenas Educacionais**, v. 2, n. 2, p. 150-174, 2019.

ALMEIDA, Jane Soares de; SOARES, Marisa. **Mudaram os tempos; Mudaram as mulheres? Memórias de professoras do Ensino Superior**. São Paulo, 2012. Tese Doutorado em História e Filosofia da Educação. USP.

ALVARENGA, Carolina F. **Relações de gênero e trabalho docente: jornada e ritmos no cotidiano de professores e professoras**. 2008, 176p. Dissertação Mestrado em Educação – Sociologia da Educação. São Paulo.

ANTLOGA, Carla Sabrina et al. Percepção de Danos Físicos, Psíquicos e Sociais no Trabalho de Ser Mãe Universitária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e253141, 2023.

BAUER. Carlos. **Brevé História da mulher no mundo Ocidental**- São Paulo: Xamã. Edições Pulsar, 2001.

BARBOSA, Marina; PHELPE, André. **Quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres**. *Jornal Estado de Minas*. 16/02/2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-pormulheres.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BENEDITO, Francisco Cezanildo Silva. **Comparação entre a qualidade de vida e o estresse de gestantes e de mães universitárias de diferentes nacionalidades: uma abordagem mista**. 2020. Tese de Doutorado.

BONALUME, Cláudia Regina et al. Mulheres, trabalho e lazer no Brasil: entre tempos, gostos, desejos e a fruição de um direito. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, p. e83799, 2023.

BRASIL Código Civil. **Estatuto da Mulher Casada** de 1º de janeiro de 1916.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2019**: notas estatísticas. Brasília, 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRITO, Patrícia Oliveira. **Indígena-Mulher-Mãe-Universitária o estar-sendo estudante na UFRGS**. 2016.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de pesquisa**, n. 64, p. 4-13, 1988.

CORREIO BRAZILIENSE. **Por dia, quase 500 crianças são registradas sem o nome do pai no Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/08/5116706-por-dia-quase-500-criancas-sao-registradas-sem-o-nome-do-pai-no-brasil.html>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO- CFA. **Perfil do Administrador**. 2015. Disponível em: <<https://cfa.org.br/administracao-administracao/administracaonadministrador/>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Pesquisa inédita traça perfil da enfermagem**. 2015. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

COSTA, Ana Alice Alcântara. SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM/FFCH/ UFBA, 2002. 320p. (Coleção Bahianas;8).

CRUZ, Maria Jesus Barreto et al. A coordenação do cuidado na qualidade da assistência à saúde da mulher e da criança no PMAQ. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00004019, 2019.

DA SILVA, Ana Paula Rosa; AGAPITO, Juliano. Mães-estudantes. **Monumenta-Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 2, n. 4, p. 125-151, 2021.

DE AQUINO, Ligia Maria Motta Lima et al. “Pelo direito de ser mãe e estudante”: educação infantil na pauta estudantil universitária. **Zero-a-seis**, v. 20, n. 37, p. 42-57, 2018.

FERREIRA, Valdeania Vieira Casas. **A Mulher Casada no Direito Civil Brasileiro**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, 1985, p.53.

GALVÃO, Sarah Fantim de Oliveira Leite. **Formação da identidade profissional das mulheres no ensino superior: currículo e relações culturais de gênero.** São Paulo, 2018. 177p. Tese de Doutorado. Programa Educação: Currículo. PUCSP.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Mulheres são a maioria em cursos de Medicina, Direito e Odontologia no Brasil.** 2020. Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/revista/mulheres-sao-a-maioria-em-cursos-de-medicina-direito-e-odontologia-no-brasil>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

LIMA, Thalia Alves de; SILVA, Taysa Kelly da. Perspectivas e desafios das mulheres universitárias no mercado de trabalho: um estudo nas IES do município de Pau dos Ferros/RN. In: **Anais da III Semana Interdisciplinar da Faculdade Evolução.** Pau dos Ferros/RN, FACEP, 2020. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/semanafacep2020/300590-PERSPECTIVAS-E-DESAFIOS-DAS-MULHERES-UNIVERSITARIAS-NO-MERCADO-DE-TRABALHO--UM-ESTUDO-NAS-IES-DO-MUNICIPIO-DE-PAU>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MAZUCATO, Thiago et al. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. **Penápolis: Funepe**, 2018.

MENICONI, Flavia Colen; DA SILVA FEITOSA, Danillo; SILVA, Samuel Barbosa. A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE MÃES, PROFESSORAS UNIVERSITÁRIAS, EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIÁLOGOS ACERCA DA IDEOLOGIA DA MATERNIDADE E DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. **UniLetras**, v. 44, p. 1-19, 2022.

NUNES, Caroline. **A luta de mães-solo para se manter nas universidades brasileiras.** 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/a-luta-de-maes-solo-para-se-manter-nas-universidades-brasileiras,b06f58320525d685edf7e84f4bade180xhv7czdc.html?utm_source=clipboard>. Acesso em: 29 nov. 2023.

OLIVEIRA URPIA, Ana Maria; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade-vida universitária. **Revista Recôncavos**, v. 2, n. 4, p. 30-43, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo 2003.

ROSA, Rosiane da et al. Mãe e filho: os primeiros laços de aproximação. **Escola Anna Nery**, v. 14, p. 105-112, 2010.

SILVA, Ana Paula Rosa da; AGAPITO, Juliano. Mães-estudantes: a luta pelo direito à educação. **Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares.** Joinville, v. 2, n. 4, jul./dez., 2021, p. 125-151.

TELES, Fabiene Brito Mendes. **Programa Mulheres Mil: um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho.** 2015.

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

*Viviane Alves de Araújo Silva
Júlia Lidiane Lima de Amorim
Mary Carneiro de Paiva Oliveira
Francisco Clébio de Figueiredo
João Filho de Queiros*

RESUMO: A pesquisa aborda a temática da evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino destinada a indivíduos que buscam completar ou iniciar sua educação formal em idade posterior à regular. O foco está na compreensão das causas da evasão, considerando o contexto específico desses alunos. O problema central da pesquisa reside nas razões que levam à evasão na EJA. A complexidade dessas causas e sua influência na permanência dos alunos no ambiente educacional são pontos fundamentais para compreender os desafios enfrentados por esse grupo. O objetivo geral consiste em investigar as causas da evasão na EJA, proporcionando uma compreensão mais profunda dos fatores que impactam a permanência dos alunos. Assim, os objetivos específicos incidem em identificar as principais razões que levam os alunos a abandonarem a EJA, analisar as contribuições da literatura existente sobre evasão na EJA, bem como propor estratégias de prevenção da evasão com base nos resultados obtidos. O estudo empregou uma abordagem mista, combinando análise documental dos registros escolares da EJA, como fichas de matrículas e atas finais, com a aplicação de questionários aos alunos. A análise quantitativa dos dados documentais e qualitativa das respostas dos alunos proporcionou uma visão abrangente das causas da evasão. O referencial teórico incorporou conceitos fundamentais da Educação de Jovens e Adultos, destacando a flexibilidade dessa modalidade, a priorização da inclusão social e cultural, e os desafios específicos enfrentados por esse público. Autores como Arroyo, Ferreira, Oliveira, Soares e Ristoff contribuíram para embasar a análise. O trabalho e o cansaço emergiram como principais causas da evasão. Dificuldades em conciliar estudos com responsabilidades familiares e profissionais foram destacadas. A falta de tempo e o estigma social associado à EJA foram fatores adicionais. Alunos demandam currículos diversificados, aulas dinâmicas e suporte emocional. A pesquisa oferece insights valiosos sobre as causas da evasão na EJA, ressaltando a necessidade de estratégias de prevenção personalizadas. As conclusões apontam para a importância de currículos adaptados, suporte emocional e flexibilidade nos horários, visando à construção de uma educação inclusiva e eficaz para jovens e adultos. As limitações do estudo indicam áreas para futuras pesquisas, enquanto as contribuições destacam a relevância prática e teórica dos resultados obtidos.

Palavras-chave: De três a cinco com inicial maiúscula. Separadas por ponto. Sem repetir as que constam no título.

ABSTRACT: The research addresses the theme of dropout in Youth and Adult Education (YAE), a modality of education aimed at individuals seeking to complete or initiate their formal education at an age beyond the regular. The focus is on understanding the causes of dropout, considering the specific context of these students. The central problem of the research lies in the reasons that lead to dropout in YAE. The complexity of these causes and their influence on students' persistence in the educational environment are fundamental points to comprehend the challenges faced by this group. The general objective is to investigate the causes of dropout in YAE, providing a deeper understanding of the factors that impact students' persistence. Thus, the specific objectives focus on identifying the main reasons that lead students to abandon YAE, analyzing the contributions of existing literature on dropout in YAE, as well as proposing prevention strategies based on the results obtained. The study employed a mixed approach, combining documentary analysis of YAE school records, such as enrollment forms and final minutes, with the administration of questionnaires to students. The quantitative analysis of documentary data and qualitative analysis of student responses provided a comprehensive view of the causes of dropout. The theoretical framework incorporated fundamental concepts of Youth and Adult Education,

highlighting the flexibility of this modality, the prioritization of social and cultural inclusion, and the specific challenges faced by this audience. Authors such as Arroyo, Ferreira, Oliveira, Soares, and Ristoff contributed to underpin the analysis. Work and fatigue emerged as the main causes of dropout. Difficulties in balancing studies with family and professional responsibilities were highlighted. Lack of time and the social stigma associated with YAE were additional factors. Students demand diversified curricula, dynamic classes, and emotional support. The research offers valuable insights into the causes of dropout in YAE, emphasizing the need for personalized prevention strategies. Conclusions point to the importance of adapted curricula, emotional support, and schedule flexibility, aiming at the construction of inclusive and effective education for youth and adults. Limitations of the study indicate areas for future research, while contributions highlight the practical and theoretical relevance of the obtained results.

Keywords: Adult Education. School Dropout. Educational Challenges.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade de ensino desempenha um papel importante na promoção da inclusão educacional e social de pessoas que, por diversos motivos, não puderam concluir a educação básica na idade regular. A EJA busca assegurar o direito à educação para jovens e adultos, permitindo que retomem os estudos e adquiram conhecimentos e habilidades, proporcionando melhores oportunidades de emprego, desenvolvimento pessoal e participação ativa na sociedade.

A evasão ocorre quando os estudantes abandonam os estudos antes da conclusão, interrompendo seu percurso educacional e comprometendo o papel social da EJA na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A pesquisa realizada na Escola Estadual Gilney de Souza teve como objetivo investigar as causas da evasão escolar na EJA.

A relevância desse trabalho acadêmico se justifica pela necessidade de compreender os fatores associados ao elevado índice de evasão escolar na EJA e avaliar seus impactos. Isso contribuirá para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e a implementação de ações que promovam a permanência e conclusão dos estudos pelos jovens e adultos matriculados nessa modalidade de ensino.

Sendo assim, a questão-problema norteadora da pesquisa consiste em: *quais são as principais causas da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos?* Essa indagação possibilitou a definição do objetivo geral que visa investigar as principais causas da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos. A partir disso, foram traçados os objetivos específicos de identificar, entre as diversas causas, as principais, e avaliar os impactos causados pela evasão. Uma vez que esse fenômeno está relacionado a questões socioeconômicas, familiares,

culturais, emocionais e pedagógicas, e pode variar de acordo com o contexto regional, é necessário um estudo direcionado para obtenção de informações de cunho científico.

O interesse na temática tem motivado pesquisas em diferentes regiões do país ao longo dos anos. Silva (2016) investigou as causas da evasão na EJA no Município de Acará, Pará. Para Acosta (2018), o objeto da pesquisa foi o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), em um estudo de caso realizado em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul.

Em Gama, município do Distrito Federal, Alves (2022) estudou a evasão relacionando aos impactos na inserção no mercado de trabalho. Araújo e Santos (2021) realizaram uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Raulindo de Araújo Rios, na cidade de Quixabeira/BA. As pesquisas utilizaram diferentes métodos para obtenção de dados e proporcionaram perspectivas diferentes sobre o assunto. A revisão de literatura foi realizada para aprofundar os conhecimentos acerca do tema.

O levantamento bibliográfico que embasou este trabalho contou com contribuições de Falaschi (2008), Ferreira e Oliveira (2016), Ristoff (2004), Gonçalves (2001), Minayo (1994), Arroyo (2006), entre outros.

A pesquisa teve caráter qualitativo e envolveu a coleta de dados no ambiente em que o fenômeno ocorre, utilizando um questionário semiestruturado com perguntas abertas como instrumento, além de uma análise documental dos registros da instituição para credibilizar o processo e os resultados encontrados.

O artigo está estruturado em seções distintas, iniciando com a presente introdução, seguida pela metodologia da pesquisa, referencial teórico, análise dos resultados e conclusão. Cada seção contribuirá para a compreensão abrangente das principais causas da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos EJA é uma modalidade de ensino destinada a pessoas que não tiveram acesso à educação formal na idade adequada, seja por motivos sociais, econômicos, culturais ou pessoais. Ela oferece oportunidades de aprendizagem para jovens e adultos que desejam adquirir ou completar sua educação básica, que inclui os níveis de ensino fundamental e médio.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é concebida para atender às necessidades específicas desse público, considerando suas experiências de vida, habilidades e conhecimentos prévios. Destaca-se por sua flexibilidade em termos de horários e métodos de ensino, permitindo que os alunos conciliem os estudos com suas responsabilidades familiares e profissionais. Seu propósito principal é erradicar o analfabetismo, oferecer oportunidades de conclusão da educação básica e desenvolver habilidades e competências, preparando os alunos para participação ativa na sociedade.

Nesse contexto, Arroyo (2006) ressalta que a EJA sempre priorizou a inclusão social, política e cultural, baseando-se no direito à educação e reconhecendo o esforço dos jovens e adultos que retornam à escola em busca de seus direitos de cidadania, trabalho e educação.

Embora a EJA desempenhe um papel crucial na promoção da inclusão social e educacional, redução da desigualdade e oferta de uma segunda chance para a educação formal, a evasão escolar apresenta-se como um desafio educacional e social. A evasão compromete a formação e qualificação dos alunos matriculados, perpetuando o ciclo da pobreza e desigualdade, impactando não apenas indivíduos, mas também suas famílias e comunidades.

Ferreira e Oliveira (2016) destacam que a evasão na EJA prejudica tanto os indivíduos que abandonam os estudos quanto a sociedade em geral, enfatizando a importância dessa modalidade de ensino na formação cidadã e na promoção da inclusão social de jovens e adultos sem acesso à educação na idade regular.

Ao abordar as especificidades dos alunos que ingressam na EJA, Oliveira (1999) destaca a diversidade desse público, englobando desde jovens que abandonaram a escola até adultos mais velhos que decidiram retornar aos estudos. A autora ressalta a importância de aprofundar o conhecimento sobre esses sujeitos, considerando a variedade de perfis e motivações para o ingresso. Essas motivações são diversas, envolvendo desde a conclusão do Ensino Fundamental ou Médio até melhorias nas oportunidades de emprego, influência de amigos e familiares, realização de sonhos adiados, necessidade de alfabetização e preparação para a educação superior.

Contudo, a evasão escolar na EJA está associada a diversos fatores, como falta de incentivo, dificuldade de conciliação entre estudos e responsabilidades familiares/profissionais, falta de apoio pedagógico, desvalorização social da educação de jovens e adultos, necessidade econômica e problemas de saúde.

Soares (2013) destaca a relação entre evasão e falta de incentivo, enquanto Ristoff (2004) enfatiza a importância de práticas pedagógicas diferenciadas e contextualizadas para promover a permanência dos alunos na escola. Além disso, Ristoff destaca que a baixa

escolaridade inicial e o estigma social associado à frequência na EJA contribuem para o fenômeno da evasão. Portanto, compreender as complexidades da evasão escolar na EJA é essencial para desenvolver estratégias eficazes que fortaleçam o papel dessa modalidade de ensino como instrumento social de inclusão e desenvolvimento educacional.

Outro fator a ser considerado é o apoio familiar, quando os familiares não demonstram interesse ou apoio pela educação dos adultos na família, os estudantes podem sentir uma falta de motivação para continuar os estudos. O apoio emocional e a motivação da família são fatores essenciais para manter os alunos engajados. A respeito dos fatores que contribuem para a evasão Falaschi (2008, p. 113) evidencia o seguinte:

O mercado de trabalho instável, as relações familiares frequentemente fragilizadas e a falta de confiança no futuro são fatores que perturbam esses jovens. Muitas vezes atirando-os às drogas, motivando-os a comportamento de violência ou a uma atitude de apatia, desânimo e angústia.

O autor menciona alguns fatores que podem ser particularmente prejudiciais. Por exemplo, um jovem com dificuldades em encontrar emprego estável pode sentir-se um fardo para a família, aumentando as tensões familiares. Isso, por sua vez, pode aprofundar seu desânimo em relação ao futuro e levá-lo a comportamentos autodestrutivos.

Obviamente, as causas da evasão escolar variam de local para local, e muitos estudos têm sido realizados para investigar o que influencia esse fenômeno. Em um estudo de caso realizado no município de Acará, Silva (2016) constatou que a principal justificativa dos alunos para o abandono dos estudos era a necessidade de trabalhar. Em resumo, o horário não representava um empecilho; no entanto, o cansaço físico após um dia de trabalho braçal comprometia a manutenção da frequência e o aproveitamento em sala de aula, conforme relatado por um aluno participante da pesquisa.

A evasão na EJA tem impactos negativos em múltiplos níveis, desde a vida individual dos alunos até a sociedade como um todo. No contexto social, por exemplo, a evasão contribui para o aumento do analfabetismo, a perpetuação do ciclo da pobreza e o aumento da desigualdade social. A falta de educação na vida adulta dificulta o acesso a melhores condições de vida e oportunidades de emprego. Dessa forma, há também um impacto na empregabilidade, aumentando o número de desempregados no país.

No contexto educacional, ocorre o desperdício de recursos, incluindo financiamento público, infraestrutura escolar e o tempo e esforço investidos por professores e funcionários. A alta taxa de evasão torna difícil para as escolas e instituições de ensino planejarem programas

eficazes e alocarem recursos de maneira adequada. Além disso, pode afetar negativamente o ambiente de aprendizado para os alunos remanescentes, pois a falta de diversidade e de uma comunidade educacional coesa pode reduzir a qualidade das interações e experiências de aprendizado.

Para os alunos que abandonam a EJA, as consequências estão relacionadas à limitação de oportunidades de emprego, muitas vezes sendo relegados a empregos de baixa remuneração ou empregos informais. A evasão escolar pode afetar negativamente a autoestima do aluno, levando a sentimentos de fracasso e baixa autoconfiança, além de enfrentarem um risco aumentado de exclusão social, isolamento e falta de pertencimento a comunidades educacionais e sociais.

Diante de todo o impacto negativo da evasão escolar, é importante implementar estratégias para reduzir a evasão e promover a conclusão bem-sucedida da educação de jovens e adultos, visando a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento social. Nesse sentido, torna-se necessário adotar medidas de intervenção e estratégias de prevenção, como o desenvolvimento de um currículo relevante para a vida e as necessidades dos alunos adultos.

Arroyo (2002) defende que o currículo da EJA deve contemplar a realidade e condição de sujeitos com trajetórias e histórias que devem ser reconhecidas, incluindo habilidades práticas e conhecimentos aplicáveis imediatamente. A implementação de estratégias de aprendizado personalizado, permitindo que os alunos avancem em seu próprio ritmo e recebam suporte adicional quando necessário, é crucial.

Outras medidas que podem contribuir para a diminuição da evasão incluem oferecer horários flexíveis de aulas, estabelecer sistemas de monitoramento de faltas para identificar alunos em risco e implementar intervenções precoces. Além disso, criar programas de tutoria, nos quais alunos que estão progredindo bem possam ajudar os colegas com dificuldades acadêmicas, criando um senso de comunidade e apoio entre os estudantes. Trabalhar para combater o estigma associado à educação de adultos, promovendo a ideia de que a aprendizagem ao longo da vida é valiosa e digna de respeito, também é fundamental.

As estratégias podem variar dependendo do contexto específico da EJA, mas geralmente visam criar um ambiente de aprendizado acolhedor, acessível e relevante, ao mesmo tempo em que fornecem o suporte necessário para que os alunos adultos superem desafios e concluam com sucesso seus estudos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é regulamentada por diversas leis e documentos legais que estabelecem as diretrizes e os princípios para sua organização e funcionamento. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases LDB 9.394/96, no artigo 37:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (Brasil, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece os fundamentos da educação nacional, abrangendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento que define metas e diretrizes para a educação no Brasil, incluindo objetivos específicos para a EJA, visando à universalização do acesso a essa modalidade de ensino. A Resolução nº 2/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE) complementa esse arcabouço legal, delineando as diretrizes curriculares nacionais para a EJA e orientando a organização dos currículos e os processos de avaliação. Paralelamente às leis, o governo brasileiro implementa programas e políticas específicas para promover a EJA, exemplificadas pelo Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pro Jovem).

Essas legislações e documentos não apenas estabelecem a obrigatoriedade e a organização curricular da EJA, mas também delineiam diretrizes pedagógicas e destacam a importância dessa modalidade de ensino como um instrumento para promover a inclusão social. Segundo Soares (2002), a EJA vai além dos direitos civis, reconhecendo a igualdade fundamental de todo ser humano. Ela é essencial para corrigir a lacuna de educação de qualidade, restaurando o direito negado a muitos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta vastas possibilidades à medida que avançamos para o futuro. Uma tendência notável é a crescente integração da tecnologia no ensino, com plataformas online, recursos digitais e aplicativos educacionais se tornando aliados valiosos, tornando o aprendizado mais acessível e flexível para os alunos adultos em busca de educação.

Assim, as perspectivas para o futuro da EJA incluem sua ampliação e modernização, embora os desafios enfrentados por essa modalidade de ensino sejam tão significativos quanto sua importância diante da realidade socioeconômica do país. Enquanto o cenário futuro se delineia, a EJA permanece uma porta aberta para o desenvolvimento pessoal e social, reforçando a ideia de que a aprendizagem não conhece limites de idade e que a educação é um direito fundamental acessível a todos, independentemente de sua trajetória educacional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na seção dos procedimentos metodológicos, serão delineados os métodos adotados para conduzir a pesquisa sobre evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A opção metodológica centrou-se em uma abordagem qualitativa, visando a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, humanos e culturais associados à evasão. A pesquisa se caracteriza como de campo, envolvendo a coleta direta de dados na EJA. O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado, explorando as causas da evasão e as experiências dos estudantes. A análise de documentos institucionais complementou a compreensão do fenômeno.

Já na subseção da contextualização da pesquisa, será apresentado o contexto da escola campo de pesquisa, destacando sua estrutura física e quadro de funcionários. Em seguida, serão detalhados os procedimentos para a escolha dos participantes, a aplicação do questionário, a análise de conteúdo qualitativa das respostas e a análise documental. Por fim, será descrito o método utilizado para analisar as informações coletadas, destacando a categorização das respostas e a apresentação dos resultados por meio de relatórios e gráficos.

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa uma vez que se concentrou na compreensão profunda e na interpretação dos fenômenos sociais, humanos e culturais. Essa abordagem é utilizada para explorar e descrever a complexidade das experiências, significados, percepções e contextos sociais que envolvem um determinado tópico de pesquisa. Para Minayo (1994) a pesquisa qualitativa aborda questões específicas relacionadas a aspectos não mensuráveis da realidade, como significados, motivações, crenças e valores. Ela se concentra na compreensão profunda das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis quantificáveis.

A pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa de campo, pois envolveu a coleta direta de dados em um ambiente específico, no caso, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse tipo de pesquisa, os pesquisadores interagem com os participantes no local onde o fenômeno ocorre, no caso, os estudantes da EJA, a fim de obter informações relevantes sobre as causas da evasão escolar. Conforme Gonçalves (2001) a pesquisa de campo envolve a coleta direta de informações com a população estudada, exigindo que o pesquisador vá ao local onde o fenômeno ocorre para documentar as informações necessárias.

A pesquisa de campo é adequada quando se deseja obter uma compreensão aprofundada de um fenômeno que ocorre em um contexto específico e requer a coleta de dados diretamente no local onde o fenômeno está ocorrendo. Nesse caso, a pesquisa se concentra na EJA e nos estudantes que frequentam essa modalidade de ensino.

O instrumento de pesquisa aplicado foi um questionário semiestruturado contendo perguntas abertas que exploraram as causas da evasão escolar, bem como as experiências pessoais e as percepções dos estudantes em relação ao abandono da EJA. Foi realizada uma análise de documentos institucionais, registros de matrícula e atas finais dos anos de 2022 e 2023 para identificar padrões e tendências relacionados à evasão escolar.

O questionário foi aplicado aos estudantes de forma coletiva em sala de aula o que propiciou a expressão de suas experiências de forma mais tranquila, pois não houve alteração de ambiente. As respostas foram registradas e submetidas a uma análise de conteúdo qualitativa. Categorias de análise foram identificadas para compreender as causas da evasão escolar a partir da perspectiva dos estudantes. Os documentos institucionais da EJA foram analisados para identificar informações relacionadas a taxas de evasão, perfis dos estudantes e outras variáveis relevantes. Essa análise contribuiu para a contextualização dos resultados do questionário.

3.2 Contextualização da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Gilney Souza, localizada na Rua Prof. Josefa Alzenir do Rêgo Araújo, São Miguel RN, que é considerada uma escola de pequeno porte, pois foi construída em uma área de 40 metros de frente e 30 metros de fundo. Esta é a única escola voltada ao atendimento do alunado do Ensino Médio na cidade de São Miguel RN. Quanto a estrutura física, o espaço conta com uma secretaria, uma biblioteca, um laboratório de ciências, uma sala de apoio pedagógico, um almoxarifado, uma cozinha, uma dispensa, quatro banheiros e nove salas de aula.

O quadro de funcionários da instituição é composto por um diretor, um vice-diretor, dois coordenadores, três apoios pedagógicos, sete assistentes de secretária, onze professores em salas multidisciplinares, trinta e três professores em sala de aula, sete assistentes de serviços gerais, quatro merendeiras, dois porteiros e um vigia. Atualmente a referida escola atende a uma clientela de 816 matrículas, sendo 321 no turno matutino, 268 no turno vespertino e 227 no turno noturno.

A missão da escola, segundo o Projeto Político Pedagógico, é promover uma educação inovadora e humana, fazendo dos discentes construtores de suas histórias de maneira

responsável, digna e autônoma, cooperando para uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

3.3 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra

Os procedimentos adotados iniciaram-se com escolha dos participantes da pesquisa, que foram estudantes da EJA, matriculados na escola Estadual Gilney de Souza. A seleção foi feita de maneira que pudesse abranger todos os alunos para garantir uma variedade de perspectivas. O questionário foi aplicado aos estudantes coletivamente, em um ambiente acolhedor, que propiciou a expressão de suas experiências. As respostas foram registradas para posterior análise.

As respostas ao questionário foram submetidas a uma análise de conteúdo qualitativa. Categorias de análise foram identificadas para compreender as causas da evasão escolar a partir da perspectiva dos estudantes. Os documentos institucionais da EJA foram analisados para identificar informações relacionadas a taxas de evasão, perfis dos estudantes e outras variáveis relevantes. Essa análise contribuiu para a contextualização dos resultados do questionário.

Visando a manutenção da ética na pesquisa foi obtido o consentimento informado dos estudantes participantes, garantindo o sigilo em relação às suas identidades. O trabalho seguiu os princípios éticos de pesquisa envolvendo seres humanos, assegurando a confidencialidade e o respeito pelos direitos dos participantes.

3.4 Análise de dados

Os dados coletados por meio do questionário foram submetidos à análise de conteúdo qualitativa. As respostas dos participantes foram categorizadas conforme as causas percebidas da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), seguindo a abordagem de Bardin (2011) que destaca a análise de conteúdo como um método que busca identificar e categorizar elementos presentes em um texto.

Os resultados foram então apresentados por meio de relatórios e gráficos, destacando as conclusões e principais descobertas da pesquisa. Essa metodologia, embasada na análise de conteúdo, proporcionou uma compreensão aprofundada das razões por trás da evasão na EJA, conforme percebidas pelos estudantes. Essa abordagem é congruente com as diretrizes de Minayo (2014), que ressalta a importância da análise qualitativa para explorar significados,

percepções e contextos subjacentes aos fenômenos estudados, possibilitando, assim, o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seção de resultados e discussão constitui a fase essencial desta pesquisa, onde os dados coletados e as análises empreendidas se convertem em descobertas significativas e reflexões pertinentes. Este segmento é a manifestação tangível das respostas obtidas por meio do questionário aplicado aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Estadual Gilney Souza. A abordagem qualitativa adotada revela-se fundamental para compreender as complexidades subjacentes às causas da evasão escolar nesse contexto específico. A análise de conteúdo qualitativa permitiu agrupar as respostas em categorias significativas, oferecendo uma visão profunda das percepções e experiências dos estudantes.

Ao mesmo tempo, os resultados são contextualizados e enriquecidos pela análise dos documentos institucionais, proporcionando uma compreensão abrangente das dinâmicas da evasão escolar na EJA. Esta seção não apenas apresentará os dados de maneira clara e organizada, mas também fornecerá um espaço dedicado à discussão aprofundada, conectando os achados às teorias existentes e propondo possíveis estratégias de prevenção e intervenção.

4.1 Apontamentos da evasão escolar

Esta subseção delinearão os instrumentos empregados na coleta e análise dos dados, almejando atender aos objetivos propostos de identificar as principais causas da evasão e avaliar seus impactos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se na compreensão aprofundada do complexo universo de experiências e contextos presentes na EJA, conforme preconizado por Minayo (1994), que destaca a profundidade na exploração dos significados subjacentes às ações e interações humanas.

A pesquisa de campo foi realizada diretamente nas salas de aula da EJA na Escola Estadual Gilney de Souza, seguindo a recomendação de Gonçalves (2001) de coletar informações no ambiente natural do aluno. Além de propiciar dados reais e espontâneos, essa abordagem foi realizada num ambiente familiar, favorecendo a sinceridade das respostas.

O estudo abrangeu 40 alunos de um total de 58 matriculados, revelando dados demográficos que destacam a predominância de jovens de 18 a 25 anos (37%) e igualdade de

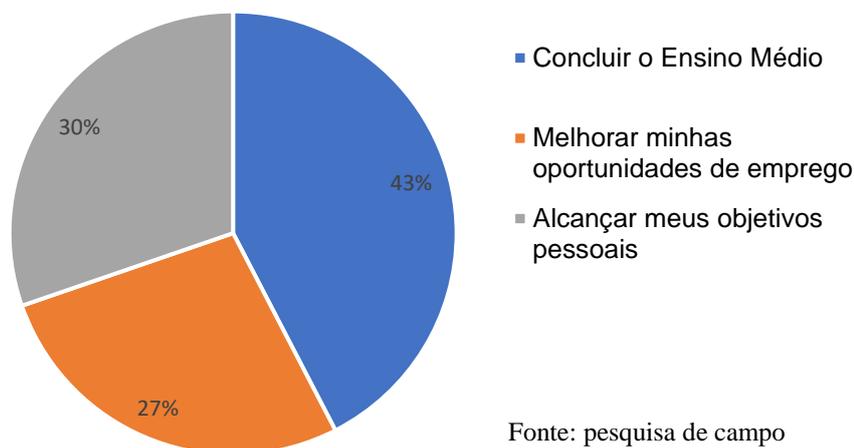
gênero (50% masculino e 50% feminino). Quanto ao estado civil, a maioria é solteira (64%), seguida por casados (23%), divorciados (5%), em união estável (5%) e viúvos (3%).

O questionário, composto por sete perguntas em quatro partes, abordou motivações para o ingresso, causas da evasão, percepções sobre apoio e intervenções, e comentários finais. Adicionalmente, a análise documental de fichas de matrícula e atas finais dos anos de 2022 e 2023 proporcionou informações para identificar padrões e tendências relacionados à evasão escolar, ampliando a abordagem qualitativa da pesquisa.

4.2 Resultados obtidos através do questionário.

Este tópico consiste na apresentação dos dados obtidos com a aplicação de um questionário, que foi elaborado com 4 partes a fim de abordar diferentes dimensões de percepção do alunado acerca da evasão na Educação de Jovens e Adultos. Para abordar as motivações para o ingresso na EJA realizamos a seguinte pergunta. *Por que você decidiu ingressar na Educação de Jovens e Adultos (EJA)?* Marque todas as opções que se aplicam. As respostas estão descritas no gráfico 1.

Gráfico 1 – Motivações para o ingresso na EJA

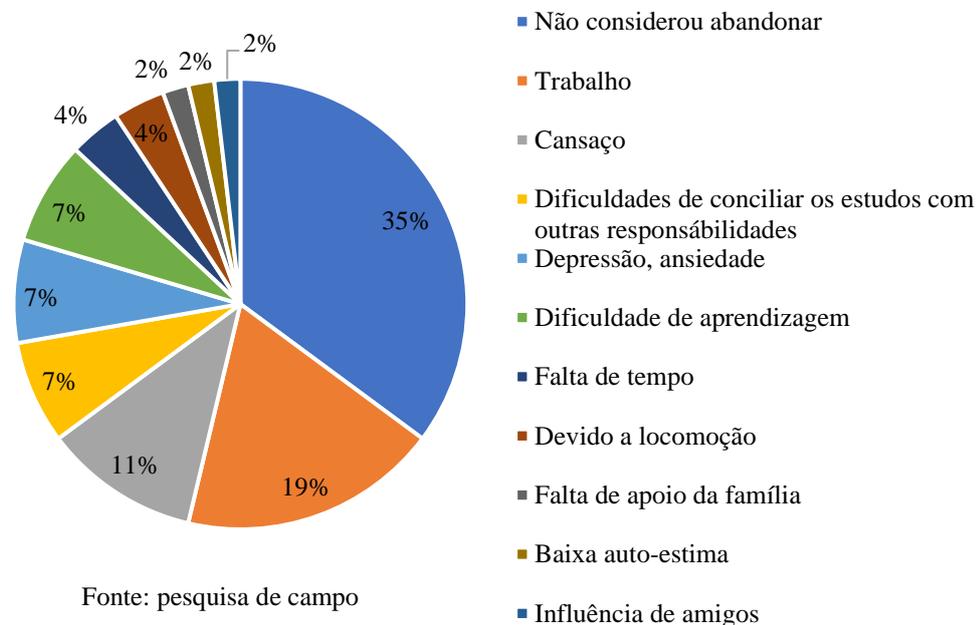


Conforme demonstrado no Gráfico 1, o principal motivo indicado pelos estudantes para ingressar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi o desejo de concluir o Ensino Médio, correspondendo a 43% das respostas, seguido pelo alcance de objetivos pessoais com 30%, e, por último, a melhoria nas oportunidades de emprego com 27%. Destaca-se aqui o papel social desempenhado por esta modalidade de ensino, conforme apontado por Arroyo (2006), que a

coloca como prioritária na inclusão social, embasada no direito à educação, ao oferecer uma oportunidade de retorno à escola.

A segunda parte do questionário, composta por três questões abertas, aborda as causas da evasão escolar, considerando a percepção dos alunos sobre esse fenômeno. Foi feito o seguinte questionamento: "*Você já considerou abandonar a EJA? Se sim, quais foram as razões que o levaram a pensar nisso?*" Essa questão proporciona espaço para a expressão de pensamentos e sentimentos, revelando as causas da evasão. Ao expor os motivos que levaram à consideração de desistir, o aluno da EJA evidencia as dificuldades que influenciaram outros a abandonar os estudos, conforme apresentado no Gráfico 2 com os resultados obtidos.

Gráfico 2 – Razões pelas quais considerou abandonar a EJA



A maioria dos alunos respondeu que não considerou abandonar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), um resultado positivo que demonstra o grau de comprometimento e também evidencia o perfil do aluno dessa modalidade. Para aqueles que pensaram em abandonar, as razões mais citadas foram o trabalho e o cansaço, seguidos das dificuldades de conciliar os estudos com outras responsabilidades, dificuldade de aprendizagem, falta de tempo, depressão e ansiedade.

A terceira questão realizada foi a seguinte: "*Você já abandonou a EJA no passado? Se sim, por quais razões?*" Os resultados estão descritos no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Razões para ter abandonado a EJA no passado



Fonte: pesquisa de campo

Os dados obtidos nesta questão revelam que 73% dos alunos não estudaram na Educação de Jovens e Adultos (EJA) anteriormente, ou seja, esses evadiram-se do Ensino Médio regular. Para aqueles que abandonaram a EJA, as razões citadas foram pouco interesse, necessidade de cuidar da família, problemas emocionais e psicológicos, entre outras causas.

Em continuidade à abordagem sobre evasão escolar, a quarta questão faz a seguinte indagação: "Na sua opinião, quais são os maiores desafios ou obstáculos que os estudantes da EJA enfrentam em relação à permanência na escola?" O gráfico 4 descreve a porcentagem referente às respostas obtidas.

Gráfico 4 – Maiores desafios ou obstáculos para a permanência na EJA



Fonte: pesquisa de campo

A exposição feita no gráfico 4 deixa claro o que representam as principais causas da evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na percepção dos alunos. O trabalho e o cansaço correspondem juntos a pouco mais de 50% das respostas, seguidos de falta de tempo, problemas familiares, pressão psicológica, dificuldade de conciliar o estudo com outras responsabilidades, entre outros. Os dados encontrados e abordados no gráfico 4 estão em consonância com Soares (2013), que aponta a falta de incentivo e motivação, e a dificuldade de conciliar os estudos com responsabilidades profissionais e pessoais como alguns dos fatores que causam a evasão.

A terceira parte do questionário, composta por duas questões que serão citadas a seguir, aborda apoio e intervenções. Este espaço é destinado à verificação da existência de medidas de apoio oferecidas pela escola e à sugestão de intervenções que, na visão dos alunos, seriam pertinentes de serem implementadas na escola. A pergunta número cinco do questionário foi a seguinte: "Você acha que a escola oferece o apoio necessário para ajudar os estudantes a superar os desafios e dificuldades na EJA? Por favor, explique sua resposta." Abaixo, o gráfico 5 descreve os resultados.

Gráfico 5 – Apoio oferecido pela escola



Conforme descreve o gráfico 5, as medidas de apoio identificadas pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Gilney de Souza que mais foram citadas nas respostas são a flexibilidade dos conteúdos com 23%, o apoio dos professores com 14%, e o

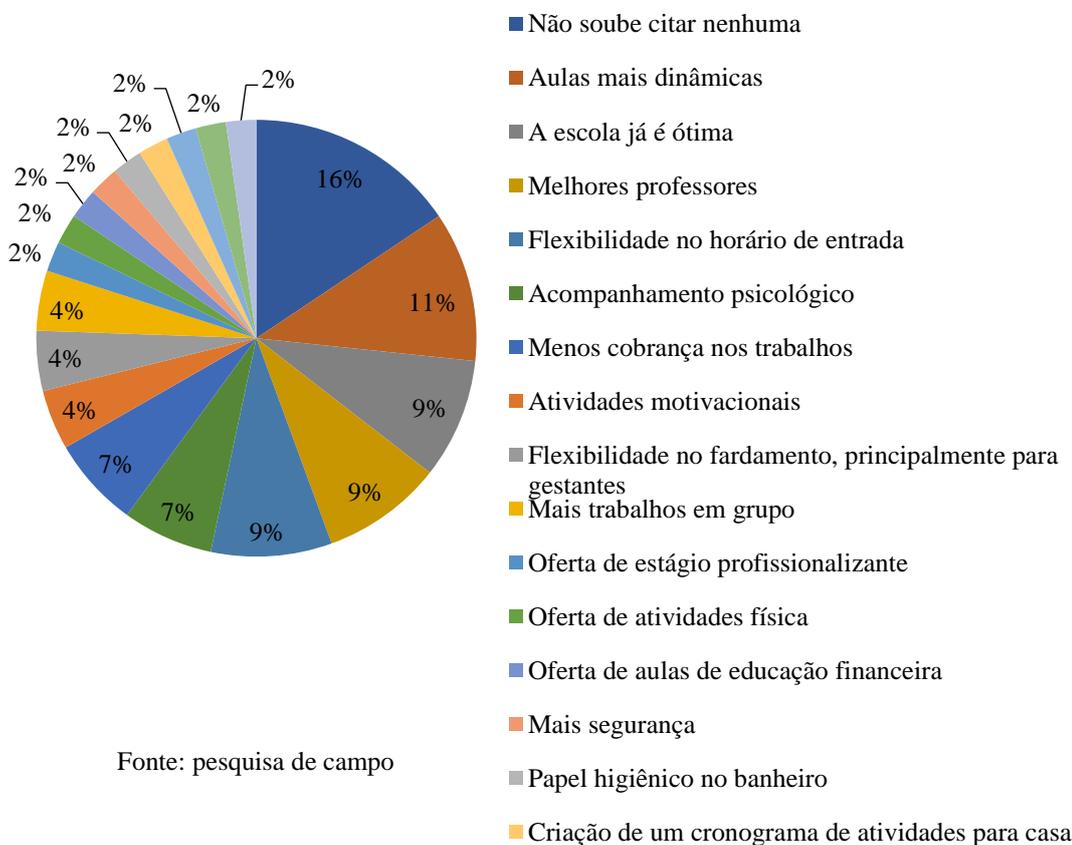
horário com 12%. Os alunos que apontaram não identificar nenhuma medida de apoio correspondem a 14%.

Nesta questão em específico, notamos que os alunos encontraram dificuldades em responder. Isso se evidencia na porcentagem de alunos que deixaram a questão em branco, naqueles que afirmaram que a escola ajuda, porém não citaram como, e naqueles que responderam que a escola cumpre seu papel, mas também não justificaram o porquê da afirmação. Juntas, essas respostas correspondem a 24%.

Outras medidas citadas foram o acolhimento, o conteúdo interessante e a possibilidade de levar os filhos, se necessário. Embora correspondam a uma porcentagem não expressiva, cada resposta é importante e corresponde a um levantamento que gera reflexão. Por exemplo, esta última resposta nos leva a pensar sobre o quanto a escola está disposta a colaborar com as necessidades dos alunos, incluindo as que são mães.

A questão 6 dá continuidade à temática, agora solicitando dos alunos sugestões de intervenções com a pergunta: "*Quais tipos de apoio ou intervenções você acha que poderiam ajudar a reduzir a evasão escolar na EJA?*" O gráfico 6 demonstra o resultado:

Gráfico 6 – Sugestões de medidas de apoio.



Fonte: pesquisa de campo

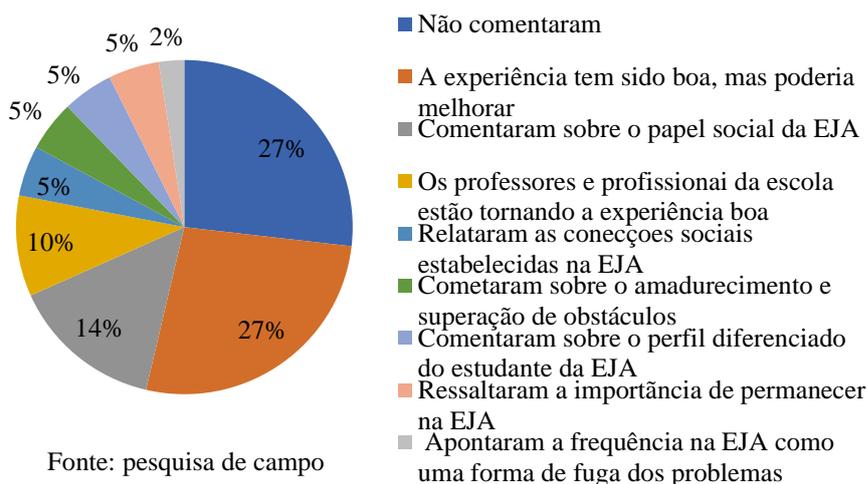
O gráfico 6 evidencia a diversidade de medidas de apoio sugeridas pelos estudantes. Houve uma porcentagem de 16% que não souberam responder e uma de 9% que afirmaram que a escola já é boa, dessa forma, não necessita de melhorias. O restante das respostas foi agrupado em outras 17 categorias, correspondendo às porcentagens de 11%, 9%, 7%, 4%, e 2%.

As sugestões foram abrangentes, integrando o currículo, onde os alunos citaram aulas mais dinâmicas, atividades motivacionais, aulas com atividades físicas, aulas de educação financeira e reforço escolar. As solicitações aqui mencionadas relacionam-se com a afirmação de Ristoff (2004) que evidencia as práticas pedagógicas diferenciadas e contextualizadas como uma forma de promover a permanência e o êxito do aluno na escola.

Medidas de cunho organizacional, como a criação de um cronograma de atividades para casa, flexibilidade no fardamento e no horário de entrada, e medidas que envolvem recursos financeiros, como oferta de estágio profissionalizante, implementação de programa com incentivo financeiro, acompanhamento psicológico e mais segurança, foram sugeridas. Além disso, foram mencionadas medidas simples, como garantir a presença de papel higiênico no banheiro.

A última pergunta do questionário corresponde à quarta parte que aborda comentários finais, onde a pergunta foi a seguinte: "Você gostaria de compartilhar mais alguma informação ou comentário sobre sua experiência na EJA e a questão da evasão escolar?" O gráfico 7 descreve os resultados.

Gráfico 7 – Comentários sobre experiência na EJA.



O gráfico 7 expõe que 27% dos alunos não comentaram, enquanto 27% responderam que a experiência tem sido boa. Outros 14% comentaram sobre o papel social da EJA, e 10% citaram os professores e os funcionários como responsáveis por tornar a experiência boa. Quatro categorias de respostas obtiveram 5%, abordando comentários sobre conexões sociais,

amadurecimento e superação, perfil do aluno e a importância de permanecer na EJA. Além disso, 2% dos alunos apontaram a frequência na EJA como uma forma de fuga dos problemas.

4.2.2 Resultados obtidos através de análise documental.

A pesquisa utilizou como segundo instrumento de coleta de dados a análise dos documentos institucionais da EJA. Este tópico apresentará os resultados encontrados. Foram examinadas as fichas de matrícula e as atas finais dos anos de 2022 e 2023 para identificar informações relacionadas às taxas de evasão e outras variáveis relevantes. A seguir, apresentamos os principais resultados dessa análise, destacando tendências e padrões que emergiram a partir das informações contidas nessas documentações cruciais.

Para a modalidade de ensino EJA, onde cada período de 6 meses equivale a um ano, no ano de 2022, na escola Gilney de Souza, foram formadas duas turmas de EJA: uma de 1º ano com 39 matrículas, das quais 13 alunos abandonaram antes de concluir. Os alunos restantes avançaram para a etapa seguinte, o 2º ano, correspondendo ao segundo semestre de 2022, iniciando com 33 alunos matriculados e finalizando com 05 alunos a menos. Também no início do ano, foi formada uma turma de 3º ano, que começou com 41 matrículas e finalizou após 6 meses com um total de 07 desistências. No ano de 2022, a porcentagem total referente à evasão foi de 22%.

O ano de 2023 iniciou com uma turma de 3º ano com 45 matrículas, finalizando o primeiro semestre sem nenhuma desistência. Formou-se também uma turma de 1º ano com 34 alunos, onde 07 abandonaram, e uma turma de 2º ano que finalizou com 06 desistências. Essas turmas de 1º e 2º ano cursam respectivamente o 2º e o 3º ano neste segundo semestre de 2023, época em que a pesquisa está sendo realizada. Portanto, ainda não há dados referentes à ata final, mas em relação às matrículas, cada turma conta com 29 alunos. Para o ano de 2023, a porcentagem de abandono no momento equivale a 11%.

Diante da análise minuciosa das fichas de matrícula e das atas finais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Gilney de Souza, é notável que, apesar dos desafios iniciais, houve uma tendência positiva de diminuição no número de alunos evadidos ao longo do período que foi objeto da análise.

4.2 Balanço dos resultados

Esta seção realizará a análise dos dados e evidenciará os resultados encontrados à luz do referencial teórico apresentado. Iniciaremos expondo as principais causas da evasão, buscando responder à pergunta norteadora da pesquisa.

Conforme os dados encontrados, o trabalho e o cansaço emergem como as principais razões que levam o aluno a desistir. Além disso, outros fatores relacionados foram citados, como falta de tempo e a dificuldade de conciliar os estudos com outras responsabilidades. Isso reforça o perfil do aluno da EJA como um jovem ou adulto que trabalha, enfrenta uma sobrecarga de responsabilidades e, devido ao cansaço acumulado, opta por abandonar os estudos, já que abandonar o trabalho é inviável em detrimento da sobrevivência.

Na parte inicial do questionário, destacou-se que a motivação para o ingresso na EJA é o desejo de concluir o Ensino Médio. A maioria dos alunos não considera a desistência, o que é promissor em relação à evasão na EJA. Quando questionados sobre abandonos anteriores, as respostas majoritárias indicam que esses alunos abandonaram anteriormente o ensino regular, evidenciando a necessidade de investigar as causas desse abandono.

Em síntese, os resultados encontrados revelaram um índice de abandono baixo na EJA, surpreendendo em relação às expectativas da pesquisadora, que, como ex-aluna da EJA, esperava algo diferente. No entanto, é possível que a evasão esteja agora concentrada em outro nível de ensino. Diálogos com professores destacaram o bom comportamento e a vontade de aprender dos alunos da EJA em comparação aos do Ensino Médio regular. Entretanto, essa observação precisa ser investigada em estudos específicos.

Embora a pesquisa tenha revelado um índice baixo de evasão, é importante ressaltar as medidas de intervenção sugeridas pelos alunos para combater a evasão. A demanda por aulas mais dinâmicas, atividades físicas e educação financeira demonstra a necessidade que os alunos sentem de um currículo diversificado e aplicável à vida real. Além disso, a solicitação de aulas motivacionais e acompanhamento psicológico, apesar de demandar investimentos, destaca a importância da saúde mental como fator relacionado à evasão.

Na parte final do questionário, onde os alunos compartilharam suas experiências na EJA, destaca-se a resposta que obteve a menor porcentagem: a frequência na EJA como fuga para os problemas. Embora revele uma realidade difícil, também sugere uma oportunidade. A busca ativa realizada pela escola ao entrar em contato com os alunos desistentes é uma estratégia, mas a dificuldade em convencê-los a voltar destaca a importância de manter os alunos motivados durante o período de frequência. Transformar a escola em um ambiente de interação e descontração, onde possam esquecer os problemas, pode ser uma estratégia eficaz para prevenir a evasão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito investigar as causas da evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando o contexto específico de alunos que, por diversas razões, buscam completar ou iniciar sua educação formal. Recapitulando os objetivos do estudo, buscamos compreender as principais razões que levam à evasão na EJA e identificar possíveis estratégias de prevenção.

Os resultados obtidos fornecem insights valiosos sobre os desafios enfrentados pelos alunos da EJA e as dinâmicas que influenciam a evasão. O trabalho e o cansaço emergiram como fatores centrais, evidenciando o equilíbrio delicado entre as responsabilidades profissionais e acadêmicas enfrentadas por esses estudantes. A falta de tempo e as dificuldades em conciliar os estudos com outras responsabilidades também foram destacadas como elementos significativos.

Ao interpretar esses resultados à luz do referencial teórico, percebemos que as complexidades da evasão na EJA estão intrinsecamente ligadas a fatores como desvalorização social da educação de adultos, falta de incentivo, estigma associado à frequência na EJA e necessidades econômicas. As demandas por aulas mais dinâmicas, atividades físicas e educação financeira refletem a necessidade de um currículo diversificado que atenda às experiências e desafios específicos desses alunos.

É importante reconhecer as limitações deste estudo, como a possibilidade de viés nas respostas dos participantes e a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a interação entre fatores diversos. Essas limitações apontam para oportunidades de pesquisa futura, que poderiam explorar mais a fundo os fatores psicológicos, sociais e econômicos que contribuem para a evasão na EJA.

Destacamos as contribuições originais deste estudo, preenchendo lacunas ao fornecer uma compreensão mais aprofundada das causas da evasão na EJA. Ao conectar nossos resultados à literatura existente, observamos paralelos com estudos anteriores, mas também identificamos nuances específicas da nossa amostra.

As implicações práticas desta pesquisa são significativas para profissionais da educação e formuladores de políticas. A necessidade de currículos adaptados, apoio emocional, flexibilidade nos horários e estratégias de prevenção personalizadas torna-se evidente. Essas conclusões podem influenciar a tomada de decisões na implementação de programas educacionais e políticas direcionadas à EJA, visando a redução da evasão e promoção do sucesso educacional.

Em síntese, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais holística da evasão na EJA, destacando áreas críticas para intervenção e fornecendo uma base sólida para futuras investigações. O desafio agora é transformar essas conclusões em ações práticas, visando a construção de uma educação inclusiva e eficaz para jovens e adultos em busca de oportunidades educacionais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, J. L. **ENCCEJA na evasão escolar da EJA: um estudo de caso**. 2018.

Disponível em:

<<https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/3579/1/TCC%20PRONTO.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2023.

ALVES, B. T. **A evasão escolar no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os impactos de inserção no mercado de trabalho**. 2022. Disponível em:<

<https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/2185/1/Bruna%20Thais%20Dourado%20Alves.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2023.

ARAÚJO, R. S.; SANTOS, K. S. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre o processo de evasão na escola Municipal Raulino de Araújo Rios**. In. Revista Imersão: 2021. Disponível em:< [Vista do EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE EVASÃO NA ESCOLA MUNICIPAL RAULINDO DE ARAÚJO RIOS \(fcgba.com.br\)](#) >Acesso em: 29 set. 2023.

ARROYO, M. G. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4 ed. Edições 70. São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2/2010, de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília: CNE, 2010d.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 13.005**, de 14 de julho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 29 set. 2023.

FALASCHI, C. L.; **Cultura e sujeitos na educação de jovens e adultos**. Campinas: PMC-SEME, 2008.

FERREIRA, C. P.; OLIVEIRA, M. P. de. **Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma análise dos fatores associados**. Revista de Ciências Humanas, V. 10, n. 2, p. 1 – 15, 2016.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Edição: 14. Hucitec: São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Autores Associados, 1999.

RISTOFF, Dilvo. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: visão crítica e perspectivas**. Autores Associados, 2004.

SILVA, M. J. **Causas da evasão escolar: estudo de caso de uma escola pública do Ensino Fundamental no município de Acará – PA**.2015. In. Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. 2016. Disponível em:< <https://core.ac.uk/reader/233161520>>. Acesso em: 25 set. 2023.

SOARES, L. J. G. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro:DP & A, 2002.

SOARES, L. J. G. **Evasão escolar e políticas públicas: análise do programa de educação de jovens e adultos**. Editora Unijuí, 2013.

INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO REGULAR EM APODI/RN

*Antônio Arcleudson Gomes Ramalho
João Filho Queiros*

RESUMO: Essa pesquisa é o resultado de uma investigação de como se desenvolve a inclusão do aluno surdo no ensino fundamental da educação regular em duas escolas no município de Apodi, Rio Grande do Norte, uma da rede pública e outra da rede privada. A natureza da abordagem foi a qualitativa, do tipo descritiva, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário semiestruturado, aplicado a três professores que lecionam para alunos surdos no ensino regular do ensino fundamental. No referencial teórico foram citados autores da área da inclusão, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e da pesquisa científica como: Gil (2002), Mendes (2010), Marconi e Lakatos (2003), Quadros (2004), Rodrigues e Lima (2017), Vergara (2016), além da fundamentação em leis, decretos e documentos nacionais e internacionais relacionados à educação inclusiva. Os dados levantados pelo questionário demonstraram a necessidade do professor conhecer as leis, os decretos e os documentos que fundamentam a educação inclusiva, para atuar com mais efetividade no processo de inclusão do aluno deficiente na educação regular, a importância do papel do professor efetivo em parceria com o intérprete e tradutor de Libras para a inclusão do aluno surdo no ensino regular, a relevância do uso de recursos e metodologias que facilitem o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, além da importância do papel da escola e da família no processo de inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Lei. Formação docente. Libras.

ABSTRACT: This study is the result of an investigation to understand the inclusion process of hearing-impaired students in the standard elementary school system performed at two schools in the municipality of Apodi, Rio Grande do Norte, one private and the other public. A qualitative and descriptive approach was employed using a semi-structured questionnaire administered to three teachers of hearing-impaired students in the standard elementary school system. As a theoretical basis for this work, authors of the area of inclusion, the Brazilian Sign Language – LIBRAS and scientific research work such as: Gil (2002), Mendes (2010), Marconi e Lakatos (2003), Quadros (2004), Rodrigues e Lima (2017), Vergara (2016), in addition to the basis of domestic and international legislation and documents related to inclusive education were used. The data obtained from the questionnaires demonstrate the need for teachers to be familiar with the laws, decrees and documents on which inclusive education is based, in order to be able to participate more effectively in the process of inclusion of hearing-impaired students in standard education, the importance of the regular teacher's role together with LIBRAS interpreters and translators to include hearing-impaired students in standard education, the relevance of using resources and methods to facilitate the teaching and learning process of hearing-impaired students, in addition to the importance of the role of schools and families in the inclusion process.

Keywords: Inclusive Education. Law. Teacher training. Libras.

1. INTRODUÇÃO

O referido trabalho tem a finalidade de investigar como se desenvolve a inclusão dos alunos surdos no ensino fundamental do ensino regular no município de Apodi, cidade

localizada no Estado do Rio Grande do Norte. Para contribuir com as reflexões na pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de autores que apresentam o contexto histórico da inclusão do aluno com deficiência no Brasil.

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo geral compreender como se desenvolve a inclusão dos alunos surdos no ensino fundamental do ensino regular, em duas escolas no município de Apodi/RN, uma da rede pública e outra da rede privada. Os objetivos específicos da pesquisa é analisar leis, decretos e políticas públicas que contemplam a educação inclusiva; compreender o processo de inclusão do aluno surdo no ensino regular em Apodi/RN; destacar a importância do papel do professor na inclusão do aluno surdo no ensino regular.

A justificativa para a realização da pesquisa foi a relação de amizade do autor desta pesquisa com pessoas surdas desde a sua infância, instigado pelos conhecimentos adquiridos durante as aulas das disciplinas de LIBRAS e Educação especial e Inclusão, na Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar-FACEP, no curso de Pedagogia. A partir das discussões em sala de aula sobre o assunto, surgiu o desejo de compreender o processo de inclusão dos alunos surdos no Ensino fundamental anos iniciais no município de Apodi/RN.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e de campo. Na parte bibliográfica foi utilizado autores da área da inclusão e LIBRAS, para fornecer apoio as reflexões realizadas no decorrer das investigações, apresentando teorias que sustentam o percurso durante a pesquisa. Já a pesquisa de campo, é o momento que o pesquisador foi a campo coletar os dados.

Para a coleta de dados, o pesquisador teve como colaboradores 3 (três) professores que lecionam para alunos surdos no ensino regular no município de Apodi/RN. Foi utilizado como instrumento de coleta o questionário semiestruturado com perguntas abertas. As perguntas do questionário estão fundamentadas nos objetivos específicos da pesquisa, visando esclarecer dúvidas sobre o processo de inclusão dos alunos surdos na educação regular.

Foi utilizado como ferramenta para a elaboração e socialização do questionário, o Formulários Google, popularmente conhecido como *Google Forms*. O link do questionário foi enviado pelo aplicativo tecnológico *WhatsApp*, levando em consideração a pandemia da COVID-19, que estabelece o distanciamento social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Vergara (2016, p. 57), o referencial teórico é “[...] o capítulo do projeto que tem por objetivo apresentar os estudos sobre o tema, ou especificamente sobre o problema, já realizados por outros autores”. É no referencial teórico que o pesquisador faz um

levantamento sobre os conhecimentos publicados acerca do tema de sua averiguação, utilizando-os como fundamentação para a sua pesquisa.

3.1 Contexto histórico da educação inclusiva no Brasil

A pessoa com deficiência por muitos anos sofreu preconceito, teve os seus direitos negligenciados, foi torturada, esquecida pelo poder público, excluída do convívio social e muitas vezes abandonada pela própria família. Eram fadados a viverem uma vida totalmente sem perspectiva, dependendo da caridade humana para a sua sobrevivência como destaca Rodrigues e Lima (2017, p. 23) “nota-se nesse contexto, que a pessoa deficiente, era excluída em razão da sua deficiência, associada a uma “ineficiência”, pois, não seria “produtiva” para a nobreza. Assim, nada podia ser feito, e só restava a aceitação dessa condição”

Na antiguidade, como descreve algumas passagens da Bíblia, a sociedade considerava a deficiência de uma pessoa como consequência de uma maldição, de um pecado dos pais ou da pessoa deficiente, ou até mesmo uma possessão demoníaca. “Caminhando Jesus, viu um homem cego de nascença. E os seus discípulos perguntaram: Mestre, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? Respondeu Jesus: Nem ele pecou, nem seus pais; mas foi para que se manifestem nele as obras de Deus” (Bíblia, João 9:1-3).

A trajetória da pessoa com deficiência no Brasil não se diferencia tanto de outros contextos e épocas seja na vida social ou educacional. A pessoa com deficiência no Brasil teve prejuízos emocionais, afetivos e sociais irreparáveis no decorrer da história. Seus direitos foram violados durante muitos anos neste país.

O atendimento as pessoas com deficiência na educação, só teve início no Brasil, a partir do século XIX, com a criação de duas instituições, que se tornaram pioneiras no atendimento a pessoa com deficiência no país, como aponta Rodrigues e Lima (2017):

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência, iniciou na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro (Rodrigues; Lima, 2017, p. 28).

A criação dos institutos foi um pequeno avanço no atendimento a pessoa com deficiência, levando em consideração que as duas instituições ofereciam atendimento apenas a pessoa com deficiência visual e auditiva. As vagas eram limitadas, essas instituições se

concentravam nos grandes centros do país, funcionavam como internatos, e tinham como objetivo a integração dos alunos na sociedade brasileira.

Outras instituições foram criadas com o objetivo de atender as necessidades sociais e educacionais da pessoa com deficiência no país. No século XX surgem outras entidades como destacam Rodrigues e Lima:

Posteriormente no século XX, temos no Brasil a fundação do Instituto Pestalozzi (1926), especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); e já no ano de 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (Rodrigues; Lima, 2017, p. 28).

Aos poucos, instituições estavam sendo criadas com o objetivo de atender esse público até então, esquecido pelo Estado. O processo de inclusão começava a tomar forma, embora um caminho longo ainda precisava ser percorrido, a fim de recompensar as perdas históricas da pessoa com deficiência no país.

Com as lutas e conquistas da pessoa com deficiência, o estado começa a se responsabilizar na implementação de políticas públicas que beneficiassem a pessoa com deficiência. Mendes relata que:

A partir de 1958 o Ministério de Educação começou a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, lançando as campanhas nacionais para a educação de pessoas com deficiências: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (CNERDV), em 1958; Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental (Cademe), em 1960 (Mendes, 2010, p. 99).

De acordo com Mendes, percebemos que os serviços assistencialistas para as pessoas com deficiências foram implementados de forma gradativa apontando ainda a criação do Conselho Federal de Educação, a partir da promulgação da Lei 4.024 de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1961, dar-se início as ações oficiais do poder público na educação especial, que outrora limitava-se a iniciativas regionalizadas e isoladas no contexto da política educacional nacional (Mendes, 2010, p. 99).

Com a Criação do Conselho Federal de Educação, houve um crescimento significativo do número de instituições privadas de cunho filantrópico no cenário nacional, de modo que no ano 1962, estimava-se a existência de 16 instituição da (APAE), levando a necessidade de ser criado um órgão normativo e representativo de âmbito nacional, que passou a ser chamado Federação Nacional das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES).

Ainda na década de 1970, no cenário nacional houve diversos avanços com a criação de decretos, leis, e instituições voltadas no que diz respeito a educação inclusiva como relata Mendes:

Decreto 72.425, de 3 de julho de 1973, que criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), junto ao Ministério de Educação; que iria se constituir no primeiro órgão educacional do governo federal, responsável pela definição da política de educação especial; Em 1976 a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS); Em 1977 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social; No final da década de setenta são implantados os primeiros cursos de formação de professores na área de educação especial ao nível do terceiro grau e os primeiros programas de pós-graduação a se dedicarem à área de educação especial (Mendes, 2010, p. 100-101).

Com a implementação e a criação de ministérios e órgãos relacionados à educação, e a inserção de cursos para a formação de professores para o atendimento na educação especial, demonstra a mobilização do Estado em possibilitar condições melhores, ainda que insuficientes, para o atendimento à pessoa deficiente na educação.

A educação inclusiva no Brasil perpassou três períodos históricos. O período da segregação que perdurou até meados de 1960, quando os alunos deficientes eram impedidos de frequentarem as instituições de ensino regular no país, restando-lhes a possibilidade de serem atendidos separadamente nas instituições especializadas. Discorrendo sobre este período Rodrigues e Lima relata:

A segregação acabava gerando o preconceito com relação aos estudantes que não “apresentavam padrões de normalidade”, ao eximir a responsabilidade da escola e conseqüentemente, o favorecimento de maiores avanços nos estudos acerca dessa população, que poderiam visualizar mudanças significativas no campo da educação (Rodrigues; Lima, 2017, p. 26).

A visão que se tinha dos alunos com deficiência era depreciativa, muitos entendiam que a pessoa com deficiência não tinha possibilidade alguma de se desenvolver no processo educacional. Com isso, não se proporcionava possibilidades para o aperfeiçoamento das habilidades e competências desses alunos.

O período de integração em meados de 1970, é marcado pela tentativa de integrar os alunos com deficiência nas instituições de ensino regular. Os alunos deficientes mais adaptáveis eram matriculados nas escolas de ensino regular como relata Sánchez. “Na integração, para que um aluno com necessidades educacionais especiais pudesse estar numa classe regular, era necessário que apresentasse dificuldades médias ou comuns” (Sánchez, 2005, p. 14).

Havia um acesso registro dos alunos deficientes no ensino regular, dependendo das dificuldades de adaptação desses alunos, pois as escolas mantinham as suas rotinas e práticas pedagógicas, de modo que os alunos deficientes precisavam acompanhar o ritmo e adaptar-se ao sistema escolar. Desse modo, os alunos deficientes continuavam sendo prejudicados, pois não recebiam as mesmas oportunidades e condições de aprendizagem.

O período mais atual é o da inclusão, que teve início no Brasil por volta do ano de 1990, com a proposta de incluir todas as pessoas independentemente de sua deficiência no ensino regular, proporcionando-lhes o direito a uma educação de qualidade, que estimule as habilidades e as competências desses alunos, que promova o respeito a diferença e a igualdade de oportunidades. Do ponto de vista de Sánchez:

A educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar a nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica (seria algo que iria contra os direitos humanos). (Sánchez, 2005, p. 12).

Uma educação de qualidade e inclusiva é um direito de todo cidadão brasileiro independentemente da sua classe social, cor, gênero ou deficiência. É inaceitável que diante de tantas leis que asseguram esse direito constitucional, a pessoa deficiente ainda seja prejudicada, excluída e sofra preconceitos.

Analisando o contexto histórico da educação inclusiva no Brasil, é inegável que houve nos últimos anos avanços e melhorias no atendimento do aluno com deficiência na educação regular no país. Isso não quer dizer, que a educação inclusiva no Brasil atingiu o seu auge de qualidade e que não tenha necessidade de melhorias.

3.2 A questão legal sobre a educação inclusiva

São diversas leis que estabelecem a educação como um direito de todos, embora por muito tempo na história deste país o acesso à escola foi um privilégio de alguns. A Constituição Federal de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, determina de modo preciso a educação como um direito de todos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A educação como um dever do Estado e um direito de todo cidadão, tornou-se possível no Brasil pela Constituição Federal de 1988, levando em consideração que antes da Constituição, não existia prerrogativas que determinasse ao estado o dever de oferecer educação de qualidade para todo cidadão brasileiro, de forma que o ensino público oferecido antes da formulação da Constituição de 1988, era considerado uma espécie de assistência para alunos que não podiam pagar.

Hoje, as leis que beneficiam o acesso à educação a todos, não seriam possíveis sem a dedicação de grupos sociais na luta por esses direitos constitucionais. Rodrigues e Lima (2017), entendem a importância da trajetória da educação inclusiva afirmando.

Compreendendo toda essa trajetória, torna-se importante pesquisar os caminhos que vêm sendo percorridos para o alcance de um sistema educacional realmente inclusivo, sob essa égide, há muito que ser feito ainda. As mudanças propostas pela inclusão de estudantes com deficiência são importantes na garantia de direitos, porém, para a consolidação de um sistema educacional inclusivo, torna-se fundamental o acesso e permanência mediante um ensino de qualidade (Rodrigues; Lima, 2017, p. 23).

É de fundamental importância o conhecimento a respeito das trajetórias, lutas e conquistas alcançadas em prol de uma educação de qualidade e inclusiva. Para se ter uma visão do que ainda falta ser alcançado e no que podemos contribuir como cidadão ou profissional da educação para a consolidação da inclusão não só no âmbito escolar, como também na sociedade de modo geral, recompensando o tempo em que os direitos desses sujeitos foram violados.

Ainda segundo Rodrigues e Lima:

O reconhecimento e efetivação dos direitos conquistados deverão ser assegurados aos alunos com deficiência, e isso propõe ambientes e recursos pedagógicos acessíveis assim como, professores com uma formação acadêmica voltada para atender alunos com deficiência (Rodrigues; Lima, 2017, p. 31).

A preparação de um ambiente adequado e receptivo para os alunos com deficiência no ensino regular, e a formação especializada e continuada dos professores para o atendimento aos alunos com deficiência, é de fundamental importância para uma educação inclusiva e emancipatória. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015):

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim

como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Brasil, 2015, p. 19-20).

O direito à educação inclusiva e de qualidade que proporcione os dispositivos necessários que contemplem os alunos com deficiência, é um direito que deve ser assegurado e promovido pelo Estado, com o objetivo de atender as necessidades desse público. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, no Cap. IV, Art. 27.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, p. 62).

É dever do Estado e da família, com a colaboração da escola e da sociedade oferecer educação de qualidade e inclusiva que promova o máximo possível o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência. Tratando de uma educação de qualidade que contemple o desenvolvimento de todos, independentemente de suas dificuldades ou deficiências, a Declaração de Salamanca documento importante na causa inclusão apresenta:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades (Declaração de Salamanca, 1994, p 11-12).

Não se promove uma educação de qualidade e inclusiva sem possibilitar condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência na escola. É preciso oportunizar a esses alunos acessibilidade aos conhecimentos necessários para a sua aprendizagem, conteúdos adequados, materiais didáticos adaptados que atenda às necessidades dos alunos com deficiência, práticas pedagógicas inclusivas e professores qualificados.

Se tratando da inclusão da pessoa surda na educação, no contexto Brasileiro, as leis que contemplam esse público são bastante recentes. Somente no ano de 2002 a língua de sinais foi regulamentada no Brasil através da lei 10.436/2002. “Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (Brasil, 2002).

Com a formulação da lei, a Libras é reconhecida como meio de comunicação e expressão da comunidade surda, também considerada a sua primeira língua, além de ser um instrumento de inclusão e interação entre os surdos e os ouvintes. De acordo com os dados do IBGE divulgados no ano de 2010, estima-se que há mais de dez milhões de pessoas com problemas auditivos no país. Isso demonstra a importância da Libras como ferramenta de inclusão e comunicação.

Quadros (2017, p. 19) define a Libras como “[...] uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira”. Os gestos, os movimentos faciais e corporais, substituem o som da fala na Libras, possibilitando a comunicação da pessoa surda com os seus pares surdos e ouvintes.

Ainda de acordo com a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Art. 1º, parágrafo único, conceitua a Língua Brasileira de Sinais.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002, p. 1).

A lei conceitua a Libras de acordo com os elementos e os requisitos científicos que a constituem como uma língua contendo estrutura gramatical própria, sistema linguístico, regras, além de outros elementos. Diferentemente da Língua Portuguesa na sua modalidade oral e auditiva, que tem como instrumento a voz, a Libras está relacionada com as expressões faciais, corporais, e pela articulação das mãos.

O decreto 5.626/2005 que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, no Art. 2º conceitua a pessoa surda.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras (Brasil, 2005, p. 2).

De acordo com o conceito a pessoa surda estabelece suas relações com a sociedade e desenvolve a sua aprendizagem sobre mundo pelas experiências visuais, de modo que o acesso e apropriação da Língua Brasileira de Sinais torna-se algo de suma importância, pois oportuniza e fornece autonomia a comunidade surda de externar a sua cultura e seus conhecimentos.

Considerando a importância da Língua Brasileira de Sinais para a comunidade surda, foi estabelecido leis para que a Libras seja inserida como disciplina na formação de professores, o que possibilita condições melhores para o atendimento educacional dos alunos surdos no ensino regular. No decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, capítulo II da inclusão da Libras como disciplina curricular, no artigo 3º estabelece:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2005, p. 2).

Apesar das leis e decretos que estabelecem melhorias para o atendimento do aluno surdo na educação, especialmente no ensino regular, é perceptível que ainda falta no ambiente escolar elementos essenciais como intérpretes de Libras, professores com formação em libras, materiais didáticos adaptados, além de outros recursos.

O Artigo 28, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, delega ao Estado algumas responsabilidades na implementação de recursos que facilitem o atendimento da pessoa surda na educação inclusiva.

Art. 28 Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

IV – oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII – oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação (Brasil, 2015, p. 19-20).

De acordo com o artigo 28 do Estatuto da Pessoa com Deficiência - EPD, o Estado tem o dever de ofertar todas as possibilidades, condições e recursos para o atendimento a pessoa surda na educação regular, objetivando a sua inclusão, formação e autonomia. Não basta apenas inserir os alunos surdos na escola, mas propiciar condições de participação no processo de ensino e aprendizagem.

3.3 O papel do professor na inclusão do aluno surdo no ensino regular

O papel do professor é de suma importância para o sucesso da inclusão do aluno surdo na educação regular. Por mais que a instituição de ensino ofereça todas as possibilidades e condições como acessibilidade, materiais didáticos adaptados, recursos tecnológicos e outras ferramentas, se o professor não abraçar a causa e não participar desse processo, os alunos surdos terão dificuldades de acesso e posse dos conhecimentos.

É preciso que esse professor busque capacitação na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para poder atender com mais qualidade e contribuir no desenvolvimento educativo do aluno surdo no ensino regular como destaca Preato *et al.* (2020):

O professor necessita ter habilidades para lidar com as diferenças, superar seus preconceitos e estar a todo o momento pronto para corresponder aos novos acontecimentos e episódios que venham a ocorrer dentro da sala. Deste modo, perante um aluno surdo, o professor deve compreender e ter domínio com a Língua de Sinais – LIBRAS, para que ele possa se comunicar e transmitir os conteúdos ensinados na sala de aula para o este aluno (Preato *et al.*, 2020, p. 73700).

Essas habilidades são adquiridas na formação docente, e com as experiências do dia a dia na sala de aula. Diante disso, é perceptível a importância da qualificação do professor e da busca incessante desse profissional por especializações e capacitações no decorrer da sua vida docente. De acordo com o Documento Subsidiário à Política de Inclusão, do Ministério da Educação (Brasil, 2005, p. 21), “A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar”.

No processo de inclusão do aluno surdo na educação regular, o professor deve atuar como facilitador e mediador dos conhecimentos, conhecer a realidade do aluno, desenvolver metodologias de ensino que leve em consideração suas dificuldades e acreditar nas suas potencialidades e capacidades independentemente de sua deficiência ou limitação, além de estabelecer um ambiente de respeito às diferenças, derrubando as barreiras que dificultam a inclusão, nivelando o caminho para o aluno surdo desenvolver suas potencialidades e habilidades.

Ainda sobre o papel do docente no processo de inclusão do aluno surdo na educação regular, é necessário pensar também, na importância do professor intérprete de Libras neste processo. De acordo com Preato *et al.* (2020, p. 73701):

No âmbito educacional, o intérprete tem sua função voltada para a interação comunicativa entre o professor e o aluno surdo, transformando em uma “ponte” no diálogo entre o professor e o aluno. Deste modo, este profissional tem suma

importância no processo de ensino e aprendizado do aluno surdo, pois será o intérprete que irá traduzir às explicações do professor para o aluno surdo.

Isso demonstra que a participação de um profissional intérprete de Libras na sala de aula regular, fará toda a diferença no desenvolvimento educacional do aluno surdo. De acordo com Lei nº 12.319, de 01 de Setembro de 2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, no artigo 6º estabelece como atribuição do tradutor e intérprete de Libras no pleno exercício de suas competências:

- I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e
- V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (Brasil, 2010).

Segundo o artigo 6º da Lei 12.319, O professor interprete de Libras deve facilitar o acesso e aprendizagem do aluno surdo a Libras, traduzir os conteúdos aplicados pelo professor na sala de aula para a Libras beneficiando os conhecimentos do aluno surdo, contribuir no diálogo do aluno surdo com o professor e os colegas da turma, ser um incentivador da inclusão nos serviços públicos, além de contribuir com a sociedade de um modo geral com os seus conhecimentos e habilidades.

Sobre a participação do professor regente e do interprete de libras na educação regular, Preato *et al.* (2020) ressalta como deve acontecer essa parceria:

Neste contexto, cabe ao professor fazer um planejamento de aula claro e objetivo, de modo que consiga transmitir o conhecimento desejado de maneira eficaz, tanto para o aluno surdo quanto para o aluno ouvinte. Para isso, o intérprete necessita de planejar as aulas em conjunto com o professor regente da turma, para que de fato, o aluno consiga compreender, a tradução do intérprete dos conteúdos passados pelo professor, para isto, tanto o professor quanto o intérprete precisam estar de certa forma em “sincronia”, para que de fato o intérprete consiga traduzir com êxito as explicações e conteúdos passados pelo professor perante a sala, para o aluno surdo (Preato *et al.*, 2020, p. 73701).

Esses profissionais precisam compreender o papel de cada um e sua importância para a inclusão do aluno surdo na educação regular. Apesar de existir um só objetivo, no entanto, seus papéis são diferentes no processo. O Professor regente planeja a aula com a finalidade de

atender todos os alunos, o interprete se coloca na condição de mediador da comunicação, sendo ele o responsável por traduzir as explicações dos conteúdos aos alunos surdos, utilizando a Libras.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência reconhecendo a importância da Libras e do papel do profissional interprete de Libras na inclusão do aluno surdo na educação, estabelece no Art. 28, Inciso XI e XII como incumbência do poder público:

- XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII – oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação (Brasil, 2015, p. 21).

O ensino da Libras e a disponibilização de professores interpretes na sala de aula do ensino regular, são ofertas que facilitam o conhecimento, compreensão, apropriação da escrita e dos conteúdos pelos alunos surdos, de modo que a deficiência auditiva, deixará de ser uma barreira no acesso ao conhecimento. Segundo Domingos, “o sucesso escolar do indivíduo surdo está diretamente relacionado com a atenção que lhe é dada com relação à língua, quanto mais cedo ele tiver contato com sua língua materna, mais fácil se dará o processo de aprendizagem” (Domingos, 2014, p. 10).

O contato com a Libras nos primeiros anos da vida escolar, propiciará ao aluno surdo habilidades linguísticas e facilidade no acesso aos conhecimentos. Portanto, assegurar o direito a pessoa com deficiência auditiva no ensino regular, proporcionando uma educação de qualidade, facilitando o acesso do aluno surdo a sua própria língua, o atendimento educacional especializado composto de profissionais capacitados como tradutor e intérprete de Libras, materiais didáticos adaptados e acessíveis, são requisitos fundamentais para a inclusão do aluno surdo na educação regular.

3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Será apresentado nessa sessão, os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, os instrumentos usados na coleta de dados, informações acerca do *locus*, dos colaboradores da pesquisa e análise de dados. A estrutura desse capítulo está dividido em três subtópicos: classificação da pesquisa, instrumento de coleta de dados, universo e amostra, e tratamento dos dados.

3.1 Classificação da pesquisa

Toda pesquisa tem o propósito de investigar, examinar, descobrir e conhecer, através do estudo planejado, com o objetivo de construir novos conhecimentos, além de descobrir respostas para as indagações, por intermédio da aplicação do método científico. De acordo com Gil (2002, p. 17), “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A referida pesquisa tem a finalidade de compreender como se desenvolve a inclusão dos alunos surdos no ensino fundamental do ensino regular, no município de Apodi/RN. Caracteriza-se pelo cunho bibliográfico, a qual possibilitará uma sustentação sólida na compreensão acerca da temática. Por meio de textos, artigos, livros e documentos já produzidos por autores renomados. Gil (2002, p. 44) afirma que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A abordagem que será utilizada na pesquisa, é a qualitativa, do tipo descritiva, pois o interesse da pesquisa é analisar dados sobre os processos e fenômenos utilizados na inclusão do aluno surdo, para descrever com precisão os caminhos percorridos, as relações sociais e os resultados alcançados.

3.2 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado o questionário semiestruturado com cinco questões abertas, no qual os participantes da pesquisa são livres para darem suas respostas acerca da temática investigada. Existem algumas particularidades do questionário como descreve Marconi e Lakatos (2003, p. 222), “[...] o questionário constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”. Isso possibilita que o participante fique mais à vontade no momento de elaborar as respostas, levando em consideração que o pesquisador estará ausente no momento da resolução das questões.

Como aponta Gil (2002, p. 116), “[...] as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa”. O autor reforça a importância da utilização de uma linguagem clara e simples para que o sujeito indagado compreenda as perguntas, a fim de responder de forma objetiva. Isso contribuirá também, no momento em que o pesquisador for analisar as respostas do questionário.

O questionário com perguntas abertas, foi aplicado a três professores que lecionam para alunos surdos na educação regular do ensino fundamental, no município de Apodi/RN, e teve como objetivo coletar informações a respeito das leis, decretos e políticas públicas que contemplam a educação inclusiva; compreender o processo de inclusão do aluno surdo no ensino regular em Apodi/RN; destacar a importância do papel do professor na inclusão do aluno surdo no ensino regular.

Foi utilizado como ferramenta para a elaboração e socialização do questionário, o *Google Forms*, um aplicativo de gerenciamento de pesquisa lançado pelo *Google*. Esse aplicativo tem sido um bom aliado na realização de pesquisas durante esse período de pandemia da COVID-19, devido à necessidade do distanciamento social como medida de segurança para evitar a proliferação do vírus.

O link do *Google Forms*, foi disponibilizado via *WhatsApp* para os colaboradores da pesquisa. O critério utilizado na escolha dos professores foi a experiência de lecionar para alunos surdos no ensino regular, além do conhecimento desses profissionais acerca de como acontece o processo de inclusão do aluno surdo no ensino fundamental no município de Apodi/RN.

3.3 Tratamento dos dados

De acordo com Vergara (2016, p. 93), “tratamento dos dados refere-se àquela seção na qual se explicita para o leitor como se pretende tratar os dados a coletar, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto”. Ou seja, é no tratamento de dados que o pesquisador descreve as técnicas que serão utilizadas para análise dos dados, e as razões de suas escolhas.

Os dados da pesquisa foram obtidos a partir da aplicação de um questionário semiestruturado com cinco perguntas abertas, estritamente relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa, aplicado a três professores do ensino fundamental do ensino regular, de duas escolas do município de Apodi/RN. Sendo uma escola da rede pública estadual, outra da rede privada.

Os dados do questionário foram organizados em forma de citação direta e indireta, objetivando uma melhor organização das respostas dos professores, para em seguida ser analisadas a luz do referencial teórico, procurando estabelecer um diálogo para melhor compreender os fenômenos. Levando em consideração que o tipo de dados da pesquisa é de natureza qualitativa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão analisados os resultados dos dados coletados na pesquisa de campo por meio de um questionário semiestruturado aplicado a três professores que atuam em duas escolas, dois da rede pública e um da rede privada do ensino regular do ensino fundamental, que lecionam para alunos surdos.

O questionário é constituído de cinco perguntas abertas e tem como finalidade compreender como se desenvolve a inclusão dos alunos surdos no ensino fundamental do ensino regular, em duas escolas no município de Apodi/RN. Os resultados do questionário serão organizados em forma de citação direta e indireta, objetivando uma melhor organização das respostas dos professores, em seguida analisadas conforme o referencial teórico.

A faixa etária dos docentes é entre 34 e 38 anos de idade, com tempo de atuação na educação entre 4 a 5 anos. Todos possuem formação superior na área da educação. Por questão de ética a identidade dos três colaboradores serão mantidas em sigilo, por conta disso, será utilizado nomes fictícios como: Rute, Pedro e Raquel.

A primeira pergunta do questionário, indagava aos professores sobre a relevância do professor que leciona para aluno surdo conhecer as leis, os decretos e as políticas públicas que o amparam no ensino regular.

A professora Rute falou que:

“O conhecimento das leis ajudam a nortear a prática em sala de aula, e, também, a entender sua participação ou ausência em sala, como uma parte importante no processo de constituição e/ou participação cidadã” (Rute, 2021).

A docente Raquel afirma que:

“O professor que conhece as políticas públicas que ampara a educação inclusiva no ensino regular, atua com maior discernimento no tocante aos desafios que aparecem na sala de aula, e ajuda os alunos e suas famílias quando necessário” (Raquel, 2021).

O professor Pedro vai além e afirma que:

“É muito importante que todos os professores, não somente os que lecionam a alunos surdos, conheçam a legislação, mas todos os professores como um

todo. Quanto mais informação, melhor será o atendimento e acolhimento aos alunos. Mas infelizmente essa legislação não chega aos professores. Pelo menos comigo, tive pouca informação a respeito, salvo nas semanas pedagógicas onde se fala de maneira breve sobre algumas políticas de acolhimento a alunos portadores de necessidades” (Pedro, 2021).

Diante dos relatos levantados acima, fica evidente a importância do professor conhecer a legislação, pois esse conhecimento norteia o professor quanto a sua prática docente, instiga o senso de responsabilidade na inclusão dos alunos deficientes na educação regular, prepara o docente para contribuir com a formação e informação dos alunos e familiares quanto ao direito desses sujeitos a uma educação de qualidade e inclusiva.

O professor Pedro é mais categórico quando afirma que os docentes de um modo geral precisam conhecer as leis que amparam o aluno surdo na educação regular. Quanto mais conhecimento o professor tem sobre as leis que amparam a educação inclusiva, mais capacidade ele terá de atuar com mais efetividade em relação aos alunos deficientes. No entanto, o professor Pedro lamenta a falta de acesso e posse dos conhecimentos acerca das leis e decretos pelos professores. Destacando a necessidade de mais debates e encontros que abordem a temática.

A segunda pergunta do questionário interpelava os professores da seguinte forma: Na sua concepção, o que dificulta o processo de inclusão do aluno surdo na educação regular? No ponto de vista da professora Rute:

“Alguns fatores, como: lacunas na formação do ensino regular (alguns alunos não são alfabetizados em língua portuguesa, o que dificulta o processo de aprendizagem mesmo que eles sejam fluentes em libras), estrutura tecnológica frágil ou, até mesmo, incompatibilidade de alguns conteúdos com o mundo deles (como a importância da prosódia e fonologia no estudo das linguagens)”. (Rute, 2021).

Segundo a professora Rute, o que dificulta o processo de inclusão dos alunos surdos, é a baixa qualidade do ensino regular, o fato de alguns alunos surdos não terem sido alfabetizados na língua portuguesa, a falta de recursos e metodologias que facilitem o aprendizado dos alunos surdos na educação regular, além das dificuldades impostas pelas regras da língua portuguesa.

Para a professora Raquel, o que dificulta o processo de inclusão do aluno surdo na educação regular é:

“A falta de preparo da escola, do professor ou até da própria família, com relação as necessidades do aluno” (Raquel, 2021).

Na concepção do professor Pedro o que prejudica a inclusão do aluno surdo no ensino regular:

“A falta de formação para todos os professores, da língua de sinais. Vemos um ou outro evento, como minicurso sobre o tema, mas bem distantes um do outro. Com isso o aprendizado fica bem limitado, e somando-se a isso tem toda a correria que a prática docente já traz, limitando nosso tempo para aprender novas didáticas e nos reciclar como professores” (Pedro, 2021).

A falta de qualificação dos professores é um dos elementos citados por Raquel e Pedro que dificulta o processo de inclusão do aluno surdo na educação regular. A professora Raquel é enfática em afirmar que a falta de preparação da escola, do professor e da família em relação à deficiência do aluno surdo, pode refletir totalmente no processo de inclusão do aluno.

O professor Pedro acrescenta que a falta de preparação do docente, muitas vezes acontece, pela falta de tempo devido a demanda de trabalho, o que minimiza as possibilidades do professor investir na sua formação continuada, além da carência de minicursos acessíveis para esses profissionais.

O Documento subsidiário à política de inclusão, do ministério da educação destaca a importância da formação dos professores para o processo de inclusão, e aponta a falta de preparo dos professores como um obstáculo para a inclusão na educação:

A formação dos professores também ganha destaque entre as demandas mais emergentes para o aprofundamento do processo de inclusão. Existe um consenso de que é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional. O “despreparo dos professores” figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador com aquele sujeito que não está de acordo com “os padrões de ensino e aprendizagem” da escola (Brasil, 2005, p. 28).

Isso demonstra a necessidade de haver uma preparação maior dos professores durante os cursos de licenciaturas, desses profissionais investirem mais na formação continuada, participarem de debates, encontros e pesquisas sobre a educação inclusiva e os seus respectivos desafios na prática docente.

Os professores ainda foram indagados sobre a seguinte questão: No relacionamento do aluno surdo com os demais alunos ouvintes em sala de aula, existe interação e respeito? Justifique. De acordo com a professora Rute:

“Sim, não existe essa separação em sala de aula. Todos são alunos e usam o espaço da mesma maneira” (Rute, 2021).

A professora Raquel partilha do mesmo ponto de vista:

“Sim, existe interação e respeito. No caso, meu aluno é muito bem assistido pela família, usa aparelho auditivo e isso diminui os desafios que ele precisa enfrentar” (Raquel, 2021).

As docentes Rute e Raquel consideram que existe interação e respeito dos alunos ouvintes com os alunos surdos nas escolas onde atuam. Rute reforça que os alunos são tratados de forma igual, tendo acesso aos mesmos recursos, enquanto Raquel relata que o seu aluno usa aparelho o que facilita a comunicação oral com os alunos ouvintes contribuindo assim com a interação, além de receber bastante incentivo da família.

Já o professor Pedro compartilha de uma outra visão:

“A partir do que observo no meu ambiente de trabalho, a interação é bem pouca, os alunos surdos interagem mais entre si. Acredito que se existisse uma formação para os alunos, de libras, essa interação seria maior” (Pedro, 2021).

Segundo o professor Pedro, a comunicação dos alunos surdos acontece mais entre eles. Existe pouco contato dos alunos ouvintes com os alunos surdos o que dificulta a interação e a socialização entre eles. O docente acredita que se houvesse a possibilidade dos alunos ouvintes receberem formação na Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, a relação e a comunicação entre os alunos surdos e ouvintes fluísse mais.

A quarta pergunta do questionário interpelava os professores da seguinte forma: Na escola onde você trabalha oferece estrutura e condições para o desenvolvimento integral do aluno surdo? Justifique. A docente Rute respondeu da seguinte maneira:

“Embora a escola não disponha de um aparato digital e tecnológico moderno e com múltiplos recursos, dispõe da ferramenta mais importante para o desenvolvimento do aluno surdo, que é o intérprete de libras” (Rute, 2021).

Quase semelhante a resposta de Rute, o professor Pedro relata:

“Acredito que sim, pois, todos os alunos surdos, tem alguém acompanhando eles, fazendo tradução simultânea de libras, durante todas as aulas. Inclusive vídeos e documentários são adaptados para eles. Mas a sempre o que se melhorar na escola” (Pedro, 2021).

Os relatos dos professores Rute e Pedro afirmam que a escola onde eles trabalham apesar de não oferecer todos os recursos necessários para a inclusão do aluno surdo, no entanto, dispõe de um dos principais elementos que possibilitam o acesso do aluno surdo a sua própria língua materna, o tradutor e intérprete de libras. Pedro relata ainda, que os materiais utilizados na educação dos alunos surdos são adaptadas o que facilita o desenvolvimento e aprendizagem desses alunos. Conforme a Declaração de Salamanca (1994), as estratégias pedagógicas, a utilização de currículos e recursos adequados garantem um bom nível de educação para todos.

A resposta da professora Raquel quanto a estrutura e as condições que a escola oferece para a inclusão do aluno surdo, ela descreveu:

“Depende do tipo de surdez. Se a surdez não puder ser corrigida ou melhorada com a ajuda de aparelho auditivo, a escola, atualmente não poderá atender as necessidades do aluno de forma integral” (Raquel, 2021).

Segundo a professora Raquel a escola onde ela atua não tem possibilidade de atender de forma integral o aluno surdo, a não ser que a surdez desse aluno seja reparada com o uso de aparelhos auditivos. Isso significa que a escola não dispõe de recursos didáticos e profissionais qualificados em libras.

É perceptível pelos relatos dos professores que a estrutura e as condições oferecidas pelas escolas ainda é insuficiente para promover a inclusão plena desses alunos. As instituições escolares precisam ser organizadas com o objetivo de atender todos os alunos, assegurando a esses o acesso dos conhecimentos, o respeito a suas potencialidades e necessidades, além de oferecer todas as condições possíveis para que esses alunos desenvolvam suas habilidades.

O documento “Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais”, da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação:

Considerando a heterogeneidade presente na sociedade, as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Nessa perspectiva, o desafio da educação é assegurar um ensino de qualidade que beneficie os alunos com deficiência e com altas habilidades/superdotação, com a organização de escolas que promovam a participação e a aprendizagem de todos (Brasil, 2006, p. 9).

A escola precisa ser um ambiente agradável, acolhedor e inclusivo para todos, que proporcione um ensino que leve em consideração as potencialidades e limitações dos educandos, que respeite o ritmo de aprendizagem desses alunos, que proporcionem condições dos alunos surdos superarem as barreiras sociais e comunicativas.

A última questão aplicada aos professores trazia o seguinte questionamento: Quais as metodologias e os recursos utilizados para a comunicação e o processo de ensino do aluno surdo? A resposta da professora Rute foi bem sucinta:

“A aula é mediada pelo intérprete de libras, o que possibilita a comunicação eficaz” (Rute, 2021).

O relato do professor Pedro é semelhante à da professora Rute com alguns acréscimos:

“Em cada sala com alunos surdos, existem um interprete de libras para comunicar o que está sendo informado pelos professores para os alunos. As avaliações são acompanhadas pelos interpretes que auxiliam os alunos surdos. Os professores mandam as atividades com antecedência para os interpretes para ele adaptar para os alunos surdos, terem mais compreensão, logo o processo ensino aprendido se torna mais fluido” (Pedro, 2021).

Os relatos dos professores Rute e Pedro são semelhantes quanto o auxílio de um intérprete de Libras na sala, contribuindo assim com a mediação dos conteúdos para os alunos surdos, o que facilita o processo educativo e a inclusão dos alunos com surdez. Pedro relata ainda que existe um trabalho em parceria dos professores regentes com os intérpretes de Libras, de modo que as atividades são enviadas com antecedência para os intérpretes fazerem as devidas atualizações e adaptações, o que facilita o processo de aprendizagem dos alunos surdos.

A presença do intérprete de LIBRAS na sala de aula do ensino regular é de suma importância para o desenvolvimento do aluno surdo, pois a diferença linguística é um grande desafio na inclusão de alunos surdos na educação, levando em consideração que o acesso ao conteúdo não tem sido acessível, em decorrência a predominância da comunicação oral no ensino regular.

Sobre o trabalho em parceria do professor regente e o intérprete de LIBRAS na escola relatado pelo professor Pedro, está em conformidade com Preato (2020), quando o mesmo afirma sobre a necessidade de haver uma sincronia entre o professor regente e o intérprete de LIBRAS no planejamento das aulas para que o intérprete consiga traduzir com êxito as explicações dos conteúdos aplicados pelo professor regente na sala de aula. Sobre a mesma questão, a professora Raquel relatou da seguinte maneira:

“No meu caso, o aluno usa aparelho auditivo, isso ajuda na comunicação com ele. O aluno apresenta bom desempenho, mas tem dificuldade na leitura exatamente por não diferenciar alguns sons. Por isso, durante as aulas os recursos visuais são ofertados em grande demanda. Vídeos, exercícios na

lousa, cartaz ou qualquer recurso que possa oferecer condições de melhor entendimento pelo educando” (Raquel, 2021).

A professora Raquel relata que o aparelho auditivo utilizado pelo aluno ameniza a surdez possibilitando a comunicação oral, de forma que o aluno apresenta desempenho na aprendizagem tendo dificuldade apenas na leitura por conta do som de algumas palavras. A professora faz uso de vários recursos visuais como vídeos, atividades na lousa, cartazes, dentre outros que facilitem o processo de aprendizagem e inclusão do aluno.

É perceptível a partir das experiências compartilhadas pelos professores, que os mesmos reconhecem a necessidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos em relação a educação inclusiva, que as escolas onde eles atuam necessitam de mais investimentos para ofertar uma educação com mais qualidade e inclusiva, embora já disponha de elementos importantes para o atendimento aos alunos com surdez, que é preciso mais debates e informações sobre a temática inclusão no campo educacional.

Diante dos relatos expostos, fica evidente que os professores precisam conhecer as leis, os decretos e os documentos que fundamentam a educação inclusiva para atuarem com mais efetividade contribuindo com a implementação de uma educação de qualidade e inclusiva, investir na sua formação continuada para exercer de forma significativa e consciente o seu papel docente.

A escola precisa ser um ambiente acolhedor, de inclusão e aprendizagem, que disponha de estrutura e condições necessárias para a inclusão do aluno surdo, que ofereça profissionais qualificados como tradutor e intérprete de Libras, recursos e metodologias que facilitem a aprendizagem do aluno surdo. Todos esses requisitos foram levantados nas discussões dos professores no questionário e através dos autores estudados no referencial teórico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa ficou perceptível que apesar da quantidade de leis que estabelecem o direito da pessoa deficiente a uma educação de qualidade e inclusiva, no entanto, esse direito existe mais na teoria das leis do que na prática, no dia a dia do aluno deficiente na educação. Conhecer a legislação sobre a educação inclusiva para exercê-la na prática docente e incentivar o cumprimento dela na educação, deve ser uma meta para todos os professores que lecionam ou não para alunos deficientes.

Nos dados alcançados na pesquisa de campo, os professores foram unânimes em destacar a importância dos docentes conhecerem as leis que fundamentam a educação inclusiva na educação regular, para atuarem com mais relevância e efetividade na inclusão do aluno deficiente.

O papel do docente na inclusão do aluno surdo na educação regular, é de suma importância. Não basta a escola ter estrutura física, recursos didáticos e tecnológicos, é preciso também a participação e a contribuição do professor na concretização da aprendizagem, no desenvolvimento educativo do aluno surdo. Somando com o professor regente, o tradutor e intérprete de Libras tem um papel brilhante na tradução e mediação dos conhecimentos para o aluno surdo. O tradutor e intérprete de Libras possibilita o acesso do aluno surdo a sua primeira língua.

Dois professores que participaram da pesquisa, destacaram a importância do tradutor e intérprete de Libras para a educação e inclusão do aluno surdo na educação regular. Os professores relataram que o processo é facilitado pela atuação desse profissional na sala de aula do ensino regular, pois o intérprete traduz de forma simultânea o conteúdo aplicado pelo professor efetivo na língua do surdo, além de contribuir na adaptação e atualização das atividades, viabilizando condições de aprendizagem e desenvolvimento do aluno surdo.

Oportunizar o acesso do aluno surdo a sua primeira língua, é derrubar as barreiras que dificultam a inclusão desse sujeito nas camadas da sociedade. Aprender a sua própria língua tornará mais acessível para os alunos surdos o conhecimento e assimilação da língua portuguesa, conhecida dentro da legislação como a segunda língua do surdo. Com essas dificuldades superadas, a deficiência não será mais uma barreira, mas uma virtude que abrirá possibilidades e horizontes para esse sujeito agregar conhecimentos e experiências para a sua vida e a vida de outros deficientes.

Almeja-se que essa pesquisa proporcione reflexões sobre o processo de inclusão do aluno surdo na educação regular no ensino fundamental, sobre as leis que asseguram esse direito, a relevância do papel do professor nesse processo, além de servir de apoio para estudos, pesquisas, consultas e fundamentação para futuros trabalhos acadêmicos relacionados a inclusão do aluno surdo na educação regular. O artigo não teve a finalidade de esgotar todas as discussões sobre a inclusão do aluno surdo na educação regular, mas instigar outras pesquisas e estudos que possibilitem mais contribuições e reflexões sobre a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil, 2º ed., em letra maior. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010. 1504 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.**

Brasília, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de mar de 2021.

BRASIL. **Direito à Educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais. 2ª ed. Brasília: MEC/SEE, 2006.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 02 de abri de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva:** Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília, 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>. Acesso em: 05 de mar de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.**

Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm.

Acesso em: 03 de nov de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Institui a

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

[2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 29 de mar de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 31 de mar de 2021.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.**

Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>.

Acesso em: 03 de abri de 2021.

DOMINGOS, Maria Cristina da Silva. **A inclusão do aluno surdo da educação infantil no ensino regular.** Revista virtual de cultura surda, edição nº 14 / Setembro de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

Ministério da Educação e Cultura. **Educação Inclusiva**: documento subsidiário à política de inclusão. Brasília, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, v. 22, n. 57, 2010. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/download/9842/9041/>. Acesso em: 19 de mar de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

PREATO et al. **Inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino**. Braz. J. of Develop. Curitiba, v. 6, n. 9, p. 73692-73705, sep. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/17559/14248>. Acesso em: 04 de nov de 2021.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araújo de. **A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão**. Interritórios: Revista de Educação. Universidade Federal de Pernambuco Caruaru - Brasil, 2017.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. In: Inclusão - Revista da Educação Especial. Brasília, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação**. Salamanca/Espanha: 1994. Disponível em: [https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 31 de mar de 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

V SEÇÃO

Pesquisas em Psicologia

“BRINCANDO A GENTE APRENDE A APRENDER”: A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Allison Alves da Silva
Josefa Maísa Fernandes de Oliveira
Janelyca Dias da Silva
Cássio Clayton Martins Andrade
Ana Lara Diniz Fontes*

RESUMO: É preciso reconhecer o papel que a escola ocupa na construção da nossa subjetividade, entendendo-a como um local que tem a capacidade de oportunizar informações e experiências desafiadoras, que podem provocar transformações e mudar o processo de desenvolvimento dos sujeitos, colaborando para a construção de uma subjetividade crítica e saudável. Na educação infantil, a escola assume um lugar ainda mais importante; ali a escola assume o papel de ajudar tornar a criança um ser social, ativo no seu processo de desenvolvimento. Deste modo, cabe-se pensar sobre a importância da ludicidade na educação infantil, atrelando os jogos e o brincar às práticas educacionais, favorecendo o ensino-aprendizagem para que a criança sinta-se cada vez mais estimulada a buscar aprender sobre novas coisas, abrindo espaço para a criatividade e o divertimento. Assim, este trabalho objetiva discutir a importância da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil na concepção das(os) professoras(es), buscando analisar, de forma específica, as principais brincadeiras e brinquedos utilizados pelos professores em sala de aula e identificar os objetivos por trás das técnicas de ludicidade utilizadas nos espaços escolares da educação infantil. Para aquisição de informações, a pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de campo, exploratória e de cunho qualitativo, tendo utilizado para coleta de dados a metodologia do questionário semiestruturado, analisando os dados com base na análise descritiva. Participaram 6 professoras, tornando possível identificar o conhecimento teórico das participantes sobre o tema, além de como esse conhecimento tem sido efetivado dentro da prática e do cotidiano escolar.

Palavras-chave: Psicologia. Ludoterapia. Escola. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT: It is essential to recognize the role that school plays in shaping our subjectivity, understanding it as a place capable of providing information and challenging experiences that can provoke transformations and change the development process of individuals, contributing to the construction of a critical and healthy subjectivity. In early childhood education, the school assumes an even more important role; there, it helps to shape the child into a social being, active in their development process. Thus, it is crucial to reflect on the importance of playfulness in early childhood education, linking games and play to educational practices, fostering teaching and learning so that the child feels increasingly motivated to seek new knowledge, creating space for creativity and fun. Therefore, this paper aims to discuss the importance of playfulness in the teaching-learning process in early childhood education from the perspective of teachers, specifically analyzing the main games and toys used by teachers in the classroom and identifying the objectives behind the playfulness techniques used in early childhood education settings. To gather information, the research is characterized as a field study, exploratory in nature, and qualitative in approach, using semi-structured questionnaires for data collection and analyzing the data based on descriptive analysis. Six teachers participated, making it possible to identify the participants' theoretical knowledge of the topic and how this knowledge is applied in practice and daily school life.

Keywords: Psychology, Play Therapy, School, Teaching-Learning.

1 INTRODUÇÃO

É preciso reconhecer o papel que a escola ocupa na construção da nossa subjetividade. Nascimento (2022), debate sobre o papel relevante da escola como um local que tem a capacidade de oportunizar informações e experiências desafiadoras, que podem provocar transformações e mudar o processo de desenvolvimento dos sujeitos, colaborando para a construção de uma subjetividade crítica e saudável. Assim, identificamos a necessidade de adaptação dos modelos de ensino-aprendizagem, não apenas como facilitadores de absorção de conhecimento científico, mas como mobilizadores e potencializadores de vivências sociais enriquecedoras.

Entende-se educação infantil como: “um processo sociocultural e também político” (Silva; Tavares, 2016, pp. 4-5), que sofreu diversas transformações com o passar dos tempos. Silva e Tavares (2016), também apresentam que foi a partir da Constituição Federal de 1988 que o acesso à creche foi reconhecido como um direito da criança, transformando a ideia anteriormente imposta na creche como espaço assistencialista e transformando-a em um espaço educacional.

O artigo 205 da Constituição Federal (1988), elucida que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (p. 123), sendo um ponto altamente relevante a se analisar, mediante a importância que a educação apresenta para as sociedades e sua contribuição direta na construção dessas sociedades (Brasil, 1988).

Na educação infantil, a escola assume um lugar ainda mais importante. É, geralmente, na escola que a criança tem o primeiro contato com um grupo de pessoas diferentes do seu convívio familiar, e por ser a infância “o período em que o indivíduo começa a sentir, a pensar, a agir e a se relacionar” (Pereira; Deon, 2022, p. 1), a escola cumpre o papel de tornar a criança um ser social, ativo no seu processo de desenvolvimento, fazendo-se necessário “articular educação e cuidado considerando o meio ambiente, a cultura, as linguagens, o trabalho, o lazer, a ciência e a tecnologia” (Rau, 2012, p. 33), facilitando a aproximação entre a aquisição de conhecimentos técnicos/científicos e o desenvolvimento das funções cognitivas superiores.

Partindo disso, analisa-se a importância da ludicidade na educação infantil, atrelando os jogos e o brincar às práticas educacionais, favorecendo o ensino-aprendizagem para que a criança sinta-se cada vez mais estimulada a buscar aprender sobre novas coisas, abrindo espaço para a criatividade e o divertimento. Vale destacar, ainda, o quão válido para o desenvolvimento

social, cognitivo e afetivo da criança a ludicidade pode ser, possibilitando uma aprendizagem mais prazerosa e significativa, favorecendo o seu desenvolvimento, fazendo-se necessário rememorar a concepção de Piaget (1976), o qual discute que o desenvolvimento da criança acontece através do lúdico, possibilitando que a criança “desenvolva suas percepções, sua inteligência, suas tendências à experimentação, seus instintos sociais e etc” (Piaget, 1976, p. 156)

Segundo informação do Centro de Referências em Educação Integral (2017), o lúdico é um adjetivo com sua origem no latim *ludus*, que significa brincar ou jogar. Assim, “o jogo pode ser visto como uma forma básica da comunicação infantil, a partir da qual as crianças inventam o mundo e elaboram os impactos exercidos pelos outros” (Pedroza, 2005, p. 63), sendo grande responsável, bem como discute Andrade (2018), por favorecer o desenvolvimento da criança, envolvendo o prazer, o divertimento e a interação social como caminhos para alcançar bons resultados educacionais.

Entretanto, nem todos os profissionais da educação infantil reconhecem o papel importante que a ludicidade exerce dentro de sala de aula, e entendendo-a como “peça fundamental para fazer ser desenvolvidas as novas metodologias para conduzir e mediar o processo educativo” (Abreu, 2020, p. 6), a não articulação de metodologias de ensino que utilizam da ludicidade como proposta de desenvolvimento educacional, pode influenciar negativamente na aprendizagem e no desenvolvimento da criança. Assim, surge a indagação que norteia esta produção: qual a importância da ludicidade na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças na educação infantil?

A relevância deste trabalho justifica-se a cunho pessoal pelo interesse do autor pela área escolar e pela importância significativa que o referido identifica na ludoterapia/ludicidade dentro desse contexto educacional, pois entendendo a criança como um ser que necessita de recursos específicos, podemos transformar a educação em uma atividade mais prazerosa e menos enrijecida.

No que tange a importância social, é válido produzir discussões sobre a temática para fornecer aparato teórico que justifique as necessidades de reorganização nas escolas, não apenas em território nacional, mas em todo o mundo, fornecendo dados e percepções que possibilitem aos leitores e profissionais da educação, um olhar mais sensível e horizontal sobre a demanda.

De tal maneira, o trabalho ainda apresenta uma válida relevância acadêmica, pois possibilita ao pesquisador e a instituição um contato direto com o objeto de estudo, ampliando a percepção sobre a temática e promovendo um acréscimo de conhecimento sobre o assunto,

entendendo como a escola tem se organizado frente a temática e como esta tem contribuído para o cotidiano escolar.

Assim, essa produção tem como objetivo principal discutir a importância da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil na concepção das(os) professoras(es), além de objetivar, de forma específica, analisar as principais brincadeiras e brinquedos utilizados pelos professores em sala de aula e identificar os objetivos por trás das técnicas de ludicidade utilizadas nos espaços escolares da educação infantil

Por conseguinte, este trabalho encontra-se organizado em: introdução, trazendo uma breve conceituação sobre o assunto, revisão de literatura, a fim de embasar teórica e cientificamente este artigo; método, apresentando o tipo de pesquisa que rege a essa produção, além de apresentar o local onde o estudo será realizado; a população que será consultada para realizar a pesquisa; a metodologia usada para realizar a pesquisa e também para analisar os dados obtidos com a pesquisa e; apresentaremos os respectivos aspectos éticos que norteiam e subsidiam a essa produção. Por fim, discutiremos os resultados da pesquisa e elencaremos as contribuições finais frente ao trabalho realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O papel da escola na formação das subjetividades e no desenvolvimento cognitivo das crianças

Conforme elucida Martins (2023), a construção da subjetividade do sujeito é um processo formado a partir das relações sociais que são construídas ao longo das nossas vidas. Desde o nosso nascimento somos fortemente influenciados e criamos uma concepção de mundo baseada em nossa relação social, já anteriormente elaborada pelas sociedades civis, que pregam normas e leis a fim de alcançar um “bem-estar social”. Filho e Martins (2007), destacam que a subjetividade busca dar conta das diferenças entre os sujeitos, e que é a partir dessa conceitualização que se pensa em uma produção de subjetividade a partir dos contextos históricos, políticos e sociais.

O termo subjetividade passa a ser algo que descreve a interioridade a partir dos estudos psicanalíticos de Freud, o qual o designa como um objeto de estudo científico e como um campo de experiências do sujeito. Foi a partir disso que: “a psicanálise freudiana naturaliza e

essencializa a subjetividade ao anhaera-la inerente ao sujeito, reproduzindo a matriz cristã da interioridade e fazendo dela um enunciado” (Filho; Martins, 2007, p. 16).

Porém, se pensarmos no que de fato conceitualiza e produz a subjetividade na contemporaneidade, podemos dizer que é a partir dos atravessamentos sociais que o sujeito se constitui e toma consciência – de si e do mundo, apropriando-se da identidade do “eu”, conforme discute Martins (1999).

Partindo para o papel da escola nesse processo de formação de subjetividade, podemos dizer que “a escola funciona como uma engrenagem que, ao passo que atua como formadora de sujeitos, é atravessada pela configuração social que está em constante mudança” (Nascimento, 2022, p. 204), assim, entende-se a escola como uma ferramenta importante na sociedade, sendo capaz de contribuir veementemente para a construção de uma subjetividade crítica e saudável, mas que necessita estar em constante (re)adaptação mediante as transformações sociais.

Segundo a Referência Técnica para Atuação de psicólogas(os) na educação básica (2019), do Conselho Federal de Psicologia (CFP): “A escola constitui-se espaço amplo de socialização que busca favorecer experiências e a produção de conhecimento para a vida, integrando crianças e jovens às principais redes sociais importantes para sua formação” (CFP, 2019, p. 24), entendendo-a como um local primordial no contato com nichos sociais diferentes do nosso ambiente familiar.

Porém, uma importante problemática a ser discutida está ligada aos atravessamentos políticos que permeiam a educação. Ainda conforme a Referência Técnica para Atuação de psicólogos (os) na educação básica (2019), podemos elencar os contextos de políticas sociais, públicas e econômicas que dão suporte a manutenção do modelo de educação, que por vezes encontra o desafio de tornar a escola um espaço de inserção social e de construir “um projeto político-pedagógico que pudesse apontar para uma prática emancipadora” (Penteado; Guzzo, 2010, p. 569).

Meszáros (2005), descreve a educação como um instrumento que poderia ser essencial para a emancipação humana, mas que se tornou instrumento de manutenção dos estigmas sociais do capitalismo, favorecendo a idealização da acumulação de capital que fomenta as injustiças e a desigualdade social desse sistema de classe. O autor, ainda relaciona a própria educação como uma mercadoria, o que colabora para uma violenta desestruturação da qualidade de ensino na esfera pública.

Ainda nesta perspectiva, Kishimoto (2001) discute sobre como o processo de urbanização e industrialização tem modificado a infância e transformado a criança em aprendizes precoces. O autor destaca que frente a necessidade de reorganização das famílias,

com a necessidade da inserção materna e paterna no mercado de trabalho, a criança tem seu tempo destinado de maneira integral a atividades que o preparem para o futuro, sendo, conforme Navarro (2009): “preenchido em favor do futuro, e não do presente, não se pensa na infância como tempo da vida que tem suas características próprias” (Navarro, 2009, p. 2124).

As crianças estão sendo extraídas cada vez mais cedo do universo infantil por razões que, segundo Dallabona e Mendes (2004), vão desde o amadurecimento precoce, passando pela redução dos espaços físicos e do tempo de brincar, tendo o seu tempo atribuído a atividades em tempo integral, como natação, ginástica, dança, pintura, computação, inglês e entre outras, além de um exacerbado uso das tecnologias, onde as crianças são colocadas desde cedo em contato com as telas, tudo isso pela necessidade dos pais em manter-se em vínculos empregatícios.

Assim, a escola deve contribuir para uma concepção de subjetividade menos individualizante, reconhecendo a imensa gama de atravessamentos que percorrem o desenvolvimento do sujeito e entendendo o processo de ensino-aprendizagem como: “um fator relevante para o desenvolvimento das características dos indivíduos” (Sousa, 2018, p. 257), possibilitando a tomada de consciência do seu papel e importância social, favorecendo que desde cedo o sujeito consiga desenvolver consciência da sua classe e dos atravessamentos cotidianos que o permeiam.

No que tange o desenvolvimento cognitivo, Silveira (2013), recorre a Piaget (1974), o qual: “considera a cognição como uma forma específica de adaptação biológica de um organismo complexo a um ambiente complexo” (Silveira, 2013. p. 20), assim, a autora destaca que: “o desenvolvimento cognitivo é considerado um processo contínuo de construção e reconstrução, ocorrendo de maneira sequencial das ações mentais” (Silveira, 2013. p. 22), ou seja, que o sujeito está em constante desenvolvimento e aprimoramento das suas funções cognitivas.

Ainda, é válido destacar que este desenvolvimento contínuo não é o mesmo para todos, pois ainda conforme Silveira (2013), às crianças passam pelos mesmos estágios de desenvolvimento construídos por Piaget (1896-1980), mas não da mesma maneira, sendo importante reconhecer que cada uma desenvolve-se de um modo e em um tempo diferente, assim podemos dizer que: “a aquisição de conhecimentos depende também das transmissões educativas e sociais” (Carneiro, S/N, p. 4), justificando a importante participação da escola neste processo.

Os estágios do desenvolvimento de Piaget (1896- 1980), segundo Cavicchia (2010), estão divididos em: “estádio da inteligência sensório-motora (até, aproximadamente, os 2 anos); estágio da inteligência simbólica ou pré-operatória (2 a 7-8 anos); estágio da inteligência

operatória concreta (7-8 a 11-12 anos); e estágio da inteligência formal (a partir, aproximadamente, dos 12 anos)” (Cavicchia, 2010, p. 3), os quais sofrem influência direta do ambiente, em especial do ambiente escolar, onde a criança começa a assimilar os conteúdos programáticos dos projetos pedagógicos às suas vivências do cotidiano, possibilitando uma aproximação entre teoria e prática, que favorece a assimilação.

2.2 A ludicidade como ferramenta de ensino-aprendizagem

*Brincar com a criança não é perder tempo,
é ganhá-lo;
se é triste ver menino sem escola,
mais triste ainda é vê-los sentados,
tolhidos e enfileirados
em uma sala de aula sem ar,
com atividades mecanizadas,
exercícios estéreis,
sem valor para a formação
de homens críticos
e transformadores de uma sociedade.
(Carlos Drummond de Andrade)*

Para entender a importância significativa do lúdico no processo de ensino-aprendizagem de uma criança, precisamos compreender o que é o lúdico e como podemos inserir os jogos e as brincadeiras dentro do ambiente de sala de aula. Cardoso (2010), destaca que: “se acreditarmos que nossos alunos são criativos, imaginativos em função das potencialidades do pensamento, podemos tornar possível o impossível, utilizando uma linguagem universal que é a linguagem da brincadeira” (Cardoso, 2010, p. 11-12), assim, entendemos a essencialidade da ludicidade na educação.

A palavra lúdico vem do latim *ludus* e significa brincar. Santos e Jesus (2010), discorrem que neste campo do brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos, e que o lúdico, quanto a sua função educativa, viabiliza a aprendizagem dos sujeitos, seus saberes, seus conhecimentos e suas compreensões de mundo. Bertoldo e Ruschel (2000), trazem as diferenciações dos conceitos de jogo, brinquedos e brincadeira, discutindo que ambos podem estar, apesar de distintos, incluídos no ato de brincar.

Bertoldo e Ruschel (2000), recorrem às visões de Piaget, Vygotsky e Winnicott para conceituar a diferenciação dos termos jogo, brinquedo e brincadeiras. As autoras trazem que para Piaget (1896- 1980), o jogo distingue-se em categorias de exercício, simbólico, regra e de construção, atrelando-se a “um processo de assimilação funcional” (Bertoldo e Ruschel, 2000.

P. 2). No que diz respeito aos brinquedos, as autoras recorrem a Vygotsky para justificar que o brincar é imprescindível para criar uma zona de desenvolvimento proximal, que Vygotsky caracteriza como a capacidade de desenvolver tarefas com o auxílio de pessoas capacitadas, e utilizando os signos e instrumentos do brincar como mediadores desse processo, o qual tem o papel de: “preencher uma atividade básica da criança, ou seja, ele é um motivo para a ação” (Bertoldo; Ruschel, 2000. p. 2). Por fim, conforme as autoras, Winnicott traz a brincadeira como uma atividade que facilita o crescimento, uma característica humana e podendo ainda assumir uma forma de comunicação.

Ainda, Vygotsky traz uma importante discussão sobre o que ele denomina mediação, para ele a partir da mediação emerge um importante caminho para que a aprendizagem aconteça. Isso porque, em sua análise, a educação não pode ser pensada para, mas sim com o aluno, tendo-o como agente principal na construção do conhecimento. Seria, assim, a mediação para Vygotsky: “o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (Oliveira, 1977, p. 26).

Outro ponto importante que os escritos de Vygotsky trazem sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, está voltado ao uso de signos e instrumentos, que são ferramentas importantes para que estes processos ocorram. Conforme Oliveira (1997), na obra “Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico”, os signos segundo Vygotsky podem ser definidos como: “elementos que representam ou expressam outros objetos, eventos, situações” (Oliveira, 1977, p. 30), onde o autor faz uso de um exemplo cotidiano da palavra mesa, que é usado para representar o objeto mesa.

No que diz respeito aos instrumentos, o autor traz que estes são produzidos para certos objetivos, carregando consigo a função para a qual ele foi criado, sendo um: “objeto social e mediador da relação entre o indivíduo do mundo” (Oliveira, 1977, p. 29). Para exemplificar, podemos utilizar o exemplo do autor em citar o machado. Este machado tem um poder de corte superior à mão humano, assim o uso deste machado facilita o processo de cortar uma árvore, por exemplo.

Assim, podemos pensar na mediação, signos e instrumentos no contexto escolar, possibilitando que a criança esteja de maneira ativa no processo, utilizando de conhecimentos que o aluno já possui em sua zona de desenvolvimento real, que é a caracterização, para Vygotsky, conforme Oliveira (1977), do que a criança consegue realizar de maneira independente, atrelando ao que ele busca em sua zona de desenvolvimento potencial.

Ainda, podemos dizer que, conforme discute Gumieri e Treviso (2016): “Desde as primeiras formas de contato com a cultura e meio social, os aspectos lúdicos envolvidos nas relações humanas já se manifestam e constituem-se parte importante da vida, estrutura, formação pessoal e social do indivíduo que a descobre” (Gumieri; Treviso, 2016, p. 70), sendo a ludicidade a forma primária que a criança encontra de descobrir o mundo, justificando assim a relevância de se considerar o lúdico como uma ferramenta crucial na aprendizagem, integração e socialização dos sujeitos.

Segundo Piaget (1983), “para que uma transmissão seja possível entre o adulto e a criança ou entre o meio social e a criança educada, é necessário haver assimilação pela criança do que lhe procuram inculcar do exterior” (Piaget, 1983, p. 224), por isso, deve-se levar em consideração a forma singular que a criança tem de enxergar o mundo, reconhecendo a importância que as atividades lúdicas exercem no dia a dia da criança, pois é com ela e a partir dela que a criança experiencia o mundo de uma maneira subjetiva, trazendo a fantasia e a criatividade em paralelo com a aprendizagem e com a construção de uma visão de mundo.

Assim, cabe “repensar a prática para que os pequenos cidadãos, possam ter a garantia de um processo de ensino e aprendizagem mais digna e condizente com sua realidade enquanto crianças” (Silveira, 2013, p.13), dentro do ambiente escolar, apoiando-se no simbolismo significativo do brincar, à necessidade de construir conhecimento científico sobre o mundo, possibilitando que a criança se aproprie do real e domine conhecimentos.

Mediante a todos os pontos abordados anteriormente, é indiscutível falar sobre a necessidade de incorporar, cada vez mais, as práticas lúdicas ao ambiente escolar e em sala de aula. Assim, cabe, ainda, discutir como as práticas lúdicas têm sido inseridas no ambiente escolar e quais objetivos que perpassam a essas atividades, discutindo seus resultados e analisando a sua pertinência frente ao público e ao ambiente estudado.

Matos (2013), citado por Fritz (2013), discorre que: “quanto mais o educador vivenciar a ludicidade, maior será o seu conhecimento e a chance de se tornar um profissional competente, trabalhando com a criança de forma prazerosa estimulando a construção do conhecimento” (Fritz, 2013. P. 19), atendendo as necessidades específicas dos sujeitos aos quais estarão diretamente usufruindo de tal prática.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

O estudo realizado caracteriza-se como uma pesquisa de campo, exploratória e de cunho qualitativo, a qual busca discutir sobre a importância da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Pesquisa de campo pois, conforme Fonseca (2002), utiliza-se além das pesquisas bibliográficas e/ou documentais, a coleta de dados junto às pessoas com recursos de diferentes tipos de pesquisa.

Pesquisa exploratória, segundo Gil (2008), são aquelas que têm por finalidade o desenvolvimento, o esclarecimento e a modificação de conceitos e de ideias, as quais “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2008, p. 27). Ainda em conformidade com o autor, o cunho qualitativo se dá pois, em vias gerais, o trabalho não objetiva quantificar nenhum dado e muito menos prender-se a quantidade de determinado assunto, mas sim as suas implicações subjetivas no ambiente a ser estudado.

3.2 Local do estudo

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Carlos Alberto Dias do Rêgo, localizada na Rua Dep. Heziquio Fernandes, no bairro Maria Manoela, São Miguel - Rio Grande do Norte. São Miguel fica localizado na região oeste do estado do Rio Grande do Norte. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, datado de 2022, o município possui uma população estimada superior a 23 mil habitantes e uma extensão territorial de aproximadamente 166,233 km².

Pertencente à rede municipal de ensino, a escola funciona desde 1978 e possui turmas de creche e pré-escola, nos turnos matutino e vespertino. Conta com uma equipe composta por 26 professoras, 2 porteiros, 6 Auxiliares de Serviços Gerais – ASGs, 2 auxiliares de sala de aula, 3 supervisoras, 4 secretárias e 1 diretora. A merenda escolar vem direto da cozinha industrial do município, que funciona no prédio ao lado da escola. Quanto ao espaço físico, a instituição possui 12 salas de aula, brinquedoteca, parquinho, 2 banheiros adaptados para as crianças, 2 para os profissionais, sala da administração, sala de vídeo e uma sala com recursos do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Para o ano de 2024, a escola possui um total de 532 alunos matriculados, divididos entre os turnos matutino e vespertino, sendo estas 12 turmas pela manhã e 12 pela tarde. Dessas 12 turmas em cada turno, 5 são creches e 7 são de pré-escola. As turmas de creche possuem um

número de alunos que varia de 15 a 20 discentes, enquanto as turmas de pré-escola estão com uma média de 25 alunos por turma.

3.3 População e amostra

A pesquisa foi realizada com 6 das 26 profissionais do quadro das professoras da Escola Municipal Carlos Alberto Dias do Rêgo, o que possibilita analisar, a partir da perspectiva desses profissionais, como tem sido a utilização de técnicas de ludicidade e como que essas ferramentas têm facilitado o ensino aprendizagem e a estimulação das crianças em busca de conhecimento.

Foram convidados a responder ao questionário todas as professoras da instituição que se sentissem a vontade de participar da pesquisa, a fim de analisar-se diversas perspectivas frente à temática pesquisada, e que o quantitativo de informações coletadas e analisadas sejam suficientes para produzir um trabalho que contemple e alcance os seus objetivos, geral e específicos, que regem a esta produção. Porém, nem todas as profissionais se sentiram à vontade para participar, as quais tiveram seu desejo compreendido e respeitado pelo pesquisador.

A escolha da instituição deu-se mediante a importância que a escola representa para a educação infantil dentro do município, sendo uma das mais antigas instituições voltadas para esse nicho da educação, onde grande parte da população micaelense já foi aluno da escola Carlos Alberto. O convite para participar da pesquisa foi feito por intermédio do contato direto com a diretora da instituição via rede social (*whatsapp*), alinhando estratégias para identificarmos o melhor momento para que o questionário de pesquisa fosse aplicado.

3.4 Coleta de dados

Para aquisição dos dados relevantes a esta produção, utilizamos para coleta de dados a metodologia de questionário semiestruturado. Gerhardt e Silveira (2009) destacam que questionário é: “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 71), a qual busca levantar dados referente a alguma temática pesquisada, utilizando uma linguagem direta e clara, a fim de não causar falta de compreensão por parte do questionado.

O questionário elaborado buscava alguns dados pessoais que poderiam ser relevantes para a pesquisa, como: “formação profissional” e “período em que leciona na educação

infantil”. Além disso, possuía um total de 7 questões sobre a temática a ser investigada, com perguntas que permeiam desde o conhecimento técnico-científico sobre a ludicidade, até como estavam sendo aplicadas as ferramentas lúdicas no contexto de sala de aula pelas profissionais.

A entrega dos questionários aconteceu no dia 06 de janeiro de 2024, onde todas as professoras estavam reunidas para a semana pedagógica da instituição, evento realizado pelas instituições educacionais, que marca o início dos trabalhos letivos daquele ano.

Foi realizado um contato inicial com a diretora da instituição por meio do *whatsapp*, para verificar a disponibilidade de ceder uma pequena parcela de tempo no cronograma do evento para que o pesquisador explicasse sobre a pesquisa, sobre os termos e sobre a livre participação – ou não, das profissionais. Com o aval da direção, o questionário foi entregue e, mediante a agenda das profissionais, foi recolhido dois dias após a entrega, tempo este que foi solicitado pela equipe gestora em decorrência da quantidade de tarefas a serem realizadas frente ao retorno do ano letivo de 2024.

3.5 Análise dos dados

Para análise dos dados obtidos a partir da aplicação do questionário, foi utilizado a análise descritiva, que trabalha utilizando: “métodos de Estatística Descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos” (Reis; Reis, 2002, p. 5).

Foram analisadas cada uma das 7 perguntas relacionadas a temática em cada questionário aplicado, buscando analisar as diferentes percepções sobre o tema e quais os conhecimentos, técnicas e ferramentas mais presentes dentro do contexto que se busca compreender a partir da pesquisa.

Pensando no melhor aprofundamento dos resultados, foram utilizadas respostas de todas as participantes questionadas, as quais trouxeram visões e dados que se conversam com diversos teóricos e pesquisadores do assunto, tendo sido crucial a participação de cada uma delas neste processo.

3.6 Aspectos éticos

O trabalho está baseado nos cuidados éticos necessários para realização de uma pesquisa social, fazendo-se o devido uso de referências bibliográficas para embasar teoricamente a discussão e dando suas devidas citações, estando alinhada, ainda, com a resolução n° 510 de 07

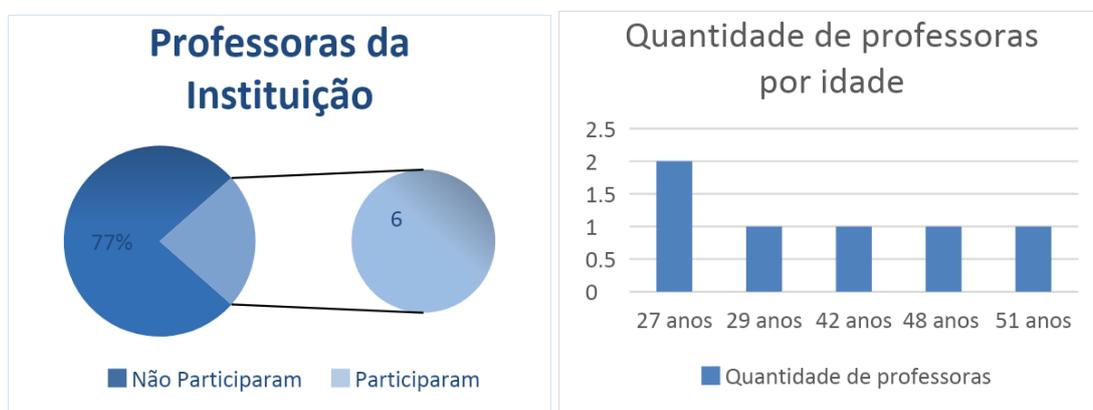
de abril de 2016, a qual discute sobre a ética em pesquisas sociais e que discorre da ética como uma construção humana, histórica, social e cultural, garantindo que os participantes não sofram qualquer dano frente ao trabalho a ser realizado (Brasil, 2016).

Ainda, para garantir a livre participação e a confidencialidade dos dados obtidos a partir do questionário, todas as participantes assinaram o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), além da direção da unidade de ensino ter assinado a Carta de Anuência, dando total respaldo para que possamos fazer uso do nome da instituição no corpo deste texto.

Além disso, o trabalho está em conformidade com as normas e incisos do código de ética do profissional da psicologia, que em seu artigo 1º destaca que: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005, p. 7), prezando pelo bem-estar de todos os envolvidos no estudo a ser realizado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação da pesquisa, 6 das 26 professoras da instituição se dispuseram a responder ao questionário, sendo estas todas do gênero feminino e com idades que variam de 27 a 51 anos de idade, as quais trataremos neste trabalho por “L”, “LP”, “F”, “S”, “G” e “E”, prezando, conforme Código de Ética profissional da Psicologia em seu artigo 9º, pelo sigilo profissional, utilizando da confidencialidade da resguardar a intimidade das pessoas, grupos ou organizações envolvidas neste processo. Os gráficos abaixo representam a porcentagem de participantes e as idades correspondentes das pesquisadas.



Fonte: elaboração do pesquisador (2024)

Sobre a presença majoritariamente feminina no campo pesquisado, podemos elencar uma discussão de gênero que permeia a educação infantil de maneira geral. Quando busca-se informações sobre esta modalidade de ensino, logo liga-se a presença feminina, isso porque durante anos a educação infantil esteve diretamente ligado ao cuidado, conforme discutem Cavalcante e Marques (2018), e a prática do cuidar nem sempre e nem em todas as sociedades foi algo estimulado para o público masculino, começando das brincadeiras na infância, em que as meninas cuidam das bonecas e brincam de cozinha, enquanto os homens são estimulados a brincar de carrinho, construção ou qualquer outra forma de representação social de virilidade e, até mesmo, superioridade de gênero.

Mediante as respostas obtidas no questionário, foi possível identificar que as profissionais pesquisadas compreendem a importância que a ludicidade exerce dentro de sala de aula, pois, quando questionadas se elas tinham ciência do que era a ludicidade, todas as participantes disseram que sim, que sabiam do que se tratava a temática.

Outro dado importante é que todas as profissionais possuem um tempo de no mínimo 1 ano de atuação na educação infantil, tendo profissionais que já estão trabalhando na área há mais de 15 anos, o que nos possibilitou um olhar mais amplo sobre as práticas lúdicas, não apenas na contemporaneidade, mas também como vem sendo desenvolvidas desde os anos anteriores.

Seguindo, quando questionadas sobre o que elas entendiam por ludicidade, uma das profissionais a qual denominamos “G”, trouxe que: “É a forma de ensinar se utilizando de jogos, brincadeiras, músicas. Fazendo com que a criança se divirta ao aprender e conseqüentemente se desenvolva de maneira prazerosa”, alinhando-se ao que discute Ronca e Terzi (1989), os quais afirmam que o lúdico: “torna-se fonte prazerosa de conhecimento, pois nele a criança constrói classificações, elabora sequências lógicas, desenvolve o psicomotor e a afetividade e amplia conceitos das várias áreas da ciência” (p. 27).

Ainda, quando sondadas sobre como elas, enquanto professoras, utilizavam da ludicidade dentro de sala de aula, a entrevistada “E” destacou que em sua prática profissional: “utilizo jogos, brincadeiras, contação de histórias com recursos, sempre contextualizando com os temas trabalhos”. Tal colocação, nos rememora o que discutem Dallabona e Mendes (2004), as quais elucidam que: “educar ludicamente não é jogar lições empacotadas para o educando consumir passivamente. Educar é um ato consciente e planejado, é tornar o indivíduo consciente, engajado e feliz no mundo” (p. 110), proporcionando um brincar com sentido, estimulando o prazer em adquirir conhecimentos.

Questionadas sobre a importância da ludicidade, a participante “L” destacou em seu relato que: “com essas atividades proporcionamos ao aluno momentos de criatividade, bem-estar, momentos prazerosos, facilitando mais rápido a absorção do que se precisa aprender, e colabora para o desenvolvimento pessoal, social e cultural”, tal qual relatam Dallabona e Mendes (2004), quando: “a escola, ao valorizar as atividades lúdicas, ajuda a criança a formar um bom conceito de mundo, em que a afetividade é acolhida, a sociabilidade vivenciada, a criatividade estimulada e os direitos da criança respeitados” (p. 111), justificando a importância da ludicidade ser uma ferramenta essencial nos projetos pedagógicos da educação infantil.

Quando questionadas sobre os principais brinquedos, jogos e brincadeiras utilizadas com os estudantes dentro de sala de aula, as professoras destacaram algumas atividades, como: pinturas de desenho, dança, quebra-cabeças, bambolê, quebra-cabeça, dados numéricos, jogos produzidos com material reciclável, jogos de memória, blocos de encaixe, brincadeiras com comandos (dentro/fora, cima/baixo e entre outros), além dos brinquedos tradicionais como carrinhos, bonecas, massinha de modelar e entre outros.

Partindo disso, as profissionais foram indagadas sobre os objetivos por trás dessas técnicas de ludicidade. A professora “LP” elucidou que busca: “trabalhar coordenação motora, atenção, concentração, comunicação, imaginação dentre outras habilidades”, e a professora “L” trouxe que a partir dessas atividades estimula a criança a: “conhecer e construir sua identidade pessoal, cultural, social, desenvolver autonomia, linguagem oral, respeito, diversidade e socialização”. A profissional “F” destaca que com essas ferramentas as crianças: “aprendem a fazer, compreendem o significado e interação e assimilam o objeto com a realidade”, comprovando tudo que já foi discutido neste trabalho até o prezado momento.

Ainda sobre a pergunta e respostas descritas no parágrafo anterior, tais afirmações das participantes estão em consonância com o que discutem Cardozo e Vieira (2007), que afirmam que a brincadeira: “não tem apenas um caráter de diversão ou de passatempo. Pela brincadeira a criança, sem a intencionalidade, estimula uma série de aspectos que contribuem tanto para o desenvolvimento individual do ser quanto para o social” (p. 94).

Por fim, indagadas sobre como a ludicidade tem as auxiliado no processo de ensino-aprendizagem, a professora “S” discorre que: “com a ludicidade nós podemos desenvolver a atenção, concentração, a imaginação, cooperação com o outro, aprendizagem de regras e limites, como também de conceitos, desenvolver os aspectos motores, cognitivos e sociais”, o que reflete numa absorção de conhecimento mais significativa e possibilita, ainda, um maior aprimoramento das funções cognitivas.

Seguindo nessa perspectiva, podemos atrelar a colocação da professora “S” com o que discute Navarro (2009), que dá suporte a discussão levantada até aqui:

Se o brincar é social, a criança não brinca sozinha, ela tem um brinquedo, um ambiente, uma história, um colega, um professor que media essa relação e que faz do brincar algo criativo e estimulante, ou seja, a forma como o brincar é mediado pelo contexto da escola é importante para que seja de qualidade e realmente ofereça a oportunidade de diferentes aprendizagens para a criança (p. 2126).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões levantadas e das informações obtidas com a aplicação da pesquisa, alcançamos o que objetivamos desde o início desta produção, tanto de maneira geral com a discussão sobre a importância da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil pela concepção das(os) professoras(es), como de forma específica com a análise das principais brincadeiras e brinquedos utilizados pelas(os) professoras(es) em sala de aula, além de possibilitar uma análise dos objetivos por trás das técnicas de ludicidade que vem sendo aplicadas na educação infantil.

Identificamos como as profissionais entrevistadas têm feito uso da ludicidade em sua prática profissional, conhecendo de maneira resumida sobre os significados atribuídos ao brincar dentro da sala de aula, e como esse brincar tem sido importante na construção afetiva e cognitiva das crianças, além das contribuições significativas atribuídas aos professores a partir da metodologia lúdica de ensino.

Ainda, foi possível inferir que, mediante a um conhecimento prévio sobre a ludicidade e sua devida importância, e uma aplicação efetiva das práticas lúdicas dentro de sala de aula, o processo de ensino-aprendizagem pode ganhar força e tornar-se mais prazeroso para a criança, tornando-a personagem central no seu próprio processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Este trabalho tem a possibilidade de produzir aparato teórico e científico que justifique a importância de termos na ludicidade um dos mecanismos centrais da educação infantil. A ludicidade é uma ferramenta simples, mas de uma importância inefável, e o seu uso pode possibilitar à criança um estímulo maior a frequentar, permanecer e desenvolver-se dentro do ambiente escolar, permeando por todo o seu percurso acadêmico, podendo torná-lo um ser humano mais crítico diante das mazelas da sociedade contemporânea.

Ainda, a luz da psicologia, com a ludicidade a criança não se desenvolve apenas no que diz respeito a aquisição de novos conhecimentos sobre o mundo, mas brincando a criança tem

a possibilidade de descobrir o mundo e a si mesmo, entendendo-se enquanto sujeito e construindo sua subjetividade, além de estimular suas funções psicomotoras, das mais básicas até as mais avançadas para suas respectivas faixas etárias, além de desenvolver-se emocional e afetivamente.

Assim, é válido rememorar o que discute Macedo et al (2005), que elucida ‘brincar como:

envolvente, interessante e informativo. Envolvente porque coloca a criança em um contexto de interação em que suas atividades físicas e fantasiosas, bem como os objetos que servem de projeção ou suporte delas, fazem parte de um mesmo contínuo topológico. Interessante porque canaliza, orienta, organiza as energias da criança, dando-lhes forma de atividade ou ocupação. Informativo porque, nesse contexto, ela pode aprender sobre as características dos objetos, os conteúdos pensados ou imaginados. (Macedo et al., 2005, pp. 13-14).

Cabe, ainda, refletir sobre o estímulo que criamos quando a escola possibilita um ambiente libertador e afetivo, estimulando a permanência e desenvolvendo, colaborando para construção de um apeço pelo que a escola pode significar em nossas vidas, sabendo que alí a escola está como formadora e transformadora social, que impulsiona, ou não, nossa construção crítica frente às mazelas sociais.

Assim sendo, quando entendemos a escola como formadora de subjetividades, damos a ela a importância necessária de possibilitar uma educação transformadora, que começa dos anos iniciais da educação infantil, até os anos finais do ensino médio. As vivências nas escolas caminham com os sujeitos, por isso, criar memórias afetivas com os espaços escolares oportuniza uma construção afetiva com a educação e conseqüentemente uma valorização cada vez maior do ensino.

REFERÊNCIAS

ABREU, Z. T. O. **O impacto da falta do lúdico na aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.** *Repositório Universitário da Ânima*, 2020. [Artigo de Conclusão de Curso]. Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10104/1/AD7%20certa>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ANDRADE, L. R. **A importância do lúdico na educação infantil: um estudo de caso em uma creche pública.** [Monografia de Conclusão de Curso]. Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14099/1/LRA07022019.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BERTOLDO, J. V.; RUSCHEL, M. A. M. Jogar e brincar: Representando papéis, a criança constrói o próprio conhecimento. *Revista do Professor*, 2000. Disponível em:

<file:///home/convidado/Downloads/Jogar%20e%20Brincar%20Representando%20pap%C3%A9is,%20a%20crian%C3%A7a%20constr%C3%B3o%20o%20pr%C3%B3prio%20conhecimento.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARDOSO, E. L. **A importância do brincar e do jogo para o desenvolvimento da criança**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FACES/UFRGS, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39541/000823357.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARDOZZO, S. T. D.; VIEIRA, M. L. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n1/v7n1a09.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2008.

CARNEIRO, M. A. B. **Jean Piaget e os estudos sobre o desenvolvimento humano**. Universidade de São Paulo, s/d. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/educacao/brinquedoteca/downloads/artigo-jean-piaget-e-os-estudos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CAVALCANTE, A. V.; MARQUES, G. M. B. A presença feminina e a ausência masculina na educação infantil: uma dicotomia cristalizada. **Anais eletrônicos da III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem, III Encontro dos Programas de Mestrado Profissionais em Educação e Letras e XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul**, 2018.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Ludoeducação**. 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/ludoeducacao/#:~:text=O%20termo%20refere%2Dse%20%C3%A0,que%20significa%20brincar%20ou%20jogar>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

DALLABONA, S. R.; MENDES, S. M. S. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de Divulgação Técnico-Científico do ICPG**, v. 1, n. 4, jan.-mar. 2004. ISSN 1415-6396.

FILHO, K. P.; MARTINS, S. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 14-19, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NJYycJNvX58WS7RHRssSjjH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. FRITZ, A. N. D. As atividades lúdicas no processo de ensino-aprendizagem: um olhar docente. **Revista do Departamento de Psicologia, UFF**, v. 17, n. 2, p. 61-76, jul./dez. 2005. [Monografia de especialização]. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

GERHARDT, T. E. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

GUMIERI, F. A.; TREVISIO, V. C. A importância do lúdico para o desenvolvimento da criança: o brincar como ferramenta de aprendizagem na Educação Infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v. 3, n. 1, p. 66-80, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-miguel>. Acesso em: 20 nov. 2024.

KISHIMOTO, T. M. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. Pioneira Thomson Learning, 2002.

MACEDO, L.; PETTY, A. L.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Artmed, 2005.

MARTINS, M. R. A constituição da subjetividade. In: FERREIRA, E. M. (Org.). **Teoria e pesquisa em psicologia**, 2. ed., p. 6-14. Editora Atena, 2023. DOI: 10.22533/at.ed.346232206.

MESZÁROS, I. A educação para além do capital. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Istv%C3%A1n-M%C3%A9sz%C3%A1ros-A-educa%C3%A7%C3%A3o-para-al%C3%A9m-do-capital.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NASCIMENTO, A. C. P. A construção de subjetividades no ambiente escolar: relações de poder e contribuições da psicologia. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 9, n. 8, p. 201-206, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1913>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NAVARRO, M. S. O brincar na educação infantil. **IX Congresso Nacional de Educação**, p. 2123-2137, 2009. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35789608/Brincar_na_educacao_infantil-libre.pdf?1417415643. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, I.; TEIXEIRA, M. V.; COSTA, N. A importância da ludicidade na educação infantil. **Revista Campo do Saber**, v. 8, n. 1, p. 61-72, 2022. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/463>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, E.; ENS, R. T.; FREIRE, A. R. **Brinquedos e brincadeiras para o desenvolvimento da criança**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky. Aprendizado E Desenvolvimento**. Um Processo Socio-Historico. Editora Scipione. 4ª ed. 1977. ISBN 978-8526219366.

PEREIRA, G. P. C.; DEON, V. A. As concepções de infância e o papel da família e da escola no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Educação Pública**, v. 22, n. 5, p. 1-5, 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/5/as-concepcoes-de-infancia-e-o-papel-da-familia-e-da-escola-no-processo-de-ensino-aprendizagem>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PEDROZA, R. L. S. Aprendizagem e subjetividade: uma construção a partir do brincar. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 17, n. 2, p. 61-76, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/p45NBHK6Stp3MYnp7BsJ3qp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PENTEADO, T. C. Z.; GUZZO, R. S. L. Educação e Psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 569-577, 2010.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Forense Universitária, 1976. ISBN 8521804725.

PIAGET, J. **Problemas de psicologia genética**. Tradução: Nathanael C. Caixeiro, Zilda Abujamra Daeir, Celia E. A. Di Piero. 2. ed. Abril Cultural, 1983.

PEREIRA, D. B.; CAMPOS, L. M. M.; CAMPOS, L. A. M. Análise do vínculo dos alunos com as práticas pedagógicas durante o isolamento social: relato de experiência na educação básica pública estadual. **Revista Valore**, v. 8, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22408/reva802023744e-8009>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RAU, M. C. T. D. **Educação infantil: práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem**. Editora Intersaberes, 2012.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise descritiva de dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, 2002. Disponível em: www.est.ufmg.br. Acesso em: 10 jun. 2024.

RONCA, P. A. C.; TERZI, C. A. **A aula operatória e a construção do conhecimento**. 19. ed. Editora do Instituto Esplan, 1989.

SILVA, D. R.; TAVARES, D. M. Educação infantil: avanços e desafios, onde o discurso e a prática se encontram. **Revista Estação Científica**, 2016. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/6079/4-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVEIRA, L. T. M. **Desenvolvimento cognitivo das crianças na escola: um caminho que percorre do real ao imaginário**. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Paraíba, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4017/1/LTMS02102013.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SOUSA, K. P. A. Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre subjetividade e a educação. **Revista do NUFEN**, v. 10, n. 1, p. 256-261, 2018. DOI: [https://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol10\(1\).n04resenha36](https://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol10(1).n04resenha36). Acesso em: 10 jun. 2024.

O ESTIGMA DA LOUCURA ENTRE NÓS: ECOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR SOBRE(OS)VIVENTES

*Ana Cristina Desidério Diógenes
Jefferson Alves Macêdo
Josefa Máisa Fernandes de Oliveira
Maria Vitória Nunes Souza*

Resumo: Esta produção objetiva investigar como a ditadura brasileira de 1964 contribuiu para a construção do estigma da loucura, sobretudo através de ideologias e práticas manicomiais atreladas ao controle social aos subversivos. Com esse intuito, são evocadas memórias de civis e ex-militares que sobreviveram à ditadura, especificamente em um contexto intrafamiliar no município de Pereiro/CE onde tal família é reconhecida enquanto “família de loucos”, dispondo a análise de como o regime civil-militar favoreceu o constructo desse estigma, bem como, os ecos desse fenômeno nas gerações atuais da família. Inicialmente, a pesquisa desenvolve-se através do levantamento bibliográfico de clássicos que contribuem com a temática, como Goffman e Foucault, elucidando as primeiras noções sobre estigma e loucura, conceitos que norteiam todo o estudo. Além disso, na revisão da literatura, recupera-se o papel colaborativo da Psicologia no controle social da ditadura, refletindo sobre uma atuação que se contraponha a essa *práxis* e esteja comprometida socialmente. Logo, para o acesso das memórias dos referidos sobreviventes, adotou-se a pesquisa de campo de natureza qualitativa e o procedimento de entrevistas semiestruturadas. Na interpretação dos dados, utilizou-se das discussões psicanalíticas de Freud para desenvolver a análise do discurso. Assim, a partir dos relatos dos entrevistados, comprovou-se que os ecos ditatoriais persistem atualmente na vida das vítimas por novas formas de perseguição e em memórias traumáticas, além de possuir impacto direto no modo como a sociedade ainda enxerga e trata a loucura, denunciando a urgência de historicizar essas vivências na perspectiva de não esquecer para não se repetir.

Palavras-chave: Controle Normativo. Desvio Social. Subversão. Memórias. Psicologia.

Abstract: This study aims to investigate how the Brazilian dictatorship of 1964 contributed to the construction of the stigma of madness, primarily through ideologies and psychiatric practices linked to the social control of subversives. With this in mind, it evokes the memories of civilians and former military personnel who survived the dictatorship, specifically in an intrafamilial context in the municipality of Pereiro/CE, where a family is recognized as a "family of mad people." The analysis focuses on how the civil-military regime facilitated the creation of this stigma, as well as the echoes of this phenomenon in the current generations of the family. Initially, the research develops through a bibliographic survey of classic works that contribute to the theme, such as those by Goffman and Foucault, clarifying the early notions of stigma and madness, which guide the entire study. Furthermore, the literature review highlights the collaborative role of Psychology in the social control during the dictatorship, reflecting on an approach that opposes this practice and is socially committed. To access the memories of the survivors, a qualitative field research methodology was adopted, using semi-structured interviews. In interpreting the data, Freudian psychoanalytic discussions were employed to develop the discourse analysis. Thus, based on the interviewees' accounts, it was proven that the echoes of the dictatorship persist in the lives of the victims through new forms of persecution and traumatic memories, and they have a direct impact on how society still perceives and treats madness, emphasizing the urgency of historicizing these experiences from the perspective of "not forgetting to avoid repeating."

Keywords: Normative Control. Social Deviance. Subversion. Memories. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão parte de dois conceitos norteadores: estigma e loucura. Para essa condução, são elucidadas as contribuições clássicas de Goffman (2019a) e Foucault (2020) que desenvolvem noções primordiais acerca desses termos, respectivamente. Goffman (2019a) discorre que o termo “estigma” surgiu entre os gregos com a prática de realizar marcações corporais (como cortes e queimaduras) sobre aqueles que deveriam ser evitados socialmente, a fim de categorizar o status moral dos sujeitos. O autor ainda reflete que o normal e o estigmatizado não são pessoas, mas sim perspectivas, que se baseiam nas expectativas sociais, estando o estigmatizado, às margens da aceitação social.

Em concordância, Assênsio e Soares (2022) dialogam que a estigmatização ocorre no processo em que a identidade social “virtual” do indivíduo, aquela projetada pelas expectativas sociais, é discrepante de sua identidade social “real”. Em outras palavras, entende-se que o estigma é resultado do (des)encontro frustrante entre o ideal fantasiado pela sociedade e a realidade que se expressa distante dos desejos pré-estabelecidos por uma parcela dominante, estando o estigma próximo à noção de desvio social.

Emergem então, dois grupos na sociedade: o grupo admitido socialmente, os “normais”, e o grupo de pessoas “desviantes” desse modelo normativo, nas quais recaem os estigmas. Posto isto, introduz-se o conceito de normalidade, muito bem articulado nos debates saúde-doença e normal-patológico de Canguilhem (2022), que discorre que tais termos coexistem em uma relação dicotômica. Outrossim, como aluno herdeiro de Canguilhem apresenta-se Foucault, que delimita a discussão de normal e patológico dentro das doenças mentais.

Foucault (2020) indica que as doenças mentais sempre existiram em todos os lugares, mas que só receberam o título de loucura nas culturas que as reconheceram como tal; a partir disso, a sociedade atribui à doença o sentido de desvio, e ao doente um status que exclui. O filósofo ainda destaca as relações hierárquicas do “normal” sobre o “doente mental”, revelando que a classe dominante exalta a ideia de razão/normalidade e associa a loucura à desrazão, sendo o louco/doente o desvio dos padrões elitistas. Essa última ideia do autor resgata os argumentos de seu mestre Canguilhem (2022), quando defende que a patologia não se realiza na ausência de normas, mas na presença de outras normas vitalmente inferiores, que impossibilita ao “indivíduo doente” um modo de vida permitida aos “sadios”.

Diante do exposto, é possível identificar um controle normativo de existências nas sociedades, podendo estabelecer a essência relacional dos termos estigma e loucura enquanto sinônimos de desvio social, pois o estigmatizado e o louco seriam desviantes da ordem. A doença mental é, portanto, definida negativamente como desvio da norma sancionada por uma parcela da sociedade, parcela esta, considerada normal, saudável, e portanto, superior. Frayze-Pereira (1984) também contempla essa discussão quando retrata que o louco é concebido como um problema social eterno; e desse modo, se realizou tanto no passado quanto ainda se realiza no presente.

A partir desse panorama, na perspectiva de história em constante movimento, propõe-se a análise dos fatos considerando os contextos espaciais e temporais em que ocorrem. Logo, essa produção científica faz um recorte da construção do estigma da loucura no Brasil, e para tanto, sublinha o período da ditadura civil militar de 1964 enquanto momento fermentador de práticas manicomiais e um marco histórico de controle social normativo, assumindo o pressuposto de que o período ditatorial potencializou a estigmatização dos loucos-anormais-doentes-subversivos-comunistas, estabelecendo a similitude entre esses conceitos na compreensão de que todos se constituíram através da noção de desvio ou inadaptação às normas sociais impostas pelo regime.

Para essa análise, se faz necessário ilustrar o cenário do regime autoritário brasileiro, onde os sujeitos eram categorizados nos dois extremos opostos: “patriotas” ou “subversivos”. Nessa lógica ditatorial de bipartidarismo, todos aqueles que desviavam das normas sociais impostas, eram considerados subversivos comunistas e/ou loucos – como se, no fundo do “subversivo” estivesse o “doente mental”, ou vice-versa (Faria, 2015). Ademais, Canguilhem (2022) traz que a palavra normal surgiu associada à norma, significando aquilo que não se inclina nem para a direita, nem para a esquerda, e que se inscreve no meio termo. De modo análogo ocorreu em 1964, onde regulava-se a posição política de neutralidade ou aliança com o regime, sendo o sustentáculo da intervenção militar o movimento anticomunista de repressão à esfera política de esquerda.

Essa retomada há um período de 60 anos atrás, intenciona ecoar sobre como esse estigma de raízes tão antigas sustenta-se atualmente, e assim, desenvolve a problemática deste trabalho: Como a ditadura civil-militar contribuiu com a construção do estigma da loucura no Brasil e quais são os impactos na vida dos sujeitos estigmatizados?

Portanto, esse estudo objetiva, de modo geral, investigar sobre como a ditadura brasileira de 1964 contribuiu para a construção do estigma acerca da loucura, sobretudo através de ideologias e práticas manicomiais atreladas ao controle social vigente nesse regime. Tal como, em seus objetivos específicos, busca evocar a memória de civis e ex-militares que sobreviveram à ditadura, especificamente em um contexto intrafamiliar no município de Pereiro/CE, onde a família é reconhecida como “família de loucos”, explorando também como as marcas do estigma repercutem nas gerações atuais.

Neste ensejo, justifica-se a motivação pessoal para trabalhar essa temática no berço da autora, que com esse feito, realiza seu desejo íntimo de eternizar essas vivências. Essa pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso em Psicologia, além de ser requisito na obtenção do título de graduação, também tem como relevância acadêmica estimular a conscientização sobre a quem serviu a Psicologia durante o regime civil-militar de 1964, incentivando repensar o papel político dessas profissionais no passado, presente e futuro. Ademais, como relevância social, incentiva a produção de registros das memórias das vítimas de violências ditatoriais, na perspectiva de não esquecer para não se repetir.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Vivência do Estigma da Loucura no Período Ditatorial do Brasil

*“Lá fora faz um tempo confortável,
a vigilância toma conta do normal”*

(Admirável Gado Novo, Zé Ramalho, 1979).

A música de onde destaca-se o trecho citado acima, foi produzida ainda no período da ditadura do Brasil, refletindo sobre um governo autoritário, vigilante e de controle normativo. Mais na frente, no famoso refrão “Ô, ô, ô, vida de gado. Povo marcado, ê. Povo feliz!” compara a vida do povo com a do gado, referenciando o costume de “marcar” esses animais com ferrugens quentes. De modo análogo, elucida-se o exposto no início do trabalho através de Goffman (2019a), que traz que o termo “estigma” surge entre os gregos com a prática de realizar marcações corporais (como cortes e queimaduras) nos sujeitos que deveriam ser evitados socialmente. Em ambos os cenários, o ser “marcado” por ferrugens quentes e queimaduras,

apresenta-se na condição de dominado e controlado, que simultaneamente relaciona-se às características animais do gado, na expectativa de comportamentos que siga à ordem do rebanho, de obediência, docilidade e acatamento.

Nesse sentido, a desobediência dessa ordem estimula o processo de estigmatização dos desviantes. Bussinger e Arantes (2016) trazem que o estigma é compreendido enquanto forte desaprovação social, acompanhado de uma marca que recebe valorização negativa acerca de determinada prática, comportamento ou doença. Assim, contextualizando na temática da loucura, o teor pejorativo frequentemente associado ao “louco”, configura-se um estigma social, que se constitui por discriminação e preconceito a doença mental ou comportamento inadequado. Frayze-Pereira (1984) discorre que é próprio da loucura ser rebelde a uma definição positiva, tornando-se impossível definir a loucura em si mesma, e por isso, as definições desse termo se realizam sempre em relações dicotômicas: normalidade-irracionalidade-saúde e anormalidade-irracionalidade-doença.

Por continuidade, o autor discursa: “uma norma sempre comporta uma abertura para uma outra possibilidade que só pode ser inversa [...], isto quer dizer que uma norma só vem a ser norma, exercendo sua função normativa ou de regulação, mediante à antecipação de sua infração” (Frayze-Pereira, 1984, p.21). Em outras palavras, as normas sociais surgem intrínsecas ao fato de existir algo diverso a ela, e essa diversidade só pode emergir como resistência às exigências impostas. Do mesmo modo, surge a oposição no período de ditadura no Brasil, quando foram instituídas normas autoritárias da direita, que calcadas nas Forças Armadas, reprimia e perseguia grupos políticos divergentes, intitulados subversivos comunistas da esquerda:

A crise de 1964 culminou em um golpe militar justificado pelo combate à “ameaça comunista”, argumento político usado para convencer a sociedade, ou uma parte dela, da “necessidade de medidas repressivas contra a esquerda” [...] sendo o golpe de Estado de 1964 o resultado de uma “ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista” (Oliveira, 2021, p. 40).

O Golpe de 1964 foi uma conspiração realizada pela elite brasileira e as Forças Armadas contra o então presidente João Goulart, instituindo a presidência de Humberto Castello Branco por eleição indireta. Arelado a esse movimento, Costa (2019) destaca a importância de incluir o termo “civil” na concepção da expressão Golpe civil-militar de 1964, atribuindo os sentidos de colaboração, legitimação e consenso por parte da população, admitindo sua responsabilidade pela perpetuação do regime durante 21 anos no país. Mansan (2014) discorre que a ditadura foi

liderada, financiada e comprometida com a classe dominante, tendo como objetivo a manutenção da ordem vigente, sendo duas décadas marcadas pela desigualdade social e concentração de renda pela elite.

O cenário autoritário tornou-se ainda mais rígido em 1968 com o Ato Institucional Número Cinco, conhecido como AI-5, decreto emitido durante o governo de Artur da Costa e Silva, responsável pela regência mais violenta da ditadura brasileira. Foi marcado principalmente pela censura, abonação deliberada da tortura, perseguição e suspensão de direitos políticos da esquerda, proibindo qualquer tipo de manifestação ou expressão da oposição (Motta, 2018). Nesse sentido, assumindo que a ditadura foi uma ação anticomunista, entende-se que, como escancaradamente nomeado, estabeleceu-se um padrão normativo, estando o comunista, à subversão dessa norma.

Retomando Canguilhem (2022), a norma está diretamente associada às noções do normal, saudável e admitido socialmente. Dialogando com essa ideia, Oliveira (2021) traz que o indivíduo em estado doente seria, então, aquele que não consegue ser normal, isto é, incapaz de se enquadrar socialmente, enquanto o saudável seria o capaz de se adaptar às normas e àquilo que o meio exige. Logo, define-se uma relação causal: o subversivo, enquanto desviante das normas sociais, é portanto, doente.

Sendo assim, Figueredo e Cordeiro (2016) dissertam que na década de 60, com o Estado comprando serviços de setores privados, a doença mental tornou-se um empreendimento bem rentável na área da saúde. Dessa forma, as Instituições Totais (Goffman, 2019b) como os manicômios, tiveram fortes investimentos nesse período, sendo utilizados como depósitos daqueles que escapavam das normas: pobres, bêbados, usuários de drogas, moradores de rua, pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento mental, mulheres indesejadas por seus maridos, pessoas improdutivas (para o sistema e/ou para sua família) e não obstante, os comunistas. Nesse viés, na lógica ditatorial, os loucos não eram “apenas” pacientes psiquiátricos, mas todos que desviavam do padrão normativo da direita:

Intensificou-se o surgimento de inúmeras casas de internamento como forma de poder absoluto, a fim de manter a ordem, de maneira que os internamentos se tornaram ideais para alojar e conter os “loucos” e todos aqueles que apresentavam uma conduta socialmente desviante (Alexandre et al., 2022, p.5).

Em continuidade com os autores, Bussinger e Arantes (2016) destacam que os “loucos” foram “tratados” longe da sociedade, pois eram considerados potencialmente perigosos, ideia

que reverbera o trecho destacado no início: “*Lá fora faz um tempo confortável, a vigilância toma conta do normal*”. Os manicômios tornaram-se seus cárceres e eles foram mantidos à margem da sociedade por muito tempo. Para esses, passou-se a utilizar o termo “loucura” como atributo profundamente depreciativo, configurando o estigma:

Sempre acompanhado de uma característica negativa, o estigma retira da pessoa sua personalidade, como se todos os seus gostos e atitudes tivessem sido absorvidos pela ideia preconcebida de comportamentos relacionados a determinadas enfermidades, síndromes ou estados sociais (Bussinger; Arantes, 2016, p. 11).

Posto isto, comprova-se a contribuição da ditadura civil-militar de 1964 na potencialização do estigma da loucura no Brasil, se efetuando principalmente através da repressão dos subversivos e no alto financiamento de Instituições Totais, sendo estratégias para isolamento e retirada do lugar social dos loucos-doentes-anormais, que naquela época estavam expressos principalmente, na oposição política. Cabe aqui, então, o destaque de que esse movimento se realizou também com a colaboração de civis, contando com profissionais de diversas áreas no controle social, incluindo profissionais da saúde mental, discussão que será aprofundada a seguir.

2.2 A Psicologia no Período Ditatorial

“As rodas da máquina têm de girar constantemente, mas não podem fazê-lo se não houver quem cuide delas. É preciso que haja homens para cuidar delas, homens tão constantes como as rodas nos seus eixos, homens sãos de espírito, obedientes, satisfeitos em sua estabilidade”

(Admirável Mundo Novo, Aldous Huxley, 1932).

No tópico anterior recorreu-se à música de Zé Ramalho, “Admirável gado novo”, que por sua vez, se inspirou na obra “Admirável Mundo Novo” citado neste tópico. Na canção, destacou-se o trecho: “*Lá fora faz um tempo confortável, a vigilância toma conta do normal*”, referindo-se ao controle social dos desviantes às normas ditatoriais. Essa passagem associa-se à obra de Huxley (1932), entendendo que as máquinas da ditadura brasileira (1964-1985) mantiveram-se funcionando por mais de duas décadas através do empenho constante de seus operários. Assim, para que as engrenagens funcionassem, foram necessários muitos elos de vários profissionais que respaldaram saberes e práticas favorecedores dos terrorismos de

Estado, incluindo aqui, psicólogas, que de modo análogo ao dito do autor, foram obedientes ao regime e estiveram satisfeitas em seu privilégio elitizado, contribuindo com o controle normativo das ameaças comunistas.

Para compreender esse cenário, vale retomar que a Psicologia foi regulamentada enquanto profissão no Brasil em 1962 (Conselho Federal de Psicologia, 2022). Pouco depois, em 1964, foi instaurada a ditadura no país, que se realizou através de intensa colaboração entre militares e civis, financiado e legitimado por parcela da população brasileira, sendo um movimento constituído e comprometido com a classe dominante (Oliveira, 2021). Logo, compreende-se que a Psicologia surge em “berço de ouro” no país quando regulamentada na vigência da “alta sociedade”, entendendo enquanto profissão composta pela elite e pensada para a elite. Dessa forma, reflete-se sobre quem eram as profissionais de Psicologia e a quem elas serviam, sobretudo quando contextualizada no período ditatorial. Furlan (2017) discorre:

Outra marca forte da Psicologia era sua vinculação com a elite da sociedade, já que a classe excluída dos bens culturais e econômicos era privada de seus serviços. Tinha-se, assim, uma Psicologia elitizada e elitista, contribuindo para a perpetuação da exploração desta classe social sobre as demais (p. 93).

Outrossim, Correia e Dantas (2017) ainda destacam que nessa época a economia do Brasil teve fortes influências neoliberais, afetando diretamente a Psicologia enquanto ciência e profissão. Nessa lógica neoliberal, o Estado se abstém de sua responsabilidade e impulsiona a constante privatização dos setores, sendo um cenário fértil para atuação da psicóloga na área clínica particular (através do modelo médico hegemônico), tornando a saúde mental um serviço lucrativo na ditadura - fato que impulsionou a criação de instituições psiquiátricas como ferramenta de opressão, tortura e controle dos opositores.

Nesse recorte, ressalta-se ainda que a Psicologia brasileira manteve uma matriz científica importada dos Estados Unidos, e para além disso, destaca-se que as teorias e práticas psicológicas utilizadas no Brasil durante o período ditatorial, foram fortemente influenciadas pela aliança norte-americana no combate ao comunismo em nosso país. Assim, denuncia-se o surgimento de uma Psicologia (continuamente colonizada) atrelada à adaptação e regulação do sujeito, como previsto no controle social aos subversivos:

Coimbra (2011) esclarece que os psicólogos atuantes em parceria com o Regime Militar exerciam práticas caracterizadas pelo uso de ferramentas psicológicas como a aplicação de anamneses ou de testes psicológicos (de personalidade, de inteligência etc.) que classificavam e rotulavam os sujeitos da oposição, como desestruturados ou desajustados (Correia & Dantas, 2017, p.76).

Em concordância, Furlan (2017) traz:

Durante o regime, a Psicologia criou um projeto chamado de “Perfil psicológico do terrorista brasileiro”, para dizer que aqueles que se opunham ao regime militar eram pessoas desestruturadas, desajustadas e vinham de famílias problemáticas (p.94).

O autor ainda cita Patto (2003) explicando que a Psicologia esteve disposta a transformar as desigualdades sociais em desigualdades psíquicas individuais, cabendo às psicólogas realizar diagnósticos para identificar problemas de ajustamento dos sujeitos, e então “solucioná-los”, ajustando-os às normas. Lacerda Júnior (2013) fortalece essa ideia:

Intensificaram-se concepções de subjetividade que reduziam o psiquismo ao privado, ao individual, ao interior [...] Demonstram como o psicólogo brasileiro sempre cumpriu uma mesma função reguladora, adaptativa e, portanto, ideológica [...] A nova profissão não buscava apenas legitimidade social, mas pretendia mostrar para as classes dominantes atuantes no Brasil que a psicologia não era uma ameaça à ordem social (pp. 220-224).

A partir disso, demarcando sua atuação hegemônica na ditadura, é possível verificar uma Psicologia negligente - mesmo que sob possível condição de fatalismo (o argumento de cumprimento de ordens não pode deletar da história que tais práticas apoiaram e fortaleceram os terrorismos do Estado).

No entanto, considerando o risco de generalização, destaca-se que mesmo em um cenário opressor e punitivo, pessoas se revelaram corajosas o suficiente para agir. Registra-se que também houveram pequenos movimentos que agiam contra práticas psicológicas favorecedoras do Regime Militar, existindo inclusive, psicólogas - como Cecília Coimbra - e estudantes de Psicologia perseguidos e torturados pelos militares. Abre-se parênteses para a psiquiatra brasileira Nise da Silveira - também vítima da perseguição do regime ditatorial - que revolucionou o cuidado humanizado ao sujeito em sofrimento mental no Brasil, se contrapondo ao modelo de eletrochoques, lobotomias, administração excessiva de medicamentos e outras práticas manicomiais na direção da correção do que sinalizava "anormalidade" (Guimarães et al., 2013).

Atrelado ao exposto, Correia e Dantas (2017) retomam que no auge do terrorismo do Estado com o AI-5, quando a tortura e a violência se tornaram instrumento oficial da política, foram criados o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os sete Conselhos Regionais, através

da Lei nº 5.766 em 1971. Lacerda Júnior (2013) reverbera que esse processo de reorganização da Psicologia criou cisões, crises e transformações que deram início à novas abordagens teóricas e práticas redirecionadas à maioria popular, com o intuito de considerar o sujeito brasileiro em sua realidade, rompendo com as réguas estrangeiras. Aqui, vale a visibilidade de autores referências da Psicologia brasileira, como Ana Bock, Cecília Coimbra, Sílvia Lane e Oswaldo Yamamoto.

Assim, a década de 1970 foi marcada pelo início da “abertura democrática”. Amarante (2018) relata que nesse cenário de redemocratização e luta contra a ditadura, se constituíram as primeiras reivindicações de direitos humanos para as vítimas da violência psiquiátrica do estado autoritário, iniciado pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) em 1978. Por conseguinte, a 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986 dispôs condições para instituir o Sistema Único de Saúde (SUS) com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Foram passos fundamentais para o caminhar de transformações importantes na área de saúde mental, como a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial.

Com isso, foram criadas estratégias de desinstitucionalização com os equipamentos substitutivos aos manicômios, tendo como principais: o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), objetivando o cuidado integral do sujeito sem retirá-lo da sociedade. Por fim, como disposto anteriormente, sabe-se que a história da Psicologia brasileira se desenvolveu reproduzindo ideias e práticas predominantes nas grandes metrópoles europeias. Este é um dos sintomas do que Martín-Baró (1996) denominou de miséria da psicologia latino-americana em uma história de dependência colonial. Dessa forma, o autor propõe a descolonização da Psicologia através de uma *práxis* que possa partir da realidade dos sujeitos, construída na, para e com a América-Latina. Correia e Dantas (2017) citam o autor:

Para Martín-Baró (1997), antes de pensarmos sobre o papel do psicólogo, precisamos refletir sobre o contexto social no qual ele atua, entendendo que esse profissional faz parte dele [...] Para isso, o profissional deve conhecer a realidade em que vive, não se satisfazendo em apenas executar um trabalho, mas visando construir uma Psicologia que transforme a realidade, promovendo mudanças (p. 73).

Significa portanto, uma Psicologia latino-americana, crítica e libertadora contextualizada na história do seu povo, sendo a profissional, uma agente transformadora comprometida socialmente. Atrelado à isso, Martín-Baró (1996) discorre sobre o processo de conscientização: “A consciência é o saber sobre si e sobre o mundo a sua volta [...] assim, a recuperação de sua memória histórica oferece a base para uma determinação mais autônoma do

seu futuro” (pp. 14-16), em outras palavras, conhecer o passado, para entender o presente e construir o futuro. Nesse sentido, o *que fazer* da Psicologia está centrado na desideologização dos sujeitos, sobretudo das massas populares e minorias sociais, conscientizando-as sobre seu passado histórico de opressão, para assim, promover um futuro liberta-dor.

Por fim, para que se possa acessar a história de uma classe e promover sua conscientização como proposto por Martín-Baró (1996), é válida a participação e incentivo na produção de arquivos que possam registrar e denunciar as violações de direitos humanos existidas, bem como, que nomeiem os principais responsáveis e colaboradores de tais perversões. Com esse propósito se faz este trabalho, denunciando as violências ditatorias e historicizando vivências que foram afetadas diretamente por esse período.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada nesta pesquisa desenvolveu-se inicialmente através de levantamento bibliográfico, planejando obter aporte teórico suficiente para o acesso ao campo, método inspirado em Guerra (2023), que compreende a revisão bibliográfica como alicerce inicial para a pesquisa de campo. Assim, ambos os métodos quando unificados, permitem uma relação mais próxima entre teoria e prática, proporcionando à investigação, o tocar do solo e a percepção de detalhes que escapam dos escritos.

À princípio, o estudo bibliográfico foi discriminado a partir das temáticas que o contemplam, recuperando contribuições clássicas e atuais nos seguintes acervos: Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). As buscas nessas bases de dados foram norteadas pelos descritores "Estigma", "Loucura" e "Ditadura".

Sendo assim, para contextualizar o repertório teórico na realidade acessada, utilizou-se da pesquisa de campo, compreendida por Gil (2002) enquanto método desenvolvido no próprio local onde os fenômenos acontecem. Logo, esta investigação faz um recorte espacial do território nordestino brasileiro, apresentando como interesse focal participantes naturais do município de Pereiro no Ceará, cidade com população aproximada de 15.000 habitantes e 435,868km² de extensão territorial (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022). No referido território é possível identificar o objeto de estudo palpável, e a partir dele, intenciona-se acessar memórias de civis e ex-militares sobreviventes da ditadura civil-militar,

refletindo sobre como esse período contribuiu na vivência do estigma da loucura pela “família de doidos”.

Diante disso, o *corpus* da pesquisa se realiza em um contexto intrafamiliar, sendo participantes: 1 (um) marinheiro que serviu durante o regime ditatorial -Álvaro, 90 anos-; 1 (um) civil que foi perseguido e privado de liberdade nesse período -Vinicius, 80 anos-; e outros 3 (três) componentes familiares das gerações atuais -Cecília, 55 anos. Fernando, 54 anos. Santiago, 59 anos- propondo análise comparativa dos ecos desse regime. Vale destacar que os participantes da pesquisa são representados por nomes fictícios, assim como, o sobrenome da família e nome de terceiras pessoas citadas pelos entrevistados, que recebem também codinomes, garantindo o anonimato dos sujeitos. Inspirou-se em nomes de psicólogas e psicólogos brasileiros testemunhos da ditadura civil-militar, expostos na obra “A verdade é revolucionária” produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (2013).

Para esse acesso, optou-se pela investigação social de natureza qualitativa, realizando a coleta dos dados em duas etapas concomitantes e sequenciais: inicialmente foi disposto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) e o Termo de Gravação de Voz (Apêndice B). Em seguida, realizou-se as entrevistas utilizando o procedimento de pesquisa participante e entrevistas semiestruturadas - que combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, dispondo um espaço de reflexão livre e espontânea para os participantes (Minayo; Costa, 2018).

Foram 5 (cinco) perguntas norteadoras (Apêndice C), registradas com gravação de áudio e transcrição das falas dos integrantes, que por sua vez, foram selecionados seguindo os critérios de inclusão: ser maior de idade; ser natural de Pereiro/CE; compor a família em questão; e possuir memórias vívidas do período ditatorial brasileiro; Os critérios de exclusão constituem todos que fogem desse perfil.

A Análise do Discurso também aparece como recurso na produção, sabendo que os estudos nessa linha, consoante Silva e Araújo (2017), possuem caráter qualitativo-interpretativista, analisando os fenômenos através dos significados que as pessoas lhe atribuem, acessando os discursos, memórias, ditos e não ditos dos falantes. Portanto, essa pesquisa se configura do tipo exploratória, o qual Gil (2002) discorre:

Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema [...] Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (p.41).

Por fim, para realização deste feito, o levantamento bibliográfico considerou o Manual de Direitos Autorais como precaução ao risco do plágio acadêmico (Panzolini & Demartini, 2020). Além disso, a pesquisa desenvolveu-se pautada nos pressupostos do Código de Ética de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 2005), sobretudo à luz do artigo 16 que discorre sobre as pesquisas, estudos e produção de conhecimentos dessa ciência. A investigação também foi amparada pelas Resoluções nº 466/2012 e nº510/2016 que tratam, respectivamente, sobre pesquisas com seres humanos e diretrizes éticas nas ciências humanas e sociais (Brasil, 2012/2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

*“Il tuo desiderio si avvererà”
“Seu desejo se tornará realidade”*

(Autor desconhecido)

Nesta fase da pesquisa, a escrita parte de um significante relacionado ao sobrenome da família acessada, assim como, constitui, de fato, o maior propósito deste trabalho: a realização do desejo de eternizar os relatos sobre(os)viventes do regime ditatorial. Além disso, o conceito de desejo é central na abordagem e teoria psicanalítica, e é por esta vertente, a da Psicanálise, que este trabalho reúne as considerações de Freud com a discussão dos resultados da investigação. Para esse feito, foram acessadas memórias do período ditatorial dos integrantes da família *Desirré*¹⁶, assumindo o pressuposto de que esse período contribuiu e intensificou a vivência do estigma da loucura desses sujeitos. Portanto, é importante resgatar gerações passadas para verificar os passos iniciais desse processo, e através do discurso de gerações atuais, comparar como esse estigma ecoa no presente.

O trecho da história da família *Desirré* que interessa a essa investigação, parte de um casal de agricultores -Luiz e Aurora- entre os anos de 1920-1930, vivendo em um contexto de extrema pobreza e seca no município nordestino de Pereiro, interior do Ceará. Tiveram dezoito filhos, mas apenas treze se criaram - atravessados pelas vulnerabilidades sociais do Sertão.

¹⁶ A escolha do nome fictício “*Desirré*” inspirou-se nas traduções da palavra “desejo”.

Segundo relatos dos familiares, Luiz e Aurora eram oposição política no município e já se sentiam perseguidos quanto às oportunidades de emprego, realidade característica na política interiorana de coronelismo, com práticas de benefícios em troca do apoio e bajulação de eleitores (Martins et al., 2011). Na perspectiva de sair de Pereiro/CE para buscar melhores condições de vida, entre os homens filhos do casal, quatro deles se alistaram na Marinha nacional: Hugo, Álvaro, Sérgio e Celso; outro se alistou na polícia militar: Vanderlei.

“Eu era um desgraçado lá no Ceará, fui pra Marinha, da Marinha, andei o mundo inteiro, morei na Europa toda, pra mim foi uma viagem que eu tive de conseguir coisas que eu nunca teria conquistado na minha vida [...] Aqui no Brasil durante 25 anos só podia ser gente se fosse general [...] eu entrei na Marinha porque foi a oportunidade que eu consegui de ter algo melhor. Saí do inferno pra ir pro céu” (Álvaro, 2024).

Faz-se necessário desenvolver uma linha do tempo comparativa entre a época em que esses irmãos se alistaram nas forças armadas e o período ditatorial (o foco deste trabalho). Hugo, o mais velho, foi o primeiro a entrar na Marinha e permaneceu durante 7 (sete) anos, saiu por volta dos anos de 1962/1963. O segundo a se alistar foi Álvaro, e em seguida Sérgio, ambos serviram no período da ditadura, permaneceram por mais de 30 (trinta) anos e saíram aposentados. Celso, por sua vez, tem uma narrativa mais complexa, passou menos tempo na Marinha, foi “laudado” de esquizofrênico e “fugiu” nos anos iniciais da ditadura entre 1964 e 1966. Vanderlei, por sua vez, se alistou na Polícia Militar e serviu durante a ditadura.

Partindo desse panorama, descreve-se os participantes da pesquisa: dos quatro que serviram à Marinha, apenas um está vivo - Álvaro, que concordou em participar do estudo. Já Vanderlei, único que serviu no Exército, recusou a participação. Dentre os filhos de Luiz e Aurora que não se alistaram às forças armadas, volta-se atenção também ao Vinícius que colaborou com a investigação, um civil extremamente perseguido pela ditadura em Pereiro/CE - junto com seu irmão Hugo após sair da Marinha. Santiago, um dos filhos de Hugo, também se disponibilizou a cooperar, bem como, dois dos filhos de Vinícius (Cecília e Fernando) que possuem memórias do período ditatorial. Santiago, Cecília e Fernando, portanto, são fontes para a análise das repercussões do estigma e da ditadura nas gerações atuais.

Ao ser questionado sobre sua opinião em relação a ditadura e suas memórias do período em que esteve na Marinha, Álvaro responde:

“Pra mim, foi uma coisa muito importante porque na época o mundo inteiro só queria ser comunista [...] A ditadura pra mim foi uma graça de Deus [...] Era um momento que nós não tinha muito doido falando besteira não. Na ditadura [inaudível] tem um ditador que só ele dá a ordem [...] Pra mim a Marinha era uma maravilha, só lembro

de coisa boa da ditadura” (Álvaro, 2024).

Em seguida, frente à hipótese de uma ditadura nos dias atuais, Álvaro opina:

“Minha explicação é o seguinte, tem hora pra cada coisa, cada coisa sua hora. Naquela época, a situação no mundo era agitação, guerra [inaudível] e a ditadura aqui no Brasil melhorou, mas já hoje, eu já não acho bom não, eu já mudo [...] porque o ditador abusa. [...] A ditadura comete muita injustiça, quem não agrada o ditador paga caro, e eu não gosto disso não. Mas na época valeu a pena porque o mundo, a época era comunismo, o mundo inteiro tava virando comunista. [...] Quando a pessoa é perseguida, todo cara ele sofre as consequências né?! é ruim [...] Eu não presenciei, mas teve né? tinha uns lugares “especial” onde torturava as pessoas; não era na minha presença não, mas tinha. [...] Naquela época, eu gostei da ditadura, mas hoje em dia, eu prefiro a democracia” (Álvaro, 2024).

Nos discursos de Álvaro são expostas críticas constante ao comunismo, coerente ao bipartidarismo da ditadura:

“O comunismo deu errado em todo lugar, nenhum lugar aprovou [...] tenho memórias porquê na Marinha toda hora a gente esperava que ia ter rebuliço [...] a gente ficava preocupado, porque quando tem greve, bagunça na rua, eles chamam o militar para resolver. Aí eu só ficava com medo de acontecer [...] Eu não gosto desse sindicato porque é muita agitação, na época a moda no mundo inteiro era comunismo, comunismo... a América Latina toda queria virar comunista, aqui só tinha briga, greve, greve, aí eu não gostava não [...] Deu errado no mundo inteiro, eu sou contra o comunismo” (Álvaro, 2024).

No entanto, em meio a esse discurso atrelado ao interesse ditatorial na ação anticomunista, Álvaro (2024) dispara: “A ditadura não prestou em lugar nenhum do mundo”, quando supostamente iria repetir “O comunismo não prestou em lugar nenhum do mundo”. Na perspectiva freudiana, o intérprete inicia seu trabalho em uma posição de suspeita; assim, assumindo essa posição, o fenômeno citado é aqui interpretado como um ato falho -lapso verbal- onde o enunciado se distingue do intencionado, e muitas vezes sequer é reconhecido pelo falante (Aires, 2017).

Para a psicanálise, especula-se que o ato falho -erro ou deslize no discurso - é uma manifestação inconsciente de conteúdos reprimidos ou negados, demonstrando conflito das ideias e das intenções de quem fala. Na realidade expressa por Álvaro, esse ato falho, analisado em conjunto com as narrativas de “só me lembro de coisas boas da Marinha/ditadura” e em contrapartida “ficava com medo” (ambos destacados anteriormente) pode indicar um mecanismo de defesa inconsciente, reprimindo possíveis memórias e conteúdos causadores de sofrimento psíquico. Continuamente, quando perguntado sobre as vivências de seus irmãos

também na Marinha, Álvaro expõe:

“Eu tinha um irmão meio doido, Hugo [...] ele abriu o caminho [...] Tinha um irmão chamado Celso que tinha uma certidão dada pela junta de médicos da Marinha, que ele tinha esquizofrenia [...] É pessoa meio difícil de conviver, eu chamo como uma pessoa quase doida, comportamento meio doido [...] Graças a Deus eu não tenho essa doença, mas estraga tudo [...] Pessoa que se agita muito fácil, qualquer coisa quer briga, isso às vezes estraga todo um futuro [...] estraga tudo só por não saber controlar as ideias da cabeça [...] ele [Hugo] era mais agitado. Eu já não sou, quando eu não estou satisfeito com uma coisa eu fico calado, gosto de ficar na santa paz, assim que eu faço, por isso que comigo, graças a Deus, deu tudo certo [...] Ele tinha isso, meus irmãos tudo tem, falta de bom comportamento [...] Eu quando eu discordo das coisas eu não falo nada, prefiro logo pensar no silêncio [...] É assim que eu faço, é assim que graças a Deus eu tive sucesso na vida” (Álvaro, 2024).

Frente às várias camadas que esse discurso traz, verifica-se que Álvaro estabelece relação causal do seu sucesso por não ter demonstrado ameaça à ordem vigente, seguindo o “rebanho” com acato e docilidade, comportamento esperado pelos ditadores. Coimbra (2001) destaca que qualquer pessoa pode produzir dor a outros, desde que receba ordens de alguém que considere como autoridade. Assim ocorreu na ditadura, os apoiadores selecionados eram considerados os mais saudáveis, “máquinas constantes em seus eixos”, com personalidades estáveis na realização de suas atividades. Eram expostos gradualmente à dessensibilização da violência para diminuir sua resistência a atos repugnantes, considerando o “anormal” como ameaçador e perigoso, afinal, nessa condição, torna-se mais fácil provocar-lhe danos.

Álvaro expressa o que Freud nomeou de “gozo do privilégio” (Couto, 2006), onde o sujeito goza do desejo de desfrutar dos privilégios quando se submete às autoridades, expresso principalmente, no comportamento obediente. Freud nos seus trabalhos sobre a satisfação narcísica, traz que há sempre uma possibilidade de reversão da libido do ego em libido objetal, respondendo muitas vezes à pulsão de autoconservação, e para seu próprio benefício, dispõe-se a efetuar os sacrifícios que forem necessários para sua preservação, estando apto a fazê-lo sem coerção e pouco difere-se de seus líderes (Marques, 2022):

Diz Freud (idem, p. 51) que: Um grupo é um rebanho obediente, que nunca poderia viver sem um senhor. Possui tal anseio de obediência, que se submete instintivamente a qualquer um que se indique a si próprio como chefe (p.51).

Consoante a isto, Freud (1920-1923) trata sobre as massas da sociedade, as homogêneas, que se compõem de indivíduos do mesmo tipo, e não homogêneas, que requerem também uma coação externa para se manter. Como exemplo, ele cita instituições religiosas (Igreja) e as forças armadas (Exército):

Na Igreja, prevalece, tal como no Exército, por mais diferentes que sejam de resto, a mesma simulação (ilusão) de que há um chefe supremo — na Igreja católica, Cristo, num Exército, o general — que ama com o mesmo amor todos os indivíduos da massa. Ele se relaciona como um substituto paterno para eles [...] Notemos que nessas duas massas artificiais cada indivíduo se acha ligado libidinalmente ao líder - Cristo e General- (pp. 35-37).

Para a psicanálise, esse processo de identificação libidinal com a figura paterna desempenha papel importante no Complexo de Édipo, no qual o garoto revela um interesse especial por seu pai e o toma como seu ideal (Freud, 1921). No entanto, algumas falas de Álvaro na entrevista demonstram certo desafeto com seus pais: “Meu pai e minha mãe eram ruim pra mim [...] nunca fizeram nada por mim” (Álvaro, 2024). Reafirmando o lugar de suspeita da intérprete, presume-se de faltas nessa relação filial, velando sentimentos como abandono e rejeição por parte do filho. Esse cenário aparenta dispor condições para uma possível projeção da figura paterna sobre o líder das forças armadas, semelhante ao dito por Freud na relação libidinal e substituição paterna.

Em total contraste, na entrevista com Vinícius, irmão de Álvaro, é perceptível a divergência de opiniões e posições frente ao período ditatorial. Enquanto Álvaro traz que não gostava dos sindicatos, Vinícius relata ter sido sindicalista em Pereiro/CE protagonizando movimentos sociais e externando ser grande repudiador do golpe de 64, motivo pelo qual, não se alistou nas forças armadas como seus irmãos:

“O golpe de 64 foi o mais perverso que eu já conheci no Brasil [...] se você fosse contra o regime capitalista, era apelidado de comunista [...] Eu fui um dos sindicalistas, eu ajudei na fundação do sindicato daqui [...] Não quis (alistar) porque ficava com vergonha. Os meus irmãos da Marinha não podiam falar “não” [...] Meu irmão era da Polícia Federal. Eu criei nojo, porque eu achava que o Exército era para salvar o Brasil, não fulano de tal” (Vinícius, 2024).

Nesse período, os sindicalistas foram fortemente perseguidos pela ditadura, considerados responsáveis pelas greves de resistência ao sistema (Peroni et al., 2018). Sem dúvidas, deve-se considerar o sindicalismo enquanto fomentador para as perseguições vivenciadas, mas não resume-se a isso. Quando questionado, Vinícius retoma inclusive, às memórias da época de seus pais em 1920/1930 quando já eram perseguidos por sua (o)posição política:

“Papai sempre foi um homem perseguido, ele nunca se dobrou a ninguém. Quando vinha um benefício, Luiz *Desirré* tava sempre de fora [...] Eu fui um dos caras mais perseguidos de Pereiro, fui preso quatro vezes numa semana só [...] algumas pessoas achavam “cuidado que ele é comunista”, como se comunista fosse o diabo! “Ah, é

doido, deixa para lá, deixa para lá" [...] Pregou nos capitalistas municipais para não dar oportunidade aos "Desirré", se aproveitaram disso: "Não, ah, Vinícius é rapaz bom, mas ele é doido, fulano de tal gente boa, mas é doido, é *Desirré*" "família de doido" [...] Existe ainda hoje um pouco assim com nós um tipo de certa perseguição [...] não é aquela de meter a peia, a chibata não [...] é intelectual, proibir você de evoluir [...] Chamam de louco, para poder diminuir sua capacidade de ser entendida, para você não ter função social [...] Tinha trabalho para todo mundo, mas não tinha para mim [...] por exemplo, determinado trabalho para fulano, quando chega um de meus netos, quer dizer: Isso aí é *Desirré*, cuidado" (Vinícius, 2024).

Vinícius verifica que essa perseguição estigmatizante persiste desde seus pais e ainda reflete sobre seus netos, reafirmando o que Bussinguer e Arantes (2016) discorrem sobre o estigma produzir sérios danos que repercutem por tempo indeterminado na vida dos sujeitos atingidos. Por isso, para identificar como esse estigma "crônico" ecoa nas gerações atuais, foram entrevistados dois filhos de Vinícius -Fernando e Cecília- que relatam suas vivências:

"Quando acabou a ditadura militar eu tinha 16 anos. Quer dizer, minha infância, adolescência, eu não tive o prazer de viver isso. Eu entrei na escola com 9 anos de idade, a primeira vez! [...] Eu lembro que eu ia na sorveteria, aquelas mocinhas que era as "bombonzinhas", nenhuma ia dançar comigo. Eu chamava para dançar, não ia, entendeu? Aí, você percebe muito esse negócio de, "ah, família de doido" [...] nós nunca fomos convidados para nenhum aniversário de ninguém [...] em Pereiro para nós não tinha oportunidade nenhuma. Nem para varrer a rua, não tinha [...] Esse processo eu vejo de duas formas, a perseguição em termo de estado e pessoal [...] qualquer pessoa que não pensa na caixinha deles, aí pronto, já são estereotipados, né? é louco, é não sei o quê" (Fernando, 2024).

De modo similar, Cecília externa:

"Acho que a falta de oportunidade tanto para mim, meus irmãos e meus tios - que na época alguns estavam na Marinha, outros desistiram, outro foi laudado como esquizofrênico, né?- E esses reflexos até hoje eu sinto na nossa família porque devido a gente morar no interior fomos perseguidos a vida toda. Meus tios eram considerados os comunistas, né? [...] atrevidos, doidos [...] outras pessoas tinham oportunidade e a gente não. Sempre fomos excluídos [...] até nos eventos mais simples nós não somos convidados [...] eu cresci ouvindo meus familiares falando de perseguição e quando adulta eu senti na pele também. Porque a gente via que as oportunidades que chegavam no interior não chegava até a gente [...] eu me perguntava, por que não? [...] eu percebi na minha geração que meus irmãos, os que conseguiram assim, se destacar, né? em relação a estudo, a trabalho, foram justamente os que saíram de Pereiro, batalharam fora" (Cecília, 2024).

Nessa fala, Cecília associa que o estigma da loucura sobre sua família sustenta-se sobretudo, em Pereiro/CE:

"Meu tio mais velho [Hugo], que foi pra Marinha, que abriu esse leque pros irmãos irem, ele foi muito perseguido em Pereiro. Um homem altamente inteligente, capacitado, mas aqui em Pereiro mesmo ele não teve oportunidade, é tanto que ele

saiu da cidade natal dele, que ele adorava, que ele amava, foi morar em outra cidade. E lá eu acho que foi assim, menos difícil do que aqui pros filhos dele, que hoje você olhando, estão bem, estão formados, têm seus empregos. E eu acho que se ele tivesse permanecido aqui, não teria acontecido isso. Porque eu vejo pelo exemplo do meu pai que nunca saiu daqui, né? E nós como filhos sentimos esse preconceito, essa diferença da sociedade com a gente [...] eu acho que é pelo comportamento até que o pessoal falava na época do meu avô já [...] Os poderosos gostam de pessoas que bajulam, e está no DNA dos *Desirré* não bajular [...] as pessoas que conseguem as coisas com facilidade são as que bajulam” (Cecília, 2024).

É necessário pontuar dois eixos importantes nessa narrativa: Primeiro, identifica-se que a tradição de autoritarismo exaltada no período ditatorial ainda respinga na política interiorana de Pereiro/CE, com a cultura de coronelismo que mantém-se viva através da prática do mandonismo (Martins et al., 2011), potencializando relações de opressão - como a estigmatização - dos que não bajulam, “dos desviantes”, da oposição; Segundo, admite-se que o estigma da loucura é atravessado por um constructo histórico-social e determinado por questões temporais-espaciais, que finca suas raízes na sociedade que o concebe. Assim, se as raízes desse estigma estão em Pereiro/CE, ele sobreviverá nesse solo enquanto for nutrido, justificando o fenômeno percebido por Cecília de que os familiares “de sucesso” foram justamente os que saíram de sua cidade de origem.

Fortalecendo essa ideia, Santiago reverbera que a partir do momento em que seu pai, Hugo, saiu de Pereiro após o “fim” da ditadura, o estigma não o acompanhou:

“Tudo aconteceu em Pereiro [...] Papai ele foi vítima direta, ele realmente foi preso e tudo, fizeram inquérito para investigar a vida dele [...] Em Pereiro, papai ficou famoso por ter sido levado. Aí na época é como se ele fosse comunista mesmo [...] depois que passou, depois que mudou de regime, que foi se abrindo, que foi se tornando mais democrático, aí ninguém falou mais nisso não [...] Eu não consigo associar diretamente porque minha vida transcorreu normal, depois que tudo passou, depois que tudo se acabou [...] as coisas foram transcorrendo mais ou menos normal como era pra ser” (Santiago, 2024).

Esse comparativo relaciona-se ao dito por Goffman (2019a), refletindo que o normal e o estigmatizado não são pessoas, mas sim perspectivas. Entende-se então que na perspectiva da comunidade pereirense, os *Desirré* são loucos, subversivos comunistas - como se no fundo do “subversivo” estivesse o “doente mental”, ou vice-versa (Faria, 2015), mas fora desse contexto, esse estigma não se sustenta, possibilitando o desenvolvimento “normal” desses sujeitos. Em continuidade, no discurso dos participantes sobre as memórias da infância no período ditatorial, outro fator merece destaque:

“Como eu era muito criança, eu só sabia que tinha uma coisa muito errada

acontecendo, que levavam ele [papai]... aí os reflexos disso né, na infância, depois de adulto, eu vejo que talvez fosse alguma sensação de medo, de que nos sonhos vinha alguma coisa de que estava sendo perseguido como se tivesse gente na porta de casa aguardando com armas [...] o outro meu irmão que era mais novo, ele tinha raiva quando via uma rural, que naquele tempo era um tipo de veículo que a polícia usava, e quando ele via uma rural ele já pensava que vinha levar papai, porque foram três prisões entendeu? [...] Então assim, eu tive sonhos de perseguição, depois de adulto, me analisando, eu vi que devia ter a ver com isso aí” (Santiago, 2024).

“Eu era muito criança. Lembro das conversas do meu tio que muitas vezes também foi preso [...] praticamente destruíam tudo em casa, procurando arma, procurando coisas que diziam que ele era comunista [...] No que eu recorde, eu fui uma criança muito medrosa. Tinha medo de tudo, não sei se já era consequência disso, né? Eu lembro, às vezes eu acordava a noite, tinha sonhos assim, tipo assim, que eu corria, né? Eu tinha medo [...] nunca dormi bem [...] até hoje eu não consigo” (Cecília, 2024).

Em ambos os relatos, aparecem trechos dos sonhos com conteúdos de perseguição, salientando que o sofrimento não atinge o sujeito perseguido apenas de forma individual, mas também no seu nível social, na coletividade em que está inserido, nesse caso, em outras gerações da família. Ademais, para a psicanálise, os sonhos constituem a ponte principal para o acesso do inconsciente, que por sua vez, tem como uma das características essenciais, a fixação de desejos da infância, o que explica as memórias dos participantes nessa fase do desenvolvimento infantil. Freud concebe esse fenômeno enquanto a realização de um desejo que foi barrado, mas que no sonho pode existir, impedindo que a neurose se torne algo que afete a vida do sujeito (Instituto Brasileiro de Psicanálise, 2021).

Freud percebe que a experiência traumática impõe-se continuamente ao sujeito, notadamente na elaboração onírica, que repetidamente traz à tona traumática [...] A compulsão à repetição se manifesta no sonho, onde o sujeito tem a possibilidade de desencadear a angústia não despertada por ocasião do trauma sofrido, defendendo o aparelho psíquico da inundação traumática (Jaques, 2012, p.12).

Além disso, estudos da Psicologia e Psiquiatria demonstram que situações ameaçadoras à vida permanecem como trauma psicológico, indicando que a memória e a dor andam lado a lado. Nos contextos de violências sociais - como guerras, desastres ambientais, ditaduras - desenvolve-se uma memória traumática coletiva, que retorna como forma de resistência e reivindicação social, simbolizando uma luta contra o esquecimento (Gumes & Magalhães, 2024). Assim ocorre no caso dos entrevistados, tais sonhos se expressam como memórias traumáticas coletivas, e por isso, se assemelham no conteúdo persecutório, constituídos de signos que retomam e resistem ao esquecimento.

Freud observa esse mecanismo nos sonhos dos soldados de guerra, o que lhe permite desenvolver o termo “Neurose de Guerra”. Essa temática possibilita resgatar a vivência de Celso - um dos *Desirré* militares - que, segundo os relatos da família, a sua passagem na Marinha lhe trouxe danos psíquicos graves, chegando à ser diagnosticado como esquizofrênico pela equipe médica das forças armadas:

“O pouco que eu sei é que ele era uma pessoa normal, ele nunca teve problema psicológico quando era criança não [...] ele só apresentou esses problemas depois de adulto... foi na Marinha [...] Papai disse que na Marinha uma junta de médicos disse que ele era esquizofrênico [...] Então vamos dizer que ele tinha o genes de ter esquizofrenia, mas se ele não fosse pro Rio de Janeiro ele não ia viver em um ambiente tão opressor [...] ele poderia ter uma vida normal [...] E a Marinha em si, é um lugar de gerar doido [...] Ele fugiu a pé do Rio de Janeiro pra Pereiro, depois de dois ou três meses, pegando carona, andando por dentro do mato, chegou todo esfarrapado e sem memória em Pereiro [...] Só sabe que ele não ficou mais normal do jeito que ele era não. Ele ficou estranho” (Santiago, 2024).

“Celso meu irmão passou 6 meses na Marinha preso, porque ele brigou contra a reação da Marinha [...] Só Deus sabe o que ele sofreu, até que ele fugiu [...] veio a pé, todo inchado, coberto de piolho. E mamãe, ele não conheceu mamãe, não conheceu irmão, ninguém nem nada [...] O que é um cara passar mais de meses trancado, levando peia, traumatiza ou não? Celso nunca teve prazer na vida [...] equilíbrio emocional ele não tinha também, que arrancaram dele o equilíbrio [...] Ele deixou de saber quem era ele” (Vinícius, 2024).

Tal como vivenciado por Celso, as “Neuroses de Guerra” se diferenciam das neuroses dos “tempos de paz” por se constituírem como traumas em detrimento de uma situação ameaçadora da vida, como guerras e ditaduras. A base dessas neuroses são “conflitos do Eu”, provocadas pela situação de risco experimentada nos campos de batalhas (nesse caso, nas forças militares); Freud (1919) traz que tal conflito egóico se dá entre o velho Eu pacífico e o novo Eu guerreiro dos soldados, e torna-se agudo assim que o Eu-de-paz enxerga o enorme perigo de vida que lhe trazem as audácias de seu parasítico sócia recém-formado. Assim, nas Neuroses de Guerra o que se teme é um (próprio) inimigo interno, como verificado na fala do participante “Ele [Celso] deixou de saber quem era ele”.

A ameaça à vida representa ameaça ao inconsciente, o qual não crê na própria morte. Isso nos leva a concluir que todo sujeito é marcado pelo trauma enquanto excesso impossível de lidar [...] Portanto, diz Freud "o medo da morte deve ser considerado como análogo ao medo da castração, pois a situação à qual o Eu está reagindo é de ser abandonado pelo supereu protetor (Jaques, 2012, pp.10-19).

Esse processo de medo da castração, na psicanálise, é vivenciada por homens em relação ao seu falo, objeto sexual que detém todo o poder. Assim, destaca-se os atravessamentos de que

nesse período, as forças armadas eram compostas hegemonicamente por homens, sobretudo, homens brancos - como os *Desirré*. Vale refletir inclusive, que a sobrevivência desses irmãos foi totalmente determinada por seu atravessamento racial, destacando que, se fossem negros, toda a narrativa seria diferente.

Além disso, nas literaturas atuais, a neurose traumática é nomeada também de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, se diferenciando totalmente do diagnóstico de psicose - Esquizofrenia - dado na época pela Marinha. No âmbito do objetivo desta pesquisa em identificar como a ditadura contribuiu no constructo do estigma da loucura vivenciada pelos *Desirré*, verifica-se:

“Eu acho que esse estigma da loucura surgiu depois da ditadura, em relação à minha família, devido ao problema do meu tio que saiu de casa bem e voltou doente, né? Ele foi torturado na Marinha, voltou doente [...] esquizofrênico, veio laudado, aí ficou esse... tipo, um estigma, né? A família, os *Desirré*, os doidos, os malucos, entendeu? [...] nós sempre fomos taxados por isso” (Cecília, 2024).

Em conclusão, comprova-se que o regime ditatorial contribuiu com a estigmatização de loucos sobre os *Desirré*, através da perseguição ao comportamento desobediente nas diversas gerações, bem como, intensificado pelo diagnóstico de esquizofrenia concedido pela Marinha, diretamente associado à definição do termo para “patologizar cientificamente” a loucura, que como discorrido durante todo o trabalho, o louco na ditadura foi aquele que não conseguiu se adaptar às normas da direita, estando o subversivo comunista, na condição de doente mental.

Por fim, Jorge (2007) cita uma passagem de Freud que inspira esse feito: “é seu ardente desejo [da autora] que o livro [essa obra] envelheça rapidamente – que o que nele, uma vez, foi novidade, possa tornar-se geralmente aceito, e que o que nele estiver imperfeito possa ser substituído por algo melhor” (Jorge, 2007, p.4). Deseja-se então, poder impulsionar a produção de novas bibliografias que evoluam nos registros e denúncias das violências ditatoriais, apontando uma possibilidade de justiça contra a impunidade dos responsáveis e em prol de uma história que não pode ser esquecida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização do desejo de eternizar as vivências a partir dos relatos dos entrevistados,

o objetivo do trabalho se efetivou ao comprovar que os ecos da ditadura persistem tanto por novas formas de perseguição, quanto como memórias traumáticas individuais e coletivas até os dias de hoje. Também como produto final da pesquisa, destaca-se que o uso da Psiquiatria e Psicologia no controle social na ditadura, possui impacto direto na forma como a sociedade ainda enxerga e trata a loucura - herança da política repressiva aos “desviantes” das normas sociais, ressaltando a importância da *práxis* de profissionais que se contraponha às lógicas de correção às diversas expressões do comportamento “anormal” na história da humanidade.

Assim, os resultados e discussões apontam para a necessidade de se pensar no enfrentamento do estigma da loucura através do fortalecimento dos serviços em saúde mental, políticas públicas para a conscientização da sociedade e assistência às vítimas da violência ditatorial. Finalmente, como sugestão para produções futuras nessa temática, pensando em maior alcance de pesquisas, é possível abranger o público para além do contexto intrafamiliar e que ultrapasse o território de Pereiro/CE, historicizando as memórias ditatoriais vivenciadas pelas vítimas de todo o país.

REFERÊNCIAS

AIRES, S. Atos falhos: interpretação e significação. **Natureza humana**, v. 19, n. 1, p. 24-37, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302017000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 jun. 2024.

ALEXANDRE, A. J.; et al. **Reflexões acerca da construção sócio-histórica da loucura e seus desdobramentos**. Centro Universitário UNA Betim, 2022.

AMARANTE, P.; NUNES, M. O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, 2018. Disponível em: 10.1590/1413-81232018236.07082018. Acesso em: 11 jun. 2024.

ASSÊNSIO, C.; SOARES, R. Estigma – Erving Goffman (conceito). In: **Enciclopédia de Antropologia**. Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/estigma-erving-goffman>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BUSSINGER, E. C.; ARANTES, M. L. O estigma da loucura como fator usurpador da dignidade humana: uma análise na perspectiva do direito à saúde. **Interfaces**, v. 4, n. 2, p. 9-20, 2016.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7. ed. Editora Forense LTDA, 2022. INBS: 978-65-596-4146-8.

COIMBRA, C. M. B. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 6, n. 2, p. 11-19, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/sHSXNwdpt6x5LsLMc9S7pgd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A verdade é revolucionária**: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/VerdadeRevolucionariaFim.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Mês dos 60 anos da Psicologia no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/mes-dos-60-anos-da-psicologia-no-brasil-conheca-as-acoes-do-cfp-para-celebrar-nossa-ciencia-e-profissao/#:~:text=A%20Psicologia%20foi%20regulamentada%20como,sa%C3%BAde%20%20da%20dignidade%20humana>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CORREIA, A. M. B.; DANTAS, C. N. C. B. O fazer psicológico na ditadura civil militar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 71-81, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703050002017>. Acesso em: 11 jun. 2024.

COSTA, J. R. **O regime civil-militar no Brasil**: legitimações, consensos e colaborações. ANPUH-Brasil. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

COUTO, L. F. S. Uma classificação dos sentidos do termo gozo em Freud. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 179-190, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000200007>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FARIA, D. Sob o signo da suspeita. As loucuras do poder ditatorial. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 221-240, 2015. DOI: 10.5433/1984-3356.2015v8n15espp221.

FIGUEREDO, A. A. F.; CORDEIRO, R. L. M. **Discursos sobre a Loucura**. ECOS, v. 6, n. 2, p. 250-260, 2016.

FRAYZE-PEREIRA, J. Doença mental ou desvio social. In: **O que é loucura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 15-34.

FREUD, S. Introdução a Psicanálise das Neuroses de Guerra. In: **Neuroses de Guerra** (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 1919. p. 288-292.

FREUD, S. Duas massas artificiais: Igreja e Exército. In: **Psicologia das massas do eu e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1920-1923. p. 34-41. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8213156/mod_resource/content/2/FREUD%2C%20Sigmund.%20Obras%20Completas%20%28Cia.%20das%20Letras%29%20-%20Vol.%2015%20%281920-1923%29%20-%20sem%20comentarios.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. 12. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020. ISBN: 978-65-5505-007-3.

FURLAN, V. Psicologia e política de direitos: percursos de uma relação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 91-102, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703070002017>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. O que é estudo de campo? p. 52-53.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Livros Técnicos e Científicos Editora, 2019a. ISBN: 978-85-216-3738-7.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. Editora Perspectiva, 2019b. ISBN-13: 978-8527302029.

GUIMARÃES, A. N. et al. Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 22, n. 2, p. 361-369, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000200012>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GUERRA, A. L. R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Owl Journal**, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48/53>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GUMES, G. C. R.; MAGALHÃES, L. D. R. Ditadura militar brasileira (1964-1985): memórias traumáticas de uma dor que não passa. **Projeto História**, v. 79, p. 120-144, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v79p120-144>. Acesso em: 11 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidade de Pereiro - Ceará**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pereiro/panorama>. Acesso em: 11 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE. **Módulo 2**: Freud, sonhos, interpretação. 2021. Disponível em: <https://ibrapsi.com.br/aula/apostila-do-modulo-2-freud-interpretacao-dos-sonhos-3/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

JAQUES, A. A. B. As neuroses de guerra e traumáticas: respostas do sujeito à barbárie. **Trivium - Estudos Interdisciplinares**, v. 4, n. 1, p. 10-24, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912012000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 jun. 2024.

JORGE, M. A. C. A teoria freudiana da sexualidade 100 anos depois (1905-2005). **Psychê**, v. 11, n. 20, p. 29-46, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 jun. 2024.

LACERDA JÚNIOR, F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 3, p. 216-263, 2013. Disponível em: <https://www.teocripsi.com/documents/3LACERDA.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MANSAN, J. V. **Os subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil**. 2014. p. 145-152.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, p. 7-27, 1996.

MARQUES, R. Narcisismo, ideal de Eu e civilização-cultura. In: **Um breve estudo sobre o narcisismo e ideal de eu**. p. 48-54, 2022. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/31547/1/Renata%20Maria%20Marques%20-%20Monografia.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MARTINS, P. E. M.; MOURA, L. S.; IMASATO, T. Coronelismo: um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro contemporâneo. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 58, p. 389-402, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/RRLRR64VVPNyvNwXYMg3tXg/?format=pdf#:~:text=do%20Brasil%20%2D%2C%20o%20referente%20coronelismo,pol%C3%ADtico%20brasileiro%20da%20Rep%C3%BAblica%20Velha>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, p. 11-25, 2018.

MOTTA, R. P. S. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-10>. Acesso em: 11 jun. 2024.

OLIVEIRA, M. S. **O comportamento inadequado**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021. p. 38-100.

PANZOLINI, C.; DEMARTINI, S. **Manual de direitos autorais**. Tribunal de Contas da União, 2020.

PERONI, G. G. H.; MARTINS-SILVA, P. O.; JUNIOR, A. S. Sentidos do sindicalismo na Veja durante a ditadura militar. **Revista de Políticas Públicas e Contemporâneas**, v. 12, n. 4, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v12i4.22926>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, J. C. da; ARAÚJO, A. D. de. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. **Revista de Crítica Social – Grau Zero**, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2017.

PSICOLOGIA E SURDEZ: INTERFACES DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A COMUNIDADE SURDA NO ALTO OESTE POTIGUAR

*Gabriela Medeiros Ferreira
Maria Bárbara Olegário Holanda
Maria Valéria Silva Leite
João Filho de Queiroz*

RESUMO: A história da surdez está alicerçada em invisibilidade, exclusão, negligência e preconceitos, a psicologia entra neste assunto através da psicologia escolar. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios encontrados na prática de atendimento psicológico para a comunidade surda no Centro Especializado em Reabilitação (CER IV) de Pau dos Ferros - RN, assim como, avaliar de que maneira os desafios identificados impactam a eficácia e a qualidade dos atendimentos psicológicos oferecidos ao público surdo; identificar os métodos utilizados nos atendimentos psicológicos a comunidade surda; e analisar a importância do ensino da LIBRAS no processo formativo em Psicologia diante os atendimentos a comunidade surda. A revisão da literatura apresenta a discussão das referências existentes através dos seguintes capítulos: Psicologia e Surdez, em que apresenta como a psicologia adentrou na discussão da surdez; Formação em Psicologia e o Atendimento às Pessoas Surdas, mostrando como a graduação prepara os futuros psicólogos para os atendimentos a pessoas com deficiência auditiva; e o Atendimento Psicológico à Comunidade Surda, em que expõe como acontecem os atendimentos psicológicos aos pacientes surdos, com seus desafios e técnicas utilizadas. Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, desenvolvida com psicólogas do Centro Especializado em Reabilitação (CER IV) de Pau dos Ferros – RN. Os resultados adquiridos na pesquisa foram discutidos junto aos pesquisadores de área nos seguintes subtópicos: dados sociodemográficos dos participantes, LIBRAS na formação profissional e atendimento psicológico a comunidade surda. Finalizando o trabalho com os considerações finais da discussão.

Palavras-chave: Psicoterapia. Língua Brasileira de Sinais. Deficiência auditiva.

ABSTRACT: The history of deafness is rooted in invisibility, exclusion, neglect, and prejudice, and psychology enters this discussion through school psychology. Thus, this study aims to analyze the main challenges faced in the practice of psychological care for the deaf community at the Specialized Rehabilitation Center (CER IV) in Pau dos Ferros, RN. It also seeks to evaluate how the identified challenges impact the effectiveness and quality of psychological services provided to the deaf population; identify the methods used in psychological care for the deaf community; and analyze the importance of teaching Brazilian Sign Language (LIBRAS) in the formative process of Psychology in relation to care for the deaf community. The literature review presents existing references through the following chapters: Psychology and Deafness, which shows how psychology entered the discussion on deafness; Education in Psychology and Care for Deaf People, which explains how undergraduate programs prepare future psychologists for working with individuals with hearing impairments; and Psychological Care for the Deaf Community, which discusses how psychological services are provided to deaf patients, with their challenges and techniques used. This is an exploratory field research with a qualitative approach, conducted with psychologists from the Specialized Rehabilitation Center (CER IV) in Pau dos Ferros – RN. The results of the research were discussed with field researchers in the following subtopics: sociodemographic data of participants, LIBRAS in professional training, and psychological care for the deaf community. The paper concludes with the final considerations of the discussion.

Keywords: Psychotherapy. Brazilian Sign Language (LIBRAS). Hearing Impairment.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia foi regularizada como profissão no Brasil em 27 de agosto de 1962, através da Lei nº 4.119 que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo (Brasil, 1962). Pereira e Pereira Neto (2003) elucidam sobre a importância da regulamentação da profissão do psicólogo como acontecimentos decisivos na ampliação do mercado de trabalho, além da extensão da área e campos de atuação.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2019, p. 7) apresenta o segundo Princípio Fundamental em que “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Dessa forma, o profissional da psicologia deve contribuir para o atendimento psicológico a todos os públicos, desses, a comunidade surda, de forma a contribuir para a eliminação da exclusão social e discriminação.

Buzar (2015) elucidada que a psicologia adentrou no campo da surdez através dos centros educacionais, ou seja, pela psicologia escolar. Na época, para a psicologia, existiam duas grandes vertentes sobre a surdez, os defensores do oralismo e os defensores da língua de sinais. Assim sendo, esses trabalhos visavam ora pelo diagnóstico e reabilitação do sujeito surdo, buscando sua adaptação na sociedade, seguindo o padrão normativo ouvinte. Ora pela compreensão de que o sujeito surdo se desenvolve de forma individual pelo canal espaço-visual, assim, constroem outra visão de mundo ligada a língua de sinais e valorizando a cultura surda (Buzar, 2015, p. 30).

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) só é reconhecida como língua legal no Brasil através da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, conhecida nacionalmente como a Lei da Libras. Além disso, essa lei também garante que a comunidade surda deve ser atendida por profissionais capacitados através da Libras, ou através do intermédio de intérpretes (Brasil, 2002).

Diante disso, o atendimento psicológico necessita da construção do vínculo terapêutico, de forma que este, na visão normativa oralista, depende do diálogo, seja ele através da oralidade ou dos sinais presentes na Libras, e da relação desenvolvida dentro do setting terapêutico, visto que o processo de terapia é uma via de mão dupla entre o paciente/cliente e o psicólogo. Assim, entende-se que “para escutar a subjetividade surda, é preciso o conhecimento da língua de sinais, aproximando-se da cultura surda e tornando clara a comunicação, o que configura uma medida de cuidado com essa diferença” (Cruz et al., 2021).

Diante da grande lacuna referente aos atendimentos psicológicos a pessoas surdas e a necessidade de visibilidade desta problemática, procuramos nesse trabalho responder a seguinte questão de pesquisa: De que forma os atendimentos psicológicos desenvolvidos por psicólogos(as) são realizados à comunidade surda no Alto Oeste Potiguar?

Para esse fim, definimos como objetivo geral: Analisar os principais desafios encontrados na prática de atendimento psicológico para a comunidade surda no Centro Especializado em Reabilitação (CER IV) de Pau dos Ferros - RN. Ao mesmo tempo, estabelecemos como objetivos específicos: i) Avaliar de que maneira os desafios identificados impactam a eficácia e a qualidade dos atendimentos psicológicos oferecidos ao público surdo; ii) Identificar os métodos utilizados nos atendimentos psicológicos a comunidade surda; iii) Analisar a importância do ensino da LIBRAS no processo formativo em Psicologia diante os atendimentos a comunidade surda.

Essa pesquisa surgiu a partir de um desejo pessoal da autora, visto que a mesma tem uma pessoa surda em seu meio familiar, sua irmã irmã mais velha, Gilciara. De modo que durante toda a vida da autora, como pessoa ouvinte, seguiu modelo normativo oralista, e vivenciou da LIBRAS e de gestos familiares, para guiarem a comunicação dentro dessa família. Dessa forma, cresceu observando as dificuldades enfrentadas, e vivenciando a negligência que a comunidade surda enfrenta, principalmente se tratando de uma família nordestina, do interior do Rio Grande do Norte, onde na época o acesso a LIBRAS e a profissionais da área era escasso. E assim, entendendo a importância da inclusão e da luta desse público em todos os serviços e espaços.

Diante seu percurso na graduação em psicologia e na vivência da disciplina de Psicologia e Processos de Saúde e Intitucionais II, que conta com carga horária de 60 horas, sendo 30 horas em campo, a autora esteve no Centro Especializado em Reabilitação (CER IV) de Pau dos Ferros - RN, na qual participou de atendimentos a crianças surdas. Assim, notou-se uma grande lacuna em relação a este assunto dentro da psicologia, e inumeros desafios para a realização destes atendimentos. E assim, foi possível perceber a possibilidade de desenvolver a pesquisa nesse serviço, visto que o mesmo desenvolve atendimento psicológico a comunidade surda. Além disso, percebeu-se uma grande dificuldade em encontrar referências sobre esse assunto e é notório que as faculdades não preparam os futuros profissionais de psicologia para atender essa demanda.

Frente a isso, a realização dessa pesquisa de importância pessoal, que também proporciona grande relevância teórica e acadêmica para os estudantes e profissionais da temática, visto que é um trabalho que pode ser referencia para pesquisas futuras, e assim,

possibilira visibilidade social para esta demanda e contribuirá para a formação e atuação profissional em psicologia.

O trabalho está organizado da seguinte forma: Introdução na qual foi apresentado um breve recorte histórico sobre psicologia e surdez, os objetivos da pesquisa, problemática e justificativa. Em seguida, a revisão da literatura, que apresenta referências dos trabalhos bibliográficos já existentes, dividida nos seguintes capítulos: Psicologia e Surdez, a formação em psicologia e os atendimentos às pessoas surdas e o atendimento psicológico à comunidade surda.

O método foi desenvolvido de forma que apresenta como a pesquisa foi produzida. Nos resultados e discussões foi apresentado os resultados adquiridos durante a pesquisa, e discutido com as referências dos pesquisadores da área, nos seguintes subtópicos: Dados sociodemográficos dos participantes, LIBRAS na formação profissional e Atendimento psicológico a comunidade surda. Por fim, finaliza-se o trabalho com as considerações finais da pesquisa e da autora.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Psicologia e Surdez

Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta. É a sociedade que me torna excepcional... (O Vôo da Gaivota, Emmanuelle Laborit, 1994, p. 131).

A história da surdez na sociedade está marcada por negligência, vulnerabilidade e tragédias. Assim como acontecia com as outras deficiências, pessoas com deficiência auditiva não eram vistas como sujeitos, eram enxergadas como defeituosas e doentes. Maia (2018), elucida que na era da antiguidade, certas sociedades mantinham tratamentos desumanos com pessoas surdas, de forma que eram mortas por inúmeros motivos, pois não tinham direito à vida.

Já na idade média, os surdos tinham direito à vida, mas não eram reconhecidos como seres humanos, por não haver comunicação oral, e assim não terem valor para o mundo. E na idade moderna, surgem propostas para a cura da surdez, nesse período, os surdos eram vistos como defeituosos (Maia, 2018).

Maia (2018) ainda apresenta que na atualidade, é possível ver inúmeras conquistas legais que legitimam a comunidade surda, vista pela perspectiva da diferença, de forma que

legítima o surdo como sujeito, e sua língua, cultura e identidade passam a ser respeitados. Deve-se dar ênfase a Libras (Brasil, 2002), que reconhece Libras como meio legal de comunicação, e garante atendimento à saúde adequado a este público, e ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), o artigo 1º desta lei apresenta que está “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015).

O Artigo 2º do Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, explana que “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras” (Brasil, 2005). Assim, a comunidade surda está presente em todo o território nacional com sua diversidade linguística e cultural, de forma que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) através da Pesquisa Nacional de Saúde, apresenta que em 2019 o Brasil contava com 2.330,442 pessoas com deficiência auditiva em situação do domicílio.

Bisol, Simioni e Sperb (2007) ilustram que o interesse da psicologia pela surdez está ligado ao progresso no espaço da educação dos surdos, assim sendo, por meio da psicologia escolar. É neste cenário que a psicologia adentra na discussão da surdez, com duas perspectivas, os defensores do oralismo e defensores da língua de sinais. De forma que o primeiro segue o modelo de normalidade ouvinte, defendendo o diagnóstico e reabilitação da pessoa com surdez, buscando sua adaptação social, por meio da imagem da pessoa surda reabilitada. Já a segunda vertente, defende por meio da compreensão de que os surdos se desenvolvem de forma singular pelo meio espaço-visual, e assim constroem o seu modelo de ser no mundo, onde a língua de sinais, a identidade surda e a cultura surda são valorizadas (Buzar, 2015).

Desta forma, Bisol, Simioni e Sperb (2007) comparam essas linhas de discussões aos modelos de surdez que costumam caracterizar as pesquisas da área para a educação, o modelo clínico-terapêutico e o modelo socioantropológico. O primeiro, prioriza o diagnóstico e a reabilitação, busca curas para a deficiência auditiva, correção de defeitos na fala e o treinamento da habilidade da leitura labial. Já o segundo, vê a surdez como uma variação linguística e cultural, de forma que muitos surdos não se veem como deficientes, mas como parte de uma minoria linguística e cultural (Bisol; Simioni; Sperb, 2007).

Atualmente, a psicologia enxerga o sujeito surdo seguindo o modelo socioantropológico e a discussão dos defensores da língua de sinais. Carneiro (2019) apresenta que foi percebido que o sujeito surdo possui potencial igual a pessoa ouvinte, e que a diferença linguística e que a surdez ou a ausência dela não é um fator de deficiência. Assim, “o foco não

é mais a perda auditiva e sua reabilitação, mas compreender a Comunidade Surda e suas singularidades” (Carneiro, 2019, p. 28).

2.2 Formação em Psicologia e o Atendimento às Pessoas Surdas

O debate sobre inclusão a pessoas surdas tem ganhado cada vez mais espaço em vários âmbitos, mesmo assim, ainda é uma discussão pouco presente na formação em psicologia. Essa ciência e profissão que é conhecida por sua inclusão e subjetividade, ainda mostra grande desafio para atender a comunidade surda, visto que seu principal meio de trabalho é a escuta qualificada, e as faculdades de psicologia não formam profissionais bilíngues em libras e preparados para atender a este público existente. Nascimento e Torres (2014) afirmam que existe a necessidade de qualificar os futuros profissionais de psicologia ainda na graduação na modalidade Libras, de forma que estes possam prestar serviço qualificado à comunidade surda.

Na esfera da graduação em psicologia, as faculdades costumam ofertar a disciplina de Libras apenas como disciplina optativa com a carga horária em média de 60h, mostrando o básico, como alfabeto, números, cores, entre outros. Dessa forma, se mostra insuficiente o domínio da Língua Brasileira de Sinais, tornando impossível o diálogo com uma pessoa surda, e um possível atendimento psicológico. Assim, “os currículos dos cursos de psicologia, embora sejam alicerçados nas temáticas sobre direitos humanos e diversidade, ainda não oferecem a formação em Língua Brasileira de Sinais durante o percurso formativo” (Nascimento; Torres, 2014).

O Código de Ética Profissional do Psicólogo, no qual é estudado detalhadamente na graduação e rege a atuação profissional da psicologia, em seu II Princípio Fundamental impõe que “o psicólogo (...) contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (2019, p. 7). Dessa forma, desde a graduação os estudantes de psicologia têm contato com os direitos e deveres de todo psicólogo no Brasil, e assim possuem a responsabilidade de atuar buscando eliminar qualquer forma de discriminação e negligência, desse modo, a falta de preparo dos futuros profissionais de psicologia para com os atendimentos as pessoas surdas, contradiz o exposto no referido Princípio Fundamental.

É por meio do Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que foi estabelecido medidas de inclusão para pessoas surdas no Brasil. Através do Artigo 3º foi instituído que os cursos de licenciatura e fonoaudiologia devem ter a Libras como disciplina obrigatória, e nos demais cursos (incluindo a psicologia) deve constituir como disciplina curricular optativa.

Dessa forma, a atuação do profissional da psicologia que conta como meio de atendimento a escuta qualificada, seja através da oralidade ou de gestos, a presença da disciplina Libras de forma optativa é insuficiente para um atendimento acessível e qualificado a pacientes surdos. Pois, “comunicar-se em Libras é uma condição essencial para o cuidado à saúde da pessoa surda pela possibilidade de interação e de resolução das suas necessidades” (Bernardo et al., 2020).

Diante disso, a importância da compreensão da Libras dentro da graduação de psicologia perpassa por várias camadas. Visto que ultrapassa uma variação linguística e vai de encontro com a subjetividade. Logo, formar psicólogos (as) que compreendam Libras é possibilitar a comunidade surda o acesso ao atendimento psicológico inclusivo e qualificado. Dessa forma, “compreender a importância da LIBRAS e o seu significado para os surdos é identificar-se com a cultura e identidade surdas” (Nascimento; Torres, 2014).

2.3 O Atendimento Psicológico a Comunidade Surda

O profissional em psicologia simboliza a ponte entre não ouvintes e ouvintes, ou seja, torna-se agente de transformação do meio através de um atendimento acolhedor, livre de preconceitos e especializado para adaptar-se a qualquer pessoa que busque seus serviços, procurando sempre aprimorar-se (Souza & Sotero, 2023, pp. 217-118).

Um dos maiores desafios da atuação do profissional de psicologia está voltado ao atendimento à comunidade surda, alicerçado em uma falha na educação básica e na graduação desses profissionais. Dessa forma, Costa, Marques e Souza (2022) expõem sobre a necessidade da utilização da Libras no meio educacional para além dos profissionais e da comunidade surda. Para mais, é de grande significância a capacitação dos profissionais de psicologia na Libras, a fim de prestar serviços de qualidade a comunidade, visto que a saúde mental é um fator primordial para o bem-estar das pessoas.

O Artigo 3º da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 dispõe que “As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva” (Brasil, 2002). Desse modo, a Lei da Libras garante atendimento à saúde qualificado a pessoas com deficiência auditiva, incluindo os atendimentos psicológicos, algo que na prática, não é efetivado de forma plena.

A construção do vínculo terapêutico, base do atendimento psicológico, necessita da escuta qualificada, seja pelo viés da oralidade ou pelos sinais presentes da Libras. Assim, Costa, Marques e Souza (2022) apresentam que a dificuldade e a falta de comunicação entre o paciente

e o profissional podem prejudicar o vínculo terapêutico, visto que não ocorre uma relação entre ambos, impossibilitando a compreensão da demanda por parte do profissional e do paciente que busca ajuda profissional. Além disso, Casali (2012) discorre que a comunicação é necessária para o atendimento psicológico de qualidade, contribuindo para a compreensão do psicólogo e paciente.

Nesse contexto, a presença de um intérprete de Libras pode ser vista como uma solução para superar barreiras, proporcionando um meio para que a comunicação entre o psicólogo e o paciente seja eficaz. No entanto, a introdução de um intérprete no ambiente terapêutico traz consigo uma série de considerações importantes que devem ser abordadas para garantir que a qualidade do atendimento não seja comprometida. A presença de uma terceira pessoa no espaço terapêutico pode afetar a dinâmica da interação, levantando questões sobre o sigilo e a sensação de segurança do paciente.

Dessa forma, Mattioni (2018) explica que essa presença pode comprometer o sigilo profissional do psicólogo. Além disso, Araújo (2023) elucida que a presença de uma terceira pessoa no atendimento psicológico, pode gerar insegurança nas pessoas surdas, afetando a relação psicólogo-terapeuta

Uma mediação bastante presente nos atendimentos psicológicos a comunidade surda, são pessoas do meio familiar do paciente, seja pai, mãe, ou algum familiar próximo. Existe uma grande problemática em relação a isso. Casali (2012) explana que essa mediação pode trazer problemas familiares não resolvidos para o espaço terapêutico, de forma que esses familiares falam pela pessoa surda, e assim, inviabilizam seus sentimentos, ideias, crenças e valores. É importante que o profissional da psicologia perceba a pessoa surda como sujeito, propiciando contato direto para que ocorra a formação vínculo e o processo terapêutico aconteça.

Santos (2019) ilustra algumas formas de atendimento psicológico para pessoas surdas, além do domínio da Libras, é importante saber como empregar essa língua dentro da cultura surda, visto que conhecer a Libras não é suficiente para entender uma pessoa com surdez. Por exemplo, a autora traz sobre o uso de cortinas nas janelas a fim de garantir o sigilo, visto que a comunicação com pacientes surdos acontecem por sinais. Além disso, também enfatiza a utilização de lápis, caneta e papel, e as próprias tecnologias presentes na atualidade, para guiar o processo de terapia.

O IV Princípio Fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo, garante que “o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática” (2019, p. 7). Dessa forma, o psicólogo deve buscar sempre o seu aprimoramento

profissional, e no caso da surdez, deve-se buscar recursos que facilitem o atendimento, e como Araújo (2023) explica a importância de se inserir na comunidade surda, conhecendo além da língua, sua cultura e assim cumpra sua função no processo terapêutico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa desenvolvida é classificada como uma pesquisa de campo. De acordo com Marconi e Lakatos (2012), esse tipo de pesquisa tem como objetivo buscar informações e conhecimentos sobre um problema específico, envolvendo a resolução de questões investigadas. Trata-se de um método que envolve a coleta direta de dados no local onde as ocorrências ocorrem, possibilitando um entendimento mais profundo e contextualizado.

Além disso, a pesquisa é exploratória. Conforme Gil (2002), a pesquisa exploratória visa principalmente o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Este tipo de pesquisa é particularmente útil em áreas onde há pouca informação disponível ou onde se busca desenvolver hipóteses para estudos posteriores.

A abordagem utilizada na pesquisa é qualitativa. Richardson e Peres (2012) elucidam que uma metodologia qualitativa busca compreender a complexidade de um problema analisando a interação de suas variáveis de forma não quantificável. Isso permite uma análise mais rica e específica das especificidades treinadas, especialmente em contextos sociais e humanos.

A escolha por uma pesquisa de campo e qualitativa se justifica pela natureza do tema: A interface do atendimento psicológico à comunidade surda no Alto Oeste Potiguar. Esse contexto específico exige uma compreensão profunda das experiências e necessidades da comunidade surda, que só pode ser alcançada através de um contato direto e uma análise detalhada das interações e percepções dos indivíduos envolvidos.

A combinação de uma pesquisa de campo, exploratória e qualitativa se mostra adequada para investigar a interface do atendimento psicológico à comunidade surda no Alto Oeste Potiguar. Essa abordagem permite uma compreensão rica e detalhada do contexto treinado, essencial para desenvolver estratégias de atendimento psicológico que atendam às necessidades específicas da comunidade.

3.2 Local do estudo

O estudo foi desenvolvido no Centro Especializado em Reabilitação de Pau dos Ferros-RN, cidade localizada na Mesorregião Oeste do estado do Rio Grande do Norte, há 400 km da capital potiguar, Natal (IBGE, 2022). Esse serviço faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS), além de funcionar de forma regionalizada, e visa proporcionar atendimento integral e multidisciplinar para diagnóstico e reabilitação ao seu público, pacientes com deficiência. O Ministério da Saúde afirma que este serviço é organizado de acordo com as modalidades de reabilitação que recebe (auditiva, visual, física e intelectual). O local da pesquisa, CER IV, recebe as 4 (quatro) modalidades.

3.3 População e amostra

A pesquisa foi realizada com a equipe de psicologia do Centro Especializado em Reabilitação de Pau dos Ferros-RN, composta por 11 psicólogos(as). A amostra foi com 4 profissionais da psicologia do serviço. Os critérios de inclusão foram: ser psicóloga(o) do serviço, ter interesse e disponibilidade em participar da pesquisa. E de exclusão foram as(os) psicólogas(os) do serviço que não quiseram participar da pesquisa.

3.4 Coleta de dados

Inicialmente foi feita uma visita ao Centro Especializado em Reabilitação de Pau dos Ferros/RN, para uma reunião com a direção para apresentar a pesquisa, e pegar as assinaturas da carta de anuência, autorizando a realização da pesquisa e utilização do nome do serviço. Em seguida, foi repassado os números dos telefones das(os) psicólogas(os) que se encaixam nos critérios de inclusão, e posteriormente foi feito contato para apresentação e envio do questionário via *WhatsApp*, visto a facilidade e aproximação que este meio de comunicação proporciona, levando em consideração a rotina corrida das profissionais do CER e da pesquisadora.

A coleta de dados foi realizada através de questionário, elaborado pelo *Google Forms*, iniciando com a apresentação da pesquisa, seguido pelo o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), posteriormente 3 (três) perguntas voltadas ao perfil profissional do psicólogo, de forma que Richardson e Peres (2012) descrevem que uma das funções do questionário é conhecer as características do indivíduo ou grupo. Finalizando com 6 (seis)

perguntas sobre o atendimento a comunidade surda no Centro Especializado em Reabilitação de Pau dos Ferros-RN e 5 (cinco) perguntas sobre a relação dos profissionais de psicologia com a LIBRAS no seu processo formativo.

3.5 Análise dos dados

Para a análise de dados diante os resultados adquiridos com a aplicação do questionário, foi utilizado a análise descritiva que visa descrever as principais características de dado conjunto. Para Reis e Reis (2002), a análise descritiva visa “organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos”.

3.6 Aspectos éticos

Visto que é uma pesquisa das ciências humanas e sociais, e será desenvolvido um questionário com seres humanos, o estudo seguirá todos os termos e princípios éticos da Resolução nº 510/2016 e do Código de Ética Profissional do Psicólogo, visando o respeito à dignidade humana, a proteção, o sigilo e a ética profissional.

Além disso, foi enviado junto ao questionário o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), nele consta de forma nítida as informações sobre a pesquisa e sobre o pesquisador, além do consentimento e autorização do participante a utilizar os dados na referida pesquisa. Junto a isso, foi colhido a Carta de Anuência com as assinaturas da direção do Centro Especializado em Reabilitação de Pau dos Ferros – RN, autorizando a realização da coleta de dados e uso do nome da referida instituição na pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Dados sociodemográficos dos participantes

A equipe de psicologia do Centro Especializado em Reabilitação (CER IV), de Pau dos Ferros - RN, é formada por 11 psicólogas (os), de forma que destes, apenas 4 profissionais aceitaram participar da pesquisa, mediante a disponibilidade de horários e interesse perante a temática a ser pesquisada.

Os integrantes da pesquisa têm idades entre 26 e 40 anos, sendo 75% do sexo feminino e 25% do sexo masculino. Em paralelo a isso, o Conselho Federal de Psicologia realizou nos anos de 2021 e 2022 o CensoPsi, uma pesquisa que visa identificar o perfil dos profissionais da psicologia no Brasil, a qual retrata que a profissão de psicologia é predominantemente feminina, de forma que 79,2% dos profissionais são mulheres, e apenas 20,1% são homens, além de que 50% da referida pesquisa tem até 40 anos, sendo assim, uma classe de perfil jovem. Dessa forma, essa pesquisa é o reflexo sociodemográfico do perfil do psicólogo (a) no território brasileiro.

Além disso, vale salientar sobre o tempo de atuação desses profissionais na área da psicologia, que varia de 2 a 8 anos em campo. Para garantia de anonimato dos participantes, serão utilizados os seguintes nomes fictícios: Psi A, Psi B, Psi C e Psi D, estando em conformidade com o Código de Ética de Atuação do Psicólogo, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (2019), que em seu inciso C do Artigo 16º sobre a ética na pesquisa científica, elucida que: “Garantirá o anonimato de pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes” (CFP, 2019, p. 12).

4.2 LIBRAS na formação profissional

Foi questionado aos participantes se cursaram a disciplina LIBRAS dentro do processo de formação, e todos explicaram que não, apenas um(a) participante teve contato com o alfabeto dentro de uma disciplina sobre inclusão. Noboli e Abrão (2022) elucidam que se pode entender que um dos motivos pelos quais os profissionais da psicologia podem se distanciar da inclusão de pessoas surdas como público-alvo está na formação que recebem nas universidades. Mesmo que haja uma exigência legal para que a disciplina de Libras seja obrigatória, na prática, muitas vezes ela é oferecida como uma disciplina optativa e não como um requisito obrigatório.

Foi perguntado aos participantes se a presença de disciplinas específicas influenciou seus atendimentos. A maioria relatou que não teve essa vivência durante a graduação. O(a) participante que teve a disciplina de inclusão relatou que foi mais voltada a deficiência física e as questões de limitações dos ambientes e locomoções. Nascimento e Torres (2014) apontam que isso sugere a necessidade de melhorar a compreensão sobre a LIBRAS e discutir sua importância na formação profissional, reconhecendo seu valor, especialmente, para o desenvolvimento humano dos estudantes de psicologia.

Além disso, foi questionado a quem não cursou essa disciplina, se isso causou dificuldades nos atendimentos. De modo que os(as) participantes que não tiveram contato com

a LIBRAS na graduação, todos tiveram e têm desafios dentro da atuação. O(a) Psi C (2024) apresenta que:

“sim, muitas dificuldades e ainda tenho muitas, na compreensão e na comunicação do que está sendo falado, na formação de vínculo, nos recursos a serem utilizados em todos os âmbitos do processo”.

Nascimento e Torres (2014) refletem que os currículos dos cursos de psicologia, apesar de fundamentados em temas relacionados aos direitos humanos, à diversidade e a inclusão, ainda carecem de formação em Língua Brasileira de Sinais. Além de apontarem para a necessidade de capacitar psicólogos nessa habilidade durante a graduação, visando atender o público surdo.

Ainda foi perguntado se esses profissionais tinham algum curso ou especialização voltada para a área. A maioria respondeu que não, que estudam por conta própria e de forma avulsa, através de aulas e matérias que encontram na internet, e por meio do aplicativo *Hand Talk*.

Foi perguntado aos participantes que não tiveram contato com o público surdo, como guiariam esse processo, caso essa demanda chegasse até sua atuação. A maioria das respostas foi de que encaminharia o(a) paciente para um profissional que atenda esse público. Essa resposta é um reflexo da realidade (ausência) do ensino da Libras nas universidades Brasileiras, dessa forma, Scalcon e Martins (2024) apresentam que os cursos de Psicologia, tanto na formação inicial quanto continuada, não têm abordado discussões sobre como atender pessoas surdas e as diferentes práticas necessárias nesse contexto.

Ainda nesse viés, o inciso K do Artigo 1º do Código de Ética de Atuação Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2019), fundamenta que é responsabilidade do psicólogo “Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente (...)” (CFP, 2019, p. 8). Desse modo, o profissional que não consegue atender esse público, deve encaminhar para profissionais capacitados, para a garantia de um atendimento de qualidade e inclusivo.

Diante disso, foi possível notar que as faculdades de psicologia não preparam os profissionais para atenderem o público surdo dentro da atuação, visto que as faculdades ofertam a disciplina de LIBRAS em caráter optativo, e nem todos os alunos têm contato dentro da graduação. Esse efeito é consequência do ensino educacional básico, visto que LIBRAS, reconhecida como língua legal no Brasil deveria ser ensinada nas escolas, e assim proporcionaria uma maior inclusão desse público.

4.3 Atendimento psicológico a comunidade surda

Mediante a atuação profissional dos integrantes da pesquisa, 25% não realizaram atendimento psicológico a pessoas surdas e 75% já realizaram. Os pacientes com surdez atendidos por esses profissionais, têm idades entre 5 e 35 anos, perpassando a infância, juventude e vida adulta. Esses atendimentos tiveram duração de 3 e 6 meses, e alguns ainda estão em atendimento.

Ao serem questionados sobre o atendimento voltado ao público surdo e a utilização da LIBRAS, a maioria dos profissionais que realizaram esse atendimento relataram não terem utilizado a Língua Brasileira de Sinais, pois tanto o profissional quanto o(a) paciente não a conheciam. Nesses casos, a comunicação foi feita por meio de leitura labial pelo(a) paciente e uso de gestos pelo(a) profissional para conduzir o atendimento. Sousa et al. (2017) destacam que um dos maiores desafios na comunicação entre paciente e profissional é justamente a falta de conhecimento da LIBRAS.

Apenas uma participante utilizou a Língua de Sinais Brasileira, tendo aprendido de forma autodidata, com o auxílio de aplicativos que traduzem do português para a LIBRAS, fato esse que evidencia uma falha no contexto da formação acadêmica, uma vez que ao finalizar o curso de Psicologia, os profissionais já deveriam ter a capacidade de realizar tais atendimentos.

Em consonância com isso, Ferreira, Simões e Alves (2021) afirmam que indiretamente as(os) psicólogas(os) estão buscando domínio da LIBRAS por meio autônomo, de forma que a psicologia tem se preocupado com a inclusão desse público.

Questionou-se sobre quais formas e técnicas são utilizadas nesses atendimentos, a maioria dos participantes fazem uso de meios, como o uso da LIBRAS, aplicativos, leitura labial e gestos. Pereira, Araújo e Silva (2020) elucidam que o atendimento psicológico deve ser pensado, flexível e atraente a realidade de cada paciente, nesse caso ao surdo, de forma que ele(a) se sinta confortável e incluso dentro do processo. Dessa forma, com a presença da tecnologia e internet, pode ser um meio de ampliar a comunicação e intervenções na relação profissional-paciente (Pereira; Araújo; Silva, 2020).

Além disso, alguns dos participantes relataram que alguns pacientes que têm comunicação própria dentro das famílias. Essa comunicação é desenvolvida dentro dos laços familiares com sinais e gestos criados apenas pelas pessoas do convívio diário e na maioria das vezes é restrito a metas emergenciais de comunicação (Nader; Novaes-Pinto, 2011).

Nesses casos, os atendimentos foram guiados por um outro indivíduo responsável pela pessoa surda e conhecedora dessa comunicação, mediando o processo. O objetivo de tal

estratégia é que com o tempo fosse possível o profissional conseguir interagir com o paciente a partir da sua maneira específica.

No entanto, a interação familiar pode dificultar a construção do vínculo terapêutico e do processo de psicoterapia, pois trata-se de uma linguagem restrita ao conhecimento da família e utilizada de forma emergencial. Essa dependência de um intermediário familiar pode interferir na dinâmica terapêutica, limitando a espontaneidade e a privacidade do paciente. Além disso, a presença constante de um mediador pode impedir que o terapeuta desenvolva uma compreensão direta e profunda das necessidades e experiências do paciente, essencial para um acompanhamento eficaz.

Foi indagado aos constituintes da pesquisa, como foi atender pacientes surdos para eles, enquanto profissionais da psicologia. A maioria dos participantes afirmaram que os atendimentos foram péssimos, apresentaram muito desafiadores, e em muitos episódios se sentiram perdidos em momentos em que foram necessários utilizar recursos e atividades dentro do processo. Fugindo dessa pluralidade, o(a) Psi C (2024) relata que:

“Está sendo uma experiência incrível e um aprendizado enorme poder oferecer esse diferencial dentro da escuta qualificada enquanto profissional que trabalha com a escuta, a comunicação e o acolhimento prioritariamente”.

Ronsani (2022) destaca a importância crucial do psicólogo na sociedade, com seu papel único e decisivo, conectando-se diretamente aos prazeres, desafios, sofrimentos e dificuldades que as pessoas vivenciam.

Foi percebido que esses resultados são reflexo da realidade dos atendimentos psicológicos a comunidade surda no país, visto que é um atendimento inadequado, de forma que são adaptados e realizados de acordo como a demanda chega, por meio de formas e técnicas que possibilitem a realização dos atendimentos a este público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou responder à seguinte pergunta problema: De que forma os atendimentos psicológicos desenvolvidos por psicólogos (as) são realizados à comunidade surda no Alto Oeste Potiguar? E para tanto, teve os seguintes objetivos: Analisar os principais desafios encontrados na prática de atendimento psicológico para a comunidade surda no Centro Especializado em Reabilitação (CER IV) de Pau dos Ferros – RN, assim, foi possível identificar como principais desafios, a falha na comunicação entre o profissional de psicologia e o paciente

surdo, que interfere na formação do vínculo terapêutico, além da grande lacuna presente no processo formativo voltado ao atendimento a esse público.

Ao mesmo tempo, estabelecemos como objetivos específicos avaliar de que maneira os desafios identificados impactam a eficácia e a qualidade dos atendimentos psicológicos oferecidos ao público surdo, por meio da pesquisa, ficou evidente que esses desafios impactam no processo psicoterápico, de forma que interfere na construção do vínculo terapêutico e nos resultados esperados dentro do processo de terapia. Além de identificar os métodos utilizados nos atendimentos psicológicos a comunidade surda, como o uso da Libras, de aplicativos, leitura labial, gestos e linguagem familiar.

Para mais, ao analisar a importância do ensino da LIBRAS no processo formativo em Psicologia diante os atendimentos a comunidade surda, foi visto que o estudo dessa língua não é presente em todos os cursos de psicologia, impactando na atuação profissional, além de refletir a realidade educacional brasileiro, onde o ensino da LIBRAS não é presente na educação básica.

Mediante os resultados obtidos é possível perceber uma grande lacuna dentro da psicologia diante o atendimento à pessoa surda, de forma que acontecem de forma inadequada, sendo adaptados de acordo com cada demanda. Além disso, foi notado que os conhecimentos da LIBRAS e os meios que guiam o processo terapêutico, como cursos formativos, formas de comunicação e aplicativos de tradução, foram buscados de forma independente pelos psicólogos. Mostrando uma preocupação individual e singular de alguns profissionais, como parte da psicologia.

Assim, foi possível analisar os desafios específicos encontrados na prática de atendimento psicológico para a comunidade surda no Centro Especializado em Reabilitação (CER IV) de Pau dos Ferros - RN. Além de avaliar de que maneira os desafios identificados impactam a eficácia e a qualidade dos atendimentos psicológicos oferecidos ao público surdo; identificar os métodos utilizados nos atendimentos psicológicos à comunidade surda; e analisar a importância do ensino da LIBRAS no processo formativo em Psicologia diante os atendimentos a comunidade surda.

A execução dessa pesquisa foi desafiadora, visto a carência de material disponível nas bases de dados online, da invisibilidade que esse público enfrenta e por ser um trabalho pioneiro na região, visto que não foi encontrado material recortado a localização do nordeste e Rio Grande do Norte. Assim, essa pesquisa contribuirá para estudos futuros na área, além de trazer visibilidade a essa comunidade. Para as pesquisas futuras é importante que busquem a perspectiva da comunidade surda, entender como são esses atendimentos para eles,

proporcionando uma ponte entre a perspectiva dos profissionais da psicologia e do público surdo.

Esse trabalho é espelho de uma demanda que perpassa por inúmeras camadas, visto que a comunidade surda é invisibilizada e negligenciada a muito tempo e em muitos segmentos. A inclusão plena dessa comunidade só será possível quando a LIBRAS for inserida dentro das escolas, na educação básica. Além disso, essa pesquisa é uma realização pessoal, visto que tenho uma pessoa surda no meio familiar e cresci presenciado os desafios, invisibilidade e negligência. Assim, contribuirá para o meu fazer profissional, como psicóloga, com um olhar mais inclusivo, empático e humano.

Por fim, a psicologia é conhecida como a ciência e profissão da escuta, da inclusão e da subjetividade. Como profissão da escuta, de que escuta falamos? Da escuta que se limita a oralização, ou da escuta que se preocupa com as múltiplas formas de comunicação e com os não ditos? A psicologia pode, e deve atender a todos os públicos e demandas, lutando veementemente pelo fim da negligência e de todas as formas de exclusão e violação social. Por isso, cabe pensar sobre o nosso processo de formação: seria o Surdo o deficiente, ou seria a nossa formação/atuação profissional deficiente?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. V. R. Acesso das pessoas surdas a atendimentos psicológicos no Sistema Único de Saúde (SUS) em libras. **Repositorio.uft.edu.br**, 2023. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5421>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BERNARDO, L. A. et al. Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/PQmMcdxKgncsWN3pFPgsm4n/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BISOL, C. A.; SIMIONI, J.; SPERB, T. Contribuições da psicologia Brasileira para o estudo da surdez. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 3, p. 392-400, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/LLp49WF6mHZSJjBf4xcgpht/?lang=pt#>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BUZAR, E. A. S. **Da Libras ao silêncio: Implicações do olhar winnicottiano aos sujeitos surdos em sofrimento psíquico grave**. [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB, 2016. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/19809/3/2015_EdeilceAparecidaSantosBuzar.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei

nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Senado Federal, 1962. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/545961>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2016.

CARNEIRO, L. G. S. **Análise de estratégias linguísticas no atendimento psicoterápico bilíngue português-libras**. Bdm.unb.br, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26480>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CASALI, D. **O atendimento psicológico ao surdo usuário da Libras no município de Itajaí-SC**. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí]. DOCPLAYER, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14907346-O-atendimento-psicologico-ao-surdo-usuario-da-libras-no-municipio-de-itajai-sc.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **CensoPsi 2022**: CFP divulga os resultados da maior pesquisa sobre o exercício profissional da Psicologia brasileira. 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/censopsi-2022-cfp-divulga-os-resultados-da-maior-pesquisa-sobre-o-exercicio-profissional-da-psicologia-brasileira/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

COSTA, J. M.; MARQUES, L. S.; SOUZA, J. C. P. de. O atendimento psicológico voltado a pessoa surda. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, e215111638011–e215111638011, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38011>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CRUZ, A. C. dos S.; FRANCISCO, G. da S. A. M.; RIBEIRO, R. Q.; MARQUES, T. F. Formação Surda em Psicologia: Que vozes estamos ouvindo? **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 45735-45747, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/29439/23215>. Acesso em: 12 jun. 2024.

FERREIRA JUNIOR, J. L.; BEZERRA, H. J. S.; ALVES, E. de O. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura. **Psicologia Clínica**, v. 33, n. 3, p. 537-556, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A08>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo Brasileiro de 2022**. Pau dos Ferros-RN. IBGE, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Sidra (2019)**. Pessoas com deficiência auditiva, por sexo e situação do domicílio. IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8217#resultado>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Centros especializados em reabilitação**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/novo-pac-saude/centros-especializados-em-reabilitacao>. Acesso em: 12 jun. 2024.

LABORIT, E. **O vôo da gaivota**. Paris: Best Seller, 1994.

MAIA, M. I. S. A importância da história dos surdos para o avanço da educação. **Porto Das Letras**, v. 3, n. 1, p. 101–111, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/4765>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. (Cap. 3, p. 83).

MATTIONI, D. **Reflexões sobre o Atendimento à Pessoa com Surdez**: Desafio Para a Psicologia. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Ijuí, 2018.

NADER, J. M. V.; NOVAES-PINTO, R. do C. Aquisição tardia de linguagem e desenvolvimento cognitivo do surdo. **Estudos Linguísticos**, v. 40, n. 2, p. 929–943, 2011. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1351/893>. Acesso em: 20 nov. 2024.

NASCIMENTO, E. C.; TORRES, C. R. O. V. **Percepções de estudantes de psicologia sobre a importância da Libras para a formação profissional**. 2014. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/join/2019/TRABALHO_EV124_MD4_SA69_ID338_11072019170101.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

NOBOLI, A. F.; ABRÃO, L. G. M. O atendimento psicológico clínico para surdos: uma revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 1192–1207, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-076>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PEREIRA, F. M.; PEREIRA NETO, A. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia Em Estudo**, v. 8, n. 2, p. 19–27, 2003.

PEREIRA, V. A.; ARAÚJO, K. V.; SILVA, J. L. A. Psicoterapia para pessoas com surdez: um processo de inclusão. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/603c33c2a9539528a40acf22/pdf/dialogosplurais-1-3-20.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise descritiva de dados. Relatório técnico do Departamento de Estatística da UFMG.** UFMG, Minas Gerais, 2002. p. 64.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RONSANI, A. C. C. **O atendimento psicológico a adultos surdos: desafios para psicólogos e para comunidade surda.** 2023. Disponível em: <http://200.18.15.28/handle/1/9947>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SANTOS, T. F. **A importância da psicologia bilíngue Libras/português: Mãos que falam, olhos que ouvem.** 2019. Disponível em: <https://conic-semesp.org.br/anais/files/2019/trabalho-1000004876.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SCALCON, G.; MARTINS, H.; MARA, T.; PIECZKOWSKI, Z. Atuação de Psicólogos no atendimento à Pessoa Surda. **Revista Pedagógica**, v. 26, n. 1, p. 1–24, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22196/rp.v26i1.7506>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SOUZA, A. A. de L.; SOTERO, G. C. A importância do ensino de Libras na formação em psicologia: por uma promoção de saúde inclusiva e efetiva frente à surdez. **Mnemosine**, v. 19, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2023.76220>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SOUZA, M. F. N. S. et al. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Cefac**, v. 19, p. 395-405, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201719317116>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SOLIDÃO, SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DAS VIVÊNCIAS DA MULHER NEGRA NORDESTINA

*Jessica Lima Brilhante
Hudson Walker Simão Carneiro
Marília Maria de Jesus Queiroz
Maria Vitória Nunes Souza*

RESUMO: O fenômeno da solidão se delinea nas vivências dos sujeitos de forma tão singular que sua análise deve ser realizada de forma interseccional. Sendo a mulher negra a que mais sofre opressões advindas do capitalismo, patriarcado e racismo estrutural, a solidão recebe em suas vivências multifacetadas formas que são advindas de heranças coloniais que transcorrem por décadas. Considerando isso, questiona-se de que forma o racismo estrutural corrobora para a solidão da mulher negra? Esse estudo tem como objetivo geral, analisar sob a perspectiva psicanalítica o fenômeno da solidão da mulher negra. De forma específica, buscaremos discutir as multifacetadas formas como a solidão entrecruza as vivências das mulheres negras do interior nordestino, buscando nos ditos e não-ditos as sujeições fomentadas pelo racismo e a singular forma que cada uma buscou para resistir a esse dilema. Foi realizada uma pesquisa de campo, exploratória e descritiva a partir de entrevistas semi estruturadas para análise de seus discursos. Após análise de três discursos, podemos compreender que o racismo traz reverberações inimagináveis nas vivências dos afetos de mulheres negras. Assim, como desfecho é obtido, a manutenção do imaginário da mulher negra fora do campo das afetividades e predileções, acometendo diretamente a percepção de si mesmas.

Palavras-chave: Mulheridades. Negritude. Afeto. Interseccionalidade e Psicanálise.

ABSTRACT: The phenomenon of loneliness is delineated in the experiences of individuals in such a unique way that its analysis must be carried out in an intersectional manner. As the Black woman suffers the most oppression arising from capitalism, patriarchy, and structural racism, loneliness takes on multifaceted forms in her experiences, stemming from colonial legacies that have persisted for decades. Given this, the question arises: how does structural racism contribute to the loneliness of Black women? The main objective of this study is to analyze, from a psychoanalytic perspective, the phenomenon of loneliness experienced by Black women. Specifically, we aim to discuss the multifaceted ways in which loneliness intersects with the experiences of Black women from rural northeastern Brazil, seeking to explore the spoken and unspoken elements that give rise to subjugation fostered by racism and the unique ways in which each woman has sought to resist this dilemma. A field research, exploratory and descriptive in nature, was carried out using semi-structured interviews to analyze their narratives. After analyzing three discourses, we understand that racism brings unimaginable reverberations in the emotional experiences of Black women. Thus, the conclusion reached is that the maintenance of the Black woman's image outside the realm of affectivity and preferences directly impacts her self-perception.

Keywords: Womanhoods, Blackness, Affect, Intersectionality, and Psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a colonização do Brasil traz heranças da escravização e se faz presente nas relações sociais e interpessoais que circundam os sujeitos. As marcas do colonialismo e escravidão refletem no racismo que é compreendido como um processo político, econômico, histórico e social que permeiam as relações sociais, sendo, portanto, um marcador estruturante em nossa sociedade (Almeida, 2018).

Analogamente, a redução aos aspectos raciais, a inferiorização e as violências físicas e psíquicas decorrentes do colonialismo e racismo estrutural, impactaram diretamente a forma como os corpos negros se percebem e são percebidos, portanto, postos em um lugar de subalternidade social, histórica e no campo dos afetos (González, 1984; Pacheco, 2008).

À mulher negra, especificamente, surge socialmente de forma mais complexa. Em suas vivências, as mazelas de ser mulher em uma sociedade patriarcal e as vivências do racismo estrutural, aprisionam suas subjetividades de forma violenta e atroz (González, 1984). Além disso, é considerado nesse cenário as consequências das sistemáticas neoliberais advindas do sistema capitalista, que ao demarcarem as desigualdades sociais e econômicas colocam a mulher negra em subalternidade, sendo triplamente oprimida, requerido uma análise interseccional desses dilemas (Akotirene, 2018; Davis, 2016).

No campo dos afetos, o lugar da mulher negra requer uma análise ainda mais detalhada. bell hooks (2021) em seus escritos, relata a necessidade do afeto na vida da mulher negra como forma de viver bem e plenamente. Em contraste, o fenômeno da solidão vem se delineando através dos contextos históricos e sociais que atravessam diretamente a vivência singular dos sujeitos (Pacheco, 2008). Assim, podemos compreender que cada sujeito vivencia a solidão de formas diferentes, a depender de sua raça, classe e gênero (Davis, 2016).

Em paralelo, em janeiro de 2022, o Brasil testemunhou o choro de uma mulher negra em rede nacional. Natália Deodato, participante do Reality Show Big Brother Brasil, chorava ao perceber interesse romântico de seu até então parceiro Lucas (homem branco, cisheterossexual) por outra mulher não-negra durante uma festa. A cena repercutiu nas mídias e redes sociais, trazendo o debate sobre o lugar da mulher negra, seus afetos e predileções afetivo-sexuais (Geraldo, 2022).

Vislumbrando os marcadores sociais já salientados, a vivência da solidão tem suas raízes estritamente coloniais, que recebem novas facetas no decorrer dos séculos, mas mantém o resultado, a manutenção do imaginário da mulher negra fora dos campos dos afetos, sejam eles românticos ou não (Gomes-Vieira, 2021). Dito isso, as lágrimas de Natália não eram inócuas, elas tinham um gênero, um lugar e uma cor, que atravessam a temporalidade de forma histórica, cultural e social (Oliveira, 2018).

Partindo das colocações destacadas anteriormente, surge a necessidade de uma análise do fenômeno da solidão em uma sociedade patriarcal marcadamente estruturada pelo racismo e capitalismo, a fim de compreendermos a dinâmica dos aspectos sociais e simbólicos que permeiam essas vivências. Assim, a pesquisa parte da seguinte indagação: de que forma o racismo estrutural corrobora para a solidão da mulher negra?

É assumido como objetivo geral deste estudo, analisar sob a perspectiva psicanalítica o fenômeno da solidão da mulher negra. De forma específica, buscaremos discutir as multifacetadas formas como a solidão entrecruza as vivências das mulheres negras do interior nordestino, buscando nos ditos e não-ditos as sujeições fomentadas pelo racismo e a singular forma que cada uma buscou para resistir a esse dilema.

A partir das inquietações levantadas, a justificativa desse trabalho se entrelaça à minha vivência como mulher negra, atravessada pelas questões de raça, classe e gênero, sendo meu lugar de fala em decorrência do *locus* social que por mim é ocupado (Ribeiro, 2018). Academicamente, o estudo visa contribuir nas pesquisas sobre as relações étnico-raciais, podendo subsidiar futuras pesquisas da área.

Socialmente, o estudo se enquadra no critério de reduzir as desigualdades sociais prevista na agenda de 2030 da Organização das Nações Unidas, que traçam objetivos imprescindíveis para a consolidação do desenvolvimento de um mundo sustentável (Brasil, 2022). Além disso, objetiva-se a volta à base, ecoar vozes de mulheres negras, ora silenciadas pelas mordanças coloniais e mantidas no decorrer do tempo, tornando suas dores, sujeições e resistências em escrevivências (Duarte; Nunes, 2020).

Para melhor delineamento, o estudo segue estruturado da seguinte forma: 1) Introdução, discorrendo brevemente sobre conceitos base do trabalho. 2) Revisão da literatura composto por dois tópicos: 3.1) Negra! Onde estás? Uma análise do *locus* afetivo da mulher negra e 3.2) Vende-se: um corpo, uma cor, um lugar e seus afetos. Seguido dos 4) Procedimentos metodológicos. 5) Resultados e discussões; 6) Considerações finais e 7) Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Negra! Onde estás? Uma análise do *locus* afetivo da mulher negra

*Cantando sobre o que acontece,
Vejo que poucos mudaram
Quantas vezes você já foi amado?
(Baco Exu do Blues, 2022)*

O Brasil em sua formação, traz em suas raízes as marcas coloniais e a escravização como cerne de sua construção. Ao colonialismo que poderia ser apenas uma lembrança, permanece vivo socialmente e se modificando de variadas formas no cotidiano da vida dos brasileiros (Gomes-Vieira, 2021). As modificações fomentadas durante os séculos, nos trazem a atualidade como heranças coloniais que servem de aparato para as desigualdades e violências.

Todavia, as novas configurações da realidade ancestral vivenciadas pelas chicotadas, açoitamentos, mordanças, humilhações e o processo de desumanização em 1500, se fazem presentes na atualidade através dos silenciamentos, violências policiais, elevado índice de cárceres a população negra, rejeição, solidão e sujeições à mercê da necropolítica que sacrificam corpos, desejos e subjetividades (Carneiro, 2003).

Em recorte, Almeida (2018) conceitua o racismo como um processo social, político e histórico que se manifesta por meio de uma discriminação sistemática de grupos étnico-raciais subalternizados. Sendo o racismo portanto estrutural, institucional e individual, onde a raça estaria implicitamente nas relações sociais e interpessoais, assim, enraizado no esqueleto da sociedade brasileira.

Em complemento, Akotirene (2019), ressalta a importância de se debater sobre as relações sociais através da interseccionalidade como ferramenta de posicionamento político decolonial em virtude da compreensão das identidades subalternizadas historicamente. Assim, o racismo surge nesse espectro como conceito relacional ao gênero, o que é ser homem, o que é ser mulher e seus papéis na sociedade, quanto a classe, leva em consideração que sobrevivemos no sistema capitalista (Pacheco, 2008).

Em estudo, compreender os sujeitos considerando suas interseccionalidades e diversidades é algo para além do desafiador. Nesse contexto, a trajetória da mulher negra na sociedade brasileira segue em pressupostos complexos, desde a colonização até os dias atuais. A violação sexual colonial, a miscigenação naturalizada pelo mito da democracia racial,

erotização, sexismo, romantização da violência sexual e a negação da mulher negra como parte da constituição cultural, política e econômica contingenciam a mulher negra na sociedade em condições de restos, lixo (Gomes-Viera, 2021; González, 2020).

A história do povo negro e da mulher negra brasileira é aquela que é falada por terceiros, pois não fora dada a ela a propriedade de falar por si, de contar a própria história, de rasgar as suas dores. Assim, couberam-lhe por anos a lugar de silenciamento, de um não-lugar, restos, lixo (González, 2020; Souza, 1983). Em resposta a essa sistemática, Ribeiro (2017), mulher, negra e brasileira, traz a reflexão sobre o *locus* social, a ideia de que os sujeitos falam a partir de um lugar social e ele determina o lugar de fala. Assim, parafraseando González (2020), a fala é urgente, o lixo vai falar.

“Saber seu lugar” é uma expressão comumente que naturaliza as posições sociais como uma hierarquia que presumidamente dispõe os sujeitos segundo os marcadores de raça, classe e gênero (González; Hasenbalg, 2022). Em contrapartida, o lugar pela qual estamos situados na esfera social e principalmente de onde falamos, determina a interpretação que temos a respeito do racismo, põe um outro em relação e traz a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira, que traz a questão da mulher brasileira em outras perspectivas (González, 2020).

González (2020), defende a ideia de que na estrutura social brasileira, cabe a mulher negra três simbólicas posições: mãe preta, mulata e doméstica. A mãe preta, seria um dos lugares que mulher negra ocupou desde a colonização, sendo “ama de leite”, aquela que cuida dos filhos de seus senhores. A doméstica ao dito “lugar natural” das mulheres negras, também em raízes coloniais, sendo escravizadas nas cozinhas das casas grandes, seguem hoje sendo o “lugar” da mulher negra nos círculos empregatícios. Por fim, a mulata como herança do branqueamento, “a mulher brasileira” que é extremamente sexualizada, símbolo de beleza, aclamada e amada nos carnavais. Assim, vale o questionamento onde se encontra a mulher negra senão nesses estereótipos?

Em discussão, a questão do feminino e seus desdobramentos, atravessaram a história também da teoria psicanalítica, iniciando com clínica feminina de Freud até a máxima de Lacan ao afirmar que a mulher não existe. A emblemática afirmação de Lacan, trouxe inquietações que atravessaram décadas e que nos fazem questionar, onde se encontra a mulher? Pode a mulher em um meio patriarcal sentir? Teria a mulher um gozo próprio? Existiria em seio social a mulher negra?

Nesse contexto, no que tange a questão da mulher, a devastação do feminino é um fator preponderante a levar em consideração. Segundo Freud (1931/1996), a devastação do feminino se encontra ainda na relação mãe-filha, onde o gozo feminino está atrelado à mãe, sendo esse algo que escapa da linguagem e da simbolização. A isso, o gozo não pode ser

compartilhado com o outro, ocasionando uma ruptura no corpo e alma da filha, que se sente indigna do amor materno e amor-próprio.

Lacan (1972/1973) aprofunda a discussão, ao trazer à luz que a devastação que aparece na relação mãe-filha, estarão presentes também nas parcerias amorosas como uma forma de resistência ao falo masculino. Nos estudos do seminário 20 a respeito do gozo, Lacan (2008) delimita o gozo-todo fálico ao masculino, assim sendo circunscrito, limitado e legitimado. Já o gozo não-todo fálico estaria ligado ao feminino, marcado pela inexistência da mulher, algo que foge da linguagem, portanto o Real. A essa concepção na clínica psicanalítica a um dilema de ser mulher ligada ao não-ser, ausência de si, como também a relação de infinidade, tendo em vista que foge da linguagem, do que é mensurável (Faria; Starling, 2019).

Ademais, Lacan atenta-se ao afirmar que para a mulher o homem é pior que uma aflição, sendo uma devastação. Assim, a devastação do feminino se refere ao sofrimento psíquico causado pela falta de reconhecimento, autonomia e de identidade da mulher, que se submete ao desejo e à dominação do homem. Em conceito, a psicanálise traz a devastação de forma generalizada ao tratar da mulher, porém, aprofundando a discussão do local em que a mulher negra é colocada e realocada na sociedade, os pressupostos de Freud e Lacan são reafirmados, e mais, as condições são mais salientadas pela questão racial e de classe que atravessam diretamente a forma como a não-existência da mulher negra se manifesta socialmente (Guimarães, 2014).

Em análise, o *locus* social em que a mulher negra foi colocada e realocada, em uma condição de restos, seja por ser mulher, considerada o Outro do Outro, aquele que não fala, não tem direitos, que lhe é imposto um lugar de submissão. Seja por ser negra, onde o regime escravocrata inferiu o julgamento de ser subalternizada, indeferida como não-sujeito e sobre ser digna ou não de respeito, direitos e afetos. Os afetos, que embora possam parecer estar relacionados à esfera privada, estão sujeitos ao campo coletivo (Gonzalez; Hasenbalg, 2022; Gomes-Vieira, 2020; Kilomba, 2019; Santos, 1983).

Falar em afetos ou o lugar dele nas vivências de mulheres negras, traz implicitamente a necessidade de abordar o ideal que fora buscado intensamente, o branco. Sendo o negro, algo

para ser negado, a branquitude se volta ao lugar/ser de prestígio, de poder, de digno. O pacto narcísico da branquitude, preserva a manutenção de seus privilégios e interesses, em paralelo ao “mito negro” que representa o ruim, o sujo ou o exótico. Urge destacar, que a forma psíquica de cada sujeito está ligada intrinsecamente ligadas questões singulares e sociais, que são historicamente moldadas e estruturadas pela linguagem, sendo essencial para a formação das identidades (Bento, 2017; Santos, 1983).

Desse modo, ao pensar a construção da identidade da mulher negra brasileira e suas emoções, as vivências afetivas que seriam comuns às pessoas brancas, à mulher negra é uma constante negação, fator esse de adoecimento. A realidade da desigualdade racial é introjetada psiquicamente pela estrutura social racista que faz o negro, negar-se a si, nega-se a sua identidade, suas raízes, auto-amor e autoestima. Assim, sendo as mulheres negras atravessadas pelas intersecções sociais, experienciam o sentimento de inferioridade, indignidade, auto ódio, seu *locus* afetivo não diferente do social, aos restos da sociedade resta a solidão (Fanon, 2020; Santos, 1983; Souza, 2008).

2.2 Vende-se: um corpo, uma cor, um lugar e seus afetos

*Eu sou um corpo
Um ser
Um corpo só
Tem cor, tem corte*

*Eu sou minha própria embarcação
Sou minha própria sorte
(Luna, 2016)*

A canção de Luedji Luna, "Um corpo no mundo" (2016), redesenha a historicidade por traz dos corpos negros que vieram de tão longe para a América do Sul, a esses, os restavam aquilo que ficou, suas línguas, suas raízes, seus corpos, suas orações. A canção de Luna não é pontual, ela é atemporal. Ao povo negro jogado a própria sorte no território brasileiro, segue a incumbência de uma única missão: sobreviver.

Analogamente, Fanon (1961) traz em na sua obra “Condenados da Terra”, em como os processos de colonialismo e a alienação estão interligados na dinâmica de uma sociedade colonizada, principalmente em como a condenação vem de uma violência separatista entre os

dignos e não-dignos, entre os humanos e a desumanização dos povos. Ao ser condenado a uma linguagem que o inferioriza, a negritude se vê entrelaçada na missão de traçar a sua própria sorte, como já reafirmava Luedji Luna através de sua arte, ser sua própria embarcação.

No Brasil a trajetória traçada pelo povo negro a nova terra foi mediada pela diáspora africana, que impôs ao povo trazido pelos grandes navios negreiros a vida sub-humana, o sofrimento cotidiano no novo território e poucas/nenhuma alternativa de pertencimento. A essa dispersão, restou apenas a condição de se refazer em um novo lugar que era legitimado pela linguagem dos colonos, a esse novo lugar, o infamiliar, a esse novo sujeito, agora longe de suas terras, cabia a noção de subalternidade legitimado pelo processo histórico da colonialidade de poder (Monji; Coroa dos Anjos, 2021).

Ao processo da colonialidade, a territorialização é um fator preponderante. De acordo com Souza (2009), a territorialização compreende como o exercício de poder e controle sobre um determinado espaço. Assim, é percebido que antes de controlar de fato o território brasileiro, os corpos negros foram controlados, cabendo aos donos da terra colonizada o poder daqueles que os serviriam direta ou indiretamente.

Não obstante, as heranças desses processos se fazem presentes na atualidade. Sendo o Brasil um país de amplo território e que carrega em sua construção uma identidade forjada pela perspectiva do embranquecimento advindo dos ideais europeus, as territorialidades que atravessam os sujeitos partem lugares compostos por singularidades ainda repletos de estigmas marcadamente coloniais (Bento, 2017).

Golffman (1963) destaca o estigma como atributos depreciativos a fim de atestar a anormalidade de alguém, a isso são categorizadas em três, a abominação do corpo, as culpas de caráter e estigmas de raça, etnia e/ou religião. À população negra, as sujeições vivenciadas percorreram em todas as categorias, mais preponderantemente ao reduzi-los a sua raça e etnia. Além disso, considera-se aqui também, pela grande extensão territorial do Brasil, a estigmatização advinda do lugar, mas especificamente o nordeste brasileiro (Bernardes, 2007).

A partir desse panorama, foi iniciado no Brasil a partir das décadas de 80/90, a busca pelo desenvolvimento industrial, crescimento econômico e avanços tecnológicos. Alinhada a esse ideal, o capitalismo se tornou o sistema que mais se enquadra no projeto político requerido, àquele em que falha com a população em decorrência do êxito do acúmulo de capital (Dantas; Cisne, 2017; Souza, 2021).

Dito isso, o crescimento das grandes metrópoles do centro-oeste e sul do país se tornou imparável, a grande falácia movida pela modernização do país se entrelaça aos discursos coloniais, a mão de obra barata, elevadas cargas horárias e a precária remuneração. Assim, o progresso industrial de seletas regiões, se fomenta ao descaso de outras. O Nordeste não se encontra apenas às margens do mapa cartográfico, mas também às margens da sistemática que traz privilégios a poucos em detrimento de um bem-estar escasso para a massa populacional, majoritariamente negra (Dantas; Cisne, 2017).

Em retomada, a história do nordeste se entrelaça à resistência negra. O entrecruzamento da trajetória do povo negro e formação do nordeste se fazem desde as formações dos Quilombos, que se deram notícias já em 1559 nas plantações de cana, até a caracterização da população, cultura, culinária e costumes locais. Os chamados “ciclos de economia brasileira” ainda do período escravista, obrigavam os deslocamentos da população escravizada que se aquilombavam em serras altas tipicamente nordestinas (Cerquice, 2016; González, 2020).

Em contraste, atualmente a falsa modernização em prol da economia e sistema neoliberal também trazem suas obrigações a população negra, desde a migração nordestina as grandes metrópoles na busca de emprego, as sujeições a jornadas exacerbadas de trabalho, apagamento de suas singularidades através do ideal de homogeneização e de suas afetividades ao colocar em um lugar de não-sujeito (Bento, 2002; González 2020).

A esse não-sujeito, lembremos de Sojourner Truth, mulher negra e ex-escravizada, que questionou a uma multidão na Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, em Ohio em 1851 se ela não era de fato uma mulher, por trabalhar as mesmas horas de um homem, por parir filhos e cuidá-los, por cuidar de sua casa e a de seus (ex)senhores. A atemporalidade de seu discurso é um convite a repensar o lugar em que a mulher negra ocupa na atualidade, seja pela rejeição social por meio do racismo estrutural, seja pelas sujeições da sistemática capitalista que minimiza suas subjetividades. (Davis, 2016).

Desse modo, à mulher negra, aquela sempre envolvida na força de trabalho, nos campos, nas cidades, nos espaços públicos e privados foi e continua sendo o elemento fundamental na construção do Brasil. Sendo ela a base (re)produtiva da sociedade brasileira implicitamente patriarcal, heteronormativa, escravocrata e capitalista, hoje permanece subalternizada pela tripla opressão (Davis, 2016; Silva, 2021).

Assim, é considerado que a situação socioeconômica das mulheres negras que são superexploradas pelo capitalismo e os apelos midiáticos em reproduzir os estereótipos racistas

e sexistas, vem colocando o corpo negro em oposição ao que é belo, na posição de objeto sexual e não de um ser desejante, ou seja, mulher negra é boa para trabalhar, enquanto mulheres brancas são para casar (Dantas; Cisne, 2017; Pacheco, 2008; Souza, 2008).

Em complemento, hooks (1995) traz a pauta da necessidade de analisar como os corpos de mulheres negras são representados durante o período escravista e após-escravista. Considerando as mudanças até a atualidade, a mulher negra fora considerada “só corpo, sem mente”, relembrando González (1979), a qualificação da mulher negra no trabalho estaria apenas ligada às noções de doméstica e mulata, sendo esse último ainda fruto do sistema hegemônico como uma parte “especial” no mercado de trabalho, um produto de exportação.

Simultaneamente, a noção de produto se assemelha às questões de não-ser, não sentir. Dentro da sistemática neoliberal, as técnicas de controle sobre os sujeitos vão além do contexto trabalho-trabalhadora. O processo de controle das subjetivações adentra sem seus corpos, sexualidade, preferências afetivas, formas de vislumbrar ao outro e a si, assim, adentra no processo de individuação, a solidão (Foucault, 1976).

A mulher negra, o processo de individuação é vivenciado de forma ainda mais feroz, ao ser reduzida a um não-sujeito e produto, há uma descrença de ser digna do amor, seja próprio ou do outro. A esse processo é imperativo ressaltar que o sexismo e hipersexualização da mulher negra as condiciona a objetificação, retificando o não preterimento em suas relações interpessoais e amorosas (Souza, 2008).

Em contraste, Lacan (1988) traz em seus postulados que o sujeito em sua totalidade não é uma entidade estável e homogênea, mas um construto interligado na relação do indivíduo com a linguagem. A mesma, é estabelecida como um sistema complexo e simbólico que organiza as representações do inconsciente. A partir disso, não há como haver um sujeito sem os enlaces sociais que são implicitamente fomentados pela forma como o Outro adentra na linguagem. Assim, esse Outro que pode ser compreendido como funções maternas e/ou paternas, posteriormente como um lugar, que irá direcionar as nomeações no decorrer da vida e formar as redes discursivas (Fink, 1998; Souza, 2021).

Em compreensão ao supracitado, a mulher negra que teve em sua trajetória ancestral a fomentação de uma linguagem moldada por estereótipos, redução ao subalterno, condenada a mordanças que as impediam de trazer as suas anunciações, inquietações, dores e afetos. Assim, cabe a indagação de Spivak (2010), pode o subalterno falar? Reitera-se a indagação e propõe-se: pode a mulher negra ser amada? Quais afetos são direcionados a ela?

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

Aos procedimentos metodológicos, se trata de uma pesquisa qualitativa e exploratória. A pesquisa qualitativa, se faz necessária, pois buscamos entender os aspectos subjetivos do fenômeno estudado de forma que não poderemos quantificar o que está sendo dito ou explorado (Gil, 2008). Além disso, de acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com a problemática, a tornando mais explícita. Assim, essa abordagem de pesquisa possibilitou trazer características subjetivas, desde as motivações pessoais até as futuras coletas de dados.

Em delineamento, foi realizada uma pesquisa de campo, que é compreendida de acordo com Marconi e Lakatos (2012) como uma forma de conseguir investigar a problemática e descobrir novos fenômenos ou relações entre eles, sendo que a pesquisa é realizada no campo em que os fenômenos ocorrem, proporcionando ao pesquisador uma experiência mais próxima da realidade analisada. Seguindo essa forma metodológica, foi buscado abordar as questões multifacetadas do fenômeno da solidão na vivência de mulheres negras.

3.2 Local do estudo

O estudo foi realizado na cidade de Iracema, interior do estado do Ceará. Localizada no Vale do Jaguaribe, Iracema tem a população de em média 14.001 pessoas, sendo 50,71% dessa população, mulheres, majoritariamente, negras ou pardas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022).

Historicamente, a cidade de Iracema apresenta um grande espectro cultural, tendo como distrito a Serra dos Bastiões, comunidade essa Quilombola que sobreviveram a historicidade e suas mudanças. Contudo, os resquícios do racismo estrutural são percebidos de forma muito nítida. A comunidade Quilombola se recusa a ser intitulada/identificada dessa forma, ainda que seja reconhecida nacionalmente Fundação Cultural Palmares (Cerquice, 2016).

Essa problemática não é à toa, mas é fruto das heranças coloniais, a recusa a negritude é um fato preponderante em toda a cidade de Iracema, pois ao falar do negro falamos de alguém

que fora negligenciado no aparato sócio-histórico, taxado de indigno e não-sujeito (Sousa, 1983). Diante disso, é um grande desafio em se falar sobre negritude em um local onde o silenciamento decorrido do racismo ainda se faz tão preponderante, mas é necessário, sendo uma oportunidade de denúncia, anunciação e a reafirmação no lugar de um sujeito (González, 1984; Souza, 2021).

3.3 Participantes

A população se trata de mulheres que se autodeclararam negras na cidade de Iracema, na faixa etária adulta e idosa. Como critérios de inclusão foram delimitados disponibilidade de tempo e aceitação em participar da pesquisa por parte das participantes. Como critério de exclusão mulheres não negras, que não aceitem participar da pesquisa e com faixa etária inferior a 18 anos de idade. Foi delimitada uma amostra com 3 participantes.

3.4 Coleta de dados

A coleta de dados se baseou no método Bola de Neve, que tem como premissa a recomendação linear dos participantes. Assim, em uma amostra linear, a primeira participante, contatada a partir da proximidade com a temática, indica outra participante, ocorrendo sucessivamente até contemplar a quantidade de amostra indicada pela pesquisadora (Ribeiro, et al. 2024).

Nas entrevistas foi utilizada a estrutura semiestruturada apenas para orientação da pesquisadora, com cinco questionamentos base contidos no apêndice A (Gil, 2002). Buscamos em todos os sentidos, priorizar a livre associação, método esse da abordagem Psicanalítica e fundamentada por Freud (2019), permitindo que as participantes se expressassem livremente sobre as perguntas pré-estabelecidas.

Em primeiro momento, foi contatada a primeira participante através do contato direto da pesquisadora e entrevistada, questionada sobre a possibilidade e disponibilidade para entrevista, acertado horário e local para entrevista. A pesquisa se convenciou a apenas três participantes tendo em vista os critérios bases para a escrita do estudo, tendo em vista que seria inviável a descrição em trinta laudas.

Posteriormente, ao final da entrevista foi pedido a indicação de outra mulher participante. A escolha desse método de coleta de dados se deu pela inacessibilidade de dados através do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), que era a ideia inicial, porém por falta de um acervo que contemplasse a pesquisa, não foi possível.

Em continuidade, foi realizada às entrevistas nas próprias casas das participantes, pessoalmente, onde foi possível um contato com suas realidades, através do discurso, do ambiente e dos não-ditos. Foi concretizado um encontro por cada participante, em cerca de uma hora de duração.

3.5 Análise dos dados

A análise dos dados se deu através de uma análise do discurso, que se compreende de acordo com Nogueira (2008), como uma forma de compreender os objetos simbólicos presentes no discurso, bem como a busca por elementos que venham a contribuir com a pesquisa realizada. Esse procedimento foi fundamental na pesquisa pois proporcionou à pesquisadora, a ampliação das vozes das participantes, bem como suas experiências e vivências. A análise se constituiu por um viés psicanalítico buscando delinear singularmente a fala dessas mulheres, sem universalizações onde se encontram e desencontram a experiência da solidão enquanto mulher negra (Kilomba, 2019).

3.6 Aspectos éticos

Quanto aos aspectos éticos, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) proposto na Resolução nº 510 de 2016, que busca resguardar através desde o sigilo ético, a comprovação da participação de cada mulher e seus desejos pela pesquisa, além do resguardo de suas identidades e informações. Por fim, todo processo foi pautado no Código de Ética do Profissional de Psicologia (Brasil, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção serão apresentados os resultados e discussões que foi possível obter a partir da pesquisa e entrevistas realizadas. Assim, após coleta de dados, foi possível

alcançar o objetivo subjetivo dessa pesquisa: fazer ecoar vozes. Aos relatos, emoções e lágrimas entre silêncios, foi factível a realização da análise metódica de seus discursos, trazendo assim a interlocução entre teoria e a realidade.

Em delineamento ao perfil geral das três participantes, dados os seguintes resultados: todas moradoras do estado do Ceará, com gênero feminino, autodeclaradas negras, escolaridades: ensino médio completo (uma), em processo de graduação (uma) e superior completo (uma). A faixa etária das mulheres entrevistadas foi de 20, 22 e 34 anos. Como ocupação, a primeira é professora da educação infantil, a segunda se encontra sem emprego no momento e a terceira é trabalhadora de forma autônoma.

Sobre as entrevistas, duas foram realizadas nas residências das próprias participantes e uma foi realizada na casa da pesquisadora por escolha da própria entrevistada. As entrevistas foram realizadas nos dias 18 a 21 de maio, houve uma média de uma hora por entrevista, na qual foram gravadas e devidamente assinados os termos de consentimento para resguardo de direitos e sigilo ético.

A despeito do sigilo que embasa essa pesquisa, chamaremos no decorrer do texto as participantes de Oxum (em alusão e homenagem a Orixá africana, mãe das águas doces, dos rios e cachoeiras, regente do *Orí* de quem aqui escreve, por isso, *Ora Yê Yê ô* minha mãe Oxum!), Obá (Orixá africana que faz referência também aos afetos, sendo assim, *Akirô Obá-Yê!*) e Iansã (a Orixá guerreira, *Epahey Oyá!*) (Prandi; Rafael, 2000).

4.1 Sobre a solidão: “Ser negra... ser negra é solitário”...

A definição de solidão não é um consenso, mas é um conceito em construção. Kuss (2022), norteia os seus trabalhos na concepção de que a solidão é inevitável no fenômeno do viver, miramos no amor e acertamos na solidão. Contudo, as vivências da solidão vão para além do inevitável, atravessam os recortes de gênero, raça e classe recebendo um sinônimo de sofrimento imposto e insuperável. Quanto à mulher negra, a vivência do racismo e sexismo como práticas culturais que regulam as preferências afetivas dos sujeitos, há uma determinação cultural, por auto-imposição ou solitude compulsória (Tamayo; Pinheiro, 1984).

Obá, ao responder o questionamento sobre o quê era solidão, trouxe essa afirmativa “ser negra é solitário”, que aparenta ser uma consonância entre os discursos. É certo que não há uma definição para a solidão, mas é um construto ligado às experiências individuais e coletivas (Gomes-Vieira, 2021). Inicialmente, a solidão aparece no discurso de Obá como um decreto

vinculado à sua negritude desde a infância, nas relações familiares devido a incompreensão dessas questões, à vida adulta: "As pessoas não se relacionavam ou conversavam comigo pelo fato de eu ser negra, por ser eu".

Souza (1983) discorre que devido a inferiorização advinda do racismo, a identidade dos sujeitos negros é entrelaçada a forma como ele é marginalizado dentro da esfera social, que aponta quem é ou não digno de afetos. Obá traz como resultado de sua solidão, ela mesma, sua negritude, como se houvesse algo de errado consigo. Nesse discurso, as amarras do racismo como um descredibilizador de sujeitos e portanto de si mesma, enlaça na solidão que ela vivencia desde a infância como a negação de seu corpo como objeto de afeto e amor (Nascimento, 1990; Souza, 1983).

Iansã em seu discurso questiona: "O que eu tinha feito para merecer a solidão tão preponderante na minha vida?" Ao nascer e crescer em uma família majoritariamente branca, sem muitas representações de pessoas negras, ela cresce em um meio de negação a sua negritude, onde ser negra não se enquadra naquele espaço. Assim, cresce sendo a única negra da família e em constante comparação às suas primas brancas como um ideal de beleza e limpeza: "você deveria ser mais limpinha, assim como suas primas" (dizia seus parentes a Iansã com apenas 5 anos de idade).

Em continuidade, Iansã reflete que foi uma das primeiras vivências com a solidão, ainda no seio familiar ao ser incompreendida e negada em sua cor, tentou ao máximo ser branca. Nesse sentido, Souza (1983), argumenta que a solidão aparece por vezes, como um fator de manutenção entre as relações de forma que dentro das afetividades o racismo é naturalizado, a exemplo a estética, que tenta incansavelmente se aproximar do ideal branco na tentativa de ser aceita, compreendida e amada.

A perversidade do racismo em se apropriar da persuasão, leva a mulher negra a desejar, invejar e projetar ideais antagônicos a sua negritude. Nesse desejo de ser aceita e portanto amada, a mulher negra caminha para um precipício de si mesma, vivenciando na pele que deveria ser de afetos positivos, sentimentos de inadequação e auto-ódio. (Souza, 1983). "Eu sentia que tinha algo de errado comigo e eu fiquei mal por muito tempo" (Iansã, sobre negritude e solidão).

Oxum, mulher negra, mãe, esposa e filha adotiva de uma mulher branca, viveu antes mesmo de ter consciência, heranças coloniais. Sua mãe biológica, mulher negra e trabalhadora doméstica que morava na residência de seus patrões, engravidou aos 14 anos de Oxum que traz

em suas próprias palavras: “como a questão da sexualização do corpo da mulher, minha mãe não teve um relacionamento com meu pai, ela teve uma noite”, sem condições para manter uma casa e filha, sua mãe a doou. Oxum ainda afirma que a vivência do racismo em suas relações familiares, profissionais e afetivas foi o suficiente para que ela encarasse a solidão.

Dentre os discursos, afirma: “a gente aprende a ser solitário... a sociedade faz a gente querer ficar só”. Em contexto, Oxum discorre sobre como se sente deslocada em ambientes onde há muitas pessoas brancas, que se sente sozinha nesses espaços e que é um dos atributos que traz a sua solidão. Há de ser ressaltado que há diferenciações entre estar só, (sem companhia) e se sentir sozinha (independente de ter ou não alguém), Oxum traz na sua vivência a constante de se sentir sozinha. A isso, a solidão afetiva atravessa o isolamento emocional que permeia a falta de representatividade e visibilidade (Xavier, 2019).

A afirmação de Oxum entra no discurso de Iansã quando ela afirma que para se autopreservar, apesar de não saber de quê ou quem, preferiu se isolar. Esse movimento de ambas as participantes, considera-se até alusivo ao segregacionismo americano, que na América Latina especialmente no Brasil foi imposto, por vias diferentes, a partir da abolição da escravatura, os povos negros foram negligenciados socialmente, cabendo como ultima tentativa de sobreviver o processo de segregação, se distanciando dos demais em cortiços, favelas e morros (Gonzalez, 2020).

Como já afirmado anteriormente neste escrito, as heranças coloniais recebem novas facetas e modos de se fazer presente nas vivências das mulheres negras. Diante do racismo dentro e fora de suas próprias casas, a solidão se tornou a fuga, o escape e uma forma de sobreviver às violências multifacetadas do racismo estrutural (Neusa, 1983; Pacheco, 2013). Dentre a “escolha” de se isolar e os questionamentos de “O que eu fiz para merecer ser tão solitária?” (fala de Iansã), adentra-se aqui nas questões de ser e estar.

A mulher negra, tal como as suas ancestrais, têm uma vivência intrínseca entre a sua identidade e a solidão. A construção da identidade dos sujeitos como bem formula Lacan se dá através da linguagem e das relações sociais (Fink, 1995). Aqui o ser não é uma condição dada, mas é um vir a ser, mediada pela linguagem fomentada histórica e socialmente. Ao ser dita como negra em todos os seus significantes preexistentes, é falar do fardo social, do erro e do descartável, aquilo que pode ser colocado para escanteio no campo dos afetos, pois é indigno (Souza, 1983).

Nos discursos de Obá, Iansã e Oxum que se entrelaçam de formas diferentes mas similares, a questão dos afetos recebem o sinônimo de infamiliar, sejam no seio familiar, nas relações sociais, afetivas e amorosas ou consigo. Ao infamiliar, de acordo com Freud (2019), seria estranho, mas ao mesmo tempo íntimo, que habita em cada um. Desse modo, desde a reclusão à solidão, ser negra é uma encruzilhada que traz a solidão como refúgio, mas também como seu algoz. É enfrentar sua identidade rechaçada culturalmente, estar inserida, de alguma forma até dizer audaciosamente: “aprendi que posso falar apesar do medo, revidar mesmo sozinha, por isso não me calo mais” (Oxum).

4.2 Sujeições: “Por que não posso ser assumida da mesma forma que ele assumiu mulheres brancas?”

Esse foi um dos questionamentos que Iansã fez ao se relacionar com um homem branco depois de uma situação traumática em sua vida. Em discurso, ela reflete que apesar da relação ser algo significativo para ela, havia constantes indagações sobre seu valor, principalmente porque seu parceiro não queria assumir um relacionamento estável. “Porque ele não me trata da mesma forma que tratou as outras parceiras que teve?”.

A essas perguntas na vida de Iansã é algo construído. Em relato sobre sua história de vida, principalmente sobre ser mulher negra e nordestina impactam em suas vivências afetivas, ela traz que já âmbito familiar foi ensinada que deveria buscar um homem branco para se relacionar e casar, pois assim seria “melhor para ela”. Souza (1983), expõe de forma analítica como a introjeção do padrão branco seria imposto ao negro como o único caminho para ascensão social, alcançando de alguma forma prestígio e dignidade. Contudo, a essa ascensão arraigada no mito da democracia racial e principalmente no racismo velado, culminam em impactos inimagináveis na psique do negro através da violência racial.

Em consonância com as vivências de Iansã, Pacheco (2008), menciona como as escolhas afetivas-sexuais contingenciam a mulher negra à solidão, sendo elas não preteridas para um relacionamento estável, apenas para experiências casuais. Em complemento, González (1979) salienta que socialmente a imagem da mulher negra está intrinsecamente vinculadas aos papéis de submissão trabalhista e sexual, assim como hooks (1995) afirma que a mente da mulher negra estaria destituída no cenário social, restando seu corpo, e a esse, a hiperssexualização. “Na maioria dos meus relacionamentos eu fui vista como objeto, algo ocasional e isso me marcou muito”, disse Iansã.

A concepção de objeto para a psicanálise se deriva nos aspectos secundários para onde dirigimos as nossas pulsões e desejos, sendo portanto, polimorfos e originários na constituição das subjetividades (Freud, 1915). Sendo mutável, o objeto não pode ser o único conceito para vislumbrar a complexidade de um sujeito. A mulher negra nesse espectro, é unicamente vista como um objeto de satisfação, passivo de objetificação, onde seu corpo é hiperssexualizado apenas para o desejo do outro, não sendo portanto um sujeito que também deseja, dentre esses desejos, como amar e ser amada (Fink, 1998; Freud, 1996; Souza, 2008). “Por muito tempo me questionei se eu era digna de amor” (Iansã, sobre afetos).

Coerentemente, Obá diz “já fui muito trocada por meninas brancas, sei que vou levar isso por toda minha vida”. As vivências de ambas as mulheres são coesas. Iansã questiona o porquê não é assumida e Obá afirma que foi trocada, duas faces da mesma moeda, a branquitude. Ser o objeto de amor dentro do espectro linguístico voltado para a descredibilização das mulheres negras é está imersa em uma sistemática de sujeição ao que é posto e naturalizado, a negação de afetos no vislumbre do racismo e sexismo que moldam nossas relações, as oferecendo o mínimo (González, 2020). “Ninguém merece o mínimo, mas é o que ando recebendo”, disse Obá.

A afirmativa de Obá em receber o mínimo dentro dos relacionamentos afetivos é algo muito íntimo e doloroso. A formulação da afetuosidade na sociedade é ferrenha, há uma construção cultural de quem se pode apresentar a família, ser escolhida e pedida em namoro. A mulher negra nesse espaço não cabe nem se quer a romantização. O apelo midiático no tratamento de mulheres com a máxima delicadeza, não é uma diretiva às mulheres negras, o cuidado é ausente, há uma paleta de cores a que se destina, e quanto mais alva, melhor (Pacheco, 2008). “É sempre o mínimo... migalhas” (Obá, sobre relacionamentos).

A sorradeira fórmula do racismo condicionar a mulher negra a um não-lugar é ressaltada quando Oxum relata “Casei aos 16 anos de idade, por dependência emocional, eu queria ser amada, mas era tóxico, ele não me respeitava, bebia muito e nas brigas eu era sempre a culpada”. Gomes-Vieira (2020) elucida que o medo da solidão, pode sustentar opressões, nesse quesito, sujeições, de conquistar ou manter seus relacionamentos podendo ser um fator de exposição às violências. Há de se pontuar, a devastação do feminino, onde a submissão da mulher ao desejo homem, evoca a completa anulação do Eu em prol de um nós doentio (Guimarães, 2014; Lacan, 1979/1973).

Em análogo ao já trazido, essa tentativa de mantimento de relações tóxicas para fugir da solidão, está também no espectro das amizades. Iansã delinea que sujeitou-se a estar em um ciclo de amigos que a descredibiliza. “Eu me sentia mal quando alguém me desclassificava por ser uma pessoa negra, mas eu sentia medo, por ser o meu círculo social da vida, eram meus amigos”. O ato de estar sujeita a essas situações não é estabelecido conscientemente, mas através de estruturas sociais e linguísticas que moldam a percepção das relações que se internalizam de acordo com as expectativas culturais e sociais formando a identidade do sujeito (Fink, 1998).

Conquanto, sobreviver em uma sociedade em tangencia o corpo negro ao que é belo, desejável, respeitável, é está submerso em um sistema simbólico que organiza a experiência do viver a tensões internas de violência (Lacan, 1995; Souza, 1983). É se enxergar pequeno e inferior, é se submeter a relações que machucam na ínfima tentativa de se sentir amada, é está escondida para não ser assumida, é aceitar o mínimo para pelo menos ter algo. “Nas minhas relações, eu mereço respeito, eu sou um ser humano” (Obá).

4.3 Resistências: “Hoje eu me posiciono, repreendo, antes eu tinha insegurança por ser uma mulher negra, mas hoje eu já não me calo mais...”

A “Máscara de Anastácia”, foi discorrido por Kilomba (2019) como um símbolo de resistência e religiosidade através das religiões de matriz africana. Por ter sido amordaçada, Anastácia morreu vítima do tétano proveniente da ferrugem da máscara de ferro. Ao ser impossibilitada de falar, a máscara de Anastácia é repleta de simbolismo, principalmente ao silenciamento imposto às mulheres negras. Paralelamente, Sojourner Truth, ex-escrava, bradou a uma multidão sobre suas insatisfações, principalmente, por durante muitos anos lhe ter sido renegada a posição de ser mulher, de ser reduzida a aspectos animais por causa de sua cor (Davis, 2016).

Congruentemente, os caminhos trilhados por mulheres que resistiram de alguma forma, desde mordanças até brados a multidões, trouxeram para a afirmativa de Iansã. O ato de não calar-se, está em prontidão e repreender as artimanhas do racismo, sexismo impostas devido às heranças escravistas, é um grito de dentro para fora em tentativas de traçar novas formas de ser respeitada. A essas questões, o letramento racial advindo principalmente no meio acadêmico por Iansã, trouxe vislumbres para pensar em sua negritude como uma potência: “A faculdade

foi um marco, comecei a pensar sobre negritude... me reconheço como mulher negra e tenho muito orgulho.” (Andrade; Nicolaides; Mota, 2021).

De forma análoga, Oxum relata que já na adultez teve a noção de como os fatores de gênero e raça estavam intrincadas em sua vida. Na Universidade a convivência com outras pessoas negras e estudando essas questões, pôde compreender que não havia algo de errado consigo. A consciência dos fatores interseccionais, concede à mulher negra uma possibilidade de libertação, gera a vontade de retomar a si como autocuidado e amor-próprio, sendo portanto um ato revolucionário (Davis, 2016; Silva; Bezerra, 2021). Oxum ressalta: “Hoje cuido mais de mim, me olho mais empatia, eu sou uma mulher negra, mereço fazer coisas que me façam bem, faço por mim”.

Semelhantemente, Obá alude que após lidar com o racismo e solidão, se autosabotava, culpabilizava, e alisava seu cabelo para ser mais aceitável. Porém, estudando sobre o assunto e estudando a si mesma, suas raízes, afirma que adentrou em um processo contínuo de resistir ao que machucava, dando o amor que ela gostaria de oferecer ao outro, primeiramente a si. hooks (2021) enfatiza que o amor é intencional, é uma ação, e portanto, é aquilo que se faz. Mais ainda, o ato de amar a si mesmo, se configura como um ato de resistência, é mover-se em direção contrária a supremacia da branquitude e reivindicar.

Iansã formula que em uma de suas formas de resistência está a rede de apoio (formada por pessoas negras) que encontrou na faculdade, trouxe novas formas de perspectivas sobre o amor e como lidar com a imposição da solidão.

E depois que eu passei a conviver com pessoas da minha cor, semelhantes a mim, eu vi que muita coisa que eu vivi era errado, muita coisa que eu escutei, como me trataram, era errado e eu não era culpada. Entender que eu merecia coisas muito melhores me possibilitou perceber que eu mereço ser amada, elabora Iansã.

A convivência de Iansã com pessoas que verdadeiramente se identificava, com histórias de vida e dores semelhantes, confere nesse cenário ressignificações para além do imposto. Ao amor e afetos, hooks (2021) aponta que há outras perspectivas, não se restringindo ao preterimento afetivo-sexual (apesar das urgências em debater a problemática), há variadas formas de amar, o autoamor, amor a família e uns aos outros, pois como bem entou o cantor Emicida (2019)...

“tudo, tudo, tudo que nós tem, é nós”.

5 CONSIDERAÇÕES

Sem final, nossas reticências...

Em retomada ao questionamento que norteia esse estudo, confesso que seria audacioso e danoso tentar trazer em apenas trinta páginas as reverberações que o racismo tem nas vivências das mulheres negras, mas considero um início. A solidão da mulher negra é multifacetada, sorrateira e violenta, vai além dos aspectos afetivo-sexuais, adentram o âmbito familiar, nas amizades, os relacionamentos amorosos, no lugar onde habita, fazendo com que haja questionamentos a respeito sua própria identidade, seu valor e concepções de amor, corroborando em sofrimentos inimagináveis.

De Sojourner, à Natália, aos discursos de Oxum, Obá e Iansã, as ressonâncias do racismo correlacionam as suas identidades de formas complexas que urge atenção do meio acadêmico e da sociedade. As reticências postas a essas considerações é uma chamada às demais mulheres negras para se fazerem presentes em suas próprias narrativas. Enquanto escrita acadêmica, escrevivência! Um início da destituição exclusivas à branquitude, um convite para sentar-se à mesa que está sendo (re)construída aos poucos, por nós. Como já descrito, o lixo vai falar e assim se fez, potente, simbólico e revolucionário.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Pólen Produção, 2019.

ANDRADE, B. C. N.; NICOLAIDES, C. S.; MOTA, V. M. **Por uma linguística antirracista**: problematizações acerca dos discursos silenciadores e de (re)existência negra. Delta Artigos, 2021.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Letramento, 2018.

BACO EXU DO BLUES. **Sinto tanta raiva...** [Vídeo]. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9H195BEIHZ4>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. p. 25-58.

BERNARDES, D. de M. Notas sobre a formação social do Nordeste. Lua Nova: **Revista De Cultura e Política**, n. 71, p. 41-79, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200003>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** 2022.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 12 jun. 2024.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 12 jun. 2024.

COORDENAÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO CEARÁ. **Informações sobre as comunidades quilombolas cearenses.** CERQUICE, 2016. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/dados_Quilombola_jul_16.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DANTAS, M. F.; CISNE, M. “Trabalhadora não é o feminino de trabalhador”: superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 75-88, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argum.v9i1.13722>. Acesso em: 12 jun. 2024.

DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência: uma escrita de nós:** reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Editora MINA Comunicação e Arte, 2020.

EMICIDA. **Principia.** [Vídeo]. YouTube, 2019.

FANON, F. **Os condenados da terra.** Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARIA, E. V.; STARLING, D. R. Devastação feminina: o que pode uma análise? **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 38, p. 155-164, 2019.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade:** a vontade de saber. Paris: Galimard, 1976.

FINK, B. **O sujeito lacaniano:** entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FREUD, S. Sexualidade feminina. Trad. J. Salomão. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Vol. 21, p. 239-254. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1931).

FREUD, S. Sobre a dinâmica da transferência. In: **Fundamentos da clínica psicanalítica**, p. 107-120. Trad. Cláudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Publicado originalmente em 1912).

GERALDO, N. **Eu já chorei as lágrimas de Natália**: mulheres negras se reconhecem no BBB. Universal, 2022. Disponível em: <https://www.universal.org>. Acesso em: 21 out. 2023.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Mathias Lambert. São Paulo: Prentice-Hall, 1963.

GOMES-VIEIRA, C. G. Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro. **Pretextos – Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas**, v. 5, n. 10, p. 291-311, 2021.

GONZÁLEZ, L. **O Papel da Mulher Negra na Sociedade Brasileira**: uma abordagem Político-econômica. Mimeografado, 1979.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar do negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, L. **Gozos da mulher**. Rio de Janeiro: KBR, 2014.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE, 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Cabogó, 2019.

LACAN, J. **O seminário, livro 20**: mais ainda. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Trabalho original publicado em 1972-1973).

LACAN, J. **O seminário, Livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**, 1964. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, J. **O seminário, livro 4: A relação de objeto (1956-1957)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LUNA, L. Um corpo no mundo. [Vídeo]. **YouTube**, 2016. Disponível em: <https://youtu.be/V-G7LC6QzTA?si=GIBEBeeSi1F-WHHA>. Acesso em: 21 out. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MILLER, J. A. **A criança entre a mulher e a mãe**. Opção Lacaniana, 2014.

MONJI, M.; COROA DOS ANJOS, M. E. S. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades das mulheres negras no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais**, v. 23, 2021.

NASCIMENTO, B. A mulher negra e o amor. In: RATTTS, Alecsandro JP. **Eu sou Atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2002. p. 126-129.

NOGUEIRA, C. Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 235-242, 2008.

OLIVEIRA, I. de M.; SANTOS, N. C. S. **Solidão tem cor?** Uma análise sobre a afetividade das mulheres negras. Interfaces Científicas – Humanas e Sociais, 2018.

PACHECO, A. C. L. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas], 2008. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

PRANDI, R.; RAFAEL, P. **A Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. Pólen, 2019.

RIBEIRO, J. P.; MALISZEWSKI, L. S.; MARTINS, E. S. L. **Técnica de amostragem bola de neve na captação de participantes em pesquisa científica**. J. Nurs., 2024.

SILVA, J. S.; BEZERRA, L. M. P. **Feminismos e decolonialidade: formas de resistência de mulheres negras**. X Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2021.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em Ascensão social**. 2. ed. São Paulo: Graal, 1983.

SOUZA, C. A. S. **Solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterindo pelo homem negro na cidade de São Paulo.** [Tese de Mestrado, Universidade Católica de São Paulo], 2008. Biblioteca Digital de Teses da Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

SOUZA, M. V. N. **Entre ditos e não-ditos: impactos do colonialismo em mulheres negras a partir da psicanálise.** [Trabalho de Conclusão de Curso não publicado], Faculdade Evolução Alto-Oeste Potiguar, 2021.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAMAYO, A.; PINHEIRO, A. de A. A. Conceituação e definição de solidão. **Revista de Psicologia**, Universidade Federal do Ceará, v. 2, 1984.

XAVIER, R. S. A solidão da mulher negra e os reflexos na dignidade da pessoa humana. **Revista Eletrônica OAB**, 2019.

INFÂNCIA CONECTADA: O USO EXCESSIVO DAS TELAS E SEUS IMPACTOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM E SOCIALIZAÇÃO

Indonesia Patrícia Holanda Andrade Ferreira

Maria Luciana Abrante

Janélyca Dias da Silva

Ana Lara Diniz Fontes

RESUMO: Com o avanço da tecnologia, o uso dos aparelhos eletrônicos se tornou cada vez mais frequente na sociedade, transformando assim a vida das pessoas, inclusive o público infantil que vêm se inserindo nesse meio tecnológico precocemente, muitas vezes para suprir as necessidades dos cuidadores por estarem ocupados com tarefas profissionais ou domésticas, com isso, as crianças vêm fazendo trocas de atividades tradicionais como amarelinha, jogo com bolas, bonecas e correr que envolve cansaço físico e interação com o outro por aparelhos eletrônicos, podendo gerar impactos na construção da criança enquanto sujeito. Mediante a isso, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos do uso excessivo de telas no processo de ensino-aprendizagem e socialização de crianças. Como escolha metodológica, foi utilizada uma pesquisa de campo, de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, sendo utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas com amostra de 4 (quatro) professores, que atuam no ensino fundamental da Instituição de ensino Escola Abraão Cavalcante de Bessa, em Taboleiro Grande/RN. Os dados foram analisados seguindo a técnica de análise de discurso. Verificou-se que o uso excessivo de telas pode prejudicar no aprendizado e socialização da criança, com impactos negativos no espaço escolar, como a falta de concentração e de interação social, podendo desenvolver ainda possíveis demandas de sofrimento mental e déficits de aprendizagem. Por fim, o estudo destaca que o uso excessivo das telas pelas crianças pode se apresentar com diferentes impactos, logo, o estudo contribui com informações acerca dessa realidade, viabilizando a necessidade de intervenções.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil. Aparelhos eletrônicos. Tecnologia; Saúde mental.

ABSTRACT: With the advancement of technology, the use of electronic devices has become increasingly frequent in society, transforming people's lives, including children, who are being introduced to this technological environment at an early age. This often happens to meet the needs of caregivers who are busy with professional or domestic tasks. Consequently, children are replacing traditional activities such as hopscotch, ball games, playing with dolls, and running—which involve physical effort and interaction with others—with electronic devices. This shift may impact their development as individuals. In light of this, the present study aims to analyze the effects of excessive screen use on the teaching-learning process and the socialization of children. As a methodological choice, field research of an exploratory nature was conducted, with a qualitative approach. A questionnaire with both open-ended and closed-ended questions was applied to a sample of four teachers working in elementary education at the Abraão Cavalcante de Bessa School in Taboleiro Grande/RN. The data were analyzed using the discourse analysis technique. The findings revealed that excessive screen use can hinder children's learning and socialization, resulting in negative impacts in the school environment, such as a lack of concentration and reduced social interaction. Furthermore, it may lead to potential mental health issues and learning deficits. Finally, the study highlights that excessive screen use among children can have varying impacts and contributes by providing valuable insights into this reality, emphasizing the need for interventions.

Keywords: Child development. Electronic devices. Technology. Mental health.

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia vem se tornando indispensável na vida dos sujeitos, ela pode ser definida como uma fonte para o conhecimento, informação e comunicação, são ferramentas de fácil acesso, para a maioria das pessoas, tanto para os adultos como para o público infantil. Atualmente, configura-se como elemento importante para auxiliar nas necessidades do dia a dia, oferecendo contribuições de forma positiva, e por vezes negativa para a vida dos indivíduos, tornando quase impossível o não uso (Câmara et al., 2020).

Nesse sentido, os dispositivos eletrônicos e telas fazem parte do processo de industrialização, tal fenômeno influencia diretamente na maturação cognitiva, afetiva e social na infância, pois as crianças antes mesmo de serem alfabetizadas aprendem a utilizar essas ferramentas digitais de maneira precoce (Paiva; Costa, 2015).

Uma distração passiva, muitas vezes para suprir as necessidades dos cuidadores, por estarem ocupados com tarefas profissionais e domésticas, ou acreditarem que os conteúdos digitais são educativos, com isso, usam essas ferramentas para entreter os filhos (Carvalho; Pinto, 2023). Assim, elas estão inseridas e vêm se desenvolvendo no meio digital, através do acesso aos dispositivos móveis como celulares, tablets, computadores, televisão e jogos eletrônicos, em muitos casos sem supervisão de um adulto, tanto em relação ao conteúdo acessado, quanto ao tempo que passam diante desses aparelhos.

As habilidades sociais, conquistadas durante o período da primeira e segunda infância, bem como as alterações com seu meio, são muito importantes para o desenvolvimento atual e futuro (Papalia; Feldman, 2013). Portanto, o processo de relação com o ambiente e as pessoas não devem ser substituídos pelo uso de telas e aparelhos eletrônicos, esses fenômenos podem prejudicar e influenciar a relação com o meio que ela está inserida, tendo em vista que um que oferece poucos estímulos podendo acarretar diversos prejuízos no desenvolvimento infantil (Carvalho; Pinto, 2023).

Seguindo esse pensamento, Carvalho e Pinto (2023, p. 7) afirmam que: “a infância é caracterizada por alterações biopsicossociais que geram ganhos imprescindíveis nos âmbitos motor, afetivo social e cognitivo do desenvolvimento. Nessa fase, o sistema nervoso central passa por constante modificação, mielinização e organização sináptica, cenário que facilita o aprendizado” assim, como enfatizam os autores, o ambiente tem forte influência sobre o desenvolvimento infantil.

Constata-se cada vez mais, a precocidade e o aumento de tempo que as crianças interagem com o mundo virtual, seja a partir de meios eletrônicos, como os jogos que ocorrem

virtualmente em dispositivos diversos, inserindo esses indivíduos em um universo paralelo com suas próprias regras e objetivos, desprezando a convivência de forma física com outras pessoas. O que tem levado a construção de um comportamento mais voltado a interação com dispositivos tecnológicos, tendo em vista que, com a vida virtual, as crianças tendem a passar a maior parte do dia em suas casas isoladas, muitas vezes sem supervisão de um adulto e com exposição exacerbada à telas, abrindo mão do convívio social com pessoas e relações reais (Benetti; Sartori, 2019).

Assim as brincadeiras livres como amarelinhas, futebol, pega-pega, dentre tantas outras, que de fato são as que promovem interação social, aprendizagem de regras, estímulo a imaginação e desenvolvimento físico são deixadas em segundo plano, ou em casos mais extremos, até são desconhecidas pelas crianças, tendo em vista o privilégio do tempo destinado aos aparelhos eletrônicos e telas. Paiva e Costa (2015) mencionam o processo de transformação das atividades de lazer, antes a diversão era brincar com jogos de bolas, bonecas e correr, envolvendo cansaço físico, animação e interação com o outro, atualmente essas atividades são trocadas por dispositivos móveis, fenômeno este que os autores afirmam ter impactos diretos sobre a construção da criança enquanto sujeito.

Tomando como referência o pensamento de Papalia e Feldman (2013), que evidenciam a importância do brincar na infância, tornando-se significativo para o desenvolvimento físico e o mental, oferecendo oportunidades de interação com o ambiente ao seu redor, estimulando sua imaginação, além de prepará-las para soluções de problemas e desempenhar papéis sociais futuramente.

Complementando as ideias supracitadas, Vilela e Moreira (2023), menciona que o brincar tem muito a ver com o imaginário, a criança costumeiramente imita o dia a dia que vê em suas brincadeiras, seja no maternar com suas bonecas, seja o policial, o bombeiro e entre tantas outras maneiras de brincar, de alguma forma a brincadeira as prepara para vida adulta. Além disso o brincar é uma atividade de suma importância para o desenvolvimento físico, cognitivo e socialização, o que influencia diretamente na aprendizagem da criança. Dessa forma, é sempre oportuno e necessário defender que o período da infância seja marcado pelo desenvolvimento dessas experiências, que são construídas imprescindivelmente nas brincadeiras compartilhadas nos diversos espaços que a criança frequente, seja na escola, praças e parques.

É vital analisar os impactos positivos e negativos da influência exercida pela tecnologia na vida das crianças, entendendo até que ponto se deve permitir, monitorar ou restringir o acesso as telas (Gonçalves; Mathias, 2017). A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2019)

recomenda que na infância, o uso ocorra a partir dos dois anos, com o tempo máximo de uma hora por dia, sempre com supervisão de um adulto, porém, muitas vezes esses limites não são respeitados, ou até mesmo desconhecidos. O que pode desencadear problemas relacionados ao uso indiscriminado, como por exemplo, o acesso a conteúdos inapropriados para a idade da criança, expondo-a assim a a perigos presentes no ambiente virtual.

Reafirmando tal preocupação, Vilela e Moreira (2023) afirmam que os meios digitais podem ser benéficos para o desenvolvimento infantil, desde que seja monitorado por um adulto, tanto o tempo de telas, quanto os conteúdos que as crianças acessam. Dessa forma, promovendo o uso de forma adequada, o que levará ao desenvolvimento e estímulo de habilidades que contribuem para o desenvolvimento infantil, principalmente relacionadas ao mundo digital ao qual estamos inseridos. Mais uma vez, comprovamos que os estudos convergem para a ideia de que as telas só passam a ser um problema quando ofertadas precocemente e/ou por longos períodos de tempo.

Na pandemia da COVID-19 o uso de telas se tornou muito mais atrativo para a geração atual, segundo Tavares et al. (2015) a vida das pessoas foi transformada durante esse período, tornando-se comum o entretenimento com os jogos on-line. Paiva e Costa (2015) mencionam que devido ao isolamento social nesse período pela medida de vigilância sanitária as crianças eram rodeadas por recursos tecnológicos e muitas usavam os aparelhos de forma aleatória sem haver objetivo específico.

Tomando como base as construções teóricas apontadas até o momento e em consonância com vivências pessoais, esse estudo parte da inquietação e da preocupação com a relação do uso excessivo de telas na infância, tendo em vista que tais ferramentas podem acarretar prejuízos biopsicossociais. Dessa forma, surgiu a seguinte questão norteadora da pesquisa: como o uso excessivo de telas pode afetar no processo de ensino-aprendizagem e socialização das crianças?

A partir da questão norteadora, elencamos como objetivo geral: analisar os impactos do uso excessivo de telas no processo de ensino-aprendizagem e socialização de crianças. O qual terá seu desdobramento nos seguintes objetivos específicos: discutir a percepção dos professores sobre os principais prejuízos no processo de ensino-aprendizagem em decorrência do uso abusivo de telas na infância; apontar as consequências no desenvolvimento infantil a partir do uso exacerbado das telas na infância; identificar as possíveis demandas de saúde mental e déficits de aprendizagem que predominam na infância nesse contexto de uso de telas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão da literatura tem como alinhamento principal, as discussões relacionadas a temática a qual pretendemos discutir ao longo deste trabalho, dentre os principais autores destacamos: Papalia e Feldmam (2013), Silva e Santos (2018), e Vygotsky (1998) para uma compreensão do desenvolvimento infantil diante do contexto das telas, perpassando ainda pelas contribuições de Breda et al. (2014), Barreto et al. (2023), Paiva e costa (2015), e Santos et al. (2020) para uma breve discussão sobre a influência das telas diante do brincar na infância. E uma breve discussão acerca da problemática dos riscos da exposição diante do uso exacerbado e sem monitoramento das telas com contribuição dos autores Albuquerque (2022), Costa et al. (2021), e Oliveira et al. (2021).

2.1 Desenvolvimento infantil no contexto das telas: relações sociais

Durante a primeira e segunda infância caracterizada dos 0 (zero) a 06 (seis) anos de idade as crianças têm progressos significativos no seu desenvolvimento, é a fase responsável por estabelecer experiências que influenciaram em todo o desenvolvimento do indivíduo, o corpo e o cérebro passam por frequentes e relevantes mudanças durante esse processo, e está fortemente relacionado aos aspectos ambientais, culturais e socioeconômicos (Papalia; Feldman, 2013).

Na maioria das vezes o primeiro contato da criança é com os pais ou cuidadores, nesse sentido, esse relacionamento a prepara para relações sociais mais amplas, elas passam a interagir com crianças da mesma idade fortalecendo sua autoestima e entendendo mais sobre si mesma. Essas relações são fundamentais para o desenvolvimento atual e futuro, impactando e influenciando as suas relações sociais, é também nessa fase da vida que elas têm o primeiro contato com o ambiente escolar, no caso da estrutura educacional, e educação infantil, um espaço que contribui para promoção do desenvolvimento saudável, uma vez que é um ambiente que promove a interação social com outras crianças e ambientes (Papalia; Feldman, 2013).

Vygotsky (1998) ao desenhar sua teoria sociocultural, enfatiza o envolvimento da criança com o ambiente, para ele, a criança aprende por meio da interação entre o sujeito e o meio, sendo assim um ser social, ou seja, para ele a criança se desenvolveria através das informações e referências do mundo externo, dessa forma, a aprendizagem acontecerá através da interação com o outro. A criança não é só influenciada pela cultura, mas também pode influenciá-la.

Diante desses apontamentos, Paiva e Costa (2015) enfatizam que as crianças vêm se desenvolvendo no meio tecnológico, e desde muito cedo entram em contato com algum tipo de aparelho eletrônico, seja ele a TV, o celular, o computador ou videogame, com isso acabam substituindo as relações sociais, com pessoas reais para se divertirem no mundo digital. Por nascerem inseridas em uma cultura digital é difícil que haja total restrição do uso da tecnologia, por isso é de suma importância limitar o tempo de acesso e gerenciar os conteúdos acessados com que as crianças estão expostas, afim de preservar a fase do desenvolvimento infantil, a qual estão em construção os aspectos físicos, sociais, cognitivos e emocionais.

É quase inevitável o não uso desses aparelhos tecnológicos, já que estão integrados em nossas experiências diárias, mas inserir o uso desordenado muito cedo durante a infância pode danificar a construção do eu da criança e seu desenvolvimento. Com isso, é dever dos responsáveis mediar esse acesso e construir novas formas de aprender sem ser de frente as telas. É fundamental que ela brinque, leia livros, interaja com outros indivíduos e quando necessário, utilize os aparelhos com monitoramentos dos responsáveis (Silva; Santos, 2018).

Silva e Santos (2018) Ressaltam a importância de tomar cuidado com a dependência que o mundo tecnológico vem trazendo, quando inserida de forma precoce na vida das crianças acarreta diversos impactos, uma vez que, quanto mais cedo, a criança poderá ficar dependente das telas, podendo impactar diversos prejuízos e gerar uma passividade em relação ao sair de casa, se socializar, brincar, praticar esporte entre outras atividades que beneficiam o bem-estar físico, psicológico e um desenvolvimento saudável.

2.2 A influência das telas na infância: a importância do brincar no desenvolvimento infantil

As crianças vêm crescendo em uma cultura tecnológica, são conhecidos “nativos digitais” aprendem muito cedo a serem dependentes da tecnologia, são caracterizadas pela desconexão do mundo real desprezando a convivência física, se desenvolvem junto a tecnologia e no meio delas (Santos et al., 2020). É a forma de interagir e conhecer o mundo a sua volta, rodeadas por aparelhos eletrônicos trocam facilmente o brincar por telas, deixando de lado brincadeiras sensoriais e interativas como o correr, pular, esconde-esconde entre outras que tem contribuições positivas para o desenvolvimento infantil (Paiva; Costa, 2013).

O brincar é uma ação de suma importância na infância, é uma maneira de aprendizagem para o cérebro em desenvolvimento, as crianças durante as brincadeiras interagem entre si, vivenciando diversas situações e emoções podendo formular estratégias, planejamento e

punições. Tanto o brinquedo como as formas de brincar são influenciadas pelos padrões da sociedade, nos tempos atuais com o avanço da tecnologia as telas passaram a ser uma das mais importantes formas de brincar das crianças, elas vêm se inserindo nos meios de comunicação, com maior ênfase e procura pelas redes sociais, dentre as quais podemos citar o TikTok ou YouTube, essa procura vem ocorrendo muito mais cedo (Breda et al., 2014).

Assim sendo, para Papalia e Feldman (2013) o brincar se tornar significativo para o desenvolvimento físico e mental da criança, ele tem importante funções no presente e futuro, permitindo a interação da criança com o mundo a volta delas. Crianças que não tem interação social durante as brincadeiras podem desenvolver questões sociais, psicológicas ou educacionais. Com isso Papalia e Feldman (2013) cita que:

O brincar é importante para o desenvolvimento saudável do corpo e do cérebro. Ele permite que as crianças se envolvam com o mundo à volta delas, usem sua imaginação, descubram formas flexíveis de usar objetos e solucionar problemas e preparem-se para papéis adultos. O brincar contribui para todos os domínios do desenvolvimento. Por meio dele, as crianças estimulam os sentidos, exercitam os músculos, coordenam a visão com o movimento, obtêm domínio sobre seus corpos, tomam decisões e adquirem novas habilidades (Papalia; Feldman, 2013, p. 296).

Em concordância com Barreto et al. (2023), os efeitos das brincadeiras para envolvimento da criança perpassam por todo desenvolvimento infantil, sendo que nos primeiros anos de vida é ainda maior, pois as brincadeiras alteram positivamente estruturas moleculares no organismo, além de estimular mecanismos como nenhuma outra atividade. Logo, segundo Paiva e Costa (2015) para um desenvolvimento cognitivo e relações interpessoais, é necessário se desconectar das telas, o fácil acesso a elas, assim como aos aparelhos eletrônicos, tem acarretado altos riscos no desenvolvimento infantil, que sofre diversas alterações.

Dessa forma, o uso de forma indiscriminada, contribui para impactos diretos na vida da criança, dentre eles: a privação do sono, atraso cognitivo, além de dificuldades de concentração, o que pode influenciar diretamente a um declínio no desempenho escolar (Paiva; Costa, 2015). Segundo Barreto et al. (2023) um sono adequado é muito importante para a rotina saudável das crianças, a exposição precoce das telas pode resultar a um sono insatisfatório por diversos motivos, incluindo a exposição a luz dos aparelhos que pode emitir o bloqueio a liberação da melatonina, substância responsável por controlar o ritmo biológico do corpo que quando há uma desregulação nesse sistema ocorre insônia.

Outrossim, o fato da substituição das brincadeiras clássicas por telas e o mau uso das tecnologias na infância, influencia os comportamentos por meio do mundo digital, mudando os hábitos que podem acarretar diversos prejuízos e danos à saúde física e mental, como dificuldade de socialização, obesidade, dores musculares, hiperatividade, déficit de atenção,

diminuição do rendimento escolar, o que já na vida adulta, pode leva-lo a estar mais propenso ao consumo excessivo, como tabagismo e álcool, associados ao atraso do desenvolvimento cognitivo, da linguagem, transtornos sociais, além de comportamentos agressivos e ansiosos (Santos et al., 2020).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2019) estima que o total de crianças obesas no país aumenta cada vez mais, considerado um problema de saúde pública complexa no mundo, e um dos fatores relacionados a obesidade infantil é a má alimentação e a diminuição de atividades de lazer, que pode estar relacionado ao uso excessivo de telas, já que as brincadeiras livres que geram esforço físico são trocadas facilmente por esses dispositivos.

2.3 Impacto das telas: riscos reais à saúde e ao desenvolvimento infantil

Diante das ideias construídas até então, considerando o uso exacerbado de dispositivos digitais, observa-se que podem ocorrer diversos os impactos na saúde física e psicológica das crianças que usam com frequência as telas, é possível referir aos riscos relacionados aos conteúdos acessados a qual estão expostas, por exemplo jogos violentos, conteúdos com gatilhos quanto a alimentação, sono, suicídio, uso de álcool e drogas, sexual entre outros (Costa et al., 2021). Por falta de supervisão de um adulto, esses conteúdos são acessados com facilidade por usuários não indicados, principalmente no quesito idade.

Outro ponto que chama bastante atenção é sobre a relação das crianças com plataformas de criação de conteúdos digitais. Considerando que as crianças estão se tornando produtoras de conteúdos cada vez mais cedo, através de plataformas como o YouTube ou TikTok, mesmo não tendo idade indicada para criar a conta, elas têm esse fácil acesso e podem criar seus próprios significados a partir dos conteúdos que elas acessam e repassam (Oliveira et al., 2021). Com isso, sendo expostas a riscos que a redes proporciona, incentivando uma sexualidade precoce e podendo torna-se vítimas de crimes sexuais, como pedofilia (Albuquerque, 2022).

O uso a telas e aparelhos eletrônicos se dar por diversos motivos, dentre eles está a rotina exaustiva dos pais, com isso acabam disponibilizando os aparelhos para entreter as crianças com objetivo de mantê-las quietas, seja para realizarem seus trabalhos no *home office*, ou até para poder descansar um pouco, mas esse entreter pode acarretar diversos impactos e consequências quando se é usado de forma desordenada e sem monitoramento, elas podem ter fácil acesso a conteúdo não indicados para faixa etária de idade (Oliveira et al., 2021).

Santos et al. (2020) evidencia a importância de evitar e até proibir a exposição passiva de crianças frente as telas, principalmente as que consomem conteúdos virtuais violentos

retratada nos jogos, vídeos e filmes, além de cenas de mortes, violência, tiroteio e atritos sócias. Tendo em vista que esses conteúdos podem contribuir para a formação de uma cultura de ódio e intolerância, pois muitas vezes, as crianças não conseguem separar a fantasia da realidade. Crianças que são expostas a esses conteúdos violentos podem torna-se menos sensíveis a dor e ao sofrimento do outro, além de estarem mais propensas a reproduzir os comportamentos violentos, desobedecer a regras e deixar tarefas inacabadas.

De acordo com Costa et al. (2021), são diversos prejuízos à saúde com o uso precoce e exacerbado das telas, com isso:

Os sintomas depressivos e pensamentos suicidas estão correlacionados ao déficit de sono, ao uso de telas durante a noite e a dependência emocional que as crianças criam com os seus aparelhos. Esse vício, inclusive, pode ser comparado àqueles resultantes do uso de substâncias ilícitas. Ademais, a exposição precoce e prolongada à conteúdos violentos estão correlacionados com transtornos antissociais, o que pode levar a alto controle deficiente e falta de empatia, ao “acostumar” as crianças com a violência (Costa et al., 2021, p. 8).

A dependência da internet pode ser encontrada em qualquer faixa etária, nível educacional e socioeconômico podendo estar relacionado a uma associação de fatores. Na 5ª edição do Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-V, 2015) inclui alguns critérios de diagnóstico para definir a dependência, tais como: a) a preocupação excessiva com a internet; b) necessidades de aumento ou tempo conectado para ter a mesma satisfação; c) exibir esforços repetidos para diminuir o tempo de uso; d) apresentar irritabilidade ou depressão, e) permanecer mais tempo conectado, dentre outros pontos que estão diretamente relacionados ao uso das telas. Outro aspecto importante relacionado ao uso excessivo está a timidez e a inibição, assim impedindo a interação social e aprendizagem de habilidades importantes (Associação Americana de psicologia [APA], 2015).

Diante disso, o tempo de telas que as crianças passam expostas podem prejudicar o seu ensino-aprendizagem principalmente em fase de alfabetização, já que é uma etapa primordial nos primeiros anos do ensino fundamental, sendo exatamente nesse período que muitas são diagnosticadas com alguma patologia de déficit de aprendizagem, por não saberem ler ou escrever, como também podem acabar reconfigurando as relações sociais (Santos et al., 2020).

Dessa forma, considerando toda a discussão teórica apresentada até o momento, é necessário e urgente discutirmos os impactos e os possíveis caminhos para uma nova cultura digital, que ao mesmo tempo ofereça a inserção da criança no mundo tecnológico e seus importantes avanços, mas que ao mesmo tempo, preserve a interação com as outras crianças, o contato e a referência familiar, além de preservar a ludicidade, o desenvolvimento e o encantamento da criança através das brincadeiras e interação com seus pares. Esse desafio, que

permeia o nosso cotidiano, deve ser abraçado por todos os agentes sociais envolvidos na convivência da criança: familiares, amigos e educadores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

O percurso metodológico para construção deste trabalho se fez através de uma pesquisa de campo, de caráter exploratória e abordagem qualitativa, que, segundo Marconi e Lakatos (2021) o estudo de campo se dá por meio de investigação, buscando informações diretamente no âmbito onde o fenômeno estudado ocorre.

Com relação à pesquisa exploratória, conforme Gil (2022) tem como intuito proporciona maior familiaridade com o fenômeno estudado, para tanto esse tipo de pesquisa envolve também o uso da literatura. Por fim, a pesquisa qualitativa que é procedida uma análise sobre o conteúdo escrito que segundo Gil (2022) é uma abordagem que trabalha com a descrição do fenômeno.

3.2 Local do estudo

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Abraão Cavalcante de Bessa instituição de ensino de Educação Básica pertencente à Rede Pública municipal, que oferta as etapas do Ensino Fundamental I e II, e Médio, localizada no Alto Oeste Potiguar na cidade de Taboleiro Grande, no Rio Grande do Norte (RN) que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contém 2.338 habitantes, com área territorial de 124,093 km, de acordo com último senso, realizado em 2022 (IBGE, 2023).

3.3 Participantes da pesquisa

Participaram do estudo, professores da escola que atuam no Ensino Fundamental I. Desse modo, a população desse estudo foram educadores que fazem parte da instituição de ensino, composto por 8 (oito) professores, para tanto, o questionário online foi enviado para esses 8 profissionais, estando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) disponível na primeira etapa, e somente após o aceite, o participante tinha acesso para responder as perguntas, com isso, contabilizou uma amostra de 4 (quatro) colaboradores.

3.4 Coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário online, o qual, para Marconi e Lakatos (2021) configura-se como um instrumento de coleta de dados em pesquisa, que pode ser respondido sem a presença do entrevistador. Constituído por perguntas objetivas de dados sociodemográficos e subjetivas para dados sobre o uso excessivo das telas na infância.

Desse modo, o questionário foi estruturado com 16 (dezesesseis) perguntas objetivas e subjetivas, usando a plataforma do google forms. O contato com os participantes foi feito através da mediação da diretora da escola, com a visita da pesquisadora até o campo de coleta de dados, com a finalidade de detalhar como iria ocorrer o processo de participação e a solicitação da carta de anuência, aceitando e autorizando a pesquisa, e após isso foi enviado o link do questionário através do WhatsApp individualmente, que continha dados como a apresentação da pesquisa, o TCLE e em seguida as perguntas.

3.5 Análise dos dados

Para a construção da análise dos dados coletados no questionário, foi desenvolvida através da análise de discurso, com finalidade de descrever os conteúdos ditos durante o discurso (Caregnato; Mutti, 2006). Buscando identificar através da análise de discurso a percepção dos professores diante dos impactos do uso das telas na infância, fazendo articulação dos apontamentos teóricos que construímos até então com a teoria, sendo organizados em categorias para uma melhor apresentação dos resultados encontrados.

3.6 Aspectos éticos

A pesquisa foi realizado com os princípios éticos, respeitando a confiabilidade dos participantes, como todos os preceitos éticos estabelecidos, zelando pelas informações fornecidas, privacidade e sigilo, assim sendo amparados pela resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, a qual, foi utilizado para cada participante o TCLE que indica a anuência dos indivíduos para participar da pesquisa, e a Carta de Anuência concedendo a realização da pesquisa a instituição de ensino (Brasil, 2016). Ademais, para resguarda o sigilo da identidade das participantes, foi utilizado nomes fictícios de flores, sendo alguns escolhidos pelas participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para construção e apresentação dos resultados e discussões, foram analisados os dados obtidos minuciosamente pela pesquisadora, estruturados em quatro categoria sendo elas: Caracterização das professoras da pesquisa; Impactos e prejuízos do uso excessivo de telas no processo de ensino-aprendizagem da criança; Danos do uso excessivo das telas na socialização da criança; e, O uso excessivo das telas no desenvolvimento infantil e suas consequências a saúde da criança.

4.1 Caracterização das professoras da pesquisa

Abaixo apresentação do quadro 1, 2 e 3 com os dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa, contendo a identificação dos participantes, gênero, idade, raça/etnia, tempo de atuação, renda mensal, estado civil., graduação, ano de formação e nível de escolaridade.

Quadro 1 - Resultados

Participantes	Gênero	Idade	Raça/Etnia
Lua	Feminino	28	Branca
Flor	Feminino	35	Parda
Orquidia	Feminino	52	Preta
Violeta	Feminino	27	Branca

Fonte: Elaboração da pesquisadora com dados da pesquisa (2024).

Quadro 2- Resultados

Participantes	Tempo de atuação	Renda mensal	Estado civil
Lua	6 (seis) Anos	Dois salários mínimo	Solteira
Flor	8 (oito) Anos	Acima de três salários	União estável
Orquidia	17 (dizesete) anos	Acima de três salários	Casada
Violeta	7 (sete) anos	Dois salários mínimo	Solteira

Fonte: Elaboração da pesquisadora com dados da pesquisa (2024).

Quadro 3 - Resultados

Participantes	Graduação	Ano de Formação	Nível de Escolaridade
Lua	Pedagoga	2018	Especialização
Flor	Pedagoga	2016	Especialização
Orquidia	Educação/Prefessora	2007	Especialização
Violeta	Pedagoga	2017	Especialização

Fonte: Elaboração da pesquisadora com dados da pesquisa (2024).

Os dados analisados correspondem a uma amostra de 4 (quatro) participantes conforme os dados apresentados na tabela 1, sendo predominantemente do sexo feminino, com idades entre 27 a 52 anos, com a média de 36 anos. Na tabela 2 apresenta o tempo de atuação acima de 06 (seis) anos e a renda mensal acima de um salário mínimo, sendo duas solteiras em seu estado civil, uma em união estável e uma casa. A tabela 3 mostra que a maioria das participantes possui graduação em Pedagogia, com apenas uma graduada em Educação/Professora. Os anos de formação variam de 2007 a 2018, e todas as participantes têm nível de escolaridade de especialização.

O sexo feminino é um lugar de destaque na pesquisa, visto que todas as participantes são mulheres com idade acima de 27 anos, um público mais adulto. Gaia (2015) aponta que a prática de professores na educação é uma tarefa realizada por mulheres, pois está atrelado ao cuidado e ao educar, presumindo que as mulheres são mais aptas a ser educadoras infantil, a presença de mulheres educadoras nos revela que a diferença entre os gêneros pode estar atribuída a diferentes significados.

4.2 Impactos e prejuízos do uso excessivo de telas no processo de ensino-aprendizagem da criança

Inicialmente, foi questionado as professoras se o uso excessivo de telas poderia prejudicar no aprendizado e socialização da criança no espaço escolar. Verificou-se que todas afirmaram que sim, trazendo em suas justificativas a vivência em sala de aula e seus conhecimentos técnicos e científicos sobre o processo de ensino e aprendizagem, as quais pontuaram consequências desse uso, dentre elas: a pouca concentração nas aulas, e estresse em atividades grupais.

Tais dados podem ser observados nas falas das participantes, exemplificadas aqui nos fragmentos textuais de Flor e Orquídea: *“Sim, pois, percebe-se na sala de aula que os alunos estão cada vez mais, com menos concentração e um pouco individualistas, apesar de eles realizar atividades em grupo, alguns acabam se estressado rápido, outros não querem participar;”* (Flor). Orquídea também argumenta que as telas podem prejudicar a aprendizagem da criança, pontuando que: *“Sim; pois enquanto os jogos e brincadeiras educativas presenciais estimulam o desenvolvimento da aprendizagem e socialização; o uso excessivo de telas pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo da criança, e contribuir para que ela torne-se desatenta, agressiva, desestimulada para o processo ensino e aprendizagem e com dificuldade de interação e socialização de ideias e opiniões.”* (Orquídea).

Em ambas as falas das participantes, percebe-se que, para elas, o desenvolvimento social pode ser afetado com o uso excessivo das telas, as crianças apresentam cada vez menos concentração nas atividades desenvolvidas em sala de aula. Conforme aponta, Gondim (2022) o desenvolvimento social é um processo que envolve elementos neurais, comportamentais e ambientais para construir habilidades, interação com o outro e comunicação, com isso, a tecnologia pode interferir nesse aspecto, devido a exposição as telas nos ambientes familiares e educacionais as crianças estão tendo dificuldades de concentração significativas.

O Ensino Fundamental, representa um dos ciclos importantes para o desenvolvimento dos sujeitos, é nesse período que a criança amplia sua interação social, a qual é um fator importante para o desenvolvimento de alfabetização, diante disso, esse uso de telas exacerbado pode gerar consequências significativas nesse processo (Papalia; Feldman, 2013)

Continuando com nossa análise, questionamos as professoras se, no desenvolvimento das atividades pedagógicas, percebem algum impacto negativo/positivo dentro do ambiente escolar que seja decorrente do uso excessivo da tecnologia, todas responderam que sim, destacando a falta de concentração e de interação social, como as principais, ressaltando ainda serem observados mais elementos negativos, conforme visualizados nas falas abaixo:

“Percebo impactos negativos. Como: sonolência durante as aulas pelo o uso do celular até altas horas da noite, impaciência ou falta de concentração para realizar as atividades e também a questão da escrita, pois muitos alunos querem escrever da mesma forma que escrevem nas redes sociais (usando abreviações ou códigos para as palavras).” (Lua).

“Com certeza. Mais negativos do que positivos. O uso excessivo de telas por crianças pode impactar negativamente o desenvolvimento integral da criança e o seu desempenho escolar. Pode prejudicar a atenção, a capacidade de concentração, a falta de interesse na realização de atividades que demandam maior esforço mental e até mesmo o desenvolvimento da linguagem (verbal ou escrita) e habilidades sociais.” (Violeta).

Tais dados identificados nas falas das participantes são semelhantes com os recortes teóricos apresentados, dentre eles, Câmara et al. (2020) menciona aspectos positivos da inserção do uso da internet na sociedade, mas essas ferramentas também proporcionam impactos negativos aos indivíduos devido ao uso exacerbado. O uso precoce de qualquer aparelho eletrônico acarreta grandes malefícios ao desenvolvimento infantil, gerando problemas emocionais, físicos e mentais no sujeito, acarretando prejuízos biopsicossociais, com isso, é importante ser analisados os limites e a maneira de utilização dessas telas.

Gonçalves e Mathias (2017) menciona que no processo de letramento a leitura e a escrita se modifica mutuamente, entendido como a capacidade de entender do que se lê e escreve relacionando com o contexto social, diante disso, a compreensão se constitui antes da leitura e escrita propriamente dita, pois desde muito cedo antes mesmo de saber ler e escrever, as crianças já reconhecem imagens e símbolos que sejam interessantes para elas, com isso, é importante alerta dos cuidadores e educadores com as imagens e códigos que as crianças estão acessando na internet, já que estão constantemente expostas aos aparelhos eletrônicos.

O uso das telas substitui silenciosamente as atividades que envolve a interação física com outras pessoas e meio ambiente, com isso, o uso de termos, abreviação de palavras nos aparelhos eletrônicos impedem as crianças de utilizar as regras gramaticais que regem a língua portuguesa, impedindo de escreverem corretamente. O uso excessivo da internet desconstrói o vínculo afetivo entre os membros da família, nesse sentido a ausência de personalidade emocional dificulta as crianças a desenvolverem sua cognição no âmbito escolar, pois a falta de equilíbrio entre o aspecto cognitivo compromete o desempenho escolar (Paiva; Costa, 2015).

Outro aspecto analisado foi se as professoras percebem que há prejuízos no processo de ensino-aprendizagem pelo uso excessivo de telas na infância. Todas afirmaram que sim, pois segundo suas vivências em sala de aula, as crianças apresentam diversas dificuldades, bem como trazem em suas falas apresentadas a seguir: *"Sim. Dificuldade de concentração, pouca motivação para estudar e em alguns casos, dificuldade para interagir (Lua)*. A professora Flor, nos apresenta os seguintes apontamentos: *"Sim, grandes prejuízos, pois, ao invés das crianças estarem brincando, socializando, realizando atividades físicas estão trancados em casa com um celular na mão, prejudicando o físico, a mente e principalmente a visão (Flor)*. Comungando com as colegas, a professora Orquídea também argumenta que: *"Sim. déficit de atenção e de aprendizagem, dificuldade de assimilação de informações, entre outros"*.

Nas falas das participantes elas apresenta as trocas de atividades físicas por telas e a falta de atenção, com isso, Gonçalves e Mathias (2017) menciona que desde muito cedo as crianças já tem contato com alguma aparelho eletrônico, seja Tv, celular, computador ou tablet,

e esses meios estão silenciosamente isolando esses sujeitos do mundo real, eles estão preferindo passar maior tempo inseridas em suas casas, no mundo virtual do que gastar energias com as brincadeiras que envolve interação social e o desenvolvimento físico.

4.3 Danos do uso excessivo das telas na socialização da criança

Sobre os danos no processo de socialização da criança no ambiente escolar, causado pelo uso das telas, verificou-se que todas as professoras afirmaram haver, pontuando que o uso excessivo pode afetar a socialização, tornando as crianças cada vez mais individualistas como citado em suas falas: “*Sim. Falta de interação com professor e também com os colegas.*” (Lua). “*Sim, estão cada vez mais estressados com os colegas e individualistas.*” (Flor). As professoras Orquídea e Violeta têm as seguintes opiniões:

“Sim, o uso excessivo de telas pode prejudicar significativamente o processo de socialização da criança no ambiente escolar. Além do isolamento da criança, pode levar à resistência em viver a realidade, falta de atenção, e até mesmo dificuldades de interação interpessoal, comprometendo assim o desenvolvimento emocional e social saudável.” (Orquídea).

“Sim. Uma criança exposta ao uso prolongado de telas, sem supervisão de um adulto, tendo acesso a conteúdos impróprios para a sua idade e para o seu desenvolvimento, pode ser influenciado por ela. Pode se tornar menos tolerante e desmotivado com as interações entre os colegas, não desenvolver habilidades sociais e emocionais.” (Violeta).

No contexto da educação infantil, as crianças deixam de expressar suas emoções e estão substituindo as amizades com pessoas reais pelas telas virtuais, preferem se divertirem com os recursos digitais, em seus quartos isoladas de outras crianças, em vez de jogar bola, correr, se divertirem com tantas outras brincadeiras que envolve interação com o outro, porém, com o acesso as telas, não estabelecem relações, já que essas satisfazem suas necessidades (Paiva; Costa, 2015).

Dessa forma, considera-se que, para que a criança tenha um desenvolvimento saudável é importante a interação com o outro, havendo o brincar sensorial e corporal, auxiliando o processo de aprendizagem dos mesmos, portanto, as telas não podem substituir a prática de atividades lúdicas e relações pessoais como o convívio com os colegas de sala de aula e familiares, isso faz parte do aprendizado (Câmara et al., 2020).

4.4 O uso excessivo das telas no desenvolvimento infantil e suas consequências a saúde da criança

Foi questionado as educadoras se elas consideram que o uso excessivo de telas na infância pode desencadear possíveis demandas de sofrimento mental e déficits de aprendizagem e todas confirmaram que sim, pois percebem em sua rotina diária a ansiedade, distração, impaciência e entre outras demandas observadas nas suas vivências em sala:

“Sim, o uso excessivo da tecnologia na infância pode ter impactos negativos significativos na saúde mental, como problemas comportamentais afetando o emocional da criança, e a saúde física e social. Além das dificuldades de escrever à mão e do empobrecimento das relações humanas, pode haver uma diminuição da capacidade de concentração e de resolução de problemas, bem como uma dependência excessiva da tecnologia para a realização de tarefas simples.” (Orquidia).

“Sem dúvidas. É notável a mudança de comportamento de crianças que fazem o uso excessivo de telas, devido a mudança de rotina e o vício. Se muda a rotina do sono, as emoções podem se tornar instáveis. Podem passar a se tornar agressivas, ansiosas e depressivas. Além de impacientes, desatentos, e com dificuldades para criar, se expressar, se concentrar e processar as informações.” (Violeta).

Segundo o “Manual de crianças e adolescentes na era digital” o uso excessivo de dispositivos móveis pode acarretar dificuldades de socialização e dificuldades escolares, a dependência e o uso abusivo das mídias causa possíveis demandas de sofrimento mental, como ansiedade, transtorno do sono e alimentação, problemas visuais e auditivos, esse último causados pelo uso de fones, problemas que envolve a sexualidade, como pornografia, vulnerabilidade às redes de pedofilia, pensamentos suicidas e autoagressão, entre muitos outros (Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP, 2016).

Em concordância com Costa et al. (2021) o uso excessivo das telas pode apresentar diversos riscos à saúde podendo afetar negativamente o sono, pelo uso de telas durante o período da noite, aumentando os riscos de distúrbios na hora de dormir, podendo levar a ansiedade, depressão e pensamento suicidas correlacionados a privação do sono. Pela decorrência desses impactos, pode prejudicar o processo de ensino aprendizagem acarretando um baixo rendimento escolar.

Cunha et al. (2017) menciona que algumas crianças no contexto escolar apresentam sintomas relacionadas a demandas de ansiedade durante a infância, condição que alguns casos tem acarretado consequências no desenvolvimento, na socialização e desempenho escolar desses sujeitos, como dificuldades de aprendizagem e prejuízos sociais, dificultando assim, um crescimento mais saudável. Na fase escolar, a ansiedade pode ocorrer por diversas situações, a criança está predisposta a relações interpessoais e a ambientes sociais.

Quando questionadas acerca da identificação de consequências no desenvolvimento infantil dos alunos a partir do uso excessivo das telas na infância, todas as professoras

responderam sim, destacando queixas no desenvolvimento na aprendizagem, a falta de habilidade, e dificuldades de relações sociais, como expressas nas seguintes falas: “*Sim. Dificuldade na interação social.*” (Lua). A professora Flor destaca que: “*Sim, falta de habilidades, coordenação, não gostam de pintar, escrever, o seu cognitivo é prejudicado, pois, muitas vezes não querem pensar a resposta, querem tudo pronto, de forma fácil, fora que o social e o emocional das crianças são frágeis.*” (Flor). E concordando com as demais colegas, Orquídea argumenta: “*Sim. Problemas comportamentais, problemas no desenvolvimento da aprendizagem, diminuição das relações humanas, entre outros.*”. Corroborando com a questão, a professora Violeta nos diz que: “*há consequências negativas no desenvolvimento integral da criança quando exposta a telas em idade inapropriada. Tantas físicas, cognitivas, emocionais e sociais.*” (Violeta).

Nesse sentido, notou-se nas falas das participantes que uso frequente das telas como computadores, TV, smartphones, tablets entre outras, ao invés de ajudar no desenvolvimento infantil e a fase escolar, pode acarretar diversos malefícios a saúde física, mental, no desenvolvimento intelectual, e principalmente nas funções cognitivas de atenção (Peixoto; Cassel, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o consumo excessivo de telas na infância pode apresentar consequências negativas no desenvolvimento e no processo de ensino aprendizagem da criança, as telas são partes da nossa sociedade nos dias de hoje, permeando nossos relacionamentos e rotinas, com a tecnologia avançada e presente no nosso dia a dia, as crianças tem sido expostas a esses dispositivos muito cedo, o que muitas vezes vem substituindo uma aprendizagem saudável.

A partir deste estudo, foram destacadas e evidenciadas as consequências ao uso abusivo de telas na infância, sendo exposto a sua influência no desenvolvimento infantil, com isso, foi possível verificar que o uso excessivo de telas acarretar prejuízos significativos no processo de ensino-aprendizagem e socialização das crianças, trazendo consequências e riscos para o desenvolvimento e a saúde mental e física dos sujeitos. Dessa forma, é de extrema importância o cuidado referente ao uso excessivo de telas utilizados pelas crianças, para que elas tenha um desenvolvimento saudável com melhor qualidade, e esses dispositivos não as impeça de realizar outras atividades.

Portanto, mediante ao exposto, cabe destacar que os objetivos propostos pelo presente estudo foram alcançados, bem como a pergunta de pesquisa levantada inicialmente neste

estudo. Quanto as limitações e desafios encontrados pela pesquisadora na realização da pesquisa, pode ser mencionado a dificuldade de acesso aos professores, tendo em vista que tem a carga horária preenchida, logo, com o instrumento de coleta enviado pelo link, alguns acabaram não respondendo ao questionário. Por fim, o estudo evidencia a necessidade de ações que visem trabalhar a demanda em torno do uso excessivo de telas pelas crianças, e sugere-se o aprofundamento dessa temática, de modo a investigar novos olhares e especificidade em torno do assunto.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA. **DSM-5-RT**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2023.

ALBUQUERQUE, D. R. A. R. de. **Pedofilia virtual: a pedofilia contra crianças na era tecnológica e a forma de prevenção pelos pais e pelo uso da inteligência artificial e implementação do dataveillance**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16547>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BARRETO, M. D. J. et al. Os impactos do tempo de tela no desenvolvimento infantil. **Revista SaúdeUNIFAN**, v. 3, n. 1, p. 58-66, 2023. Disponível em: <https://saudeunifan.com.br/wp-content/uploads/2023/04/OS-IMPACTOS-DO-TEMPO-DE-TELA-NO-DESENVOLVIMENTO-INFANTIL.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BENETTI, R. B.; SARTORI, C. M. T. D. A influência dos jogos eletrônicos em crianças na segunda infância (3 a 6 anos). **Cadernos de Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 573-588, 2019. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2001/1296>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BREDA, V. C. T. et al. Dependência de jogos eletrônicos em crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 16, n. 1, p. 53-67, 2014. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbp.celg.org.br/pdf/v16n1a06.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARVALHO, L. R.; PINTO, P. M. A associação entre o uso de telas e o desenvolvimento infantil: uma revisão de literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 12, n. 4, p. 1-11, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40885/33332>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CÂMARA, H. V. et al. Principais prejuízos biopsicossociais no uso abusivo da tecnologia na infância: percepções dos pais. ID on Line. **Revista de Psicologia**, v. 14, n. 51, p. 366-379, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2588/4088>. Acesso em: 10 jun. 2024.

COSTA, I. M. et al. Impacto das telas no desenvolvimento neuropsicomotor infantil: uma revisão narrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 5, p. 21060-21071, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/37018/pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CUNHA, N. D. B. et al. Ansiedade e desempenho escolar no ensino fundamental I. **Educação UFSM**, v. 42, n. 2, p. 397-410, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644422818>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GONÇALVES, J. P.; MATHIAS, E. L. U. As tecnologias como agentes de mudança nas concepções de infância: desenvolvimento ou risco para as crianças?. **Horizontes**, v. 35, n. 3, p. 162-174, 2017. Disponível em: <https://novoshorizontes.usf.emnuvens.com.br/horizontes/article/view/485/251>. Acesso em: 10 jun. 2024

GAIA, R. S. P. Gênero e docência na educação infantil: reflexões acerca das relações entre a prática do cuidado e a atuação masculina em uma profissão culturalmente feminina. **Diálogos Acadêmicos, Sertãozinho**, v. 9, n. 2, p. 99-109, 2015. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627113248.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2022.

GONDIM, E. C. et al. Influências do uso de telas digitais no desenvolvimento social na primeira infância: estudo de revisão. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 30, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/67961/44749>. Acesso em: 10 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidade de Taboleiro Grande/RN**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/taoleirogrande/panorama>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Recomendações sobre uso de aparelhos eletrônicos por crianças de até 5 anos**. Nações Unidas do Brasil, 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-divulga-recomendacoes-sobre-uso-de-aparelhos-eletronicos-por-criancas-de-ate-5-anos>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, A. L. S. et al. Os impactos do uso de telas no neurodesenvolvimento infantil. **RESU – Revista Educação em Saúde**, v. 9, n. 3, p. 103-118, 2021. Disponível em: <https://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/6088>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PAIVA, N. M. N.; COSTA, J. A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça. **Psicologia.pt**, v. 11, p. 1-13, 2015. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PEIXOTO, M. J. R.; CASSEL, P. A.; BREDEMEIER, J. Implicações neuropsicológicas e comportamentais na infância e adolescência a partir do uso de telas. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7188/6991>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de Orientação: Saúde de crianças e adolescentes na era digital**. 2016. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, J.; SANTOS, A. B. A presença das tecnologias no desenvolvimento das crianças. **Psicologia.pt**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0458.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, T. A. S. et al. A influência da tecnologia no desenvolvimento da criança pré-escolar e escolar. **Novas Tendências em Pesquisa Qualitativa**, v. 3, n. 1, p. 592-608, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36367/ntqr.3.2020.592-608>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TAVARES, H. et al. **Psiquiatria, saúde mental e a clínica da impulsividade**. São Paulo: Editora Manole, 2015.

VILLELA, A. B. A. G.; MOREIRA, L. C. M. Brincar e tecnologia: reflexões sobre a segunda infância na era da cibercultura. **Cadernos de Psicologia**, v. 5, n. 9, p. 330-354, 2023. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3739/2716>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VYGOTSKY, H. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

